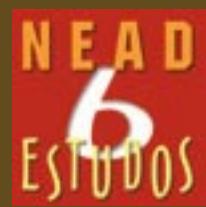


IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS

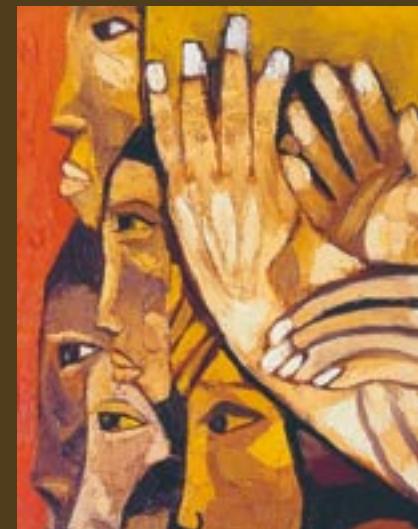


UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO

SÉRGIO LEITE ■ BEATRIZ HEREDIA ■ LEONILDE MEDEIROS ■ MOACIR PALMEIRA ■ ROSÂNGELA CINTRÃO



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS



UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS

UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO

SÉRGIO LEITE

BEATRIZ HEREDIA

LEONILDE MEDEIROS

MOACIR PALMEIRA

ROSÂNGELA CINTRÃO



© dos autores
1^a edição: 2004

Direitos reservados desta edição:
Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)

Projeto gráfico e diagramação:

Caco Bisol Produção Gráfica

Ilustração de capa:

Pavel Eguez

Revisão:

Maria Izabel Sampaio Newlands

Catalogação na Fonte

134i

Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural
brasileiro / coordenadores Sérgio Leite, Beatriz Herendia,
Leonilde Medeiros...[et al.]. - Brasília: Instituto Interamericano
de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp
[distribuidor], 2004.
392p. ; 28 x 11cm. - (Estudos NEAD ; nº.6)

1. Reforma agrária – assentamentos. 2. Reforma agrária
– projetos –Brasil. I. Leite, Sérgio. II. Herendia, Beatriz.
III. Medeiros, Leonilde. IV. NEAD. V. IICA. VI. Unesp. VII.
Série.

CDD 333.14

A pesquisa que deu origem a este livro, denominada “*Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas*”, foi realizada entre janeiro/2000 e dezembro/2001, por solicitação do Nead-Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário, como parte do Projeto de Cooperação Técnica do IICA-Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola. Teve um caráter interinstitucional e multidisciplinar, coordenada conjuntamente pelo CPDA/UFRRJ - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pelo Nuap-Núcleo de Antropologia da Política/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para a elaboração deste livro, utilizamos o relatório final da pesquisa (Heredia et al., 2001), bem como os relatórios intermediários produzidos pelas equipes regionais, cujos autores estão relacionados abaixo. Utilizamos também o resumo executivo, colocado na página do Nead em fevereiro de 2002 (Heredia et al., 2002). Ao final do livro, apresentamos uma listagem completa, com todos os participantes da pesquisa.

Coordenadores

Beatriz Heredia, Leonilde Medeiros, Moacir Palmeira, Sérgio Leite e Rosângela Cintrão

Pesquisadores Regionais

Aloisio Lopes Melo, Ana Cláudia Silva, César Barreira, Edgar Malagodi, Elisa Guaraná de Castro, Emilia Moreira, Francisco Amaro Alencar, Georges Flexor, Ivan Moreira, José Ambrósio, Ferreira Neto, Maria Thereza Pedroso, Marilda Menezes, Renato Maluf, Rodrigo Ávila.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos aqueles que, de algum modo, cooperaram com o levantamento de dados e informações, bem como àqueles que se prontificaram a dar entrevistas e repassar os materiais necessários à consecução da pesquisa. Ressaltamos especialmente os assentados que responderam aos questionários, as lideranças rurais, representantes do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de outros movimentos e entidades ligadas aos trabalhadores rurais, técnicos agropecuários com trabalho nos assentamentos, secretários e funcionários públicos municipais, funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa nas regiões estudadas.

A viabilização da pesquisa se deu a partir de um convênio firmado entre Redes (Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade) e o IICA/Nead-MDA (Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural). Agradecemos ao Nead e ao IICA pelo financiamento recebido para o desenvolvimento deste trabalho, em especial ao Dr. Osvaldo Russo, diretor de pesquisa do Nead no momento em que ela foi encarregada, que incentivou a sua execução; ao Dr. Edson Teófilo, diretor executivo do Nead à época da conclusão do estudo, que manteve as condições para sua exequibilidade e lhe deu continuidade; finalmente, ao Dr. Caio Galvão de França, atual coordenador geral do Nead, que estimulou a publicação deste livro e viabilizou todas as condições necessárias para tanto. Agradecemos também a Redes – Rede Desenvolvimento, Ensino e Sociedade, ligada ao CPDA/UFRRJ, que tornou possível – administrativa e operacionalmente – a execução do projeto. Um agradecimento especial deve-se a Carmem Lucia, secretária de Redes no momento do desenvolvimento do trabalho.

A pesquisa contou com a participação de equipes envolvidas com as regiões estudadas, englobando economistas, sociólogos, antropólogos, geógrafos, profissionais de ciências agrárias, de diferentes universidades e regiões do Brasil, aos quais somos gratos pelo empenho e seriedade no trabalho de coleta e análise dos dados. Agradecemos a todos os participantes da pesquisa, cuja listagem completa pode ser encontrada ao final do livro. De forma muito especial somos gratos a Diva Azevedo de Faria, cujo apoio na secretaria foi fundamental para o bom andamento do trabalho e comunicação da equipe. Elisa Guaraná de Castro participou nas atividades de apoio à coordenação nacional na fase inicial da pesquisa e auxiliou na organização do banco de dados. A assessoria estatística contou com a dedicação de Wasmália Bivar e a elaboração dos mapas, com a competência de Jorge Luis Borges Ferreira. John Comerford colaborou com a redação do resumo-executivo do estudo. Destacamos, finalmente, a colaboração das pessoas envolvidas no trabalho de campo, na digitação, na crítica e tabulação dos dados.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O HISTÓRICO DOS ASSENTAMENTOS NAS ÁREAS ESTUDADAS	37
A questão agrária no Brasil e o surgimento dos atuais assentamentos	37
Conflitos sociais e assentamentos	40
<i>A presença de conflitos na origem dos assentamentos estudados</i>	40
<i>As diferentes formas de luta pela terra na origem dos assentamentos</i>	42
Os antecedentes históricos e a questão agrária nas manchas estudadas	46
<i>A questão agrária no Bico do Papagaio e os assentamentos do Sudeste do Pará</i>	47
<i>A criação de Brasília e a problemática agrária no Entorno do Distrito Federal</i>	49
<i>Os conflitos e a luta pela terra no Sertão do Ceará</i>	51
<i>A questão agrária na Zona Canavieira do Nordeste</i>	52
<i>O Sul da Bahia: a economia cacaueira e o surgimento dos assentamentos</i>	53
<i>A questão agrária no Oeste de Santa Catarina</i>	54
3 ESTADO, ASSENTADOS E ASSENTAMENTOS	63
A população assentada	68
Os assentamentos e sua organização interna	74
<i>Tamanho dos assentamentos</i>	74
<i>Condições dos solos</i>	79
<i>Organização do espaço no assentamento</i>	81
<i>O tamanho e a caracterização dos lotes</i>	82
<i>Uso da área dos lotes e formas de organização da atividade produtiva</i>	84
Condições de infra-estrutura	86
<i>Acesso aos créditos de instalação e condições de moradia</i>	87
<i>Água, esgoto, energia elétrica e telefonia</i>	90
<i>Estradas e transporte</i>	93
<i>Educação</i>	96
<i>Serviços de saúde</i>	102
4 O MUNDO SOCIAL DOS ASSENTADOS	111
Associativismo	112
Sociabilidade e lazer	115
As famílias assentadas	120
Trabalho e geração de emprego	124
Relação com a cidade e participação política	132

5 A PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA REGIONAL	147
Caracterização da produção agropecuária dos assentamentos	147
<i>Produção vegetal</i>	148
<i>Criação animal</i>	153
<i>Uso do lote</i>	154
<i>Extrativismo</i>	155
<i>Beneficiamento</i>	156
<i>Produtos que se destacam (em Valor Bruto da Produção)</i>	156
Os assentamentos no contexto da produção agropecuária municipal	160
<i>A Produtividade física dos produtos agrícolas dos assentamentos</i>	160
<i>Estimativa da participação dos assentamentos na produção agropecuária municipal</i>	163
<i>Participação dos assentamentos no rebanho regional</i>	171
Comercialização da produção nos assentamentos e transformações na estrutura local	172
6 O ACESSO À TECNOLOGIA E AO CRÉDITO	193
Condições de produção e perfil tecnológico dos assentados	193
<i>Existência de instalações e acesso a máquinas, equipamentos e implementos</i>	194
<i>Uso de insumos e perfil tecnológico</i>	204
Assistência técnica, crédito e financiamento	210
<i>Assistência técnica nos assentamentos</i>	211
<i>Crédito e financiamento nos assentamentos rurais</i>	215
7 POTENCIALIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS	233
Rendimento médio bruto da produção vendida	235
Rendimentos do trabalho fora do lote	238
Outras rendas familiares externas	238
Auxílio-alimentação	239
Estratificação das famílias pelos níveis de renda	241
Condições de vida	244
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	257
ANEXOS	
Anexo 1 – Metodologia	265
Anexo 2 – Tabelas Complementares	287
Anexo 3 – Mapas	351
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	377
SIGLÁRIO	283
LISTAGEM DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	389

PREFÁCIO

Os assentamentos rurais representam um fato novo e importante na história recente da luta pela democratização do acesso a terra no Brasil. Trata-se de um universo amplo – formado por mais de cinco mil projetos e mais de 500 mil famílias –, bastante diversificado e espalhado por todas as regiões do país.

Mais do que representar a etapa final de uma longa jornada pela conquista da terra, a constituição dos assentamentos significa a abertura de novos horizontes de vida e de trabalho. Como afirmam os autores e autoras deste livro, “um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso a terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente”, onde se inauguram, inclusive, novas formas de participação política.

Mulheres e homens que na sua nova condição de assentados – e a partir de suas histórias – retomam trajetórias interrompidas e laços familiares e estabelecem novos espaços de sociabilidade comunitária e novas situações de inserção econômica, política e social.

Essa nova condição resulta de uma trama de processos complexos e conflituosos tecida por diferentes atores da estrutura do Estado e da sociedade civil que aporta novos elementos ao debate sobre a reforma agrária, tanto do ponto de vista acadêmico como no âmbito das disputas sociais. Um fato social novo – transformado em significado pela energia militante de milhares de lutadores e lutadoras sociais – e um objeto recente da pesquisa e da própria ação do Estado que permite integrar a dimensão da experiência concreta ao debate de projetos, de concepções e modelos de reforma agrária.

Esta novidade representada pelos assentamentos situa-se num período repleto de mudanças, inclusive, na visão sobre o rural e de seu lugar num projeto nacional, o que torna ainda mais complexa e importante compreender seus impactos.

Num país de recente e intensa urbanização, em que, conforme assinalou Antonio Cândido, aqueles privados da terra e oprimidos por diversas formas de prepotência são tratados “como se fossem solo e mato” e não seres humanos, é compreensível que o que se passa no mundo rural seja desconhecido de muitos. Mas, além dessa característica da formação social brasileira, a percepção mais difundida sobre os assentamentos é marcada

por mitificações instrumentalizadas no debate político sobre a questão agrária, e, em particular, sobre reforma agrária.

De forma recorrente caracterizam-se os assentamentos como favelas rurais – espaços de indigência formados por pessoas “estranhas” à agricultura e que deveriam, na melhor das hipóteses, ser objeto de políticas assistenciais –, exemplo do desperdício dos recursos públicos e demonstração do fracasso da reforma agrária.

Essas mitificações contribuem mais para ocultar do que desvelar o significado dos assentamentos, mais para empobrecer do que para qualificar e aprofundar o debate evidenciando sua complexidade e seus desafios. Daí a importância das iniciativas que expõem com rigor as atuais dificuldades, identificando suas causas como condição para a redefinição de práticas e de políticas públicas. Ao se dispor a conhecê-los na sua diversidade e a analisar seus impactos, revela-se o vigor destas experiências, algo que interessa profundamente àqueles que reconhecem as potencialidades transformadoras da reforma agrária e o direito de trabalhadores e trabalhadoras refazerem suas vidas.

A um quadro impressionista, fundado na suposta autoridade técnica dos interlocutores e do destaque a casos específicos, podemos contrapor as histórias de milhares e uma literatura acadêmica relativamente ampla, envolvendo tanto estudos de casos como pesquisas mais abrangentes de caráter regional e nacional. O acesso a essa literatura permite, ao invés de opor casos com dificuldades a casos bem-sucedidos, recompor os próprios termos do debate público sobre os assentamentos.

Muito há por se conhecer dos assentamentos, pois apesar da amplitude desta literatura, poucos foram os estudos de abrangência nacional e as bases de dados dos órgãos federais são ainda muito frágeis. A preocupação em suprir este desconhecimento da real situação dos assentamentos e dos assentados levou o governo federal a contratar pesquisas que foram desenvolvidas em diferentes momentos, por diferentes instituições e com recortes metodológicos específicos.

O presente livro, baseado na pesquisa “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas” – realizada pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) em 2000/2001 – representa uma continuidade do esforço para compor um quadro profundo e abrangente sobre os assentamentos.

Ao constituir uma coordenação nacional formada por renomados especialistas, de duas das principais instituições de estudos rurais – o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), e o Núcleo de Antropologia da Política (NUAP), do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, complementada por equipes regionais formadas por professores, mestrandos e graduandos de diferentes universidades federais e por técnicos de organizações não-governamentais com prévio conhecimento do objeto de estudo, foram criadas as condições para uma criteriosa investigação de caráter interinstitucional e multidisciplinar.

Por meio da leitura do livro, acessamos uma mensuração e qualificação dos efeitos e das mudanças provocadas pelos assentamentos que repercutem sobre a vida dos

assentados e sobre as regiões onde estão localizados, percorrendo as dimensões econômica, social e política. Como os impactos têm tempos e intensidades distintas decorrentes de variados fatores, a opção adotada foi definir como unidade de análise áreas de concentração de assentamentos, denominadas manchas, consideradas como referências mais apropriadas para apreender tais mudanças.

Os resultados apresentados de forma rigorosa contribuem para compor um quadro dos assentamentos bastante distinto daquele apresentado pelos que buscam desqualificar a experiência da reforma agrária.

A imensa maioria dos assentados é de origem rural, do próprio município ou dos vizinhos ao assentamento e já exercia atividade agrícola. Trabalhadores e trabalhadoras rurais que enfrentavam diferentes situações de sujeição ao trabalho.

Os dados mostram como a nova condição de assentado representou uma melhoria no acesso à educação e à saúde, produziu impactos importantes na geração de emprego e de renda, tanto no âmbito do assentamento como no seu entorno, que repercutiram sobre a própria dinâmica da região.

A integração ao trabalho agrícola não resultou na redução da freqüência à escola, como ocorre, em geral, no caso das famílias rurais. O resgate do direito à educação fica evidente pela existência de projetos nessa área que envolve jovens e adultos em cerca de dois terços dos assentamentos.

Se é verdade que os lotes dos assentamentos estudados correspondem a unidades familiares de produção, a pesquisa demonstra a incorporação de parentes e mesmo alterações na composição das famílias assentadas – algo com implicações importantes para a redefinição das referências adotadas pelo Estado no planejamento de suas ações.

Cerca de 90 % da população maior de 14 anos que vivem nos assentamentos trabalham no lote. A pesquisa aponta que o número médio de pessoas envolvidas nas atividades agrícolas e não-agrícolas (educação, saúde, construção de infra-estrutura etc) chega a três assentados por lote. Além de gerar empregos para a família, os assentamentos geram trabalho para outras pessoas, indicando uma das principais contribuições da reforma agrária.

O impacto dos assentamentos na região com a chegada dos créditos de instalação, dos recursos para a infra-estrutura, o desenvolvimento da produção e seus efeitos sobre o emprego e o comércio local repercutem sobre a vida econômica da região e sobre a percepção dos moradores em relação aos assentados. De uma desconfiança inicial decorrente dos conflitos que os originaram e da própria desqualificação que sofrem, os assentamentos passam a significar opções de geração de emprego, distribuição de renda e o próprio desenvolvimento regional. Entretanto, como assinalam os autores, esse progressivo acolhimento convive com uma divisão da opinião pública local, fazendo com que a disputa política para consolidar o reconhecimento social dos assentados e da própria reforma agrária seja uma necessidade permanente.

Os assentamentos constituem-se de fato, e apesar das dificuldades, em espaços produtivos e de garantia da segurança alimentar e nutricional. Combinam produtos de subsistência com outros voltados para a comercialização, promovem a introdução de

novas culturas e a diversificação da produção e da oferta de produtos para o mercado local. Fortalecem, também, sua situação perante os canais tradicionais de comercialização e contribuem para a criação de novos canais e para a instalação de unidades agroindustriais.

Diante da precariedade no acesso ao crédito e à assistência técnica, a comparação com os dados médios locais revela que os níveis de produção e produtividade dos assentamentos são bastante razoáveis. A pesquisa constatou, por meio de uma subamostra, um equilíbrio entre os assentamentos que estão acima e abaixo da produtividade média dos estabelecimentos agropecuários dos respectivos municípios.

A pesquisa revelou, ainda, que a condição de assentado inaugura para a grande maioria o acesso ao crédito e amplia o acesso a meios essenciais de produção, como máquinas e implementos.

Cabem dois registros em relação à renda dos assentados – tema recorrente para julgar o sucesso ou o fracasso do assentamento e sempre presente nas diversas pesquisas realizadas. Mais do que quantificar a renda, a pesquisa buscou qualificar as condições de vida dos assentados e sua possibilidade de acesso a serviços e bens. Isso não significa desconsiderar a importância dessa variável, mas chamar a atenção para o fato de que ela não deve ser tratada de forma isolada e em termos absolutos na avaliação sobre a garantia de condições mínimas de vida e rendimento. O livro reitera outras pesquisas ao demonstrar que os assentados desenvolvem uma estratégia de reprodução familiar apoiada numa inserção multifuncional envolvendo os diversos membros da família.

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a importância e a utilidade da pesquisa revelaram-se logo nos primeiros meses de governo. As informações e análises produzidas, associadas a dados provenientes de outras pesquisas, possibilitaram ao MDA desenhar e implementar ações dirigidas à recuperação dos assentamentos, a remontar o sistema de assistência técnica e, principalmente, definir as bases do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado na Conferência da Terra, em 21 de novembro de 2003.

A constatação de que as manchas potencializam os impactos dos assentamentos chama a atenção para a urgência do Estado em recuperar seu papel indutor no processo de reforma agrária, orientando as ações de desapropriação, combinadas com outros instrumentos de obtenção de terras e as demais políticas associadas. Trata-se de atuar para constituir áreas reformadas que ampliem a eficácia econômica e social e repercutam sobre a concentração da estrutura fundiária. Dessa forma, pretende-se superar o padrão anterior marcado por ações tópicas, que devido à capacidade de reprodução das experiências produziram verdadeiras “áreas reformadas” *a posteriori*, como assinalado pelos autores. Além disso, a ação do Estado deve orientar-se para a viabilização econômica do assentamento, integrando-o a uma dinâmica de desenvolvimento territorial. Isso significa considerar que é a leitura das potencialidades produtivas da região que deve informar a elaboração dos projetos de assentamento e a necessidade de se garantir, desde o primeiro momento, as políticas de apoio à produção (crédito e assistência técnica) e à comercialização, como prevê o II PNRA.

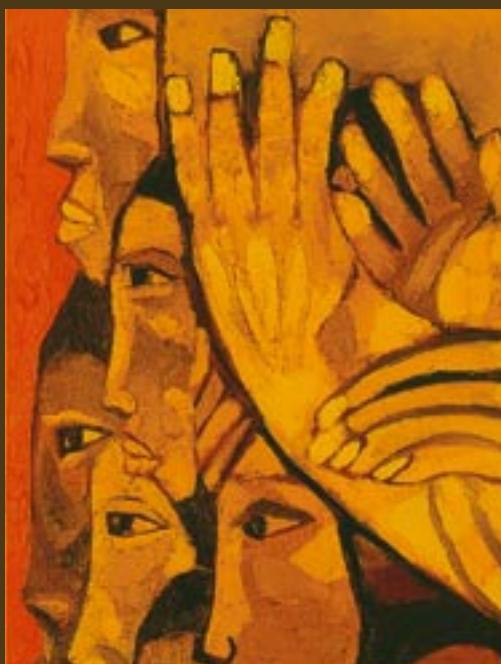
A satisfação do NEAD com esta publicação é imensa. Pela competência e rigor dos pesquisadores e pesquisadoras, pela qualidade e atualidade da pesquisa, pelas potencialidades que se revelam neste livro de cooperação entre as universidades e os órgãos executores de políticas públicas. Mas a satisfação é ainda maior pela inegável contribuição que o livro trará para restabelecer os termos democráticos do debate público sobre os assentamentos.

A riqueza de informações e a qualidade das análises farão da leitura desta obra um exercício prazeroso e surpreendente de aproximação a um universo construído pela gana de homens e mulheres que sem ilusões, mas embalados pelos sonhos de refazer suas vidas, mostram que é possível criar o novo.

Caio Galvão de França
Coordenador Geral do NEAD

1

INTRODUÇÃO



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um Estudo sobre o Meio Rural Brasileiro

Foi crescente nos últimos anos o número de pesquisas voltadas para o estudo dos assentamentos rurais no Brasil, mas são poucas as informações sistematizadas sobre o significado e a importância da implantação dos mesmos no ambiente regional no qual se inserem. Esta foi justamente a preocupação central da pesquisa que deu origem a este livro: analisar os impactos econômicos, políticos e sociais gerados por esses assentamentos rurais, constituindo em objeto de investigação as mudanças ocorridas nas regiões onde estão localizados.

Nossa intenção foi analisar os resultados da experiência recente de projetos de reforma agrária, tomando como foco algumas regiões do país que refletem a diversidade da realidade brasileira e que contam com elevada concentração de projetos de assentamento, além de um conjunto de estudos preexistentes sobre estes últimos, facilitando assim o direcionamento dos objetivos na dimensão do impacto externo, ou seja, do assentamento sobre o meio em que se insere.

Ao se configurarem como eixos principais que cercam a pesquisa, merecem uma menção especial as concepções de “região” e de “impactos” utilizadas¹. A concepção de região preteriu uma divisão meramente físico-espacial, incorporando uma definição mais abrangente, que permitisse a construção dos limites regionais a partir do próprio objeto de estudo. Partimos da suposição de que a concentração de projetos de assentamento e de famílias assentadas por unidade territorial traria maior possibilidade de apreensão dos impactos. Uma primeira análise da distribuição dos assentamentos e assentados no Brasil, com base na visualização dos mapas disponíveis, revelou a existência de áreas vazias (praticamente sem a presença de projetos) e uma concentração de projetos em determinadas partes do país, que aparecem nos mapas como *manchas*, indicando uma espécie de territorialização da reforma agrária². Essas áreas não apresentam necessariamente coincidência com nenhum recorte administrativo ou regional preexistente, algumas abrangendo uma pequena parte de um estado, outras envolvendo partes de dois ou três estados da federação, e também não se explicam pela lógica das políticas federais de reforma agrária, que se pautam por desapropriações isoladas, sem a preocupação com o estabelecimento de áreas prioritárias. Desta forma, as razões que levaram à sua formação passaram a ser também objeto de investigação. Seis delas foram selecionadas para a realização deste estudo e passaram a ser denominadas, para diferenciar-se de outros recortes regionais, de *manchas* de concentração de projetos. São elas:

1. *Mancha* do Sudeste do Pará (região do Bico do Papagaio);
2. *Mancha* do Entorno do Distrito Federal;
3. *Mancha* do Sertão do Ceará;
4. *Mancha* da Zona Canavieira do Nordeste;
5. *Mancha* do Sul da Bahia;
6. *Mancha* do Oeste de Santa Catarina.

Mapa 1 – Brasil

Localização das áreas pesquisadas (*manchas*)

Já o uso do termo “impacto” visa dar relevo aos efeitos de *processos de transformação* ativados/desencadeados pela criação de projetos de assentamento com ritmos e intensidades variáveis, referentes às dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, que incidem tanto na vida das famílias assentadas como no entorno dos assentamentos. Trata-se de um

processo com tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas cuja dinâmica impõe que consideremos tanto as condições anteriores da região onde o assentamento se insere, quanto as trajetórias dos assentados.

Esses processos de transformação, para os quais muitas vezes o termo “impacto” pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm um caráter molecular e só se potencializam ao longo do tempo. A intensidade e a natureza dessas mudanças dependem de diferentes contextos (locais, regionais, nacionais), impedindo que se busque qualquer linearidade. Podem ainda se dar em diferentes direções, em função de vários fatores que abrangem desde as oportunidades e competências de que cada assentado dispõe, as ações de diferentes mediadores que atuam junto aos assentamentos, as vicissitudes da política governamental dirigida direta ou indiretamente a esse segmento de trabalhadores que passou a ter acesso à terra etc. Os impactos dos assentamentos, como resultados de mudanças de curto, médio e longo prazos, fazem-se sentir tanto na vida dos assentados e do assentamento como também fora deles. Neste último caso, atingem os distritos, municípios e regiões onde os projetos se localizam, com efeitos diretos e indiretos sobre a sociedade mais ampla.

Diversos estudos têm apontado para o fato de que os “assentamentos de reforma agrária”, conforme aparecem no discurso governamental, englobam situações com origens bastante diferenciadas³: regularizações fundiárias em terras ocupadas por vezes há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou também por sindicatos de trabalhadores rurais; reservas extrativistas, fruto da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; usinas falidas, posteriormente desapropriadas, onde foram alocados os próprios trabalhadores que anteriormente eram assalariados etc.

Os beneficiários diretos dos assentamentos são também bastante diversificados. Do ponto de vista da inserção no processo produtivo, encontramos posseiros com longa história de ocupação da terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso à terra, optaram pela ocupação como forma para se perpetuarem como produtores independentes; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas, em especial construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir a desmatamentos que ameaçavam seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados ao mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas dispostos à ocupação; aposentados que depositaram no acesso à terra a expectativa de um complemento de renda etc.

Em todas as situações, mesmo naquelas que se constituem em meras regularizações fundiárias, ocorrem alterações significativas. Na medida em que se reduzem os conflitos e se criam territórios sob gestão do Estado, surge uma nova categoria: os “assentados”, que passam a ser alvo privilegiado de políticas públicas às quais não tinham acesso anteriormente, e cujos efeitos extrapolam os limites dos projetos e das populações ali assentadas.

No diálogo que estabelecem com o Estado, esses grupos, agora “assentados”, passam a se deparar com um conjunto bastante amplo de atores, de instituições governamentais (Incra, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, organismos de assistência técnica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente-Ibama); de organizações não governamentais (voltadas para o apoio e assessoria às demandas dos trabalhadores, ou especializadas na elaboração de projetos específicos de “desenvolvimento”); de entidades vinculadas às igrejas; de entidades

locais e regionais de representação (como movimentos de luta pela terra, sindicatos, federações de trabalhadores na agricultura, organizações de âmbito nacional como a Contag e o MST, associações de produtores, cooperativas, entidades patronais, entre outros).

Assim sendo, discutir os “impactos” dos assentamentos significa atentar para uma multiplicidade de relações em que a negociação e a disputa são virtualidades presentes e onde trajetórias diferenciadas implicam resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização.

Quando nos voltamos para a literatura sobre assentamentos rurais no Brasil, vemos que, embora a maioria das pesquisas tenha seu foco voltado para os efeitos sobre os beneficiários da reforma agrária (o que estamos chamando aqui de “impactos internos”), algumas análises apontam também para os efeitos “externos” provocados pelos assentamentos. A menção aos efeitos “externos” dos assentamentos vai se dar especialmente a partir de meados da década de 1990, quando já existia um número significativo de assentamentos, e sua presença começa a apontar para algumas questões cientes, tanto no debate político, como nas discussões acadêmicas. Um olhar sobre a literatura existente, com foco no que ela tem a nos dizer sobre os “impactos”, nos permite situar os termos em que o debate tem sido colocado e, consequentemente, o contexto em que se situou a pesquisa que deu origem a este livro.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que, sendo a reforma agrária um tema tão polarizador de paixões, os argumentos do debate político acabaram influindo nos rumos do debate acadêmico. Com o aumento do número de assentamentos, uma das questões que marcou fortemente o debate referia-se à viabilidade ou não da reforma agrária. No debate político estavam, de um lado, os que falavam em nome dos assentados e dos demandantes de terra, que buscavam dar visibilidade aos resultados de seus esforços em estimular a produção agrícola e pecuária nos assentamentos como forma de mostrar os efeitos positivos da reforma agrária⁴. Do outro lado estavam aqueles que se opunham ao processo de desapropriações em curso. Nesse caso, tratava-se de desqualificá-lo, mostrando a ineficácia produtiva dessas experiências, apontando baixos índices de produtividade, grande número de desistências, indícios de favelização das áreas rurais, e denunciando que, quando muito, estariam desenvolvendo uma agricultura de subsistência. Com isso, muitos estudos acadêmicos acabaram sendo realizados de forma a verificar o “sucesso” ou o “fracasso” da política de assentamentos, conforme apontado por Leite (1994).

Assim, diversas investigações, com âmbitos diferenciados (que vão desde estudos de caso em um único assentamento a amostras nacionais) e também abrangendo períodos temporais diversos, têm analisado os efeitos dos assentamentos. Nessas pesquisas, alguns aspectos são mais recorrentemente ressaltados, especialmente as dimensões econômicas e produtivas, mas também efeitos sobre o meio ambiente, a estrutura fundiária e a participação política.

Duas pesquisas de caráter nacional marcaram alguns termos do debate, enfatizando o recorte econômico. A primeira delas foi o estudo realizado por Castro e outros (1988), com base em uma amostra de 23 projetos de assentamentos implantados entre 1980 e 1983, ainda no regime militar. Segundo os autores, mesmo quando, na média, os projetos de reforma agrária apresentavam resultados satisfatórios, desenvolviam forte tendência à heterogeneidade no seu interior (Castro e outros, 1988:11). Ao longo da análise, fica evidente que o acesso ao crédito foi central para explicar essa diferenciação interna, uma vez que os projetos com renda mais baixa eram aqueles que não tinham tido essa oportunidade. Os autores chamam ainda a atenção para o que consideram um precário desempenho econômico dos “parceleiros”, configurando uma agricultura “caipira” (sic), com pouco uso de insumos modernos⁵.

A segunda delas foi o estudo patrocinado pela FAO (Guazirolli, 1994), talvez a mais ambiciosa investigação sobre o tema. Com base em uma amostra de caráter nacional, composta por 44 assentamentos (10 % dos então existentes), a pesquisa voltou-se para a análise da geração e distribuição de renda, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção etc. Os resultados da pesquisa mostraram que o programa de assentamentos do Incra foi eficaz na promoção do desenvolvimento rural e fixação do homem ao campo. Em que pese a diversidade de situações encontradas, a renda média gerada foi de 3,7 salários mínimos por família, superior, segundo os autores, à média de renda passível de ser obtida por qualquer categoria de trabalhadores do campo (Romeiro e outros, 1994:65). Apesar dos obstáculos infra-estruturais e da relativamente baixa produtividade, a pesquisa ressaltou a importância dos assentamentos no desenvolvimento de um setor de agricultura comercial. Segundo eles, era perceptível um crescente processo de integração aos mercados, em especial nos assentamentos com maior nível de renda.

Depois desses estudos, a inserção econômica dos assentados, sua renda, condições de vida, integração aos mercados locais têm sido os temas mais recorrentes nas análises sobre assentamentos, na medida em que são os indicadores mais constantemente esgrimidos para provar ou desmentir as potencialidades da reforma agrária. Do ponto de vista dos procedimentos mais comuns dessas pesquisas, trata-se de comparar o presente dos assentados com seu passado imediato ou então, através do cálculo monetário de renda, buscar condições de comparabilidade da situação dos assentados com a de outras categorias de trabalhadores.

Alguns anos depois, Lopes, valendo-se de um estudo de âmbito estadual em Sergipe, enfatiza as relações mercantis dos assentados, argumentando contra os que viam nos assentamentos nichos de produção unicamente para consumo doméstico. Demonstra que a nova situação havia possibilitado aos assentados um aumento da produção para autoconsumo, mas que a venda do excedente havia contribuído, ainda que de forma incipiente, para o abastecimento das sedes dos municípios onde estão localizados os projetos de reforma agrária. Embora constatando que, na safra de 1989, a maioria tivesse obtido uma quantia inferior a um salário mínimo mensal, isso não poderia ser considerado prova de insucesso, uma vez que os assentados estavam (a despeito do descaso do governo com a reforma agrária) cultivando a terra e produzindo alimentos, e que a maioria conseguia retirar o seu sustento do trabalho no próprio lote, não necessitando mais vender sua força de trabalho aos fazendeiros da região (Lopes, 1995:83). Em estudo posterior, Lopes volta a este tema, destacando o papel gerador de empregos dos assentamentos, sobretudo num meio rural como o sergipano, onde as oportunidades de trabalho rural são escassas (Lopes, 2000).

Explorando os dados do Censo da Reforma Agrária no estado do Ceará, Barreira e Paula têm uma percepção menos positiva dos efeitos dos assentamentos, considerando que em diversos casos os projetos de assentamento não conseguiram romper com o cinturão de miséria, não levando a uma maior produção agrícola e não permitindo aos assentados um aumento da renda familiar. Eles chamam a atenção para o fato de que os assentados que conseguiram melhores resultados foram os que se organizaram de forma cooperativa (Barreira e Paula, 1998:215).

Outros autores destacam diferentes aspectos da dimensão econômica dos assentamentos. Por exemplo, Neves, a partir de uma pesquisa qualitativa sobre um assentamento na região de Campos, no Rio de Janeiro, realça que um dos aspectos do processo de reforma agrária mais valorizados pelos assentados era a melhoria comparativa das suas condições de

alimentação, considerada mais farta e variada. Esta autora aponta também para o fato de que o mercado não pode ser entendido apenas como espaço de circulação de mercadorias. Com base na análise da criação de uma feira de produtores onde os assentados comercializam regularmente sua produção ela observa que, para além dos ganhos econômicos embutidos na possibilidade de venda direta, a feira estava servindo para que eles se afirmassem positivamente e se legitimassem frente à população da cidade e mesmo a outros segmentos de produtores do município. Assim, a feira estava funcionando como “fator importante na constituição econômica e política dos *assentados*”, e como “*locus* de construção de novos mediadores e alianças, de produção e incorporação de novos saberes” (Neves, 1996).

A partir de um estudo de caso sobre os assentamentos no município de Hulha Negra, no Rio Grande do Sul, Benedetti chega a conclusão semelhante. Segundo essa autora, a venda de produtos na feira de Bagé (cidade-pólo próxima ao assentamento pesquisado), além de um canal de comercialização, havia permitido aos assentados afirmarem-se como produtores rurais, assinalando um ponto de mudança na relação destes com a sociedade local, que tendeu à recusa da sua presença num primeiro momento. Também chama a atenção para o papel dos assentamentos como geradores de empregos, constatando que o assentamento abrigou 91 famílias, ao passo que, anteriormente, a mesma área da fazenda gerava apenas seis postos de trabalho (Benedetti, 2000).

Outra pesquisa, mais recente e de âmbito nacional, merece destaque, tendo influenciado diretamente na pesquisa que deu origem a este livro. Trata-se da investigação *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* (Leite e Medeiros, 1999, 2002). Como indica o título, tal estudo deteve-se não somente nas dimensões econômicas dos assentamentos, mas também nos seus efeitos sociais e políticos. Selecionando estados com perfis dispare, população demandante de terra e desenho de políticas públicas também diferenciadas (Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe), a pesquisa voltou-se para um conjunto de 27 assentamentos que haviam trazido algum tipo de mudança expressiva nas suas áreas de inserção (fossem elas econômicas, políticas ou sociais), de forma a explorar os significados desses “impactos” no que se refere à organização social e produtiva, condições de vida, relações com o poder local e com as políticas públicas de âmbito local ou não, participação política, alterações demográficas e no padrão de distribuição fundiário, efeitos ambientais. Essa pesquisa trouxe várias indicações sobre como os assentamentos podem afetar o seu entorno. Por exemplo, os dados apontam para a diversificação produtiva trazida por um assentamento a um município no norte fluminense antes caracterizado, quase que exclusivamente, pelas atividades pecuárias. Chamam ainda a atenção para os significativos resultados econômicos de um outro assentamento que, voltado para a produção de olerícolas, chega inclusive a ter peso na determinação de preços do Ceasa-Rio (Medeiros, Sousa e Alentejano, 1998). No âmbito da pesquisa citada, o relatório referente ao caso do Acre mostra que os assentamentos rurais, através da formação de extensas áreas contínuas dominadas pela agricultura familiar, estão levando a uma redefinição da dinâmica do desenvolvimento regional, impulsionando e/ou consolidando novos núcleos urbanos e modificando a organização espacial (Paula e outros, 2001:50).

Alguns outros estudos têm também enfatizado as alterações provocadas pela criação de assentamentos no perfil produtivo e comercial e na organização espacial dos municípios (ou mesmo regiões) onde se inserem. Benedetti, já citada anteriormente, dá relevo à importância dos assentamentos no município de Hulha Negra na diversificação e inovação produtiva de uma região tradicionalmente marcada pelo predomínio da criação extensiva de gado bovino. Neste

caso, os assentados passaram a produzir não só grãos (milho, feijão, sorgo), mas também sementes orgânicas de olerícolas, certificadas e com marca (Bionatur), atualmente comercializadas em vários pontos do país. A diversificação da produção e sua venda por intermédio de uma cooperativa dos produtores e da feira da cidade de Bagé resultaram numa dinamização do comércio da qual se beneficiou toda a localidade, sendo reconhecida pelo próprio prefeito.

A partir de um estudo sobre o estado da Paraíba, Ieno Neto e Bamat (1998) chegam a conclusões semelhantes, considerando que os assentamentos trazem visíveis alterações à paisagem rural local, que passa de um predomínio da cana e do pasto a uma agricultura familiar policultora, responsável pelo aumento da oferta de alimentos.

Em tese de doutorado baseada nos dados produzidos pela pesquisa coordenada por Medeiros e Leite (2002), Lopes também ressalta a introdução de novos cultivos agrícolas (como laranja, horticultura irrigada, coco) nos municípios onde foram criados assentamentos. Destaca ainda que ao redor dos projetos surgem novos negócios: “pequenas oficinas para conserto de máquinas e equipamentos para irrigação, (...) revendas de insumos agrícolas, mercearias, dentre outras coisas” (Lopes, 2000: 427/428).

Num estudo sobre o assentamento Fazendas Reunidas, em Promissão, estado de São Paulo, Pinto (2000) enfatiza a importância da participação dos assentados nas redes comerciais locais através do fortalecimento dos assentamentos rurais e dos recursos que eles carreiam e produzem, contribuindo para um aumento no número de estabelecimentos comerciais naquele município.

Reydon e outros (s/d), em pesquisa no município de Abelardo Luz, em Santa Catarina, mostram que houve uma intensificação da exploração das áreas onde se concentravam os assentamentos rurais, com um aumento percentual nas áreas utilizadas com lavouras temporárias e redução nas áreas produtivas não utilizadas. Constataram também um incremento das vendas dos produtos e serviços oferecidos pelo comércio local, com a participação maior dos assentados, apontando que esse desempenho poderia ter sido ainda melhor caso não houvesse sido comprometido por uma série de fatores, como a descontinuidade na concessão do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e a insuficiência e má conservação das estradas vicinais que dificultam o escoamento da produção agrícola dos assentados.

Em relatório da pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais*, referenciado ao estado de Mato Grosso, Ferreira e Fernandes ressaltam diferentes dimensões da importância da criação dos assentamentos para o comércio local, enfatizando seu destaque na criação de aglomerados urbanos. Nos assentamentos daquele estado, os espaços dos projetos destinados às instalações dos equipamentos e serviços básicos (escola, posto de saúde, áreas de lazer) vão se ampliando também para outros serviços, como comércio, oficina mecânica, bares, lojas, armazéns, secadores e depósitos de grãos, equipamentos e máquinas de beneficiamento e arroz, serrarias, postos de gasolina, igrejas e polícia, associações, clubes e bancos. Estes pontos de apoio e de serviços à comunidade estão sendo elevados a vilas e distritos. Eles consideram que essa urbanização do espaço rural, ocasionada pelos assentamentos de reforma agrária, é um processo de produção do social que traz impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. Trata-se de um processo histórico que arrola sujeitos, programas e projetos, com objetivos, metas, tempo e espaço, recursos financeiros, prazos e intervenção política e econômica (Ferreira e Fernandes, 2001).

Esses mesmos autores chamam a atenção para o fato de que uma série de mudanças atribuídas às potencialidades dos assentamentos pode não estar ligada diretamente a eles, mas

aos seus efeitos secundários. Em função disso, são necessários certos cuidados para pensar possíveis transformações produzidas pelos assentamentos. Assim, analisando o assentamento João Ponce de Arruda, em Mato Grosso, afirmam que, com a entrada da Sadia na agrovila, inúmeras benfeitorias relativas à infra-estrutura básica foram criadas e implementadas pelo estado e pela prefeitura de Campo Verde. As estradas vicinais foram cascalhadas, a energia elétrica chegou a todos os produtores, que passaram a introduzir inovações tecnológicas nos plantios, nas criações e, inclusive, em suas moradias (Ferreira e Fernandes, 2001).

O tema da concentração de terras tem sido objeto de poucas investigações, mas ganha destaque na pesquisa de Bergamasco e outros (2000) em cinco municípios paulistas com concentração de assentamentos (Promissão, Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Araraquara e Sumaré). Os autores constataram significativa coincidência entre a queda do índice de Gini e o período de criação dos núcleos, numa época em que a tendência foi o aumento da área média dos estabelecimentos rurais paulistas, fortalecendo a hipótese do peso dos assentamentos na desconcentração fundiária.

Também os impactos ambientais têm sido objeto de estudo, expondo as contradições que neles estão presentes. Lopes destaca problemas ambientais encontrados em alguns assentamentos de Sergipe, como o pouco cuidado com as áreas de preservação permanente, matas e rios; o desmatamento de reservas, a salinização de áreas, a sujeira dos canais de irrigação e o surgimento de pragas e danos pelo uso intensivo do solo sem rotação de culturas, bem como a pouca preocupação com a recuperação dos solos degradados (Lopes, 2000: 429). No mesmo sentido, Ferreira e Fernandes, analisando um projeto no Mato Grosso, afirmam que a expansão da atividade agropecuária na agrovila acarretou uma redução expressiva das áreas de reserva dos lotes. Esse problema se agrava em virtude de não terem sido identificadas atividades de reflorestamento (Ferreira e Fernandes, 2001). Em outras situações, a existência de reservas ou áreas de preservação tem se constituído em instrumento de disputa pelos assentados e pelos que se opõem aos assentamentos, como mostra Menezes (2000), com base em um caso pernambucano.

Por último, outro aspecto ressaltado por diversas pesquisas diz respeito às alterações na vida política local causadas pelos assentamentos, que vão desde a busca de novos espaços de demanda até a entrada de lideranças na disputa por cargos políticos.

Fazendo um balanço dos projetos de assentamento implantados no município de Araraquara-SP, Ferrante afirma que, embora os assentados não tenham um projeto político capaz de influenciar a dinâmica local/regional, o próprio reordenamento da produção, provocado pela construção de estratégias familiares (numa região marcada por grandes fazendas de cana e laranja), acaba trazendo novas dimensões à região, exigindo a redefinição de lógicas até então naturalizadas e impondo novos interlocutores nos espaços públicos (Ferrante, 2000:12).

A partir de estudo de âmbito estadual no Mato Grosso, Ferreira e Fernandes ressaltam a capacidade de organização para demandar e pressionar os poderes locais, levando-os a ampliar os serviços sociais prestados. Por exemplo, por força das negociações, pressões e apelos populares multiplicaram-se nos assentamentos os postos de saúde e os serviços médico, odontológico, laboratorial e de enfermagem, levando à contratação de médicos, dentistas, auxiliares de enfermagem, agentes de saúde, gerando também empregos na área de saúde (Ferreira e Fernandes, 2001).

Com base no estudo feito no assentamento Novo Horizonte, em Campos-RJ, Neves enfatiza que os assentados se tornam atores políticos com papel importante no mercado de disputa do voto, o que lhes autoriza o exercício da palavra pública e a obtenção de respostas

às suas reivindicações. No entanto, longe de idealizar a constituição dos assentados como atores políticos, Neves procurou mostrar como eles passaram a compor e se apropriar desse novo espaço de acordo com a experiência acumulada e as possibilidades oferecidas, o que, no caso por ela analisado, levou à reiteração do contrato clientelista como mecanismo de acesso a recursos, serviços ou mesmo bens públicos para uma coletividade (Neves, 1996:398).

Nessa mesma direção, referindo-se a Sergipe, Lopes mostrou como a criação dos assentamentos, no geral, não altera o quadro de troca de votos por pequenos favores. Muito pelo contrário, torna-se um campo importante para isso, dada a precariedade dos recém-chegados. Contudo, esse autor considera que a presença de assentados ocupando espaços de decisão no poder municipal (especialmente câmara de vereadores), anteriormente de acesso quase exclusivo aos membros das oligarquias locais, constitui em si um avanço provocado pela formação dos assentamentos rurais, independentemente dos partidos pelos quais foram eleitos, das ligações que possam ter com os grupos políticos dominantes e de representarem de fato os interesses dos assentados ou de adotarem práticas assistencialistas (Lopes, 2000:353).

Da mesma forma, Paula e outros ressaltam que a ocupação de postos do poder público municipal por lideranças oriundas de segmentos sociais subalternos, sobretudo no município de Xapuri no Acre, representa em um fato social absolutamente inovador (Paula e outros, 2001:51).

Outros autores chamam a atenção para o peso político-eleitoral dos assentamentos. É o caso de Benedetti (2000), que enfatiza a importância dos assentados para a campanha de emancipação de Hulha Negra (distrito onde estavam os assentados) e para a eleição do prefeito do novo município em 1996. Também Lopes (2000) constata o crescimento do número de eleitores nos períodos de criação de assentamentos, muitas vezes implicando o aumento de número de vereadores de determinados municípios. Além desse tipo de influência, Lopes salienta que vários assentamentos abordados na sua pesquisa são representados em conselhos, importante espaço para a explicitação e discussão das demandas dos assentados, em que pese o fato de que muitos desses organismos estão sob estrito controle dos prefeitos.

A situação de “ser assentado” requer, como alguns autores têm mostrado, uma determinada forma de relação com o Estado, mediada pelas suas experiências anteriores, implicando resultados aparentemente contraditórios. Ferreira e Fernandes (2001), por exemplo, apontam que a característica da luta pela terra no estado do Mato Grosso, marcada por conflitos e violência, fez com que o Estado passasse a ser visto como um opositor, criando uma resistência em muitos dos assentados para acessarem as linhas de crédito, tornando o trabalho no assentamento ainda mais difícil. Num momento posterior, essas resistências foram superadas pela nova configuração da luta pela terra no estado, com a presença do MST, a emergência de novos atores sociais, a gestão das prefeituras municipais frente ao Incra para desapropriação de terras, e a própria liberação de créditos (Ferreira e Fernandes, 2001).

Já L’Éstoile, estudando assentamentos na zona da mata de Pernambuco, aponta que a burocratização própria do processo de criação do assentamento, e em especial as rígidas orientações dos técnicos sobre como e o quê plantar (para obtenção de crédito), fazia com que os assentados tivessem uma percepção de sua nova realidade como intensamente mediada pela ação do Estado, chegando a se sentir “empregados do Estado”, sem liberdade para realizar suas próprias escolhas. Este mesmo autor ressalta que, para além da participação na política local, o assentamento provoca também um rearranjo na disposição de forças políticas em seu interior. Por exemplo, as práticas coletivas no interior dos assentamentos, mais do que um ideal nos discursos, podem também ser uma arma nas lutas internas, estigmatizando ou

excluindo da “comunidade” aqueles que por oposição ou por indiferença se recusam a se engajar nas atividades coletivas (que são as atividades coordenadas pela associação e seu presidente). Além disso, a disputa pelo controle de recursos cuja gestão exige competências específicas pode produzir a reordenação ou criação de novas hierarquias, favorecendo a emergência de líderes mais jovens ou com maior escolaridade (L’Éstoile, 2000).

Sem voltar-se especificamente para os assentamentos, mas fazendo uma reflexão sobre as relações entre reforma agrária e descentralização das políticas públicas, Araújo (1998) traz interessantes contribuições para se pensar um outro lado dos “impactos”: a lógica dos poderes públicos locais. Destaca que os prefeitos tendem a ver as demandas desencadeadas pela criação de assentamentos como um “problema” e, muitas vezes, os percebem como um verdadeiro enclave do poder federal no interior do município, gerando tensão na relação de muitas prefeituras com os assentados. Além disso, na medida em que recebiam créditos do Procerá, os pequenos produtores das áreas de assentamento tendiam a percebê-las como áreas privilegiadas que recebiam um tipo de apoio de infra-estrutura, a que muitos deles nunca tinham tido acesso. Um exemplo foi a assistência técnica diferenciada através do projeto Lumiar. Os argumentos de Araújo nos fazem pensar o quanto a criação dos assentamentos estimulou disputas locais por recursos escassos⁶.

Os resultados desses estudos e pesquisas, de diferentes âmbitos e realizados em diversas regiões do país, apontam para novos aspectos das mudanças que os assentamentos podem provocar no seu entorno, complexificando a compreensão desses processos, fugindo de uma dicotomia do tipo “positivo/negativo”. Tal perspectiva é aprofundada no trabalho que ora apresentamos, que, no intuito de avançar na trilha aberta pelas pesquisas anteriores, volta-se ao aprimoramento da apreensão desses efeitos internos e externos aos núcleos de reforma agrária, especialmente em contextos regionais de alta densidade e concentração de famílias assentadas, aspecto que, em geral, não mereceu tratamento diferenciado nos trabalhos analisados.

Assim, ao longo do estudo que deu origem a este livro, longe de afirmar sucessos ou fracassos da política de assentamentos, procurou-se desenvolver uma análise voltada à mensuração e qualificação desses efeitos e mudanças (internas aos assentamentos ou externas a eles), buscando construir indicadores e relações que refletissem o significado dessas experiências a partir, basicamente, da comparação entre as situações atual e anterior dos assentados (tanto em termos objetivos como subjetivos), bem como entre as condições socioeconômicas existentes no assentamento e aquelas verificadas no seu entorno. Do mesmo modo, foi feita uma avaliação dos efeitos resultantes da criação dos projetos nos níveis local e regional como, por exemplo, na estrutura fundiária, na produção agropecuária etc. Os assentamentos não só geram empregos e, de alguma maneira, aumentam o nível de renda das famílias assentadas, com reflexos na economia municipal e regional, como também transformam, em diferentes proporções, as relações sociais e de poder local. Em que pese a pobreza de diversos assentamentos, é preciso ter em conta a situação das famílias no período anterior à sua instalação na terra, e atentar para os projetos como uma possibilidade de reestruturação da própria lógica de reprodução da unidade familiar.

Deste ponto de vista, podemos falar dos assentamentos como *ponto de chegada*, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social na qual se empenham os diversos movimentos sociais rurais, no processo de luta pela posse da terra. O impacto proporcionado nos parece importante pela possibilidade de transformação de um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos, novos atores em cena.

Por outro lado, podemos também falar dos assentamentos como *ponto de partida*, ou seja, como a situação a partir da qual o produtor beneficiado busca – já num patamar diferenciado – implementar projetos tecno-produtivos, praticar uma nova sociabilidade interna aos núcleos de reforma agrária e inserir-se num jogo de disputas políticas visando sua reprodução (sobretudo na sua relação com o Estado).

A constituição de um assentamento (em diversos casos, de mais de um assentamento no âmbito de um mesmo município) normalmente já acarreta a introdução de novos elementos e agentes que provocam alterações nas relações de poder. Além disso, inaugura uma nova dinâmica de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção etc.) e reflexos, que se somam e às vezes disputam esses mesmos recursos com outras comunidades locais não beneficiadas por qualquer espécie de investimento público. Em outros casos ainda, é a presença do assentamento que inaugura novos processos reivindicativos. Nesse sentido, mais que uma identificação de “impactos”, trata-se de analisar um processo de mudança social, econômica e política que demanda alguma cautela e um enorme esforço criativo para ser estudado.

Dessa forma, conforme abordado anteriormente, a presente pesquisa tomou como foco áreas com elevada concentração de projetos de assentamento e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, denominadas *manchas*, pressupondo que este procedimento traria maior possibilidade de apreensão dos processos de mudança em curso.

Para a escolha das *manchas* a serem estudadas partimos dos mapas de distribuição espacial dos assentamentos no Brasil, identificando as áreas onde eles mais se concentravam⁷. A definição das *manchas* implicou trabalhar áreas contínuas, que concentram um número representativo de projetos de assentamentos, podendo abranger mais de um estado da federação, e sua delimitação geográfica não necessariamente coincidiu com outros recortes regionais existentes. Levou-se também em conta a existência de estudos prévios sobre os assentamentos, bem como a possibilidade de contar com equipes com experiência de pesquisas sobre essas regiões.

Ainda na escolha das *manchas* procuramos selecionar áreas que, no seu conjunto, refletissem a diversidade da realidade brasileira, e evitamos coincidência com as áreas estudadas pela pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* (Medeiros e Leite, 1999, 2002) que, embora tenha aspectos metodológicos diferenciados, focaliza também os impactos regionais dos assentamentos rurais⁸. Dessa forma, esperamos que os resultados conjuntos das duas investigações permitam uma análise nacional mais ampliada dos impactos, abrangendo um maior número de regiões e estados.

Com base nestes critérios selecionamos as seis *grandes manchas* referidas anteriormente (Mapa 1):

1. Sudeste do Pará (região de Conceição do Araguaia);
2. Entorno do Distrito Federal (abrangendo o Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás);
3. Sertão do Ceará;
4. Zona Canavieira do Nordeste (envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas);
5. Sul da Bahia (região cacaueira);
6. Oeste de Santa Catarina.

O passo seguinte foi a identificação, em cada estado abrangido pelas *manchas*, de todos os municípios com pelo menos um projeto de assentamento (ver mapas no Anexo 3).

O critério para a definição dos limites das *manchas* foi a existência de um conjunto de municípios vizinhos com concentração relativamente elevada de assentamentos (tanto em número de projetos, quanto em número de famílias e em área ocupada) e com uma dinâmica histórica, econômica, social e organizativa comum. Dessa forma, fomos delineando uma *grande mancha* a partir de cruzamentos com outros critérios de regionalização existentes (IBGE, governos dos estados, Incra, movimentos sociais). O recorte da *mancha* foi assim traçado a partir do próprio objeto de estudo.

Dentro de cada *grande mancha*, foi selecionada ainda uma *mancha amostral*, composta por um conjunto de municípios com as mais elevadas concentrações de projetos e com as mais altas participações da população assentada em relação às populações rural e urbana. Os Mapas 2.a, 3.a, 4.a, 4.b, 5.a, 6.a, 7.a, 7.b e 7.c, no Anexo 3, apresentam os estados abrangidos pela pesquisa, com o número de assentamentos por município e, em destaque, os municípios da *mancha amostral*⁹.

Conforme referido anteriormente, o processo de seleção das grandes *manchas* a serem investigadas, assim como a análise da distribuição dos assentamentos em cada estado para delimitação das *manchas amostrais*, apontou em si um dado interessante, revelando uma concentração dos projetos de assentamento em determinadas regiões e municípios, e a ausência em outros. Essa concentração pode ser visualizada, nos estados compreendidos pelas *manchas*, através dos mapas que indicam o número de projetos de assentamento por município¹⁰ e das tabelas com a concentração dos assentamentos por mesorregiões homogêneas do IBGE, ambos nos anexos.

Os municípios da *mancha amostral* foram considerados nossa unidade de referência para o levantamento de dados. Para captar os impactos regionais dos assentamentos rurais, determinamos que o instrumental utilizado, a ser buscado nos municípios selecionados, seria composto por dados secundários, entrevistas com informantes qualificados e também por um levantamento de informações primárias quantitativas com base em questionários aplicados junto à população assentada¹¹.

Os projetos de assentamento da amostra restringiram-se àqueles implantados pelo Incra no período entre janeiro de 1985 e dezembro de 1997, situados nos municípios abrangidos pelas *manchas amostrais*. Tomamos como data inicial de periodização a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que marcou uma diferenciação em relação às políticas anteriores de assentamento (que possuíam um caráter de colonização). A definição de dezembro de 1997 como última data de criação contemplada deu-se pelo entendimento de que é necessário um tempo mínimo de existência dos projetos de assentamento para que se possa observar os impactos gerados por eles. Originalmente havíamos pensado num tempo mínimo de implantação de cinco anos mas, como praticamente em todas as regiões estudadas houve um crescimento muito grande do número de projetos após 1995¹², optamos por delimitar, como tempo mínimo de existência, dois anos. A restrição aos projetos do Incra ocorreu por solicitação do Nead. Outra decisão tomada pela pesquisa foi a exclusão dos assentamentos oriundos do Programa Cédula da Terra, por entendermos que eles se diferenciam de um processo de assentamento *stricto sensu*.

Consideramos a necessidade de uma amostra de assentados (para aplicação de questionários) que nos permitisse uma comparação estatística com os dados secundários municipais. Esta amostra foi definida em 10% das famílias assentadas em cada município. A determinação do conjunto de municípios de cada *mancha* levou em conta que o número de questionários aplicados deveria girar entre 100 e 300 por *mancha*, de forma que a amostragem

final total (do conjunto das *manchas*) não ultrapassasse em muito 1.500 questionários. Essas definições obrigaram-nos a ir progressivamente recortando as *grandes manchas* até chegarmos, em cada *mancha amostral*, a um conjunto de municípios com um máximo de 3.000 famílias assentadas entre 1985 e 1997¹³.

Quadro 1.1. Unidades de análise e níveis de agregação da pesquisa

GRANDES MANCHAS
Grandes áreas com concentração de projetos
Mapa 1

MANCHAS AMOSTRAIS
Conjunto de municípios selecionados para a pesquisa
Mapas: 2b; 3b; 4c; 5b; 6b; 7d (Anexo)

MUNICÍPIOS DA AMOSTRA

Municípios selecionados, com elevada concentração de projetos – unidades de comparação com dados secundários

PROJETOS DE ASSENTAMENTO – PAs
Localizados nos municípios da amostra e criados entre 1985 e 1997

O *Quadro 1.1* resume os principais níveis de agregação utilizados na pesquisa. Num maior nível de agregação estão as seis *grandes manchas* de concentração de assentamentos anteriormente citadas, que foram utilizadas para efeito de contextualização histórica, econômica, social e política dos assentamentos ali estudados. Para uma diferenciação entre as *manchas* definidas inicialmente e as *manchas amostrais*, denominamos as primeiras de *grandes manchas* ou *manchas com concentração de assentamentos*. As últimas serão referidas como *manchas amostrais* ou simplesmente como *manchas*. Todas as tabelas e quadros estarão referidas às *manchas amostrais*. As unidades intermediárias de análise são os *municípios*, que representam, ao mesmo tempo, o termo de comparação com dados secundários. E, finalmente, a unidade básica de análise são os *projetos de assentamento* do Incra, criados entre 1985 e 1997, e situados nos municípios das *manchas amostrais*.

Para a definição das *manchas amostrais*, ou seja, a seleção dos municípios a serem incluídos na amostra, em cada *grande mancha* foram seguidos os critérios gerais definidos para a pesquisa: partimos dos municípios com maior densidade de projetos (em termos de número de famílias assentadas sobre o total da região e em termos da proporção entre população assentada e população rural e urbana) e procuramos delimitar uma área geográfica contínua de municípios ao redor deles, de forma a chegar a um conjunto de municípios com uma população assentada de 1.000 a 3.000 famílias (em projetos criados entre 1985 e 1997).

Ao final do processo de seleção das *manchas amostrais* ficamos com um conjunto de 39 municípios, com 15.113 famílias assentadas entre 1985 e 1997 em 181 projetos de assentamento, abrangendo uma área total de 536.235,23 ha. Conforme descrito anteriormente, ficou estabelecido que em cada um dos municípios seriam entrevistados 10% do total de famílias assentadas entre 1985 e 1997, de modo a permitir comparações com dados secundários municipais. No entanto, nem todos os 181 projetos de assentamento foram objeto de aplicação de questionários: nos municípios onde o número de projetos era muito elevado, optamos por concentrar a amostragem nos projetos com maior densidade populacional. No total, ficamos com 1.568 questionários e 92 projetos de assentamento¹⁵. Os dados da amostra final podem ser vistos na *Tabela 1.1*.

Tabela 1.1 Caracterização geral das áreas pesquisadas (*manchas amostrais*):

<i>Manchas amostrais</i> (e estados abrangidos)	Municípios selecionados	Total projetos (1985 a 1997) (*)	Famílias assentadas nos municípios (1985 a 1997)	Área total dos PAs nos municípios selecionados (1985 a 1997)	Projetos pesquisados (** 0	Questionários aplicados
Sul da Bahia (Região Cacaueira) - BA	8	15	734	12.919,5	14	87
Sertão do Ceará (Canindé) - CE	4	38	2.999	110.401,7	10	306
Entorno do Distrito Federal - GO e MG	6	24	2.409	114.803,2	14	237
Sudeste do Pará (Conceição Araguaia) - PA	2	27	3.320	240.929,3	10	366
Oeste de Santa Catarina - SC	8	35	1.802	27.292,9	19	185
Zona Canavieira Nordestina - AL, PB e PE	11	42	3.849	29.888,7	25	387
Total geral	39	181	15.113	536.235,2	92	1.568

Fonte: Listagens do Incra e dados da pesquisa. Ver *Tabelas A1.7 e A1.8*, com dados por municípios, no Anexo 1.

(*) Todos os assentamentos no município criados entre 1985 e 1997.

(**) Apenas os projetos de assentamento nos quais foram aplicados questionários.

Cada questionário individual foi aplicado diretamente ao responsável pelo lote (pessoa que gerencia o lote, em geral o/a chefe da família, independentemente de ser ou não legalmente o/a titular). Desta forma, cada questionário corresponde a uma família, ou mais especificamente a uma unidade familiar de produção. Além dos questionários aplicados aos beneficiários, o estudo lançou mão de um conjunto variado de instrumentos de pesquisa, como entrevistas qualitativas com representantes de diversas instituições locais e regionais, levantamento de bases cartográficas, documentos e relatórios técnicos, e a sistematização de fontes estatísticas de dados secundários. Adicionalmente, em cada projeto de assentamento pesquisado foi aplicado um questionário perfil, com o levantamento de dados gerais sobre o assentamento junto a informantes qualificados que possibilitassem uma caracterização geral dos mesmos¹⁶.

Embora todas as *manchas* selecionadas apresentem concentrações importantes de projetos, destacando-se tanto no nível estadual (muitas vezes representando um terço ou mais dos assentamentos existentes) quanto nacional, a participação dos assentamentos (seja em termos de área ocupada seja em termos de famílias assentadas) nos municípios e nas *manchas* pesquisadas é bastante variada. Este fator, aliado às diferentes dinâmicas regionais nas quais se inserem e à maior ou menor capacidade organizativa dos assentados, faz com que os impactos causados pela presença dos assentamentos sejam bastante diferenciados. Vale ressaltar que a amostra é estatisticamente representativa apenas nos municípios selecionados (*mancha amostral*), não representando a totalidade das regiões abrangidas e, muito menos, a realidade nacional.

Apesar da pesquisa que deu origem a este livro ter seu foco nos “impactos externos”, também uma boa parte dos dados levantados diz respeito aos seus “impactos internos”, ou seja, à caracterização da população assentada e à análise das mudanças desencadeadas nas suas vidas pela criação dos assentamentos. Na verdade, estas duas dimensões encontram-se interligadas, e analisar o impacto “externo” exige anteriormente uma observação sobre o que acontece internamente nos assentamentos.

No *Capítulo 2* centraremos o foco sobre as razões que levaram à concentração de assentamentos nas áreas estudadas, analisando para isso um pouco dos antecedentes históricos da questão agrária no Brasil e nas *manchas*. O *Capítulo 3* está voltado para a apresentação dos assentamentos e da população estudada, enfatizando alguns aspectos que

estão diretamente relacionados com a intervenção do Estado. No *Capítulo 4* estaremos voltando o foco da atenção para o mundo social dos assentados, analisando sua organização social e política, a família e o trabalho nas unidades familiares de produção, relação com as cidades, a sociabilidade no interior dos assentamentos, as formas associativas existentes e a participação política dos assentados. O *Capítulo 5* está voltado para as condições de produção nos assentamentos, a partir da caracterização das atividades produtivas existentes nos lotes, do perfil tecnológico e do acesso a equipamentos e instalações, o acesso ao crédito e a presença de assistência técnica, buscando sempre apontar para possíveis mudanças introduzidas pelos assentamentos nas regiões onde estão inseridos. No *Capítulo 6* procuraremos analisar as condições tecnológicas de produção nos assentamentos pesquisados, com ênfase no acesso aos meios de produção, ao seu financiamento e à assistência técnica. O *Capítulo 7* está voltado para a análise da potencialidade de geração de renda dos assentamentos e para as condições de vida da população assentada. No *Capítulo 8* tecemos algumas considerações finais sobre o trabalho, buscando ressaltar os principais aspectos que apareceram nas análises.

NOTAS

1 Nossa ponto de partida foram as concepções de “impacto” e de “região” definidas pela pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* (Medeiros e Leite, 1998).

2 Ver, por exemplo, David, Waniez e Brustlein (1998).

3 Andrade e outros (1989); Medeiros e Esterci (1994); Leite (1994); Bergamasco e Ferrante (1998); Medeiros e Leite (1998).

4 À frente desse empreendimento é marcante a presença do MST, estimulando a organização produtiva dos assentados. A partir de 1990, o lema do movimento passou a ser “ocupar, resistir, produzir”, e ele passa a jogar mais força na realização de experimentos de cooperação agrícola e no incentivo à formação política e técnica dos trabalhadores que recebiam lotes de terra. Em várias regiões do país, também sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais de trabalhadores rurais assumiram papel nas ocupações de terra e no acompanhamento aos assentamentos.

5 A pesquisa *Análise e avaliação dos projetos de reforma agrária e assentamentos no estado de São Paulo*, contemporânea a esse estudo, realizado por Bergamasco e Carmo na década de 80, aponta um tema bastante recorrente nas pesquisas, que é o fato dos assentados afirmarem uma melhoria nas suas condições de vida em relação à sua situação anterior, por ter moradia para a família, possuir espaço para produzir para subsistência, alimentar e educar os filhos, além de produzir excedente comercializável (Bergamasco e Carmo, 1991).

6 O Procera e o projeto Lumiar foram extintos em 1999 e 2000, respectivamente.

7 Foram utilizados vários mapas, em especial os elaborados por David, Waniez e Brustlein (1998), que apresentam a distribuição geográfica dos beneficiários da reforma agrária.

8 Conforme adiantamos, a pesquisa *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais* abrangeu os estados do Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. Essa pesquisa utilizou concepções semelhantes de “impacto” e de “região”, distinguindo-se da atual pesquisa por ter tomado como referência e objeto do trabalho de campo projetos de assentamentos exemplares, localizados em regiões diferenciadas dentro de cada um dos estados estudados.

9 No relatório da pesquisa foram também delimitadas *submanchas* amostrais em duas *manchas* (Oeste de Santa Catarina e Zona Canavieira do Nordeste). Essas *submanchas* amostrais resultaram de uma desagregação das *manchas* amostrais levando em conta a descontinuidade geográfica entre grupos de municípios e diferenças microrregionais, e serviram para análise de possíveis diferenciações internas nas *manchas*. Para facilitar a visualização das tabelas, essas *submanchas* foram suprimidas na edição do livro.

10 Mapas dos estados, já citados anteriormente: 2.a; 3.a; 3.b; 4.a; 4.b; 5.a; 6.a; 7.a; 7.b; 7.c, no Anexo 3.

11 Haviajamos pensado inicialmente também na aplicação de uma pesquisa de opinião pública (com questionários reduzidos) para levantar a percepção da população do município acerca dos assentamentos, mas esta idéia foi abandonada devido aos prazos exígios da pesquisa.

12 Este aumento foi especialmente significativo na Zona da Mata Nordestina e no Sul da Bahia.

13 Um maior detalhamento sobre os critérios para definição da amostra e dos municípios que a compõem, bem como sobre outros aspectos referentes à metodologia e às variáveis empregadas no estudo, pode ser visto no Anexo 1.

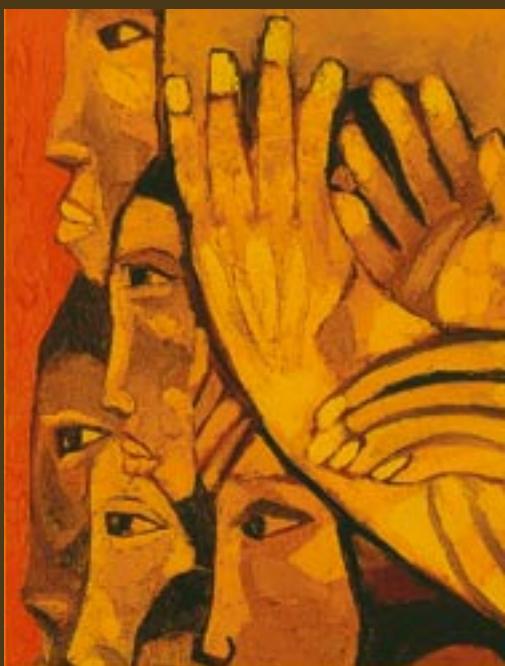
14 Para efeito de análise dos dados, sempre que possível estaremos nos referindo ao total de 181 projetos, como no caso dos itens sobre período de criação dos PAs e sobre tamanho dos projetos, para os quais foram utilizadas informações da listagem do Incra.

15 No Anexo 1 apresentamos, de forma detalhada, os procedimentos que definiram a construção da amostra, bem como a listagem dos assentamentos existentes e dos pesquisados, o número de questionários por projeto etc.

16 Nos anexos apresentamos um maior detalhamento de todo o instrumental utilizado na pesquisa.

2

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O HISTÓRICO DOS ASSENTAMENTOS NAS ÁREAS ESTUDADAS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

A questão agrária no Brasil e o surgimento dos atuais assentamentos

Uma das primeiras questões que se colocam ao levantarmos os históricos das *manchas* pesquisadas é justamente a compreensão das causas que levaram à conformação, num período recente (de cerca de 20 anos para cá), de verdadeiras áreas reformadas, que se contrapõem à lógica de desapropriações isoladas assumida pela intervenção do Estado na questão agrária. Apesar das grandes diferenças de histórias de ocupação e de ecossistemas naturais, o surgimento das *manchas* de assentamentos nas áreas estudadas reflete regionalmente um pano de fundo comum relacionado com a questão agrária no Brasil. Somada à herança histórica de uma estrutura agrária concentrada, a intervenção modernizadora do Estado na agricultura a partir dos anos 60 provocou uma acentuação das desigualdades sociais no campo. Tais iniciativas começaram a surtir efeito ao longo dos anos 70 e, associadas com as políticas mais gerais de desenvolvimento econômico (com reflexos diferenciados em cada região), estão na base dos conflitos que tiveram lugar nas áreas estudadas e que iriam desembocar nos assentamentos das duas últimas décadas.

A questão da propriedade da terra sempre esteve presente na história do Brasil pós-independência. Tentativas de ordenar a ocupação do solo foram uma constante de políticos e intelectuais do século XIX. De um lado, havia a preocupação de legalizar (como convinha a um projeto de “país civilizado”) práticas extralegais dos que concentravam seu poder em grandes extensões de terra e evitar conflitos que iam se tornando endêmicos. De outro, havia a intenção de reparar injustiças históricas, atribuindo terra (cuja propriedade, na época, era uma espécie de requisito da cidadania) aos ex-escravos, e assegurar um progresso que a experiência de muitos países sugeria estar fundado na pequena propriedade. A Lei de Terras de 1850, o Decreto que a regulamentou em 1854 e toda a legislação que se seguiu, bem como as medidas administrativas associadas, refletiam essas tendências. Essa preocupação comum, expressa em concepções opostas, persistiu ao longo do século XX, mesmo que os grupos que articularam essas iniciativas, e foram por elas também articulados, tenham se transformado ou sido substituídos por outros e que ênfases tenham sido alteradas ao longo do tempo. Propostas de “reforma agrária” ou de “solução do problema rural” contrapuseram-se e multiplicaram-se nos anos 20 e 30, no bojo das grandes lutas sociais, essencialmente urbanas e muitas vezes de extensão supranacional, que marcaram aquela época.

A partir do pós-guerra, a questão agrária passou a ser associada à idéia de “desenvolvimento econômico”. Todos continuavam defendendo a necessidade de intervenção do Estado. Logo no início da redemocratização, em 1945, foi discutido no Parlamento um projeto de Código Rural que, abrangente, buscava estabelecer normas para os mais diferentes aspectos da vida rural. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se os projetos de reforma agrária, onde o fundamental era a democratização da propriedade. No início dos anos 60, passou a ocorrer uma espécie de contraposição entre “desenvolvimento agrícola” (propostas de modernização dos latifúndios, sem atingir a fundo a propriedade) e “reforma agrária” (propostas de redistribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social e exigência do desenvolvimento). O Estatuto da Terra, promulgado no primeiro governo militar, incorporou estas duas propostas à letra da lei. Foi uma tentativa de conciliar por um lado a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio à “agricultura” (aos negócios dos grandes proprietários, em dificuldades) e por outro a reivindicação do acesso à terra por trabalhadores rurais (que emergiam com identidade própria nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 50). Em nome do princípio da propriedade, tentou-se garantir e limitar os direitos dos que já eram proprietários e pôr no horizonte dos que não o eram essa perspectiva. A intervenção sistemática na distribuição da propriedade tornou-se juridicamente possível, o que não quer dizer que se tenha tornado uma prática efetiva.

O Estatuto da Terra criou conceitos novos, inclusive uma tipologia dos imóveis rurais (latifúndio por dimensão, latifúndio por exploração, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar) e critérios para a identificação desses imóveis, alguns passíveis de desapropriação e outros não. Estabeleceu também uma sistemática de intervenção, prevendo a realização de estudos para o “zoneamento do país em regiões homogêneas”, capazes de indicar “as regiões críticas que estão exigindo reforma agrária com progressiva eliminação dos minifúndios e latifúndios” e “as regiões em estágio mais avançado do desenvolvimento social e econômico, em que não ocorram tensões nas estruturas demográfica e agrária”. A partir daí poderiam ser caracterizadas “áreas prioritárias de reforma agrária” (Estatuto da Terra, art. 43), dentro das quais seriam identificadas as áreas passíveis de desapropriação por interesse social.

No entanto, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. Medidas de “reforma agrária” (desapropriações por interesse social) foram usadas topicamente, para resolver um ou outro conflito. Rapidamente, os governantes acionaram instrumentos já utilizados no passado, anteriores ao Estatuto, como alternativas às desapropriações: grandes projetos de colonização, regularização fundiária, imposto territorial rural, compra de terras etc. O próprio Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), organismo destinado a implementar a reforma agrária, foi substituído pelo Incra, voltado fundamentalmente para colonização e administração da cobrança e distribuição do Imposto Territorial Rural (ITR). Desapropriações só eram arrancadas com muita pressão por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais ou de entidades de apoio à luta dos trabalhadores rurais, em especial a CPT. Merece ser lembrado o fato de que esse foi um período em que as grandes mobilizações tenderam a ser reprimidas pelos governantes.

Na prática, sucederam-se decretos criando e recriando “áreas prioritárias de reforma agrária”, sem que efetivamente se procedesse às desapropriações. No final do governo militar

e nos primeiros anos de regime democrático, adotou-se o procedimento de criar áreas prioritárias *ad hoc*. O que deveria ser o ordenador de uma política de redistribuição da propriedade tornou-se um empecilho burocrático a mais. Cada vez que conflitos de uma certa monta pressionavam o governo a realizar uma desapropriação, eram necessários dois decretos diferentes: um criando uma área prioritária e outro considerando o imóvel passível de desapropriação por interesse social, a última palavra cabendo à Justiça.

Uma certa perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização, em 1985, quando a chamada “Nova República” inscreveu a reforma agrária entre suas prioridades. A Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pautada sobre o Estatuto da Terra, lançada durante o 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, estabeleceu metas de longo, médio e curto prazos quanto à extensão de áreas a serem desapropriadas e ao número de famílias a serem assentadas, propondo o estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária. Enquanto a proposta estava sendo discutida com diferentes setores da sociedade, uma desapropriação emergencial, feita de acordo com os procedimentos então previstos, foi explorada pela imprensa conservadora e pelas forças anti-reformistas. Notícias enganosas diziam que o município, considerado área prioritária para viabilizar a desapropriação de um imóvel, passava a ser ele próprio alvo de desapropriação¹. O medo despertado por essa manobra política levou a que fosse abandonada a idéia de zonas prioritárias, com a convivência dos que, do outro lado do espectro político, achavam que as zonas prioritárias limitariam o âmbito das desapropriações, ainda mais que, entre a promulgação do Estatuto e aquele momento, os conflitos de terra haviam se generalizado.

Nas desapropriações emergenciais, foi adotado, de imediato, o procedimento de fazer coincidir área prioritária e área passível de desapropriação por interesse social, tirando a flexibilidade que, até então, tinha o poder público de desapropriar outros imóveis dentro de uma área prioritária, fosse para garantir melhores condições de viabilidade ao projeto a ser implantado ou simplesmente para alocar trabalhadores “excedentes”, de acordo com os critérios “modulares” estabelecidos pelo Estatuto da Terra. Mais adiante, a versão definitiva do PNRA eliminou as metas de médio e longo prazos e transferiu para os Planos Regionais de Reforma Agrária – PRRA a tarefa de fixar as áreas prioritárias. Foram, para tanto, constituídas comissões agrárias nos estados, gerando a esperança em alguns setores pró-reforma agrária de que se pudesse chegar a um zoneamento mais democrático. As comissões agrárias e os planos regionais de reforma agrária não resistiram à pressão dos grupos conservadores e rapidamente se esvaziaram.

O que tivemos daí para frente foram desapropriações não sistemáticas e não planejadas, no entanto bem mais freqüentes do que no regime militar. Elas foram ocorrendo na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais, que se desenvolveram mais livremente e espalharam-se mais rapidamente, na vigência de um regime político democrático. Esse processo não foi revertido mesmo com a reação ruidosa e muitas vezes violenta dos grandes proprietários, o esvaziamento do PNRA, as limitações impostas (não sem ambigüidades) pela Constituição de 1988 às desapropriações e as sentenças do Judiciário garantindo a latifundiários desapropriados valores de mercado por suas terras. Nos dois primeiros anos de governo civil foram desapropriadas mais terras do que nos 20 anos de domínio militar e nos anos subseqüentes – com exceção dos dois anos do governo Collor de Mello – as desapropriações e a criação de assentamentos aceleraram-se de modo expressivo.

Até 1990, os projetos de assentamento existentes no Brasil totalizaram 876 núcleos, sendo que, destes, 515 foram realizados no âmbito do PNRA; 137, oriundos de programas de

colonização oficial e 224, frutos de políticas agrárias de governos estaduais. Dados oficiais de 1995 indicavam o crescimento do número de projetos, que somavam, no conjunto, 1.626 núcleos, conglomerando 350.836 famílias em 27,2 milhões de hectares arrecadados (Palmeira e Leite, 1998). Cálculos feitos pelo Dataluta para 1999 sugerem números mais modestos para o período anterior a 1995, mas indicam também um crescimento exponencial a partir desse ano. Assim, aos núcleos, que seriam 1.193 até então, somaram-se, entre 1995 e 1999, outros 3.180, fazendo com que se tivesse em 1999, em todo o Brasil, um total de 4.373 assentamentos rurais, reunindo uma população de 503.442 famílias em 23.852.219 hectares.

Assim, se as intervenções estatais do passado² geravam pequenos enclaves geridos pelo Estado, ao sabor da vontade de mando de burocratas de diferentes escalões, ou então desapareciam, por obra de sua própria ineficácia ou por sua absorção pela dinâmica da sociedade circundante, isso não ocorreu com os assentamentos que se implantaram nos últimos 25 anos. Mesmo considerando que esses números estão muito aquém daquilo que estudos técnicos e avaliações dos movimentos de trabalhadores rurais vêem como sendo o mínimo necessário para caracterizar um efetivo processo de reforma agrária em um país como o Brasil³, essas estimativas apontam, se não para uma mudança da realidade do campo, para a presença de uma nova realidade no campo.

Conflitos sociais e assentamentos

Embora tenhamos encontrado nas *manchas* uma grande diversidade de elementos atuando no processo que conduziu à criação dos assentamentos rurais, uma análise do histórico dos assentamentos pesquisados nos permite afirmar que o motor das desapropriações foram conflitos e iniciativas dos movimentos sociais. Uma análise mais detida do histórico dos assentamentos pesquisados, contextualizados na história da região, revela que um eixo capaz de ordenar melhor o processo de formação dos assentamentos (e consequentemente das *manchas*) é a ocorrência ou não de conflitos e as modalidades destes.

Tabela 2.1 Distribuição dos assentamentos da amostra de acordo com a ocorrência ou não de conflitos em sua origem			
Manchas	COM Conflito	SEM Conflito	Total de PAs
Sul da BA	14	-	14
Sertão do CE	9	1	10
Entorno do DF	12	2	14
Sudeste do PA	10	-	10
Oeste de SC	18	1	19
Zona Canavieira do NE	25	-	25
Total	88	4	92

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

A presença de conflitos na origem dos assentamentos estudados

Uma primeira evidência é o fato de que, em todas as *manchas*, a quase totalidade dos assentamentos estudados resulta de situações de conflito: 87 dos 92 casos da amostra nasceram de algum tipo de conflito em torno da terra⁴.

Ao falarmos da existência de conflito, não estamos nos referindo necessariamente ao uso da violência⁵, mas à disputa pela propriedade da terra. Nossa preocupação foi assinalar se havia ou não conflito na origem da decisão do poder público de desapropriar a área e criar um assentamento. Assim, mesmo os casos em que, segundo informações dos assentados, os antigos proprietários omitiram-se diante de uma ocupação ou da reivindicação de desapropriação⁶ ou demonstraram uma certa cordialidade diante dos ocupantes⁷ foram considerados como conflitos, a menos que ficasse claro algum acordo prévio entre proprietários e trabalhadores ou entre aqueles e algum órgão público que tivesse levado a um uso meramente instrumental da ocupação como expediente para acelerar o processo de desapropriação⁸. O conflito não remete necessariamente a uma disputa em torno da área onde acabaram sendo assentados os trabalhadores. Vários assentamentos foram estabelecidos em terrenos outros que não o do imóvel que era objeto de conflito, localizados algumas vezes fora do município, quer como alternativas encontradas (às vezes, de forma negociada) pelo Incra ou algum órgão público, ou então por alguma entidade ligada aos trabalhadores para os ocupantes que, por alguma razão, não podiam ser assentados naquele imóvel, quer através de novas ocupações, promovidas por “excedentes” ou “dissidentes” da primeira ocupação⁹. Exemplos claros da desvinculação entre a demanda por terra e uma área específica foram as ocupações e acampamentos massivos de trabalhadores sem terra no Oeste catarinense em 1985: as reações dos proprietários variaram, mas o MST instalou um conflito de grandes dimensões, tendo como atores não apenas proprietários e sem-terra, mas um amplo conjunto que envolvia, além deles e das suas entidades ou movimentos, o governo do estado, diferentes organismos do governo federal, a Igreja Católica, sindicatos, partidos políticos etc.

A estreita relação entre as desapropriações e as iniciativas dos trabalhadores rurais e de seus movimentos se confirma quando cruzamos as informações sobre conflitos com aquelas que dizem respeito à iniciativa do pedido de desapropriação (sem desagregar por *manchas*, pois isso seria ocioso). A *Tabela 2.2* torna mais nítida a estreita associação entre conflitos e desapropriações/assentamentos e a consideração dos casos nos oferece elementos para entender em que circunstâncias o poder público tem agido por iniciativa própria.

Tabela 2.2 Distribuição dos assentamentos da amostra segundo a ocorrência ou não de conflito e a iniciativa do pedido de desapropriação

Existência de Conflito	Iniciativa do pedido de desapropriação (nº de projetos)			
	Incra	Outro órgão público	Trabalhadores/movimentos	Total
Com conflito	6	-	82	88
Sem conflito	3	1	-	4
Total	9	1	82	92

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Como se vê, as iniciativas do Incra são rigorosamente minoritárias. Os quatro únicos casos de assentamentos da amostra que não surgiram de situações de conflito referem-se a iniciativas tópicas do poder público, que não configuram uma política efetiva de reforma agrária. As seis associadas à ocorrência de conflitos referem-se a negociações com proprietários interessados em vender suas terras que acabaram “atropeladas” por ocupantes de outras áreas que tiveram conhecimento do fato¹⁰, ao deslocamento de trabalhadores de fazen-

da em processo de desapropriação¹¹, ao remanejamento de agricultores que ocupavam uma área indígena¹² e à aquisição por um banco de uma fazenda, que acabou ocupada pelo MST¹³. Das três intervenções feitas pelo Incra sem que houvesse a pressão de um conflito instalado, uma foi resultado de solicitação de proprietário interessado em vender suas terras, que não foi “atropelada”, como nos dois casos citados antes, por iniciativas dos movimentos¹⁴. Apenas as duas áreas restantes (Três Barras, em Cristalina, e Santa Cruz, em Formosa, Goiás) são fruto efetivamente da decisão do Incra (articulado ao governo do estado de Goiás) de implementar uma certa política. Sintomaticamente, seus resultados em termos de reforma agrária são desastrosos e, atualmente, nada além da mera formalidade burocrática autoriza sua classificação como “assentamentos de reforma agrária”. Dotados pelo Incra de uma infra-estrutura muito superior à da grande maioria dos assentamentos, tiveram seus beneficiários selecionados pelo próprio Incra de acordo com critérios discutíveis e sem que, pelo menos segundo eles, fosse dada prioridade a trabalhadores rurais. Essa seleção e as sucessivas vendas de lotes fizeram com que houvesse uma certa reconcentração da propriedade e com que a maioria dos proprietários atuais de lotes seja constituída de pessoas de classe média urbana ou médios e grandes arrendatários capitalizados mineiros, paulistas e gaúchos.

Além do Incra, encontramos, nas áreas estudadas, uma prefeitura municipal apontada como tendo tido a iniciativa de propor um assentamento de reforma agrária. Trata-se da prefeitura de Abelardo Luz (Santa Catarina) que, em 1996, cadastrou pessoas interessadas em ter um lote de terra e promoveu a ocupação de uma área previamente negociada com os proprietários, para forçar a tramitação rápida do processo de desapropriação. Dessa ação, resultaria o PA Três Palmeiras. Segundo informações de técnicos da região, haveria outros três projetos implantados no período 1996/97 resultantes desse tipo de iniciativa¹⁵.

As diferentes formas de luta pela terra na origem dos assentamentos

A análise anterior revela que o que tem pesado na implementação dos assentamentos nos municípios estudados, e provavelmente nos demais municípios das *manchas*, são os conflitos por terra e as iniciativas dos trabalhadores rurais e de seus movimentos.

As formas que assumem essas iniciativas são múltiplas e variáveis. Em muitos casos, formas diferentes são combinadas, intencionalmente ou por força da dinâmica da luta. No entanto, em certos momentos e lugares, uma determinada forma de luta pode atingir uma hegemonia quase absoluta. Outras vezes, num mesmo local há mudanças bruscas das formas de luta acionadas ao longo do tempo. Embora isso torne problemático classificar de modo conciso as formas de luta existentes, a *Tabela 2.3* trabalha com algumas categorias principais conciliando as categorias propostas em nossos instrumentos de pesquisa (questionários, roteiros de entrevista etc) com as situações registradas em campo.

As informações apresentadas na *Tabela 2.3* mostram que a maioria absoluta dos assentamentos da amostra resulta de ocupações de terra: 47 sobre 92 (51%).

As ocupações de terra têm predominância absoluta no Oeste de Santa Catarina, onde as únicas exceções foram três transferências de população promovidas pelo Incra (duas das quais para tentar resolver o problema de “excedentes” numa outra área que havia sofrido um processo de ocupação). As ocupações prevalecem também com muita nitidez no Entorno do Distrito Federal e, apesar da presença forte de casos de ocupações paulatinas e resistência na terra, predominam no Sul da Bahia. São ainda majoritárias no Sertão do Ceará, apesar da

Tabela 2.3

Distribuição dos assentamentos pelas formas de luta utilizadas pelos trabalhadores, segundo as *manchas* (nº de projetos e porcentagem)

Mancha	Ocupação (*1)	Ocupação paulatina (*2)	Resistência na terra (*3)	Mista (*4)	Outras (*5)	Total (100%)
Sul da BA	8 (57%)	4 (29%)	2 (14%)	-	-	14
Sertão do CE	5 (50%)	-	4 (40%)	1 (10%)	-	10
Entorno do DF	9 (64%)	-	2 (14%)	-	3 (21%)	14
Sudeste do PA	1 (10%)	9 (50%)	-	-	-	10
Oeste de SC	16 (84%)	-	-	-	3 (16%)	19
Zona Canavieira do NE	8 (32%)	-	6 (24%)	11 (44%)	-	25
Conjunto das manchas	47 (51%)	13 (14%)	14 (15%)	12 (13%)	6 (7%)	92

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) **Ocupação:** refere-se às ocupações massivas e públicas de terras, que se tornaram freqüentes e consolidaram sua denominação nos últimos 15 anos, a partir de um estímulo da ação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (e em geral atribuídas a ele), mas que no entanto se ampliaram para outros movimentos de luta pela terra ou mesmo o movimento sindical, que em algumas regiões têm uma presença mais importante que o MST. Incluímos aqui também dois casos de acampamento, via de regra uma das etapas da ocupação, um em Santa Catarina, outro no estado do Pará, que não chegaram a concretizar-se em ocupação, a desapropriação vindo antes.

(**) **Ocupações paulatinas:** são ocupações silenciosas, via de regra em pequenos grupos de posseiros que querem criar benfeitoria e ter, dentro de um certo tempo, o seu direito de posse reconhecido – nesses casos, os conflitos eclodem apenas quando a ocupação é “descoberta”.

(***) **Resistência na terra:** inclui todos os casos de luta de trabalhadores rurais (moradores, parceiros, arrendatários, posseiros) por permanecer na terra onde trabalhavam e/ou moravam, contra a vontade do proprietário ou pretenso proprietário.

(****) **Mista:** combinação de duas ou mais formas anteriores, sem que haja dominância muito nítida de uma delas.

(*****) **Outras:** abarca ações de trabalhadores e movimentos que nos pareceram não enquadráveis nas categorias anteriores, bem como os casos em que a iniciativa não pertenceu aos trabalhadores e seus movimentos.

importância que tem nessa região a resistência na terra. O quadro só se altera quando chegamos ao Sudeste do Pará e à Zona Canavieira do Nordeste.

No Sudeste do Pará, com uma só exceção¹⁶, os assentamentos representaram, mesmo que via desapropriação, uma espécie de “regularização” de áreas previamente ocupadas por pequenos agricultores. Destes partiu, quase sempre, a iniciativa da entrada na terra. Eles entravam individualmente ou em pequenos grupos, delimitavam os lotes de cada família e iniciavam o trabalho de derrubada e plantio. Caso não houvesse risco de repressão, toda a família se estabelecia de imediato na área. Os posseiros iam consolidando o direito de posse através da construção de casas e de outras benfeitorias, plantio de lavouras, pastagens e frutíferas. O apoio de mediadores só se tornava necessário quando surgiam represálias, na forma de ameaças, pressões ou violência direta de pistoleiros ou da polícia, o que resultou em geral em períodos longos entre a ocupação da área e a desapropriação¹⁷.

Na *mancha* da Zona Canavieira do Nordeste, as ocupações *stricto sensu* são um pouco mais numerosas que a resistência na terra (8 sobre 6), mas são superadas pelas formas “mistas” (11 sobre 8), que combinam, neste caso, a antiga (às vezes, de décadas, como no Sudeste do Pará) resistência na terra de velhos moradores ou de pequenos parceiros e arrendatários contra a sua expulsão de engenhos e fazendas com as mais recentes reivindicações de trabalhadores residentes ou não residentes de usinas falidas de terem suas indenizações trabalhistas pagas em terra. A utilização das ocupações como um dos instrumentos dessa luta generalizou-se nos anos 90, abrindo também a possibilidade de incorporar ex-trabalhadores da cana vivendo nas pequenas cidades da região e desempregados da região.

Na *Tabela 2.4*, procedemos um reagrupamento dos dados da tabela anterior levando em conta que, nos casos de *ocupação paulatina*, uma vez instaurado o conflito, o que está em jogo passa a ser a resistência na terra e que, no caso das formas mistas, foi a utilização das ocupações que assegurou resultados (com a desapropriações e criação de assentamentos) numa escala não obtida no passado.

Tabela 2.4 Distribuição dos assentamentos pelas formas de luta utilizadas pelos trabalhadores no conjunto das *manchas* (categorias reduzidas)

Forma de luta (categorias reduzidas)	Número de projetos	Percentual
Resistência na terra (Resistência na terra + Ocupação paulatina)	27	29,3%
Ocupação (Ocupação + Mista)	59	64,1%
Outras	6	6,5%
Total	92	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

A redução operada nessa tabela põe em evidência a importância que continua tendo a “resistência na terra”, essa forma secular de luta dos trabalhadores rurais: quase um terço dos assentamentos surgiu a partir dela. Se considerarmos que parte do que chamamos de “forma mista” é resistência na terra, veremos que seu peso é maior ainda.

Por outro lado, a contração de categorias serve para acentuar o quanto a ocupação como forma de luta se impôs nos últimos anos em todas as *manchas* (quase dois terços das iniciativas são pensadas como ocupação), quando não como um termo para designar qualquer ação por terra dos trabalhadores rurais (induzindo os pesquisadores, em alguns casos, a equívoco), lembrando que nesse tipo de confronto a iniciativa é dos trabalhadores e que não se trata de mera reação, mas também que muitas das ocupações são reocupações e que a “mistura” não está presente apenas nessa ou naquela *mancha*, o que ficará mais evidente quando tratarmos da origem dos assentados.

Se acrescentarmos à nossa análise a distribuição dos anos de criação dos assentamentos no tempo, mais uma vez podemos corroborar a afirmativa de que as iniciativas dos trabalhadores são o motor das desapropriações.

Conforme assinalado anteriormente, centramos o estudo sobre os assentamentos criados entre 1985 e 1997. No entanto, sua distribuição ao longo deste período apresenta variações importantes, coincidindo em linhas gerais com a distribuição temporal dos projetos no país como um todo, quer consideremos apenas os assentamentos promovidos pelo Incra (como pode ser visto nos dados fornecidos por esse órgão governamental), quer consideremos também projetos de colonização, reassentamentos e outras formas, de iniciativa federal, estadual ou municipal, como faz o Dataluta, jogando com informações de diferentes fontes.

Nos dois casos, verificamos uma concentração da criação de assentamentos no período 1985/89, seguida por uma baixa acentuada entre 1990 e 1994, e uma retomada da criação de projetos de assentamento no período 1995/97, quando verificamos o maior número de novos assentamentos¹⁸. Na *Tabela 2.5* a seguir, apresentamos uma comparação desses dados, fazendo um ajuste dos números do Dataluta à nossa periodização (excluindo os valores referentes ao período anterior a 85, embora mantendo o limite superior de 1999 e não de 1997, como na pesquisa)¹⁹.

Numa primeira análise, mais grosseira, essa variação poderia ser atribuída a diferentes orientações de política agrária dos sucessivos governos. No entanto, embora não caiba aqui proceder a tal tipo de análise²⁰, apenas as mudanças nos governos são insuficientes para explicar essa distribuição no tempo, pois com exceção do governo Collor – quando problemas na regulamentação da constituição e uma política nitidamente anti-reforma-agrária estagnaram quase por completo a criação de novos assentamentos – praticamente todos os demais governos entre 1985 e 1999 tiveram mudanças (e nem sempre uma só vez) na orientação de sua política agrária, dando peso maior ou menor à criação de assentamentos rurais.

Tabela 2.5
Distribuição temporal dos assentamentos segundo o período de sua criação: dados comparativos dos municípios pesquisados e do Brasil

Municípios pesquisados (Fonte: Listagens do Incra, 1999)			Brasil (Fonte: Dataluta 2000)		
Períodos assinalados pelo Dataluta	Total de projetos de assentamento nos municípios	% do número total de projetos criados neste período	Períodos de criação dos projetos de assentamento	Número de projetos de assentamento criados	% do total
1985-1989	45	25%	1985-1989	614	14,4%
1990-1994	14	8%	1990-1994	470	11,0%
1995-1997	122	67%	1995-1999	3.180	74,6%
Total	181	100%	Total	4.264	100%

Fonte: Listagens do Incra, 1999 (municípios pesquisados) e Dataluta, 2000 (Brasil).

Por outro lado, quando tomamos o conjunto das *manchas*, constatamos que a distribuição percentual das formas de luta utilizadas pelos trabalhadores – resistência na terra (29,3 %), outras (6,5 %), ocupações (64,1 %) – tende a coincidir com a distribuição dos assentamentos no tempo – 1985/89 (25 %), 1990/94 (8 %), 1995/97 (67 %), apontando para o fato de que estes intervalos de tempo, mais do que delimitarem períodos de governo, podem estar delimitando, de forma aproximada que seja, períodos em que prevalece um ou outro tipo de conflito e em que uma ou outra forma de luta é hegemônica, e atentando mais uma vez para a importância dos conflitos e lutas sociais no surgimento das *manchas* estudadas.

Uma observação mais detida das variações deste padrão geral em cada *mancha* reforça ainda mais esta análise, revelando uma dimensão importante dessas mudanças de orientação e, ao mesmo tempo, oferecendo elementos para caracterizar melhor os conjuntos de assentamentos que escolhemos estudar (*Tabela 2.6*).

Tabela 2.6
Distribuição percentual dos assentamentos dos municípios da amostra segundo o período de sua criação, por *manchas*

Período	Sul BA	Sertão CE	Entorno DF	Sudeste PA	Oeste SC	Zona Canavieira NE
1985-1989	40%	24%	21%	11%	57%	5%
1990-1994	–	5%	4%	30%	6%	2%
1995-1997	60%	71%	75%	59%	37%	93%
Totais	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999.

A diminuição do número de novos assentamentos no período 1990/94 é uma realidade em todas as *manchas* estudadas. A exceção é o Pará. O aumento do número de assentamentos no período 1995/97 também é geral. A exceção é Santa Catarina.

O Sudeste do Pará é a única *mancha* em que se tem um aumento progressivo do número de assentamentos criados nos diferentes períodos, tanto em números absolutos quanto em termos percentuais, sendo esta uma tendência que atinge o estado do Pará como um todo e, mais amplamente, a região norte²¹. Quando considerados o “número de famílias assentadas” (na verdade, a capacidade de assentar estimada pelo Incra) e as áreas dos projetos, essa tendência torna-se ainda mais evidente. O que parece estar em jogo nesse privilégio à Amazônia é soma da pressão dos que lutam pela terra (e a gravidade dos conflitos fundiários)²² com a velha idéia da colonização como alternativa à reforma agrária (cultivada pelos governos

militares e por alguns ministros do período democrático), e ainda com a perspectiva de bons negócios fundiários (com a desapropriação pelo Incra, ao preço de mercado ou acima dele, de antigas áreas públicas adquiridas por valores ínfimos por particulares)²³.

A concentração da criação de assentamentos em Santa Catarina no primeiro período expressa o resultado das ocupações massivas de terra no Oeste do estado levadas a cabo pelo MST e por alguns sindicatos de trabalhadores rurais, como veremos no próximo item. Essa mobilização fez com que, nos dois primeiros anos do governo Sarney, Santa Catarina, o estado com menor grau de concentração da propriedade rural no país, estivesse entre aqueles com maior número de desapropriações e assentamentos²⁴.

Chama ainda atenção na Tabela 2.6, a situação singular e um tanto paradoxal da Zona Canavieira do Nordeste. Foco reconhecido de tensões sociais desde pelo menos meados dos anos 50 (a ação das ligas camponesas em Pernambuco e na Paraíba esteve sempre entre as alegações utilizadas pelos que queriam justificar o golpe militar de 1964), *locus* (no caso de Pernambuco) de um sindicalismo de trabalhadores rurais atuante, responsável por alguns dos mais importantes movimentos grevistas do país no final dos anos 70 e início dos anos 80, teve um número extremamente baixo de desapropriações e de assentamentos no período 1985/89, o grande salto só vindo a ocorrer depois de 1995 (aliás, parece ter havido uma aceleração dessa tendência nos anos posteriores a 1997, ano limite de nossa amostra). O fato novo nessa região, capaz de explicar essa distribuição no tempo, é a já comentada crise da agroindústria sucroalcooleira a partir da segunda metade dos anos 80, com o fechamento de usinas e destilarias deixando dívidas trabalhistas, associadas às ocupações de terra, conforme veremos no próximo item.

Evidentemente, nem todas as características dos assentamentos estudados decorrem da sua associação histórica a um tipo de conflito ou a uma forma de luta, mas as indicações são fortes de que essa associação marcará, em alguma medida, a experiência posterior dos assentados.

Os antecedentes históricos e a questão agrária nas *manchas* estudadas

Afirmar que os movimentos sociais foram o motor das desapropriações de forma alguma quer dizer que eles atuaram como deuses *ex-machina* alternativos; como inversões do Estado planejador, a partir de algum plano estabelecido *a priori*. Tanto quanto os demais atores das lutas sociais, eles têm sido “prisioneiros” de, ao mesmo tempo em que têm atuado sobre, algumas configurações históricas específicas que nas *manchas* pesquisadas levaram a uma concentração de projetos de assentamentos²⁵.

Assim, a territorialização da reforma agrária, com a concentração de assentamentos nas *manchas*, é uma espécie de resultante objetiva das lutas empreendidas, que se torna objeto de reapropriações e racionalizações pelos diferentes atores. Nesses confrontos, os movimentos de trabalhadores têm conseguido definir “áreas prioritárias” para as intervenções do Estado e têm sido hegemônicos no desenho de modelos de “assentamento”, vale dizer, de padrões de relacionamento social que, se não são aqueles idealizados pelas propostas doutrinárias dos movimentos, estão em todo caso muito mais próximos do que é valorizado pela “cultura camponesa” do que daquilo que é propugnado pela duvidosa racionalidade dos planejadores estatais.

Para entender as transformações recentes que levaram à formação de áreas com elevada concentração de projetos de assentamento precisamos levar também em conta os elementos presentes na configuração histórica das *manchas*, que têm como pano de fundo a articulação da estrutura agrária com a ação do Estado. Como comentado anteriormente, durante o período da ditadura militar prevaleceu claramente a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto da Terra. A partir dos anos 60, a presença do Estado se fez efetiva sob as mais variadas formas, promovendo, através de suas intervenções, a modernização da agricultura, segundo um modelo específico de desenvolvimento, que ficou conhecido por “modernização conservadora”²⁶. Merecem ser lembradas as iniciativas de crédito abundante, além dos incentivos fiscais e outras modalidades de subsídios implementadas de acordo com cada região. O objetivo era o aumento da eficiência do setor agrícola mediante o crescimento da produção e da produtividade e a redução dos custos. Em geral, essas políticas estiveram direcionadas para produtores considerados potencialmente capazes de se modernizar. Era, portanto, um modelo de desenvolvimento preocupado em viabilizar determinados setores da economia agrícola, em especial as grandes propriedades.

Esse tipo de atuação do Estado levou a um conjunto de mudanças nas relações sociais e a uma acentuação das desigualdades sociais no campo, provocando efeitos diferenciados de acordo com o tipo de estrutura agrária vigente em cada região. De uma forma geral, levou a uma maior concentração da estrutura fundiária e a um processo de expropriação econômica e social dos pequenos produtores e trabalhadores assalariados, gerando uma reação e uma série de conflitos que começam a surgir ao longo dos anos 70 e se agravam ainda mais na década de 90. Nestes conflitos a ação dos movimentos sociais é uma constante, ocorrendo de modo diferenciado conforme as regiões e as condições do processo de luta.

Os reflexos locais desse processo geral podem ser claramente visualizados nas especificidades de cada *mancha* e acabaram gerando as condições que desembocaram numa concentração de assentamentos nestas áreas.

A questão agrária no Bico do Papagaio e os assentamentos do Sudeste do Pará

Nos últimos 30 anos ganharam visibilidade nacional os violentos conflitos pela posse da terra na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, na área fronteiriça dos estados do Maranhão, Tocantins e Pará (especialmente o Sudeste do Pará). Configurou-se, desde então, não apenas no imaginário nacional, mas também na agenda de ações do Estado, a percepção da existência da “região do Bico do Papagaio”.

A intensificação do povoamento dessa região se deu a partir do século XX, condicionada pelos diferentes ciclos econômicos, especialmente o da borracha e da castanha, que foram determinantes na constituição dos latifúndios e das oligarquias tradicionais na região, tendo o gado como atividade secundária subsidiária. Na década de 50 começaram a ser implementadas várias ações que pretendiam incorporar a região do Bico do Papagaio, bem como de toda a Amazônia, ao cenário político e econômico nacional. A construção de diversas rodovias, como a Belém-Brasília, a PA-070 (ligando Marabá à Belém-Brasília) e a PA-150 (ligando Belém ao sul e sudeste de Marabá), facilitou o acesso à região, promovendo a chegada de novos fluxos migratórios oriundos de diversos estados e de novos atores vindos do centro-sul. Em função da valorização das terras e do consequente crescimento da grilagem, as rodovias levaram à expulsão de posseiros instalados nas suas margens.

A criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1966, no bojo da modernização conservadora, contribuiu para intensificar os conflitos na região, instituindo novos mecanismos de intervenção do Estado, como incentivos fiscais para o estabelecimento de empresas agropecuárias em toda a Amazônia; apoio a empreendimentos de pecuária de corte e a projetos de colonização. Houve também a implantação de grandes projetos hidrelétricos e siderúrgicos. Os fortes incentivos fiscais da Sudam inauguraram a prática de derrubada de grandes áreas de mata para implantação de pastagens, viabilizando a instalação de grandes projetos de pecuária extensiva²⁷, que contribuíram para abalar o poder das oligarquias tradicionais. Todas essas iniciativas alteraram radicalmente a dinâmica social e econômica da região, provocando uma intensa concentração fundiária e gerando um quadro de tensão social que ganha visibilidade em meados dos anos 70 com a eclosão de violentos conflitos pela posse da terra na região do Bico do Papagaio, que, no contexto da ditadura e agravados pela herança de presença militar no Sudeste do Pará²⁸, foram alvo de dura repressão.

Na década de 80 há uma retomada dos fluxos migratórios para a região, com a febre do ouro (com a descoberta de minas de ouro em Serra Pelada e vários outros pequenos garimpos), a abertura de serrarias e a implantação do parque siderúrgico do Projeto Grande Carajás. Houve um deslocamento de significativo contingente populacional de vários estados (Minas Gerais, Bahia, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará), em sua maioria de origem rural e do sexo masculino. A frustração das expectativas dos garimpeiros e o esgotamento dos pequenos garimpos constituíram um significativo excedente de mão-de-obra, representado pelos que não tiveram condições de voltar às suas regiões de origem, estabelecendo-se nas áreas dos projetos de colonização ou nas suas proximidades, gerando igualmente um quadro de conflito. Também a implantação dos projetos de pecuária extensiva, financiados pela Sudam, representou fator de atração de migrantes, pela necessidade de mão-de-obra para derrubadas de grandes áreas de mata e o plantio das pastagens. Porém, uma vez encerrado o trabalho da derrubada, esses trabalhadores ficavam sem ocupação.

A falência do plano governamental para o desenvolvimento da região, dada pelo insucesso generalizado dos grandes projetos agropecuários, começou a se vislumbrar já no início da década de 80 e pode ser considerada como um dos fatores que forneceram a base para o amplo processo de redefinição da estrutura fundiária que ali ocorreu (Melo, 1999). Em meados dos anos 80, com a redução dos financiamentos da Sudam, surgiu um novo excedente de mão-de-obra que teve como única alternativa a busca das terras ainda consideradas livres, intensificando os conflitos pela terra.

No início dos anos 80 a restauração do regime democrático abriu novas possibilidades para a resolução dos conflitos, fator determinante da aceleração no ritmo de novas ocupações. Iniciou-se também a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais de diversos municípios (com as vitórias das “oposições sindicais”) em apoio aos posseiros, o que contribuiu para as primeiras desapropriações que, por sua vez, fomentaram novas iniciativas de ocupação.

Conforme abordamos anteriormente, nessa região predominaram as “ocupações paulatinas”, que têm como característica o fato de não haver uma ação coordenada e orientada politicamente: a iniciativa de cada ocupação partia de indivíduos que, motivados pela necessidade de sobrevivência, buscavam identificar as áreas “livres” (com mata, portanto, não trabalhada), e entravam individualmente ou em pequenos grupos, delimitando as posses individuais e iniciando o trabalho de derrubada e plantio. Caso não houvesse risco de repressão, toda a família se estabelecia de imediato na área. Em situações de conflito aberto,

apenas os homens ficavam na área, e era necessário maior nível de organização, tanto para realizar o trabalho (em mutirão) como para garantir a segurança (alguns permaneciam de vigia, enquanto o restante do grupo trabalhava).

Os conflitos em geral eram mais violentos quando se tratava de fazendeiros locais, pois nesses casos, além da questão econômica, estava em jogo também a perda de posição social e política. Normalmente as ocupações que não davam origem a conflitos abertos ocorriam em imóveis que sediavam empreendimentos considerados falidos e sem acesso a recursos que viabilizassem novos investimentos, ou então em imóveis cujos proprietários já não dispunham de recursos para investir em atividades produtivas e estavam interessados em se desfazer dos mesmos. Em ambos os casos a desapropriação pelo governo federal era uma possibilidade interessante para os proprietários.

O apoio de mediadores (STR, Igreja, CPT, lideranças políticas locais) era buscado apenas quando surgiam represálias, como ameaças, pressões ou violência direta de pistoleiros ou da polícia. Tinha início então um processo de contatos, articulações, negociações e pressões para a desapropriação das áreas. O Incra era inicialmente mobilizado pelos “ocupantes” ou por seus apoiadores apenas quando os direitos de posse se viam ameaçados – o que poderia ocorrer anos depois da ocupação. Posteriormente, frente ao sucesso de iniciativas anteriores, os posseiros passaram a buscar o órgão logo no início da ocupação.

Assim, embora nessa região os conflitos pela terra sejam antigos e intensos, apenas muitos anos depois, após a falência dos grandes projetos agropecuários (com o fim dos subsídios), vão ocorrer na região desapropriações que levariam a um processo de reestruturação fundiária, que assumiu maior ou menor intensidade em determinadas áreas, entre as quais se destaca o antigo município de Conceição do Araguaia²⁹.

A criação de Brasília e a problemática agrária no Entorno do Distrito Federal

A vegetação do cerrado e a centralidade em relação ao território nacional são elementos determinantes na conformação da questão agrária na região que é hoje o Entorno do Distrito Federal. O principal elemento para a dinâmica de ocupação da região foi a instalação, a partir do século XVII, de grandes fazendas de gado nas áreas de cerrado propícias ao desenvolvimento da pecuária extensiva. As fazendas, com seus vaqueiros e agregados, mantinham em suas margens núcleos de agricultura de subsistência, conjugando um padrão de convivência e dependência entre os grandes latifundiários e os colonos, moradores, parceiros e posseiros. Os primeiros municípios da região foram sendo construídos entre as grandes fazendas, como entrepostos de tropeiros. Além das fazendas de gado, no início do século XX houve um curto ciclo de borracha a partir de espécies nativas do cerrado, contribuindo para a intensificação do processo de ocupação da região.

Na década de 50, a construção das cidades de Goiânia e Brasília, bem como da hidrelétrica de Três Marias, trouxe um rápido crescimento para a região, com aumento da população e também do número de municípios. A criação de Brasília promoveu uma drástica alteração dos eixos de migração interna, geralmente do Norte/Nordeste em direção ao Sudeste, colocando a nova capital federal como uns dos principais centros de atração de migrantes do país. O mundo de oportunidades simbolicamente representado por Brasília significou a constituição de um verdadeiro cinturão de problemas para os pequenos municípios adjacentes, que se mostraram incapazes de acompanhar o ritmo imposto pela metrópole. Assim, a região do Entorno

do Distrito Federal passou a conviver com um paradoxo que associa a modernidade representada por Brasília ao atraso dos latifúndios improdutivos e da pecuária extensiva. Além dos problemas decorrentes do intenso fluxo migratório em direção à capital federal, o seu entorno sofre também com a brutal valorização das terras.

Até meados da década de 60, em função das deficiências do solo e da falta de infraestrutura, as regiões de cerrado no Planalto Central eram pouco utilizadas para o desenvolvimento da agricultura comercial, ocupadas por grandes fazendeiros que se apropriavam das chapadas e veredas para a criação extensiva de gado e por posseiros, meeiros e pequenos proprietários que praticavam uma agricultura de subsistência. No final dos anos 60, a intensificação do processo de modernização da agricultura e a oferta de recursos (financeiros, tecnológicos e jurídicos) para a adaptação do cerrado às exigências de uma agricultura capitalista também trazem mudanças no padrão de uso e posse da terra na região³⁰. Os pequenos proprietários e posseiros começaram a ser expropriados, intensificando-se a concentração fundiária.

A associação entre a atração de fluxos migratórios para Brasília, a concentração fundiária previamente existente no seu entorno e o processo de modernização conservadora da agricultura trouxe efeitos perversos que provocaram a ampliação dos problemas sociais e econômicos da região. Com a crescente fragilidade das relações de parceira e do colonato e a intensificação da contratação de trabalhadores volantes, os trabalhadores não encontravam possibilidade de reprodução social nem através da agricultura de subsistência, nem da venda de sua força de trabalho, abrindo espaço para a emergência de três modalidades de conflito: uma entre posseiros e grileiros, ambos interessados em ampliar o controle sobre as terras valorizadas pelo processo de modernização; outra entre colonos e moradores, de um lado, e proprietários, de outro, resultante do rompimento de contratos de parceria; e uma terceira, provocada pela intensificação da presença de trabalhadores rurais sem terra e sem trabalho nas periferias das cidades da região.

O agravamento das consequências da modernização da agricultura, o esgotamento da política de crédito rural subsidiado e a conjuntura política de mobilização pela redemocratização do país possibilitaram um cenário político-social favorável à reforma agrária. A presença de mediadores sociais associados à questão fundiária teve início nos anos 70, com a atuação da Igreja Católica e, posteriormente, com o movimento sindical, ganhando corpo no final da década de 80, num processo que levou a uma politização dos conflitos fundiários em prol da reforma agrária, culminando com as ocupações de áreas improdutivas. Tanto no lado mineiro quanto no lado goiano da região do Entorno, as atuações mais destacadas na luta pela terra foram das federações estaduais de trabalhadores rurais (Fetaemg e Fetaeg), com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), incentivando a criação de sindicatos e a organização e mobilização dos trabalhadores rurais. A partir do final dos anos 80, o MST passou a ter também uma participação importante no processo de luta pela terra na região.

No Noroeste mineiro dois marcos referenciais para as lutas pela terra naquela região foram as desapropriações das fazendas Saco Grande/Palmerinha (em Unaí, 1984) e Fruta D'Anta (em João Pinheiro, 1986), que acabaram impulsionando novas lutas. Em Unaí a desapropriação foi resultado da resistência de antigos moradores ameaçados de expulsão³¹. Já o caso da fazenda Fruta D'Anta inaugura uma ação do movimento sindical (com apoio também da Igreja Católica), com a organização de ocupações em áreas identificadas como improdutivas, construindo a luta pela reforma agrária num novo patamar, que ultrapassa os limites da resistência de posseiros.

No lado goiano, até 1997, o principal mediador da luta pela terra foi o movimento sindical de trabalhadores rurais, que atuou na implantação de pelo menos 18 projetos de assentamento, sendo que em alguns momentos a parceria com o movimento sindical mineiro foi importante. Foram identificados também movimentos de luta pela terra com atuação local³².

Os conflitos e a luta pela terra no Sertão do Ceará

As características da estrutura agrária no Ceará, com forte concentração da posse da terra, remontam ao século XVII, quando da concessão das primeiras sesmarias para a formação de grandes fazendas nas áreas do sertão semi-árido, com criação de gado extensiva e baixa ocupação de mão-de-obra, tendo o vaqueiro papel fundamental. A ocupação do território e as relações sociais foram sendo construídas com base num modelo dual: de um lado o coronel-proprietário de terra, detendo forte poder, de outro o camponês. A partir do século XIX, o algodão se estabelece como cultivo importante, ao lado do gado, verificando-se um regime de parceria no qual o cultivo do algodão se associa ao cultivo do milho, feijão e mandioca. O camponês morava na fazenda, pagando uma renda e mantendo uma relação de dependência e subordinação consubstanciada na gratidão e no favor, num quadro de mando e de miséria, agravado pelos períodos de estiagem.

Em toda a região semi-árida (que ocupa a maior parte do Ceará), os problemas sociais se agravam nos períodos de seca, tendo como um dos aspectos mais aparentes o grande aumento do êxodo rural, que se dá tanto das cidades do interior para a capital quanto em direção ao sul do país. A partir dos anos 60 do século XX, e especialmente nas décadas de 70 e 80, o meio rural cearense foi alvo de vários programas governamentais voltados para a agricultura, dentro do espírito da modernização conservadora já comentada anteriormente³³.

A modernização da agricultura naquele estado levou a um processo de expulsão dos parceiros-moradores, que residiam no interior das grandes propriedades, gerando fortes conflitos sociais que se intensificaram nos anos 70 (Barreira, 1992). A crise da cultura algodoeira veio reforçar este quadro de conflitos. Nos anos 60 surgiam os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais, que nos anos 70 abarcam a luta pela aplicação do Estatuto da Terra. Estas lutas envolviam o regime de parcerias e criavam um espaço jurídico de contestação da “ordem” dos grandes proprietários de terra. Muitas começavam com reivindicações de menor pagamento de renda ao proprietário e desembocavam na resistência à expulsão da terra, como foi o caso dos três conflitos que marcaram a luta pela terra no Ceará: Japuara, no município de Canindé (1968 a 1971); Monte Castelo, no município de Choro (1977 a 1983) e Carneiro/Santo Antonio, no município de Caridade (1979 a 1983).

A partir de 1985, a intensificação dos conflitos somou-se a uma conjuntura favorável à reforma agrária ao nível nacional (no contexto do PNRA) e também do governo do estado³⁴, levando os órgãos estaduais de terra a trabalharem de forma articulada com o Incra, contribuindo para a ampliação do número de assentamentos. Os principais mediadores da luta pela terra no Ceará têm sido os sindicatos de trabalhadores rurais (apoiados pela federação estadual de trabalhadores rurais e pela Contag), a Igreja Católica (através das Comunidades Eclesiais de Base-CEBs, do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da CPT), diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e mais recentemen-

te também o MST, que organizou a primeira ocupação de terra naquele estado em 1989³⁵. Na década de 1990 o número de conflitos se manteve alto, e até se ampliou, intensificando também a criação de novos assentamentos.

A questão agrária na Zona Canavieira do Nordeste

A Zona da Mata é uma denominação dada, no Nordeste brasileiro, à faixa litorânea de clima quente e úmido que se estende desde o Rio Grande do Norte até o norte da Bahia, abrangendo quatro capitais estaduais e duas regiões metropolitanas (Recife e Salvador). A Zona Canavieira do Nordeste corresponde à parte da Zona da Mata edificada sob forte influência da cana-de-açúcar³⁶.

O processo de povoamento e ocupação da Zona Canavieira do Nordeste é bastante antigo e foi comandado pela implantação da *plantation* açucareira, caracterizada pela monocultura, pela escravidão e pelo latifúndio. O predomínio da cana foi uma constante ao longo da história socioeconômica da região, porém a forma como se organizou esse espaço sofreu modificações significativas, dependendo ora de condicionantes externos (preço e concorrência internacionais), ora de determinantes internos (mudanças nas relações técnicas e sociais de produção).

De modo geral, é possível identificar quatro grandes momentos do processo de produção e organização do espaço canavieiro: domínio dos engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); efêmera experiência dos engenhos centrais (do final do século XIX ao início do século XX); dominação da usina de açúcar (do início do século XX à década de 70) e expansão e crise do Proalcool (de 1975 aos dias atuais). Ao longo de todo esse tempo, ocorreram mudanças seja nas relações sociais de produção, seja na intensidade da dominação da cana sobre o uso dos recursos, seja ainda na base técnica da produção.

Apesar das modificações ocorridas, pelo menos dois elementos permaneceram praticamente inalterados desde o início da colonização: a pobreza da população trabalhadora rural e a elevada concentração da terra e do poder. O controle monopolístico da propriedade fundiária está na base do processo de exclusão social da população rural que, impedida de ter acesso à propriedade da terra, foi levada a se submeter a formas extremas de exploração. Tal situação de exclusão e pobreza suscitou, em diferentes momentos, formas de reação da população trabalhadora. Nos anos 50, a organização da ligas camponesas na região assumiu expressão nacional, tendo a reforma agrária como bandeira de luta, e sendo fortemente reprimida após o golpe militar.

Desde a abolição da escravatura até a década de 1950, a força de trabalho utilizada era fundamentalmente de trabalhadores residentes nos engenhos, os “moradores”, que recebiam casa, alguma remuneração e o acesso a um pedaço de terra para cultivar produtos de subsistência e criar alguns animais. Trabalhadores de fora eram utilizados principalmente nos períodos de safra, em geral vindos do agreste (zona fisiográfica contígua à Mata) ou de cidades vizinhas.

Nos anos 70, no bojo da modernização conservadora, e mais intensivamente ainda entre 1975 e 1985, com a crise internacional do petróleo e o advento do Proalcool, políticas fiscais e creditícias disponibilizaram somas consideráveis de recursos para o setor canavieiro. Deu-se uma expansão da atividade canavieira, com aumento da área cultivada e ampliação do parque industrial, bem como com a mecanização e químificação da produção. Esse processo foi acompanhado pela expropriação de pequenos produtores, que perderam suas terras,

recrudescendo o êxodo rural. Ao mesmo tempo, os antigos moradores foram expulsos do interior das propriedades e obrigados ao trabalho assalariado e temporário, passando a residir nas periferias urbanas ou em agrovilas e vilarejos rurais, mas continuando a ter na lavoura canavieira a sua principal, para não dizer única, fonte de ocupação, e perdendo o acesso a terra para o plantio de subsistência³⁷. As ações do movimento sindical e de entidades de apoio, como a CPT, deram suporte às lutas dos trabalhadores (moradores, foreiros, parceiros, posseiros) contra a expulsão da terra e à luta trabalhista por conquistas salariais e regulação do trabalho.

Na segunda metade dos anos 80, com a drástica redução do crédito e dos subsídios aos preços, que mantinham há várias décadas, aliada à cobrança das dívidas do setor para com a União, a atividade sucro-alcooleira sofreu um forte abalo, sobretudo em seu segmento mais arcaico. Desse modo, a partir de 1986, registrou-se uma nova crise de acumulação que se exprimiu na redução na quantidade produzida de cana, na queda da produtividade e, em particular, no fechamento sucessivo de usinas e destilarias que não conseguiram ajustar-se àquelas mudanças de política econômica, em meio a fraudes trabalhistas e contra credores públicos. O desemprego gerado, ao mesmo tempo em que aguçou os conflitos, esvaziou o caminho tradicional das greves por melhores salários e condições de trabalho.

No final dos anos 80, com a criação do MST nesses estados, seus métodos de ação foram absorvidos pelos demais agentes sociais. Com isso, na década de 90, a luta pela terra deixou de ser uma resistência contra a expulsão, e a organização de acampamentos e a realização de ocupações em propriedades não produtivas passou também a ser apoiada pelo movimento sindical e pela Igreja na região. Muitas das desapropriações que seriam feitas daí para a frente resultaram de questões originalmente trabalhistas. Na esteira da atuação do MST, as ocupações de terra, até então pouco expressivas na região, tornaram-se o principal instrumento de luta para o enfrentamento da crise pelos trabalhadores rurais.

O Sul da Bahia: a economia cacaueira e o surgimento dos assentamentos

O Sul da Bahia é uma região de Mata Atlântica exuberante que teve sua ocupação intensificada com a introdução da lavoura do cacau, árvore nativa da Amazônia. A partir do século XIX, instala-se na região uma produção comercial com base na monocultura de cacau, cultivada por grandes produtores com uso de mão-de-obra assalariada. A agricultura de subsistência anteriormente existente passa a ser associada a esta cultura, como atividade marginal exercida em terrenos não apropriados ao cacau ou como atividade complementar exercida pelos trabalhadores assalariados das fazendas. A partir daí a cultura do cacau experimentou vários períodos de expansão até chegar em 1924 a uma produção de mais de um milhão de sacos, ocupando o primeiro lugar na economia baiana e o segundo lugar na produção mundial.

Na década de 60 houve fortes subsídios e investimentos na modernização da lavoura cacaueira, dentro da lógica da “modernização conservadora”, com a presença da Comissão Estadual de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac)³⁸. Não obstante sucessivas crises e retomadas de crescimento, na década de 80 o cacau ainda era a cultura mais lucrativa da região, continuando a receber subsídios do governo federal. A área ocupada era de mais de 600 mil hectares, empregando cerca de 300 mil trabalhadores assalariados.

No início da década de 90, os baixos preços no mercado internacional, associados à disseminação da vassoura-de-bruxa (doença que dizimou grande parte dos pés de cacau na Bahia a partir de 1989), levaram a um colapso da economia cacaueira, instaurando uma

profunda crise em toda a região, que dependia fortemente desta monocultura. Além dos trabalhadores assalariados das fazendas (diretamente atingidos pela crise)³⁹, também os centros urbanos da região tinham suas atividades econômicas diretamente relacionadas a esse produto. As cidades de Ilhéus e Itabuna, os maiores núcleos urbanos da região, foram as que mais sofreram porque suas periferias eram o destino preferencial dos desempregados⁴⁰.

Todo esse contexto, de grande número de desempregados e subempregados, aliado à desvalorização das terras na região e à dificuldade de revitalização das fazendas com base em outros produtos, favoreceu o crescimento do movimento de ocupação de terras e também tornou a desapropriação uma saída para os proprietários em situação difícil, abrindo caminho para a alta concentração de assentamentos de reforma agrária no Sul da Bahia na década de 90, que vem se ampliando cada vez mais. Nessa região as entidades que atuam na luta pela reforma agrária, organizando acampamentos e também assessorando os assentamentos já constituídos, são principalmente a CPT, o MST, o MLT (Movimento de Luta pela Terra) e os sindicatos de trabalhadores rurais.

A questão agrária no Oeste de Santa Catarina

Até o início do século XX, o planalto catarinense foi apenas um território de passagem do gado gaúcho, servindo de ligação entre as “vacarias” (zona de criação de gado) e o sudeste e o centro-oeste brasileiros. Todas as atividades ali desenvolvidas tinham, de alguma forma, integração com outros mercados regionais e resumiam-se à pecuária, ao transporte de gado em tropa (através do Paraná, para os centros de comercialização), à extração da erva-mate e da madeira. Além destas atividades, restava somente a agricultura de subsistência, realizada por caboclos que constituíam a maioria da população.

Na primeira década do século XX a construção de uma estrada-de-ferro ligando o Rio Grande do Sul ao Sudeste do país foi um marco do processo colonizador do Oeste catarinense e também um dos mais importantes fatores para a eclosão da Guerra do Contestado, em 1914. Após o fim da guerra, o governo estadual concedeu terras a empresas colonizadoras que instalaram descendentes de alemães e italianos oriundos do Rio Grande do Sul, formando núcleos coloniais análogos aos existentes nas antigas colônias gaúchas. Nos 50 anos que se seguiram houve um fluxo contínuo e crescente de imigrantes gaúchos para todo o Oeste catarinense, cujo processo de ocupação de fronteiras se encerra no final da década de 60, dando origem a uma estrutura fundiária pouco concentrada, com predomínio de pequenas unidades de produção familiar diversificadas (feijão, mandioca e, sobretudo, trigo, milho e suínos) em que a condição de proprietário é amplamente dominante. O escoamento da produção foi facilitado pela existência da ferrovia, tendo sido estabelecidas relações comerciais primeiramente com as colônias de origem e, posteriormente, com o mercado de São Paulo.

Na década de 40 começam a surgir na região frigoríficos e agroindústrias do setor de carnes, inicialmente na suinocultura, expandindo-se posteriormente também para a avicultura. A crescente urbanização da sociedade brasileira amplia o mercado dessas agroindústrias, estimulando o aumento da produtividade e a uniformidade dos produtos, introduzindo inovações tecnológicas e contratuais que desembocam no sistema de integração dos agricultores familiares⁴¹. Nas décadas seguintes, no contexto do projeto de modernização conservadora da agricultura, e com amplos incentivos fiscais do governo estadual, intensifica-se o processo de

expansão da agroindústria de carnes, levando as empresas da região (Sadia, Chapecó, Perdigão, Seara/Ceval etc) a se tornarem líderes no setor, em nível nacional⁴², acentuando a integração da agricultura familiar. Chapecó destaca-se como principal centro regional.

Inicialmente o intenso desenvolvimento agroindustrial da região incorporou uma significativa parcela dos agricultores familiares. Todavia, num momento posterior, intensificou a diferenciação socioeconómica existente entre eles. Com o esgotamento da fronteira agrícola, a partir de 1975 a região já havia passado a gerar excedentes populacionais para novas fronteiras no Sudoeste do Paraná, Mato Grosso, Rondônia e demais estados do centro-oeste brasileiro. Na década de 80 a diminuição drástica dos incentivos e subsídios governamentais e o processo inflacionário deixaram muitos agricultores endividados, sendo obrigados a vender suas terras ou a entregá-las como pagamento de dívidas. Além disso, houve um decréscimo no consumo de carne suína e grandes oscilações no seu preço, com a redução das margens de lucro dos suinocultores e a exclusão de parte deles do sistema de integração, forçando-os a buscar, nem sempre com êxito, novas alternativas (como leite, fumo, laranja, avicultura). Aqueles que ficaram subordinados às agroindústrias, ainda que permanecendo no controle de suas propriedades, perderam, de fato, sua autonomia como produtores, comprometendo a reprodução da economia familiar e passando a expulsar mão-de-obra. Tais fatores acarretaram dificuldade de reprodução de uma parcela da agricultura familiar, levando os filhos dessas famílias a engrossarem as fileiras dos trabalhadores que já circulavam no mercado de trabalho como assalariados (tanto rurais como urbanos) ou como subempregados.

Assim, o projeto desenvolvimentista em Santa Catarina gerou profundas desigualdades e mecanismos de exclusão social, criando um ambiente propício à formação de movimentos sociais de busca de melhores condições de vida no campo. No final da década de 70 surgiram na região diversas lutas de agricultores relacionadas com preços de produtos, indenizações por estradas feitas em suas terras, previdência social, peste suína⁴³, etc. Nesse mesmo período, o êxito das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, bem como a volta de muitos agricultores que haviam se dirigido aos projetos oficiais de colonização no Mato Grosso, fez com que começasse a tomar corpo a idéia da ocupação de terras⁴⁴. Em 1980 ocorre a primeira ocupação em Santa Catarina, na fazenda Burro Branco, em Campo Erê. Em 1984, acontece em Chapecó o I Congresso dos Sem Terra de Santa Catarina. Em 1985, no contexto do PNRA, o MST promoveu no oeste catarinense uma das maiores ocupações de terra realizadas até então: num mesmo dia, mais de duas mil famílias ocuparam treze áreas em sete municípios. A amplitude dessa ação coletiva gerou uma série de efeitos políticos e sociais, pressionando os poderes públicos para um problema cuja intensidade não havia sido percebida. Após três anos estas famílias seriam assentadas, surgindo os primeiros assentamentos no Extremo-oeste, de onde vinha grande parte dos “sem terra”. Num momento posterior, dada a escassez de áreas passíveis de desapropriação no Extremo-oeste, seriam buscadas terras para os assentamentos na região de Abelardo Luz, onde havia maior disponibilidade de grandes áreas improdutivas, caracterizadas pelos chamados “pinhais”, terras atingidas por um movimento prévio de ocupação, de grandes extensões, vindo do Paraná. Na década de 90 o movimento passa a voltar sua estratégia também para a agregação de valor aos produtos dos assentamentos, promovendo, através de cooperativas, iniciativas de agroindustrialização, como mini-usinas de leite, queijarias e produção de leite longa vida.

NOTAS

- 1 Referimo-nos à crise gerada pela desapropriação de um imóvel situado no município de Londrina, no Paraná, em junho de 1985.
- 2 Como exemplo podemos citar os programas oficiais de colonização; assentamentos isolados resultantes do desenvolvimento específico de algum conflito de terra; "experiências-pilotos" de diferentes tipos nascidas da cabeça de algum tecnocrata; programas regionais, federais ou estaduais de distribuição de terras que beneficiavam um pequeno número de pessoas; o eventual reassentamento de pequenos produtores rurais cujas terras foram atingidas por obras públicas, depois de intensas lutas de resistência etc.
- 3 Importante lembrar que a criação de assentamentos é, muitas vezes, contrabalançada pelo desaparecimento de pequenas propriedades, provocado pelo endividamento, pela depreciação dos preços dos produtos agrícolas ou simplesmente pelo avanço da especulação fundiária e da grande agricultura capitalista, que continuam a ocorrer.
- 4 Neste caso não temos informações sobre a totalidade dos 181 assentamentos da *mancha amostral*, mas apenas dos 92 assentamentos nos quais foram aplicados questionários.
- 5 Vale ressaltar que a existência de violência dos proprietários de terra contra posseiros, moradores e trabalhadores rurais é uma constante na questão agrária no Brasil, com ameaças físicas e lesões corporais, destruição de casas e benfeitorias, e mesmo assassinatos. Em oito dos assentamentos estudados houve conflitos que envolveram assassinatos de trabalhadores rurais: PA Puxim/Sarampo (Canavieiras – BA, o mais violento deles, com dezenas de mortes); PAs Cosme Muniz e Fabio Henrique Cerqueira (Ilhéus – BA); PA Marambaia (Itacaré – BA); PAs Nazaré e Novo Araguaia Lote 03 (Conceição do Araguaia – PA); PA Bela Vista (Floresta do Araguaia – PA); PA Dona Helena (Cruz do Espírito Santo – PB).
- 6 Caso, por exemplo, de Fruta D'Anta, em João Pinheiro – MG, em 1986, quando denúncias feitas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de que a fazenda era utilizada para tráfico de armas e drogas levaram o Incra a desapropriá-la, sem que os proprietários, que a abandonaram, opusessem qualquer obstáculo à implementação do assentamento.
- 7 Um bom exemplo é Vida Nova, em Buritis – MG, onde alguns trabalhadores que participaram da ocupação da fazenda Barriguda (hoje, PA Mãe das Conquistas) mas não foram assentados, sabendo que o proprietário de Vida Nova estava negociando a venda de sua fazenda ao Incra, ocuparam-na, sob a liderança do MST. Segundo o depoimento dos participantes, eles foram muito bem recebidos pelo proprietário, que forneceu leite para as crianças até o Incra tomar posse da área e fez questão de abraçar todos quando deixou a propriedade.
- 8 No caso que relatamos anteriormente (Vida Nova), alguns informantes disseram que o próprio fazendeiro incentivou a ocupação. Mas como as informações eram contraditórias e, de qualquer modo, tratava-se de um desdobramento de Barriguda, mantivemos sua classificação como "com conflito". Exemplo mais adequado do que estamos falando é o Três Palmeiras, em Abelardo Luz, cujas terras foram ocupadas por pessoas previamente cadastradas pela Prefeitura do município, após acordo prévio com os proprietários, em 1996, e desapropriadas no mesmo ano.
- 9 Poderíamos acrescentar ao exemplo de Vida Nova, citado há pouco, Virgilândia, em Formosa (Goiás, *mancha* do Entorno), assentamento implementado a partir de uma ocupação organizada, sem que houvesse reação do proprietário, por trabalhadores que não foram beneficiados na constituição do PA Vale da Esperança, no mesmo município. Ou Buíque, em Buerarema (Sul da Bahia), ocupada também sem reação do proprietário, em 1997, por um grupo de trabalhadores envolvidos em conflito que durou 20 anos e que, durante algum tempo, estiveram assentados, sem poder cultivar a terra, numa área de preservação ecológica. Ou ainda, na mesma *mancha*, em Santa Luzia, os PAs Pinga-Pinga e Campinhos, resultantes de ocupações promovidas por lideranças dissidentes da ocupação da fazenda Piatã-Mirim. Neste último caso, a ausência de reação do proprietário é atribuída localmente às condições desfavoráveis da área: solo de baixa fertilidade, acesso muito difícil, inexistência de benfeitorias e de rede de energia elétrica.
- 10 Nova Ypiranga, em Camacan, Bahia e Vida Nova, em Buritis, Minas Gerais.
- 11 Sanga Azul e Aparecida, em Anchieta, Santa Catarina, desapropriadas para assentar parte dos trabalhadores que participavam de uma grande ocupação próxima a São Miguel do Oeste, Santa Catarina.

12 Caso da área do PA 13 de Novembro, em Abelardo Luz, Santa Catarina, desapropriada pelo Incra para assentar famílias retiradas de áreas indígenas do município de Seara, no mesmo estado. Apenas oito dessas famílias permaneceram na fazenda desapropriada, a elas vindo se juntar, posteriormente, famílias remanescentes de um acampamento em município próximo por iniciativa do MST.

13 Tracutinga, em Dionísio Cerqueira, Santa Catarina.

14 Trata-se do caso especialíssimo do PA Raposa, em Santa Quitéria – CE, em que os moradores da fazenda eram contra a operação, embora hoje considerem que estão em melhor situação como assentados do que na época em que dependiam do patrão.

15 Uma outra prefeitura com algum tipo de iniciativa foi a de Maragogi, em Alagoas. O prefeito que assumiu em 1997, diante da crise provocada pelo fechamento das usinas de açúcar da região, criando desemprego em massa e deixando grande quantidade de terras sem produzir, resolveu antecipar-se aos movimentos de trabalhadores sem terra que já atuavam em municípios vizinhos. Criou uma “comissão municipal”, integrada por Igreja, STR, Incra, comerciantes, fornecedores de cana e pelas próprias usinas, além dos movimentos que atuavam na área, e fez uma espécie de pacto para dividir as terras do município, em sua grande maioria das usinas, entre trabalhadores a serem assentados, fornecedores de cana (que não teriam suas terras desapropriadas) e as usinas. Criou um movimento de sem-terra do município, mas que durou pouco, entrando em choque na sua primeira e única ocupação, a do engenho Pau Amarelo, com o MT (Movimento dos Trabalhadores, uma espécie de dissidência do MST), que entrou na propriedade pelo lado de Pernambuco, que acabaria por absorvê-lo. Segundo o prefeito e seus auxiliares, a partir daí, apesar de pequenas divergências com o MT e divergências maiores com o MST, a prefeitura participou de praticamente todas as ocupações, cedendo os caminhões para transportar os ocupantes e ajudando na escolha das terras. Os movimentos reconhecem a contribuição da prefeitura, mas contestam que a iniciativa das ocupações tenha partido dela.

16 Trata-se do PA Padre Josimo, onde, num contexto marcado pela intensificação das ações do governo federal após o massacre de Eldorado dos Carajás, o STR fez um cadastramento dos sem-terra, entregou-o ao Incra e iniciaram-se as negociações para desapropriar a área em questão. Frente à morosidade do processo, o Sindicato organizou um acampamento na entrada da fazenda, como forma de pressão. Pouco tempo depois, foi publicado o decreto de desapropriação.

17 Enquanto em Santa Catarina os processos que levaram à implantação dos assentamentos duraram em média 2,5 anos, na *mancha* do Sudeste do Pará a defasagem mínima entre a ocupação da área pelos posseiros e a instalação oficial do assentamento foi de cinco anos; em quatro assentamentos foi igual ou superior a 10 anos, chegando a 26 anos no caso de Agrisa, em Floresta.

18 Não há praticamente discrepância entre os percentuais do Incra incluindo todos os assentamentos nos municípios estudados ou apenas os 92 assentamentos onde foram aplicados os questionários, dos quais 28% foram criados entre 1985/89, 5% entre 90/94, e 66% entre 95/97.

19 Segundo o Dataluta, dos 4.373 projetos de assentamento existentes no Brasil no final de 1999, 2,5% foram criados antes de 1984; 14,0%, entre 1985 e 1989; 11,0%, de 1990 a 1994 e 73,0%, entre 1995 e 1999.

20 Para isso seria necessário, entre outras coisas, desagregar aqueles períodos que comportaram governos com orientações diferentes, bem como desagregar os períodos de cada governo em intervalos menores, que poderiam corresponder à passagem pela pasta da Reforma Agrária de diferentes ministros.

21 Os dados do Dataluta (2000: 15-17) mostram que o número de assentamentos criados no estado do Pará foi de 33 no período 1985/89; de 36 entre 1990/94 e de 303 entre 1995/99. A região Norte, na sua totalidade, sofreu uma queda mínima do primeiro para o segundo período, tendo sido criados 106 no primeiro período e 104 no segundo, subindo para 575 assentamentos novos depois de 1995.

22 Num levantamento de assassinatos ligados a conflitos fundiários entre 1985 e 1996 feito pela CPT, “a região mais afetada permanece a Amazônia e, em particular, o Oeste do Maranhão e o Leste do Pará” (David e outros, 1998:139).

23 Como é demonstrado, para o Maranhão, por Carneiro, Andrade e Mesquita no quadro “Terras públicas alienadas a preços simbólicos a particulares e, posteriormente, desapropriadas pelo Incra” (Carneiro, 1998:262).

NOTAS

24 Depois de 1987, diminuiu a quantidade de assentamentos implantados. Mesmo assim, quando se considera o período 1985/89, Santa Catarina ainda figura como o segundo estado brasileiro em número de projetos de assentamento, só superado pelo Paraná (Dataluta, 2000: 15), embora, obviamente, no que diz respeito a área e número de famílias assentadas, fique bem abaixo de outros estados. Uma nova onda de ocupações só viria a ocorrer naquele estado em meados dos anos 90, basicamente concentrada em Abelardo Luz e Passos Maia, onde ainda existe uma maior disponibilidade de grandes áreas ociosas. Isso não quer dizer que no período intermediário não tenha havido mobilizações. Ocupações e demandas de desapropriação continuaram ocorrendo e algumas das áreas reivindicadas no primeiro período acabaram sendo desapropriadas no período intermediário. Pesou, sem dúvida, a demora da resposta do poder público às situações de conflito: em média, 2,5 anos entre a chegada das famílias e o decreto de criação dos assentamentos, chegando em certos casos a sete anos.

25 Como veremos a seguir, alguns dos elementos importantes desta configuração histórica nas *manchas* estudadas foram a grande valorização das terras e os fortes fluxos migratórios no chamado entorno do Distrito Federal; as crises das lavouras cacau-eira, no Sul da Bahia, canavieira, na Zona da Mata nordestina (levando ao fechamento de usinas) e algodoeira, no caso do serfão cearense (intensificada pela ocorrência de grandes secas); a crise de reprodução da pequena agricultura no Sul do país; a falência de grandes empreendimentos patrocinados pelo Estado no Sul do Pará.

26 Introduzindo políticas de apoio aos grandes produtores rurais ou restringindo esse apoio; criando políticas compensatórias voltadas para os pequenos produtores ou trabalhadores rurais; ou ainda implantando políticas localizadas ou tomando medidas tópicas de caráter redistributivo, a atuação do Estado, de certo modo, remodelou a estrutura agrária, em bases muito distintas daquelas advogadas pelos defensores da reforma agrária, e acabou se tornando um elemento crítico nos conflitos em torno da propriedade da terra nos últimos 30 anos.

27 Até então a criação de bovinos ficara restrita às áreas de campo, sendo a floresta uma barreira para sua expansão.

28 Decorrente da repressão à chamada Guerrilha do Araguaia, no município de São Geraldo do Araguaia.

29 O mesmo foi objeto de posteriores desmembramentos, como a emancipação de Floresta do Araguaia, incluído na amostra. Vale destacar que os municípios de Conceição do Araguaia e o já emancipado Santana do Araguaia foram os que mais receberam subsídios da Sudam.

30 O Estado teve um papel relevante nesse processo através da oferta de abundantes recursos a taxas de juros negativas e incentivos à pesquisa de variedades vegetais adequadas ao cerrado. Durante as décadas de 60 e 70 foram implementados vários projetos de desenvolvimento agropecuário nesta região (federais e estaduais), como por exemplo o Polocentro e o Prodecer (ambos do governo federal); o Planoroeste (do governo de Minas, voltado para a região noroeste do estado), o Padap (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba, também do governo de Minas). Esses projetos e programas acabaram por reforçar a tendência histórica de concentração fundiária dessa região. Parte dos recursos advindos desses projetos foram indevidamente direcionados para a pecuária extensiva, com consequências sociais ainda piores.

31 Ainda no município de Unaí (um dos palcos de grandes projetos de irrigação), outras áreas foram desapropriadas em função de conflitos entre moradores e latifundiários, como a área do PA Bálamo (desapropriada em 1986) e as dos PAs São Pedro Cipó e Barreirinho (desapropriadas em 1988).

32 Como é o caso do Movimento de Apoio a Trabalhadores Rurais Sem-Terra, com atuação no município de Cristalina, e do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra, com atuação no extremo nordeste do estado, em especial no município de Flores de Goiás. A presença destes movimentos provavelmente é explicada pelo relativo isolamento da região do Entorno de Brasília em relação à atuação de movimentos nacionais, ou mesmo em relação a outras regiões de Goiás, como o sul (onde atuavam com grande intensidade a CPT, o MST e o Ibrace-Instituto Brasil Central) ou o norte (onde tinham destaque a CPT e a Igreja Católica).

33 Os diversos programas desse período eram voltados para a modernização da agricultura ou eram políticas compensatórias voltadas para a agricultura de baixa renda: Procafé (1972/81); Proalcool (1975/90); Polonordeste (1976/86); Proterra (1971/78,

NOTAS

visando a reformulação fundiária através da compra e venda de terras); Prodecor (1971/81, voltado para construção de açudes, estradas e postos de saúde); Projeto Sertanejo (1977/82); Projeto Nordeste/PAPP; Projeto São Vicente (1986); Projeto Padre Cícero (1987); Proine (1986, de irrigação).

34 A elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará, no bojo das discussões do PNRA, envolveu intensas mobilizações pela reforma agrária naquele estado. Ao assumir o governo do Ceará, em 1985, Tasso Jereissati, sob o slogan de “governo das mudanças”, estabeleceu como meta o assentamento de famílias.

35 Nas Fazendas Reunidas São Joaquim, hoje projeto de assentamento 25 de Maio, situado nos municípios de Madalena, Boa Viagem e Quixeramobim, com 22.992 ha e 490 famílias assentadas.

36 Atualmente, essa influência é reduzida nos municípios das capitais e das regiões metropolitanas, onde as atividades industriais e comerciais de caráter eminentemente urbanos ganham relevância.

37 Houve então uma deterioração das condições de saúde, do nível educacional e das condições de habitação. Nesse novo estágio, fazia-se necessária a arregimentação de toda força de trabalho familiar para suprir as necessidades de manutenção da família. Desse modo, assistimos à expansão do emprego feminino e infantil na Zona da Mata. Mesmo após diversas greves e dissídios coletivos, o salário dos canavieiros da Zona da Mata não alcançou dois salários mínimos.

38 A Ceplac, instituição federal fundada em 1957, surgiu da demanda dos produtores de cacau pela presença de um organismo assistencial ligado à lavoura cacaueira. Seu trabalho comportava a assistência técnica e financeira aos produtores, objetivando o aprimoramento das áreas plantadas, bem como a instalação de infra-estrutura apropriada para o transporte, beneficiamento e estocagem do fruto.

39 O número de desempregados oriundos da crise não estava disponível no momento da pesquisa. No entanto, depoimentos revelaram que grandes fazendas, antigas produtoras de até 20 mil arrobas de cacau por ano, produziam no final dos anos 90 apenas mil ou, em alguns casos extremos, foram abandonadas por seus proprietários que mantêm somente um ou alguns poucos trabalhadores para “tomar conta”.

40 O caso mais grave é o de Ilhéus que, apesar do investimento no turismo e na informática, em 2000 ainda não havia consolidado uma alternativa econômica para o cacau. Itabuna, melhor localizada e com uma economia mais comercial, centro de convergência de todos os municípios da região, também sofreu com prejuízos da ausência de circulação do dinheiro.

41 As agroindústrias passam a dominar o processo de produção, fornecendo matrizes e rações para os produtores, bem como assistência técnica, e assegurando a compra e o fluxo da produção.

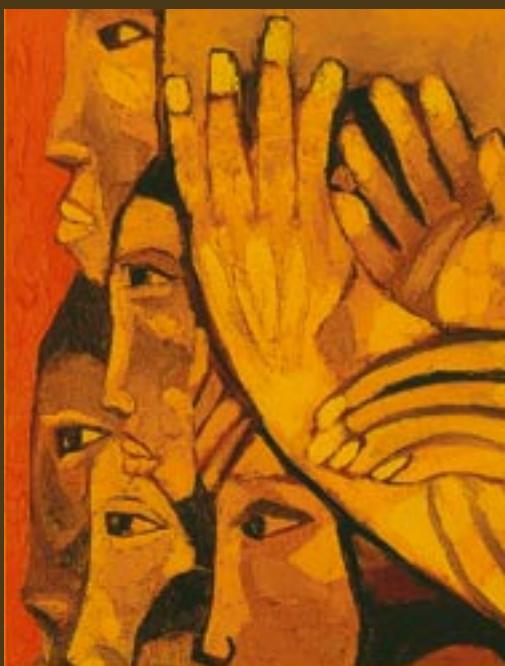
42 Esse processo foi potencializado pela existência de um serviço público de assistência técnica e extensão rural e pela existência de programas públicos estaduais de financiamento da modernização dos parques industriais instalados no estado, como o Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Fundesc), o Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas (Procap) e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de Santa Catarina (Profasc).

43 Em 1979 ocorreu em Chapecó uma grande manifestação, com mais de 20 mil produtores, de protesto contra o que chamavam de “farsa da peste suína africana” e contra os preços baixos pagos aos produtores. Essa manifestação, coordenada pela Fetaesc (federação sindical de trabalhadores rurais) e por sindicatos da região, representou um momento importante para o desencadeamento do processo de mobilização da luta pela terra no Oeste catarinense.

44 Embora refratários à tese da posse ilegal por causa de seus valores morais e normas sociais, foi fundamental o contato dos agricultores do Oeste catarinense com as experiências de posseiros do Mato Grosso de ocuparem terras ociosas e sua legitimização conferida pelo discurso da Igreja Católica acerca da destinação social da terra.

3

ESTADO, ASSENTADOS E ASSENTAMENTOS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

3 ESTADO, ASSENTADOS E ASSENTAMENTOS

Vimos anteriormente que, sobre um fundo comum da estrutura agrária concentrada e da intervenção do Estado em prol da modernização conservadora da agricultura, uma grande diversidade de elementos sociais e econômicos iriam desembocar em “crises” que influiriam no processo de concentração dos assentamentos rurais nas áreas estudadas, levando à conformação das *manchas*.

Embora o Estatuto da Terra previsse a indicação de “áreas prioritárias de reforma agrária”, elas nunca se tornaram realidade na lógica de intervenção do Estado. Durante o período militar prevaleceu claramente a lógica produtivista (em detrimento da reforma agrária). Em 1985 a idéia de estabelecimento de zonas prioritárias de reforma agrária proposta no PNRA acabou sendo abandonada pela reação das forças anti-reformistas. O que houve daí para frente foram desapropriações não sistemáticas, não planejadas, ocorridas na esteira dos conflitos e das mobilizações sociais, que, com o arrefecimento da repressão, desenvolveram-se mais rapidamente, em parte provocados pelos efeitos perversos da própria intervenção modernizadora do Estado.

Assim, as medidas que resultaram nos assentamentos do período democrático, mesmo sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária “massiva” (como exigem os movimentos de trabalhadores), foram adotadas sob pressão desses movimentos que, disporão de maior liberdade para operar, não se contentaram em buscar soluções para conflitos já instalados mas, através da adoção de táticas de luta como as ocupações coletivas de terras, acabaram por forçar o governo a desencadear um processo de reforma agrária, com “pacotes” de desapropriações. Mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas (como em processos “clássicos” de reforma agrária), as desapropriações passaram a se concentrar nas áreas em que os movimento atuavam.

A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem na mesma linha, com novas desapropriações sendo feitas, com o adensamento dos assentamentos em determinadas áreas, e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas. Dessa forma, a própria conformação das *manchas*, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas assumidas pela intervenção do Estado na questão agrária, já é, por si, um aspecto relevante das transformações que os assentamentos têm provocado no espaço regional: foram como que surgindo “áreas reformadas”, *a posteriori*. Nestas áreas, em que a questão agrária assumiu essa face diferenciada que acabamos de ver, as ações dos trabalhadores e de seus movimentos acabaram fazendo o que o poder público

abriu mão de fazer: estabelecer um certo zoneamento, capaz de garantir alguma sistemática à política agrária e assegurar-lhe uma eficácia social que o caráter tópico das intervenções anteriores não permitia¹.

Outro efeito dos assentamentos engendrados pelas lutas sociais foi uma espécie de dinamização ou “recuperação” de experiências passadas ou coetâneas de intervenção estatal no campo. Quando o PNRA ainda estava em discussão, outros tipos de trabalhadores, como os “atingidos” por construção de barragens e colonos da Transamazônica, passaram a exigir do governo sua inclusão no programa de reforma agrária então anunciado e um tratamento similar ao que era prometido aos assentados. Nos anos que se seguiram, ações conjuntas de “sem-terras” e “atingidos por barragens”, bem como a cooperação entre assentados “federais” e “estaduais” (sobretudo naqueles estados em que esses últimos tinham algum peso), foram freqüentes e a incorporação mútua de reivindicações entre esses e outros grupos gerados por programas de intervenção estatal no campo tornou-se corriqueira. A partir de certo momento, os rótulos “assentamentos”/“assentados” passaram a ser utilizados com uma certa naturalidade para designar essas outras experiências e os seus beneficiários, mesmo entre os que mais insistiam em marcar a diferença ontológica entre reforma agrária e outros processos de intervenção. Era como se as ações coletivas do presente encontrassem um suporte social para essas experiências do passado e lhes corrigissem ou refizessem as histórias.

Assim, a continuidade de conflitos, desapropriações de latifúndios e instalação de assentamentos, e a transmissão, por esses últimos, de uma nova dinâmica ao conjunto de experiências de intervenção estatal acabaram propiciando, junto com aquele zoneamento territorial, o aparecimento de um novo segmento social, de dimensões razoáveis e de grande visibilidade, formado por pequenos produtores relacionados com o Estado (e a relação com o Estado é crucial e constitutiva quando se trata de camponeses) de uma maneira que os singularizava diante de outros pequenos agricultores (Leite, 1992; Leite, 1994; Palmeira e Leite, 1998). Essa visibilidade é fruto da própria luta em que esse segmento havia sido gerado e também da sua “localização” e da constante tentativa de outros setores de desqualificá-lo socialmente ou dele apropriar-se politicamente como emblema do êxito de uma política inexistente.

Essa singularidade não advém do fato de serem todas essas experiências resultados da ação do Estado. Conforme abordado anteriormente, é patente a diversidade de situações enquadradas como “assentamento” e de suas origens. A vivência de dificuldades comuns, a que poderíamos acrescentar as lutas compartilhadas, é um elemento importante na elaboração de uma identidade comum ou na reelaboração de uma identidade atribuída pelo Estado². Mas, dificuldades e lutas também são compartilhadas pelos assentados com outros trabalhadores rurais. O decisivo, o que circunscreve essas experiências em comum e lhes atribui significado é a modalidade específica de relação que se estabelece entre o Estado e o conjunto de beneficiários dos diferentes projetos (de “reforma agrária”, “de colonização”, “de valorização de terras públicas”, “reassentamentos”, “reservas extrativistas”) (Leite, 1994:203).

Se, em quaisquer que sejam as variações historicamente existentes, a existência de camponeses³ já supõe a presença do Estado, exigindo a ação de mediadores – sejam eles cobradores de impostos, notários, sacerdotes ou, numa versão mais moderna, gerentes de bancos, políticos ou sindicalistas, no caso dos assentados essa relação com o Estado se dá de forma diferenciada. Se em geral a suposição da relação entre camponeses e Estado é uma relação de exclusão (voltada para a apropriação dos seus “excedentes”, diretamente ou através de impostos), em situações como a que é criada pelos assentamentos a suposição compartilhada é a de uma relação de inclusão. Mesmo sendo reapropriado pelos trabalhadores

rurais e seus movimentos (às vezes antes mesmo da sua existência concreta), o assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária (como nos projetos de colonização do regime militar), seja de maneira mais indireta e negociada, como no período democrático (atravessada por convênios com entidades estatais outras, com ONGs ou com os próprios movimentos de trabalhadores). E se, na relação que estabelece com camponeses, o Estado pode ignorar qualquer unidade social intermediária (adotando com convicção, ou pelo menos de bom grado, a imagem, que fez Marx em um de seus textos, do campesinato como um saco de batatas), no caso do assentamento, é o inverso: para o Estado (e também para os que se contrapõem às suas políticas e/ou a ele próprio), não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado.

Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. Queira o Estado (na pessoa daqueles que o fazem existir) ou não, o desempenho de um assentamento é um desempenho do Estado. E aqui há uma espécie de coerção interna ao Estado, do mesmo tipo que se coloca para outras partes desse Estado, para definir normas de funcionamento. É impensável, para responsáveis estatais e funcionários, deixar que outros, sobretudo outros desprovidos do saber das coisas do Estado, definam regras de funcionamento de algo que é visto como sendo próprio ao Estado. Por mais que as regras do jogo nos assentamentos sejam, na prática, transacionadas com assentados e movimentos, não se admite essa possibilidade⁴. Assim, mesmo que não se tenha mais, como no passado, gestores individuais ou escritórios dos organismos encarregados da reforma agrária ou da assistência técnica dentro dos assentamentos, são feitas exigências formais de vários tipos (como a elaboração de projeto para o reconhecimento do assentamento e a criação de associações para o relacionamento com os organismos governamentais), bem como definidos modos de operar – alguns abrindo espaço de escolha, outros não – para os assentados. O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados e assim por diante. Em contrapartida, o Estado compromete-se a assegurar condições ao assentado para que produza dentro desses limites.

Dito de outro modo, a outra face do privilégio que têm os assentados de ter condições de produção garantidas pelo Estado é estar completamente à mercê das ações ou omissões do Estado, o que não ocorre com o comum dos camponeses. Em compensação, pelo modo como se vinculam ao Estado, têm reconhecida uma legitimidade às suas cobranças, o que é negado aos que não fazem parte do mundo dos assentamentos. Cria-se, assim, um sistema de coerções e cobranças (potenciais) recíprocas que resulta numa espécie de tensão permanente (Bergamasco e Ferrante, 1998:203), cotidiana, mais próxima daquela que permeia relações como a que muitos dos assentados mantinham com patrões no passado do que a que costuma marcar o confronto de camponeses independentes com poderes públicos. É a percepção desse modo de se relacionar com o Estado que define como problema itens não percebidos como tal quando a relação é de outra natureza, e que leva assentados de diferentes assentamentos e reassentados, colonos e outros, redefinidos como assentados, a sentirem-se participando de um mesmo mundo (o que não elimina, evidentemente, laços e identificações também com não-assentados).

Não é pois surpreendente, como pode parecer a muitos, que a mobilização dos assentados tenha persistido após a conquista da terra⁵. Se, antes, a desapropriação e a atribuição (mesmo que a título precário) de um lote de terra a um “parceleiro” representavam o momento final de um processo de luta, tratando-se, daí para frente, de coexistir com o

autoritarismo das “cooperativas integrais de reforma agrária” ou “cooperativas do Incra”, como eram mais conhecidas, ou de simplesmente sobreviver como qualquer trabalhador rural que possui um chão de terra, nos assentamentos pós-85, é necessário definir a própria forma de organização – exploração individual ou coletiva; agrovilas ou habitações dispersas; uma ou várias associações; cooperativa ou não – e lutar por condições para produzir (que, no período autoritário, o paternalismo estatal assegurava ou negava, sem o recurso do protesto) e, pior, em muitos casos, produzir a partir do nada, ou seja, devendo reivindicar, além das sementes, adubos e ferramentas, água, habitação, estrada etc. A luta pela terra, muitas vezes, persiste dentro das áreas desapropriadas na exigência da delimitação dos lotes ou, em alguns casos, ao contrário, na oposição dos assentados às tentativas do Incra de dividir a terra a qualquer preço; ou na luta pela desapropriação de áreas vizinhas para a colocação dos “excedentes”; ou ainda no protesto contra a inclusão de não-trabalhadores entre os beneficiários da área a ser distribuída. Desse modo, transforma-se *ipso facto* em luta por condições de produzir, superando na prática a falsa oposição entre política agrícola e reforma agrária, ao juntar, de um certo modo, nos assentamentos aquelas duas dimensões do Estatuto da Terra, que os sucessivos governos teimaram em separar, associando política agrícola à grande propriedade e reforma agrária a uma mera política compensatória (Leite, 1994:204; Graziano Neto, 1989:114).

Movimentos de assentados articularam-se ou foram articulados pelos movimentos que haviam liderado as lutas pelas desapropriações, dando seqüência aos embates anteriores, mas, além disso, introduziram a luta por políticas agrícolas adequadas na pauta de luta dos outros pequenos produtores não assentados com uma eficácia inédita. O que até então existia, de fato, para regiões restritas do país (especialmente o Sul) tornou-se, a partir dos assentamentos e das circunstâncias em que ali se coloca a questão das condições de produzir, uma reivindicação generalizada dos movimentos de trabalhadores rurais. Essa nacionalização da exigência de uma política agrícola diferenciada para pequenos produtores, tornada viável, em grande parte, pela experiência dos assentamentos – pela necessidade do governo dispor de instrumentos para lidar com essa massa não desprezível de pequenos produtores sob sua responsabilidade, mas não mais sob sua tutela – e estendida a outros pequenos produtores pela ação dos movimentos nacionais de trabalhadores rurais esteve na origem de programas como o Pronaf e alguns outros.

O modo como se deu o desenvolvimento dos assentamentos, na esteira dos conflitos e ocupações, gerando reações violentas, mas logo também despertando simpatia e tendo sua implantação desejada por alguns dos que antes os execravam; gerando políticas de Estado, ou pelo menos de governo, e logo se chocando com elas; dando lugar a experiências e avaliações diversas (sucessos e fracassos são cantados à esquerda e à direita sem que quase ninguém ouse fazer um julgamento global e definitivo), pacificando conflitos e provocando outros; mas sobretudo alterando a geografia agrária do país (e numa certa medida também sua “geografia política”), ganhando a visibilidade de um setor social com identidade e voz próprias e localizado territorialmente, garantiu a sua legitimidade como “solução”, ao mesmo tempo em que sua presença criou um problema novo que, num determinado nível, impôs uma certa redefinição aos termos em que se põe a questão agrária.

Os assentamentos nem de longe resolveram a questão da redistribuição da propriedade fundiária que, quando pensamos em termos nacionais, continua posta como antes. A concentração da propriedade permanece elevada, e com ela os problemas que costuma engendrar.

Nos estados abarcados pela pesquisa, a comparação da área total de todos assentamentos rurais implantados pelo Incra até 1999 (excluindo os assentamentos realizados pelos governos estaduais) com a área total dos estabelecimentos agropecuários estabelecida pelo Censo de 1996 mostra que, com exceção do Pará, a porcentagem de participação da área dos assentamentos na área dos estados oscila entre 0 e 5 %, conforme pode-se ver na *Tabela 3.1*.

Mesmo considerando, dentro dos estados, as áreas com maiores concentrações de projetos de assentamento, como é o caso das *manchas amostrais* definidas neste estudo, nem sempre este impacto é significativo. Quando comparamos a área dos assentamentos com a área dos estabelecimentos agropecuários no conjunto dos municípios das *manchas amostrais*, há variações importantes entre as *manchas* (e também entre os municípios que compõem as *manchas*), indo de apenas 3,1 % (considerando os assentamentos implantados até 1999) na *mancha* do Sul da Bahia até 40,4 % na do Sudeste do Pará. Apenas no Pará, no Ceará e na Zona Canavieira do Nordeste, pode-se dizer que o impacto fundiário é mais expressivo. Em alguns municípios ele chega a ser muito grande. Nota-se também um crescimento significativo entre 1997 e 1999, mostrando que este é um processo ainda em curso e que há uma tendência de crescimento do número de assentamentos nestas áreas.

Apenas quando consideramos, dentro dos municípios estudados, as classes de área nas quais se inserem os lotes dos assentados é que parece haver um impacto realmente significativo, conforme se pode ver em exercício aproximativo feito na última coluna da tabela⁶. Em algumas *manchas* tomadas em seu conjunto, como no Sertão do Ceará, no Sudeste do Pará e na Zona Canavieira Nordestina, o total da área dos assentamentos é maior do que a área ocupada pelo estrato correspondente de estabelecimentos agropecuários na época do recenseamento do IBGE. Assim, podemos considerar que a implantação dos assentamentos tem proporcionado uma reestruturação fundiária apenas no nível local, seja nos municípios seja nas *manchas* com maior concentração de projetos⁷.

Tabela 3.1 Participação da área dos assentamentos do Incra na área total dos estabelecimentos agropecuários, considerando os estados, as *manchas* e os estratos de área

<i>Manchas</i>	Estados	Municípios da Amostra	Municípios da Amostra	Estrato de área
	Participação da área total dos PAs implantados até 1999 pelo Incra, na área total dos estados onde estão inseridas as <i>manchas</i> (*1)	Participação dos PAs implantados até 1997 na área dos municípios pesquisados (*2)	Participação dos PAs implantados até 1999 na área dos municípios pesquisados (*2)	Participação dos lotes nos estratos de área equivalentes nos municípios até 1997 (*3)
Sul BA	3,0%	2,3%	3,1%	5,5%
Sertão do Ceará	5,3%	15,9%	23,7%	113,2%
Entorno do DF (GO/MG)	1,4%	3,1%	5,4%	57,6%
Sudeste do Pará	25,3%	34,6%	40,4%	119,5%
Oeste SC	1,1%	9,6%	11,3%	18,8%
Zona Cana NE (AL/PB/PE)	1,5%	12,1%	18,4%	142,7%
Total das <i>manchas</i>	5,6%	8,7%	12,0%	62,0%

Fontes: Listagem do Incra, 1999) e IBGE – Censo Agropecuário, 1996.

(*1) **Estados**: Participação percentual da área total dos PAs criados até 1999 no(s) estado(s) onde estão as *manchas* sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários nestes mesmos estados. Estão incluídos os projetos do programa Cédula da Terra na Bahia, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco. Obs: GO=1,7%; MG=1,2%; AL=1,4%; PB=0,3%; PE=2,5%.

(*2) **Municípios da amostra**: Participação percentual da área total dos assentamentos (criados pelo Incra até a data indicada) sobre a área total de estabelecimentos agropecuários no conjunto dos municípios da *mancha* amostrada. Ver dados por município na *Tabela A3.1*, Anexo 2.

(*3) **Estrato de área**: Participação da área total dos lotes dos assentamentos pesquisados em relação à área total dos estabelecimentos nas classes de área correspondentes nos municípios (segundo dados do Censo Agropecuário-1996). Utilizou-se a área média do lote declarada pelos assentados para estabelecer os estratos de área predominante em cada *mancha*, que foram: 0 a 20ha na Zona Canavieira; 0 a 50ha no Sul da Bahia, Sertão do CE e Oeste de SC; 0 a 100ha no Entorno do DF e Sudeste do PA.

Vemos então que os projetos de assentamento rural que emergiram nos anos 80 e 90 não alteraram radicalmente o quadro de concentração da propriedade fundiária no plano nacional, estadual ou mesmo nas regiões em que estão inseridos, motivo pelo qual não podemos classificar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma e redistribuição da estrutura fundiária.

No entanto, se no passado os enclaves de intervenção estatal podiam ser ignorados, isso não acontece mais no momento atual. Mesmo continuando uma experiência minoritária, os assentamentos ganharam uma sistematicidade e um reconhecimento social, vale dizer, uma objetividade, que os colocam no primeiro plano das disputas intelectuais e políticas em torno da questão agrária⁸. Na delimitação da questão agrária no Brasil nos dias que correm, tornou-se difícil ignorar, ao lado de latifúndios, minifúndios e empresas rurais (ou “propriedades produtivas” que sejam) e ao lado dos conflitos opondo trabalhadores rurais de diferentes tipos a grandes controladores de terra (pessoas físicas ou empresas, proprietários legais ou grileiros), a presença das *manchas* de assentamentos rurais e de meio milhão de famílias que mantêm uma relação peculiar com o Estado. Do mesmo modo tornou-se também difícil ignorar os efeitos políticos por eles provocados, tais como a associação reforma agrária/política agrícola não apenas dentro dos assentamentos, que já mencionamos, ou a superação prática de questões como aquela do “modelo ideal de assentamento”, que vigiam quando o assentamento era pura idealidade.

Pensar esse “efeito imprevisto” dos choques entre o Estado e movimentos de trabalhadores rurais, que são os assentamentos reais, aí incluídas suas “extensões”, essas “experiências” que são realidades no campo brasileiro hoje, tornou-se crucial para entendê-lo e para a formulação de propostas de mudança de suas estruturas. Como esse “pensar” não suspende as lutas objetivas que engendraram e continuam a engendrar assentamentos, ele tende naturalmente a proporcionar as mais diferentes “montagens” do mesmo quebra-cabeça propiciado por esse processo lutas-mudanças-lutas que Marcos Lins, certa feita, denominou de “reforma agrária processual”.

Conforme veremos a seguir, os assentamentos das áreas estudadas refletem, nas suas características e no seu perfil, o resultado do processo de lutas que lhes deu origem (e, é claro, as heranças da questão agrária em que se gestaram), mas também trazem fortes marcas da intervenção do Estado. E longe de a criação dos projetos de assentamento significar o final de um processo, a construção do contorno destes assentamentos após a sua criação também vai sofrer uma influência decisiva das formas como se estabelece a relação entre esses mesmos assentados e o Estado, nos seus diferentes níveis de administração (federal, municipal, estadual).

A população assentada

O perfil da população assentada nos projetos estudados reflete a problemática agrária descrita anteriormente para cada *mancha* e, de uma forma geral, indica claramente que os assentamentos vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra por parte de uma população historicamente excluída e que, embora mantendo algum tipo de inserção no mercado de trabalho (em geral rural), o fazia em condições bastante instáveis e precárias.

Quando analisamos o tipo de trabalho exercido imediatamente antes de vir para o assentamento, constatamos que 75% da população assentada estavam ocupados anterior-

mente em atividades agrícolas, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários, membros não remunerados da família⁹. Na *mancha* do Entorno do Distrito Federal predominam assalariados rurais (mais de 40 %, sendo 28 % temporários), seguidos de posseiros/parceiros/arrendatários, indicando uma população que vivia subordinada às fazendas. Ainda no Entorno do DF é provável que a relativamente elevada proporção de ex-trabalhadores urbanos (muitos dos quais podem ter origem rural e estar temporariamente em trabalhos urbanos) reflita uma dificuldade de absorção da população que migra para a região. Na *mancha* do Sertão do Ceará destacam-se os *moradores* (58 %), relação predominante nas fazendas do sertão. Na *mancha* do Sudeste do Pará predominam os membros não remunerados da família (43 %) e posseiros (11 %), indicando possivelmente que os assentados sejam filhos ou parentes de posseiros em áreas de ocupação mais antiga. Já na *mancha* de Santa Catarina, 44 % eram parceiros/arrendatários e 14 % membros não remunerados da família (filhos de agricultores), refletindo, como comentamos anteriormente, as dificuldades de reprodução da agricultura familiar naquele estado. Na *mancha* do Sul BA destacam-se os assalariados rurais permanentes (45 % da população assentada), na grande maioria ex-assalariados das fazendas de cacau. Chama a atenção nessa *mancha* uma porcentagem alta de ex-desempregado, e também de ex-trabalhadores urbanos, refletindo provavelmente a crise da lavoura cacaueira.

Tabela 3.2 Principais ocupações da população assentada no momento imediatamente anterior à vinda para o assentamento (em % do total de pessoas em idade de trabalho antes de vir para o assentamento, por *manchas*)

<i>Mancha</i>	Trabalho imediatamente anterior à vinda para o assentamento (*)						
	Assalariado rural (temporário ou permanente)	Posseiro, parceiro, arrendatário	Membro do não remunerado da família (*1)	Misto (*2)	Ocupações urbanas (assalariadas ou autônomas)	Desempregado	Outros (*3)
Sul BA Total	46%	1%	13%	0%	19%	13%	8%
Sertão CE Total	2%	19%	5%	58%	3%	5%	7%
Entorno DF Total	46%	11%	4%	2%	13%	2%	22%
Sudeste PA Total	10%	13%	43%	3%	8%	1%	21%
Oeste SC Total	12%	44%	14%	0%	6%	1%	23%
Zona Cana NE Total	41%	18%	11%	1%	8%	8%	13%
Total global	25%	18%	17%	12%	8%	4%	16%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver também Tabela A3.2, Anexo 2.

(*) Exclui as pessoas que tinham menos de 14 anos quando chegaram ao assentamento e que não declararam trabalhar antes.

(*) MNRF – Inclui pessoas que trabalhavam com os pais (ou outros parentes) e também donas de casa.

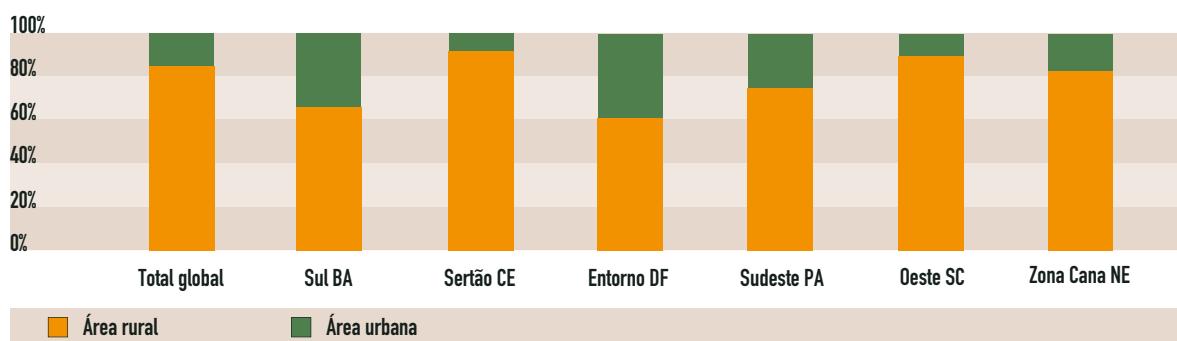
(*) Mais de uma atividade. As principais ocorrências foram: (a) Ceará: moradores (pagamento em renda e em dias de serviço). (b) DF: assalariados rurais (em combinação com outras atividades, ou combinação de permanente com temporário). (c) Pará: misturas de atividades rurais. (d) ZM: assalariados rurais temporários e arrendatários.

(*) Inclui comerciantes, pequenos proprietários, pessoas sem informação.

Somente uma parcela pequena dessa população em idade de trabalho declarou não trabalhar no momento imediatamente anterior à vinda para o assentamento (4 % de desempregados). Conforme já comentamos, os maiores índices foram encontrados no Sul da Bahia (13 %), vindo em segundo lugar a Zona Canavieira do Nordeste (8 %), refletindo a crise das lavouras tradicionais destas regiões. O Sertão do CE vem em seguida, com 5 %, e nas demais *manchas* o índice não ultrapassa a marca dos 2 %. Analisando apenas os responsáveis pelo lote, este índice não excede 2 % em nenhuma das *manchas*, o que indica que a população assentada mantinha anteriormente, ainda que precariamente, algum tipo de inserção no mercado de trabalho.

A grande maioria das famílias assentadas já vivia na zona rural da própria região antes de vir para o assentamento. Mais de três quartos (80 %) dos responsáveis pelos lotes viviam no campo, índice que atinge os 90 % no Sertão do Ceará e no Oeste de Santa Catarina. Os menores índices aparecem nas manchas do Entorno do Distrito Federal e do Sul da Bahia, onde cerca de um terço dos responsáveis vivia em zonas urbanas, indicando que nestas regiões provavelmente parte dos assalariados agrícolas vivia nas periferias das cidades e que os assentamentos podem ter abrangido também outras pessoas que aí moravam.

Gráfico 3.1 Moradia do responsável pelo lote no momento anterior à vinda para o assentamento: área rural ou urbana (em % dos entrevistados, por manchas)*



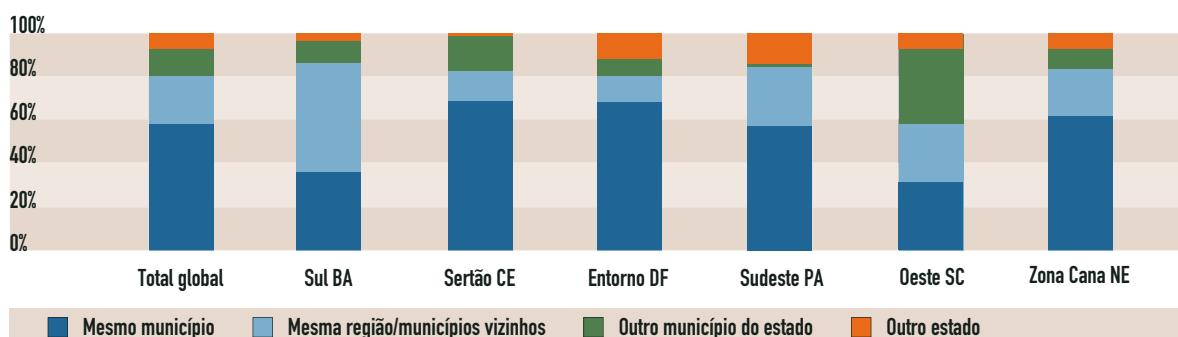
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.2, Anexo 2.

(*) Somente os responsáveis pelos lotes. Excluímos a coluna com questionários sem resposta, inferiores a 2%.

Mais de 80 % dos responsáveis pelos lotes residiam anteriormente no próprio município ou em municípios vizinhos àquele onde está localizado o assentamento (mesma região). Mesmo na *mancha* do Oeste catarinense, onde é alto o índice dos que viviam em “outros municípios do estado” (29 %), estes se referem provavelmente a diferentes microrregiões dentro do Oeste catarinense, o que é explicado pelas características da luta pela terra na região¹⁰. Nas *manchas* do Sudeste do Pará e do Entorno do DF, onde aparecem as maiores porcentagens de chefes de família vindos de outros estados, a grande maioria parece vir da mesma “grande região”. No Sudeste do Pará as famílias vindas de outros estados vêm principalmente das áreas maranhense e tocantina do Bico do Papagaio. Foram citados também (em menor escala) Goiás e Minas Gerais, e estados do Nordeste (Bahia, Piauí, Ceará), todos estados de origem dos migrantes da região, indicando que uma parte (pequena) dos responsáveis pode ter migrado diretamente para os assentamentos/ocupações de terra, provavelmente tendo tomado conhecimento deles através de parentes¹¹. Já os assentamentos de Goiás, na *mancha* do Entorno do DF, têm famílias que antes viviam em Minas Gerais, provavelmente também na área do entorno. Nesta *mancha* há ainda referências à presença de gaúchos e paulistas, sendo os primeiros também migrantes comuns nessas áreas do cerrado (especialmente em função da soja) (Gráfico 3.2). As informações sobre o local de nascimento dos responsáveis pelo lote complementam esta análise (Gráfico 3.3).

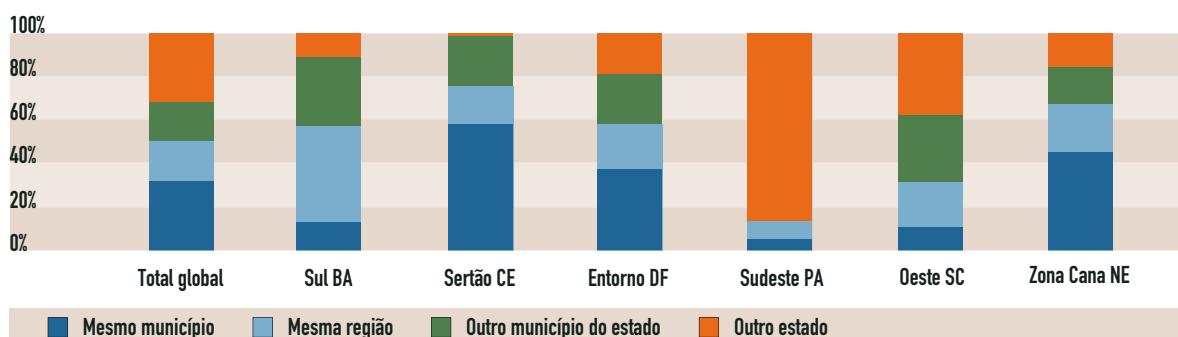
Cabe destacar na *mancha* do Sudeste do Pará a elevada porcentagem de pessoas nascidas em outros estados, confirmando a indicação de que os assentamentos atingem populações resultantes de processos migratórios anteriores e que, de algum modo, haviam se fixado nos municípios da região.

Gráfico 3.2 Município de moradia dos responsáveis pelo lote no momento anterior ao assentamento (em % do total de responsáveis, por *manchas*)



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.3, Anexo 2.

Gráfico 3.3 Local de nascimento dos responsáveis pelo lote (em % do total de responsáveis, por *manchas*)



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.3, Anexo 2.

No extremo oposto, o Sertão do Ceará chama a atenção pelo elevado grau de endogamia da população: 80 % nasceram e viviam no mesmo município ou em municípios vizinhos. Trata-se, possivelmente, de “moradores” bastante antigos na região, que estiveram sempre subordinados aos proprietários de terra¹². Em grau um pouco menor, esta é também a situação na Zona Canavieira, onde a porcentagem de pessoas de outros estados pode referir-se a ex-trabalhadores da cana na mesma região, em estados vizinhos. No Oeste de Santa Catarina, o fechamento relativamente recente da fronteira agrícola (na década de 70) faz com que parte dos responsáveis provavelmente tenha nascido no Rio Grande do Sul, já residindo anteriormente na região. É de se estranhar que no Entorno do DF, região de intensas migrações no período recente, seja relativamente baixa a porcentagem dos responsáveis que nasceram em outros estados. Uma hipótese que levantamos é de que os assentamentos estejam absorvendo a população rural formada por ex-posseiros, expropriados em função da valorização das terras na região, tornando-se assalariados rurais nos mesmos municípios (seja morando na zona urbana, seja na rural), dado que se confirma quando analisamos as experiências de trabalho imediatamente anterior e, também, as experiências ao longo da vida.

Quando analisamos as experiências com agricultura ao longo da vida (e não mais apenas a imediatamente anterior à vinda para o assentamento), sobe para 94 % a porcentagem dos responsáveis pelos lotes (chefes de família) que já tinham experiência agrícola

anterior, sem variações importantes entre as *manchas*, conforme *Tabela 3.3*. Comparando-se esses dados com os da tabela sobre local de moradia anterior (zona rural ou urbana), pode-se levantar a hipótese de que muitos dos que tinham trabalho urbano no momento que antecedeu à entrada para o assentamento possivelmente já haviam vivido em áreas rurais, ou seja, provavelmente o processo de expropriação dos trabalhadores levado a efeito nos anos 70/80 os levou a passar pela experiência urbana, tendo voltado ao campo através da luta pela terra.

O tipo de experiência predominante varia significativamente entre as *manchas*, conforme pode-se verificar na tabela apresentada a seguir. Na média geral, dos que já tinham trabalhado na agricultura, as experiências predominantes são de arrendatários ou parceiros, assalariados com acesso à terra, assalariados sem acesso à terra e membros não remunerados da família. Uma porcentagem pequena (7 %) já havia sido proprietário. Analisando pelas *manchas*, vemos que os assalariados sem acesso à terra se destacam no Sul BA (80 % dos que tinham experiência agrícola anterior), seguidos pelo Entorno do Distrito Federal (38 %) e pela Zona Canavieira do Nordeste (24 %), repetindo a tendência analisada anteriormente. A ocorrência de moradores ou assalariamento com acesso à terra é mais significativa no Ceará (65 % dos casos) e na Zona Canavieira do Nordeste (39 %). No Entorno do Distrito Federal e no Oeste de Santa Catarina, a experiência mais significativa é a de arrendatários e parceiros (55 %). O Sudeste do Pará é a *mancha* onde a distribuição é mais heterogênea, embora havendo uma concentração entre membros não remunerados da família (30 %), arrendatários e parceiros (28 %) e proprietários (17 %). Esses dados parecem ser coerentes com a história das *manchas* e com o seu perfil produtivo anterior, que marcam o tipo do público que demandou terra e que foi assentado.

Tabela 3.3 Experiência com trabalho agrícola ao longo da vida (por tipo de experiência, em % dos responsáveis que tiveram alguma experiência, por *manchas*)

Mancha	Experiência anterior	Principais tipos de experiência (*1)					
		Responsáveis com experiência de trabalho na agricultura (ao longo da vida)	Assalariado sem acesso à terra	Assalariado com acesso à terra/ morador (*2)	Arrendatário/ parceiro	Posseiro	Proprietário
Sul BA	85%	80%	1%	1%	0%	5%	14%
Sertão CE	98%	3%	65%	29%	0%	1%	2%
Entorno DF	95%	38%	2%	55%	0%	7%	1%
Sudeste PA	93%	13%	5%	28%	11%	17%	30%
Oeste SC	93%	13%	1%	55%	0%	9%	22%
Zona Cana NE	95%	24%	39%	29%	5%	1%	4%
Total global	94%	21%	25%	34%	4%	7%	12%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A3.4*, com informações completas no Anexo 2.

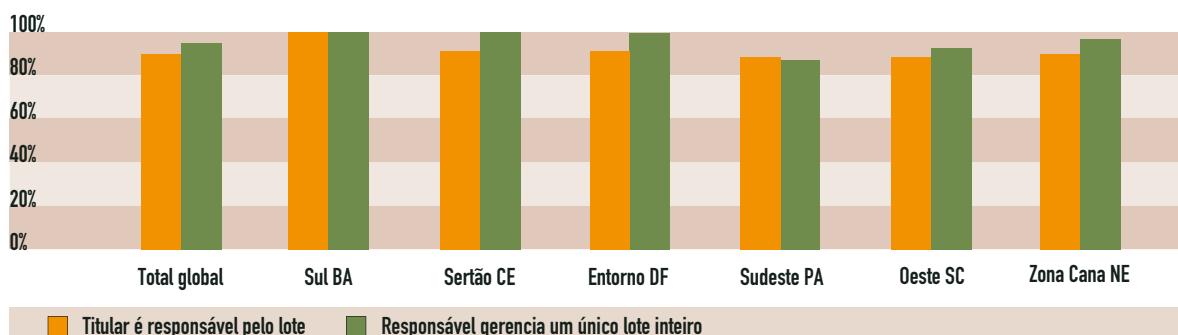
(*1) Em porcentagem dos responsáveis COM experiência.

(*2) Inclui os moradores do Ceará (parceiros com obrigação de prestar dias de serviço), que nas tabelas sobre trabalho imediatamente anterior ao assentamento (A3.2 e A3.2) foram enquadrados como “misto”. Não inclui os moradores da Zona da Mata que eram assalariados sem acesso à terra. Achamos importante diferenciar nesta questão aqueles moradores que tinham acesso à terra (no caso da Zona Canavieira há moradores que trabalham unicamente como assalariados, enquanto outros têm acesso a um pequeno pedaço de terra para plantio).

(*3) Pessoas que declararam trabalhar com os pais ou outros parentes, em geral filhos de agricultores familiares.

Na quase totalidade dos casos estudados (91 %), os próprios titulares são os responsáveis pelo lote. E também na grande maioria dos casos (acima de 85 %) os responsáveis administraram um único lote (*Gráfico 3.4*).

Gráfico 3.4 Relação entre titular do lote e responsável e número de lotes gerenciado pelo responsável (em % do total de responsáveis, por *manchas*)



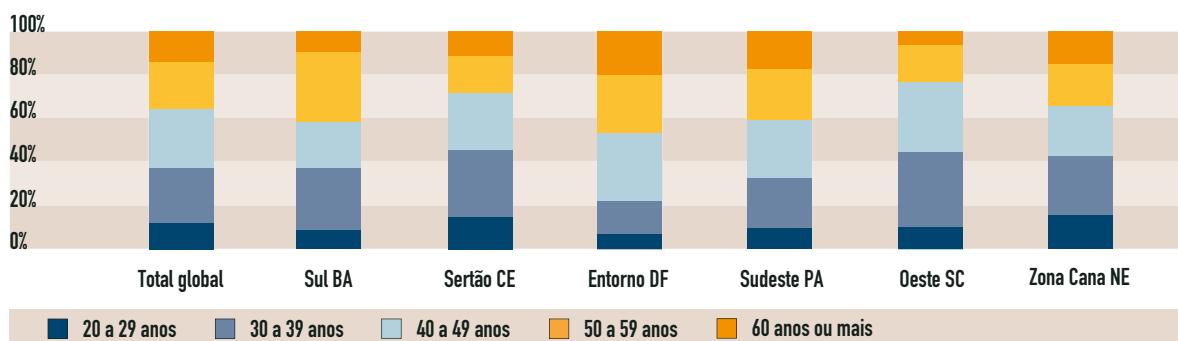
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.5, no Anexo 2.

No que se refere ao sexo, 85 % dos responsáveis pelos lotes (chefes de família) são homens e somente 15 % são mulheres, refletindo a realidade rural de uma forma geral (ver Tabela A3.6, Anexo 2). Como normalmente o responsável pelo lote é o titular, o fato de a titulação dos lotes ser dada apenas para os homens é um dos aspectos que reforça esta realidade¹³. As *manchas* onde aparece uma maior porcentagem de mulheres responsáveis pelos lotes são o Entorno do DF e o Sul da Bahia (respectivamente 28 % e 22 %), e *mancha* do Sertão do Ceará é aquela com menor porcentagem (9 %). Se analisarmos o total da população assentada nos projetos estudados, há uma ligeira predominância de homens (54 % da população total), com muito pouca variação entre as *manchas*.

Com relação ao nível de escolaridade, no total das *manchas* 87 % dos responsáveis pelos lotes têm no máximo até a 4^a série do ensino fundamental, sendo que 32 % nunca foram à escola e 59 % têm somente até 2^a série. Somente 14 % completaram a 4^a série e apenas 2 % freqüentaram a escola além da 8^a série. Há variações entre as *manchas*, especialmente no que se refere à última série cursada, mas em todas elas mais de dois terços dos responsáveis têm no máximo a 4^a série¹⁴.

A maioria (74 %) dos responsáveis pelo lote tem entre 30 e 59 anos, distribuída mais ou menos eqüitativamente nas diferentes faixas de idade dentro deste intervalo, indicando uma população predominantemente em idade ativa de trabalho¹⁵ (Gráfico 3.5).

Gráfico 3.5 Idade dos responsáveis pelo lote (em % do total, por faixas etárias)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.7 no Anexo 2.

Em geral, o deslocamento para o assentamento não envolve apenas famílias isoladas, mas grupos de famílias aparentadas que se estabelecem em diferentes lotes dentro do assentamento. Na maioria dos lotes vive e trabalha uma família nuclear (casal com filhos), que passa a ter no assentamento uma importante fonte de trabalho e reprodução social e econômica. O número médio de pessoas vivendo em cada lote é de cerca de cinco pessoas para o total das *manchas* e quase sempre os lotes têm apenas uma casa. Voltaremos a estas questões no próximo capítulo, no qual detalharemos a composição das famílias.

Embora a população assentada não tenha grande peso na região como um todo, o seu peso em relação à população rural dos municípios estudados em vários casos é bastante significativo. Nos municípios pesquisados, o peso da população assentada em geral não ultrapassa os 5% da população urbana e não chega aos 10% da população rural. Este é o caso de todos os municípios no Sul da Bahia e no Extremo-oeste catarinense, e da maioria dos municípios na Zona Canavieira. Na *mancha* do Entorno do DF, o peso na população urbana gira em torno dos 3%, mas é um pouco maior quando se considera a população rural, oscilando em torno dos 10%, chegando a 24% em Formosa-GO. Esse peso é bem mais significativo nas *manchas* do Sudeste do Pará, do Sertão do Ceará, na *submancha* de Abelardo Luz e em alguns municípios da Zona Canavieira (Cruz do Espírito Santo, Maragogi, Pitimbu, Água Preta, Pedras de Fogo), oscilando em torno de 8% a 15% da população urbana e 15% a 30% da população rural, chegando nos municípios de Conceição do Araguaia e Abelardo Luz a significar um terço da população urbana e dois terços da população rural (ver *Tabela A3.8*, no *Anexo 2*).

Uma tentativa de estabelecer paralelos entre o processo de implementação dos assentamentos rurais e seu impacto sobre a dinâmica demográfica e migratória nas regiões estudadas, a partir de análises dos dados do Censo Demográfico, revelou dificuldades¹⁶. Uma inferência possível, com ressalvas, é de que a intensificação dos assentamentos tenha contribuído senão para ampliação da população rural nos municípios analisados, pelo menos para estancar seu decréscimo.

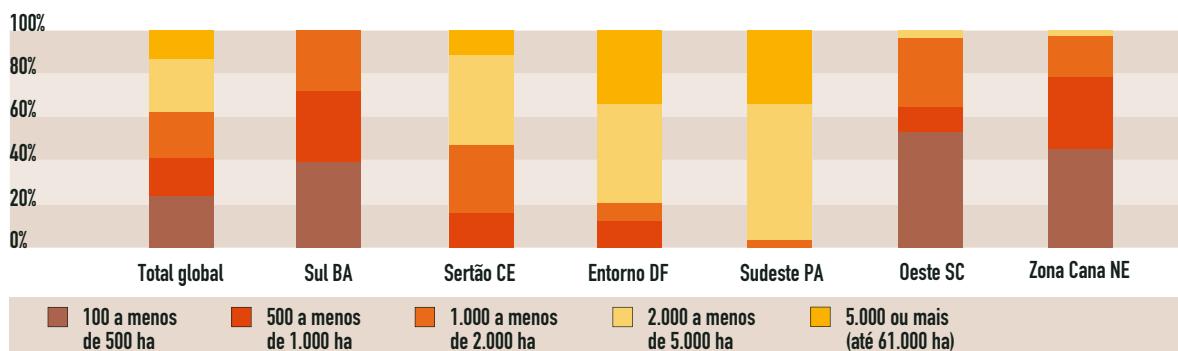
Os assentamentos e sua organização interna

Tamanho dos assentamentos¹⁷

Na ausência de qualquer política governamental preestabelecida de desapropriações, a localização e o tamanho das áreas destinadas a assentamentos rurais têm muito de aleatório, com os assentamentos resultando em geral dos conflitos que vão se manifestando e traduzindo, em algum grau, as marcas da estrutura agrária onde e contra a qual ocorrem.

Com relação à área, o conjunto das *manchas* aponta uma distribuição relativamente equilibrada dos assentamentos entre as diferentes faixas. Excetuada a faixa de 5.000 ha ou mais, o número de projetos varia entre um mínimo de 18%, na faixa de 500 ha a menos de 1.000 ha, e um máximo de 25%, na faixa de 2.000 a 5.000 ha, conforme pode ser visto no *Gráfico 3.6*¹⁸. O peso menor de assentamentos na faixa de 5.000 ou mais é coerente com o pequeno peso dos estabelecimentos rurais nessa faixa nas regiões estudadas (a não ser no Sudeste do Pará).

Gráfico 3.6 Tamanho dos projetos de assentamentos criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados (em % de projetos por faixas de área total)*

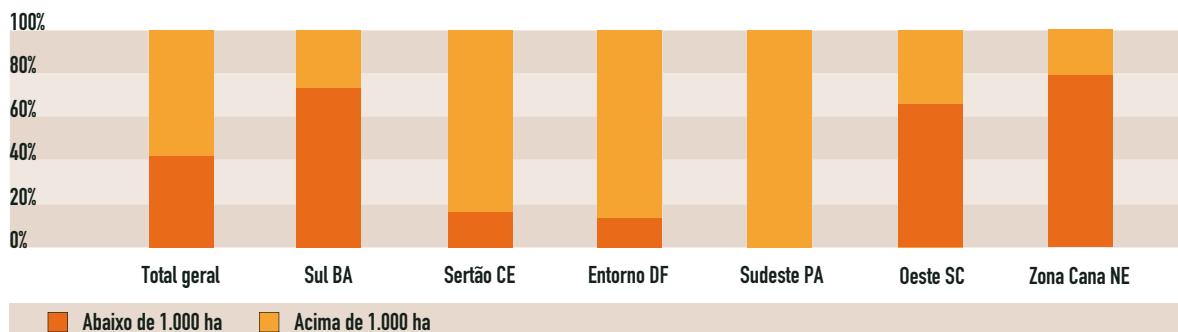


Fonte: Listagem do Incra, 1999. Ver Tabela A3.9, Anexo 2.

(*) Inclui todos os PAs criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados, num total de 181 projetos (ou seja, incluindo os que não tiveram questionários aplicados).

Quando analisamos pelas *manchas*, podemos distinguir dois grandes blocos. De um lado o Sudeste do Pará, o Entorno do Distrito Federal e o Sertão do Ceará, onde a grande maioria dos assentamentos tem 1.000 ha ou mais (respectivamente 100, 88 e 84 %), com concentração maior no intervalo de 2.000 a 5.000 ha (respectivamente 63, 46 e 42 %). De outro lado a Zona Canavieira do Nordeste¹⁹, o Sul da Bahia e o Oeste de Santa Catarina, onde a maioria dos assentamentos tem entre 100 e 1.000 ha (pela ordem, 78, 73 e 65 %) com maior concentração entre 100 e 500 ha (45, 40 e 54 %, respectivamente). Essa distinção entre os blocos se evidencia mais facilmente quando estabelecemos um corte único, usando como limite 1.000 ha.

Gráfico 3.7 Classificação dos projetos de assentamentos nos municípios pesquisados, por faixas de área total e por *manchas* – acima e abaixo de 1.000 ha*



Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo). Ver Tabela A3.10, Anexo 2.

(*) Inclui todos os PAs criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados, num total de 181 projetos, incluindo os que não tiveram questionários aplicados.

No primeiro bloco, o maior tamanho dos assentamentos reflete a estrutura agrária extremamente concentrada dessas regiões, com a presença de propriedades de grandes extensões. Já o segundo bloco exige qualificações.

No Oeste de Santa Catarina seria de se esperar áreas de assentamentos menores, já que nesta região sempre predominou a pequena propriedade e há dificuldade de encontrar

grandes áreas disponíveis²⁰. No entanto, vale destacar nesta *mancha* uma variação importante de índices de concentração da propriedade da terra entre o Extremo-oeste e a área em torno de Abelardo Luz, que se reflete na distribuição dos assentamentos por faixas de área. Na *submancha* de Abelardo Luz há uma maior concentração fundiária e uma maior quantidade de assentamentos nas faixas acima de 500 ha²¹. Cabe assinalar que um dos atrativos da região de Abelardo Luz para os movimentos de ocupação de terras foi justamente a existência de uma certa quantidade de grandes propriedades ociosas.

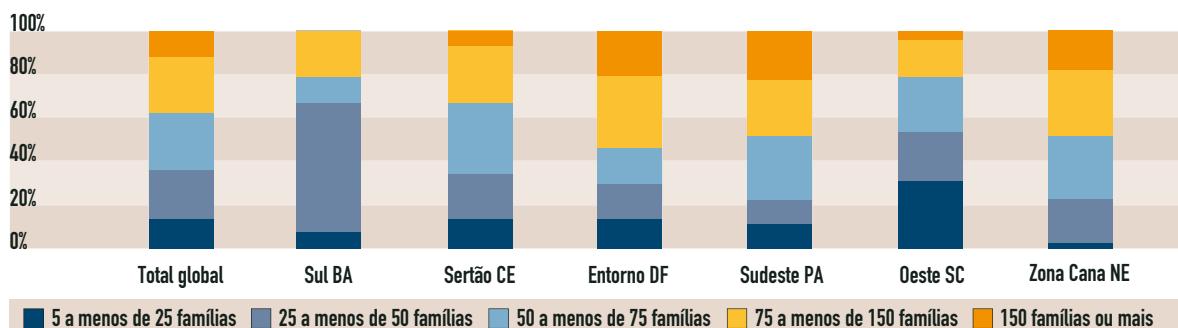
No entanto, no Sul da Bahia e na Zona Canavieira do Nordeste, onde o grosso das desapropriações e dos assentamentos se deu no bojo da crise nas fazendas de cacau e nas usinas de açúcar, há uma necessidade de explicar essa predominância dos pequenos assentamentos. Ocorre que a agricultura do cacau sempre operou com estabelecimentos de extensão não muito grande, embora formas de trabalho próprias ao latifúndio tradicional tenham predominado durante muito tempo e fosse comum um só proprietário ser dono de várias fazendas, que individualmente e comparadas a propriedades de outras regiões podem parecer “pequenas”. É o mesmo tipo de efeito ilusório, que podem propiciar as comparações numéricas, que está em jogo no caso da Zona Canavieira do Nordeste, aqui com o complicador de a agricultura canavieira estar fortemente associada à imagem de grandes extensões de terra. No entanto, mesmo que pelas relações de trabalho estabelecidas um “engenho” ou uma “fazenda” de duas ou três centenas de hectares seja claramente identificada com uma “grande fazenda”²², a distribuição dos PAs, tal como existem atualmente, por faixas de área, não traduz, senão de modo muito indireto, a estrutura fundiária anterior e a distribuição de poder a ela acoplada. Isso porque muitas das áreas atingidas pelas desapropriações recentes em geral envolviam um conjunto de propriedades de uma usina falida, ou seja, tratava-se de áreas sujeitas a um gerenciamento econômico comum, em geral antigos engenhos (patrimônio de um único proprietário) ou parcelas de antigos engenhos fragmentados pelos processos de herança, mas mantidos como unidades administrativas²³.

Quando analisamos o número de famílias que cada assentamento abriga (por faixas), podemos perceber um outro aspecto do tamanho dos assentamentos estudados, assim como compreender melhor as variações que identificamos ao trabalhar com os dados de área. Considerando o conjunto das *manchas*, vemos que há um número menor de projetos nos dois extremos: menos de 25 famílias e mais de 150 famílias (respectivamente 13% e 12% do total de projetos). Nas três faixas intermediárias estão concentrados 75% dos projetos, quase sem variação entre elas (em torno de 25% em cada faixa)²⁴, conforme *Gráfico 3.8*. Mas essa distribuição é de pouca utilidade, pois simplesmente cristaliza algumas tendências que só a comparação entre as *manchas* pode revelar.

O uso do mesmo tipo de artifício acionado na análise da distribuição por faixas de área – a introdução de um corte binário, no patamar de 50 famílias – permite-nos ver melhor essas diferenças, conforme *Gráfico 3.9*.

O contraste entre as *manchas* sugere blocos com contornos muito próximos aos que apontamos ao considerar a distribuição dos assentamentos por faixas de área. Um primeiro, agrupando o Ceará, o Entorno do Distrito Federal e o Sudeste do Pará, que têm a maioria dos seus assentamentos encaixados nas faixas com maior número de famílias, ainda que possam ser percebidos indícios de variações, com um máximo de concentração nas duas faixas mais altas no caso do Entorno, uma distribuição mais harmoniosa para o Sertão do Ceará e com o Sudeste do Pará numa posição intermédia. O segundo bloco envolve a Bahia e Santa Catarina – ambos com assentamentos concentrados nas faixas mais baixas, ainda que as curvas

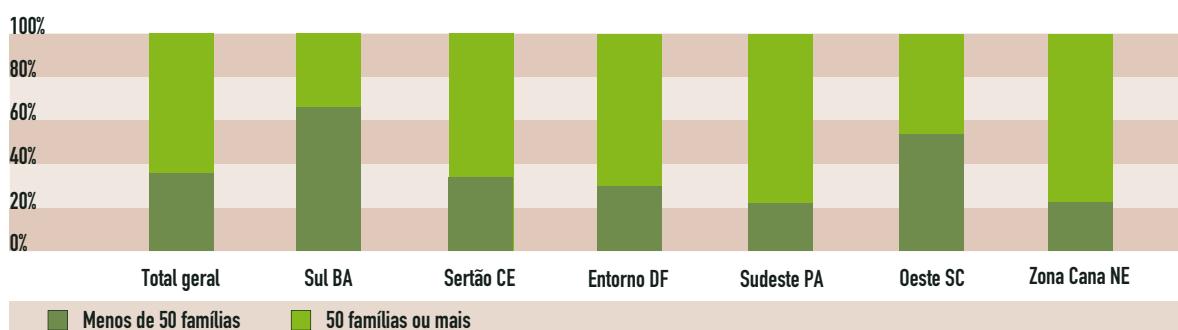
Gráfico 3.8 Número de famílias assentadas nos assentamentos criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados (por faixas de número, por *manchas*)*



Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo). Ver *Tabela A3.11, Anexo 2*.

(*) Todos os PAs dos municípios pesquisados (criados entre 1985 e 1997), incluindo os que não tiveram questionários aplicados.

Gráfico 3.9 Distribuição dos assentamentos por faixas de número de famílias (acima e abaixo de 50 famílias), por *manchas*, nos municípios pesquisados*



Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo). *Tabela A3.11, Anexo 2*.

(*) Considerando todos os PAs dos municípios pesquisados, criados entre 1985 e 1997.

variem significativamente²⁵. Mas, ao contrár–io do que vimos nas faixas de área, esse bloco não inclui a Zona Canavieira do Nordeste, que tem a maior parte de seus assentamentos nas faixas com maior número de famílias.

Quando o que está em jogo é a quantidade de famílias assentadas, a Zona Canavieira do Nordeste coloca-se nitidamente no bloco das *manchas* com grandes projetos, apresentando um percentual de projetos de assentamento com mais de 50 famílias superior aos do Ceará e do Entorno do Distrito Federal, e apenas um pouco abaixo do Sudeste do Pará²⁶.

Se fizermos uma espécie de sobreposição das duas classificações do tamanho dos assentamentos – extensão das áreas e número de famílias assentadas – chegaremos, então, não a dois blocos de *manchas*, mas a três. O primeiro, incluindo Sudeste do Pará, Entorno do Distrito Federal e Ceará, onde estariam tendencialmente associadas grandes extensões de área e grande quantidade de famílias. O segundo, compreendendo Sul BA e Oeste de Santa Catarina²⁷, onde, de modo simétrico e oposto, estariam assentamentos tendencialmente associando pequenas extensões de área e poucas famílias. O terceiro, finalmente, seria um bloco de uma *mancha* só, a Zona Canavieira nordestina, onde pequenas extensões de área (e a qualificação feita anteriormente não compromete essa classificação, já que hoje antigos imóveis de usina funcionam como assentamentos autônomos) estão associadas a muitas famílias.

Essa aparente esquisitice dessa *mancha* traduz a maior densidade demográfica rural e urbana dessa área e, nas circunstâncias atuais de crise da agroindústria, uma maior demanda por emprego rural e terra, esta última constituindo-se numa demanda em si mesma, mas também no meio mais à mão para a obtenção de trabalho²⁸. Possivelmente, traduz ainda uma maior força acumulada na luta por direitos e terra que não permite, na hora da seleção dos assentados, a exclusão, em nome de critérios técnicos, de uma parte dos que estiveram juntos ao longo de todo um processo de luta²⁹.

Podemos ainda completar essa análise do tamanho dos assentamentos, não mais confrontando “externamente” duas tipologias, mas vendo como o total das famílias assentadas se distribui entre os assentamentos situados em diferentes faixas de área, acrescentando o número de famílias assentadas em cada faixa e analisando também o número médio de famílias por PA³⁰.

Tabela 3.4 Distribuição dos projetos nas *manchas* por faixas de área total – acima e abaixo de 1.000 ha – com número de projetos, número de famílias assentadas e número médio de famílias por projeto (por *mancha* e faixa de tamanho)*

Manchas	Faixas de área total do PA	Número de PAs		Número de famílias		Nº médio de famílias por PA
		Número	% Mancha	Número	% Mancha	
Total geral	Abaixo de 1.000 ha	76	42%	3.711	25%	48,8
	Acima de 1.000 ha	105	58%	11.402	75%	108,6
Sul BA	Abaixo de 1.000 ha	11	73%	485	66%	44,1
	Acima de 1.000 ha	4	27%	249	34%	62,3
Sertão CE	Abaixo de 1.000 ha	6	16%	135	5%	22,5
	Acima de 1.000 ha	32	84%	2.864	95%	89,5
Entorno DF	Abaixo de 1.000 ha	3	13%	54	2%	18,0
	Acima de 1.000 ha	21	88%	2.355	98%	112,1
Sudeste PA	Abaixo de 1.000 ha	0	0%	0	0%	0,0
	Acima de 1.000 ha	27	100%	3.320	100%	123,0
Oeste SC	Abaixo de 1.000 ha	23	66%	657	36%	28,6
	Acima de 1.000 ha	12	34%	1.145	64%	95,4
Zona Cana NE	Abaixo de 1.000 ha	33	79%	2.380	62%	72,1
	Acima de 1.000 ha	9	21%	1.469	38%	163,2
Total geral		181	100%	15.113	100%	83,5

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo).

(*) Inclui todos os PAs criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados (181 projetos). A Tabela A3.13 – Anexo 2, apresenta os dados discriminados por faixas de área e também os dados de apenas 92 assentamentos da amostra (com aplicação de questionário).

Como pode ser observado, e como seria de se esperar, assentamentos maiores absorvem uma maior quantidade de famílias. No conjunto das *manchas*, os assentamentos com menos de 1.000 ha, representando quase metade dos projetos (42 %), absorvem somente um quarto das famílias (25 %), ou seja, 75 % das famílias estão nos projetos acima de 1.000 ha, sendo ainda que mais da metade delas está nos assentamentos com mais de 2.000 ha (ver *Tabela A3.13*, no *Anexo 2*). Isso vale para o conjunto das *manchas* e também para cada uma delas. Nas *manchas* do Pará, Ceará e Entorno do Distrito Federal, os projetos de assentamento com mais de 1.000 ha absorvem praticamente a totalidade das famílias. No Oeste de Santa Catarina, uma *mancha* onde os assentamentos menores representam 65 % dos projetos, ainda são os maiores (aqueles com mais de 1.000 ha) que retêm a maior parte

das famílias (64 %). As exceções são o Sul BA e a Zona Canavieira do Nordeste, onde os projetos com menos de 1.000 ha abrigam cerca de dois terços das famílias.

O número médio de famílias por projeto nos dá também uma dimensão do tamanho deles, e vai influir na sua organização interna. Se analisarmos pelas faixas de área desagregadas (*Tabela A3.13, Anexo 2*), vemos que para o conjunto das *manchas* a quantidade média de famílias por assentamento vai numa progressão ascendente, variando de 36,5 famílias por projeto nos menores PAs (100 a menos de 500 ha) até 224,1 famílias por projeto naqueles com 5.000 ha ou mais, sendo respectivamente nas faixas intermediárias: 65,7; 79,1 e 80 famílias por projeto. O mesmo ocorre com cada uma das *manchas* tomada separadamente.

Uma observação mais cuidadosa da tabela anteriormente apresentada revela, mais uma vez, a maior densidade populacional dos assentamentos da Zona Canavieira nordestina, que absorvem maior quantidade média de famílias se comparados aos das demais *manchas*. Isso é especialmente marcante no caso dos assentamentos menores de 1.000 ha, nos quais o número médio de famílias assentadas na Zona Canavieira (72,1 famílias por PA) chega a ser entre três e quatro vezes superior ao das demais *manchas*, com exceção do Sul BA, que tem também um número médio de famílias assentadas nos PAs da menor faixa (abaixo de 1.000 ha) superior ao das demais *manchas* (44,1)³¹.

Condições dos solos

Com relação às condições dos solos, a pesquisa procurou identificar prioritariamente (junto a informantes qualificados, não necessariamente técnicos) a existência de restrições que influenciassem a produção nos projetos de assentamento pesquisados. Buscamos analisar especialmente três aspectos principais: fertilidade (solos ácidos ou de baixa fertilidade, que implicam necessidade de maiores investimentos em calagem e adubação); textura (solos rasos, pedregosos, excessivamente arenosos, ou alagadiços, que podem implicar limitações à mecanização ou mesmo ao processo de uso do solo); topografia (relevos accidentados, que colocam restrições à mecanização e a cultivos). Cabe ressaltar que ainda foi verificada a disponibilidade de água no lote, tema que será também tratado na parte de infra-estrutura no que se refere à água para consumo da família. Classificamos como “desiguais” os projetos que apresentam parte dos lotes com restrições e outra parte sem. A *Tabela 3.5* apresenta os resultados para cada *mancha*.

As restrições de fertilidade e textura atingem, parcial ou totalmente³², a maioria dos projetos de assentamento pesquisados. Com exceção das *manchas* do Entorno do Distrito Federal (único caso em que os entrevistados não apontaram restrições de fertilidade)³³ e da Zona Canavieira nordestina, a situação de fertilidade tende a ser pior nos demais casos, especialmente no Sul BA, onde, em 79 % dos projetos, apontou-se uma baixa fertilidade³⁴.

No caso da textura, apesar do alto percentual de ausência de informações, a situação parece ser também precária: 42 % dos projetos atestaram a presença de pedras, solos arenosos ou fracos³⁵. Novamente, com a exceção do caso mineiro/goiano (onde predominaram igualmente os solos com boa textura), o restante dos projetos apresentou dificuldades. Mesmo no contexto da Zona Canavieira nordestina, em que a obtenção de informações específicas sobre esse critério ficou comprometida, é notável que encontramos a totalidade dos casos com informação (ou 48 % do número total de projetos) na situação “com restrições”. Como se sabe, solos pedregosos agravam sobremaneira as possibilidades de cultivo, rebatendo negativamente nos resultados finais e na produtividade física.

Tabela 3.5 Qualidade do solo nos assentamentos pesquisados, segundo critérios selecionados, por *mancha* (em % dos projetos)*1

Mancha	Classificação	Fertilidade do solo*2	Textura*3	Topografia*4	Disponibilidade de água*5
Contexto geral da Pesquisa	Boa	23%	17%	61%	39%
	Desigual	43%	11%	9%	30%
	Com restrições	27%	42%	23%	15%
	Sem informação	7%	29%	7%	15%
Sul BA (cacaueira)	Boa	14%	7%	64%	57%
	Desigual	7%	7%	29%	43%
	Com restrições	79%	57%	7%	0%
	Sem informação	0%	29%	0%	0%
Sertão do Ceará	Boa	0%	0%	70%	50%
	Desigual	90%	80%	0%	0%
	Com restrições	0%	10%	10%	10%
	Sem informação	10%	10%	20%	40%
Entorno de Brasília	Boa	57%	71%	93%	57%
	Desigual	43%	0%	0%	29%
	Com restrições	0%	29%	7%	14%
	Sem informação	0%	0%	0%	0%
Sudeste do Pará	Boa	0%	0%	70%	20%
	Desigual	90%	10%	20%	40%
	Com restrições	10%	80%	10%	40%
	Sem informação	0%	10%	0%	0%
Oeste de Santa Catarina	Boa	26%	26%	21%	32%
	Desigual	21%	32%	5%	47%
	Com restrições	48%	0%	68%	5%
	Sem informação	5%	42%	5%	16%
Zona Canavieira Nordestina	Boa	24%	0%	64%	28%
	Desigual	44%	0%	4%	20%
	Com restrições	12%	48%	16%	24%
	Sem informação	21%	52%	16%	28%
Total		100%	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Com base no número de projetos com questionários aplicados (92 projetos). A alternativa “boa” reflete situações, em geral, sem restrições. A alternativa “irregular” traduz situações diferenciadas no interior do assentamento, apresentando parte dos lotes com restrições e outra parte sem. As restrições consideradas poderão ser observadas pelas respectivas notas.

(2) Restrições na fertilidade: acidez, solo fraco, carência de nutrientes.

(3) Restrições na textura: presença de pedras, areia, solo raso.

(4) Restrições de topografia: topografia accidentada. Situação “boa”: topografia plana.

(5) Situação “boa”: todos os lotes com água; “irregular”: alguns lotes com água, outros sem; água de baixa qualidade; “com restrições”: existência de secas; lotes sem acesso à água; água de baixa qualidade.

No que tange à topografia e à disponibilidade de água, a situação melhora bastante. Com efeito, no primeiro caso, 61 % dos 92 projetos pesquisados apresentam uma topografia predominantemente plana. A exceção fica por conta da região catarinense, na qual 68 % dos núcleos apresentam áreas accidentadas. Em relação ao acesso à água, a maioria dos PAs que foram objeto da pesquisa tem esse tipo de recurso. Ainda que não tenhamos maioria absoluta nesse caso (39 %), é a condição predominante nas *manchas* amostrais do Sul BA, do Entorno do Distrito Federal, do Ceará e, em menor grau, da Zona Canavieira, ainda que nesses dois últimos casos tenhamos tido dificuldade de obter informações mais precisas.

Poderíamos concluir essa caracterização afirmando que os assentamentos da amostra localizados no Entorno do Distrito Federal dispõem de uma situação edafo-climática melhor, quando comparados aos demais contextos regionais, que apresentam um quadro mais precário³⁶.

Organização do espaço no assentamento

A organização espacial interna dos projetos de assentamento é diferenciada e parece seguir em geral um certo padrão espacial preexistente entre os agricultores familiares nas regiões onde os assentamentos estão inseridos, mas nem por isso deixam de apresentar inovações.

Na maioria dos PAs pesquisados as casas estão localizadas nos lotes. Em apenas 24 dos 92 projetos (26 %) foram encontradas agrovilas, geralmente coexistindo com formas de nucleação da população anteriores ao assentamento. Na Bahia, elas existem na maior parte dos projetos e, na Zona Canavieira, em cerca de metade deles. Nos pareceu que algumas tentativas de imposição, por parte do Incra, de uma forma de organização espacial contrária à vontade dos assentados resultam desastrosas, como em casos na Zona Canavieira em que foi imposto o uso do crédito habitação para construção de casas nas agrovilas, que acabaram ficando praticamente abandonadas, com os assentados vivendo em casas mais precárias nos lotes³⁷.

Encontramos divisões espaciais internas, com alguma eficácia social (meramente pragmática ou operativa, econômica, política etc.) nos assentamentos maiores, mas não apenas neles. Mesmo onde está mais em jogo alguma tentativa de racionalizar o funcionamento dos assentamentos, não há territórios rigidamente definidos. Nem sempre as divisões administrativas existentes têm influência real na forma de organização interna do assentamento, como em alguns casos do Pará, onde o estabelecimento de glebas em vários casos tem função puramente administrativa (e de localização “dos endereços” dos lotes)³⁸. Seguindo um certo padrão de disposição espacial preexistente entre camponeses brasileiros (que tem, evidentemente, variações grandes), o que se tem são alguns adensamentos residenciais que acabam nucleando um certo número de assentados.

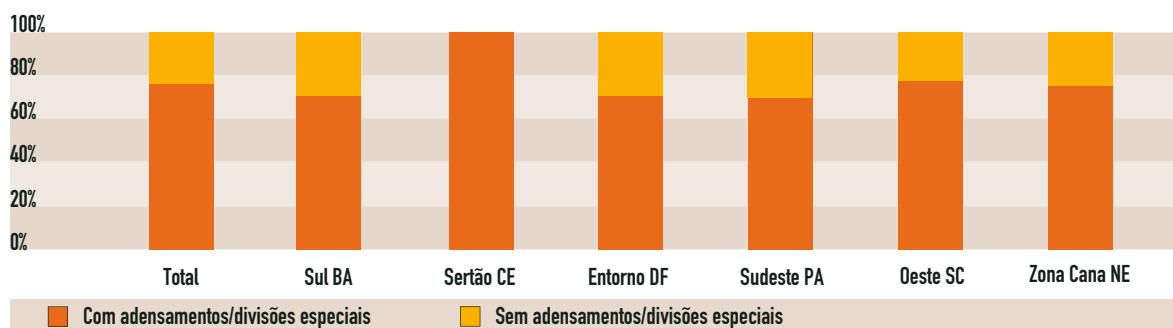
As informações qualitativas coletadas em campo indicam que a origem dessas divisões pode se dar por diferentes razões, tais como pela mera persistência de alguma nucleação preexistente, por iniciativa política de movimentos sociais ou por simples exercício do bom senso para enfrentar dificuldades de gestão de uma área muito grande ou de uma população muito dispersa. Os relatos dos pesquisadores sugerem, nos casos do Sertão do Ceará, do Sul BA e do Oeste de Santa Catarina, sua associação com a existência de formas coletivas de organização³⁹; no caso da Zona Canavieira nordestina, a aproximação sugerida é com a persistência de antigas unidades territoriais e com a construção de um número expressivo de agrovilas; no Sudeste do Pará e no Entorno do Distrito Federal, o elemento decisivo parecem ser as grande áreas dos assentamentos.

Na Zona Canavieira do Nordeste, sedes de antigos engenhos ou sítios mantiveram-se, algumas vezes, como lugares de sociabilidade e de iniciativas econômicas ou políticas dos assentados ou, ao contrário, cederam o posto às agrovilas construídas pelo Incra, ou ainda combinaram as duas coisas. No entanto, ao que parece, em vários casos os assentamentos significaram uma reconfiguração do espaço rural, diminuindo a centralidade das sedes dos engenhos.

No Sertão cearense, existem “comunidades” (agrupamentos de tamanho variável de casas de assentados) com os roçados em torno. As áreas destinadas a pastagens muitas vezes são coletivas. Nos projetos maiores, como São Joaquim e Renascer de Canudos, cada comunidade tem uma associação, que organiza a atividade econômica de seus membros, e o assentamento, no seu todo, tem uma cooperativa central que coordena essas associações.

No Oeste de Santa Catarina, há um recorte ainda mais nitidamente funcional. Existem “comunidades”, uma espécie de “bairro rural”, em cujo “centro” sempre há uma igreja (principal elemento de definição), uma escola, um campo de futebol ou de bocha. Às vezes, preexistem ao assentamento; em outras, formam-se como consequência dele. Mas há também os “núcleos”, que são divisões político-organizativas internas ao assentamento, propostas pelo MST. São agrupamentos de famílias, lugares para discussão de problemas e encaminhamento de propostas. Em alguns casos, o crédito foi fator impulsionador da formação desses núcleos. Eles podem coincidir com agrupamentos econômicos, mas não necessariamente (estes, em geral, são chamados de “grupos” – grupo de produção coletiva, grupo da máquina de beneficiamento etc). Ou seja, podem existir núcleos que fazem atividades conjuntas, mas também podem ser apenas espaços de discussão e decisão.

Gráfico 3.10 Distribuição dos assentamentos segundo a existência de adensamentos/divisões espaciais, por manchas



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

O tamanho e a caracterização dos lotes

O tamanho dos lotes dos assentamentos ao mesmo tempo determina e é determinado pelo número de famílias assentadas numa determinada área. Na verdade, ele é consequência da interação entre as determinações legais a respeito do módulo rural, por um lado, e as iniciativas de grupos e situações conjunturais, por outro, que acabam circunscrevendo o tamanho dos lotes dentro de certos limites. Assim, se o tamanho dos lotes não é decorrência de simples casualidade ou da vontade de alguma pessoa ou grupo, também não há medidas gerais e homogêneas. Essa diversidade pode abrir espaço para a diferenciação interna nos assentamentos e, no limite, para a recriação de privilégios, mas também pode ser, inversamente, o instrumento por excelência para evitar privilégios ensejados por um mesmo tamanho de lote sobre terrenos de fertilidade diferentes e voltados para modalidades diversas de atividade agrícola ou pecuária.

O senso comum sugere, e os números parecem confirmar a tendência, que a assentamentos com grandes extensões de terra correspondam lotes maiores e a assentamentos menos extensos, menores lotes, mas também os assentamentos com maior densidade populacional, como vimos no caso da Zona Canavieira, tendem a ter lotes menores.

A área média dos lotes no conjunto da amostra é de 35,5 ha, com variação grande entre as *manchas*, indo dos 7,8 ha da Zona Canavieira do Nordeste aos 72,6 ha do Sudeste do Pará. Há um corte nítido entre Sul BA, Oeste de Santa Catarina e Zona Canavieira nordestina, com assentamentos médios de menos de 2.000 ha e lotes menores que 20 ha, e Sudeste do Pará, Entorno do Distrito Federal e Sertão do Ceará, cujos tamanhos médios de assentamento são superiores a 8.000 ha e cujos lotes têm, em média, mais de 30 ha⁴⁰.

Tabela 3.6 Área média de assentamentos e dos lotes (por *manchas*)

Manchas	Área média assentamentos (ha)	Área média lotes (ha)
Sul BA	922,82	17,6
Sertão do Ceará	11.040,17	36,8
Entorno do Distrito Federal	8.200,22	47,7
Sudeste do Pará	24.082,93	72,6
Oeste de Santa Catarina	1.436,46	15,1
Zona Canavieira do Nordeste	1.195,54	7,8
Total	5.828,64	35,5

Fonte: Listagem do Incra, 1999.

A substituição dos valores relativos à área média dos lotes do Incra, calculada com base na capacidade de lotação dos assentamentos, pelos valores obtidos em nossa amostra (declarados pelos assentados), referidos à ocupação real dos projetos, não altera muito as coisas, com exceção do Sertão do Ceará, onde a taxa de não respostas foi de mais de 90 %, e do Sul BA, onde, na amostra, a área média cresce cerca de cinco pontos e o percentual de não declaração também foi relativamente elevado (31 %).

Tabela 3.7 Distribuição dos assentamentos da amostra de acordo com a ocorrência ou não de conflitos em sua origem

Manchas	Área média lotes - Incra (*1)	Área média lotes - amostra (*2)	Amostra - sem informação
Sul da Bahia	17,6	22,8	31%
Sertão do Ceará	36,8	11,3	92%
Entorno do Distrito Federal	47,7	42,2	9%
Sudeste do Pará	72,6	72,8	1%
Oeste de Santa Catarina	15,1	15,5	10%
Zona Canavieira do Nordeste	7,8	6,5	19%
Total	35,5	26,7 (*3)	27%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Pesquisa de Campo (Amostra).

(*1) Obtido dividindo-se a área total do assentamento pelo total de famílias indicado na listagem do Incra.

(*2) Média das áreas dos lotes declaradas pelos entrevistados.

(*3) Este número sobe para 36,6 se a divisão da área total ocupada pelos entrevistados for feita não pelo número de entrevistados mas pelo número dos entrevistados que declararam a área do lote.

A análise das razões de freqüências tão elevadas de não declaração da área do lote (cerca de 27 % do total de entrevistados), mais do que falhas de pesquisa, nos traz informações importantes sobre os assentamentos (ver *Tabela A3.16*, no *Anexo 2*). A principal razão é a ausência de demarcação dos lotes pelo Incra (70 % dos casos), predominando em todas as *manchas*. Nesta situação, os assentados delimitam informalmente os lotes. Embora alguns entrevistados tenham declarado a área ainda não demarcada, outros sentiram-se inibidos de

fazê-lo, possivelmente pela “irregularidade” da situação⁴¹. Preferimos, assim, considerar todos esses casos como de “não declaração”.

No caso Ceará, onde a quase totalidade dos entrevistados não declarou a área total do lote, além da não demarcação (60 % dos casos de não declaração), apareceu também significativamente (24 %) a resposta “não procede” (forma de uso não supõe divisão do assentamento em lotes) que, somada aos pouco mais de 16 % de “não sabe”⁴², chega a quase metade das respostas. O que a pesquisa de campo revela é que no Sertão do Ceará os assentamentos não são demarcados, parcelados ou loteados. Isso não significa exploração coletiva dos assentamentos. Os assentados têm a terra como “terra de trabalho”, importando menos a propriedade do que o uso. Como teremos ocasião de ver em outra parte, predominam no Ceará os assentamentos explorados de forma “mista”, combinando roçados e criação familiares e coletivos, de uma forma que lembra o antigo modelo algodão/pecuária/cultivos alimentares⁴³.

No Sul BA, *mancha* com maior percentual de não declaração da área do lote depois do Ceará, o “não demarcado” concentrado em alguns projetos esconde, de uma certa maneira, a não divisão de assentamentos coletivos ou “mistos” – como ocorre em Terra Vista (Arataca), Buíque (Buerarema), Cosme Muniz (Ilhéus) – ou a divisão informal associada a algumas atividades coletivas (caso de Fábio Henrique Cerqueira em Ilhéus). Em um único assentamento a questão é realmente de falta de demarcação pelo Incra (Campinhos, em Santa Luzia).

Uso da área dos lotes e formas de organização da atividade produtiva

Observamos anteriormente a forte diferenciação regional dos projetos de assentamento no que se refere à área média dos lotes⁴⁴. Nos casos estudados do Sudeste do Pará (assim como tende a ser em toda a região Norte do país), verificamos a existência de lotes maiores: em média, os lotes pesquisados possuem 74,4 ha quando consideramos os diferentes usos declarados pelos assentados⁴⁵. No extremo oposto, temos os assentamentos do Sertão do Ceará e da Zona canavieira nordestina, que apresentam 4,5 ha e 4,4 ha de área total, respectivamente. Especialmente no caso dos assentamentos do Sertão do Canindé, o resultado mascara uma situação real: além dos motivos já comentados, veremos logo a seguir que a forte presença de grupos coletivos (que também afetam parcialmente alguns projetos do Sul BA e do Oeste de Santa Catarina) implica a existência de áreas igualmente coletivas dedicadas às atividades produtivas, sobretudo a pecuária, praticadas pelo grupo, reduzindo as áreas ditas “individuais”. Isso não necessariamente significa uma redução, na mesma proporção, da produção obtida, visto que parte dela passa a ser realizada juntamente (em alguns poucos casos, integralmente) com o grupo, atestando a vigência de “situações mistas”. Numa posição intermediária figuram as outras três regiões consideradas: Entorno do Distrito Federal (com 32,4 ha/família), Sul BA (18,7 ha/família) e Oeste catarinense (13,7 ha/família), como mostra a *Tabela 3.8*.

Com efeito, por exemplo, as áreas de reserva representam, no contexto geral, praticamente 40 % da área total, sendo fortemente influenciadas pelos assentamentos paraenses, onde a exigência de reserva legal é maior: sua proporção atinge 53 %⁴⁶ do total. Nos demais casos, com exceção da Zona Canavieira nordestina (no caso cearense voltamos a lembrar as áreas comunitárias, incluindo reservas), há algo em torno de 20 % da área destinada à reserva, considerando inclusive a área reflorestada, que é pouco significativa. Sem entrarmos numa avaliação propriamente ambiental desse contexto, é oportuno lembrar que as exigências legais da manutenção das reservas nos projetos de reforma agrária não deveriam impedir, contudo,

Tabela 3.8 Área média e forma de utilização da área dos lotes nos assentamentos pesquisados, na safra 1998/99, em % da área (*1)

Mancha	Área cultivada	Pastagem	Área de reserva	Área reflorestada	Área não aproveitada(*2)	Total	Área total (ha)	Área média (ha)(*3)
Sul BA (cacau-eira)	31%	9%	23%	3%	34%	100%	1.630,7	18,7
Sertão CE	64%	27%	4%	0,7%	4%	100%	1.376,5	4,5
Entorno DF	17%	57%	19%	0,3%	7%	100%	7.668,2	32,4
Sudeste PA	7%	39%	53%	0,1%	1%	100%	27.240,8	74,4
Oeste SC	51%	22%	16%	0,6%	10%	100%	2.529,1	13,7
Zona Cana NE	66%	18%	7%	0,14%	9%	100%	1.706,7	4,4
Total global	16%	39%	39,9%	0,3%	4,6%	100%	42.152,0	26,9

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Com base na área declarada pelos assentados. A área total constitui-se na somatória das áreas com diferentes usos dos lotes (exclusive a área dos grupos coletivos, que certamente rebaixa a área média de regiões onde estes últimos têm um peso maior, como na mancha cearense, por exemplo).

(*2) Referente às áreas com condições de solos desfavoráveis e/ou não utilizadas por falta de recursos financeiros/mão-de-obra.

(*3) Com base no total de assentados entrevistados.

o desenho de alternativas econômicas “sustentáveis” para as famílias assentadas. Na realidade, na ausência de um manejo mais integrado, as reservas, especialmente nos casos de projetos localizados em áreas ambientalmente “sensíveis”, acabam comprometendo as atividades econômicas, rebatendo no problema de geração de renda pelas famílias. Essa situação levou, em casos isolados, a ações predatórias dos assentados, geralmente através da extração de madeira. No entanto, o que predomina em lotes com áreas significativas destinadas à reserva é um certo imobilismo, uma redução importante das suas oportunidades econômicas⁴⁷.

Descontados 4,6 % do total das áreas declaradas como não aproveitadas, a outra metade do lote é destinada ao uso produtivo – agrícola e pecuário (55 % do total geral). Vale lembrar que, no contexto das áreas não aproveitadas, pesam sobretudo as limitações impostas pelas restrições edafoclimáticas, como já salientamos anteriormente. Cabe ressaltar, por exemplo, o caso do Sul BA, onde tais áreas têm uma importância maior, recordando que é nesse caso que predominam, simultaneamente, situações restritivas de fertilidade e textura do solo.

Das áreas destinadas à produção, a maior parte é orientada às atividades pecuárias, que ocupam 38,80 % do total na média geral da pesquisa. Elas são proporcionalmente mais representativas nas *manchas* do Entorno do Distrito Federal (57 %) e do Sudeste paraense (39 %) que, como veremos, têm na atividade de criação de animais (bovinocultura à frente) um dos elementos caracterizadores dos sistemas produtivos ali prevalecentes⁴⁸. Neste item vale uma pequena menção ao caso baiano que possui 9 % das áreas com pastagens. Quando compararmos esse indicador com os dados prevalecentes na microrregião de Ilhéus/Itabuna, verificamos, neste último caso, a participação de 40 % com áreas para pasto. Finalmente, a área destinada ao cultivo, tomando como base as declarações referentes à safra 1998/99, representa 16 % na média geral do estudo. Porém, nos casos nordestinos da Zona da Mata e do Sertão cearense ela chega a representar dois terços e, se acrescentarmos os assentamentos catarinenses, metade da área total. Voltaremos ao assunto oportunamente.

Sobre as atividades produtivas, pesam ainda as formas de organização da produção existentes nos diferentes casos aqui abordados. A tabela seguinte apresenta o resumo geral encontrado nas seis *manchas amostrais* estudadas. Podemos constatar que prevalece, em 78 %, a situação “individual/familiar” em resposta à nossa questão sobre a forma de organização da atividade produtiva no lote.

Tabela 3.9 Forma e/ou organização da atividade produtiva desenvolvida no lote nos assentamentos visitados, segundo as regiões da pesquisa (em % dos entrevistados)*

Mancha	Individual/Familiar	Coletiva	Mista	Sem Informação	Total
Sul BA (cacaueira)	68%	5%	25%	2%	100%
Sertão do Ceará	9%	1%	90%	0,3%	100%
Entorno de Brasília	94%	0%	6%	0%	100%
Sudeste do Pará	99%	0%	0%	1%	100%
Oeste de Santa Catarina	85%	13%	2%	0%	100%
Zona Canavieira Nordestina	99%	0,3%	1%	0%	100%
Total global	78%	1%	20%	0,3%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Considerando o total de 1568 assentados entrevistados.

Como já adiantamos, com exceção dos casos cearense e, ainda que relativo, baiano (e, mais à distância ainda, catarinense), prevalece, no interior de cada uma das *manchas*, a organização individual das atividades compreendidas pela produção agropecuária e/ou extrativista e de beneficiamento. Essa é a realidade em praticamente 100 % dos casos nas regiões da Zona Canavieira nordestina e do Sudeste paraense.

As formas de organização totalmente coletivas são importantes estratégicamente no caso do Oeste de Santa Catarina, em especial no assentamento localizado no município de Dionísio Cerqueira⁴⁹; no Sul baiano, com ênfase no projeto situado em Camacan; e no Sertão cearense, em projetos de Quixeramobim e Santa Quitéria. Aliás, é justamente no Ceará, como apontamos, que predominam as formas mistas (parte das atividades realizadas individualmente e parte em grupos coletivos)⁵⁰, refletindo a situação de 90 % dos lotes visitados. Tal característica ainda é importante no Sul BA (um quarto dos casos), nos municípios de Arataca, Camacan e Ilhéus, e no Entorno do Distrito Federal, sobretudo em projetos situados em Formosa, em Goiás, e Paracatu, em Minas Gerais, e, finalmente, no Oeste de Santa Catarina, no município de Abelardo Luz. Alertamos, contudo, que a resposta à situação “individual/familiar” não exclui possibilidades conjuntas, entre grupos de famílias do assentamento, de encaminhamentos comuns em diversas situações concretas, como comercialização, aquisição de produtos, utilização de equipamentos etc.

Condições de infra-estrutura

As condições de infra-estrutura dos projetos de assentamento são as que refletem mais diretamente a relação específica entre o Estado e os assentados. Comentamos anteriormente que, ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. E se por um lado a viabilização dos assentamentos passa pela definição de elementos cruciais aqui já tratados, como o tamanho dos lotes e a qualidade dos solos, por outro lado também as condições de infra-estrutura são elementos centrais que, quando não atendidos, podem se constituir em gargalos importantes para a viabilização dos projetos de assentamento e para a melhoria das condições de vida dos que neles vivem.

Assim, conforme já observado, se os assentados têm em tese uma relação privilegiada com o Estado e estão sob sua gestão, eles podem estar também completamente à mercê

das ações ou omissões do Estado. A análise geral das condições de infra-estrutura dos assentamentos estudados aponta para uma situação bastante deficiente, confirmado dados de pesquisas anteriores (Bruno e Medeiros, 2001) e acompanhando em geral o padrão de precariedade do meio rural brasileiro, em especial das áreas de predomínio de agricultores familiares pauperizados.

No entanto, isso não significa afirmar que a criação dos assentamentos não possa provocar algumas alterações nesse panorama, já que a criação dos assentamentos em si e as expectativas que os cercam acabam por dar origem a uma série de reivindicações. Dessa forma, um dos efeitos da criação dos assentamentos é a ampliação de demandas de infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde, energia elétrica, crédito) e o surgimento de uma maior pressão sobre os poderes públicos locais e estaduais responsáveis pela prestação destes vários serviços.

Os assentados se tornam muitas vezes importantes demandantes de uma série de bens públicos, constituindo-os em atores, com diferentes relevos, no cenário político local. Podem ainda despertar um conjunto de reivindicações de outras comunidades que, até então, também viviam em situações igualmente precárias e que vislumbram, através de uma atitude reivindicativa, possibilidades de reversão, pelo menos em parte, de suas condições de vida.

A potencialização das demandas trazidas pelos assentados relaciona-se com sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem, resultando, ao longo de sua constituição, quer no reforço dos tradicionais mecanismos de clientela, comuns em situações de precariedade, quer na constituição de novas lideranças que passam a disputar espaços públicos. Entre esses pontos, são múltiplas as potencialidades políticas dos assentamentos.

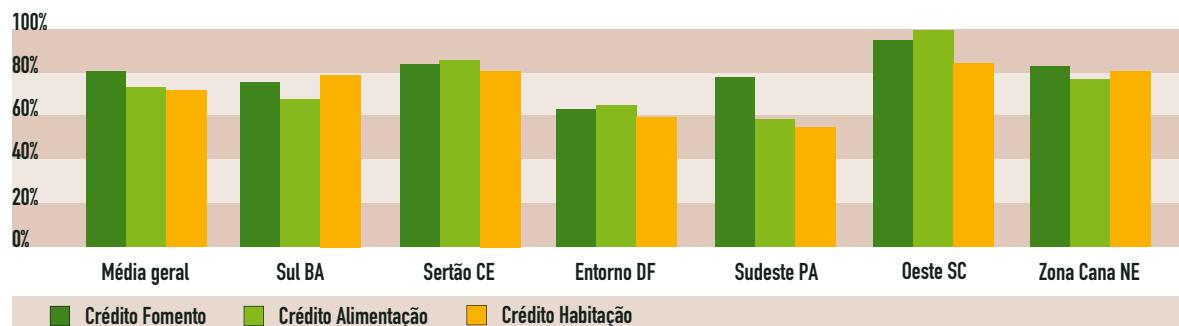
Além das condições internas ao lote, diversos outros elementos de infra-estrutura são indispensáveis à produção e à sobrevivência das famílias na área, e em grande medida dependem diretamente do Estado.

Acesso aos créditos de instalação e condições de moradia

A fase inicial de chegada ao assentamento, especialmente nos casos em que a população não vivia na área, é bastante difícil, pois tudo no lote está por fazer, inclusive o local de moradia⁵¹. A dimensão dessas dificuldades se torna ainda mais clara se levarmos em conta o perfil social da população assentada que, além da precariedade inserção anterior no mercado de trabalho, em geral sofre um desgaste econômico no processo de luta pela terra. Além disso, os primeiros rendimentos a serem retirados do lote (monetários e em alimentos) só virão a partir da primeira colheita. Antes, porém, em todo o período da primeira safra (limpeza da área, preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita), o lote demanda grandes investimentos em material e trabalho por parte da família assentada. Neste sentido, para dotar as famílias de um mínimo de condições iniciais para sua inserção social, econômica e produtiva, tem grande importância o acesso aos créditos de instalação ou implantação administrados pelo Incra mediante três modalidades: fomento, alimentação e habitação, que deveriam atender a todas as famílias no momento de chegada ao assentamento.

No que se refere ao grau de cobertura dessas políticas, verificamos que cerca de três quartos das famílias dos projetos pesquisados foram atendidos pelos três créditos, conforme pode-se visualizar no gráfico a seguir.

Gráfico 3.11 Créditos de instalação: Percentual médio de famílias atendidas nos assentamentos pesquisados (por tipo de crédito e por *manchas*)*



Fonte: Incra, 2000 e 2001. Pesquisa de Campo, 2000; elaboração pelos autores. Ver Tabela A3.15, Anexo 2.

(*) Referente ao percentual médio (com base nos dados disponíveis) de famílias atendidas com o crédito (dados informados pelo Incra) em relação ao total de famílias do projeto (listagem do Incra). As diferenças para 100% referem-se às famílias não atendidas. Foram consideradas as diversas liberações de crédito para um mesmo projeto de assentamento, mesmo que essa liberação não tenha se dado num único ano. Nos casos em que as informações do Incra não estavam disponíveis, as mesmas foram complementadas com informações obtidas na pesquisa de campo, através da aplicação do Perfil dos Assentamentos.

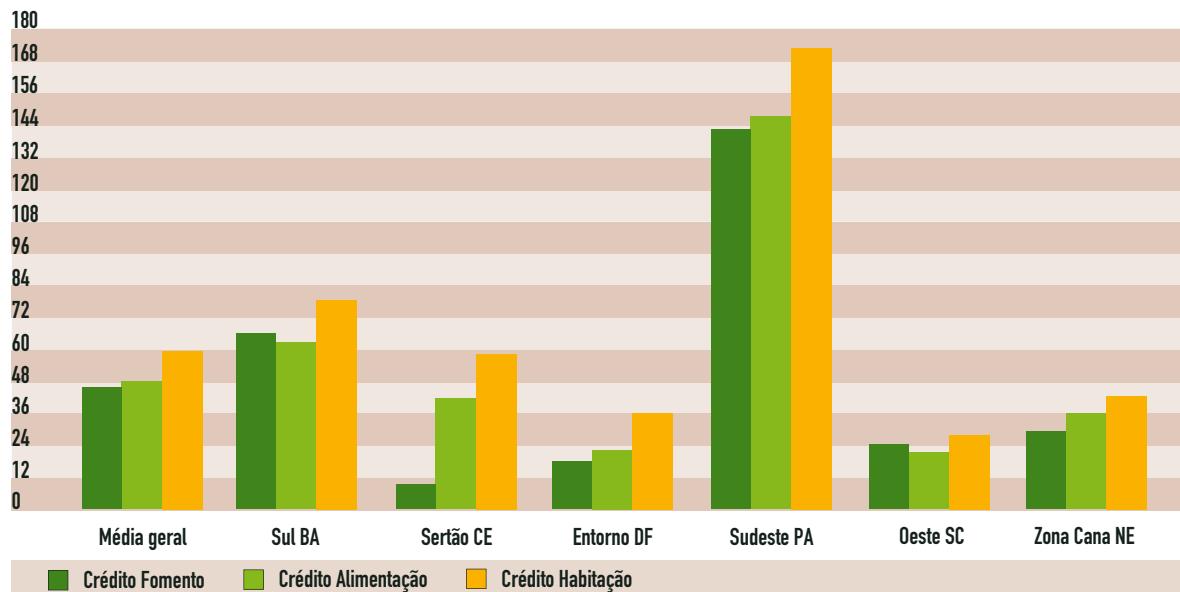
Das três modalidades, o crédito-habitação é aquele que apresenta menor cobertura, com 73 % das famílias atendidas. Embora haja um grau razoável de atendimento, cerca de um quarto das famílias não recebeu esse auxílio, sendo os casos mais graves os das *manchas* do Pará e do Entorno do DF, onde quase um terço das famílias não foi atendida com os créditos-fomento e alimentação e aproximadamente metade das famílias não foi atendida com crédito-habitação.

Dado o caráter desses créditos, emergenciais e importantes no início dos projetos, é necessário que levemos em conta também o tempo que esses recursos levaram para chegar aos assentados, visto que a ausência desses elementos pode comprometer significativamente a capacidade posterior das famílias no desenvolvimento de suas atividades. Para esta análise, consideramos duas datas-bases: aquela em que as famílias efetivamente entraram na área (e, portanto, estiveram sujeitas à precariedade geral das instalações) e aquela que consta oficialmente dos processos administrativos de criação dos projetos⁵².

Quando levamos em conta a data da entrada efetiva das famílias na área, os prazos médios para recebimento dos recursos do crédito-fomento variam de nove meses no Ceará a 12 anos no Sudeste do Pará, obtendo uma média geral de cerca de quatro anos. No caso do crédito-habitação, os prazos médios são superiores, cinco anos no contexto geral do estudo. No referente ao crédito-alimentação, ficam em quatro anos na média geral. Também nestes dois últimos casos, existem diferenças regionais importantes, como pode ser visualizado no Gráfico 3.12, a seguir. Em todos os casos, os prazos para liberação são bastante grandes, tornando mais difícil a fase inicial. No Sudeste do Pará, devido à característica de ocupação paulatina das áreas, o intervalo entre a entrada das primeiras famílias nas áreas e o período de liberação dos créditos é excepcionalmente grande (mais de 12 anos). Nestes casos, como em outros onde as famílias já viviam nas áreas (como acontece em vários casos no Sertão do Ceará), os créditos permitem uma melhoria nas condições de infra-estrutura dos lotes, especialmente no caso do crédito-habitação.

No entanto, administrativamente, o Incra somente tem condições de atuar com os dispêndios dessa natureza a partir do reconhecimento formal da criação do projeto (ainda que em alguns casos encontremos gastos com o crédito-alimentação em datas ligeiramente anteriores àquelas em que foram implantados os assentamentos).

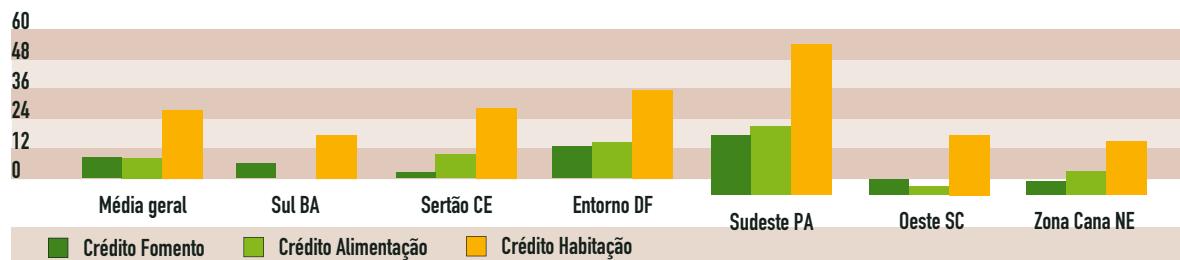
Gráfico 3.12 Crédito instalação: tempo médio de demora na liberação do crédito em relação à data de entrada das famílias na área (em meses, por crédito e por mancha)*



Fonte: Incra, 2000 e 2001. Pesquisa de Campo, 2000; elaboração pelos autores. Ver Tabela A3.15, no Anexo 2.

(*) **Entrada na área:** Considerou-se, para cada crédito, a diferença temporal média (com base nos dados disponíveis) entre a data da liberação do crédito (informações disponibilizadas pelo Incra) e o ano em que as famílias efetivamente entraram na área (informações colhidas na pesquisa de campo). Nos casos de projetos que tiveram partes do crédito liberadas em anos diferentes, considerou-se para o cálculo o ano em que se deu a liberação de recursos para o maior número de famílias atendidas. Nos casos em que as informações do Incra não estavam disponíveis, as mesmas foram complementadas com informações obtidas na pesquisa de campo, através da aplicação do questionário Perfil dos Assentamentos.

Gráfico 3.13 Tempo médio de liberação dos créditos de instalação em relação à data oficial de criação do assentamento (em meses, por crédito e por mancha)*



Fonte: Incra, 2000 e 2001. Pesquisa de Campo, 2000; elaboração pelos autores. Ver Tabela A3.15, no Anexo 2.

(*) **Criação do PA:** Idem item "Entrada na área" do gráfico acima, considerando para cada crédito a diferença temporal média entre a data da liberação do crédito e o ano em que os projetos foram oficialmente implementados (informações do Incra).

Assim, quando levamos esta data em consideração, o diferencial médio de tempo cai bastante, chegando, para o estudo como um todo, a nove meses no crédito-fomento e no crédito-alimentação, e a 28 meses (2,3 anos) no crédito-habitação (Gráfico 3.13).

Assim, mesmo considerando a data de criação dos projetos, o atraso na liberação dos créditos permanece grande, especialmente no que se refere à modalidade habitação, tornando mais penosa a fase inicial e comprometendo em muito as condições de instalação das famílias assentadas.

Quando analisamos as *manchas*, vemos que o Oeste catarinense, além de ter a maior cobertura em número de famílias atendidas, também apresenta um tempo médio de liberação

inferior, talvez em função da pressão mais direta exercida pelas organizações de agricultores assentados daquela região. No outro extremo continuam as *manchas* do Sudeste do Pará e do Entorno do DF que, além de possuírem os menores índices de famílias atendidas, apresentam os maiores atrasos na liberação destes créditos.

Conforme comentamos anteriormente, em geral as casas dos assentados estão localizadas nos lotes e as condições de moradia parecem ser razoáveis. As casas possuem em média 4,4 cômodos (sem incluir banheiro), com poucas variações entre as *manchas*. Três quartos das famílias entrevistadas vivem em casas de tijolo ou bloco, sendo esta a situação da quase totalidade das famílias das *manchas* do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira, talvez por serem famílias com mais tempo na área (muitos ex-*moradores*), caso em que o crédito-habitação provavelmente permitiu uma melhoria nas casas existentes. Em Santa Catarina e no Pará há um percentual significativo de casas de madeira, acompanhando ao certo os costumes regionais. No Sudeste do Pará e no Entorno do DF encontram-se os índices mais significativos de famílias em condição precária de moradia, justamente as *manchas* com menores percentuais de famílias que receberam crédito-habitação.

A situação já não é tão favorável quando analisamos a presença de banheiros, o que possivelmente tem reflexos imediatos sobre as condições de saúde da população. No total da amostra somente 63% das casas têm banheiro, com variações grandes entre as *manchas*, sendo os casos extremos o Oeste de Santa Catarina, onde a quase totalidade das casas tem banheiro, e o Pará, onde cerca de três quartos das casas não o tem.

Tabela 3.10 Condições de moradia nos assentamentos pesquisados: número de cômodos das casas, material de que são feitas, existência de banheiro (por *manchas*, em %)

<i>Manchas</i>	Nº médio cômodos ^(*1)	Material de que são feitas				Existência de banheiro ^(*3)	
		Tijolo ou bloco	Madeira	Outros ^(*2)	Total	Com banheiro	Sem banheiro
Sul BA	4,0	71%	18%	12%	100%	57%	43%
Sertão CE	4,7	99%	0%	1%	100%	59%	41%
Entorno DF	4,5	85%	5%	16%	100%	70%	30%
Sudeste PA	4,1	30%	46%	24%	100%	27%	73%
Oeste SC	4,3	65%	34%	2%	100%	97%	3%
Zona Cana NE	4,5	95%	0%	4%	100%	81%	19%
Total global	4,4	74%	18%	12%	100%	63%	37%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*1) Incluindo todos os cômodos, exceto banheiro (sala, quarto, cozinha, varanda etc).

(*2) Outros: barro ou taipa, adobe, palha, papelão ou plástico.

(*3) Casas que possuem banheiro ou vaso sanitário.

De uma forma geral, quando comparamos a situação atual com aquela vivida antes da entrada no assentamento, contatamos uma melhoria nas condições de habitação das famílias assentadas⁵³.

Água, esgoto, energia elétrica e telefonia

Outros elementos cruciais para a sobrevivência da família no lote, bem como para a organização das atividades produtivas e para a comercialização da produção, são a disponibilidade de água (e o tratamento dos esgotos), de energia elétrica e o acesso a telefone, todos elementos que dependem em grande medida de ações do Estado.

Com relação ao abastecimento de água, os dados obtidos não permitem uma análise muito aprofundada, mas a indicação é de que a maioria dos projetos de assentamentos pesquisados apresenta lotes com problemas de falta de água ou com água de má qualidade.

Há somente cinco casos de assentamentos servidos por rede pública e, mesmo assim, parcialmente. Dois estão localizados no Entorno do Distrito Federal (PA Vale da Esperança em Formosa, Goiás, e PA Nova Lagoa Rica em Paracatu, Minas Gerais), um na Mata paraibana, um na Mata pernambucana/alagoana e um no Sul BA. As nascentes são fontes de abastecimento em 34% dos projetos, com forte concentração em Santa Catarina, onde 89% da amostra as utilizam.

Os poços artesianos, que garantem melhor qualidade da água a ser consumida, só aparecem em 27% dos projetos, com maior presença em projetos do Entorno do Distrito Federal (57% dos projetos) e da Zona Canavieira (44%). A utilização de poços comuns é bastante freqüente (37% do total dos projetos), com incidência mais notável no Sudeste do Pará (60%), no Entorno do Distrito Federal (57%) e no Oeste catarinense (47%).

No caso da Zona da Mata, a questão da água é um problema comum a todos os assentamentos, isto porque, apesar das chuvas e mesmo quando a água é de boa qualidade (o que é muito comum na região), nem sempre ela alcança todos os lotes. Embora tenha se verificado a ocorrência de açudes, estes beneficiam principalmente os lotes mais próximos ou situados nas imediações de seu sangradouro. É preciso ainda chamar a atenção para a diversidade quanto à presença de água num mesmo assentamento. Exemplo disso é o caso dos assentamentos situados nos tabuleiros costeiros onde, nos sopés das vertentes e nos baixios, em virtude da presença de grande número de fontes, há água permanente, contribuindo para o cultivo de lavouras durante todo o ano; exatamente o inverso do que ocorre nas áreas situadas nos topos, onde a água escoa facilmente para os lençóis freáticos dada a capacidade de lixiviação dos solos arenosos ali predominantes. Outro aspecto apontado pela pesquisa nessa região é a problemática da seca, que tem extrapolado sua fronteira natural e atingido o Brejo paraibano e o Litoral nordestino, onde se insere a maior parte do território da *mancha* da Zona Canavieira. Alguns assentamentos são mais atingidos, como os situados no Brejo. As últimas estiagens, porém, castigaram também duramente os situados no Litoral, possivelmente com efeitos sobre a produção.

As estiagens são, da mesma forma, um grave problema no Sertão do Ceará, onde os açudes são a principal fonte de água (60%), aparecendo também de maneira significativa

Tabela 3.11 Tipos de acesso a água nos projetos de assentamento, por <i>manchas</i> (*1)								
Mancha	PAs pesquisados	Poço comum	Poço artesiano	Nascente	Rio	Açude	Rede pública	Outros (*2)
Sul BA	14	7%	29%	50%	36%		7%	64%
Sertão CE	10	20%	10%		20%	60%		70%
Entorno DF	14	57%	57%	29%	50%		14%	14%
Sudeste PA	10	60%	10%	10%	20%			90%
Oeste SC	19	47%		89%	5%			
Zona Cana NE	25	32%	44%	8%		12%	8%	52%
Total geral	92	37%	27%	34%	18%	10%	5%	43%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) Como num mesmo projeto há diferentes tipos de acesso à água, as respostas comportavam mais de uma questão e, por isso, a soma das porcentagens não é igual a 100%.

(*2) A maior parte refere-se a córrego, cacimba e cisterna, além de carro-pipa, poço (ou água) salinizado e riachos.

outros tipos de acesso (que não poço, nascente, rio, açude ou rede pública, que foram as classificações principais), como cacimba, carro pipa, poço salinizado. No caso da Bahia, em que foi feita a comparação com dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), a situação dos assentamentos em termos de acesso à água é bastante semelhante à dos domicílios rurais com renda até dois salários mínimos, indicando que, com relação a esse aspecto, a presença dos assentamentos não trouxe melhorias importantes (*Tabela 3.11*).

No que diz respeito à rede de esgotos, a situação dos assentamentos também é bastante precária⁵⁴ (*Tabela 3.12*). Somente em três assentamentos do total da amostra o esgoto é tratado em todos os lotes. O mais comum é a inexistência de qualquer sistema de escoamento de esgoto, que é a situação pelo menos de parte dos lotes em 80% dos assentamentos pesquisados, sendo os maiores índices no Sudeste do Pará e no Entorno do DF (onde a totalidade dos assentamentos apresenta lotes nessa situação). Mesmo na Zona Canavieira do Nordeste, *mancha* com menos casos de assentamentos com lotes sem qualquer tipo de escoamento de esgoto, quase dois terços dos PAs (64%) têm lotes nessa situação.

As fossas comuns aparecem em segundo lugar de importância, 40% dos assentamentos, estando presentes em 100% dos assentamentos no Entorno do Distrito Federal. Os sumidouros ou o despejo direto em rios em 16%. As fossas sépticas, indicadoras de algum tratamento dos dejetos, só estão presentes em 35% dos projetos, aparecendo com maior frequência no Oeste de Santa Catarina (58%) e na Zona Canavieira do Nordeste (56%).

Em toda a amostra, só há um caso de presença de rede pública de esgotos, mesmo assim apenas em parte do assentamento (PA Nova Ypiranga, em Camacan, Bahia).

Tabela 3.12 Tipos de escoamento de esgoto mais comuns nos assentamentos ^{(*)1} , por <i>manchas</i>							
Mancha	PAs pesquisados	Inexistente ^{(*)2}	Sumidouro/direto nos rios	Fossa comum	Fossa séptica	Rede pública	S/informação
Sul BA	14	79%	7%	29%	43%	7%	
Sertão CE	10	80%		10%			10%
Entorno DF	14	100%		100%			
Sudeste PA	10	100%	20%	30%	10%		
Oeste SC	19	79%	63%	21%	58%		
Zona Cana NE	25	64%		44%	56%		
Total geral	92	80%	16%	40%	35%	1%	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*)1) Como pode haver mais de um tipo de escoamento de esgoto nos projetos de assentamento, a soma das colunas pode ser superior a 100%.

(*)2) Inexistente refere-se à presença de lotes sem nenhum tipo de escoamento do esgoto (provavelmente sem banheiro).

A precariedade também se torna visível quando o que está em pauta é a presença de rede elétrica. Embora ela exista em 78% dos projetos, somente 27% dos assentamentos são servidos na sua totalidade por ela. O acesso à energia elétrica não existe em 22% dos assentamentos, distribuídos entre as diferentes regiões (36% dos projetos na Bahia e no Entorno do Distrito Federal; 20% dos do Ceará, 10% dos do Sudeste do Pará e 12% dos da Zona da Mata). Em 23% dos assentamentos estudados, poucos lotes têm acesso à rede elétrica, sendo o caso do Pará onde aparece a maior quantidade de projetos nessa situação (70%). Se somarmos os projetos com energia em todos os lotes ou na maioria dos lotes, o melhor atendimento de rede elétrica se dá no Oeste Catarinense (74%), no Sertão do Ceará (70%) e na Zona Canavieira (64%).

Em 66% dos projetos estudados, a energia elétrica foi instalada após a constituição do assentamento e em 53% daqueles onde há energia os entrevistados afirmaram ter sido necessária reivindicação para obtê-la.

Tabela 3.13 Presença e grau de atendimento da rede elétrica nos assentamentos (em % dos projetos pesquisados, por <i>manchas</i>)*							
<i>Mancha</i>	PAs pesquisados	Com energia elétrica	Sem energia elétrica	Energia em todos os lotes	Na maioria dos lotes	Em poucos lotes	S/ informação
Sul BA	14	64%	36%	14%	21%	29%	
Sertão CE	10	80%	20%	30%	40%	10%	
Entorno DF	14	64%	36%	36%	0%	29%	
Sudeste PA	10	90%	10%	0%	20%	70%	
Oeste SC	19	79%	21%	42%	32%	5%	
Zona Cana NE	25	88%	12%	28%	36%	16%	8%
Total geral	92	78%	22%	27%	26%	23%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Todas as porcentagens estão tiradas em relação ao número total de projetos de assentamento pesquisados.

A telefonia pública é pouco difundida: somente 16% dos projetos têm telefone de uso comum, o que significa que qualquer emergência em termos de saúde ou mesmo informações básicas sobre funcionamento de mercados implica deslocamentos que, como vimos, às vezes são bastante custosos. Chama a atenção a alta incidência de telefones fixos ou celulares nas casas de assentados na Zona da Mata: há informações sobre sua existência em 52% dos projetos de assentamento, embora não possamos quantificar quantos assentados os possuem⁵⁵.

Tabela 3.14 Existência de telefone de uso comum e presença de telefone privado no assentamento (em % dos projetos estudados, por <i>manchas</i>)			
<i>Mancha</i>	PAs pesquisados	PAs com telefone de uso comum	PAs com telefones nas casas
Sul BA	14	14%	21%
Sertão CE	10	0%	10%
Entorno DF	14	7%	0%
Sudeste PA	10	10%	0%
Oeste SC	19	21%	26%
Zona Cana NE	25	28%	52%
Total geral	92	16%	24%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Estradas e transporte

A existência de estradas e de transporte coletivo é determinante na vida dos assentamentos, seja para aspectos cotidianos da vida dos assentados, como por exemplo, a relação com a cidade (compras, problemas de saúde, acesso a educação), seja para aspectos mais propriamente produtivos (como a compra de insumos e o escoamento da produção).

No total da amostra, a distância média em relação às cidades com as quais os assentamentos têm maior contato é de 27,9 quilômetros, com um tempo médio de deslocamento em torno de uma hora. Tomando-se as *manchas*, as maiores distâncias médias encontram-se no Entorno do Distrito Federal (45 quilômetros) e no Sudeste do Pará (40 quilômetros) embora nes-

ta última região, o tempo médio de deslocamento seja bem maior (90 minutos contra 66 minutos para o Entorno do Distrito Federal). Chama a atenção o fato de que, em Abelardo Luz, embora os assentamentos sejam relativamente próximos (25 quilômetros), o tempo gasto é proporcionalmente maior (entre uma e duas horas dos centros mais próximos). A maior proximidade de centros urbanos, tanto em distância quanto em tempo de deslocamento, está na Zona da Mata, sendo que, no caso paraibano, a grande maioria (92 % dos projetos) está a menos de meia hora dos centros urbanos. O Sudeste do Pará é a *mancha* com maiores tempos de deslocamento até o centro urbano mais próximo (entre duas e três horas para 30 % dos assentamentos).

A diferença entre tempo e distância tem como um dos principais fatores explicativos as condições das estradas. Na média geral, o asfalto até a entrada do assentamento só é presente em 20 % dos casos, como pode-se ver na *Tabela 3.15*, a seguir. Predominam as estradas de terra (46 %) ou parte terra e parte asfalto (34 %). Na avaliação dos entrevistados, somente em 30 % dos projetos as estradas são boas. Inacessibilidade na época das chuvas é apontada em 52 % dos casos.

Tomando os dados por *mancha*, verifica-se que os maiores índices de estradas asfaltadas estão na Zona da Mata (Brejo com 67 % e Mata paraibana com 42 %), seguidos do Sul da Bahia (36 %) e Ceará (30 %). No caso da Zona da Mata e do Sul da Bahia, a presença de estradas asfaltadas possivelmente relaciona-se à herança de monoculturas (cana e cacau) com forte peso na economia regional. As estradas de terra predominam em Santa Catarina (84 %) e no Pará (70 %). No Entorno do Distrito Federal, embora apenas 7 % dos projetos tenham acesso por estradas totalmente asfaltadas, as condições são consideradas boas em 64 % dos projetos. Nas demais *manchas*, dificilmente essa avaliação positiva ultrapassa 30 % dos casos. Chama a atenção a elevada percentagem de projetos com estradas inacessíveis na época das chuvas: 52 % no total das *manchas*, atingindo mais de dois terços dos assentamentos nas *manchas* do Sul da Bahia, Sertão do Ceará e Sudeste do Pará; e mais de metade dos assentamentos na Zona Canavieira do Nordeste.

Tabela 3.15

Condições do acesso aos assentamentos: distância em relação à cidade, tipo e condições da estrada de acesso, em % dos projetos pesquisados (*1)

Mancha	Cidade com a qual os assentados se relacionam mais		Tipo de estrada de acesso ao assentamento				Condições da estrada				
	Distância média (km)	Tempo de deslocamento (médio min.) (*4)	Asfalto	Parte asfalto, parte terra	Terra ou cascalho	Total	Boas (*2)	Precárias (*2)	Difíceis na chuva	Inacessíveis na chuva	Total (*3)
Sul BA	26,4	59	36%	57%	7%	100%	21%	21%	21%	29%	100%
Sertão CE	36,3	59	30%	30%	40%	100%	20%	30%	0%	40%	100%
Entorno DF	46,1	68	7%	71%	21%	100%	71%	29%	0%	0%	100%
Sudeste PA	40,7	96	0%	30%	70%	100%	20%	70%	0%	10%	100%
Oeste SC	23,3	73	5%	5%	89%	100%	42%	53%	0%	0%	100%
Zona Cana NE	13,8	41	32%	24%	44%	100%	40%	16%	16%	28%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) Sobre o total de 92 projetos visitados.

(*2) Inclui também respostas que declararam essa opção juntamente com "agravantes nas chuvas".

(*3) A diferença da somatória das alternativas para 100% refere-se aos casos sem informação.

(*4) Ver tabela com tempo de deslocamento dos projetos, por faixas, no Anexo 2 (*Tabela A3.17*).

No que se refere às condições das estradas internas dos assentamentos, observamos uma grande diversidade (*Tabela A3.18*, Anexo 2). Quando se consideram as condições de

acesso aos lotes, verifica-se que em apenas 18 % dos assentamentos estudados todos os lotes são acessíveis. Em 30 % há lotes de difícil acesso e em 37 % dos assentamentos parte dos lotes é inacessível na época das chuvas. Os maiores índices de acessibilidade estão no Entorno do Distrito Federal (50 % dos assentamentos têm todos os lotes acessíveis)⁵⁶, Oeste catarinense (20 %) e Zona Canavieira (20 %). A trafegabilidade das estradas internas (de acesso aos lotes) é considerada boa em apenas 22 % dos assentamentos, mas com grandes variações regionais: 57 % no Entorno do Distrito Federal, 26 % no Oeste catarinense e 40 % no Sudeste do Pará. O caso da Bahia destaca-se: embora as estradas de acesso sejam boas, as internas são precárias, oferecendo dificuldades principalmente na época das chuvas. A maior incidência de problemas trazidos pelas chuvas está no Sertão do Ceará (com 90 % dos assentamentos tendo estradas internas inacessíveis durante as chuvas), na Zona Canavieira (52 %) e no Sul da Bahia (43 %).

Em resumo, de uma forma geral as condições das estradas nos assentamentos estudados (internas e “externas”) são precárias, existindo dificuldades de comunicação, em especial nas épocas de chuva, agravando tanto as condições de acesso a serviços de saúde e educação, e possivelmente, gerando dificuldades para a comercialização da produção.

Tanto quanto as condições das estradas, a existência de transporte coletivo é bastante importante para os assentamentos, já que a maioria dos assentados não dispõe de veículos próprios (*Tabela 3.16*). Grande parte dos assentamentos pesquisados é servida internamente por transporte coletivo, seja somente na estrada principal, seja em vias secundárias (na média, 66 %). O Sul da Bahia é a *mancha* com menor presença de transporte coletivo passando dentro dos assentamentos, que atinge somente 21 % dos assentamentos. Em média, em 40 % dos assentamentos pesquisados, o transporte coletivo entra apenas na estrada principal. Esse índice aumenta no caso do Oeste catarinense (63 %), no Sudeste do Pará (50 %) e na Zona Canavieira (48 %). Os assentamentos do Entorno do Distrito Federal são os mais bem servidos no que se refere a transporte interno: em 71 % dos casos, ele atinge as vias secundárias (ver *Tabela A3.19*, no *Anexo 2*).

No que diz respeito à freqüência, em 28 % dos projetos pesquisados o transporte coletivo passa somente uma vez ao dia, sendo este o caso predominante no Entorno do Distrito Federal (71 %) e no Oeste de Santa Catarina (58 %). Em 42 % dos projetos estudados há disponibilidade de transporte várias vezes ao dia. A oferta de transporte é maior no Sul da Bahia (embora ele só passe fora do assentamento), no Sudeste do Pará e na Zona Canavieira do Nordeste. A precariedade do transporte coletivo em vários assentamentos faz com que seja comum o uso de transporte animal (e também de bicicleta).

Tabela 3.16 Freqüência do transporte coletivo (em % dos assentamentos estudados, por <i>manchas</i>)						
<i>Mancha</i>	PA ^s pesquisados	Várias vezes ao dia	Uma vez por dia	Duas a quatro vezes por semana	Uma vez por semana	Sem informação
Sul BA	14	71%				29%
Sertão CE	10	40%	30%	20%		10%
Entorno DF	14	14%	71%	14%		
Sudeste PA	10	50%	10%	10%	10%	20%
Oeste SC	19	32%	50%	11%		
Zona Cana NE	25	48%	4%	4%	8%	36%
Total global	92	42%	28%	9%	3%	17%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Apesar da precariedade existente, tanto no que se refere a estradas quanto ao transporte coletivo, os dados regionais apontam que, em vários municípios, a presença de assentamentos provocou mudanças, muitas delas desencadeadas pela pressão dos assentados, que tiveram um impacto também na zona rural dos municípios. Levou, ainda, à ampliação da frota de máquinas e veículos das prefeituras (ônibus para transporte escolar, ambulâncias e tratores). Houve casos em que a pressão dos assentados fez com que a prefeitura colocasse novas linhas de transporte coletivo, beneficiando toda a população rural que vive no trajeto, bem como ocorressem mudanças em itinerários de linhas de ônibus e ampliação de serviço de transportes alternativos (caminhonetas, mototáxis). Em alguns casos, o transporte escolar implementado pela prefeitura respondendo à demanda dos assentados (ou o transporte para os professores das escolas dos assentamentos) acabou se transformando num “transporte coletivo” que atende também à população adulta (dentro e fora dos PAs).

Em alguns municípios da Zona Canavieira (como Maragogi, por exemplo), os assentamentos levaram a uma reestruturação da malha rodoviária na zona rural do município, que antes convergia unicamente para as sedes das usinas e que agora se distribui em estradas que levam aos lotes. Também na Zona Canavieira, bem como no Sudeste do Pará, os dados indicam que a existência de transporte várias vezes ao dia foi uma consequência da criação dos assentamentos, acabando por beneficiar a população rural no caminho para os assentamento. No Sudeste do Pará os assentamentos motivaram um aumento considerável na circulação de veículos de frete, que transportam os assentados e mercadoria para a cidade e vice-versa, transformando as agrovilas em centros de redistribuição de transporte.

Educação

Uma das grandes preocupações das famílias assentadas diz respeito à existência de escolas para seus filhos. Diversos relatos – não só desta pesquisa, como também de outras – indicam que a implementação de uma unidade escolar para as crianças é uma das primeiras reivindicações dos trabalhadores, e essa parece ser uma demanda generalizada e recorrente.

Verificamos que em 86 % dos 92 assentamentos investigados existem escolas, o que indica um razoável grau de atendimento. Os piores índices encontram-se nas *manchas* do Entorno do Distrito Federal (onde dois terços dos assentamentos não contam com escolas) e Oeste de Santa Catarina (um quarto dos assentamentos sem escola). No entanto, nesta última *mancha* é provável que o menor tamanho dos assentamentos e a melhor cobertura das escolas da região (que é aquela onde a população assentada, quase toda de origem rural, apresenta maiores níveis de escolaridade) levem a que as crianças do assentamento tenham acesso a escolas fora deles. Bastante diferente parece ser o caso do Entorno do DF, onde os grandes tamanhos dos projetos, associados às grandes distâncias dos mesmos em relação às cidades, indicam um provável problema para o acesso das crianças à escola.

Chama a atenção o fato de grande parte das escolas existentes (84 %) ter sido criada depois de instalado o assentamento, mostrando o papel deste como dinamizador de novas atividades e gerador de empregos, inclusive não agrícolas (professores, merendeiras, faxineiros), e também como potencializador do oferecimento de oportunidades educacionais tanto para os assentados, como para moradores de áreas próximas (fazendas, comunidades vizinhas). A exceção nesse quadro é a Zona Canavieira nordestina, em função de suas peculiaridades históricas, como espaço de engenhos e usinas: em 35 % dos casos, as escolas já existiam antes da criação dos assentamentos.

Tabela 3.17		Existência e época de criação das escolas (antes ou depois do assentamento), por <i>manchas</i> , em % dos projetos pesquisados				
<i>Mancha</i>	Existência de escolas		Época de criação das escolas existentes			
	Projetos COM escola	Projetos SEM escola	Existiam antes do assentamento	Ampliação do número depois	Todas criadas depois	Sem informação sobre época
Sul BA	93%	7%	8%	0%	92%	0%
Sertão CE	100%	0%	20%	0%	80%	0%
Entorno DF	64%	36%	0%	0%	100%	0%
Sudeste PA	100%	0%	10%	10%	80%	0%
Oeste SC	74%	26%	7%	7%	86%	0%
Zona Cana NE	92%	8%	35%	13%	43%	9%
Total global	86%	14%	16%	6%	75%	3%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Em 71 % dos assentamentos pesquisados, a presença da escola foi produto da demanda dos assentados. Essas reivindicações parecem ter sido responsáveis pela criação da maior parte das escolas, especialmente no Ceará, no Sul da Bahia e na Zona Canavieira. O caso do Sudeste do Pará merece destaque: 90 % das escolas foram criadas depois do assentamento e a totalidade delas, a partir das demandas dos assentados, o que implica que nesta *mancha* os assentamentos trouxeram uma dinamização das escolas no meio rural (Ver A3.20, no Anexo 2).

Em termos de número de escolas, pouco mais da metade dos assentamentos (51 %) possui apenas uma escola e 28 %, duas. Chama a atenção o grande número de núcleos no Ceará com três escolas. No caso do Sudeste do Pará, também há alguns projetos com maior número de unidades escolares, provavelmente em virtude do tamanho desses assentamentos (Ver Tabela A3.21, no Anexo 2).

Se é marcante o fato de existirem escolas nos assentamentos, é necessário também indagar até que nível elas fornecem ensino. Conforme se observa na Tabela 3.18, a seguir, dos assentamentos com escola, a grande maioria (73 %) só oferece ensino até a 4^a série do ensino fundamental. Somente em 19 % das escolas, o ensino se estende até a 8^a série. Chamam atenção os casos do Entorno do Distrito Federal, onde 78 % das escolas vão até a 8^a série, e do Sudeste do Pará, onde isso ocorre em 40 % dos casos. No Entorno, esse fato provavelmente se deve à política de “nucleação escolar”, ou seja, à centralização de todas as atividades de educação formal em um só núcleo de ensino, processo que vem ocorrendo nessa região e também em Santa Catarina. Segundo dados de entrevistas com diversas lideranças e assentados, essa medida reduz a possibilidade dos assentamentos ampliarem a oferta de educação no meio rural, na medida em que penaliza os estudantes que moram em áreas mais afastadas da sede dos assentamentos (onde, geralmente, se localizam as unidades escolares). No Entorno do Distrito Federal, é comum encontrar assentamentos onde existiam várias escolas, atendendo aos diversos setores dos projetos, e que passaram a ter apenas uma, localizada na sede, como é o caso dos PAs Fruta D’Anta e Três Barras.

Deve-se ressaltar também que, em 77 % dos casos onde há escola, há salas de aula multisseriadas (especialmente no primeiro segmento do ensino fundamental), o que certamente compromete a qualidade do ensino.

Inexistem, dentro dos assentamentos, escolas de ensino médio e escolas técnicas, obrigando os jovens ou a parar de estudar ou a ter que procurar as cidades mais próximas, o que, como veremos adiante, nem sempre é fácil, dada a dificuldade de transporte.

Tabela 3.18		Nível de ensino das escolas dos assentamentos pesquisados (em %, por <i>manchas</i>)						
<i>Mancha</i>	Nº total de assentamentos com escola (100%)	Nível máximo das escolas nos assentamentos (*1)						Escolas com salas multisserieadas
		Pré-escola	Só alfabetização	Até 4 ^a série	Até 5 ^a série	Até 6 ^a série	Até 8 ^a série (*2)	
Sul BA	13			92%			8%	85%
Sertão CE	10			60%	20%		20%	60%
Entorno DF	9			22%			78%	89%
Sudeste PA	10			50%		10%	40%	90%
Oeste SC	14	7%		86%			7%	71%
Zona Cana NE	23	4%	4%	91%				74%
Total global	79	3%	1%	73%	3%	1%	19%	77%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Todas as porcentagens foram obtidas em relação ao total de assentamentos com escola.

(**) Inclui Telecurso.

A continuidade dos estudos está relacionada também com a oferta de ensino no interior do assentamento, em especial quando este é grande. Como indica a tabela a seguir, em 45% dos assentamentos investigados, as crianças em geral chegam apenas até a 4^a série. Numa pequena parcela dos assentamentos (13%) elas chegam até a 5^a e em 28% dos assentamentos elas estudam até a 7^a ou 8^a série. Os índices mais altos de escolaridade aparecem no Oeste catarinense, no Entorno do Distrito Federal e no Sudeste do Pará, que é onde se encontra também a maior quantidade de escolas no interior dos assentamentos oferecendo o segundo segmento do ensino fundamental. Somente em 4% dos assentamentos os jovens chegam ao ensino médio, indicando que o processo de qualificação educacional nas áreas rurais ainda é bastante incipiente.

No Sudeste do Pará e no Entorno do Distrito Federal, parece ter sido a nucleação das escolas que permitiu ir além da 4^a série. No Pará, onde os projetos são maiores, essa nucleação se deu no interior do próprio assentamento. No entanto, a nucleação acabou por trazer problemas com a distância das escolas, fazendo as crianças andarem mais (ou impedindo o acesso) onde não há transporte. Mesmo onde há transporte, às vezes a distância da escola é problema (no DF a distância pode chegar a 70 km). No Extremo-oeste de Santa Catarina a nucleação reduziu a interferência dos assentados sobre a escola (que abordava questões vinculadas ao assentamento), mas por outro permitiu uma maior relação (e influência) dos filhos dos assentados com os filhos dos agricultores familiares da região.

Tabela 3.19		Última série que os alunos do assentamento costumam freqüentar na escola (em % dos projetos estudados, por <i>mancha</i>)*					
<i>Mancha</i>	PAs pesquisados	1 ^a , 2 ^a , 3 ^a ou 4 ^a	5 ^a	7 ^a ou 8 ^a	2 ^o grau	Não soube informar	
Sul BA	14	79%	7%	0%		14%	
Sertão CE	10	50%	40%	10%			
Entorno DF	14	0%	7%	57%		36%	
Sudeste PA	10	30%	40%	20%	10%		
Oeste SC	19	26%	5%	63%	5%		
Zona Cana NE	25	68%	4%	12%	8%	8%	
Total global	92	45%	13%	28%	4%	10%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Dado levantado no Perfil dos Assentamentos, respondido por informantes-chave. Portanto, trata-se de uma aproximação e refere-se ao número de assentamentos, e não de pessoas. A pergunta feita foi sobre até que série as crianças do assentamento costumam estudar.

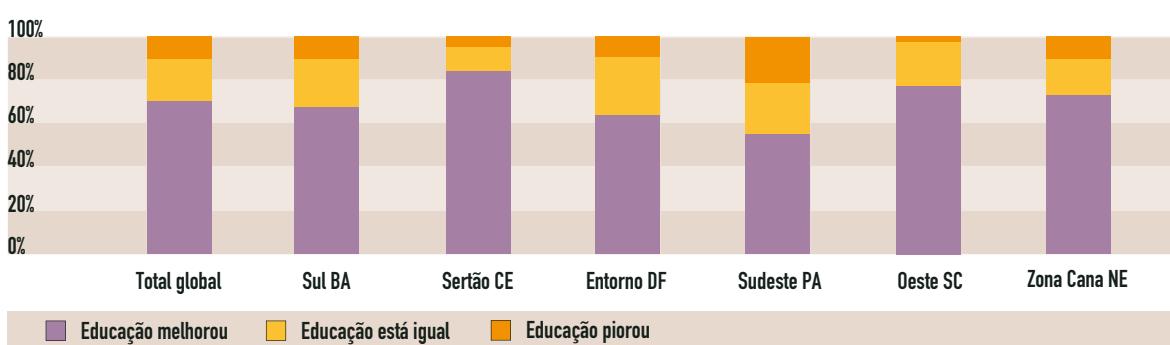
Onde não há escolas, muitas vezes as crianças e jovens deslocam-se para distritos próximos ou para a sede do município. É comum a existência de transporte escolar, fornecido pelas prefeituras, para facilitar esse deslocamento.

Não dispomos de informações sobre a qualidade das escolas, a não ser no que se refere à presença de salas multisseriadas. De uma forma geral, elas parecem seguir o padrão das escolas rurais no município mas, em algumas situações específicas (especialmente onde a presença do MST é mais forte), os assentados buscam caminhos para melhorar a qualidade da educação, chegando a influir no rumo tomado pelas escolas⁵⁷.

As prefeituras são as principais mantenedoras das escolas dos assentamentos (87 %), o que se confirma pela relação que os assentados estabelecem entre ação da prefeitura e escolas, quando indagados sobre a natureza da presença de órgãos públicos no assentamento. Em alguns casos, como na Zona da Mata paraibana, é visível a presença do governo estadual. Chama ainda atenção a parceria existente, no Brejo paraibano, entre ONGs e/ou sindicatos e a prefeitura para manter as escolas (ver *Tabela A3.22*, no *Anexo 2*).

Apesar das deficiências existentes, quando pedimos à população para comparar a situação atual com a situação vivida anteriormente, há uma percepção generalizada de melhoria nas condições de educação: 70 % dos entrevistados declararam que elas estão melhores agora do que antes do assentamento. No entanto, em várias regiões há significativas percepções de piora: Sudeste do Pará (19 %), índice fortemente influenciado pelos resultados dos projetos Canarana e Padre Jósimo, Zona da Mata paraibana (11 %), Sul da Bahia (9 %) e Zona da Mata pernambucana/alagoana (8 %).

Gráfico 3.14 Percepção dos assentados sobre suas condições de educação (em % das famílias entrevistadas)*



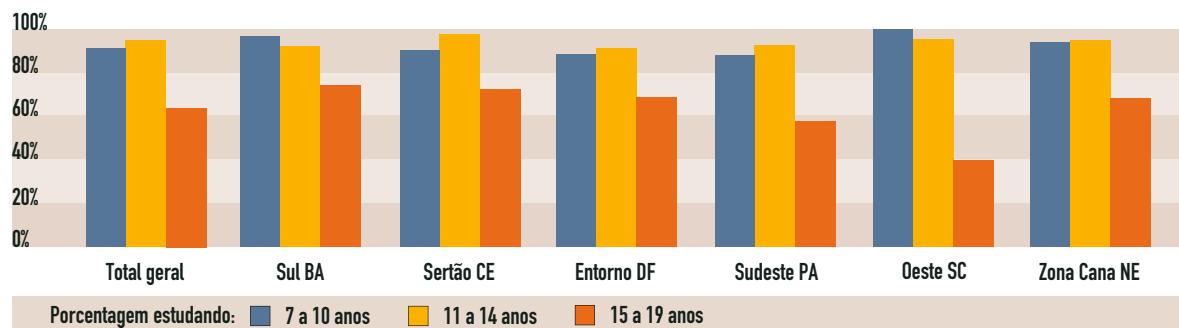
Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A7.10*, *Anexo 2*.

(*) A diferença para 100% indica os casos sem informação (não sabe, faltou ou recusou-se a responder).

De fato, um aspecto importante que se depreende da análise dos questionários é o de que a residência no assentamento favorece a ida à escola, o que se torna mais evidente quando analisamos a freqüência à escola da população entrevistada, segundo faixas etárias (*Gráfico 3.15*).

Em contraposição com a situação da população adulta que possui um grau de escolaridade muito baixo (conforme veremos adiante), observamos por exemplo que mais de 90 % da população entre 7 e 14 anos estão freqüentando a escola, no conjunto das *manchas*. A freqüência à escola alcança 94 % na população situada na faixa entre os 11 e 14 anos, momento em que, em geral, os filhos já estão integrados ao trabalho agrícola, o que, em outras circunstâncias, isto é, fora dos assentamentos, muitas vezes significa a exclusão da

Gráfico 3.15 Freqüência à escola da população entre 7 e 19 anos que vive nos assentamentos, por *manchas* e por faixas de idade (em % do total de população na faixa etária correspondente)*



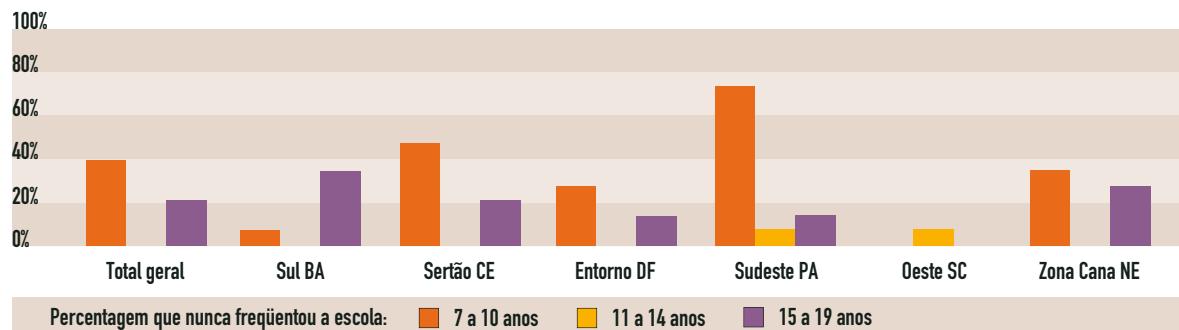
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.23, no Anexo 2.

(*) A diferença para 100% corresponde às crianças e jovens nesta faixa que não freqüentam escola.

escola no horizonte de vida dessa população. Também há uma alta porcentagem de jovens entre 15 e 19 anos que estudavam no momento da pesquisa (63%). Ainda que em proporções menores, a população situada entre os 20 e 29 anos também freqüentava a escola, assim como, em medida inferior, a população com mais de 30 anos.

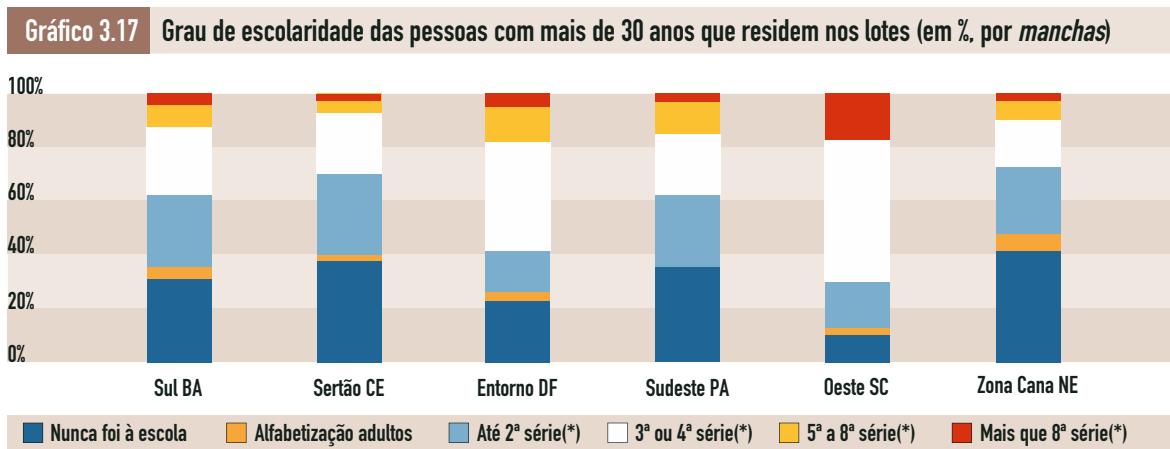
A análise das crianças e jovens entre 7 e 19 anos que nunca freqüentaram a escola traz alguns dados interessantes. É praticamente nula a população entre 11 e 14 anos que nunca freqüentou a escola. Este dado nos leva a inferir que provavelmente a população entre 7 e 10 anos que nunca freqüentou a escola, e que também é muito baixa (em torno de 5%), refere-se a crianças que ainda não começaram a estudar. Já a comparação entre a faixa de 11 a 14 com a faixa seguinte (15 a 19) pode corroborar as indicações de que os assentamentos favorecem a ida à escola, pois como a maioria é mais recente provavelmente esses jovens já não estudavam quando chegaram ao assentamento. Os destaques se dão para a *mancha* do Pará, onde de fato parece haver problemas, provavelmente localizado nos assentamentos que declararam que as condições de educação pioraram. Ao contrário, o Oeste de Santa Catarina se destaca por ser praticamente nula a população que nunca freqüentou a escola, o que talvez reflita uma tendência mais ampla na região, visto que também o número de adultos que nunca havia freqüentado a escola era bem mais baixo que nas demais *manchas*.

Gráfico 3.16 População assentada entre 7 e 19 anos que nunca freqüentou a escola, por faixas de idade e por *manchas*, em % do total de população na faixa etária correspondente (por faixas de número, por *manchas*)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A3.23, Anexo 2.

Um outro aspecto a ser ressaltado é a presença de projetos de educação para jovens e adultos em cerca de dois terços dos assentamentos, embora com distribuição diferenciada nas *manchas*. Mencionamos anteriormente que quase 90 % dos responsáveis pelo lote têm até a 4^a série do ensino fundamental, sendo que 32 % deles nunca foram à escola. Quando analisamos o grau de escolaridade, são muito próximos os dados dos responsáveis, dos cônjuges e de toda a população assentada com 30 anos ou mais.



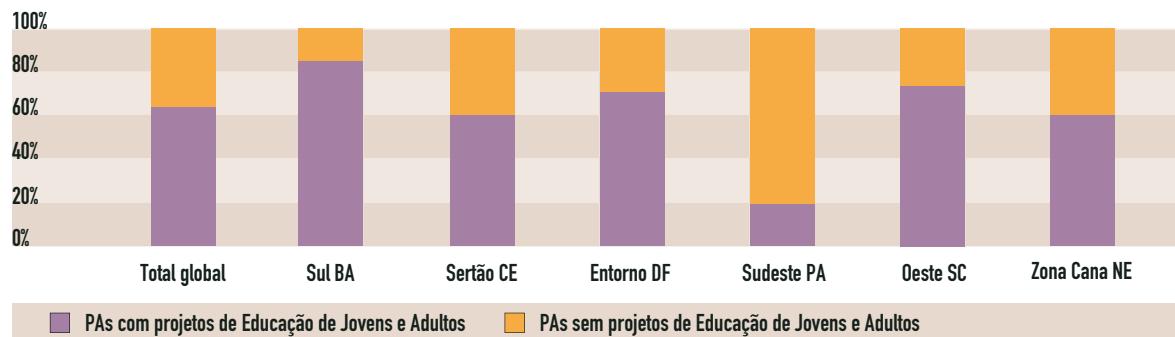
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver também Tabela A3.23, com grau de escolaridade por faixa etária, no Anexo 2.

(*) Séries do Ensino Fundamental.

Em todas as *manchas*, oscila entre 80 % e 90 % a porcentagem da população com mais de 30 anos que tem somente até a 4^a série do ensino fundamental. No entanto, há uma variação entre as *manchas* no que se refere à população que nunca freqüentou a escola e à série máxima alcançada. O Oeste de Santa Catarina é a *mancha* com maior escolarização, com cerca de metade da população nesta faixa tendo atingido a 3^a ou 4^a série do ensino fundamental. A Zona Canavieira é a *mancha* com menor escolarização, com quase metade da população nesta faixa etária nunca tendo freqüentado a escola e com três quartos da população tendo chegado no máximo até a 2^a série. Nas demais *manchas* (exceto o Oeste de Santa Catarina) a porcentagem da população adulta que nunca freqüentou a escola oscila entre 22 e 35 %.

O baixo índice de escolarização dos assentados jovens e adultos (que reflete os índices gerais da população rural em geral) tem sido uma preocupação constante por parte dos movimentos de trabalhadores, sendo presente a reivindicação de escolas e de cursos de alfabetização de adultos no interior dos assentamentos. A pressão dos movimentos redundou na presença, nos assentamentos, de diversas entidades ou programas que oferecem esses cursos. Em 64 % dos assentamentos pesquisados havia cursos de EJA, sendo o Sudeste do Pará a *mancha* com menor incidência, com sua presença em somente em 20 % dos projetos estudados. Quase metade desses programas de educação (42 %) ocorre através do Pronera – Programa Nacional de Educação para Áreas de Reforma Agrária, programa de alfabetização do governo federal criado a partir de reivindicações dos movimentos sociais. Constatou-se também a presença de cursos sustentados por organizações não governamentais, governos locais ou, como no caso de Santa Catarina, pelo Movimento dos Sem Terra e pela Unoesc (Universidade Estadual do Oeste Catarinense). No Sul da Bahia e na Zona da Mata paraibana, as prefeituras aparecem como mantenedoras dos cursos para adultos.

Gráfico 3.18 | Presença de projetos de educação de jovens e adultos nos assentamentos (em % dos projetos pesquisados)



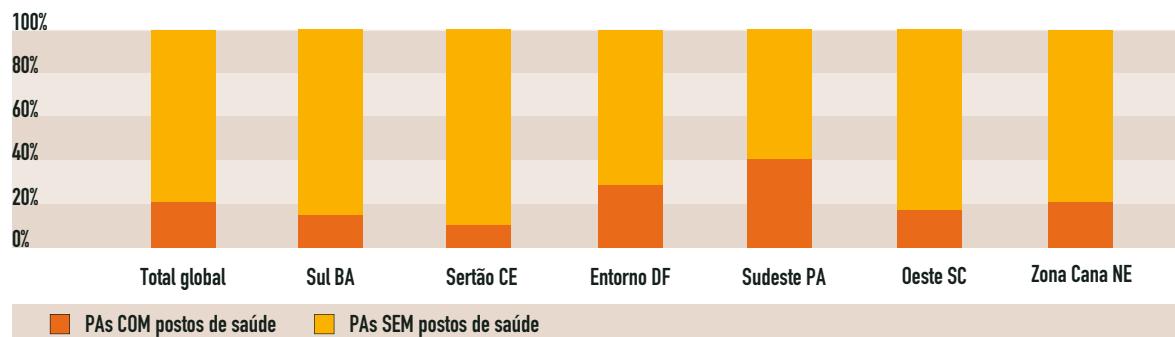
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos. Ver Tabela A3.24, Anexo 2.

Acreditamos que, embora ainda baixos, os índices de alfabetização de adultos que aparecem no gráfico sobre escolarização da população acima de 30 anos refletem que estes cursos já existiam nos assentamentos, ou seja, foram realizados após a condição de assentado. Note-se que o Sudeste do Pará, onde estes cursos apareceram somente em 20% dos assentamentos, é a *mancha* com menores índices de pessoas que mencionaram ter alfabetização de adultos. Dessa forma, também no caso dos jovens e adultos os assentamentos parecem ter favorecido a ida à escola.

Serviços de saúde

Se a presença de escolas é uma constante, o mesmo não ocorre com os serviços de saúde. A pesquisa constatou a existência de postos de saúde em apenas 21% dos assentamentos. A maior incidência é no Pará (eles aparecem em 40% dos casos)⁵⁸, seguido pelo Entorno do Distrito Federal (29%). Segundo os dados obtidos, a maioria deles foi instalada por pressão dos assentados. Considerando-se a distância dos assentamentos em relação aos centros urbanos, bem como a dificuldade das estradas e/ou a carência de transporte coletivo, a precariedade do atendimento à saúde tem efeitos ainda mais graves sobre a vida dos assentados.

Gráfico 3.19 | Presença de postos de saúde nos assentamentos (em % dos assentamentos pesquisados)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Nos assentamentos que têm posto de saúde, nem sempre há presença regular de médicos. Só em quatro casos, em toda a amostra, foi mencionada a presença diária desses

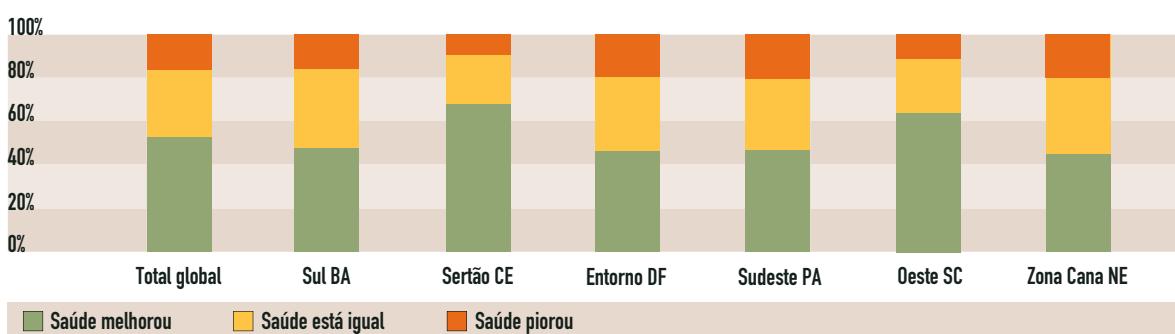
profissionais. Nos demais, eles estão presentes algumas vezes na semana. Em sete dos assentamentos, uma vez por mês. Os médicos que atendem são, via de regra, clínicos gerais. Foram constatados um caso de presença de ginecologista e outro de pediatra. Somente em um dos assentamentos (município de Goiana, em Pernambuco) foi encontrado um corpo médico que envolve clínica geral, pediatria, ginecologia e odontologia.

Embora haja carência de serviços mais especializados, a presença de agentes de saúde é significativa no total da amostra (78%), apresentando, no entanto, variações importantes quando se avalia o índice por regiões: eles só existem em 36% dos assentamentos do Entorno do Distrito Federal e em 50% dos assentamentos da Bahia. Nas demais regiões sua presença é significativa: 100% no Ceará e no Sudeste do Pará, 92% na Zona Canavieira do Nordeste e 89% no Oeste de Santa Catarina. A maior parte desses agentes é paga pelas prefeituras, alguns pelo governo estadual e/ou federal. Outros ainda são voluntários, todos em Santa Catarina. Chama a atenção o fato de, no Extremo Oeste catarinense, 75% dos agentes serem voluntários. Esse fato se deve, possivelmente, a iniciativas do MST e/ou à forte presença de organizações de mulheres na região (ver *Tabela A3.25*, no Anexo 2).

Dada a precariedade nos sistemas de saúde, os assentados procuram estes serviços na sede do próprio município (92% dos projetos), em municípios vizinhos (42% dos projetos) ou em cidades que são pólos regionais (25%). Ou seja, a criação dos assentamentos, em especial quando envolve deslocamento de população de outros municípios/regiões, implica forte pressão sobre os serviços de saúde regionais, sabidamente já deficientes no que se refere a atendimento, e tende a desencadear novas reivindicações ou a engrossar as já existentes.

Apesar de todas as deficiências, os entrevistados consideram que suas condições de saúde melhoraram com o assentamento, embora como veremos no item sobre condições de vida a saúde seja um dos aspectos com menores índices de avaliação de melhoria. Aproximadamente metade dos entrevistados considera ter havido melhorias na saúde e cerca de um terço considera que está igual à situação anterior ao assentamento.

Gráfico 3.20 Percepção dos assentados sobre suas condições saúde (em % dos entrevistados)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A7.10*, no Anexo 2.

NOTAS

1 Entenda-se aqui social em sentido amplo, incluindo as dimensões econômica e política, e não o “social” residual e assistencial dos tecnocratas.

2 Ver a esse respeito Leite (1994), Medeiros e Esterci (1994), O'Dwyer (1988) e, para uma sociedade e uma conjuntura histórica bem distintas, Rambaud (1984).

3 Não se trata de ressuscitar polêmicas, como aquela sobre a existência ou não de camponeses no Brasil, ou sugerir ser mais adequada uma outra identidade postulada por um movimento social como as ligas camponesas há 40 anos atrás. O que existe hoje no Brasil são “trabalhadores rurais”, “sem-terra”, “assentados”, “agricultores familiares” que são as moedas em circulação no “mercado simbólico” que também são as lutas sociais, que têm o seu “lastro” próprio nas realidades que criam. O que estamos usando é simplesmente um conceito, em uma de suas versões mais clássicas e que continua de uso corrente nas ciências sociais, para pensar a presença em latitudes as mais diversas e em momentos os mais diferentes, associada a “culturas” variadas de uma massa imensa de pequenos produtores, capazes de operar em pequena escala, mesmo quando a produção em grande escala se impõe nas sociedades em que existem. Robert Redfield associa sua ocorrência, contrariando os teóricos da “economia natural”, à existência da cidade (ou, dito de outro modo, à oposição cidade-campo) e Eric Wolf, sem que haja diferenças maiores de conteúdo entre o que está sendo dito por um ou por outro, à existência do Estado (ver Redfield, 1954 e Wolf, 1955 e 1966). Achamos que o uso do conceito pode ser adequado também para a análise das figuras sociais que povoam o meio rural brasileiro e sobretudo para pôr em evidência elementos diferenciais de processos de mudança social como os que estamos analisando.

4 A não ser com “emancipação”, isto é, a liquidação pura e simples dos assentamentos, o que pode reverter a dinâmica regional por eles criada.

5 Isso não significa uma continuidade absoluta, como os resultados desta pesquisa se encarregam de mostrar. Além de continuarem existindo casos de desmobilização subsequente à implantação do assentamento, a mobilização dos assentados não segue sempre pelos mesmos canais organizativos que operaram ao longo do conflito ou durante o processo de ocupação. É preciso fazer justiça também ao passado e não esquecer que, em pleno regime militar, houve assentamentos, como Mumbuca, na Paraíba, que funcionaram como pólos de irradiação de lutas por novas desapropriações em áreas próximas e até em outros estados, alguns dos assentados daquele e de outros assentamentos desempenhando uma função pedagógica importante junto a trabalhadores rurais envolvidos em processos similares.

6 Um bom exemplo é o que ocorreu no município de Paracatu, em Minas Gerais: em 1996, antes da existência de assentamentos em Paracatu, havia 500 estabelecimentos com menos de 50 ha, correspondendo a 31,57% do número e 1,8% da área total dos estabelecimentos. Se forem agregados o número e a área ocupada por lotes dos assentamentos implantados até 1999, todos eles produtos do desmembramento de propriedades com mais de 1.000 ha, tem-se um aumento de 239,8% do número de estabelecimentos e de 400,48% da área nesse estrato, elevando a sua participação no total de estabelecimentos do município para 52,52% dos estabelecimentos e 7,39% da área ocupada.

7 Outra maneira de apreender o impacto fundiário dos assentamentos seria o uso do índice de Gini, que é um indicador específico. Um dos maiores problemas para a utilização desse indicador foi o descompasso entre a data do último censo agropecuário (1995/96) e o período de implantação de grande parte dos assentamentos nas *manchas* pesquisadas, o que em alguns casos torna impossível afirmações mais seguras a respeito.

8 A melhor prova disso é a quantidade de estudos e publicações sobre os assentamentos rurais nesses últimos 10 anos se comparados com aqueles referentes a outros temas englobados pela questão agrária.

9 As porcentagens se referem ao total de pessoas em idade de trabalho, ou seja, inclui tanto os/as responsáveis pelo lote quanto outros moradores do lote com mais de 14 anos no momento de criação do projeto. A categoria membros não remunerados da família inclui pessoas que trabalhavam com os pais (ou outros parentes) agricultores familiares e também as respostas referentes a “dona de casa” (Tabela A3.2, no Anexo 2).

10 Conforme comentado anteriormente, grande parte dos “sem terra” que participavam das ocupações vinham do Extremo-oeste, onde, devido à peculiaridade da estrutura agrária, a disponibilidade de terras para desapropriação era pequena. Assim, parte dessa população acabou sendo “deslocada” para os assentamentos na região de Abelardo Luz, onde a estrutura fundiária era mais concentrada, como uma continuidade da história agrária de ocupação dos “pinhais” do Paraná. Acreditamos que as pessoas vindas de outro estado ou vêm da área vizinha do Paraná ou são parentes de participantes das

NOTAS

ocupações que podem ter vindo diretamente do Rio Grande do Sul, onde também há dificuldade de reprodução da agricultura familiar.

- 11 Conforme veremos posteriormente, a maioria das famílias assentadas tem parentes em outros lotes.
- 12 Nesta *mancha*, uma porcentagem significativa da população entrevistada declarou ter nascido na própria área onde está localizado o assentamento hoje.
- 13 Vale lembrar que uma das reivindicações do movimento de mulheres trabalhadoras junto ao Incra é que no caso dos assentados casados, o título do lote seja emitido em nome dos dois, e não apenas do homem (NE: *indicar a portaria do Incra que torna obrigatória a titulação conjunta*).
- 14 Ver *Tabela A3.6*, nos Anexo 2. Voltaremos a esta questão no item sobre educação.
- 15 É importante observar que, como formalmente aposentados não têm direito a lote, os titulares dos lotes (que como vimos em geral coincidem com os responsáveis) tendem a estar em idade ativa, em especial se considerarmos que os assentamentos são relativamente novos.
- 16 Como há muitos fatores influindo na dinâmica migratória dessas regiões, sentimos que poderíamos correr o risco de atribuir aos assentamentos efeitos que, na verdade, ocorreriam sem sua presença ou de, inversamente, em nome dessa dinâmica mais ampla, negar qualquer participação dos assentamentos nas mudanças demográficas (Heredia et al., 2001, pp. 220-229).
- 17 Como neste item há informações para o conjunto dos 181 assentamentos da *mancha* (obtidas a partir da listagem do Incra), centraremos sempre que possível a exposição nesses dados, por serem mais completos, e também pelo fato da aplicação dos questionários ter se centrado nos maiores projetos, podendo trazer distorções especialmente quanto a tamanho. Para tornar a leitura mais fluida, apresentaremos no texto apenas os dados dos 181 assentamentos. No Anexo 2 é possível encontrar tabelas mais detalhadas, com dados também dos 92 projetos onde foram aplicados os questionários. Estas tabelas estarão referidas ao longo do texto.
- 18 Se tomarmos apenas os projetos da amostra, ou seja, aqueles onde foram aplicados questionários, há uma maior concentração um pouco maior de projetos nas três faixas superiores, com 25% dos projetos na faixa de 1.000 a menos de 2.000 ha, e respectivamente 17% e 21% nas faixas seguintes. Ver *Tabela A3.9*, no Anexo 2.
- 19 Notamos uma diferença entre os números de famílias e área dos projetos na listagem do Incra e os números de famílias declarados pelos informantes durante as entrevistas qualitativas (perfil e/ou outros roteiros). Em parte esta diferença refere-se ao fato de os dados do Incra estarem desatualizados. Os dados fornecidos são os do Incra.
- 20 Esse fator tem inclusive marcado a luta pela terra, sendo freqüente as redistribuições dos trabalhadores que ocupam uma fazenda entre várias áreas diferentes.
- 21 Na *submancha* de Abelardo Luz 13 dos 23 assentamentos (56,5%) têm mais de 500 ha, sendo que nove deles possuem mais de 1.000 há. Já no Extremo-oeste nove dos 12 projetos (75%) têm menos de 500 ha, não existem assentamentos na faixa intermediária e os três restantes têm entre 1.000 e 2.000 ha.
- 22 Mesmo as fazendas aparentemente não muito grandes, como os imóveis entre 100 e 1.000 ha ocupados com a produção da cana-de-açúcar, estão evidentemente muito distantes do funcionamento de uma propriedade familiar, pelas relações de trabalho estabelecidas, com tratamento escravagista de sua mão-de-obra, sejam os “moradores” ou os “trabalhadores de fora”.
- 23 Vale a pena retomar a lista dos assentamentos da Zona Canavieira do Nordeste. Os três pequenos PAs de Esperança (163 ha), União (502,7 ha) e Redenção (969,5 ha) juntam cinco engenhos da Usina Santa Maria, de Areia (PB), falida. Somados, são 1.635 ha. Os PAs Vida Nova (505 ha) e Boa Vista (1.165 ha) são antigas propriedades da Usina Santa Helena, também falida. O PA Itabatinga (660 ha) era propriedade da Usina Santa Rita. Todos na Paraíba. O PA Souza (2.400 ha em Água Preta, Pernambuco) provém da desapropriação de quatro engenhos da Usina Catende, falida. Os PAs Amarajá (1.083 ha em Rio Formoso, PE), Massangana, Pau Amarelo e Samba (respectivamente, 964, 462 e 864 ha em Maragogi, AL) eram antigos engenhos na Usina Central Barreiros, falida. Além disso, se voltarmos à Paraíba, veremos que os PAs Dona Helena (762 ha), Massangana I (991,4 ha), Massangana II (1.301 ha) e Massangana III (817 ha) pertenciam a membros da principal família do chamado “Grupo da Várzea”, também proprietários de usina de açúcar. Do mesmo modo, iremos observar que os PAs Apasa (1.100 ha), Nova Vida (894,3 ha) e Sede Velha do Abiaí (325 ha) resultaram da desapropriação de duas fazendas dos herdeiros de Frederico Lundgren, fundador da Fábrica de Tecidos Paulista, em Pernambuco, a quem

NOTAS

pertenciam também os engenhos que, desapropriados, deram origem aos PAs Ubu (1.509 ha), Pitanga I (956 ha) e Pitanga II (1.460 ha), todos localizados nesse último estado.

24 Quando consideramos os números relativos aos projetos onde foram aplicados questionários, a concentração maior está nas três últimas faixas, uma distorção coerente com a decisão que tomamos, já assinalada na metodologia, de privilegiar os assentamentos maiores. Esses números podem ser vistos na *Tabela A3.11*, no Anexo 2, que apresenta também os dados por *manchas*.

25 Enquanto em Santa Catarina há um número expressivo de assentamentos com menos de 25 famílias, uma queda relativamente suave nas duas faixas seguintes e uma queda pronunciada na faixa de 150 famílias e mais, no Sul BA, temos um único assentamento com menos de 25 famílias, uma subida acentuada na faixa de 25 a 50, uma queda também brusca (sem esquecer que estamos lidando com números absolutos muito reduzidos) na faixa de 50 a 75, seguida de uma subida suave na faixa seguinte (75-150), não havendo assentamentos na faixa de mais de 150 famílias.

26 Isso, no entanto, não deve nos levar a esquecer certas diferenças presentes nos dados desagregados em mais faixas (Ver *Gráfico 3.8* e *Tabela A3.11*) e que podem ser indicativas de tendências, que o nível mais elevado de agregação escamoteia. Assim, quando procuramos as faixas com maior concentração de projetos, vemos que, na Zona Canavieira nordestina, a grande concentração se dá nas faixas entre 50 e 150 famílias, enquanto a do Entorno do Distrito Federal está nas faixas acima 75 famílias e a do Pará está nas mesmas faixas que as suas, mas mantendo percentual elevado na faixa acima, o que sugere que devemos relativizar a proximidade percentual daquela *mancha* com as duas últimas. Já o Ceará tem seus assentamentos concentrados nas mesmas faixas que a Zona Canavieira nordestina e, a exemplo desta, tem um percentual importante de projetos incluídos na faixa de 25 a 50 famílias.

27 Vale a pena lembrar que as diferenças internas no Oeste catarinense também se manifestam quando o que está em jogo são faixas de número de famílias. Se no Extremo Oeste a grande maioria dos assentamentos está nas faixas mais baixas, na *submancha* de Abelardo Luz, há uma distribuição mais homogênea dos assentamentos entre as várias faixas, sendo que é na faixa 3 (de 50 a menos de 75 famílias) que encontramos a maior concentração de assentamentos.

28 A expulsão em massa dos moradores de engenhos e fazendas nos anos 70 e 80 fez com que boa parte da mão-de-obra da cana-de-açúcar passasse a residir na periferia das pequenas cidades, mas não diminuiu a dependência da população (mesmo daquela que não reside em áreas formalmente rurais) da agricultura canavieira, acentuada pela saída da terra.

29 Algo no gênero se passou no Ceará, como iremos ver adiante: a recusa dos assentados à divisão em lotes, sendo não apenas uma estratégia de produção mas também um instrumento para fazer prevalecer uma divisão consensual já existente e evitar divisões no grupo. Cf., a esse respeito, Teófilo Filho (1994:112).

30 Obtido dividindo-se o número total de famílias assentadas pelo número de PAs em cada faixa.

31 Se tomarmos aqueles com menos de 500 ha, veremos que a Zona Canavieira apresenta uma média de 53,5 famílias por assentamento, seguida pela Bahia, com 31,16, e por Santa Catarina, com 21,68. O Pará, Entorno do Distrito Federal e Ceará não possuem assentamentos nessa faixa. Ver *Tabela A3.13*, no Anexo 2.

32 Ou seja, somando os projetos com restrições e os desiguais (onde parte dos lotes tem restrições).

33 Talvez porque naquela região a elevada acidez seja uma característica geral dos solos, o que faz com que não seja citada como uma restrição, ou seja, os solos estão na média da região.

34 Embora situados na região cacaueira, diversos dos projetos, especialmente os mais antigos, estão localizados não nas áreas férteis e valorizadas das terras do cacau, mas na faixa litorânea que a antecede, onde os solos são originários de restinga, arenosos e com fertilidade extremamente baixa, nos quais o extrativismo de piacava é uma das atividades importantes, como veremos na parte de produção.

35 É interessante observar como, em alguns casos, a própria denominação oficial do projeto designa uma condição de solo precária. No caso da nossa amostra temos, por exemplo, o PA Curral de Pedras. Em outras regiões é comum encontrarmos referências como “Água Sumida”, “Areia Branca” etc.

36 Neste caso, provavelmente são solos sob o cerrado, em geral com problemas de acidez (o que será confirmado no uso de insumos), mas que provavelmente estão na média da região, e por isso não foram apontados problemas de fertilidade. Diferente é o caso do Sul

BA, já comentado anteriormente, onde vários assentamentos encontram-se nas faixas de piores terras daquela região.

- 37 As razões para isso parecem ser diversas, como por exemplo evitar grandes distâncias para chegar a roça (que tomam tempo de trabalho); problemas com roubos nos lotes, seja de animais ou de produtos agrícolas (que exigem uma maior proximidade e vigilância dos donos); a necessidade de um “quintal” maior (para criação de pequenos animais, pomar e mesmo horta), entre outras. De uma forma geral, há também importantes fatores culturais em jogo, com os assentados tendendo a organizar o espaço rural seguindo seus padrões anteriores, que são em geral o padrão do campesinato na região onde os assentamentos estão inseridos.
- 38 As glebas na região são chamadas de “lotes”, ao passo que os lotes são chamados de “parcelas” e os assentados, de “parceleiros”.
- 39 Vale a pena antecipar, conforme será apresentado posteriormente, que “existência de formas coletivas de organização” não se refere apenas à produção e nem tampouco a assentamentos cujas atividades produtivas são realizadas fundamentalmente em bases coletivas, até porque os assentamentos que funcionam em bases estritamente coletivas são raros nas *manchas* estudadas, onde 78% trabalham em bases familiares e 20% adotam formas mistas. Mesmo aqueles assentados (1%) que declaram participar de algum tipo de atividade de cultivo coletivo, via de regra associam as duas formas.
- 40 Apesar das especificações que serão feitas adiante para o Ceará e das diferenças ecológicas entre as três *manchas*, com profundidade temporal muito diferente, a pecuária extensiva predomina nas três (e, como veremos adiante, tende a continuar hegemônica nos assentamentos), exigindo áreas mais extensas do que aquelas em que a agricultura é a atividade dominante.
- 41 Em alguns casos a demora em demarcar oficialmente os lotes traz limitações ao uso produtivo dos mesmos, por colocar uma instabilidade que afeta principalmente os investimentos em infra-estrutura e cultivos permanentes.
- 42 Cabe assinalar que a quase totalidade dos que declararam “não sabe” (42 dos 46) ocorreu no projeto São Joaquim, no município de Madalena, onde os assentados recusam-se a aceitar o parcelamento já feito pelo Incra.
- 43 Parecem também pesar nessa decisão de não loteamento as condições geoambientais (escassez de recursos hídricos, pobreza dos solos etc.) e, em alguns casos, a preocupação de beneficiar-se da estrutura de funcionamento do imóvel rural preexistente.
- 44 Neste item, trabalharemos com as áreas médias calculadas a partir de dois dados diferentes declarados pelos entrevistados: a) a área total dos lotes; b) a somatória das áreas de atividades produtivas (cultivos e criações), áreas de reserva etc. Ou seja, não utilizaremos a média calculada a partir das listagens do Incra (área total dos assentamentos e número total de famílias assentadas).
- 45 Diga-se de passagem que essa foi a solução mais confiável que encontramos para tratar do assunto, apesar de não estar aí considerada a área ocupada pelas moradias, que em geral é pouco significativa. Em diversos casos, sobretudo no Ceará e Bahia, os PAs ainda não haviam sido demarcados e, consequentemente, não existia a relação com as áreas definitivas de cada um dos lotes, como ressaltamos anteriormente. Tampouco a área média obtida a partir da razão entre área total oficial do projeto e o número oficial de famílias é satisfatória, pois, como dissemos no capítulo metodológico, em diversos casos foi necessário refazer a listagem de famílias, visto que aquela disponibilizada pelo Incra não correspondia ao contexto local. Em todos os projetos, ainda, existem áreas comunitárias ou áreas com instalações públicas não compartilhadas pelos lotes, o que afetaria o cálculo da área média familiar.
- 46 Esta porcentagem de reserva no Pará provavelmente está superestimada, por dois fatores: o primeiro é o elevado percentual de reserva ainda existente no PA Padre Josimo, que é um projeto recente, de grande dimensão e com grande número de entrevistados (e por isso influencia sobremaneira na média da *mancha*). O segundo fator é a tendência dos assentados a superestimar sua área de reserva, dadas as pressões sofridas pelos órgãos de proteção ambiental e florestal.
- 47 É preciso, nesse sentido, pensar alternativas “economicamente sustentáveis” que equacionem, ao mesmo tempo, as preocupações com o meio ambiente físico local e com a necessidade de reprodução econômica das famílias assentadas. Alguns esforços e iniciativas importantes vêm sendo tentados recentemente, como atestam, por exemplo, os trabalhos de Mazetto (1999) para o contexto mineiro e alguns dos estudos coordenados por Sigaud (2000), na Zona da Mata pernambucana, com importantes reflexos locais, como descrito em Menezes (2000).

NOTAS

48 A exceção nesse caso corre por conta do PA Padre Josimo que tem apenas 13% da área dos lotes com pastagens, visto que as mesmas demoram certo tempo para serem implantadas e o projeto é recente. Além disso. O PA ainda não havia sido beneficiado com o Procera, principal fonte financiadora na constituição dos rebanhos.

49 Um destaque deve ser dado ao projeto Tracutinga, que é totalmente coletivo, sendo planejado e administrado como uma única propriedade pela cooperativa União. Há uma divisão interna de tarefas entre os 56 assentados, envolvendo inclusive uma agroindústria de abate de frango. Toda a produção é dividida entre o grupo.

50 Os coletivos são administrados pela associação comunitária e, em geral, envolvem a existência de um roçado na área da associação, onde são plantados produtos semelhantes aos produzidos individualmente, e cuja renda é revertida para manutenção de áreas coletivas, viagens etc. Em vários casos a área de pastagem para o gado é coletiva, bem como o cuidado com o gado (embora o rebanho seja individual).

51 Mesmo nos casos onde a população já vivia na área, a desapropriação e a criação oficial dos assentamentos, com a demarcação dos lotes, normalmente introduzem mudanças que podem demandar também reconstruções nos estabelecimentos agrícolas e mesmo nas casas.

52 Em diversos casos analisados, uma data coincide com a outra. Porém, regra geral, esse diferencial é maior sobretudo nos casos de assentamento em áreas de regularização de antigas situações de posse e menor nos casos de ocupação por famílias externas ao imóvel objeto da desapropriação.

53 Voltaremos a este assunto no item sobre renda e condições de vida das famílias. onde abordaremos com maiores detalhes a distribuição dos cômodos e os tipos de materiais, comparando a situação atual das famílias com a anterior ao assentamento. (Ver Tabelas A7.8, A7.9 e A7.10, no Anexo 2).

54 Neste caso a pergunta feita no perfil referia-se aos tipos de rede de esgoto mais comuns no assentamento, ou seja, é possível que coexista mais de um tipo de escoamento em cada PA.

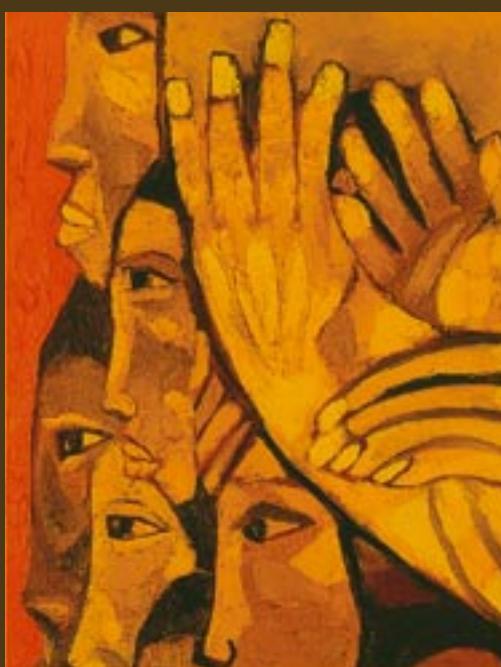
55 Em outras pesquisas também temos constatado a disseminação de celulares entre os assentados.

56 No caso dos PAs São Vicente e Bela Vista, situados no município de Flores de Goiás, que acabou sendo excluído da nossa amostra por motivos já explicitados na parte metodológica, somente 30% das estradas previstas foram construídas pelo Incra. As demais são picadas pelos próprios assentados.

57 Um exemplo marcante é o caso do PA Tracutinga, no município de Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina. Neste município, a qualidade do ensino oferecido no PA foi mencionada pelos dirigentes municipais, que percebem uma visível diferença entre as crianças formadas no assentamento e as demais. O assentamento conta com uma escola que atende até a 4^a série, com duas salas de aula e duas professoras pagas pela prefeitura, sendo que uma delas é oriunda do próprio assentamento. O método utilizado, baseado em Paulo Freire (trabalho com “fato gerador”), estava, no momento da pesquisa, sendo difundido nas demais escolas do município, tendo sido escolhido como tema central, no ano em que se realizaram as entrevistas, a questão ambiental.

58 Apesar da alta incidência, apenas dois postos tinham serviço de atendimento regular, em assentamentos com maiores aglomerados de população em torno da agrovila.

O MUNDO SOCIAL DOS ASSENTADOS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

4 O MUNDO SOCIAL DOS ASSENTADOS

Os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado: são uma criação do Estado e ficam sujeitos à sua gestão e à sua ingerência. É essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por consequência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses.

Como vimos anteriormente, os assentamentos pesquisados são oriundos na sua quase totalidade, de conflitos em torno da propriedade da terra e envolvem majoritariamente populações rurais das próprias regiões onde estão inseridos. O processo de luta pela terra acaba envolvendo também uma série de mediadores: movimentos sociais, movimento sindical, setores da igreja, ONGs, agentes governamentais. Após o processo de desapropriação e a criação oficial do projeto de assentamento, uma nova situação se coloca, trazendo em seu bojo as experiências de vida e de luta das populações envolvidas, bem como os elementos sociais, econômicos, culturais e políticos das regiões onde se inserem. Agora na condição de “assentados”, estes setores da população passam a interagir com as novas exigências e normas de funcionamento colocadas pelo Estado, emergindo dessa interação (que pode contar com maior ou menor participação na sua definição e da qual podem participar os movimentos sociais) a nova realidade social dos assentamentos, que envolve a divisão dos lotes e distribuição da população no interior dos assentamentos, as possibilidades de locomoção, o trabalho no lote, as relações no interior dos projetos, o uso dos espaços coletivos existentes. Surgem daí cobranças e tensões recíprocas que fazem com que, de alguma forma a mobilização existente anteriormente precise se manter.

A partir da criação dos assentamentos, a vida dos assentados assume uma nova dinâmica, surgem novos espaços e redes de sociabilidade, refazem-se e reconstruem-se os antigos, e estabelece-se uma nova dinâmica na relação “para fora” do assentamento, na interação com as cidades e com o poder público municipal, e uma nova inserção na dinâmica política local. Mas ao mesmo tempo em que estão colocadas diversas “novidades”, impõe-se também, com grande força no cotidiano dos assentados, uma dinâmica social e cultural muito próxima ao padrão vigente na região, e o dia-a-dia da maior parte dessa população vai ser marcado predominantemente pelas estratégias de reprodução da unidade familiar (que envolvem o trabalho dentro e também fora do lote), pelos vínculos de parentesco e de vizinhança, pela relação com a cidade, com a religião, com os espaços de lazer.

Assim, as relações familiares e de parentesco, amizade e vizinhança existentes anteriormente, unidas à ação dos mediadores (sindicatos e movimentos) e do Estado,

reconstroem as redes de sociabilidade que possibilitaram a participação dos trabalhadores nos processos de organização de luta pela implementação dos assentamentos rurais.

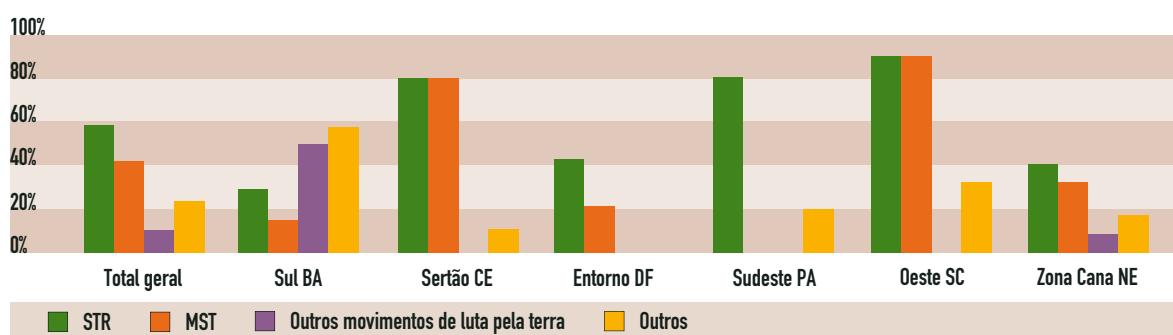
Associativismo

Com a criação dos assentamentos, um novo contexto e uma nova dinâmica se colocam, com o surgimento de novas formas organizativas, que podem ter maiores ou menores continuidades com o processo anterior de luta pela terra. Novas demandas se abrem, que agora se voltam para as negociações com os agentes de governo sobre a organização interna e para obtenção de crédito e infra-estrutura. As lideranças que participam do processo de conquista da terra podem ou não se consolidar no novo contexto e as formas organizativas tendem a se reestruturar. Algumas lideranças se mantêm, outras sucumbem ao novo cotidiano, há processos de desfiliação sindical, lideranças que se desligam dos movimentos aos quais eram anteriormente vinculadas, novas surgem, entre outras mudanças.

Se no processo de luta pela terra era quase obrigatória a presença de algum tipo de representação dos trabalhadores, no novo contexto dos assentamentos nem sempre esta presença se mantém, sendo sua força também variável. No Oeste de Santa Catarina e no Sertão do Ceará o MST e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais continuam presentes em mais de 80% dos assentamentos estudados, sendo que a coincidência da sua presença parece indicar que as duas organizações podem estar atuando conjuntamente. A *mancha* do Sul da Bahia é a que tem maior diversidade de organizações intervindo, com a presença forte de outros movimentos, como o MLT - Movimento de Luta pela Terra. Na *mancha* do Sudeste do Pará estão presentes apenas sindicatos e partidos políticos.

Gráfico 4.1

Presença de organizações representativas de trabalhadores nos assentamentos pesquisados (por tipo de organização, em % de projetos)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) No momento de realização da pesquisa. Ou seja, pode haver casos de organizações que se encontravam presentes no processo de luta pela terra, mas já não tinham mais presença no assentamento no momento da pesquisa.

STR: Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

MST: Movimento dos Sem Terra.

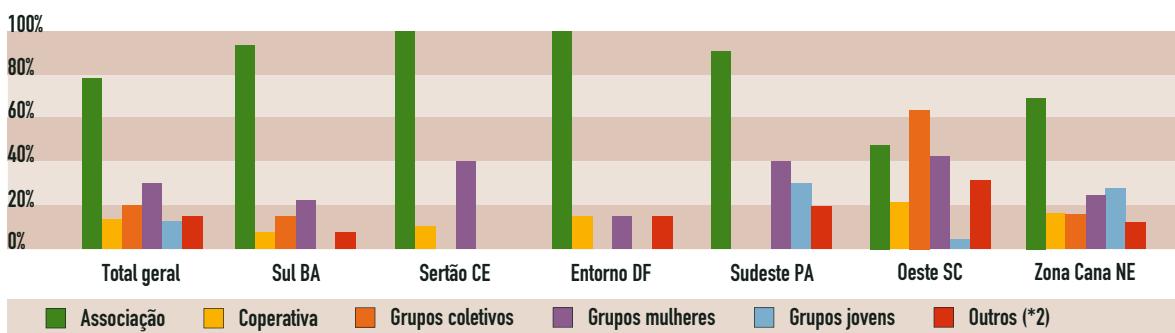
Outros movimentos de luta pela terra: MLT (Movimento de Luta pela Terra, com presença forte no Sul da Bahia), MT (Movimento dos Trabalhadores, na Zona da Mata), Coopterra etc.

Outros: Partidos políticos, sindicatos urbanos, sindicatos rurais, oposições sindicais, Raccasul (Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não Assentados do Sul da Bahia) etc.

Após a criação dos assentamentos, assumem importância também diversos organismos internos de representação nos assentamentos, localizados em pelo menos 96%

dos projetos pesquisados (em 3% dos 92 casos faltou informação). As associações são a forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie de “exigência” do Estado: elas são a “personalidade jurídica” do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos. Elas foram identificadas em 78% dos projetos pesquisados, só não estando presentes em alguns assentamentos da *mancha* do Oeste de Santa Catarina (na *submancha* de Abelardo Luz) e da Zona Canavieira. As cooperativas de assentados estão presentes em 13% dos assentamentos, não havendo nenhuma na *mancha* do Sudeste do Pará. Vários dos grupos presentes internamente são incentivados e apoiados pelas organizações de trabalhadores, como por exemplo os grupos coletivos ligados ao MST, ou grupos de jovens e mulheres apoiados tanto pelo MST quanto pelos Sindicatos. E aparecem também grupos de igreja (oração) e associações esportivas.

Gráfico 4.2 Principais organizações internas existentes nos assentamentos estudados – por tipo de organização, em % de projetos (*1)



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) Porcentagens em relação aos 92 projetos de assentamento estudados.

(*2) Outros: grupos religiosos, de futebol, de saúde, plantas medicinais, carro coletivo

Todas essas organizações têm importância para a vida dessas comunidades e contribuem, sob diferentes perspectivas, para a integração desses grupos, ao mesmo tempo que conferem aos assentados sua identidade social.

Os dados numéricos, no entanto, pouco dizem a respeito da densidade organizativa dos assentamentos. As entrevistas realizadas e os relatos de campo fornecem elementos que permitem melhor avaliar a importância das organizações existentes, assim como seus múltiplos significados, como formas de sociabilidade e como mecanismos de fortalecimento da identidade econômica, social e política dos assentados.

As associações, direta ou indiretamente, são suportes fundamentais nas relações dos assentados com outras entidades e/ou atores externos aos assentamentos. Enquanto algumas têm existência puramente formal, outras envolvem-se nos mais diferentes aspectos da vida do assentamento, seja na interlocução “para fora”, com os diferentes agentes e instâncias governamentais (na cobrança de escolas, postos de saúde, estradas, transporte, crédito), seja para “dentro” (organização da produção, da comercialização etc).

As cooperativas, embora escassas em termos numéricos quando comparadas às associações e apresentando diferentes pesos segundo as diferentes *manchas*, parecem ter um lugar importante, em especial pelo seu significado na comercialização da produção dos assentados.

Em muitas *manchas* existem também iniciativas associativas de grande porte, que ultrapassam assentamentos particulares. No Sul da Bahia, por exemplo, na ocasião da pesquisa, a Jupará, ONG ambientalista que lá atua, estava organizando uma cooperativa central para comercialização dos produtos do assentamento e das comunidades próximas. Nesta *mancha* também existe a Raccasul - Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não Assentados do Sul da Bahia, criada por meio de um trabalho conjunto do STR de Santa Luzia, da CPT e das ONGs FASE-Itabuna e Jupará. Esta rede agrupa os projetos do Incra, os assentamentos estaduais de Santa Luzia e associações de pequenos produtores rurais (chamados de produtores tradicionais). No Ceará, em Canindé, há uma Associação dos Produtores de Algodão, criada a partir do projeto Canindé, vinculado à secretaria da Agricultura do município, tendo como objetivo revitalizar a cultura do algodão. Esta associação tem uma diretoria composta por seis membros, sendo quatro deles presidentes de associações de assentados.

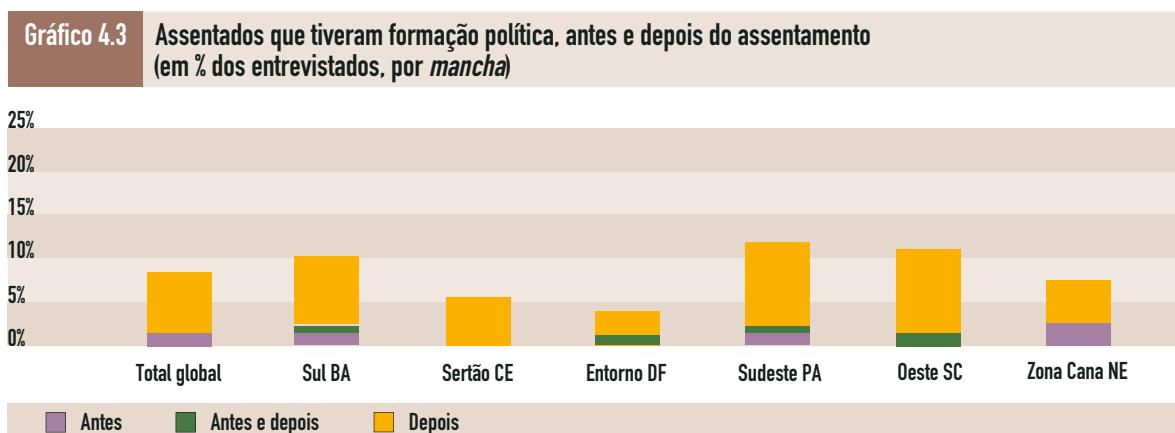
Entre os assentamentos pesquisados, ganha destaque a *mancha* do Oeste de Santa Catarina, onde a concentração de um grande número de assentamentos e o relativamente elevado grau de organização e mobilização neles existente (especialmente no Extremo-oeste) levaram o Movimento dos Sem Terra a desenvolver uma estratégia produtivo-comercial de âmbito regional com a criação da Cooperocoeste, que atinge também agricultores não assentados. Além das suas funções produtivas e comerciais (que serão tratadas na parte de comercialização), esta cooperativa mantém um programa de rádio semanal próprio, de 15 minutos, no qual presta informações sobre a conjuntura e sobre o programa de leite, convoca reuniões etc. Segundo seus dirigentes, cerca de metade dos assentados da região é associada a ela, mas os não associados tendem também a utilizá-la para comercialização de sua produção. As atividades comerciais, creditícias e, sobretudo, as iniciativas no ramo agro-industrial dessa cooperativa têm grande significado para as perspectivas econômicas dos assentados da região e para a projeção da imagem dos assentamentos junto à população em geral através do fornecimento de alimentos de qualidade. Na implantação da indústria de laticínios (para produção de leite longa-vida), a Cooperocoeste contou com financiamento não só de programas federais, como também com incentivo da prefeitura municipal, que cedeu o terreno, fez os serviços de terraplanagem, construção de pavilhão de 1.500m² e instalação de energia elétrica. Esse fato indica a dimensão do projeto e sua importância específica no município de São Miguel do Oeste, sede da cooperativa e uma espécie de “cidade-pólo” regional na estratégia do MST.

Também tem forte presença no Oeste catarinense, embora não seja produto exclusivo da ação dos assentados, a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), organização de cooperação agrícola com sede em Chapecó, criada em 1989 como reação do movimento sindical local à exclusão de pequenos agricultores promovida pela grande agroindústria. A Apaco desenvolve programas para grupos coletivos de agricultores associados, inclusive dos assentamentos (projetos de desenvolvimento local em dois municípios e de cooperativas de crédito em áreas de assentamento). A Cooperocoeste e a Apaco são representativas de um conjunto de forças sociais que faz da cooperação tanto um meio como um fim para superar a crise da pequena agricultura familiar do Oeste catarinense e promover um estilo de desenvolvimento regional alternativo. Já na Zona Canavieira nordestina, o peso das cooperativas é menor, embora estejam também presentes.

A constatação da presença e da importância das formas associativas deve ser complementada com alguns indicadores de participação dos associados na vida das entidades. A pesquisa verificou que a participação se concentra nas reuniões das associações, porque,

como dissemos, elas, além de terem um papel fundamental para a vida das comunidades de assentados, estão em todos e em cada um dos assentamentos. Em vários casos há diversas associações num mesmo projeto, quer em função do tamanho dele, quer em razão de disputas internas que levam à criação de mais de uma entidade de representação. A participação dos assentados varia de acordo com o local onde se realizam as reuniões (dentro ou fora dos assentamentos, o que, dependendo das circunstâncias, supõe deslocamentos que nem sempre favorecem a participação). Por outro lado, há indicações de que a participação é maior naquelas reuniões relacionadas às entidades que representam suas demandas mais localizadas e imediatas como assentados.

A participação dos assentados em cursos de capacitação política também é um dos impactos da presença dos assentamentos na vida desses trabalhadores. Embora somente 8 % dos entrevistados tenham feito algum curso de formação política, 77 % deles o fizeram depois de assentados. Esses dados são reiterados quando analisamos cada *mancha* em particular ou ainda cada projeto.



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4.1, no Anexo 2.

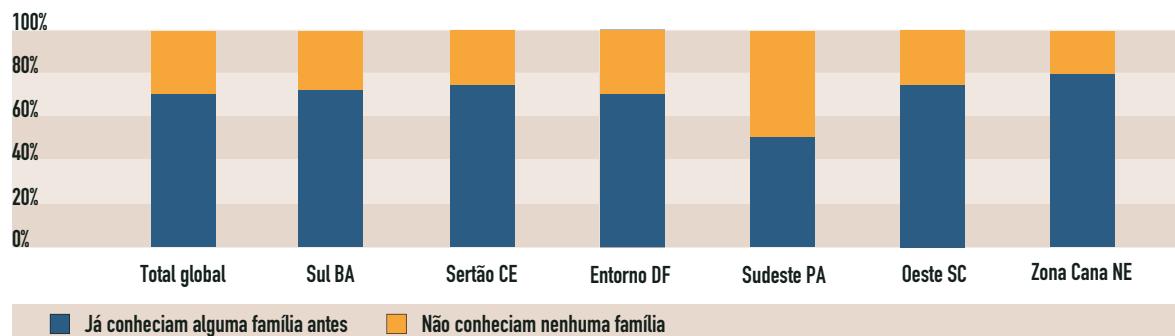
Em todos os casos, as formas como os assentados se organizam são a expressão do impacto da existência dos assentamentos nas suas vidas. Em contrapartida, essas formas de associação acabam gerando impactos sobre a inserção dos assentados na vida dos municípios onde se localizam e na visão que a sociedade mais ampla tem deles, em especial os governantes e a população das cidades próximas, conforme veremos posteriormente.

Sociabilidade e lazer

Os dados apontam que as atividades ligadas à vida social dos assentados têm lugar, fundamentalmente, no interior dos assentamentos, ao passo que sua vida comercial está ligada aos centros urbanos.

A grande maioria do total de entrevistados (70 %) já conhecia outras famílias antes da instalação no lote, evidenciando a existência de redes de solidariedade que, sendo anteriores ao assentamento, estão na raiz do processo de organização que lhe deu origem. Em alguns projetos, como por exemplo o PA Herbert de Souza, localizado em Minhas Gerais, esse percentual chega a 100 %. Os menores índices estão no Sudeste do Pará, onde metade dos entrevistados conhecia alguma família antes de vir para o assentamento.

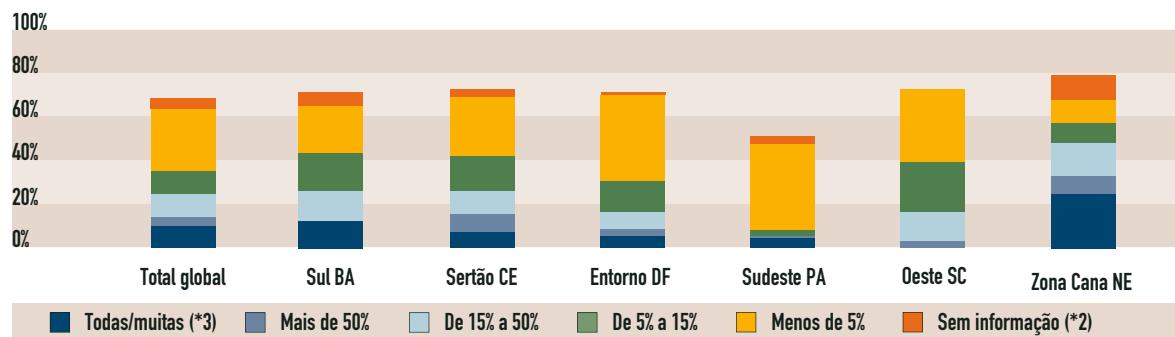
Gráfico 4.4 Conhecimento das famílias assentadas anteriormente ao assentamento
(em % dos entrevistados, por *manchas*)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Cerca de 25 % dos entrevistados disseram conhecer antes mais da metade das famílias assentadas, indicando que as redes de sociabilidade anteriores são muito fortes e presentes. A Zona Canavieira do Nordeste é a *mancha* onde uma maior proporção de famílias se conhecia anteriormente, com metade das famílias se conhecendo antes do assentamento. Também no Sertão do Ceará, onde muitos dos assentados eram moradores, o número de famílias conhecidas é grande, mas talvez devido ao maior tamanho dos projetos isso não se reflete tanto na porcentagem das famílias (Gráfico 4.5).

Gráfico 4.5 Quantidade de famílias conhecidas antes de entrar no assentamento, em % do total de famílias, por *manchas* (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4.2, no Anexo 2.

(*1) A diferença para 100% refere-se aos entrevistados que não conheciam nenhuma outra família antes. Uma parte dos entrevistados declarou a resposta em números de famílias conhecidas, outra parte respondeu qualitativamente (muitas, algumas, quase todas etc). Para os que especificaram número de famílias conhecidas, fizemos o cálculo da porcentagem levando em conta o número total de famílias no PA segundo a listagem do Incra.

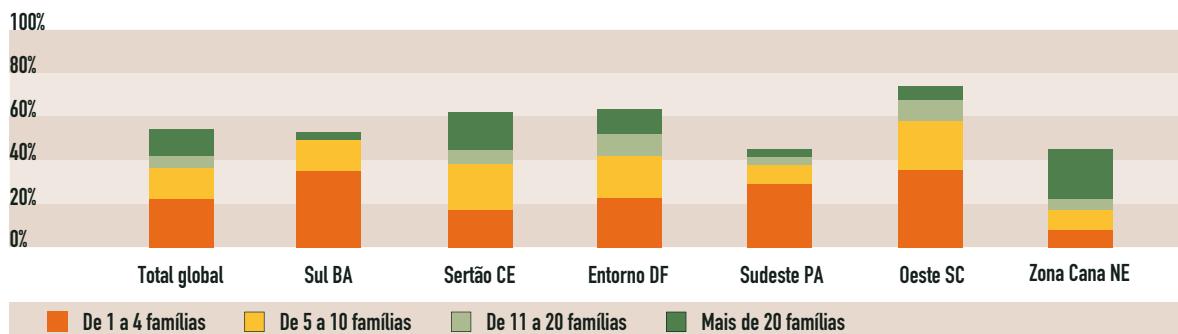
(*2) Nos pareceu que na maior parte dos casos as pessoas que não souberam quantificar conheciam muitas famílias.

(*3) Inclui respostas como “todas”, “quase todas”, “muitas”, “várias”, “a maioria”.

Cerca de 25 % dos entrevistados conheciam entre uma e quatro famílias antes do assentamento (Gráfico 4.6). Se somarmos a esta informação a informação da Tabela 4.1, a seguir, podemos indicar que o conhecimento anterior refere-se principalmente a laços de parentesco e de vizinhança. O local de moradia anterior é a principal razão do conhecimento (74 %). No Oeste de Santa Catarina muitas famílias se conheceram nos acampamentos, no processo de luta pela terra. Surpreende o fato de que no Entorno do DF seja grande o número de famílias que já se conheciam: cerca de um terço das famílias conheciam mais de cinco famílias anteriormente.

Gráfico 4.6

Quantidade de famílias conhecidas antes de entrar no assentamento (em número de famílias conhecidas, por faixas, por *manchas*)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A4.2*, no Anexo 2.

(*) A diferença para 100% refere-se aos entrevistados que não conheciam nenhuma outra família antes e inclui também os sem resposta (que não sabiam ou não declararam número de famílias)

Tabela 4.1

Local de onde as famílias se conheciam antes do assentamento (*1)

Mancha	Famílias que já se conheciam (=100%)	De onde moravam antes (*2)	São parentes	Do acampamento	De outro assentamento	Das proximidades (*3)	Outros (*4)	Sem informação
Sul BA	63	71%	16%	6%	3%	0%	5%	2%
Sertão CE	225	75%	10%	6%	2%	11%	5%	0%
Entorno DF	170	83%	4%	2%	1%	2%	9%	2%
Sudeste PA	184	51%	22%	1%	4%	17%	7%	1%
Oeste SC	136	83%	3%	13%	1%	0%	3%	0%
Zona Cana NE	313	80%	5%	4%	3%	6%	7%	1%
Total global	1.091	74%	9%	5%	3%	7%	6%	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) A porcentagem foi feita em relação apenas ao total de famílias que já conheciam alguma família antes de vir para o assentamento. As somas das porcentagens não é igual a 100% porque houve respostas múltiplas, ou seja, com mais de uma alternativa citada.

(*) Inclui: local de origem, cidade onde moravam antes, antiga fazenda etc. Muitos já moravam na própria área antes de ser assentamento

(*) Inclui: morava vizinho, vizinhança, da região, trabalhava próximo etc.

(*) Inclui: do sindicato, eram amigos, do trabalho, da igreja, da CPT, do MST.

Não somente as famílias conheciam outras famílias anteriormente, como também as famílias que se estabelecem no assentamento não vêm sozinhas: cerca de dois terços (62 %) dos responsáveis têm parentes também em outros lotes, pondo em evidência que a criação dos assentamentos pode estar se constituindo num mecanismo importante de recomposição das famílias de trabalhadores antes separadas (inclusive por processos migratórios) ou então estar permitindo a manutenção de comunidades antes existentes, como parece ser o caso do Ceará, onde 80 % dos entrevistados têm parentes em outros lotes (*Tabela 4.2*).

Em todas as *manchas*, a maioria dos parentes que vivem em outros lotes parece ter se estabelecido no assentamento no mesmo ano em que os entrevistados pela pesquisa, indicando que provavelmente participaram juntos da luta pela terra¹. Na Bahia, no entanto, a instalação de parentes no assentamento ocorre ao longo de um período maior, que se estende até três anos de diferença entre os primeiros e os últimos que chegam.

A existência de grupos de famílias aparentadas, ou que se conheciam antes do assentamento e que chegaram num período de tempo muito próximo, permite observar que os assentamentos são resultado de deslocamentos de grandes grupos de trabalhadores que

tinham residência em uma única área, ou em áreas próximas. Dito em outros termos, os assentamentos agruparam no seu interior partes de comunidades, quando não comunidades inteiras. Conforme comentamos anteriormente, em muitos casos analisados como, por exemplo, os da Zona da Mata nordestina ou ainda do Ceará, boa parte das famílias assentadas e registradas por nós era composta por antigos moradores das áreas onde hoje estão assentados, isto é, a condição de assentado não necessariamente implica uma mudança espacial, permanecendo nos limites da grande propriedade na qual residiam.

Mancha	Presença de parentes em outros lotes no assentamento e ano de chegada							
	Presença de parentes em outros lotes			Entrada de parentes em outros lotes X entrada responsável (*1)				
Total lotes entrevistados	Com parentes em outros lotes	Não têm parentes em outros lotes	Famílias (lotes) com parentes	Mesmo ano	Até 4 anos antes ou depois	5 ou mais anos antes ou depois	Falta informação(*2)	
Sul da BA	87	46%	54%	40	60%	30%	10%	0%
Sertão CE	306	80%	20%	247	62%	15%	12%	12%
Entorno DF	237	53%	47%	126	56%	28%	10%	6%
Sudeste PA	366	57%	42%	212	50%	30%	13%	7%
Oeste SC	185	63%	37%	118	63%	23%	13%	2%
Zona Cana NE	387	61%	39%	237	36%	14%	16%	34%
Total global	1.568	62%	38%	980	52%	21%	13%	14%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Ano de entrada dos parentes que estão em outros lotes em relação ao ano de entrada do responsável pelo lote entrevistado.

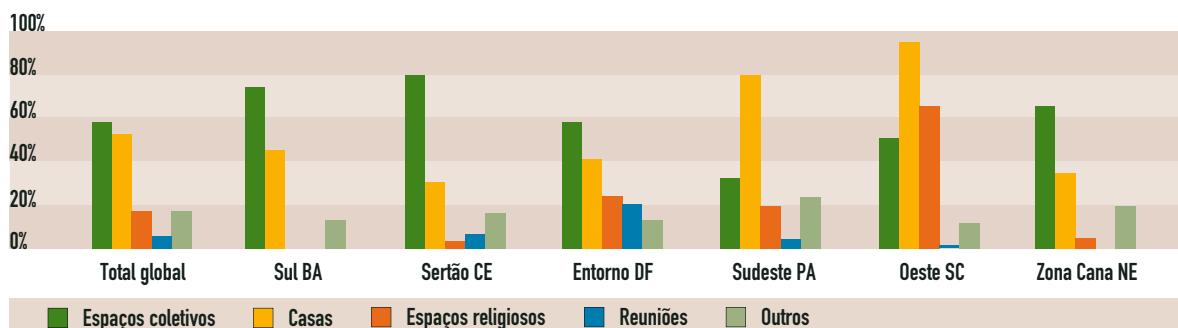
(*2) Faltam informações sobre o ano de entrada de algum dos dois (do responsável ou do parente). A maioria dos casos onde falta informação sobre o ano de entrada deve-se a pessoas que já viviam na área antes desta ser assentamento.

A possibilidade de continuar mantendo uma relação face a face com os parentes faz com que os assentamentos se constituam em um importante elemento de integração social no que diz respeito às famílias. Quando se observam as formas de sociabilidade dentro do assentamento, notamos que as relações entre grupos de assentados são bastante estreitas.

Quando interrogados sobre com quais grupos de pessoas se relacionam mais (vizinho, parente, membros da igreja, associação etc), a categoria vizinho se sobressai. Assim, além de possibilitar o reagrupamento de famílias que estavam dispersas, os assentamentos permitem restabelecer o conjunto das redes de sociabilidade anteriores à sua criação, como as redes de vizinhança, reconstituindo as formas de sociabilidade típicas das comunidades locais rurais do Brasil, já muitas vezes destacada pela literatura. Assim, a base primeira da organização social dos assentados parece ser feita a partir de relações de vizinhança, que podem ou não também derivar de relações de trabalho, parentesco, amizade ou participação religiosa, política e sindical.

No cotidiano a integração no interior dos assentamentos tem lugar na troca de informações e de favores, nas formas de ajuda mútua, isto é, nas formas de interação comuns a esse tipo de comunidades. No entanto, nos dias festivos, religiosos e esportivos, os espaços coletivos do assentamento constituem-se nos centros de atividades de lazer, onde se reúnem os seus membros, como nos mostra o Gráfico 4.7, a seguir. A esses espaços de integração se somam, com grande peso, as visitas entre vizinhos e/ou parentes localizados no assentamento, que, como em todas as comunidades do interior, têm lugar nos dias de folga, assim como através das atividades esportivas que podem vir a acontecer no interior dos assentamentos.

Gráfico 4.7 Principais espaços de encontro dos assentados (por tipo de espaço, em % dos entrevistados)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A4.3*, no Anexo 2.

(*) Espaços nos quais os entrevistados declararam se encontrar com outros assentados.

Casas: visitas às casas.

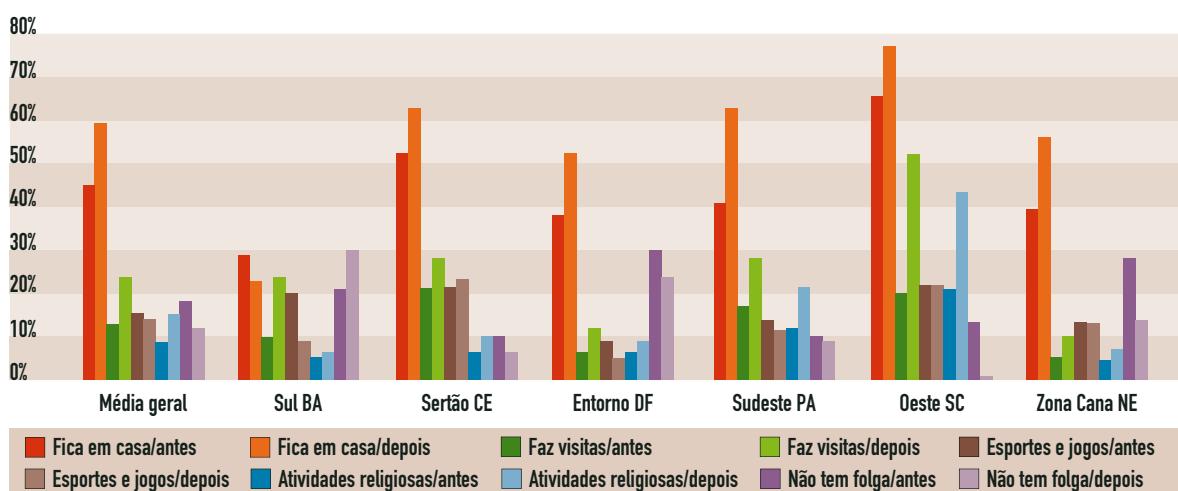
Espaços coletivos: sede da associação/cooperativa, agrovila, comunidade, sede do engenho, outras áreas coletivas.

Espaços religiosos: igreja, cultos, celebrações

Outros: estradas, trabalho, ponto de ônibus, fora do assentamento, grupos de mulheres, sindicato, cidade, lazer, esportes, futebol, festas.

Quando comparamos o que os assentados faziam nas horas de folga antes do assentamento e agora, vemos que, embora a ida para os assentamentos tenha ocasionado mudanças, estas não chegam a ser grandes (*Tabela A4.4*, Anexo 2). No total geral, “ficar em casa” é uma das opções de lazer mais freqüentes, que aumentou com a ida para o assentamento, exceto no

Gráfico 4.8 Principais modalidades de lazer dos assentados atualmente (depois do assentamento) e antes de vir para o assentamento (em % dos responsáveis pelo lote)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Perguntas feitas somente aos responsáveis pelo lote, predominantemente homens e adultos (há certamente variações no que se refere às mulheres, aos jovens e aos idosos). Como as respostas podiam ser múltiplas (cada entrevistado ter mais de uma modalidade de lazer), as porcentagens não totalizam 100%. Para facilitar a visualização do gráfico excluímos as modalidades de lazer que apareceram com menor freqüência. Uma delas é a participação em festas: 3% depois e 5% antes (do total geral), sendo mais significativa no Sudeste do Pará (14% antes e 8% depois). A outra é a pesca e caça (5% depois e 6% antes), que aparece como significativa também apenas no Sudeste do Pará, onde 26% indicaram pescar/caçar antes de vir para o assentamento e 32% o fazem atualmente. Também excluímos as atividades enquadradas em “outros” (lê, estuda, reuniões, bar, conversas, passeia na cidade, passeia, praia, viagem), que totalizavam 15% antes e 13% depois. Ver *Tabela A4.4*, no Anexo 2.

Fica em casa: dormir, descansar, assistir TV, ouvir rádio/música.

Atividades religiosas: ir à igreja ou ao culto, ler a bíblia.

Faz visitas: todos os tipos de visitas (amigos, parentes), dentro ou fora do assentamento.

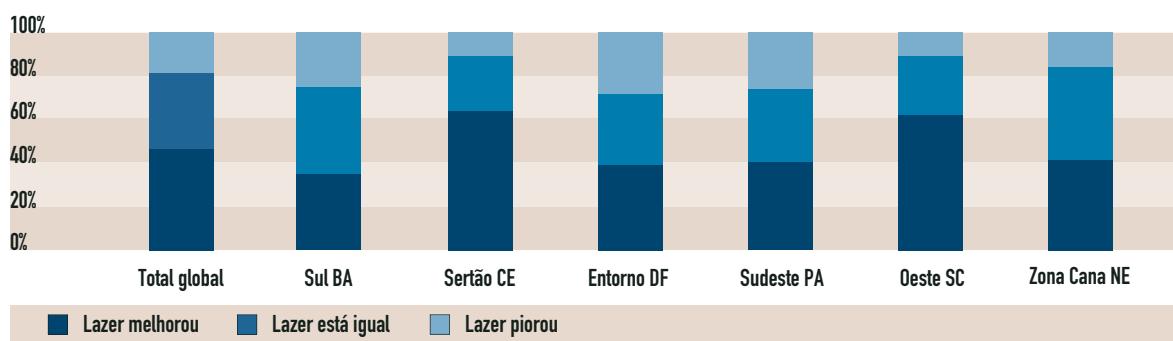
Esportes e jogos: futebol (maior freqüência), mas também baralho, dominó, bocha (em SC), karatê.

Não tem folga: Inclui trabalhos domésticos em casa ou no lote (cuidar dos animais, plantar, lidar com roçado).

Sul da BA. No entanto, as visitas também aumentaram, tendo quase dobrado em algumas *manchas*. O tradicional jogo de futebol parece ter diminuído ou se mantido estável antes e depois do assentamento, com a única exceção da *mancha* do Sertão do Ceará. Já a participação em atividades religiosas teve um incremento. Por último, vale destacar que cerca de um quinto dos assentados (18%) afirmou que não tinham folga antes do assentamento e atualmente somente 12% deles afirmam não ter folga.

Mesmo as mudanças não parecendo significativas, quando perguntados se suas condições de lazer melhoraram ou pioraram depois do assentamento, metade dos entrevistados considera que atualmente elas estão melhores e um terço considera que estão iguais. As melhores avaliações estão na *mancha* do Sertão do Ceará e do Oeste catarinense, e as piores no Entorno do DF, no Sudeste do Pará e no Sul da Bahia.

Gráfico 4.9 Percepção dos assentados sobre suas condições de lazer atuais e anteriores ao assentamento (em % dos entrevistados)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.11, no Anexo 2.

As famílias assentadas

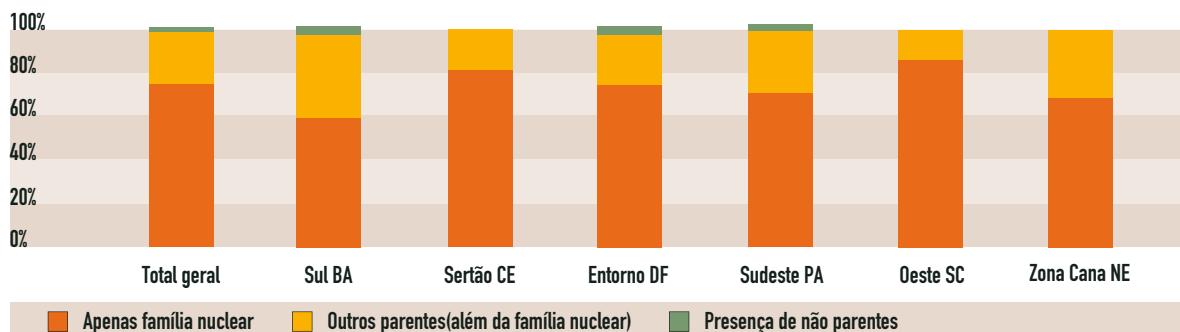
Vimos que as famílias e as redes de vizinhança são as bases sobre as quais se constroem as relações de sociabilidade nos assentamentos. De uma forma geral, os lotes dos assentamentos estudados correspondem a unidades familiares de produção². E é fundamentalmente nos lotes onde vai se calcar o cotidiano das relações de trabalho e da convivência diária e permanente dos assentados.

Nos lotes vivem e trabalham pessoas ligadas entre si por relações de parentesco, na sua grande maioria famílias nucleares, ou seja, que não abrigam outras pessoas além de pai, mãe e filhos. Essa é a composição de três quartos dos lotes pesquisados, sem grande variação entre as *manchas*, conforme pode-se ver no Gráfico 4.10.

O número de lotes compostos apenas por famílias nucleares é maior no Oeste de Santa Catarina (86%) e menor no Sul da Bahia (60%). Os demais lotes abrigam também outros parentes, além das famílias nucleares. A porcentagem dos lotes que abrigam não parentes é insignificante, de apenas 2%, praticamente sem diferenças entre as *manchas*. Na grande maioria dos lotes os responsáveis vivem com cônjuge e filhos (82%), conforme pode-se verificar no Gráfico 4.11.

O número de lotes compostos por casais sem filhos é de 18% para o conjunto da amostra, distribuídos equilibradamente entre as *manchas*. A exceção é verificada no Entorno do Distrito Federal, onde o número de casais sem filhos chega a 32%.

Gráfico 4.10 Perfil familiar dos lotes: presença de parentes e não parentes (em % dos lotes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4.5, no Anexo 2.

(*) A soma das porcentagens não é necessariamente 100%, pois há lotes com parentes e não parentes. O grau de parentesco é tomado em relação ao responsável pelo lote.

Apenas família nuclear: lotes onde não vive ninguém além de responsável, cônjuge e filhos do responsável.

Outros parentes: lotes onde vivem, além da família nuclear: genro/nora, pais/sogros, irmãos/cunhados, netos, tios, sobrinhos, primos, avós. Ver freqüência de parentes na Tabela A4. 6, no Anexo 2.

Presença de não parentes: além da família vivem outras pessoas que não são parentes, como agregados ou empregados.

Gráfico 4.11 Presença de cônjuges e filhos nos lotes (em % do total de entrevistados)*



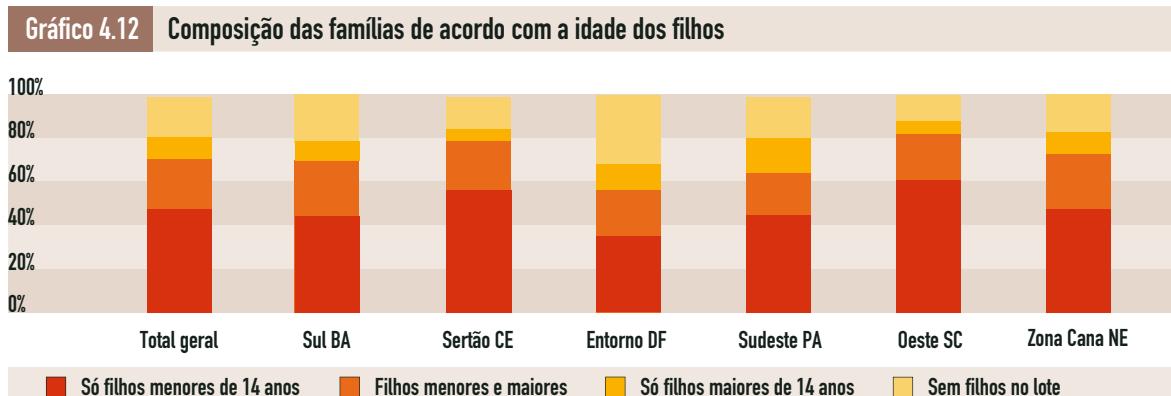
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver Tabela A4.7, no Anexo 2.

(*) Em relação ao responsável pelo lote. Neste gráfico as porcentagens não se somam.

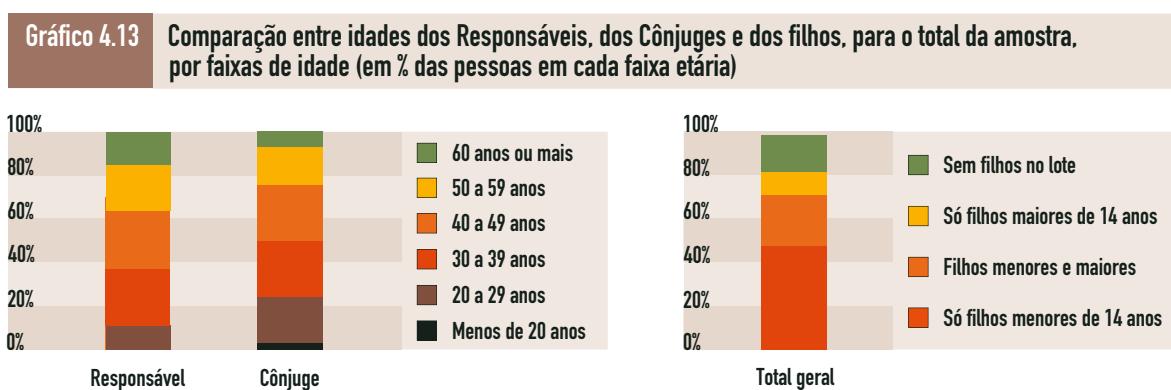
O número de famílias com filhos menores de 14 anos é predominante, como nos mostra o Gráfico 4.12: 48 % das famílias só tem filhos menores de 14 anos (porcentagem que varia entre 35 % e 61 % nas diferentes *manchas* amostrais). Se somarmos as famílias que contam só com filhos menores de 14 anos no lote e as famílias com filhos menores e maiores de 14 anos, temos 71 % das famílias com filhos menores de 14 anos vivendo nos lotes.

Do total de famílias, 23 % têm filhos menores e maiores de 14 anos vivendo no lote (com pequena variação entre as *manchas*, de 19 % a 26 %) e somente 10 % (de 5 % a 17 % nas *manchas*) abrigam no seu interior apenas filhos maiores de 14 anos. Se compararmos as idades do responsável e do cônjuge com as dos filhos, conforme o Gráfico 4.13, é possível levantar a hipótese de que há predomínio de famílias jovens nos assentamentos pesquisados, bem como de que os casais sem filhos são aqueles com idade acima de 60 anos.

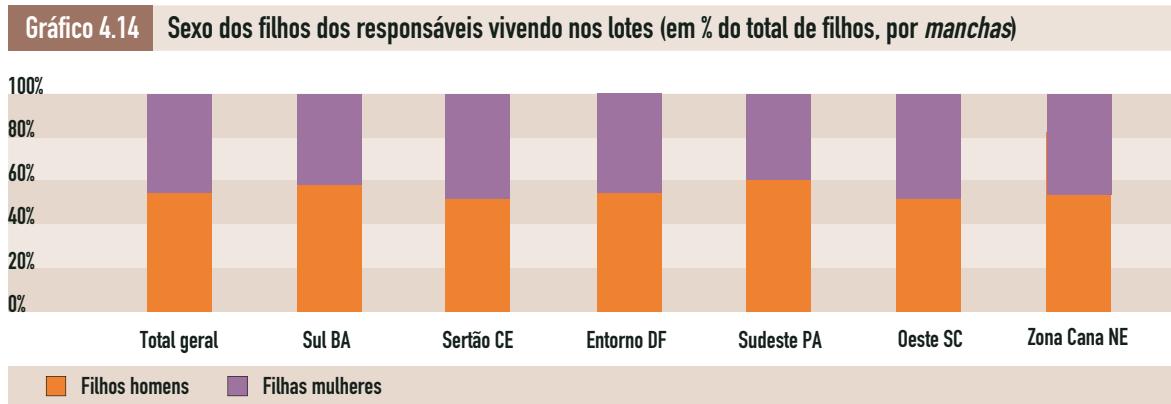
Entre as famílias que têm filhos (82 %), a média é de 3,3 filhos para o conjunto da amostra, variando entre 2,9 filhos no Sudeste do Pará e 3,6 no Ceará, apontando para duas hipóteses possíveis e não excludentes: a redução do tamanho das famílias e/ou saída dos jovens. Entre os filhos que vivem nos lotes, há uma ligeira predominância de homens,



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4.8, no Anexo 2.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4. 9 e A4. 8, no Anexo 2.



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários

acompanhando a tendência da população assentada como um todo. No Sul da Bahia e no Sudeste do Pará cerca de 60% dos filhos são homens, indicando que possivelmente nestas *manchas* haja uma saída maior das filhas mulheres.

Conforme mencionamos anteriormente (ver Gráfico 4.10), a pesquisa apontou que cerca de um quarto dos lotes abriga outros parentes além da família nuclear (genro/nora, sogro/sogra, irmãos/ás/cunhados/as; sobrinhos e netos), com flutuações importantes entre as diferentes *manchas*, variando de 14% no Oeste de Santa Catarina a 38% no Sul da Bahia.

Embora a existência de outros parentes residindo junto às famílias nucleares siga um padrão comum de organização social dos agricultores familiares e, nesse sentido, os assentamentos apenas dêem continuidade a formas de organização anteriores, constatamos que apenas uma parcela destes parentes já faz parte do grupo doméstico antes dos assentamentos: do total de lotes que abrigam parentes no seu interior, em 23 % dos casos os parentes vieram viver com o responsável apenas depois que o assentamento foi criado. Com variações entre as *manchas*, esse é um fenômeno generalizado: 46 % dos lotes no Sul da Bahia incorporaram novos membros, 33 % no Sudeste do Pará, 24 % na Zona da Mata Canavieira, 18 % no Oeste de Santa Catarina e 14 % no Entorno do Distrito Federal. A média de pessoas incorporadas por cada lote é de 1,8, sem diferenças significativas entre as *manchas*. Essa incorporação de parentes ocorre tanto no caso de novos assentamentos (aqueles que têm menos de cinco anos de existência), quanto no dos mais antigos, podendo-se afirmar que essa parece ser uma característica comum ao conjunto dos assentamentos, independentemente da sua antigüidade.

Ao que parece, a incorporação de novos membros após o assentamento implicou alterações na composição das famílias que ocupam os lotes. Antes da vinda para o assentamento, eram mais comuns pais/sogros fazendo parte da unidade familiar, seguida em menor medida por outros tipos de parentes. Uma vez no assentamento, a maior parte dos parentes incorporados se concentra no grupo genro/nora, sem diferenças por sexo, e, principalmente, na categoria netos, que aumenta consideravelmente. A incorporação desses novos membros da família após o estabelecimento nos assentamentos põe em evidência alguns aspectos que nos parecem relevantes, fornecendo indicações concretas de que os assentamentos representam uma forma de amparo para as famílias de trabalhadores que, em geral, enfrentam dificuldades de acesso à terra e emprego. Assim, os assentamentos podem estar se tornando um mecanismo importante de recomposição de famílias, aproximando membros antes dispersos, em especial os filhos casados, contribuindo consequentemente para garantir a reprodução não apenas econômica mas também fundamentalmente social desses grupos de trabalhadores.

Um outro dado que vem reforçar essa hipótese é o relativamente alto índice de “netos, sobrinhos, primos, tios” (com predominância de netos) que viviam em áreas urbanas antes de virem para o assentamento, que varia de 22 % no Ceará a 52 % no Entorno do Distrito Federal. Em algumas *manchas* é alto também o índice de “irmãos/ãs/cunhados/as” que viviam antes em áreas urbanas (75 % no Entorno do Distrito Federal e 50 % no Oeste catarinense). Esses números parecem reforçar a hipótese de que a família nuclear, uma vez instalada no assentamento, pode estar servindo de abrigo para parentes próximos que passavam por dificuldades fora e encontram no assentamento, através dos laços familiares, novas possibilidades de inserção, quer mediante o trabalho, quer como ponto de apoio para a obtenção de um lote no próprio assentamento, em assentamentos próximos ou mesmo para participar de novas ocupações de terra.

Quando analisamos o período de chegada ao assentamento, vemos que nem sempre todos os membros das unidades domésticas chegam juntos, constatando-se variações segundo as diferentes *manchas*. No Sul da Bahia, parece ser quase uma regra que os responsáveis entrem sozinhos no lote, ou então acompanhados por irmãos, cunhados e outros parentes, em geral homens da mesma faixa etária. A esposa, filhos, genros, pais e outros parentes, e em 80 % dos casos, entram pelo menos um ano depois do responsável. Nas demais *manchas*, a entrada do casal, filhos e parentes que já moravam juntos é feita simultaneamen-

te. A incorporação de novos parentes geralmente é posterior, embora acontecendo, na maior parte dos casos, ainda durante o primeiro ano após as famílias serem assentadas. Em menor número de casos, essa incorporação é um pouco mais tardia, mas acontecendo logo depois de um ano da família estar estabelecida no assentamento.

Por outro lado, a pesquisa também revelou que 28 % das famílias entrevistadas, tiveram a saída de membros (temporária ou definitiva), com diferenças não muito grandes entre as *manchas*. Na Zona Canavieira nordestina, este índice é de 16 % das famílias; no Oeste de Santa Catarina, 23 %; no Ceará, 30 %; no Entorno do Distrito Federal, 32 %, índice próximo ao do Sul da Bahia (33 %).

Tabela 4.3 Famílias assentadas que perderam integrantes e motivos das saídas

Mancha	Saída de pessoas das famílias assentadas				Motivos alegados para as saídas das pessoas (*1)					
	Total lotes (=100%)	SEM saída de integrantes	COM saída de integrantes	Nº médio que saiu por lote (*2)	Total lotes com perda de pessoas (=100%)	Terra insuficiente ou busca de trabalho	Casamento	Estudo	Outros motivos	Sem informação (*3)
Sul BA	87	67%	33%	2.1	29	48%	14%	17%	21%	3%
Sertão CE	306	70%	29%	3.0	91	58%	33%	9%	12%	7%
Entorno DF	237	67%	32%	2.0	78	38%	19%	37%	9%	3%
Sudeste PA	366	61%	38%	2.5	141	27%	50%	23%	23%	4%
Oeste SC	185	77%	23%	2.2	42	52%	45%	14%	5%	2%
Zona Cana NE	387	84%	16%	2.1	63	43%	25%	3%	30%	5%
Total geral	1.568	72%	28%	2.4	444	41%	35%	18%	17%	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) As porcentagens foram feitas em relação ao número de lotes que perderam pessoas. Quando havia mais de um motivo alegado, computou-se cada motivo separadamente, por isso a soma das porcentagens pode ser maior que 100%.

(*2) Considerando-se apenas o total de lotes COM saídas de pessoas.

(*3) Faltou, recusa ou não sabia

Em termos gerais, as principais razões da saída de membros do grupo doméstico estão relacionadas à procura de trabalho fora do lote (41 % dos casos), ao casamento (35 %), ao estudo (18 %) e, em menor proporção, a uma variedade de situações como morte, conflitos familiares, doenças etc. A saída em busca de emprego é uma alternativa muitas vezes vivida, pelos trabalhadores, como transitória, até tentarem conseguir uma parcela de terra. A presença de várias famílias nucleares dentro do lote, por outra parte, pode ser vista, sob certas circunstâncias, como uma estratégia de tornar o lote um ponto de partida para estabelecer, ao longo do tempo, o conjunto de seus membros como assentados, seja no próprio assentamento, ocupando lotes que possam vir a ficar vagos, seja, ainda, saindo para ocupar terras em outros lugares, às vezes intercalando essa trajetória com o trabalho temporário fora do lote.

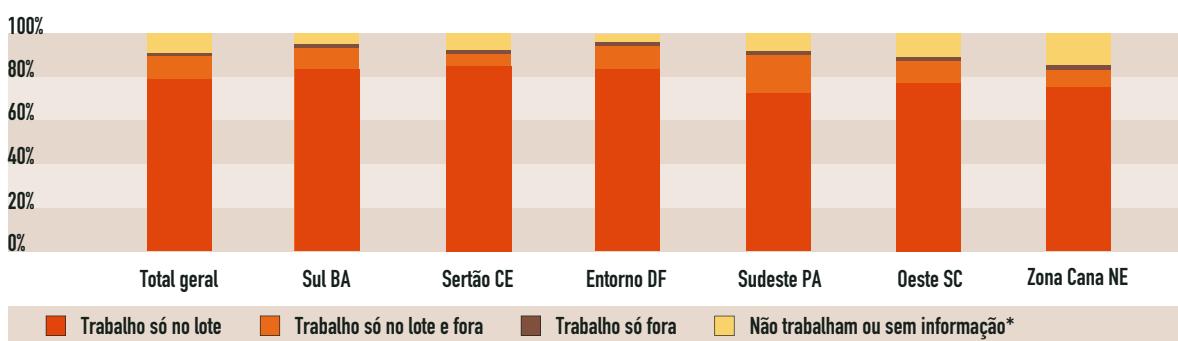
Trabalho e geração de emprego

Como já vimos, a população assentada nas áreas pesquisadas é originária basicamente do próprio município ou municípios vizinhos, os responsáveis pelos lotes têm baixa escolaridade e enfrentavam em momento anterior uma instável inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, em função do precário acesso à terra. Uma vez assentada, torna-se possível para essa população centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento econômico no próprio lote, associando às atividades aí desenvolvidas várias outras, muitas delas também relacionadas com a existência do assentamento³.

O trabalho no lote é predominantemente familiar, e a maior parte dos membros da família declarou trabalhar basicamente no lote. Segundo as declarações dos assentados, do total da população maior de 14 anos nos projetos pesquisados, 79% trabalhavam somente no lote, 11% no lote e também fora do lote, 1% somente fora do lote e 9% declararam não trabalhar, com pouca variação entre as *manchas*. Ou seja, 90% dos assentados maiores de 14 anos trabalhavam ou ajudavam no lote, numa média de três pessoas por lote, sendo 2,6 ocupadas exclusivamente neste e 0,4 no lote e também fora dele, indicando que os assentamentos possuem um potencial significativo de geração de emprego⁴.

Vale aqui a ressalva de que é muito provável que haja uma subdeclaração dos dados de trabalho fora do lote uma vez que, no geral, os assentados ficam temerosos de revelar sua inserção em outros tipos de trabalho, visto que esse procedimento é condenado tanto pelo Incra como pelos agentes de representação e mediação (sindicatos, MST, Igreja).

Gráfico 4.15 Trabalho no lote e fora do lote (em % da população assentada com mais de 14 anos)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela 4.4, a seguir.

(*) Total de moradores nos lotes, excluindo aqueles menores de 14 anos. "Não trabalham ou sem informação" inclui os que declararam não trabalhar e as pessoas sem informação sobre trabalho ou sobre idade. No caso das pessoas sem informação sobre idade, foram deixados como "sem informação" os filhos e outros parentes, e contabilizados aqueles que eram responsável, cônjuge ou genro/hora (que provavelmente têm mais de 14 anos).

Tabela 4.4 Trabalho no lote e fora do lote pela população maior de 14 anos que vive nos assentamentos (em % dos que vivem no lote e número médio de pessoas que trabalham por família)*

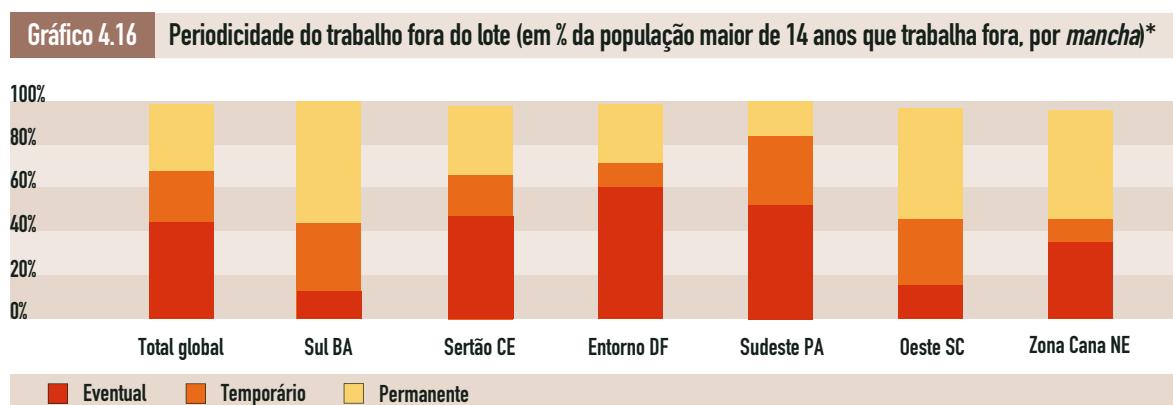
Mancha	Trabalho só no lote		Trabalho no lote e fora		Trabalho só fora do lote	
	Pessoas maiores de 14 anos	Nº médio por família	Pessoas maiores de 14 anos	Nº médio por família	Pessoas maiores de 14 anos	Nº médio por família
Sul BA	84%	3,0	10%	0,4	1%	0,0
Sertão CE	85%	2,8	6%	0,2	1%	0,0
Entorno DF	84%	2,6	11%	0,3	1%	0,0
Sudeste PA	72%	2,4	18%	0,6	2%	0,1
Oeste SC	77%	2,4	11%	0,3	1%	0,0
Zona Cana NE	76%	2,7	8%	0,3	2%	0,1
Total global	79%	2,6	11%	0,4	1%	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Exclui as pessoas que vivem nos lotes e têm menos de 14 anos. No caso das pessoas sem informação sobre idade, não foram contabilizados aqueles que eram filhos/outros parentes e foram contabilizados aqueles que eram responsável, cônjuge ou genro/hora (que provavelmente têm mais de 14 anos).

Os trabalhos fora do lote têm predominantemente caráter eventual ou temporário, com variações entre as *manchas*. Vemos no Gráfico 4.16 que, dos 12% da população em idade de trabalho (mais de 14 anos) que fazia algum trabalho fora do lote⁵, 44% o fazia em caráter eventual, 24% em caráter temporário e 31% de modo permanente. As maiores concentrações

de trabalho permanente fora do lote apareceram no Sul da Bahia, no Oeste catarinense e na Zona Canavieira do Nordeste (56 %, 51 % e 50 %, respectivamente). No entanto, no Oeste catarinense este índice foi influenciado pelo assentamento Tracutinga, no qual todos os assentados declararam trabalhar permanentemente “fora do lote”, já que o assentamento é considerado como uma única unidade de produção e não é loteado: todo o trabalho é feito de forma coletiva, através da divisão de tarefas entre os assentados, em caráter permanente. No Sul da Bahia, no Sudeste do Pará e em Santa Catarina, é relevante o número dos que trabalhavam em caráter temporário (32 %, 31 % e 31 %, respectivamente). O trabalho eventual ganha mais importância no Entorno do Distrito Federal (60 %), no Sudeste do Pará (53 %) e no Ceará (47 %), *manchas* onde provavelmente o trabalho no lote é o principal para cerca de dois terços da população que trabalha no lote e fora dele.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados Tabela A4.14, no Anexo 2.

(*) Porcentagens em relação ao total de pessoas maiores de 14 anos que declarou trabalhar fora do lote. Inclui as pessoas que trabalham somente fora do lote ou no lote e fora dele. Inclui trocas de dias e trabalhos sem remuneração, bem como trabalhos prestados para associações e cooperativas, ou trabalhos em áreas coletivas. A diferença para 100% refere-se às pessoas sem informação sobre periodicidade do trabalho fora.

Quando se considera a atividade desempenhada fora do lote, verifica-se que entre aqueles que trabalham fora a grande maioria é assalariado rural (57 %), com algumas variações regionais importantes: no Sul da Bahia esse índice é de 38 % e na Zona da Mata é de 40 %, ao passo que em regiões como o Entorno do Distrito Federal e o Sudeste do Pará é de 72 % e 65 %, respectivamente. Nas demais *manchas*, varia em torno da média geral. No caso do Sul da Bahia e da Zona da Mata, é importante também o trabalho assalariado não agrícola, urbano ou rural (38 % e 32 %, respectivamente). O trabalho coletivo (mutirão, troca de dias, grupos coletivos) é pouco freqüente, oscilando entre 2 % e 18 %, não se registrando ocorrências no Sul da Bahia e nem no Entorno do Distrito Federal. No entanto, ele chega a 60 % no Extremo-oeste catarinense, índice este bastante influenciado pelo assentamento Tracutinga, referido anteriormente, que é inteiramente coletivo. Já na *mancha* do Sudeste do Pará, os 13 % de trabalho coletivo indicado referem-se principalmente a trocas de dias de trabalho e mutirões entre os assentados, que em geral não envolvem remuneração. O trabalho autônomo urbano ou rural não agrícola aparece também significativamente no Sul da Bahia (18 %), não chegando a 10 % em nenhuma das outras *manchas*. É pouco relevante o trabalho sob a forma de parceria, arrendamento ou como membro não remunerado da família.

Vemos então que para uma parcela significativa da população que trabalha fora, o trabalho no lote é com certeza o mais significativo, sendo o trabalho fora, na maior parte das vezes, assalariamento rural temporário ou eventual (provavelmente precário e instável),

Tabela 4.5 Tipo de trabalho fora do lote, em % da população maior de 14 anos que trabalha fora, por <i>mancha</i> (*1)						
<i>Mancha</i>	Assalariado rural	Assalariado urbano (*2)	Trabalho coletivo (*3)	Trabalhador autônomo urbano (*4)	Parceiro/Arrendatário/MNRF (*5)	Outros + sem informação tipo trabalho
Sul BA	38%	38%	0%	18%	0%	6%
Sertão CE	60%	17%	10%	9%	0%	4%
Entorno DF	72%	22%	0%	3%	0%	2%
Sudeste PA	65%	10%	13%	9%	2%	1%
Oeste SC	49%	24%	18%	3%	3%	3%
Zona Cana NE	40%	32%	4%	9%	4%	12%
Total global	57%	20%	9%	8%	2%	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A4.14*, no Anexo 2.

(*1) Exclui menores de 14 anos e filhos/outros parentes sem informação de idade. Inclui responsável, cônjuge ou genro/nora sem informação de idade (provavelmente têm mais de 14 anos). Inclui tanto as pessoas que trabalham só fora do lote quanto as que trabalham no lote e também fora do lote.

(*2) Inclui ocupações em atividades não agrícolas dentro do assentamento, como por exemplo professores, serventes das escolas, agentes de saúde etc (que acabaram sendo classificados como “urbanos”).

(*3) Inclui troca de dias, mutriões (trabalhos sem remuneração), bem como trabalhos prestados para associações e cooperativas de assentados.

(*4) Inclui trabalhadores rurais não agrícolas ocupados dentro do assentamento (construção de estradas, escolas, poços, casas, transporte etc).

(*5) Esta coluna somou parceiros, arrendatários e membros não remunerados da família.

indicando, por um lado, que o lote é insuficiente para manter o sustento de todos os que nele vivem. Por outro lado, indica que a maior parte da população assentada que declarou trabalhar no lote e também fora do lote tem no trabalho do lote a sua principal ocupação. Neste sentido, se somarmos a população que trabalha somente no lote com aquela que trabalha no lote e também fora dele, vemos que 89% da população maior de 14 anos que vive nos assentamentos trabalham no lote, com um número médio de três pessoas ocupadas por lote, com poucas variações entre as *manchas*.

A *mancha* do Sul da Bahia é ao mesmo tempo aquela com maior número de pessoas ocupadas por lote e aquela com maior número de pessoas trabalhando fora do lote. É também a *mancha* com maior número de trabalhos permanentes e de trabalhos urbanos fora do lote. Se levarmos em conta que esta é a *mancha* com maior número de lotes abrigando outros parentes além da família nuclear, é possível supor que este é um dos casos onde o lote está servindo de amparo a parentes com inserção insuficiente e precária no mercado de trabalho, jogando um papel fundamental na reprodução de um conjunto de pessoas mais amplo que a família nuclear, embora somente a renda do lote não possibilite o sustento de todo o grupo familiar que ali vive.

Se incluirmos nos cálculos também a população menor de 14 anos que declarou trabalhar ou ajudar no lote, sobe para 3,6 o número médio de pessoas empregadas por lote nos assentamentos pesquisados.

É interessante observar no *Gráfico 4.7* que, dos 12% que trabalhavam fora do lote, mais da metade (56%) exercia atividades dentro do próprio assentamento, seja para outros assentados, seja em serviços em áreas comuns. Cabe ressaltar que parte dos trabalhos gerados pelos assentamentos refere-se a atividades não agrícolas (construção de estradas e infra-estrutura coletiva, professora, merendeira, agente de saúde etc.). Entre aqueles que trabalham fora do lote mas dentro do assentamento, 17% se ocupam de atividades não agrícolas. No entanto, na *mancha* do Sul da Bahia as ocupações não agrícolas dentro do assentamento absorvem 80% dos que trabalham fora do lote mas dentro do assentamento. Nas demais *manchas* este número gira mais ou menos em torno da média (ver *Tabela A4.17*, no Anexo 2)⁶. É bastante comum também o assalariamento rural dentro de outros lotes no assentamento,

Tabela 4.6 Pessoas que trabalham nos lotes – todas as idades e maiores de 14 anos, em% do total e número médio por lote (*1)			
<i>Mancha</i>	Total maiores de 14 anos que trabalham(*2)	Nº médio de maiores de 14 anos ocupados por lote	Nº médio de pessoas ocupadas por lote, incluindo os menores de 14 anos que trabalham/ajudam(*3)
Sul BA	95%	3,4	4,2
Sertão CE	91%	3,0	3,8
Entorno DF	94%	3,0	3,5
Sudeste PA	91%	3,0	3,6
Oeste SC	88%	2,7	3,2
Zona Cana NE	84%	3,0	3,5
Total global	89%	3,0	3,6

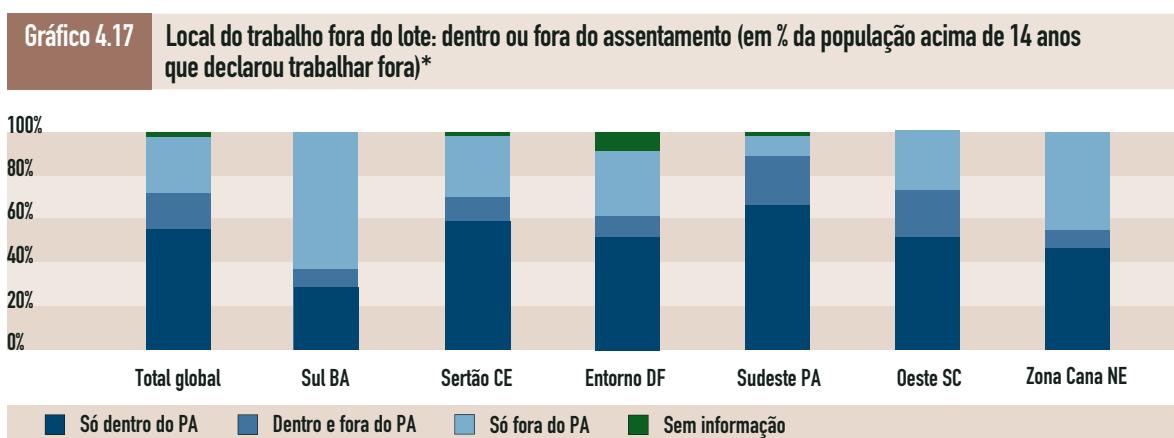
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados completos na *Tabela A4.16*, no Anexo 2.

(*1) Inclui pessoas que trabalham somente no lote, ou no lote e fora do lote.

(*2) Exclui menores de 14 anos e sem informação. Inclui as pessoas sem informação de idade que são responsável, cônjuge ou genro/hora (provavelmente maiores de 14 anos).

(*3) Inclui no cálculo o número total de pessoas que declararam trabalhar no lote, inclusive os menores de 14 anos e os sem informação sobre idade.

que envolve 62 % das pessoas que trabalham fora do lote/dentro do assentamento, chegando a 89 % no Entorno do DF (*Tabela A4.17*, no Anexo 2). Possivelmente este dado refere-se a trabalho eventual em outros lotes, em momentos de maior demanda de trabalho, como colheita, por exemplo, podendo ainda se referir a limpeza de pasto⁷. Percebe-se portanto que, uma vez inserida em um projeto de assentamento, a população assentada encontra ocupações não somente no lote, mas também fora dele.



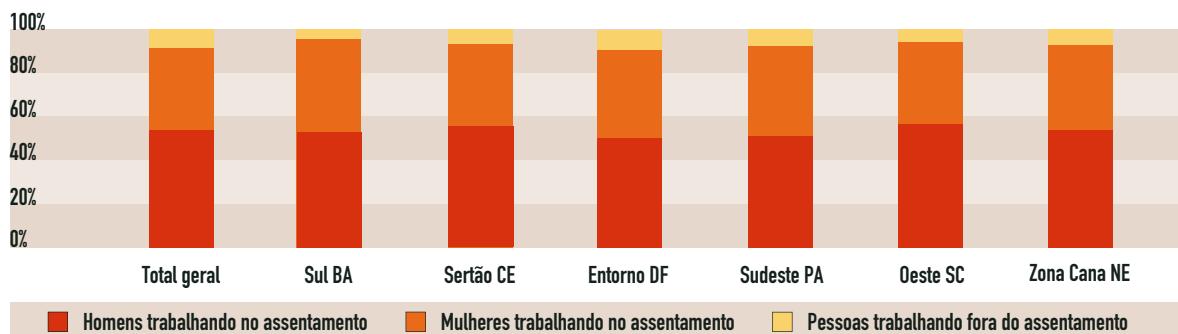
Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários

(*) A porcentagem está feita somente em cima dos 13% que declararam trabalhar só fora do lote ou no lote e fora dele.

Assim, se somarmos aos 80 % que afirmaram trabalhar no lote, aqueles que trabalham fora do lote, mas dentro do assentamento, vemos que os projetos de assentamento absorvem o trabalho de cerca de 94 % da população assentada acima de 14 anos, sendo apenas pouco mais da metade de homens, com poucas variações entre as *manchas*. As mulheres representam 43 % das pessoas com mais de 14 anos que trabalham nos lotes, indicando sua ativa participação nas diferentes tarefas dentro do assentamento.

Se considerarmos a população assentada que vive e trabalha dentro dos assentamentos estudados, seja nos lotes seja em outras atividades, e se fizermos uma extração dos dados da amostra para o conjunto dos assentamentos criados entre 1985 e 1997 nos municí-

Gráfico 4.18 Sexo da população assentada com mais de 14 anos que trabalha dentro dos projetos de assentamento (em atividades agrícolas e não agrícolas, dentro e fora dos lotes)*



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver informações mais completas na Tabela A4.18, no Anexo 2.

* As porcentagens foram tiradas em relação ao total de população acima de 14 anos. No caso das pessoas que trabalham fora, não foi feita a desagregação por sexo.

pios das *manchas*, verificamos que 45.898 pessoas maiores de 14 anos trabalham nos assentamentos dos municípios estudados. Estes números indicam os assentamentos como importantes geradores de emprego.

Tabela 4.7 Estimativa do total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas somente dentro dos assentamentos (em atividades agrícolas ou não agrícolas, dentro ou fora dos lotes), nos municípios estudados, em número de pessoas (*1)

Mancha	Estimativa do total de pessoas com mais de 14 anos que trabalham (*2)	Estimativa do número total de pessoas ocupadas somente dentro dos assentamentos
Sul BA	2.488,90	2.286,40
Sertão CE	9.232,20	8.938,20
Entorno DF	7.196,50	6.759,40
Sudeste PA	10.241,20	9.370,40
Oeste SC	4.977,40	4.646,20
Zona Cana NE	11.705,70	11.029,80
Total global	45.897,70	43.054,70

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários e Incra (Nº total de famílias assentadas). Ver Tabela A4.18, no Anexo 2.

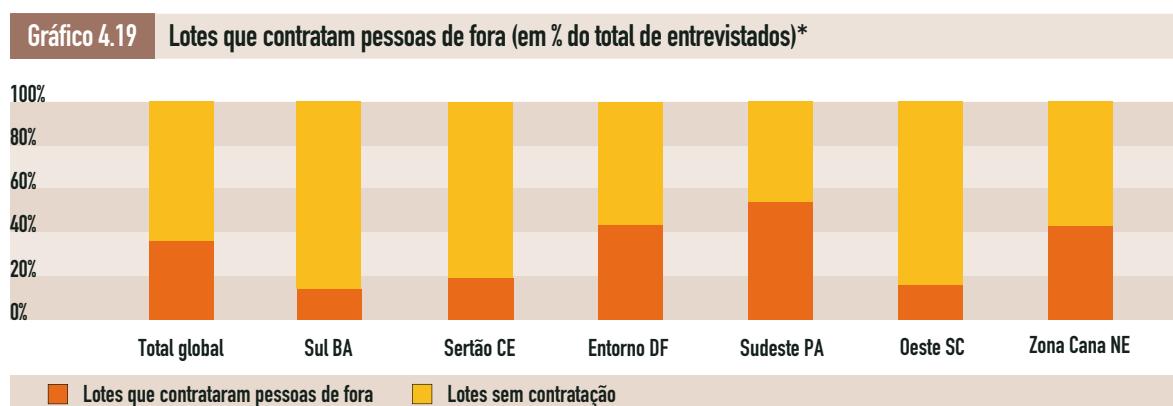
(*1) Utilizamos para os cálculos da estimativa o número total de famílias assentadas nos municípios da amostra, segundo dados da listagem do Incra, incluindo todos os assentamentos criados entre 1985 e 1997.

(*2) Inclui todos os tipos de trabalho.

Além de gerar empregos para a família, conforme vimos anteriormente, os lotes também geram trabalho para outras pessoas. Quando se considera a contratação de trabalho pelos assentados, verificamos, no Gráfico 4.19, que, no total, 36% dos lotes pesquisados contratam pessoas de fora. Neste caso, não foram levantados pela pesquisa os dados sobre a origem das pessoas contratadas, que podem ser tanto outros assentados quanto pessoas de fora do assentamento. Os índices mais baixos de contratação aparecem nas *manchas* do Sul da Bahia (14%), Oeste de Santa Catarina (16%) e Ceará (18%). No Entorno do Distrito Federal e na Zona Canavieira, 43% dos lotes contratam. Com relação ao tempo de contratação de trabalhadores pelos assentados, na Bahia aparecem os índices mais elevados, havendo apenas um município em que ele é inferior a um mês (Una). Somente nessa *mancha* encontramos tempos de contratação superiores a seis meses (nos municípios de Arataca e Santa Luzia). Com tempo de contratação entre um e três meses estão os municípios de Madalena e Santa

Quitéria, no Ceará; Buritis, no Entorno do Distrito Federal; Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia, no Sudeste do Pará; Areia no Brejo, Cruz do Espírito Santo e Pedras de Fogo, na Zona da Mata paraibana; Abreu e Lima, Água Preta e Igarassu, na Mata de Pernambuco.

O Sudeste do Pará é a região pesquisada com maior índice de contratação: 54% dos lotes (uma parte destes se refere, como vimos, a trocas de dias e trabalhos em mutirão)⁸. Em Conceição do Araguaia, a proporção dos agricultores que contratam trabalho externo é de 59,1%, com uma média de 59 homens-dia por ano e tempo médio de 28 dias úteis ou 1,1 mês de trabalho por pessoa contratada. Já em Floresta do Araguaia, a proporção de assentados que declararam usar mão-de-obra externa foi bastante inferior (32,4%), porém com tempo médio de contratação bastante superior (110 homens-dia por ano, com mediana de 98 homens-dia por ano) e período médio de trabalho por pessoa também significativamente mais elevado (49 dias úteis ou dois meses por pessoa). Nessa região, em média, são contratadas duas pessoas por lote, principalmente no momento de abertura de novas áreas (desmatamento), colheita de arroz, limpeza de pastagens (eliminação de ervas daninhas) e preparação de aceiros (faixas de proteção de cercas e matas para a realização de queimadas). No caso de Floresta do Araguaia, a diferenciação do perfil de uso de mão-de-obra está associada, possivelmente, à importância da cultura do abacaxi, que demanda grande volume de mão-de-obra em diferentes etapas do ciclo (plantio, limpeza, aplicação de indutor da inflorescência, colheita).



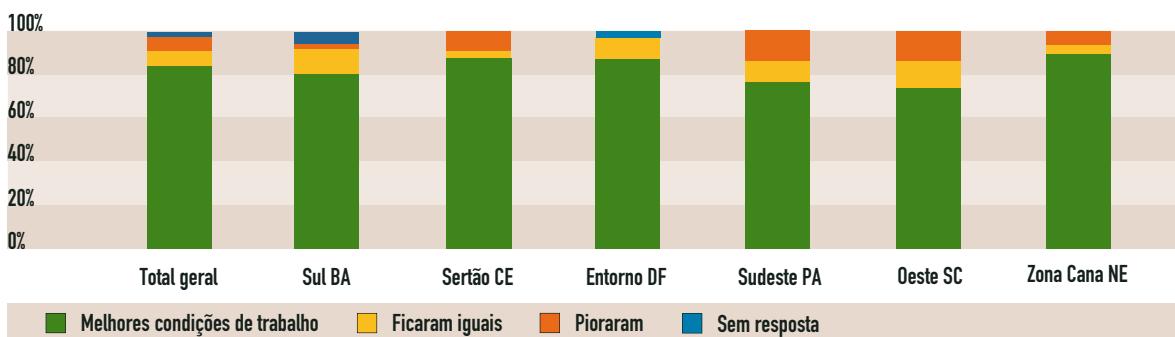
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Dados relativos à safra 1998/99. Inclui atividades de ajuda mútua que não envolvem remuneração, que aparecem sobretudo no Sudeste do Pará.

Ainda no caso do Sudeste do Pará, o trabalho externo é uma fonte de renda importante para as famílias em determinados períodos, não apenas nos lotes de outros agricultores, mas também nas fazendas vizinhas, em atividades de conservação de pastagens e de construção e manutenção de cercas e outras instalações. Deve-se destacar que, no caso de trabalho em lotes de outros agricultores, uma proporção significativa não implica remuneração monetária, mas sim troca de dias. Nessa *mancha*, agricultores que têm maiores áreas de pastagem e maior rebanho tendem a absorver mais mão-de-obra, o que explica a grande desigualdade no tempo de trabalho num município como Conceição do Araguaia, acentuando a tendência de diferenciação entre os agricultores (os que têm mais gado tornam-se “empregadores” ou absorvedores de mão-de-obra de vizinhos menos capitalizados). No caso da cultura do abacaxi, em particular, os entrevistados relatam a criação de um mercado de trabalho de grande importância para a economia do município de Floresta do Araguaia. Relata-se, inclusive, a constituição de atividades com certo nível de especialização (como a colheita e a montagem das cargas nos caminhões), cuja remuneração é bastante superior à diária convencional.

A avaliação dos assentados quanto às suas condições de trabalho atuais é bastante positiva. No total da amostra, 84 % dos entrevistados consideram que houve melhoras, conforme se pode verificar no Gráfico 4.20. Os índices mais baixos aparecem no Sudeste do Pará (77 %) e em Santa Catarina (74 %). É no Oeste de Santa Catarina que aparecem os maiores índices de percepção de piora (13 %). Nos dois casos, a média é influenciada por assentados de projetos específicos: o 15 de Novembro em Abelardo Luz, em que 33 % dos entrevistados consideram que houve piora em sua situação, e o Jacutinga, em que 50 % dos assentados apontam pioras. Índices relativamente altos de avaliação de piora também aparecem na Bahia (12 %, fortemente influenciado por Itacaré) e no Entorno do Distrito Federal (9 %, também fortemente influenciado pela situação de um projeto, o Santa Cruz, em Formosa). Os índices de resposta afirmando que não houve mudança nas condições de trabalho são mais significativos no Oeste catarinense (12 %), no Sudeste do Pará (12 %) e no Sertão do Ceará (9 %).

Gráfico 4.20 Avaliação das condições de trabalho atual em relação à situação anterior ao assentamento (em % dos entrevistados que trabalhavam anteriormente na agricultura)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Responderam a esta questão apenas aqueles assentados que já haviam trabalhado anteriormente na agricultura.

Quando nos voltamos para a razão da melhora, verificamos altos índices de resposta (83 % dos que responderam) concentrados em uma série de argumentos que podemos agrregar em torno do tema “acesso à propriedade da terra”, o que envolve melhoria da renda (não pagamento da renda da terra, aumento do lucro, não ter que dar parte da produção para ninguém) e liberdade (foram freqüentes as respostas relacionadas a deixar de ser escravo/cativo, trabalho permanente para si e para a família, mais tempo livre, menor exploração). Parcela dos entrevistados (10 %) relacionou o acesso à terra a melhorias na produção (produção maior e mais diversificada, possibilidade de poder criar animais, produção de alimentos, possibilidade de vender a produção). Além do acesso à terra, a melhora também foi relacionada pelos assentados à possibilidade de obtenção de financiamentos (9 %), acesso a tecnologia (8 %), melhores condições de infra-estrutura (2 %), tais como casa, eletricidade, escola, transporte etc, e melhoria das condições de vida em geral (4 %).

Entre os que disseram que houve piora (7 % do total), grande parte das razões concentra-se na falta de condições de produção (39 %), seguida pela ausência de recursos (35 %), falta de condições de trabalho (16 %) e problemas de saúde (15 %). Na *mancha* do Oeste de Santa Catarina, a piora é predominantemente atribuída à falta de condições de produção (73 %). A falta de recursos é também freqüentemente apontada nas *manchas* do Ceará e da Zona Canavieira Nordestina (50 %), no Entorno do Distrito Federal (45 %) e no

Mancha	Razões da melhora das condições de trabalho										
	Total entrevistas respondidas (*)	Terra melhorou renda (*a)	Terra melhorou trabalho (*b)	Terra melhorou produção (*c)	Subtotal terra (a+b+c)	Acesso a financiamento (*d)	Condições trabalho (tecnologia) (*e)	Infra-estrutura (*f)	Condições de vida em geral (*g)	Outros (*h)	Sem informação
Sul BA	82	18%	56%	0%	74%	0%	5%	2%	5%	0%	12%
Sertão CE	303	35%	41%	10%	85%	15%	7%	2%	5%	1%	2%
Entorno DF	231	23%	59%	2%	84%	5%	6%	2%	6%	0%	5%
Sudeste PA	356	32%	36%	18%	85%	4%	3%	3%	4%	0%	4%
Oeste SC	171	24%	9%	25%	58%	6%	20%	1%	1%	0%	9%
Zona Cana NE	379	32%	53%	4%	90%	13%	10%	2%	5%	0%	3%
Total global	1.522	30%	43%	10%	83%	9%	8%	2%	4%	0%	5%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Responderam a esta questão apenas aqueles assentados que já haviam trabalhado anteriormente na agricultura, pois a questão refere-se a uma comparação entre as condições de trabalho atual e anterior.

(a) Propriedade da terra sem especificações ou propriedade da terra trouxe melhorias relativas na renda (não pagamento da renda da terra, lucro aumentou, tudo o que produz fica para si mesmo).

(b) Propriedade da terra trouxe melhorias no trabalho (mais liberdade, não depende mais de relações de submissão, trabalha para si, trabalha menos, tem trabalho mais permanente, trabalho para a família, menor exploração do trabalho, mais tempo livre, deixou de ser cativeiro, deixou de ser escravo).

(c) Propriedade da terra trouxe melhorias na produção (produz mais, mais diversificado, pode criar animais, planta para a subsistência, produz seus alimentos, terra é melhor ou maior, tem possibilidade de criar animais, vende a produção).

(d) Tem acesso a financiamento (tem crédito, governo ajuda, tem incentivo).

(e) Melhoraram as condições de trabalho (tem acesso a máquinas/trator, equipamentos, instrumentos, instalações, trabalho é menos árduo, tecnologia, programação de atividades, trabalho conjunto, trabalharam juntos, trabalho de forma associada).

(f) Melhorias na infra-estrutura da família e produção (tem casa, eletricidade, transporte, mais perto da cidade, estradas, tem estradas para escoar a produção, tem acesso à escola, acesso à cidade).

(g) Melhorias na condições de vida em geral, nas perspectivas de futuro (vida melhor, mais fácil, possibilidade de crescer, de melhorar, mais segurança, mais tranquilidade, casa, alimento).

(h) Outros (organização, associação, trabalho coletivo, assistência técnica).

Sudeste do Pará (37 %). Esses dados indicam que, para uma parcela dos assentados, a nova condição implicou reversão de expectativas em termos de melhoria de condições de vida.

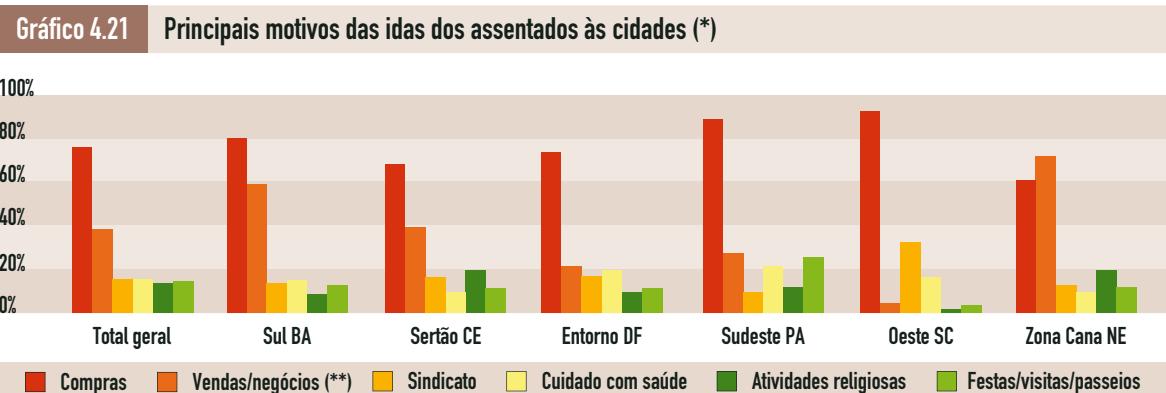
Esse é o mesmo tipo de razão para os que afirmam que as condições permaneceram iguais (7 % do total). Entre eles, a falta de condições de produção aparece em 70 % das respostas na *mancha* do Oeste de Santa Catarina, em 42 % na Zona Canavieira do Nordeste, em 38 % no Ceará e em 20 % no Sudeste do Pará. A falta de recursos aparece em 100 % das respostas no Entorno do Distrito Federal, em 42 % na Zona Canavieira, em 27 % no Ceará e em 23 % no Sudeste do Pará. A falta de condições de trabalho é uma resposta relativamente relevante no Sul da Bahia (50 %), no Sudeste do Pará (32 %), no Oeste de Santa Catarina (20 %) e no Ceará (19 %). A ênfase na falta de recursos é bastante reveladora da quebra das expectativas em relação a apoio de políticas públicas que se criaram com o assentamento.

Relação com a cidade e participação política

O acesso à terra possibilita aos assentados construírem e ocuparem novos espaços sociais também fora dos assentamentos, com reflexos sobre os centros urbanos dos municípios onde se localizam. É nesses espaços que se exprime a nova identidade desses trabalhadores como grupo social.

Os assentados vão freqüentemente às cidades, sendo as principais motivações destas idas as compras da casa (declaradas por 80 % dos entrevistados) e a venda de produtos (40 % dos entrevistados)⁹. Outros motivos que levam os assentados aos centros urbanos e que aparecem com maior relevância são a busca de serviços de saúde, a ida ao sindicato e a

participação em eventos religiosos (cultos, celebrações, missas) e motivos de lazer, todos declarados por cerca de 15 % dos entrevistados no total das *manchas*. Há variações entre as *manchas* e mesmo entre os projetos, provavelmente influenciadas pelas condições de infra-estrutura existentes nos assentamentos, pela distância em relação às cidades e pelos meios de transporte disponíveis, entre outros fatores. Mas de uma forma geral as tendências são semelhantes. Vale ressaltar que as dificuldades e os custos de deslocamento fazem com que os assentados aproveitem as idas às cidades para a realização de um conjunto de atividades, às vezes associadas entre si, conforme veremos. Em todos os casos, a relação com a cidade é sempre intensa e importante, tendo consequências sobre os centros urbanos mais próximos do assentamento (em geral as sedes dos municípios). Tais consequências tendem a ser maiores nos pequenos municípios e naqueles com maior concentração de famílias assentadas.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A4.19, no Anexo 2.

(*) A resposta a esta questão comportava múltiplas respostas (ou seja, os assentados vão à cidade por mais de uma razão) e cada alternativa foi computada separadamente, de forma que a soma das porcentagens não corresponde a 100%. Foram incluídos no gráfico apenas aqueles com respostas acima de 5% no total geral. A tabela no anexo traz um maior detalhamento, apresentando separadamente festas, visitas e passeios, pagamento de contas, recebimento aposentadoria, reuniões, escola.

(**) Vendas/Negócios: inclui feira e tudo que se refere à negociação de produtos do lote.

Podemos notar que há variações entre as *manchas*, especialmente no que se refere à compra e venda de produtos, sendo os dois extremos o Oeste de Santa Catarina e a Zona Canavieira do Nordeste. No Oeste catarinense, a principal motivação de ida à cidade é o abastecimento das famílias residentes nos assentamentos, sendo pouco significativa a ida para a venda da produção (4%). Esta é a única *mancha* onde a venda de produtos não aparece entre as duas principais motivações de ida à cidade. No extremo oposto, na Zona Canavieira nordestina, a principal motivação é a venda dos produtos, sendo a única *mancha* onde esta é mais significativa do que as compras e também a *mancha* onde as compras aparecem com menor freqüência como motivação de ida à cidade (77%). As diferenças significativas entre as *manchas*, no caso da ida à cidade para a venda de produtos do lote, estão relacionadas com os tipos de produtos produzidos pelos assentados e, principalmente, com as formas de comercialização da produção predominantes em cada local. Nem sempre a venda da produção supõe o deslocamento dos assentados até os centros urbanos, pois em muitos casos são os atravessadores, comerciantes ou mesmo representantes das cooperativas que se deslocam até os assentamentos à procura da produção dos assentados. No entanto, embora uma ou outra razão seja em alguns momentos a motivação principal para a ida às cidades, as informações qualitativas indicam que existe em geral uma associação entre as duas coisas: muitas vezes com o dinheiro obtido na venda dos produtos na cidade, os assentados já fazem as compras necessárias antes de retornar ao assentamento.

A ida à cidade para eventos religiosos aparece como importante e tende a ser mais reduzida nos projetos onde há maior número de capelas e igrejas construídas no interior dos assentamentos. Um exemplo é a *mancha* do Oeste de Santa Catarina, onde, como vimos anteriormente (Gráfico 4.7), os espaços religiosos são apontados por dois terços dos assentados como espaços de encontro, mas estão localizados nos assentamentos, já que aparecem poucas referências de ida à cidade por este motivo.

A sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi tradicionalmente e continua a ser, juntamente com a feira, o local onde os trabalhadores rurais se reúnem e se identificam dentro da cidade. Podemos dizer que parte dos trabalhadores considera o sindicato como sendo sua casa nesse espaço. Os trabalhadores cada vez que se deslocam à cidade, independentemente da necessidade de a ele acudir para resolver problemas, vão ao sindicato, que é um espaço de sociabilidade, onde os trabalhadores rurais assentados marcam encontros, deixam recados, depositam as compras que realizam, enfim um ponto de referência central dentro da cidade.

A necessidade de deslocamento à cidade para tratar da saúde revela em vários casos a escassez de serviços existentes nos assentamentos. Assim, por exemplo, em alguns municípios do Sul da Bahia e em um dos municípios do Entorno do Distrito Federal, a ida à cidade para tratamento de saúde envolve 50 % dos entrevistados.

Vemos que não é muito alta a porcentagem dos que vão à cidade para festas (7 %), visitas a amigos e/ou parentes (6 %) e passeios (2 %), mas uma vez apontando para o fato de que a vida social dos assentados se dá fundamentalmente nos assentamentos.

Embora em todos os casos essa relação dos assentados com a cidade possa trazer consequências para a vida da mesma (por exemplo com o aumento da pressão sobre o sistema de saúde, entre outros), um aspecto onde estas consequências parecem especialmente significativas refere-se à compra e venda de produtos, justamente as duas principais motivações que levam os assentados à cidade. Assim, um dos impactos mais evidentes provocados pelos assentamentos nas áreas urbanas vizinhas tem sido o crescimento das feiras e do movimento no comércio. Embora a comercialização da produção vá ser tratada num item específico, adiantaremos aqui algumas questões relacionadas sobretudo com impactos sociais dessa relação dos assentados com as cidades.

A Zona da Mata nordestina é a *mancha* onde o impacto dos assentamentos nas feiras parece assumir um maior significado social e econômico. Nesta *mancha* os assentamentos têm contribuído para uma revitalização das feiras, não só aumentando a oferta de produtos (que será tratada na parte de comercialização), mas também seu tamanho e sua freqüência. Por exemplo, em Goiana-PE a feira se expandiu, alcançando novas ruas. Em Alhandra-PB e em Igarassu-PE, aumentou a sua periodicidade. Em Igarassu, as feiras ocorriam nas sextas-feiras, sábados e domingos, e depois da presença dos assentados passaram a funcionar diariamente.

Um outro exemplo é o município de Pedras de Fogo-PB. Neste município, além do instrumental utilizado normalmente na pesquisa, foram feitas 45 entrevistas junto a comerciantes, feirantes e consumidores da cidade. Destes entrevistados, 40 consideram que a instalação dos assentamentos no município e na vizinhança foi responsável pela dinamização do comércio local, com destaque para a feira livre. Apontam, ainda, o aumento do número de lojas e até mesmo da oferta de emprego, como podemos perceber a partir dos depoimentos. Por exemplo, segundo uma proprietária de loja especializada em calçados, confecções e miudezas: “Com a criação dos assentamentos, o comércio da cidade melhorou. Esse pessoal com dinheiro compra diretamente em nossas lojas, melhorando o comércio. Depois que eu

cheguei (1999), abriu outras duas lojas. Eles compram diretamente em minha loja e com a criação dos assentamentos a população aumentou e consequentemente meus negócios". Segundo outro comerciante, dono de uma barraca de verduras na feira livre, "com os assentamentos aumentou o número de pessoas comprando, eu tive que colocar duas pessoas para me ajudar porque o movimento aumentou". Essa mesma avaliação é compartilhada pelos consumidores entrevistados na feira. Eles foram unânimes em atribuir à criação dos assentamentos o aumento da oferta de mercadorias, a queda dos preços dos gêneros alimentícios, o crescimento do espaço físico ocupado pela feira e até a melhoria da qualidade dos produtos ofertados.

Para além de sua existência como produtores agrícolas, o reconhecimento dos assentados se estende a outros planos. O proprietário de uma loja de produtos agropecuários de Alhandra-PB considera os impactos também do ponto de vista de justiça social: "O comércio melhorou. A distribuição de renda não ficou em uma só pessoa, agora as pessoas têm direito de plantar e comprar. Se fosse um fazendeiro só, ele só compraria em outro lugar".

Ainda na *mancha* da Zona Canavieira, vale ressaltar que essa dinamização das feiras reflete, além do efeito econômico, um impacto social, seja pela importância das mesmas como espaço de sociabilidade, seja pela especificidade das relações sociais nas quais a comercialização dos produtos se inseria no passado. Nesta região os grandes proprietários, donos de engenhos e usina, estendiam seu controle da propriedade da terra ao processo produtivo e, consequentemente, às formas de comercialização da produção obtida por seus trabalhadores e também por outros agricultores das áreas sob sua influência. E a feira é, para os pequenos agricultores da região, a expressão da sua autonomia (Palmeira, 1976). Por essa razão, o incremento das feiras revela também o peso da presença de produtores livres, liberdade que se exprime no acesso à terra e na autonomia do processo produtivo, dos quais a comercialização é a expressão final. Desse modo, o crescimento das feiras reflete paralelamente uma relativa perda do poder dos grandes proprietários, com o surgimento dos assentados como um novo setor de agricultores independentes¹⁰.

Nas outras *manchas* houve também referências ao crescimento das feiras e à movimentação do comércio como um dos impactos da existência dos assentamentos. No Sudeste do Pará, os dois municípios da *mancha* tiveram reflexos dos assentamentos na feira e no consumo no comércio local, embora mais forte no município de Conceição do Araguaia, que tem maior concentração de assentados. Neste município, a venda direta de produtos na feira é uma atividade importante para a renda dos assentados, o que ocorre principalmente durante os fins de semana. Nessas ocasiões, há uma grande movimentação na feira e no comércio localizado no seu entorno, com o afluxo da população da cidade que busca se abastecer da grande variedade de produtos ali existente, mas também com a população da área rural (em grande parte assentados), que aproveita para fazer suas compras nos estabelecimentos comerciais do entorno da feira. Também foi observada uma grande proliferação de lojas de produtos agropecuários, de roupas, farmácias, supermercados, entre outros, nestas áreas da cidade em torno das feiras e nas ruas de saída para os assentamentos.

Na *mancha* do Sul da Bahia os assentamentos tiveram impactos nas feiras de alguns municípios, como Buerarema, Arataca e Camacan. Em Buerarema os assentados parecem ser importantes no abastecimento da feira, tendo aumentado a oferta e baixado os preços. Segundo um dirigente da associação de assentados deste município: "Quando a gente [os assentados] não vai, não tem feira". Também em Arataca, a prefeitura organizou uma feira para a venda da produção do assentamento.

No Sertão do Ceará e no Entorno do Distrito Federal os assentamentos parecem estar colaborando também para uma maior diversificação das feiras, embora nestes casos seja mais difícil a quantificação do peso dos assentados nas mesmas. Voltaremos a esta questão no próximo capítulo, onde trataremos mais especificamente da comercialização dos produtos.

Outro aspecto importante da relação dos assentamentos com as cidades é o fato de colocarem em evidência a nova identidade destes trabalhadores, o que se reflete na visão que os habitantes das cidades têm a respeito dos assentados e, por consequência, da reforma agrária. Embora não tenhamos dados quantitativos a esse respeito, as entrevistas qualitativas dão uma série de pistas para percebermos esta questão¹¹.

Em todas as *manchas*, a presença dos assentados e dos assentamentos parece dividir a opinião da população, o que não é de se estranhar, dadas as grandes polêmicas envolvidas numa temática como a reforma agrária, ainda mais no contexto das regiões estudadas, onde, conforme vimos, os conflitos em torno da propriedade da terra estão na origem da concentração dos assentamentos. No entanto, os dados indicam uma progressiva mudança nas tendências de percepção dominantes.

Enquanto no momento inicial, de luta pela terra, a população das cidades tende predominantemente a ver com maus olhos “os sem terra”, no momento seguinte parece em geral ganhar espaço uma visão positiva desta nova categoria que surge: “os assentados”, que vai conquistando um reconhecimento social frente a diversos setores da população urbana. A própria desapropriação das áreas pelo Incra já traz uma mudança, na medida em que significa um reconhecimento oficial do direito à terra e uma legitimação da luta e das reivindicações colocadas pelos trabalhadores. No momento imediatamente posterior, a criação oficial dos projetos de assentamento, com o recebimento e a circulação nos municípios dos créditos de instalação, bem como dos recursos federais destinados às obras de infra-estrutura, já traz um impacto significativo na economia local, que é percebido por setores da população (inclusive pelos governantes). E o reconhecimento por parte da população parece crescer ainda mais quando os efeitos dos assentamentos no emprego e na produção começam a aparecer, como os impactos na feira comentados anteriormente. Assim, os assentamentos parecem ir progressivamente ganhando apoio de diferentes setores da população, tais como comerciantes e consumidores, chegando ao reconhecimento também pelas autoridades locais. Sem pretender esgotar o tema, apresentamos a seguir alguns exemplos elucidativos destas questões apontadas.

Na *mancha* do Sul da Bahia são vários os depoimentos que apontam para as mudanças na percepção que a população tem dos assentados. Por exemplo, segundo depoimento de um técnico vinculado ao MST, sobre o município de Arataca:

“Na época de ocupação, o pessoal lá da fazenda [assentamento] não podia nem ir a Arataca. Tinha risco de violência. Para você ter uma idéia, teve um despejo em que a população de Arataca participou. [...] O Movimento [dos Sem Terra] até hoje em alguns locais é tido como um pessoal baderneiro, que bate, que mata, que apronta... a mídia mostra isso o tempo todo. Então o pessoal de Arataca tinha isso, pensava: ‘os sem-terra, não vamos deixar que esse pessoal venha para cá porque senão vão roubar as casas da gente, vão roubar a roça da gente’. Mas depois que passou a ser assentamento, isso melhorou. Quando passaram a conviver juntos (...), passaram a ver que era completamente diferente. E começaram a chegar os projetos [de crédito] e através deles o assentamento assimilava mão-de-obra de fora. Assim os moradores de Arataca passaram a conviver lá dentro. A partir desse momento, eles foram vendo que não era nada daquilo. Tanto é que hoje em dia a relação é boa.”

Na mesma *mancha*, no município de Una, o presidente da associação comenta que: “Antes éramos chamados de invasores. Depois com o apoio do Incra, viram que a coisa era séria. E a divulgação da reforma agrária também melhorou a visão do pessoal”. Outro exemplo, em Buerarema: “Logo no início, por causa da opinião dos fazendeiros sobre os sem-terra, não era muito boa [a relação com a cidade]. Mas hoje temos boa credibilidade no comércio – se é um cheque da Buíque [Projeto de Assentamento] todo mundo aceita – e o pessoal gosta da gente”¹².

Na *mancha* do Sertão do Ceará a situação não parece ser diferente. O depoimento de um comerciante do município de Quixeramobim-CE também indica o grau de hostilidade existente inicialmente com os assentados:

“No início achavam que eram baderneiros e ladrões de terra e hoje percebem que realmente são trabalhadores esforçados e determinados e até se juntam aos assentados em protestos na sede do município de Madalena, quando estes reivindicam frente de emergência em épocas de seca.”

“Antes.... eram muito mal vistos. Quando dizia assim: ‘os assentados estão dentro da cidade’, o comércio já fechava as portas, a polícia já vinha para cá. Hoje a relação mudou. Nessas áreas já têm pessoas que de certa forma contribuem com o desenvolvimento da cidade, na criação e na produção. Já existe uma relação melhor... O comércio em geral já tem respeito por esse pessoal”.

Esse reconhecimento também é percebido na fala das autoridades locais. O secretário de Agricultura do município de Quixeramobim, apesar de marcar em sua fala as desconfianças em relação à capacidade de alguns assentados para o trabalho agrícola, reconhece que os projetos de assentamento mudaram o perfil agrícola municipal e levaram a um aumento da produção agrícola do município, que era anteriormente constituído de grandes latifúndios pouco produtivos ou improdutivos.

Nas *manchas* do Entorno do DF e do Sudeste do Pará os depoimentos são muito semelhantes, e revelam que a presença dos assentamentos motivou uma mudança da visão da população urbana a respeito das ocupações de terra e dos PAs¹³. Segundo um dos informantes (de uma empresa de assistência técnica),

“No início [os ocupantes de terra] eram marginalizado, porque a população só conhecia os fazendeiros e achava que se as fazendas acabassem, o movimento do comércio iria acabar. Mas com isto [os assentamentos] cresceu bastante. E a população tem uma visão positiva. Conceição do Araguaia tem mais carros e novos. Todos os botecos cheios. Isto é de uns 10 anos para cá. Tem uma consciência de que a mudança vem dos assentamentos.”

Um outro entrevistado afirmou que atualmente alguns comerciantes reconhecem que quanto mais recursos entrarem para a reforma agrária, mais dinheiro vai circular na cidade. Por isso, ajudam com contribuições para os acampamentos, manifestações e congressos dos trabalhadores rurais. Outro entrevistado fez uma avaliação mais otimista, afirmando que houve distribuição e melhoria de renda e que diminuíram os problemas sociais.

Esta última percepção – dos assentamentos ajudando a resolver um problema social mais amplo – também permeia vários depoimentos nas diferentes *manchas*. No Entorno do DF aparecem menções ao fato de que os assentamentos começam a ser vistos por setores da população como uma espécie de opção para o desenvolvimento local, que se reflete no

seguinte depoimento: “Antes era contra. Hoje vê o PA como uma luz para a região” (Paracatu-MG). Ou então: “Melhorou muito. Hoje quem não era a favor está doido para entrar na luta” (Unaí-MG). Certamente estas não são as posições predominantes, mas indicam que a criação dos assentamentos passa a ser vista, por setores da população, como uma opção para a criação de empregos, distribuição de renda, aumento da produção. Já foi comentado no início do livro que justamente um dos impactos que a presença dos assentamentos traz é dar concretude à própria possibilidade de existência de assentamentos, o que em muitos casos, sobretudo em contextos de crises da agricultura patronal (como é o caso das *manchas*), tem como desdobramento o surgimento de novos assentamentos, que se dá em grande parte pelo interesse de uma parcela dos trabalhadores rurais em “entrar na luta”, como aparece também num depoimento de Santa Quitéria-CE: “A maioria vê os assentamentos com bons olhos. Existem pessoas que criticam, mas nós já servimos de espelho para outras lutas vizinhas e que também conquistaram suas terras, e hoje são assentados”.

No entanto, também é visível em todas as *manchas* a permanência de uma divisão da opinião da sociedade local com relação aos assentamentos¹⁴, que nem sempre é mudada somente pelas questões econômicas: o reconhecimento dos assentados como novo grupo social vem sendo também uma conquista que passa por uma disputa simbólica frente à sociedade urbana. Em Floresta do Araguaia, os entrevistados observam que um dos marcos que influiu na mudança de percepção da população foi a realização de uma “grande feira” para mostrar os produtos dos projetos de assentamento para a sociedade local, o que deu visibilidade aos assentamentos e ajudou na valorização dos assentados.

Vários exemplos dessas disputas, e da presença dos assentamentos para além da questão econômica, podem ser citados no caso do Oeste de Santa Catarina. Nesta *mancha*, onde as ocupações de terra geraram fortes reações por parte do Sindicato Rural (que agrupa os grandes proprietários), a existência dos assentamentos acabou promovendo o debate sobre a reforma agrária, que repercute por exemplo nas rádios locais. A Diocese de Chapecó incluiu a defesa dos direitos dos sem-terra em seu programa radiofônico. Também as rádios dos sindicatos e cooperativas, tanto nessa *mancha* como em outras, como por exemplo na Zona da Mata nordestina, possuem programas dedicados à população assentada, o que contribui para reforçar de forma constante a presença desses novos grupos sociais e o estabelecimento de sua nova identidade social. No Oeste de Santa Catarina, onde como vimos a participação em atividades religiosas é importante, outros apoios vêm sido dados pela Igreja católica, como a realização de celebrações religiosas, comemorando as vitórias das ocupações de terra, repetidas anualmente como momentos de interação e convivência importantes dos assentados com outros segmentos da sociedade, especialmente com a população das cidades próximas.

Ainda no Oeste de Santa Catarina, a participação dos assentados em eventos esportivos dos municípios, sobretudo em campeonatos locais de futebol, foi mencionada com um aspecto importante, tanto pelos próprios assentados como pelos dirigentes municipais. Nessas ocasiões esportivas, algumas vezes é a população da cidade que se desloca para os assentamentos, o que revela, além da convivência, o reconhecimento social dos assentados e sua integração efetiva à vida da sociedade local¹⁵.

No entanto, também no Oeste de Santa Catarina os efeitos econômicos dos assentamentos têm pesado na mudança de opinião da população a respeito dos assentamentos. Os dados de um questionário aplicado à população pelo gerente do Banco do Brasil de Abelardo Luz fornecem algumas indicações importantes. As respostas obtidas revelam que a

grande maioria dos entrevistados é favorável à existência dos assentamentos já implantados e reconhece que eles trouxeram grande progresso à cidade. De fato, constatamos que os programas governamentais já investiram quantias relativamente grandes de recursos nos assentamentos, recursos esses que, em sua maior parte, foram incorporados à economia local, beneficiando-a enormemente.

A presença dos assentamentos e os recursos públicos a eles destinados têm beneficiado, ainda, comerciantes, empreiteiros e mesmo fazendeiros locais, que foram mudando suas posições. Assim, por exemplo, em Abelardo Luz-SC, a atitude inicial desfavorável do Sindicato Rural foi sendo substituída por um discurso mais favorável, visando apropriar-se dos benefícios econômicos. O próprio presidente do Sindicato Rural arrenda as máquinas agrícolas utilizadas pelos assentados, ao passo que as cooperativas tradicionalmente existentes na cidade disputam hoje a obtenção de produtos com a cooperativa dos próprios assentados.

No jogo de disputas simbólicas pelo reconhecimento da importância econômica dos assentamentos encontramos também iniciativas de identificação dos produtos oriundos dos assentamentos, através da criação de locais de comercialização ou até mesmo de embalagens e marcas próprias. Um exemplo são os produtos da Cooperoeste (no Oeste de Santa Catarina), que levam o logotipo do MST e os dizeres “Produto da Reforma Agrária”. Na *mancha* do Entorno do DF essa questão também apareceu, com a construção, pela prefeitura de Paracatu, de um “Galpão do Produtor” destinado à comercialização dos assentamentos (e também dos agricultores familiares), que dá visibilidade aos produtos dos assentamentos, alguns deles com embalagens que os identificam como oriundos dos projetos de reforma agrária. Na *mancha* da Zona Canavieira, a prefeitura do município de Maragogi-AL criou um setor, dentro da feira local, denominado “Feira dos Assentados”. Em outros municípios da mesma *mancha*, a presença da produção dos assentados nas feiras, embora nem sempre seja destacada formalmente como tal pelas prefeituras, tem existência de fato para a população local, que a ela se refere como “setor dos assentados”. As iniciativas tomadas por prefeituras também manifestam o reconhecimento dos assentados como grupo social. No município de Rio Formoso-PE, na *mancha* da Zona da Mata Nordestina, a produção dos assentamentos abastece a merenda das escolas municipais.

Vale observar mais uma vez que, embora haja claras indicações de um progressivo reconhecimento dos assentados (ex-sem-terra) e da importância dos assentamentos, em todos os municípios pesquisados esta questão parece continuar dividindo a opinião pública, sendo constantemente objeto de disputa política, e os assentados precisam estar permanentemente conquistando e consolidando este reconhecimento. Neste sentido, os impactos que a presença dos assentamentos provoca também se manifestam no plano político.

A pesquisa pôde constatar que, nas diferentes regiões do país, a presença dos assentamentos e dos assentados provocou, não poucas vezes, mudanças nas relações desses trabalhadores com as autoridades locais, prefeituras e outras entidades, impondo novas formas de atuação por parte das mesmas. Algumas dessas mudanças já foram analisadas quando mencionada a criação de setores específicos destinados aos assentados dentro das feiras (na Zona Canavieira) ou ainda do “Galpão do Produtor” (em Paracatu-MG). Em Paracatu, a prefeitura implantou a rede de distribuição de água que se estende à maioria dos lotes em alguns dos assentamentos. O mesmo acontece em alguns municípios da *mancha* do Sul da Bahia, como é o caso de Una, onde a prefeitura fornece transporte escolar para os filhos dos assentados, assim como professores para as escolas, ao mesmo tempo que o prefeito (um antigo fazendeiro) visita os assentamentos periodicamente.

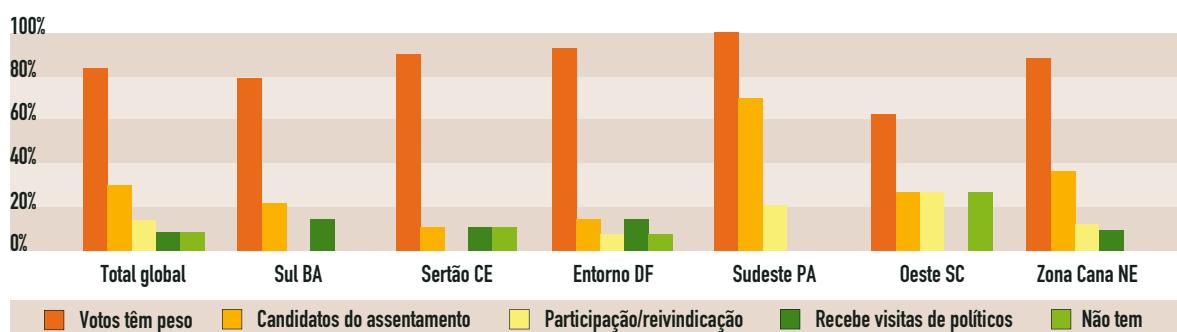
Comentamos anteriormente que a presença dos assentamentos leva a uma ampliação das demandas de infra-estrutura e que as suas reivindicações pressionam as prefeituras, responsáveis pela prestação de vários desses serviços, e mesmo o governo estadual (como no caso do fornecimento de energia elétrica), o que em vários casos acaba trazendo benefícios diretos e/ou indiretos para o conjunto da população rural. Exemplos já citados são a melhoria das estradas, do transporte público e mesmo das escolas e do transporte escolar, beneficiando também a população das áreas próximas dos assentamentos. No caso do município de Abelardo Luz- SC, dirigentes municipais afirmam que atualmente os assentamentos respondem por uma parcela considerável dos gastos de natureza social realizados pela prefeitura municipal, chegando a 41 % dos gastos com saúde e assistência social e a 55 % dos gastos com transporte escolar. No entanto, consideram que estes gastos acabam beneficiando o conjunto da população rural, que também passa a utilizá-los.

Em dois casos estudados (Abelardo Luz-SC e Maragogi-AL), a pressão dos trabalhadores fez com que prefeituras fossem levadas a tomar a iniciativa de criação de novos assentamentos, de certa forma naturalizando com sua ação as ocupações de terras.

É interessante ressaltar que a potencialização das demandas geradas pelos assentados relaciona-se com a sua capacidade organizativa e com a conjuntura política local em que se inserem. Algumas vezes, seu peso eleitoral leva os governantes a buscarem atender suas reivindicações. Em outros casos, as disputas políticas presentes fazem com que os governantes justamente não atendam estas reivindicações, identificando os assentamentos como “não aliados”.

Um outro aspecto que buscamos identificar na pesquisa foi a influência dos assentamentos na vida política dos municípios onde estão inseridos, tanto no que diz respeito ao seu peso na política eleitoral quanto no que se refere ao comportamento dos políticos frente aos assentamentos. O Gráfico 4.22 busca dar indicações neste sentido, a partir de informações coletadas no Perfil dos Assentamentos, com base nas percepções dos técnicos e lideranças entrevistados. Embora deva ser visto com cautela¹⁶, o gráfico traz algumas pistas interessantes, que são complementadas pelas informações qualitativas.

Gráfico 4.22 Percepção dos impactos: influência do assentamento na vida política local (por mancha, em % dos PAs)*



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Porcentagens em relação ao total de projetos de assentamento pesquisados Com base nos depoimentos de técnicos e lideranças.

Votos têm peso: interesse dos candidatos nos votos das famílias assentadas.

Candidatos do assentamento: referem-se em geral a assentados lançados como candidatos, principalmente a vereadores.

Participação/reivindicação: considera que as mobilizações e reivindicações feitas pelos assentados têm peso nas decisões políticas municipais.

Recebe visitas de políticos: em geral nos períodos de campanha eleitoral.

Não tem: considera que o assentamento não tem influência política, seja pelo pequeno número de eleitores, seja porque os votos são dispersos e não caracterizam nenhuma tendência eleitoral.

Em todas as *manchas* foram recorrentes as impressões de que os assentamentos são vistos como reduto eleitoral, de uma forma geral sendo procurados pelos candidatos nos períodos de eleição. O peso dos votos dos assentados parece se refletir principalmente na eleição de vereadores, mas chega em alguns municípios a influenciar nas eleições para prefeito.

O peso político também se manifesta na disputa por cargos políticos. É fato comum que assentados em diversos municípios de todas as *manchas* se disponham a se lançar como candidatos na disputa tanto a cargos no poder legislativo (vereadores), quanto a cargos no executivo, especificamente para prefeito, embora em número menor, mas presentes, por exemplo, na Zona da Mata nordestina (vice-prefeitura de Areia, prefeitura do município de Espírito Santo, ambos na Paraíba). Alguns desses candidatos foram eleitos. Tal situação não deve ser desprezada, uma vez que, por um lado, a presença de assentados na gestão municipal significa, além do reconhecimento pela sociedade dos assentados como grupo social, uma possibilidade real de levar adiante o cumprimento de suas reivindicações específicas.

A *mancha* do Sudeste do Pará, dada a elevada densidade da população assentada, aparece como aquela onde os assentamentos têm maior influência na política local, com grande peso eleitoral e com assentados sendo lançados candidatos, vereadores eleitos, além da mobilização e poder de pressão sobre as prefeituras. Os assentamentos chegam a receber visitas de candidatos a deputados em eleições mais gerais. Em Conceição do Araguaia-PA, as informações apontam para o fato de que os votos dos assentados chegam a ser o fiel da balança nas disputas entre as facções dominantes na política local, levando a que lideranças de assentados sejam convidadas a compor chapas. Os dois municípios da *mancha* chegaram a ter assentados como vice-prefeitos e também pessoas vinculadas aos assentamentos na secretaria municipal de Agricultura.

De uma forma geral, embora as informações quantitativas sejam convergentes em afirmar o peso eleitoral dos assentados, as entrevistas indicam uma grande diferenciação no que se refere ao comportamento eleitoral dos mesmos. Assim, há desde assentamentos que lançam candidatos próprios a vereador ou mesmo a vice-prefeito/prefeito por partidos predominantemente de esquerda (lideranças, presidentes de associações, dirigentes sindicais) até outros onde predominam relações clientelistas com as autoridades locais (inclusive com cooptação de lideranças), passando por assentamentos em que os votos são dispersos, não assumindo nenhum perfil específico, ou seja, não se caracterizando como uma “unidade” eleitoral e por consequência não influindo nas eleições¹⁷. Ao que parece, este último caso refere-se às respostas (no gráfico anterior) de que alguns PAs não têm peso na *mancha* do Oeste catarinense, que aparecem sobretudo na *Submancha* de Abelardo Luz (municípios de Abelardo Luz e Passos Maia), justamente municípios onde se localizam os maiores assentamentos, o que nos levaria a supor que teriam peso eleitoral. No entanto, nestes mesmos municípios há também projetos de assentamento considerados como tendo peso, seja pelo poder de pressão exercido, seja por ter vereadores eleitos. Outro caso onde aparentemente a elevada densidade de famílias assentadas não chega a ter um impacto eleitoral são alguns municípios da *mancha* do Sertão do Ceará, onde em alguns PAs a relação com os candidatos e governantes locais parece passar unicamente pela busca de votos nas eleições. Mas há também nesta *mancha* municípios com assentados eleitos vereadores, como Canindé e Santa Quitéria. Em todas as *manchas*, nem sempre os assentamentos trazem inovações na política municipal, havendo vários casos onde se reproduzem as relações tradicionais, inclusive com assentados saindo candidatos por partidos conservadores.

Ainda no que se refere aos impactos políticos, há também casos em que a concentração de assentamentos leva a um crescimento econômico e/ou populacional que influí na criação de novos distritos e mesmo de novos municípios. Um exemplo é o município de Floresta do Araguaia-PA, onde a presença dos assentamentos foi determinante para sua emancipação. Já mencionamos anteriormente que nos dois municípios da *mancha* do Sudeste do Pará as agrovilas de alguns assentamentos estão se transformando em sedes de distritos, com a concentração de uma série de serviços. Em Abelardo Luz-SC, o distrito que foi criado a partir da concentração dos assentamentos reivindica atualmente a sua emancipação, com a transformação em um novo município¹⁸.

Para além da questão estritamente eleitoral, a participação na gestão política municipal se manifesta também sob outras formas. Uma delas é o peso das mobilizações, manifestações e reivindicações dos assentamentos, que aparece como uma das respostas no Gráfico 4.22, sendo mais citado no caso das *manchas* do Oeste catarinense e do Sudeste paraense. Além disso, em todas as *manchas*, em diversos municípios, os assentamentos participam, por meio de seus representantes, de conselhos municipais (de Desenvolvimento Rural, de Saúde, de Educação, de Agricultura). Há também assentados, ou técnicos ligados aos assentamentos, à frente de algumas secretarias municipais. Por exemplo, no Ceará, no município de Canindé, o secretário de Política Agrícola é um assentado e volta sua gestão quase que integralmente para os projetos de assentamento, sobretudo no que diz respeito à assistência técnica, o que, não poucas vezes, acaba criando novas demandas por parte do restante dos pequenos produtores do município. Neste caso, a assistência técnica acabou sendo expandida também para outros produtores, inclusive incorporando metodologias utilizadas nos assentamentos.

- 1 Muitas vezes o Incra não leva este fator em conta no momento de divisão dos lotes. Em geral a indicação dos lotes a serem ocupados se dá por sorteio, separando famílias aparentadas ou conhecidas que prefeririam manter-se juntas. Em assentamentos com áreas maiores e grande número de famílias, as distâncias internas podem ser significativas. Como veremos posteriormente, a presença de familiares em lotes vizinhos (ou mais próximos) pode ser um importante fator de auxílio mútuo e de apoio para as famílias assentadas, inclusive no que se refere ao trabalho no lote.
- 2 Conforme comentamos na introdução, consideramos para análise da composição familiar a relação: 1 lote = 1 responsável = 1 família ou grupo doméstico, e as relações de parentesco foram levantadas em relação ao responsável.
- 3 Conforme abordado anteriormente, mais de três quartos (78%) dos entrevistados trabalham no lote de forma individual/familiar; apenas 1% dos entrevistados tinha suas atividades organizadas de forma coletiva e o restante trabalha de forma "mista" (ver *Capítulo 3, Tabela 3.9*).
- 4 Não há grandes diferenças entre as *manchas* com relação ao número médio de pessoas por família com mais de 14 anos trabalhando. O número médio dos que trabalham somente no lote varia entre 2,4 e 3,0 e o dos que declararam trabalhar no lote e fora varia entre 0,2 e 0,6. Ver *Tabela A4.16*, no Anexo 2.
- 5 Somando os que trabalham somente fora do lote, ou no lote e também fora dele.
- 6 No Oeste catarinense, chama atenção o fato de que no laticínio de leite longa-vida, pertencente à cooperativa de assentados, metade da mão-de-obra não especializada é composta de filhos de beneficiários, mostrando a potencialidade dos assentamentos em diversificar ocupações.
- 7 O assalariamento agrícola absorve também 52% na média geral dos que trabalhavam fora do assentamento, sem grandes variações regionais, exceto no que se refere à Zona da Mata, com índices de 31%.
- 8 Mais exatamente, a pergunta feita aos entrevistados foi "Alguém de fora do lote trabalhou no lote na safra 1998/99?". Na maior parte dos casos este trabalho refere-se a contratações, mas podem também se referir a atividades de ajuda mútua, que conforme vimos aparecem com maior freqüência no Sudeste do Pará.
- 9 Cabe observar que esta pergunta foi feita apenas aos responsáveis pelo lote, predominantemente homens e adultos. É bastante provável que haja variações importantes no que se refere às mulheres, aos jovens e aos idosos.
- 10 Como voltaremos a abordar num momento posterior, nesta *mancha* uma resposta bastante freqüente quando perguntamos aos assentados o que mudou nas suas condições de produção é a referência ao fato de que agora podem plantar e criar o que quiserem, uma vez que na condição de "moradores" havia restrições não somente à quantidade de terra acessível, como também aos tipos de atividades possíveis de serem desenvolvidas.
- 11 Neste item, estaremos utilizando principalmente os dados do Perfil dos Assentamentos (respondidos por técnicos e lideranças dos assentamentos) e os dados das entrevistas com informantes-chave (secretários de agricultura, representantes do comércio local, de sindicatos patronais, etc).
- 12 Outro exemplo ainda refere-se ao município de Canavieiras-BA, sede do assentamento Puxim-Sarampo, que foi palco do mais violento conflito nesta *mancha*, e um dos primeiros assentamentos criados na região: "Diz-se que no início do assentamento, a relação entre os assentados e a população de Canavieiras não era boa, em virtude do próprio processo de luta pela terra e das mortes que daí resultaram. Entretanto, a opinião das pessoas vem mudando em função da venda da produção do assentamento e do estabelecimento de laços sociais entre os assentados e a população."
- 13 Dois exemplos no Entorno do DF: "No início eram contra, o pessoal do PA era muito discriminado. Hoje já melhorou, já começou a expandir a produção e tem muita gente que vem conhecer o assentamento" (Formosa-GO). "A opinião da população é boa. Antes era só 1%, hoje são 70% que apóiam" (Buritis-MG).
- 14 Essa divisão se expressa nos depoimentos que se contradizem, como nas diferentes entrevistas realizadas com técnicos e lideranças de assentados em um único município, por exemplo, Conceição do Araguaia, onde alguns entrevistados responderam que é positiva, outros que é negativa e outros manifestam a divisão: "A impressão [da cidade] é má. Chamam de vagabundos"; "A maioria tem visão positiva, reconhecem que os PAs fizerem crescer o comércio e melhorar o abastecimento do município"; "Existem comentários bons e ruins. Alguns chamam de preguiçosos. Estes não conhecem a realidade das famílias. Mas

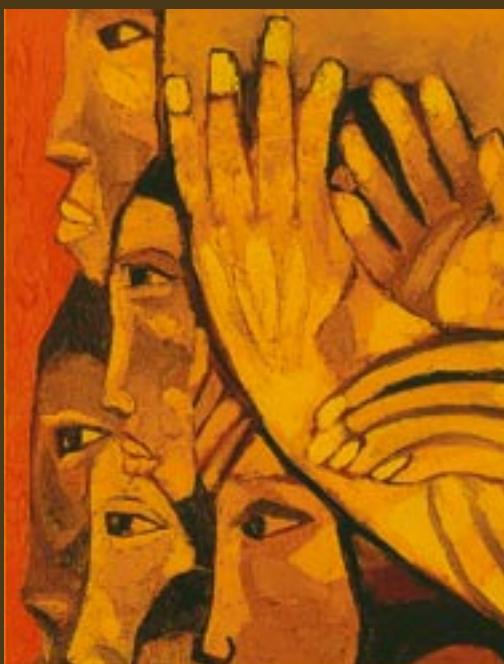
NOTAS

quando saiu o crédito implantação o comércio local vendeu muitos produtos"; "Ouve-se de tudo: favorável e desfavorável".

- 15 Essa interação é facilitada ou dificultada ainda em função da distância que separa os assentamentos das cidades, das estradas de que dispõem, assim como dos meios de transporte. Assim, em outras áreas, informações obtidas especialmente com a população jovem de alguns assentamentos enfatizam que os fatores anteriormente mencionados prejudicam a sua participação em atividades esportivas e festivas que acontecem nas cidades.
- 16 A pergunta feita a técnicos e lideranças, fazia alusão a cada projeto de assentamento mas, em alguns casos os informantes podem estar se referindo ao conjunto de assentamentos do município.
- 17 As aspas referem-se ao fato de que aparentemente em nenhum caso os votos dos assentados são unânimes, ou seja, eles sempre têm disputas e divergências internas, mas na maioria das vezes os assentamentos refletem alguma tendência eleitoral.
- 18 No Mapa 5.c, no Anexo 3, podemos ver que todos os assentamentos se concentram num dos lados do município de Abelardo Luz-SC e é esta parte do município que agora reivindica sua emancipação.

5

A PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA REGIONAL



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO

5 A PRODUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA REGIONAL

Caracterização da produção agropecuária dos assentamentos

A lógica econômica que fundamenta as estratégias de reprodução familiar não passa exclusivamente pela ótica produtiva. Como vimos, as famílias assentadas lançam mão de uma série de recursos que envolvem atividades produtivas e serviços, dentro e fora do lote, resultando em mecanismos de reprodução familiar nem sempre presos à dimensão econômico-produtiva (agrícola ou não), que pesam substancialmente sobre as estratégias adotadas. Nesse sentido, as especificidades de uma agricultura familiar tal como configurada nos assentamentos rurais devem ser ressaltadas, permitindo que exploremos a base social, econômica e política da qual essas famílias se valem para alcançar determinados objetivos, processo que ultimamente tem sido caracterizado, em parte, pelo termo *pluriatividade*¹. Apesar disso, a dimensão produtiva agropecuária é importante e, como veremos, acaba contribuindo decisivamente para a inserção dos assentados como produtores no universo regional, transformando-o.

Nesta e nas outras partes atinentes à condição econômica dos assentamentos pesquisados, procuraremos fazer inicialmente uma rápida caracterização da realidade ali encontrada, para explorarmos em seguida as implicações da presença desses projetos de reforma agrária no âmbito regional.

É bastante ampla a gama de produtos agropecuários oriundos dos assentamentos. Os assentados voltam-se tanto para a produção vegetal, como para a criação animal, também lançando mão em alguns casos do extrativismo (mineral e, principalmente, vegetal). E vários produtos são também beneficiados pelos assentados. No seu conjunto, todo estes produtos vão estar colaborando, seja para a obtenção de renda (através da comercialização), seja para a alimentação da família. Há assim uma diferenciação, por parte dos assentados, entre os produtos que são produzidos, aqueles que são vendidos, e aqueles que são considerados importantes.

Vale chamar a atenção desde já para o fato de que essa diversidade de produtos, por si só, traduz-se num impacto considerável ao nível local, sobretudo nas *manchas* caracterizadas por elevada concentração fundiária e pela predominância de especializações produtivas, como é o caso da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina e do cacau no Sul da Bahia, bem como em regiões de pecuária extensiva, como o Sudeste do Pará ou alguns municípios do Entorno do DF. Retomaremos esse ponto adiante.

Produção vegetal

É grande a diversidade de produtos agrícolas produzidos nos assentamentos. No total das *manchas*, mais de 40 diferentes produtos agrícolas foram plantados pelos entrevistados na safra 1998/99. No entanto, em cada *mancha* (e também no total delas) há um conjunto menor de produtos, que são produzidos, vendidos e considerados importantes por um número mais significativo de famílias.

Se tomarmos os cinco produtos agrícolas com maior porcentagem de produtores que plantaram, que venderam e que consideram importante na safra 1998/99, e também os cinco

Quadro 5.1		Principais produtos vegetais cultivados pelos assentamentos na safra 1998/99, segundo o número de assentados que produzem, que vendem, importância atribuída e o Valor Bruto da Produção, por manchas*			
Mancha	Classificação	Mais produzidos (em % de assentados que produzem)	Mais vendidos (em % de assentados que vendem)	Mais importante (em % de assentados que atribui importância)	Maior Valor Bruto da Produção (em % do valor total da produção)
Sul da Bahia (cacaueira)	1º	Mandioca	Mandioca	Mandioca	Mandioca
	2º	Milho	Abacaxi	Banana	Abacaxi
	3º	Banana	Banana	Coco	Cacau
	4º	Feijão	Milho	Milho	Seringa
	5º	Abacaxi	Cacau/Coco	Abacaxi/Cacau	Coco
Sertão do Ceará	1º	Milho	Algodão	Algodão	Milho
	2º	Feijão	Milho	Milho	Feijão
	3º	Algodão	Feijão	Feijão	Algodão
	4º	Abóbora	Abóbora	Banana	Melancia
	5º	Melancia	Banana	-	Arroz
Entorno do Distrito Federal	1º	Milho	Milho	Milho	Mandioca
	2º	Arroz	Arroz	Arroz	Feijão
	3º	Mandioca	Mandioca	Mandioca	Milho
	4º	Cana	Feijão	Cana	Arroz
	5º	Feijão	Cana	Feijão	Soja
Sudeste do Pará	1º	Milho	Arroz	Arroz	Mandioca
	2º	Arroz	Milho	Milho	Abacaxi
	3º	Mandioca	Abacaxi	Abacaxi	Arroz
	4º	Abóbora	Banana	Mandioca	Milho
	5º	Melancia	Mandioca	Banana	Abóbora
Oeste de Santa Catarina	1º	Milho	Milho	Milho	Milho
	2º	Feijão	Feijão	Feijão	Feijão
	3º	Mandioca	Fumo	Fumo	Fumo
	4º	Arroz	Soja	Soja	Soja
	5º	Batata-doce	Arroz	-	Erva-mate
Zona Canavieira do Nordeste	1º	Mandioca	Mandioca	Mandioca	Mandioca
	2º	Feijão	Feijão	Inhame	Inhame
	3º	Milho	Milho	Feijão	Feijão
	4º	Inhame	Inhame	Cana	Batata
	5º	Banana	Banana	Milho	Cana

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários e PAM, IBGE, 1999.

(*) Este quadro foi montado a partir da Tabela A5.1 no Anexo 2 tomando-se, para cada *mancha*, os cinco produtos com maior participação percentual: de entrevistados que declararam produzir; de entrevistados que declararam vender; de entrevistados que declararam considerar o produto importante. No caso do VBP – valor bruto da produção, a porcentagem foi obtida multiplicando-se a produção total declarada pelos preços praticados regionalmente na safra 1998/99 (o que é uma aproximação, pois nem todos os produtos são vendidos e o preço da venda efetivamente obtido pelos assentados nem sempre é o regional). Foram tomados como base os valores ofertados pela Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE, ou, na sua ausência, pelas fontes secundárias locais, incluindo o levantamento de preços realizado pelos escritórios das agências públicas de assistência técnica e extensão rural. Células com um traço significam que não houve produto com participação de pelo menos 1% do total.

produtos com maior participação no Valor Bruto da Produção (VBP) dos lotes, conforme se pode visualizar no *Quadro 5.1*, podemos notar que a trinca “milho-mandioca-feijão” predomina entre os assentados, sendo nitidamente os produtos de cultivo mais generalizado e considerado importante por um maior número de assentados, embora com diferenças entre as *manchas*. Vale notar que essa escolha tem uma importância estratégica, pois estes são produtos com duplo destino, ou seja, comercial e autoconsumo. Na mesma direção, porém com menor importância, seguem produtos como inhame, banana e arroz. Um outro aspecto a ressaltar é que não há necessariamente uma coincidência entre os produtos mais cultivados, os mais vendidos e os considerados mais importantes pelos assentados, bem como entre esses e os produtos com maior VBP.

Complementarmente não são desprezíveis as culturas eminentemente “comerciais”, como algodão, cana-de-açúcar, abacaxi e fumo, que começam a aparecer em geral na terceira posição. Notamos também que nem sempre os produtos declarados como mais vendidos situam-se entre aqueles com maior valor da produção.

Um aspecto relevante para pensar os impactos sobre a população assentada é justamente o fato dos produtos mais produzidos em todas as *manchas* serem em geral também cruciais na alimentação da família: as famílias passam a ter acesso a uma alimentação mais rica e constante, especialmente se comparada à sua situação de vida anterior. Este aspecto será retomado no item sobre condições de vida. No caso específico da mandioca, há um elemento adicional, qual seja permitir ao agricultor “planejar” estrategicamente (e aqui chamamos a atenção para a noção de cálculo na ótica da reprodução socioeconômica deste segmento da agricultura familiar) o momento da venda do produto (e ainda utilizar parte da produção para o consumo animal, da mesma forma que o milho). É de se destacar a “liderança” absoluta da mandioca nas *manchas* do Sul da Bahia e da Zona Canavieira nordestina, onde aparece em primeiro lugar em todos os critérios.

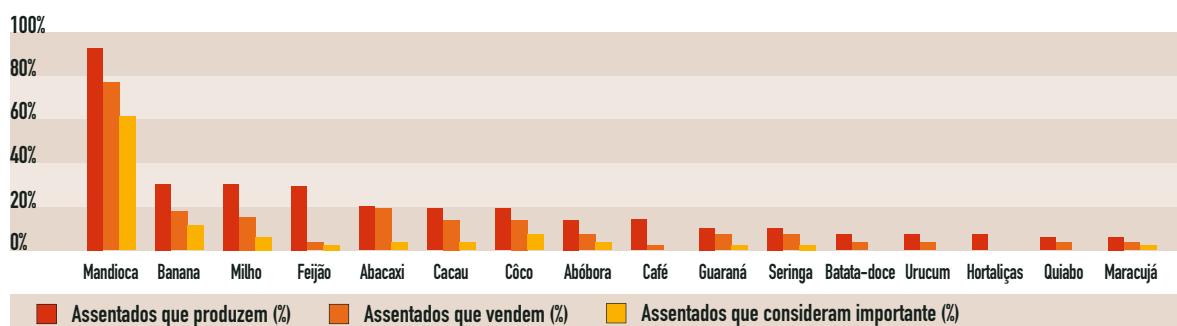
Vale destacar também que, apesar dos assentamentos emergirem num contexto de crise de alguns produtos importantes na economia regional, estes produtos aparecem na pauta de produção dos assentados, como por exemplo a cana-de-açúcar na Zona Canavieira nordestina (que aparece como quarto produto considerado mais importante e como quinto no valor bruto da produção), o cacau no Sul da Bahia (terceiro em VBP e quinto vendido e considerado importante), o algodão no Sertão do Ceará (primeiro em número de produtores que vendem e que consideram importante e terceiro em VBP e em número de assentados que produzem). No entanto, eles têm sua posição secundarizada em relação a outros produtos, mudando nitidamente o contexto no qual aparecem, com uma grande diversificação da produção, conforme comentado anteriormente.

Quando analisamos as *manchas*, vemos no *Gráfico 5.1* que no Sul da Bahia há uma grande diversidade de produção vegetal, de certa forma refletindo o caráter predominantemente agrícola dos assentamentos desta *mancha*. A mandioca tem um claro destaque, sendo o produto produzido, vendido e considerado importante pelo maior número de assentados (mais de dois terços). A pulverização nos demais produtos indica provavelmente uma diversidade de estratégias entre os assentamentos e mesmo entre os assentados. A banana, o milho e o feijão seguem em importância a mandioca, sendo produzidos por aproximadamente 30 % dos assentados e aparecendo com o duplo caráter já citado (consumo e venda), sendo feijão basicamente para consumo. Em seguida, com cerca de 5 a 20 % de produtores, vêm um conjunto diversificado de produtos que parecem destinados principalmente à venda². Nota-se pelo quadro anterior que, excetuando-se a mandioca e o abacaxi, os outros produtos declarados como mais vendidos não correspondem aos cultivos com maior valor.

O abacaxi aparece sobretudo em Arataca, Canavieiras, Santa Luzia e Una. Além dos produtos presentes no *Gráfico 5.1*, aparecem ainda outros produtos, plantados por menos de 5% dos assentados, como arroz, amendoim, fumo, cana-de-açúcar e frutas (acerola, laranja, graviola, mamão, melancia).

Gráfico 5.1

Mancha Sul da Bahia: principais produtos vegetais produzidos, vendidos e considerados importantes (safra 1998/99, em % dos entrevistados)*



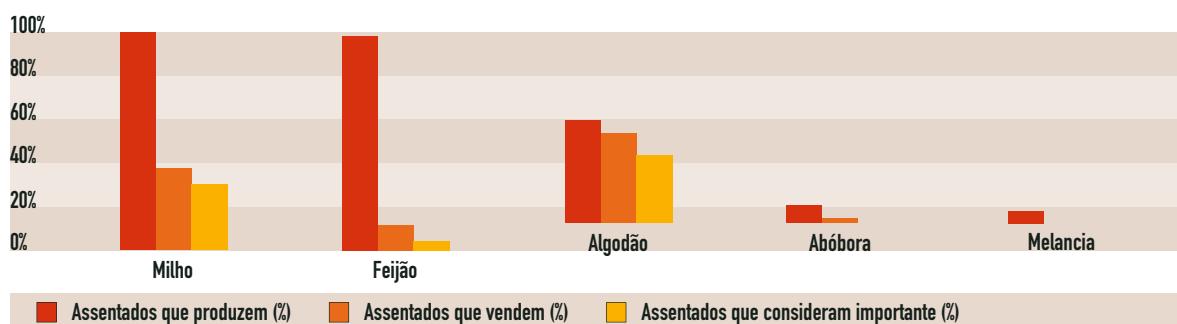
Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Porcentagem de assentados que declararam produzir, que declararam vender e que consideram o produto importante. Foram incluídos apenas os produtos produzidos por mais de 5% dos assentados (Ver dados completos na Tabela A5.1, Anexo 2)

Na *mancha do Sertão do Ceará* (*Gráfico 5.2*), a diversidade de produtos agrícolas é menor, talvez pelas dificuldades colocadas para a agricultura no semi-árido. Mesmo assim, cerca de 14 diferentes produtos agrícolas foram citados como plantados, embora por uma pequena porcentagem de assentados. O milho e feijão constituem-se nos produtos básicos produzidos por todos, com duplo caráter (venda e consumo), com o milho tendo ligeira predominância para venda. O algodão, produto tradicional na região, aparece como produto comercial mais importante. Destaca-se também a presença da produção de abóbora, banana e melancia (exceto nos projetos de Quixeramobim). Nas três primeiras posições, não necessariamente na mesma ordem, há uma coincidência entre os principais produtos vendidos e aqueles com maior participação no VBP. Vale ressaltar que esta é a única região onde a mandioca não figura entre os cinco principais produtos em nenhum dos aspectos levantados (ela foi declarada como plantada por apenas 3% dos entrevistados).

Gráfico 5.2

Mancha Sertão do Ceará: principais produtos vegetais produzidos, vendidos e considerados importantes (safra 1998/99, em % dos entrevistados)*



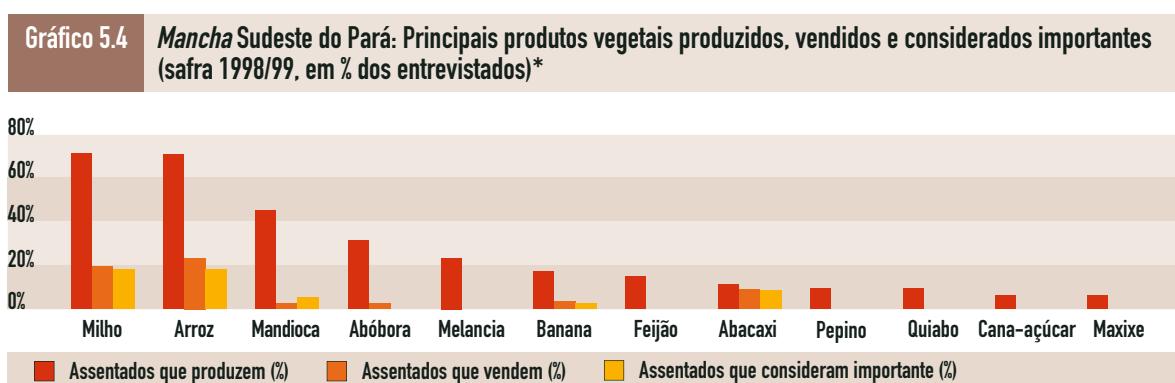
Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Ver nota do Gráfico 5.1.

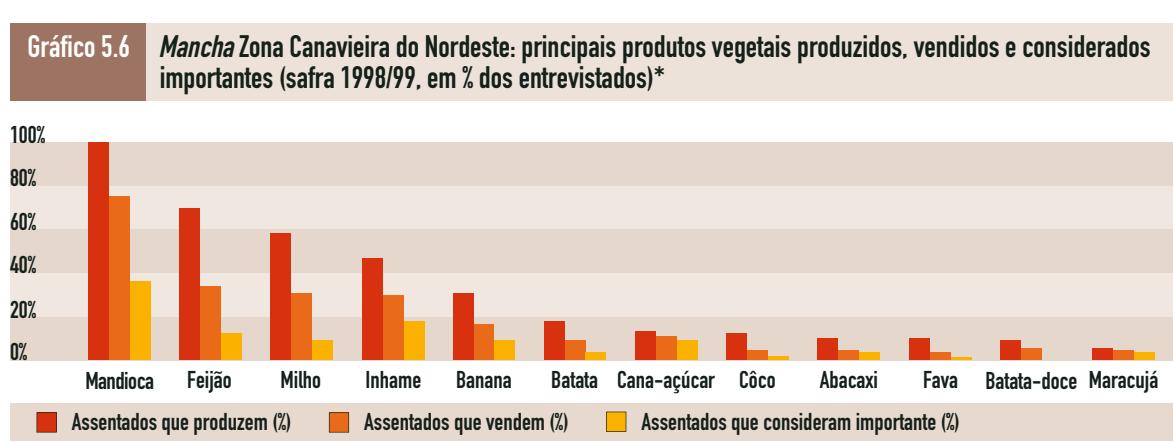
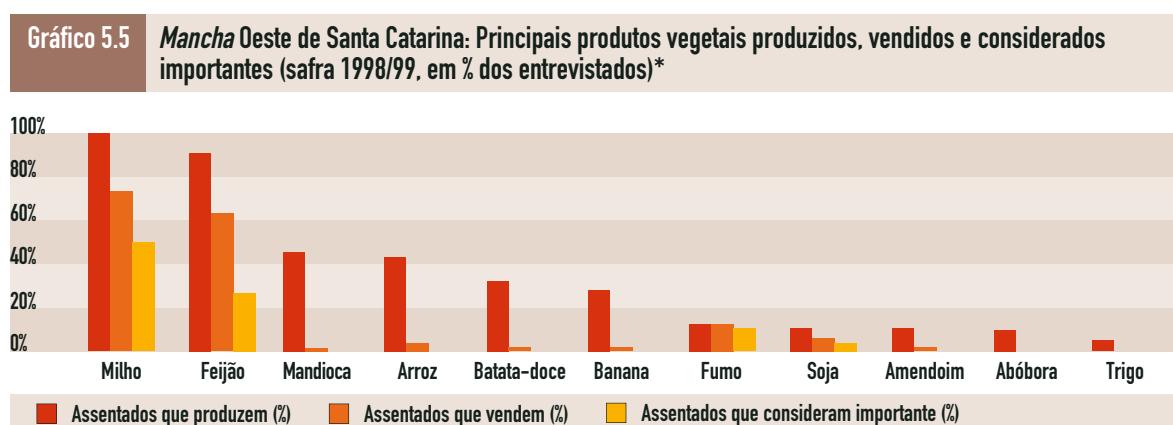
Na *mancha* do Entorno do DF, observamos que milho, arroz, mandioca, cana e feijão (nesta ordem) figuram como principais produtos, havendo praticamente uma coincidência entre os produtos mais produzidos, mais vendidos e considerados mais importantes, e todos eles com duplo destino. Com relação ao valor da produção, a mandioca desponta na primeira posição, seguida do feijão, milho e arroz. Como veremos adiante, esta *mancha* tem um perfil pecuário importante, o que já aparece em parte nos produtos produzidos, com a importância do milho, cana-de-açúcar, capim e sorgo, todos produtos utilizados neste caso também para alimentação animal.



No Sudeste do Pará os produtos produzidos pelo maior número de assentados são milho, arroz e mandioca, plantados por mais da metade dos assentados, todos com duplo destino (Gráfico 5.4). Outros produtos plantados por 15% a 30% dos assentados parecem ser prioritariamente para alimentação: abóbora, melancia, banana e feijão. O abacaxi é um produto comercial com um papel destacado para alguns assentamentos e assentados, tendo sido uma das novidades introduzidas pelos assentamentos na região, especialmente no município de Floresta do Araguaia. Há também uma diversidade de outros produtos, especialmente hortaliças e frutas, plantados por uma porcentagem menor de assentados, mas que acabam refletindo no mercado local (sobretudo nas feiras, como veremos adiante). Além dos que aparecem no gráfico (pepino, quiabo, maxixe), foram citados também várias frutas (maracujá, manga, limão, laranja, caju, coco, acerola) e outros produtos, como fava, gergelim, amendoim, batata, inhame. A cana-de-açúcar é voltada principalmente para ração animal, pois, como veremos posteriormente, esta *mancha* também tem um perfil pecuário forte.



Na região do Oeste catarinense, verificamos que milho e feijão são os produtos mais amplamente produzidos e vendidos, e também aqueles considerados importantes pelo maior número de entrevistados. O milho tem uma importância grande para ração animal, pois, como veremos nesta *mancha* as criações de aves e porcos (e também gado leiteiro) aparecem com destaque, acompanhando a tendência regional. A mandioca, o arroz e a batata-doce são produzidos por uma porcentagem significativa de assentados, mas não aparecem como sendo vendidos na mesma proporção, atestando uma produção para consumo. A participação de culturas comerciais, como fumo e soja, é significativa para alguns assentados e assentamentos. Como vimos no *Quadro 5.1*, tais produtos figuram entre os cinco com maior indicação de venda, importância e VBP. O fumo tem maior peso na *submancha* do Extremo-oeste.



Finalmente, no caso da Zona Canavieira do Nordeste, notamos que a pauta de produtos privilegia alimentos: a mandioca, o milho, o feijão (incluindo o feijão-verde), produzidos por mais de metade dos assentados. Em seguida vem o inhame, a banana e a batata (*Gráfico 5.6*). Note-se que são todos produtos com duplo destino: alimentação e venda. Como já havíamos comentado anteriormente, a cana-de-açúcar permanece como produto relevante, plantada por 13 % dos entrevistados, e aparecendo em quarto lugar como produto considerado importante e o quinto em VBP, conforme vimos no *Quadro 5.1*. Assim como na

Mancha	Criação animal: produtos produzidos, vendidos e considerados importantes pelas famílias assentadas, segundo as regiões pesquisadas (em %)*														
	Bovino de Corte			Bovino de Leite			Aves			Caprinos/Ovinos			Suínos		
	Criam	Vendem	Importante	Criam	Vendem	Importante	Criam	Vendem	Importante	Criam	Vendem	Importante	Criam	Vendem	Importante
Sul BA	20	13	15	10	8	8	9	7	6	0	0	0	3	3	2
Sertão CE	29	25	17	76	10	5	88	19	12	74	26	22	44	7	3
Entorno DF	34	34	21	77	26	18	95	34	14	7	0,4	0	54	5	3
Sudeste PA	58	57	43	52	40	30	89	37	13	3	2	0,6	30	8	4
Oeste SC	39	36	26	83	34	21	97	14	4	6	0	0	83	11	7
Zona Cana NE	30	16	13	12	2	2	64	9	6	19	6	3	3	1	1
Total geral	38	32	24	52	20	14	80	22	10	21	7	5	34	6	3

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Porcentagens em relação ao total de entrevistados da amostra. Além dos citados, 83 assentados (5,3% do total) declararam outras criações/produção animal, tais como abelha e peixe.

Criam: porcentagem dos assentados entrevistados que declararam criar. No caso da bovinocultura objetivava-se saber se a produção mais importante era de leite ou de corte.

Vendem: porcentagem dos assentados que declararam ter vendido algum animal no ano anterior.

Importante: porcentagem dos assentados que declararam ser o produto importante. No caso das aves, o percentual relativo à venda refere-se tanto à carne quanto aos ovos.

mancha do Sudeste do Pará, aparecem diversos outros produtos plantados por um número menor de assentados, mas que acabam refletindo no mercado local.

Criação animal

Em todas as *manchas*, com exceção do Sul da Bahia, algum tipo de criação animal está presente na maioria dos lotes (Tabela 5.1). Quando analisamos pelo número de produtores, a criação de aves é aquela mais generalizada (80% dos lotes), destinada principalmente para o consumo (carne e ovos), a não ser nas *manchas* do Sudeste do Pará e Entorno do Distrito Federal, nas quais também se destina ao comércio. Também o número de assentados que criam gado bovino, tanto de leite quanto de corte, é significativo, exceto Sul da Bahia e Zona Canavieira, e sendo especialmente importante nas *manchas* do Sudeste do Pará e do Entorno do Distrito Federal e Oeste de Santa Catarina. Caprinos e ovinos aparecem especialmente na *mancha* do Sertão Cearense, e em menor medida na Zona Canavieira do Nordeste. Os suínos são criados por um terço dos assentados, mas aparentemente são pouco vendidos, e quase não aparecem nas *manchas* do Sul da Bahia e da Zona Canavieira. E apenas uma pequena parte dos assentados (5% do total) declarou também a criação de outros animais, como peixes e abelhas, sobretudo nas *manchas* catarinense e paraense.

No que se refere à venda, a criação de gado se destaca, especialmente o de corte (o leiteiro também tem uma conotação alimentar), e aparece como uma reserva de valor de que os assentados lançam mão nos seus cálculos futuros, assumindo o mesmo papel desempenhado pela mandioca na produção vegetal. Especialmente nas *manchas* do Sudeste do Pará e Entorno do Distrito Federal, o aumento do rebanho bovino, além da valorização das parcelas com “benfeitorias” como pasto e cercas, é uma estratégia de acumulação adotada pelos agricultores, resultando em crescente diferenciação entre as famílias³.

Quando observamos as diferentes *manchas* vemos que, no Sul da Bahia, a criação animal tem pouca expressividade, com a ausência de pequenos animais (aves, suínos) e apenas uma pequena parcela dos produtores criando gado (especialmente em Arataca, Camacan e Ilhéus), sobretudo de corte⁴. No Sertão do Ceará, além da já mencionada produção

de aves, há um número significativo de assentados criando gado leiteiro e caprinos, sem que no entanto estes sejam produtos vendidos ou considerados importantes. A criação de porco também tem uma expressão local, para consumo. As regiões do Entorno do Distrito Federal e do Sudeste paraense apresentam algumas semelhanças: ambas têm um forte acento (particularmente neste último caso) na produção de gado bovino, com rebatimento na participação entre os produtos vendidos, assim como também no caso das aves. No Entorno do Distrito Federal destaca-se o gado leiteiro, principal atividade pecuária regional⁵, e a produção de suínos para consumo. No Oeste catarinense, além das aves, predomina, entre os assentados, a produção de gado leiteiro e de suínos, com importância também comercial e guardando em alguns casos (inclusive no das aves) os arranjos regionais de integração às agroindústrias locais. Nessa *mancha* a trinca bovinos-aves-suínos reproduz-se, ainda que de forma diferenciada, nas possibilidades de venda e na importância estratégica dos produtos, visto que a criação de ovinos e caprinos é pouco ou nada significativa. Na Zona Canavieira do Nordeste, a criação de aves, bovinos e ovinos/caprinos (estes especialmente na Paraíba) é destacada, sendo que no caso dos bovinos há um peso maior do gado de corte, que se reflete tanto no critério de venda como no de produtos importantes.

Uso do lote

As questões relativas ao tamanho dos lotes e à qualidade dos solos, referidas anteriormente ao caracterizar os assentamentos (*Capítulo 3, Tabela 3.5*), vão ter influência no perfil e na pauta produtiva dos assentados. Conforme se pode ver na *Tabela 5.2*, na média geral da amostra, 16% da área dos lotes são cultivados com produtos agrícolas, com essa proporção variando muito de acordo com o tamanho dos lotes: nos projetos com lotes menores, a porcentagem da área utilizada para a produção agrícola é maior, e a importância relativa das áreas de pastagens e reservas fica reduzida. Por exemplo, na Zona Canavieira nordestina, cuja área média dos lotes é de 4,4 ha, cerca de dois terços da área é cultivada, e fica dificultada a criação de bovinos, por exemplo. No entanto, vemos que a área média cultivada com produtos agrícolas na safra 1998/99 não apresentou grande variação entre as *manchas* (algo em torno de 4 ha por lote). A área dos lotes acaba tendo maior influência na possibilidade de criação de bovinos, como nos casos do Sudeste do Pará e do Entorno do DF com áreas médias dos lotes maiores e maior participação relativa das áreas de pastagens. Neste aspecto chama atenção o caso de Santa Catarina, onde, mesmo com áreas médias não muito elevadas, é alta a porcentagem de assentados que criam bovinos de leite, provavelmente uma criação mais intensiva.

Tabela 5.2 Área média dos lotes e áreas utilizadas com cultivo e pastagens (média e %, por <i>mancha</i> , safra 1998/99)*					
<i>Mancha</i>	Área média dos lotes	Área cultivada	Área média cultivada (ha)	Área com pastagens	Área média pastagens (ha)
Sul BA	18,7	31%	5,8	9%	1,7
Sertão CE	4,5	64%	2,9	27%	1,2
Entorno DF	32,4	17%	5,5	57%	18,5
Sudeste PA	74,4	7%	5,2	39%	29,0
Oeste SC	13,7	51%	7,0	22%	3,0
Zona Cana NE	4,4	66%	2,9	18%	0,8
Total global	26,9	16%	4,3	39%	10,5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela 3.8, Capítulo 3*, com dados completos (áreas reflorestada, inaproveitada, reserva).

(*) Com base nas áreas declaradas pelos assentados entrevistados. A área total constitui-se na somatória das áreas com diferentes usos individuais dos lotes (exclusive a área dos grupos coletivos, que certamente rebaixa a área média de regiões onde estes últimos têm um peso maior, como na mancha cearense, por exemplo).

Extrativismo

Além da produção vegetal e da criação animal, encontramos também na pauta de produção dos assentamentos produtos oriundos de extrativismo vegetal e mineral (este último quase inexpressivo e não para venda), com muita variação entre as *manchas* (Tabela 5.3). Para o conjunto das *manchas* sublinhamos a extração da lenha, geralmente usada para consumo doméstico (com exceção do Oeste de Santa Catarina). No Sul baiano, se destaca a piaçava, extraída para venda por quase metade dos entrevistados (44 %) e figurando entre os principais produtos no valor da produção. Este produto ganha relevância nos assentamentos com maiores problemas de fertilidade do solo (em Canavieiras, Itacaré, Santa Luzia e Una)⁶. A erva-mate aparece no Oeste catarinense, figurando entre os produtos com maior participação no valor

Tabela 5.3 Produção relativa ao extrativismo vegetal e mineral nos assentamentos pesquisados, segundo os principais produtos declarados na safra 98/99 – em % (*1)

Mancha	Extrativismo vegetal e mineral		
	Produtos	% que declarou produzir	% que declarou vender
Sul da Bahia (cacauera)	Pedra/cascalho	2,30%	2,30%
	Piaçava	43,68%	43,68%
Sertão do Ceará	Areia	1,96%	0,00%
	Argila	7,84%	0,00%
	Lenha	18,95%	1,63%
	Lenha para carvão	1,96%	0,33%
	Madeira	1,31%	0,00%
	Palha de carnaúba	1,31%	0,00%
	Palma	0,33%	0,00%
	Pedra/cascalho	1,31%	0,00%
Entorno de Brasília	Lenha	2,53%	0,84%
	Lenha para carvão	2,95%	1,26%
	Madeira em toras	29,96%	2,53%
	Pedra/cascalho	0,84%	
Sudeste do Pará	Areia	0,82%	
	Argila	6,21%	0,65%
	Lenha	56,28%	1,09%
	Madeira em toras	15,03%	
	Madeira em estacas	34,70%	17,49% (*2)
	Madeira em geral	3,82%	
	Pedra/cascalho	1,64%	
	Plantas medicinais	4,10%	0,65%
Oeste de Santa Catarina	Carvão mineral	2,16%	1,62%
	Erva-mate	18,38%	14,05%
	Lenha	3,24%	
	Lenha para carvão	11,35%	11,89% (*2)
	Madeira	4,32%	1,08%
Zona Canavieira do Nordeste	Cajá	0,52%	0,26%
	Castanha-de-caju	0,52%	0,52%
	Dendê	0,26%	
	Lenha	5,43%	
	Madeira	2,58%	0,26%
	Plantas medicinais	2,58%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Em relação ao total de assentados entrevistados.

(*2) Refere-se, respectivamente, aos assentados que declararam vender madeiras e lenha, independentemente da sua finalidade.

bruto da produção. O Ceará tem uma pauta mais diversificada, mas sem significado para a venda, sendo os mais importantes a argila e lenha (aparecem também areia, cascalho, lenha para carvão, madeira, palha de carnaúba, palma). A extração de madeira predomina no caso do Entorno do Distrito Federal, com destaque para o lado goiano. Aparece principalmente o uso de madeira em toras (30% dos entrevistados declararam extrair), com pouca expressividade para venda. É provável que tanto nesta *mancha* como no Sudeste do Pará, parte da madeira seja utilizada para a construção de cercas e currais nos lotes. No Sudeste paraense a extração de madeira também aparece com importância (madeira em estacas, em toras e lenha). O produto mais vendido é a madeira em estacas, sendo os demais, especialmente lenha, para o consumo doméstico. Nesta *mancha* a extração de madeira se destaca também pela presença maior de áreas de reserva e pela própria forma de organização do sistema produtivo “tradicional” da região, que consiste em operações anuais de derrubada manual (às vezes com o emprego da motosserra) e queima de áreas de mata durante o período seco (maio a setembro), para o plantio de arroz e milho, principalmente, em consórcio e/ou sucessão com diversas outras culturas: mandioca, feijão, abóbora, melancia, maxixe, quiabo (Melo, 1999). Ainda no Sudeste do Pará devem ser destacadas as extrações de argila e de plantas medicinais. Na Zona Canavieira nordestina as atividades de extrativismo são praticamente inexpressivas.

Beneficiamento

Verificamos também que há, nos assentamentos, o beneficiamento de alguns produtos, apresentados na *Tabela 5.4*. A farinha de mandioca destaca-se claramente (principalmente no Sul baiano, Sudeste paraense, e Zona Canavieira) tanto em número de produtores, quanto na venda e no valor bruto da produção. Aparecem também com importância regional o beneficiamento do algodão (no Ceará), a produção de queijo (no Entorno e, em menor medida, no Sudeste do Pará e no Oeste de Santa Catarina) e a produção de carvão vegetal (no Oeste catarinense, sobretudo nos projetos situados em Passos Maia). Ainda no caso do Oeste catarinense vale destacar a presença de iniciativas inovadoras, como uma usina de beneficiamento de leite longa-vida em um projeto situado em São Miguel d’Oeste e um abatedouro de frango em outro assentamento de Dionísio Cerqueira⁷, além de miniusinas de leite e produção de queijo em Anchieta e São José do Cedro (todos municípios do Extremo-oeste).

Produtos que se destacam (em Valor Bruto da Produção)

Uma comparação geral entre os diferentes tipos de produtos dos assentamentos (produção agrícola, criação animal, extrativismo e produção beneficiada) foi feita através da análise do valor bruto da produção e pode ser visualizada na *Tabela A5.2, no Anexo 2*, onde eles estão listados em ordem decrescente de importância. O valor da produção de carnes, apesar de importante, não foi incluído por ser um item de difícil apuração junto à maioria dos assentados, requerendo um tratamento mais pormenorizado, que faremos no item relativo à geração de valor e renda nos assentamentos. Incluímos aqui a produção de ovos e leite, e trataremos mais adiante dos efetivos dos rebanhos existentes⁸. Mais uma vez chama atenção a diversidade de produtos oriundos dos assentamentos pesquisados.

No período considerado pela pesquisa, tomando por base os principais produtos agropecuários, de beneficiamento e extrativistas (exclusive carnes)⁹ declarados, tivemos a geração de R\$ 48.790.146,25 (a preços correntes) referentes ao conjunto de assentamentos representados

Tabela 5.4 Produção beneficiada nos assentamentos pesquisados, segundo os principais produtos declarados na safra 98/99 – em % (*1)

Mancha	Produtos beneficiados (*2)		
	Produtos	% que declarou produzir	% que declarou vender
Sul da Bahia (cacau-eira)	Farinha de mandioca	73,56%	71,26%
	Manteiga	1,49%	1,49%
	Mel	8,04%	8,04%
	Polvilho	1,49%	0,00%
	Queijo	1,49%	1,49%
Sertão do Ceará	Algodão	21,89%	17,97%
	Carvão	1,00%	0,00%
	Farinha de mandioca	0,65%	0,00%
	Manteiga	0,33%	0,00%
	Queijo	0,65%	0,33%
	Requeijão	0,33%	0,00%
	Tijolo	2,61%	0,00%
Entorno de Brasília	Cana/farelo de cana (ração)	4,64%	0,00%
	Carvão	1,26%	0,84%
	Doce	2,11%	0,00%
	Farinha de mandioca	13,08%	7,59%
	Pão de queijo	0,42%	0,42%
	Polvilho	2,11%	0,84%
	Queijo	16,45%	11,39%
	Ração	1,26%	0,00%
	Rapadura	2,11%	2,11%
	Requeijão	1,26%	1,26%
Sudeste do Pará	Azeite de mamona	0,27%	0,27%
	Farinha de mandioca	18,31%	10,93%
	Mel	0,27%	0,27%
	Polvilho	2,18%	0,82%
	Queijo	3,82%	1,91%
	Rapadura	0,55%	0,00%
	Telha	0,27%	0,27%
	Tijolo	0,27%	0,00%
Oeste de Santa Catarina	Carvão	10,81%	10,81%
	Frango	3,24%	3,24%
	Mel	0,54%	0,00%
	Queijo	5,94%	4,32%
Zona Canavieira do Nordeste	Farinha de mandioca	36,69%	24,03%
	Manteiga	0,26%	0,00%
	Massa de mandioca	0,26%	0,26%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Em relação ao total de assentados entrevistados.

(*2) Não estamos considerando os produtos agrícolas cujo beneficiamento é mais rudimentar, como por exemplo arroz, milho etc.

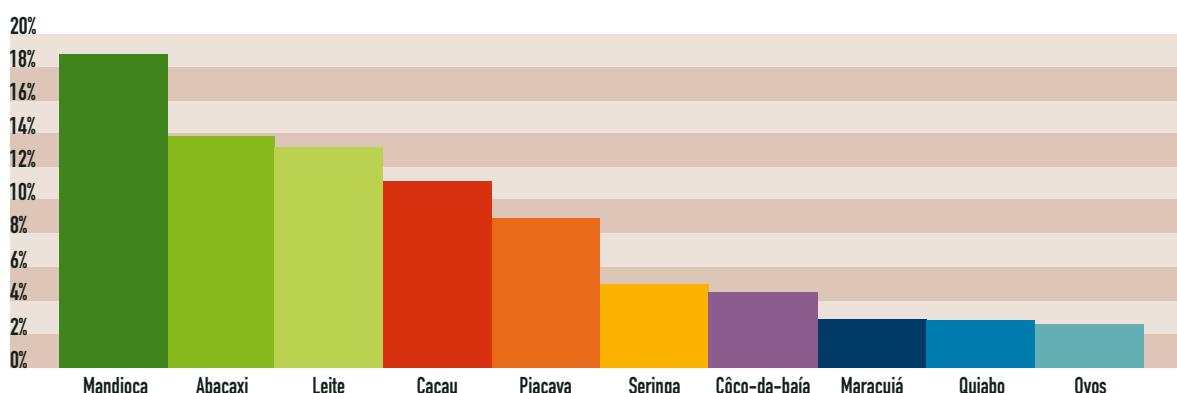
pela amostra. Voltaremos posteriormente a esta questão. Por hora, resta-nos destacar que, no conjunto dos 92 projetos estudados, em 39 municípios visitados, figuram nas dez primeiras posições os seguintes produtos (pela ordem apresentada na planilha): leite, mandioca, milho, feijão, ovos, arroz, abacaxi, soja, inhame e farinha de mandioca. Os três primeiros representam 48 % do total do VBP, portanto quase a metade. Somando os cinco primeiros, isto é, acrescentando-se feijão e ovos, temos 61 % do VBP. Finalmente, a lista dos dez principais produtos concentra mais de dois terços do valor da produção (78 %) (ver Tabela A5.2, no Anexo 2).

Essa situação ganha cores diferenciadas quando focalizamos separadamente as *manchas* regionais. Há variações nos cinco produtos com maior VBP, mas em geral eles representam mais de dois terços do mesmo.

No caso do Sul da Bahia, mandioca, abacaxi, leite, cacau e piaçava representam 66% do VBP total, numa pauta basicamente agrícola (*Gráfico 5.7*). No contexto do Sertão cearense, as cinco primeiras posições, ocupadas por leite, milho, feijão, algodão e ovos, refletem 95% do total, marcando um grau de concentração na geração do valor da produção ainda maior (*Gráfico 5.8*).

Gráfico 5.7

Mancha Sul da Bahia: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da *mancha*)*

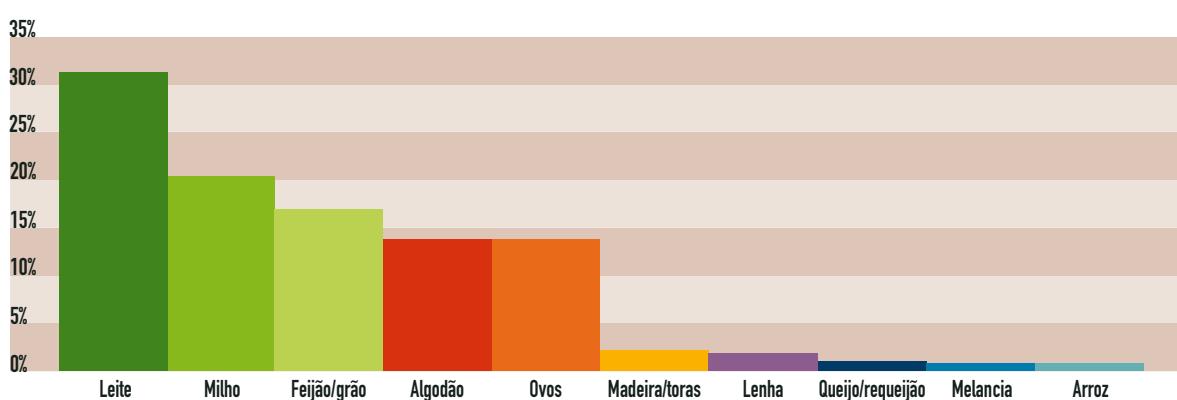


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Emater, 1999.

(*) Porcentagem sobre a soma total do VBP, ou seja, a soma de todos os produtos é 100%, incluindo produtos vendidos e não vendidos. Não inclui carne. Da criação animal inclui apenas leite e ovos. Inclui todos os produtos vegetais e extrativos. O Valor Bruto da Produção-VBP foi obtido multiplicando a produção dos assentamentos pesquisados pelos preços médios correntes na safra 1998/99, ao nível municipal. Preços obtidos através de fontes locais, dados secundários da PAM/PPM, ou das agências governamentais de assistência técnica.

Gráfico 5.8

Mancha Sertão do Ceará: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da *mancha*)*

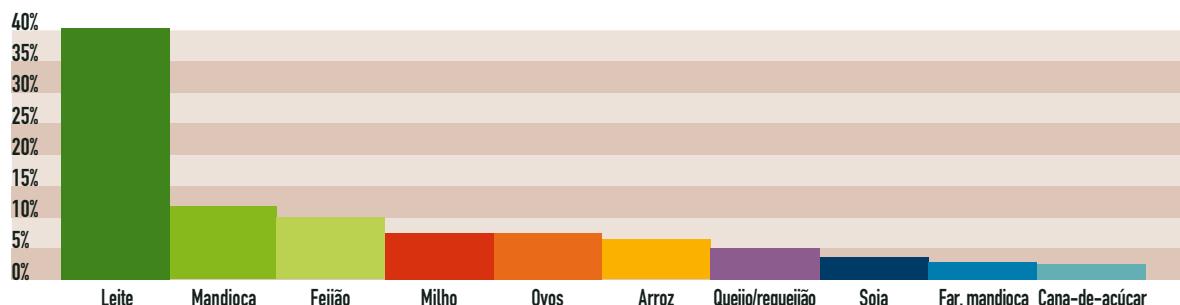


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Emater, 1999. (*) Ver nota do Gráfico 5.7.

Na *mancha* do Entorno do Distrito Federal leite, mandioca, feijão, milho e ovos totalizam 76% do valor geral, com destaque para o leite, que significa pouco mais da metade deste percentual (*Gráfico 5.9*). Na área do Sudeste do Pará, mandioca, leite, abacaxi, arroz e milho, somados, representam 68% do VBP (*Gráfico 5.10*).

Gráfico 5.9

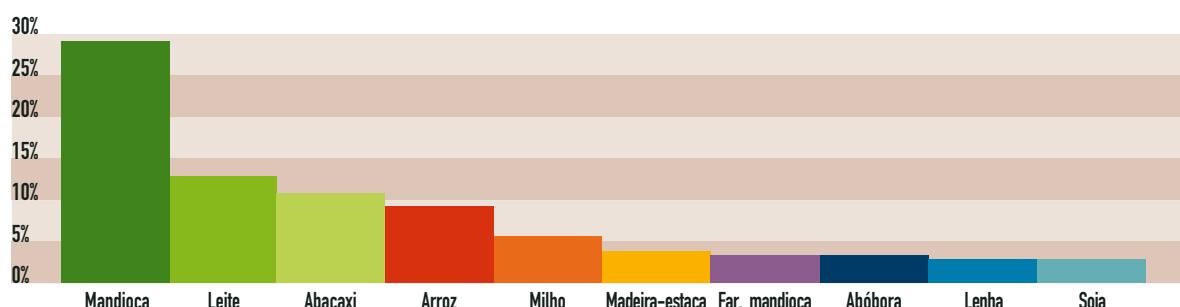
Mancha Entorno do DF: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da mancha)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Emater, 1999. (*) Ver nota do Gráfico 5.7.

Gráfico 5.10

Mancha Sudeste do Pará: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da mancha)*

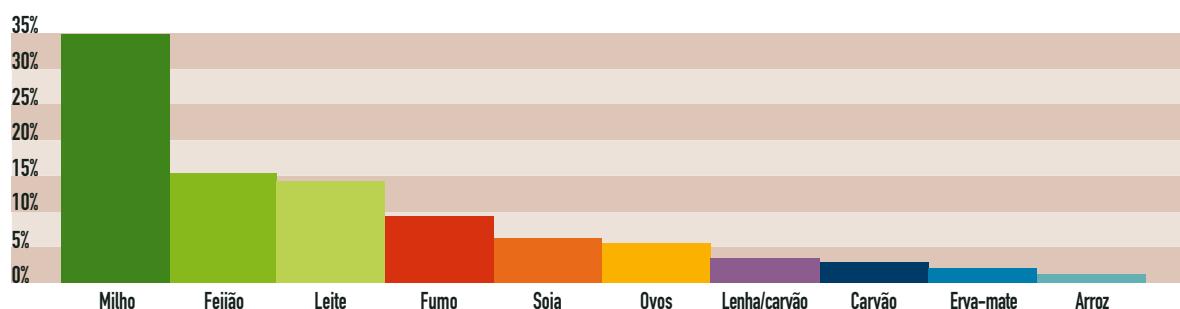


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Emater, 1999. (*) Ver nota do Gráfico 5.7.

Milho, feijão, leite, fumo e soja são os cinco principais itens da pauta dos valores da *mancha* do Oeste catarinense, significando juntos 80% (Gráfico 5.11). Finalmente na Zona Canavieira do Nordeste, temos uma lista encabeçada por mandioca, inhame, feijão, batata e cana-de-açúcar, que configuraram 65% do valor global (Gráfico 5.12). Esta *mancha* reproduz, portanto, os dados da produção vegetal, ou seja, não têm importância no VBP os produtos pecuários, extrativistas ou beneficiados.

Gráfico 5.11

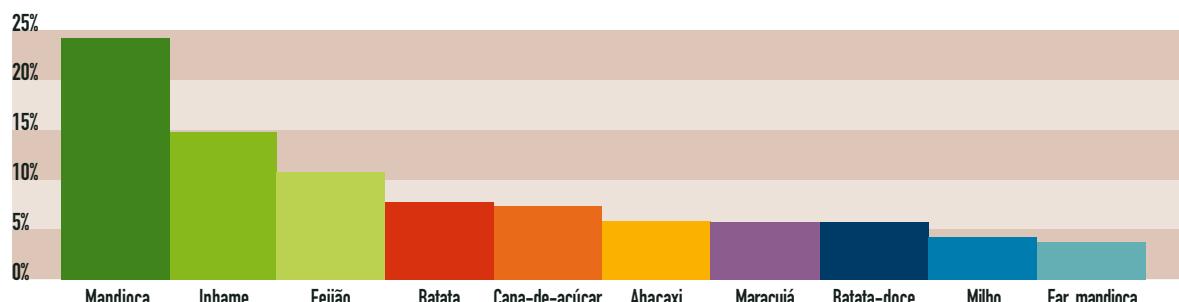
Mancha Oeste de Santa Catarina: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da mancha)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Epagri, 1999. (*) Ver nota do Gráfico 5.7.

Gráfico 5.12

Mancha Zona Canavieira do Nordeste: dez principais produtos em participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária (em % do VBP total da mancha)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; PAM e PPM-IBGE, 1999; Emater, 1999. (*) Ver nota do Gráfico 5.7.

Os assentamentos no contexto da produção agropecuária municipal

Tomando como base a pauta produtiva que descrevemos até o momento, faremos a seguir alguns “exercícios” no sentido de averiguar o significado da presença dos assentamentos no universo local, através de comparações com os dados estatísticos secundários ao nível municipal¹⁰.

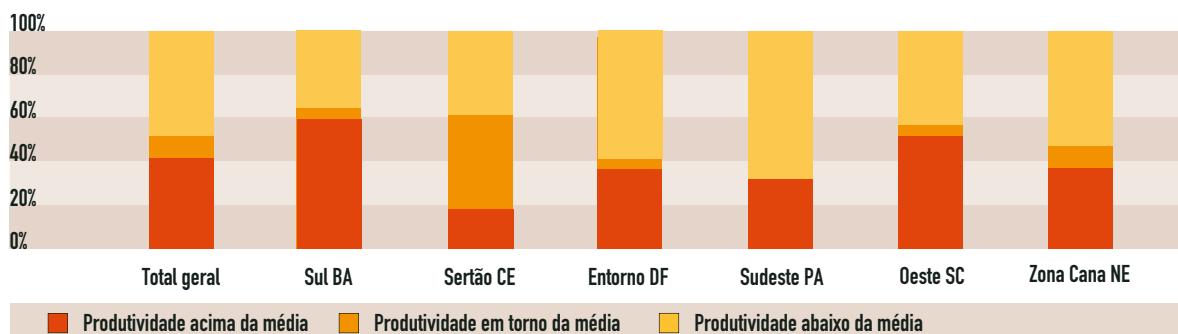
A produtividade física dos produtos agrícolas dos assentamentos

Quando comparamos a produtividade física média dos principais produtos oriundos dos assentamentos com a produtividade média dos mesmos produtos no conjunto de estabelecimentos nos seus respectivos municípios (com base nos dados do Censo Agropecuário 1995/96), podemos concluir que a resposta dos assentamentos, em termos da performance produtiva, é no geral bastante satisfatória. O Gráfico 5.13 apresenta uma síntese dos resultados da comparação, incluindo 146 *casos/observações* no conjunto das manchas selecionadas, cada *caso/observação* correspondendo à comparação entre a produtividade de um produto significativo para o assentamento e a produtividade municipal. Desse total, em 42 % dos casos/observações, os projetos de assentamento obtiveram uma produtividade maior do que aquela encontrada na média dos estabelecimentos agropecuários do município. Em 10 % dos casos, a produtividade das áreas de reforma agrária foi equivalente ou um pouco abaixo daquela verificada nos estabelecimentos. E, finalmente, em 48 % dos casos, ela situou-se abaixo.

Os melhores desempenhos relativos encontram-se nas manchas do Sul da Bahia e do Oeste de Santa Catarina nas quais, apesar das marcantes diferenças produtivas em termos absolutos entre as duas regiões, respectivamente em 61 % e 51 % dos casos observados a produtividade física estava acima da média municipal.

No caso do Sul da Bahia, não obstante mais da metade dos assentamentos ter sido implantada após 1995¹¹ (57 % do total de projetos pesquisados), o desempenho favorável dos assentamentos se dá tanto em produtos assinalados como relevantes, como abacaxi, mandioca, milho e leite, quanto em cultivos sem expressão local mas com produção nos assentamentos, como abóbora e batata-doce. Aliás, sobre este último ponto vale destacar que os assentamentos introduzem diversos produtos que não guardam correspondência com a

Gráfico 5.13 Comparação entre a produtividade média dos principais produtos agropecuários dos assentamentos e a produtividade média dos mesmos produtos nos municípios, por manchas (em % dos casos analisados)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996. Ver Tabela A5.3, no Anexo 2.

(*) A base para este gráfico foram as tabelas de comparação das produtividades físicas de cada mancha, encontradas nas Tabelas A5.4 a A5.9, no Anexo 2. Neste gráfico, foram considerados apenas os produtos mais relevantes em cada mancha (utilizando como critério o percentual de assentados que produzem, que vendem, que consideram importante e da participação no valor da produção). As porcentagens se referem a um total de 146 casos (cada caso envolve a comparação da produtividade de um produto em um município), sendo 23 casos na mancha do Sul da BA, 16 no Sertão do CE, 27 no Entorno do DF, 9 no Sudeste do Pará, 33 no Oeste de SC e 38 na Zona Canavieira do NE. “Produtividade ao redor da média” expressa os casos em que a média encontrada nos assentamentos ficou muito pouco abaixo daquela observada nos municípios respectivos.

produção municipal, provocando uma oferta mais diversificada de produtos agropecuários. Voltaremos a tratar deste aspecto à frente. Dos municípios pesquisados no Sul da Bahia, apenas nos assentamentos localizados em Una a produção em geral não atinge a produtividade física local. Os produtos em que os assentamentos não atingem a produtividade média local são principalmente banana, feijão, cacau e, mais à distância, café (ver Tabela A5.4, no Anexo 2).

Já na mancha amostral do Oeste catarinense, dentre os produtos destacados como relevantes nos assentamentos, o feijão, o leite e o milho apresentam em geral produtividades físicas acima das médias municipais. Outros produtos, como trigo, mandioca, batata-doce, abóbora e arroz apresentam produtividades acima das médias locais em alguns dos municípios pesquisados. E a produtividade dos assentados não alcança as médias locais em outros produtos também relevantes, como o fumo e a soja (ver Tabela A5.8, no Anexo 2).

Do mesmo modo, parece razoável o desempenho dos projetos do Sertão cearense, com 19% dos casos acima da produtividade local, mas com 44% ao redor dela. Nesta mancha, ressalvados os casos do feijão e do milho em alguns municípios, nos demais casos os projetos apresentam uma produtividade mais baixa que a média local. Entretanto, no caso do leite, outro produto relevante, os valores são próximos, ainda que inferiores. Na produção do algodão, bastante citado nas entrevistas, o desempenho dos assentados não é ruim, mas também se dá em patamares menores¹² (ver Tabela A5.5, no Anexo 2).

A Zona Canavieira nordestina tem mais da metade das observações bem abaixo da média, no entanto, somados os valores “ao redor” e “acima da média”, teremos 47%. Nesta mancha, considerando o curto tempo desde a implantação dos assentamentos (a maior parte posterior a 1995), as dificuldades iniciais enfrentadas pelas famílias e mesmo as contramarchas na obtenção dos créditos de instalação (especialmente aquele relacionado à habitação, como veremos em outro momento), temos que descontar um período mínimo para que a produção possa estabelecer-se plenamente, sobretudo em culturas de ciclo longo como o coco e a laranja. Nesta mancha há diferenças entre os municípios, sendo que as produções de batata, cana-de-açúcar, feijão e abóbora apresentam produtividades acima da média na maioria dos municípios. Isso também acontece com alguns produtos menos relevantes, como açafrão, acerola e

melancia. Já outros produtos importantes, como banana; inhame, mandioca, milho e maracujá, apresentam na maior parte dos municípios estudados produtividades inferiores à média local (ver *Tabela A5.9, no Anexo 2*).

Nos casos do Entorno do Distrito Federal e do Sudeste paraense, com uma performance semelhante, temos um terço dos registros com produtividade acima da média local e dois terços dos casos abaixo. Vale notar que essas duas regiões, especialmente a primeira, constituem-se em áreas de agricultura capitalizada fundada no regime de médios e grandes estabelecimentos¹³. Assim, a “concorrência” local é muito mais sentida, quando comparamos os assentamentos com a média municipal.

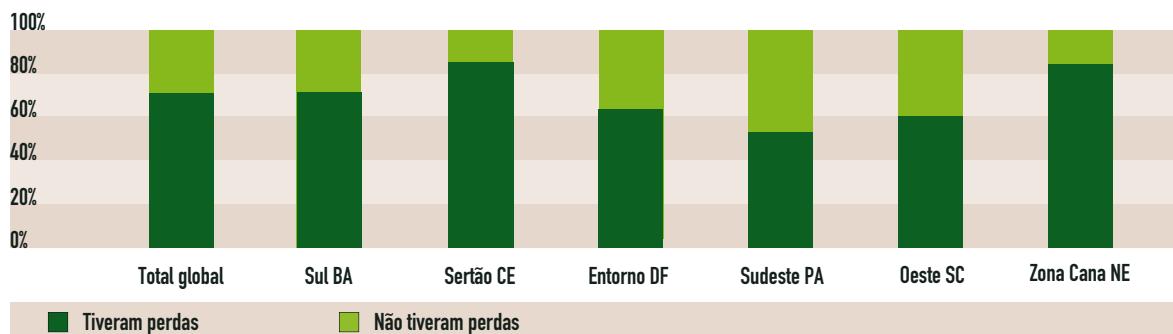
Na mancha amostral do Entorno do Distrito Federal temos um grupo de produtos no qual a produtividade dos assentados está, em geral, acima da média municipal, que são arroz, mandioca e sorgo. E há outro grupo no qual os valores levantados junto aos assentados são bem mais baixos, correspondente ao feijão, leite e milho. Destaca-se também a produção de soja nos projetos da parte goiana da mancha com produtividades acima das médias locais (ver *Tabela A5.6, no Anexo 2*).

Já no Sudeste paraense (*Tabela A5.7*), os assentamentos têm atuação marcante no caso do abacaxi, especialmente em Conceição do Araguaia, onde a introdução da cultura praticamente “revolucionou” o mercado local, como veremos a seguir no item referente à comercialização. Também neste município destaca-se o arroz, outro cultivo importante. No entanto, na produção de leite, mandioca e milho, os PAs apresentam uma produtividade abaixo da média local. Vale destacar, por último, a produção de maxixe e gengibre, não localizada nos dados do Censo Agropecuário.

Ainda sobre a produtividade física dos cultivos praticados nos assentamentos, é preciso esclarecer dois pontos adicionais. O primeiro deles refere-se ao fato de que, para as culturas perenes (banana, cacau, café etc) e para aquelas de ciclo longo (maior do que um ano), como o abacaxi e a mandioca, não foi possível separar no nosso levantamento as áreas com produção colhida das áreas com culturas plantadas mas que ainda não se encontravam em fase de produção, como faz o IBGE. Isso implicou, seguramente, um rebaixamento da produtividade média calculada para os assentamentos rurais.

O segundo ponto que queríamos ressaltar refere-se às perdas na produção sofridas pelos assentados: quase três quartos dos entrevistados declararam ter sofrido algum tipo de perda na safra 1998/99, comprometendo parte da produção total alcançada, afetando a produtividade.

Gráfico 5.14 Perdas na produção vegetal na safra 98/99 (em % dos entrevistados, por manchas)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A5.10, no Anexo 2*.

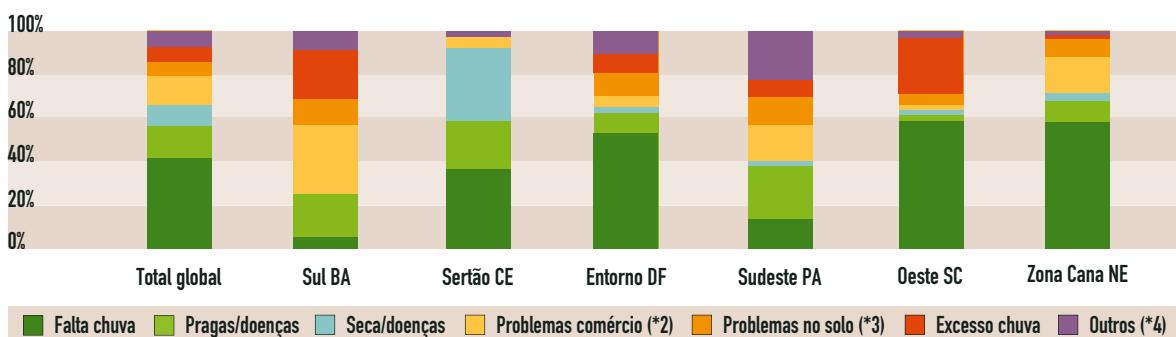
(*) Porcentagens de assentados que declararam perdas, em relação ao total de entrevistados.

vidade média. Esse aspecto foi especialmente sentido nas áreas nordestinas do Ceará e da Zona da Mata, nas quais 86 % dos entrevistados disseram ter sofrido perdas. Mesmo na região de Conceição do Araguaia, onde tal índice foi relativamente menor, mais da metade dos assentados estava nessa condição.

Entre os motivos declarados para justificar as perdas, podemos destacar a falta de chuva (42 % dos casos de perda), que, somada ao item “seca/doenças”, atinge 52 %, média influenciada pelas *manchas* do Ceará, do Entorno do Distrito Federal, do Oeste de Santa Catarina e da Zona Canavieira¹⁴. O motivo “pragas/doenças” respondeu por 15 % do total, sendo significativo nos contextos baiano, cearense e paraense. Problemas sentidos na comercialização dos produtos, incluindo baixos preços e falta de comprador, foram responsáveis pelas perdas no Sul da Bahia, na Zona Canavieira nordestina e no Sudeste do Pará, em percentuais que variavam de 32 % a 17 %, nessa ordem. A baixa qualidade dos solos, já comentada no início, afetou parcialmente (com exceção do Ceará) as respostas relativas às perdas nas regiões. Finalmente, o excesso de chuvas, ou mesmo a ocorrência de enchentes (como em Buerarema, Bahia), afetou praticamente um quarto dos produtores nas *manchas* do Sul baiano e do Oeste catarinense.

Também na criação animal, pouco mais da metade (55 %) dos entrevistados que criam animais declarou perdas. Esse quadro atingiu substancialmente as regiões do Entorno do Distrito Federal e do Sudeste paraense que, como vimos, têm um forte peso na bovinocultura. Entre os motivos elencados, sobressai o registro de doenças, associadas ou não aos acidentes, somando 58 % do total das justificativas, notadamente na Zona Canavieira, no Oeste catarinense e no Entorno do Distrito Federal. No caso paraense e em metade das declarações da região baiana, predominou a ocorrência de acidentes. Finalmente, a prática de roubos de animais influenciou as respostas dos assentados cearenses (12 % do total), mas também em Goiana, Pernambuco (com 33 % do total dos motivos), como mostra a *Tabela A5.10*, no *Anexo 2*.

Gráfico 5.15 Principais causas das perdas na produção vegetal, em % dos que declararam perdas, por *manchas* (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Porcentagem em relação aos assentados que declararam ter sofrido perdas. (*2) Preços baixos, falta de comprador, comprador não pagou.

(*3) Solos fracos, inadequados. (*4) Ataque por animais, problemas com o plantio, atraso no crédito etc.

Estimativa da participação dos assentamentos na produção agropecuária municipal

Para ter uma idéia melhor dos impactos dos assentamentos no contexto local, buscamos também comparar o peso da produção total dos assentamentos nos municípios estudados (calculada a partir de uma estimativa)¹⁵ com a produção agropecuária dos municípios

onde os projetos estão localizados (pelos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e da PAM e PPM - 1999)¹⁶. Nesse sentido, lembramos que as tabelas seguintes constituem-se na realidade numa aproximação, visando estabelecer alguns parâmetros relativos e qualificar a presença “produtiva” dos assentamentos no contexto local¹⁷.

Novamente os dados estarão reportados às seis regiões pesquisadas, listando os principais produtos agrícolas, extrativistas, beneficiados, além da produção de leite e ovos, para o conjunto dos assentamentos e dos municípios trabalhados em cada uma das manchas amostrais.

Começando pela região cacaueira da Bahia, onde os projetos de assentamento ocupam 2,3 % da área total dos estabelecimentos agropecuários¹⁸, constatamos que a produção de arroz, batata-doce, fumo e mamão origina-se exclusivamente dos assentamentos. Nesta mancha, quando comparamos a estimativa da produção dos assentados com os dados da PAM/PPM (mesma data-base que nosso levantamento), vemos que há uma participação muito importante (acima de 75 % da produção municipal) no caso dos seguintes produtos: abacaxi, laranja, leite, maracujá e milho. Há uma participação importante (entre 50 e 75 % do total local) na produção de mel e ovos. Há também uma razoável (entre 25 e 50 %) inserção na produção de feijão e uma participação menor (entre 10 e 25 % do montante municipal) de banana, guaraná, mandioca, pimenta do reino e urucum.

Com relação aos dados do Censo, que são mais completos, porém com uma defasagem temporal entre as safras (lembremos que alguns PAs não existiam na época do recenseamento), verificamos que a participação dos assentados é: muito importante em abóbora, acerola, laranja, maracujá, milho, ovos, pepino, quiabo e tomate; razoável em abacaxi, farinha de mandioca, leite, mandioca e pimenta do reino; e menor em feijão, piaçava e urucum. Nos demais produtos há uma baixíssima entrada.

O abacaxi é cultivado em seis assentamentos e, apesar do seu peso na produção regional, os assentados têm muita dificuldade na sua comercialização, tendo sido o produto mais citado quando o assunto era prejuízo. Voltaremos a este ponto na parte da comercialização.

Já no caso do cacau, vale ressaltar que, apesar de toda a crise provocada pela vassoura-de-bruxa na lavoura cacaueira, esta cultura ainda é economicamente muito importante na região de uma forma geral (mesmo para os pequenos agricultores), respondendo por 65 % do valor da produção agropecuária dos municípios-sede dos assentamentos. No entanto, mesmo representando 11 % do valor da produção agropecuária das famílias assentadas, vemos na *Tabela 5.5* que a participação dos assentamentos na produção de cacau é bastante baixa. Os assentamentos implantados em fazendas produtoras de cacau preservam o produto, embora em algumas situações tratem-no como “extrativismo”, ou seja, não dispensam muitos cuidados com a lavoura e apenas colhem o que vai sendo produzido, corroborando os índices de baixa produtividade que havíamos apresentado (com exceção dos projetos localizados em Ilhéus). A fala de um dos entrevistados foi bem expressiva: “na hora do aperto, uma arroba de cacau faz uma feira”. No entanto, entre os assentados, há uma opinião bastante difundida de que o cacau pode voltar a ser rentável com a filosofia de trabalho presente nos assentamentos de reforma agrária, em que cada família ou grupo de trabalho cuida de um lote do cacaual dividido, conseguindo controlar a vassoura-de-bruxa com a vigilância permanente e, assim, aumentando sua produtividade.

Apesar da expectativa de revigoramento do cacau, os assentados também compartilham do entendimento, que já se tornou senso comum, de que é preciso diversificar a produção. O café e o coco-anão ganham destaque como possíveis substitutos do cacau. É interessante notar que, apesar de toda a crítica, outro lugar-comum na região, à política de monocultura, recorrentemente ouve-se a idéia de que os agricultores e as administrações públicas da região

(Ceplac e prefeituras) vivem também na “cultura da monocultura”, pois há a sensação de que se espera encontrar algum outro produto que substitua o cacau à altura, ou seja, rendendo tanto quanto ele e com as mesmas facilidades de uma monocultura. No início da década de 90, era a vez do coco, tendo sido realizados livros, seminários, encontros de produtores, pesquisas etc. Nos últimos anos, o café passou a ocupar esse espaço. Em ambos os casos, principalmente a Ceplac e a Uesc (Universidade Estadual de Santa Cruz) têm sido as formuladoras da agenda de investimentos. Poderíamos dizer, em resumo, que, no que tange aos impactos ocasionados pela implantação dos assentamentos nessa região, a primeira modificação observada é a ativação de antigas fazendas, improdutivas ou desativadas pela crise da cultura do cacau.

Assim, mesmo representando apenas 2,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários dessa região, no ano agrícola 1998/99 a produção dos assentamentos aparece como significativa no caso de diversos produtos, incluindo itens pouco cultivados regionalmente, como já apontamos, contribuindo para uma diversificação da produção local.

Tabela 5.5 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – mancha do Sul da Bahia – em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999*					
Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
Abacaxi	93,5%	37,7%	Laranja	99,4%	77,4%
Abóbora	NC	331,3%	Leite	75,8%	46,3%
Acerola	NC	522,4%	Mamão	SPR	SPR
Arroz	SPR	SPR	Mandioca	17,0%	46,6%
Banana	14,8%	5,3%	Maracujá	75,6%	117,9%
Batata-doce	SPR	SPR	Mel	69,6%	SPR
Cacau	0,4%	0,2%	Milho	352,3%	141,9%
Café	1,9%	9,0%	Ovos	60,1%	324,9%
Coco-da-baía	1,0%	1,1%	Pepino	NC	600,0%
Dendê	NC	SPR	Piaçava	NC	17,6%
Far. mandioca	NC	46,5%	Pimenta do reino	15,1%	44,1%
Feijão-em-grão	48,5%	24,5%	Quiabo	NC	1246,4%
Fumo	SPR	SPR	Tomate	SPR	5000,0%
Guaraná	15,2%	8,0%	Urucum	16,8%	12,4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999. Ver Tabela A5.11, com dados completos, no Anexo 2.

(*) A estimativa de produção dos assentamentos considerou o total produzido em cada projeto pesquisado multiplicado pelo fator de extração amostral ao nível municipal (considerando o total de assentamentos até 1997), a partir da proporção de assentados que declararam produção dos produtos agrícolas e pecuários considerados nos projetos e municípios visitados.

Obs.: Alguns produtos não constam no Censo ou na PAM. Neste caso, utilizamos a indicação “NC” (não consta). Nos casos em que os dados relativos à produção municipal encontravam-se zerados, na célula correspondente à participação dos assentamentos registramos “SPR” (sem produção regional).

Na *mancha amostral* do Ceará, onde os assentamentos ocupam 16% da área total de estabelecimentos agropecuários, podemos verificar que produtos como amendoim e quiabo ganham expressão nos assentamentos, mas sem correspondência regional. O confronto com os dados da PAM/PPM indica a presença dos seguintes produtos oriundos dos projetos: ovos (participação importante, de 52%); mandioca e milho (razoável); algodão, arroz, banana e leite (participação menor, entre 10 e 20%). A comparação com o Censo aponta para o destaque do algodão como um produto com alta participação (o que pode ter sido resultado de uma safra ainda baixa em 1996, sobredimensionando a participação dos assentamentos). Gergelim e ovos têm uma inserção razoável (entre 25 e 50%) e arroz, feijão, leite, lenha, melancia, milho

e pepino têm uma participação menor. Diferentemente do caso baiano, podemos dizer que aqui não prevalece a introdução de novos produtos, nem tampouco no setor pecuário que será analisado posteriormente. Apesar do conjunto de projetos, quando somados – e é justamente esse nosso objetivo nesta pesquisa, isto é, verificar qual a diferença que áreas regionalmente “densas” de assentamentos possam proporcionar no universo local –, representar parte considerável da produção regional de um bom número de produtos, não há indícios mais fortes de alterações no perfil produtivo regional.

Tabela 5.6 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – mancha Sertão do Ceará (em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999)

Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
Abóbora	NC	8,8%	Mandioca	34,1%	8,5%
Algodão	17,9%	248,5%	Manteiga	NC	0,8%
Amendoim	SPR	SPR	Melancia	SPR	20,4%
Arroz	23,2%	18,0%	Melão	SPR	5,4%
Banana	15,4%	8,5%	Milho	27,0%	20,3%
Far. mandioca	NC	3,7%	Ovos	52,4%	29,6%
Fava	SPR	9,1%	Pepino	NC	10,7%
Feijão-em-grão	8,9%	21,3%	Queijo/requeijão	NC	1,2%
Gergelim	NC	41,6%	Quiabo	NC	SPR
Leite	11,7%	10,4%	Sorgo	4,7%	4,6%
Lenha	NC	16,7%			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, 1996; PAM /PPM, 1999. Ver dados completos na Tabela A5.12, no Anexo 2.

Obs.: “NC” = produto não consta (no Censo ou na PAM). “SPR” (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

Ver observações da Tabela 5.5.

Na mancha do Entorno do Distrito Federal, a batata-doce é o único produto citado como produzido pelos assentados e que não apresenta registros nas estatísticas secundárias. Quando comparamos a produção dos assentamentos com os dados das pesquisas amostrais do IBGE, vemos que se destacam a produção de maracujá, ovos e sorgo. Bem mais atrás, temos a mandioca e o leite, este último um produto comercialmente importante na região. Os demais itens da pauta têm uma participação pequena (abaixo de 10 %), num contexto regional de uma agricultura tecnificada, como já chamamos a atenção. A comparação com o Censo, é ilustrada pela dianteira dos seguintes produtos: farinha de mandioca, mandioca, maracujá e sorgo (mais do dobro da produção regional). Lenha, ovos e polvilho também possuem uma participação razoável (entre 30 % e 50 %). Com uma inserção menor (entre 10 e 20 %) temos arroz, leite e seus derivados (queijo e requeijão). Mesmo assim, a participação dos assentamentos pode ser considerada significativa se levarmos em conta que nesta mancha a área total ocupada pelos assentamentos representa apenas 3 % da área total dos estabelecimentos agropecuários nos municípios pesquisados (Tabelas 3.1 e A3.1).

Já no caso da mancha do Sudeste do Pará (Conceição e Floresta do Araguaia), os dados apontam para uma expressiva e diversificada presença da pauta produtiva dos assentamentos, sublinhada por uma participação da área total dos mesmos de 35 % na área total dos estabelecimentos agropecuários dos dois municípios.

Iniciando com produtos sem nenhuma expressão local, mas cultivados nos assentamentos, temos o registro de gengibre e de mudas de laranja. Contrapostos aos dados da

Tabela 5.7 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – mancha Entorno do Distrito Federal (em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999)*					
Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
Abóbora	NC	9,6%	Mandioca	21,5%	130,0%
Arroz	7,4%	17,8%	Maracujá	1015,1%	4541,9%
Banana	1,5%	1,4%	Milho	1,9%	2,0%
Batata-doce	SPR	SPR	Ovos	104,6%	52,0%
Café	0,3%	1,7%	Polvilho	NC	51,4%
Cana-de-açúcar	4,8%	8,9%	Polvilho e farinha	NC	37,5%
Far.de mandioca	NC	311,4%	Queijo/requeijão	NC	11,5%
Feijão-em-grão	1,6%	3,6%	Rapadura	NC	4,6%
Leite	10,5%	10,9%	Soja	1,6%	2,3%
Lenha	NC	31,4%	Sorgo	1502,8%	206,3%
Lenha p/ carvão	NC	21,8%			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, 1996; PAM /PPM, 1999. Ver dados completos na Tabela A5.12, no Anexo 2.

Obs.: "NC" = produto não consta (no Censo ou na PAM), "SPR" (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

Ver observações da Tabela 5.5.

PAM/PPM, temos que os produtos arroz, leite, ovos e soja têm uma extraordinária participação, com valores acima de 75 %. Após esse grupo, com alta inserção, encontra-se a trinca feijão-mandioca-milho com valores bem menos expressivos (entre 10 e 20 %). Os dados do Censo são mais ilustrativos, pois proporcionam um leque mais variado de produtos para comparação. Nesse caso, com a atentada defasagem entre as safras, temos abóbora, acerola, cana, cupuaçu, fava, gergelim, inhame, lenha, mel, melancia, polvilho, quiabo e soja com um alto índice de participação (acima de 100 %). Numa posição intermediária verificamos que abacaxi, amendoim, batata, farinha de mandioca, leite, mandioca, melão, milho, queijo/requeijão apresentam percentuais importantes (entre 30 e 75 %). E, finalmente, banana, maxixe e ovos, com uma participação menor (entre 15 e 20 %). Vale chamar a atenção para o abacaxi, cultura na qual os assentados foram pioneiros e tinham maior participação em meados dos anos 90 mas que, com a forte expansão do cultivo em toda a região no período recente, teve sua inserção relativa rebaixada.

As entrevistas qualitativas confirmam a participação dos assentamentos no aumento da produção dessas e de outras culturas. Destacam, em particular, a importância da oferta de arroz para consumo local, que foi maior no período em que as áreas estavam na etapa inicial de ocupação, quando os agricultores dedicam maiores áreas a essa cultura, que depois vai sendo paulatinamente substituída pelo gado. Mais do que impactos no volume de produção, no entanto, os entrevistados apontam para dois outros efeitos, considerados muito mais significativos e importantes: a introdução de novas culturas e atividades, bem como a diversificação da produção e da oferta de produtos para o mercado local.

Entre as atividades iniciadas a partir da criação dos assentamentos, destacam-se a pecuária leiteira e, em menor proporção (pois ainda incipientes), a fruticultura, a apicultura e a piscicultura, derivadas de atividades de fomento e assistência técnica. Já a produção de leite em escala comercial, associada a atividades agroindustriais, foi inaugurada a partir da ocupação das áreas e posterior criação dos assentamentos. Somando-se ao tradicional processo de "pecuarização" descrito anteriormente, a concessão de financiamentos do Procera permitiu a rápida aquisição e/ou expansão do rebanho (orientado, até certo ponto, para a produção de leite), servindo como forte estímulo à atividade.

A mudança na oferta de produtos na região a partir dos assentamentos dá-se também em produtos alimentares básicos (feijão, arroz, mandioca e milho, este último utilizado para a produção de aves e suínos), bem como no suprimento de diferentes tipos de farinha e outros derivados de mandioca; de hortaliças (abóbora, maxixe, quiabo, pimentas etc); de frutas (banana, abacaxi, citros, manga, caju); de aves (galinhas caipiras, galinhas d'angola, patos); de produtos de origem animal (banha, queijos caseiros, ovos caipiras etc) e de produtos extractivos diversos. Estes produtos são, na sua maioria, comercializados de forma direta nas feiras, assunto que retomaremos no próximo item.

Tabela 5.8 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – mancha Sudeste do Pará (em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999)

Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
Abacaxi	4,0%	39,2%	Mandioca	11,6%	69,5%
Abóbora	NC	551,8%	Far.de mandioca	NC	56,9%
Acerola	NC	117,2%	Manga	SPR	1,8%
Amendoim	0,1%	28,7%	Maxixe	NC	19,6%
Arroz	225,9%	34,6%	Mel	SPR	275,1%
Banana	6,9%	15,8%	Melancia	SPR	126,3%
Batata	SPR	63,2%	Melão	SPR	76,2%
Cana-de-açúcar	SPR	151,3%	Milho	18,2%	36,9%
Cupuaçu	NC	1015,1%	Mudas laranja	NC	SPR
Fava	SPR	448,6%	Ovos	78,8%	15,8%
Feijão-em-grão	15,2%	23,9%	Pepino	SPR	83,1%
Gengibre	NC	SPR	Polvilho	SPR	626,2%
Gergelim	NC	878,3%	Queijo/requeijão	SPR	32,8%
Inhame	NC	182,0%	Quiabo	SPR	152,4%
Leite	87,8%	43,6%	Rapadura	SPR	2,5%
Lenha	NC	138,9%	Soja	915,2%	11755,4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, 1996; PAM /PPM, 1999. Ver dados completos na Tabela A5.14, no Anexo 2.

Obs.: "NC" = produto não consta (no Censo ou na PAM). "SPR" (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

Ver observações da Tabela 5.5.

Os dados do Oeste de Santa Catarina foram divididos nas duas *submanchas*: Extremo-oeste e Abelardo Luz. Na *submancha* de Abelardo Luz, na qual a área dos assentamentos corresponde a 17 % da área total de estabelecimentos, a produção dos assentamentos tem uma participação relevante. Destacam-se, em relação aos dados da PAM/PPM, os seguintes produtos: feijão (com uma alta inserção, acima de 100 %); mandioca e ovos (com uma boa inserção, em torno de 56 %); e amendoim, arroz, batata, leite e milho (com uma participação razoável, entre 20 e 40 %). Ainda nesta *submancha*, pelos dados obtidos através do Censo, sobressaem-se: abóbora, amendoim, batata, batata-doce, cebola e feijão (com participação acima de 100 %); mandioca (com participação de 80 %); e carvão e lenha (com participações acima de 35 %). Os assentamentos vão ter uma baixa participação (abaixo de 7 %) em fumo, mel, soja e trigo.

No município de Abelardo Luz em particular, onde a existência dos assentamentos remonta a meados dos anos 80, pode-se dizer que a criação dos assentamentos teve dois efeitos principais no perfil produtivo local: por um lado, contribuiu para o crescimento de atividades não tradicionais no município, como a pecuária leiteira, a fumicultura, a piscicultura e o cultivo

de erva-mate, além de estancar a queda na produção de feijão (quando comparados os dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1996); por outro, a ocupação das fazendas improdutivas pressionou os donos de grandes propriedades a aumentar a utilização de suas áreas com o cultivo de commodities como o milho e a soja.

No Extremo-oeste temos, em geral, uma participação bem mais reduzida. A erva-mate lidera o ranking (acima de 100 %), seguida por batata, batata-doce, arroz e amendoim (entre 15 e 30 %). O feijão aparece com uma participação em torno de 20 % na comparação com o Censo e de 67 % em relação aos dados da PAM. Os assentamentos têm participação entre 7 e 13 % no caso de fumo, leite, mandioca e ovos, e apresentam uma participação entre 2 e 4 % no caso de milho, soja e trigo. De qualquer forma, se contarmos que na submancha do Extremo-oeste a participação dos assentamentos na área total dos estabelecimentos é de 4 %, podemos dizer que os assentados participam razoavelmente da produção local, com uma pauta diversificada. Vale lembrar que nesta região o papel de vanguarda dos assentamentos em relação aos pequenos agricultores autônomos da região se dá principalmente em iniciativas de agregação de valor aos produtos agrícolas.

Tabela 5.9 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – mancha Oeste de Santa Catarina (em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999)					
Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
Submancha de Abelardo Luz			Submancha do Extremo-oeste		
Abóbora	-	1238,4%	Amendoim	27,0%	15,4%
Amendoim	SPR	230,8%	Arroz	31,3%	24,9%
Arroz	38,6%	17,0%	Batata	26,1%	32,3%
Batata	24,0%	815,5%	Batata-doce	SPR	25,0%
Batata-doce	SPR	482,1%	Erva-mate	-	131,5%
Carvão	-	69,8%	Feijão-em-grão	67,5%	22,1%
Cebola	SPR	471,6%	Fumo	9,1%	9,3%
Erva-mate	-	10,7%	Laranja	0,6%	1,3%
Feijão-em-grão	257,2%	153,5%	Leite	10,1%	10,0%
Fumo	4,5%	7,1%	Mandioca	11,7%	7,2%
Leite	40,7%	48,0%	Milho	4,3%	3,8%
Lenha	-	35,6%	Ovos	13,5%	10,0%
Lenha p/ carvão	-	185,5%	Soja	2,3%	2,4%
Mandioca	55,7%	80,1%	Trigo	4,7%	4,3%
Manga	SPR	0,0%			
Mel	5,2%	4,8%			
Milho	20,5%	18,1%			
Ovos	56,8%	58,0%			
Queijo/requeijão	-	25,2%			
Soja	2,3%	2,3%			
Trigo	0,5%	0,2%			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, 1996; PAM /PPM, 1999. Ver dados completos na Tabela A5.14, no Anexo 2.

Obs.: “**NC**” = produto não consta (no Censo ou na PAM). “**SPR**” (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

Ver observações da Tabela 5.5.

Na *mancha* da Zona Canavieira do Nordeste podemos verificar que açafrão, castanha de caju e gergelim são produtos cujo registro municipal praticamente inexiste, mas constam da pauta produtiva dos projetos. Nas *submanchas* do Brejo paraibano e da Zona da Mata parai-

Tabela 5.10 Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional – *submancha* Zona Canavieira do Nordeste (em % da produção regional, por produto, 1996 e 1999)

Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional PAM/PPM 1999	Participação dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996
<i>Submancha</i> da Zona da Mata Pernambuco e Alagoas			<i>Submancha</i> do Brejo e da Zona da Mata da Paraíba		
Abacate	SPR	32,2%	Açafrão	–	SPR
Abacaxi	294,6%	490,2%	Abacaxi	5,7%	13,5%
Abóbora	–	1673,9%	Abóbora	–	172,6%
Acerola	–	27,7%	Amendoim	433,6%	238,2%
Banana	7,0%	21,9%	Banana	0,6%	2,5%
Batata	SPR	SPR	Batata	SPR	3290,2%
Batata-doce	32,3%	82,0%	Batata-doce	3,2%	8,8%
Caju	–	23,7%	Caju	–	0,1%
Cana-de-açúcar	3,2%	1,9%	Caju (castanha)	SPR	SPR
Cará	–	57,9%	Cana-de-açúcar	0,0%	0,00%
Coco-da-baía	2,7%	2,8%	Coco-da-baía	14,8%	20,6%
Far. de mandioca	–	361,0%	Fava	47,6%	69,5%
Feijão-em-grão	87,2%	872,0%	Feijão-verde	–	15,1%
Gergelim	–	SPR	Feijão-em-grão	91,5%	130,1%
Graviola	–	41,7%	Inhame	–	18,4%
Inhame	–	45,1%	Leite	17,8%	15,8%
Laranja	0,3%	6,0%	Lenha	–	95,0%
Leite	14,2%	13,8%	Mandioca	35,0%	39,2%
Limão	SPR	2,5%	Far. de mandioca	–	36,7%
Mandioca	36,2%	334,5%	Maracujá	101,0%	579,1%
Maracujá	116,0%	158,5%	Milho	581,0%	85,7%
Melancia	SPR	6562,0%	Ovos	0,1%	0,2%
Milho	590,1%	2021,9%	Repolho	–	2267,4%
Ovos	0,6%	0,9%			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, 1996; PAM /PPM, 1999. Ver dados completos na *Tabela A5.14*, no Anexo 2.

Obs.: “**NC**” = produto não consta (no Censo ou na PAM). “**SPR**” (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

Ver observações da *Tabela 5.5*.

bana, dispostas em conjunto, os dados da PAM indicam a forte participação dos assentados na produção de amendoim, feijão, maracujá e milho (acima de 90 % da produção regional). Também significativa é a produção de mandioca e fava (35 % e 48 %). Quando a base comparativa é a pesquisa censitária do IBGE, o destaque é muito grande, possivelmente em função da não-existência dos assentamentos no momento da coleta dos dados. Neste caso, abóbora, amendoim, batata, feijão, lenha, maracujá e repolho marcam uma participação extremamente alta, acima de 95 %. Outros produtos, como abacaxi, batata-doce, feijão-verde, inhame e leite, têm uma participação menor (entre 9 e 18 %). Já a produção de banana, caju e ovos é inexpressiva (cerca de 2 %). Vale lembrar que nesta *submancha* a participação dos assentamentos na área total de estabelecimentos agropecuários é de 17,6 %.

Na *submancha* da Zona da Mata pernambucana/alagoana, a comparação com os dados da PAM indica uma participação alta do abacaxi, feijão, maracujá e milho (acima de 90 %). Batata-doce, mandioca e leite têm uma inserção menor (entre 15 e 35 %). Na comparação com os dados do Censo Agropecuário, abacaxi, abóbora, batata-doce, farinha de mandioca, feijão, mandioca, maracujá, melancia e milho são os produtos oriundos dos núcleos de reforma agrária com uma posição destacada (acima de 80 %). Nesta *submancha* a participação dos assentamentos na área total de estabelecimentos é de 9 %.

Por fim, nas duas *submanchas* vale um destaque para o caso da cana-de-açúcar. Tal como se deu na Bahia com o cacau, apesar de figurar na listagem dos produtos relevantes, a produção da cana-de-açúcar nos assentamentos tem pouquíssima expressão local, representando menos de 3% da produção regional¹⁹. Os dados apontam para uma substituição da plantação de cana, que predominava nas fazendas e engenhos desapropriados que vieram a se constituir nos assentamentos pesquisados.

Assim, a diversificação da produção de alimentos verificada pode ser atribuída, em parte, ao processo de territorialização da reforma agrária na região e, em parte, ao movimento de reorganização dos sistemas de uso do solo da produção familiar no seu contexto mais geral. Podemos mesmo afirmar que este último movimento é assimilado pelos PAs a partir da tendência observada nos padrões produtivos da agricultura familiar regional. Não se pode negar, porém, a importância do papel desempenhado pela assistência técnica, por intermédio da Emater e do Projeto Lumiar, nessa reorientação.

Participação dos assentamentos no rebanho regional

Assim como na produção vegetal, a participação do rebanho dos projetos sobre o rebanho municipal, para as principais criações, é diferenciada nas seis *manchas*.

Tabela 5.11 Estimativa da participação do efetivo dos rebanhos de bovinos, suínos, caprinos/ovinos e aves dos assentamentos nos municípios estudados comparados com os dados regionais da Pesquisa Pecuária Municipal, segundo as regiões estudadas – em números de cabeças, 1999 (*1)

Mancha	Bovinos	Suínos	Aves	Caprinos	Participação dos PAs na área total estabelecimentos (*2)
	Rebanho em relação ao total da região				
Sul BA	2,8%	2,8%	5,6%	-	2,3%
Sertão CE	8,6%	15,5%	31,9%	27,4%	15,9%
Entorno DF	3,6%	12,2%	48,4%	18,6%	3,1%
Sudeste Pará	25,7%	22,3%	55,6%	24,0%	34,6%
Oeste SC	7,5%	5,5%	11,0%	0,9%	9,6%
Zona Cana NE	14,5%	3,1%	3,2%	44,9%	12,1%
Total global	8,2%	9,4%	14,2%	25,1%	8,7%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; PPM, IBGE, 1999. Ver dados completos nas *Tabelas A5.17 e A5.18*, no Anexo 2.

(*1) A produção regional constitui-se na somatória dos dados referentes aos municípios englobados pela *mancha amostral*, com base na PPM/IBGE/1999. Nos dados dos assentamentos pesquisados estão incluídas as informações da produção realizada pelas famílias e pelos grupos coletivos. Neste último caso, tornou-se a participação relativa dos assentados contemplados na amostra que criam animais coletivamente. A estimativa foi obtida a partir da extração amostral municipal (assentamentos até 1997), proporcional ao número de assentados que declararam a criação animal considerada.

(*2) Participação percentual da área total dos assentamentos (criados pelo Incra até 1997) sobre a área total de estabelecimentos agropecuários (IBGE) no conjunto dos municípios da *mancha amostral*. Coluna reproduzida das *Tabelas 3.1 e A3.1*.

Na *mancha* do Sul da Bahia, vimos anteriormente que o perfil dos assentamentos é basicamente agrícola. Os dados comparativos dos rebanhos parecem indicar que os assentamentos acompanham a tendência regional, já que a participação no diversos tipos de criação é mais ou menos semelhante ao seu peso no total de estabelecimentos. Eles têm um peso em torno de 3 a 5% do rebanho regional, enquanto a área dos assentamentos representa 2,3% da área total dos estabelecimentos²⁰. No entanto, vimos anteriormente que os assentamentos têm uma participação bastante representativa na produção de leite e de ovos, e também na produção de mel.

Na *mancha* do Sertão do Ceará, a participação dos assentamentos somente é mais significativa no caso dos rebanhos de caprinos e de aves (bem como de ovos, como vimos anteriormente).

Na *mancha* do Sudeste paraense, um quarto do rebanho regional situa-se nas áreas de pastagens dos assentamentos, o que não é tão surpreendente se considerarmos que os assentamentos ocupam 35 % da área dos estabelecimentos agropecuários. Lembramos que também a produção de leite e queijo se mostrou significativa. Ainda nesta *mancha* destaca-se também a participação no rebanho de aves e, como vimos anteriormente, na produção de ovos. Lembramos ainda que na análise anterior a produção de mel teve destaque.

Os projetos do Oeste de Santa Catarina, onde o rebanho suíno é estrategicamente mais importante, apresentam pouca expressão relativa local (5,5 %), visto ser a suinocultura uma criação largamente difundida em condomínios da região. Nesta *mancha*, como já destacamos, o gado leiteiro tem sido uma atividade com importantes encadeamentos “para frente”. E, apesar do rebanho bovino ser proporcionalmente pequeno (7,5 %) quando confrontado ao contexto regional, lembramos que a produção de leite é significativa (40 a 47 % na *submancha* de Abelardo Luz e 10 % no Extremo-oeste). Também as aves e ovos atingem a marca dos 10 % da produção regional.

Na Zona Canavieira, onde os assentados têm se valido do crédito de custeio (dado o acesso mais difícil ao crédito de investimento), em alguns casos, para a aquisição de animais, o rebanho ovino/caprino representa 45 % daquele existente na região. Mesmo sendo poucos os assentados que criam gado, os assentamentos apresentam uma participação no rebanho bovino proporcional à sua participação na área total dos estabelecimentos, o mesmo também ocorrendo com a produção de leite. As aves têm pouco peso regional.

O conjunto de dados da produção agrícola e pecuária apresentados anteriormente aponta para uma participação importante e diversificada dos assentamentos na produção agropecuária regional. De uma forma geral, pode-se dizer que essa participação é mais ou menos proporcional (sendo em vários casos superior) à porcentagem da área ocupada pelos assentados no que se refere aos cultivos alimentares mais tradicionais em cada região e também no que se refere ao gado nas *manchas* do Entorno do DF e do Pará. Já no caso dos cultivos como cacau (Sul da Bahia) e cana (Zona Canavieira) a participação dos assentamentos é reduzida, indicando uma diversificação da produção dos mesmos, que é confirmada quando verificamos a importância relativamente alta dos assentamentos numa ampla gama de outros cultivos, que abrangem frutas, legumes e grãos, e também alguns produtos de origem animal, como leite, ovos e mel.

Essas questões aparecem nas respostas dos assentados, quando indagamos sua opinião sobre as mudanças trazidas pelos projetos ao universo regional. Tomado o contexto geral da pesquisa, 41 % de assentados declararam que os projetos aumentam a produção regional; 9 % afirmaram que a mesma tornou-se bem mais diversificada e outros 32 % disseram que houve melhora no comércio (lembremos que as respostas admitiam mais de uma alternativa e, portanto, não somam 100 %).

Comercialização da produção nos assentamentos e transformações na estrutura local

Os dados de comercialização vêm corroborar as indicações de que a implantação dos assentamentos leva a uma diversificação produtiva e à oferta de uma gama mais ampla de produtos agropecuários nos mercados locais, sobretudo se considerarmos aquelas regiões em que predo-

minavam paisagens com apenas um tipo de cultura, como por exemplo a região cacaueira na Bahia e a Zona Canavieira nordestina, e também a pecuária extensiva no Sudeste do Pará. Mesmo que muitos produtos sejam vendidos em pequenas quantidades e por uma pequena parcela dos assentados, parece haver uma repercussão no mercado local dos municípios onde estão inseridos, ampliando a oferta de bens primários.

Com relação às formas de comercialização dos produtos agropecuários dos assentamentos, a pesquisa revelou que os assentamentos tanto podem reproduzir situações locais preexistentes (sem inovar os canais de comercialização), como podem criar novas possibilidades ou alterar o alcance de antigos canais.

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores assentados para vender sua produção, levando em conta todos os produtos vendidos, independentemente da sua relevância (em número de produtores que vendem, volume de venda ou mesmo em valor bruto da produção). Para cada entrevistado e para cada tipo de mercadoria declarada como vendida, indagamos sobre a forma de operacionalizar sua venda. Embora não possamos rigorosamente estabelecer uma somatória das observações, visto que se trata de produtos com características muito diferentes (além do que um único assentado pode comercializar mais de um tipo de produto), os percentuais listados na tabela dão uma noção da preponderância dos canais de escoamento da produção utilizados, que serão melhor detalhados nas tabelas relativas a cada *mancha*.

Tabela 5.12 Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados (síntese das <i>manchas</i> pesquisadas – 1999)												
Mancha	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializam) (*1)											
	Feira (*2)	Atravessador	Agroindústria	Venda direta (*3)	Supermercado	Coop./assoc. assentados (*4)	Cooperativa externa (*5)	Outro assentado (*6)	Açougue/abatedouro	Outros	Sem informação	Total
Sul BA	23	43	2	5	10	1	0	0	0	8	7	100%
Sertão CE	14	40	12	7	2	4	6	4	0	2	9	100%
Entorno DF	9	17	2	23	11	9	6	8	5	2	9	100%
Sudeste PA	8	55	17	2	1	1	0	7	2	5	2	100%
Oeste SC	1	23	13	6	10	11	11	11	0	9	5	100%
Zona Cana NE	16	70	4	4	1	0	0	3	1	1	0	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Porcentagens calculadas em relação ao número total de entrevistados que declararam vender cada produto. Destacamos em vermelho os canais com maior relevância em cada *mancha*. As diferenças para 100% referem-se aos casos sem informação. (*2) Venda direta pelo produtor na feira ou venda a um feirante. (*3) Venda direta a varejo, seja no próprio estabelecimento do assentado ou venda ambulante. (*4) Comercialização através de cooperativa ou associação formada pelos próprios assentados. (*5) Venda a uma cooperativa externa ao assentamento. (*6) Vendas diretas a vizinhos, na agrovila, a outros assentados do projeto ou mesmo a outros projetos de assentamento.

Podemos notar que há uma diferenciação regional quanto aos principais canais de comercialização utilizados. Enquanto nas *manchas* do Ceará, Pará e Zona Canavieira prevalecem os “atravessadores” (intermediários), seguidos das feiras e das agroindústrias (no caso do Pará primeiro as agroindústrias e depois as feiras), nas outras três manchas a situação é diversa: na Bahia, além de “atravessadores” e feiras, predominam, em menor monta é claro, os supermercados. No Entorno do Distrito Federal, despontam a venda direta, “atravessadores” e supermercados. E, finalmente, no Oeste catarinense temos “atravessadores”, agroindústrias/laticínios e cooperativas (ou cooperativas e agroindústrias, caso consideremos a somatória das cooperativas internas e externas aos projetos).

Vemos que em todas as *manchas* os “atravessadores” têm um peso significativo, indicando a princípio a manutenção dos canais tradicionais de escoamento. No entanto, a

presença dos assentamentos, ao aumentar o volume de produção e/ou introduzir novos cultivos, em alguns casos favoreceu o surgimento de outros circuitos de “atravessadores” que, mesmo numa moldura tradicional, representam novos canais de comercialização que repercutem também na agricultura local.

Já foram abordadas anteriormente as repercussões provocadas pela presença dos assentamentos nas feiras livres. Em vários municípios analisados, a diversificação da produção, o crescimento da oferta e o rebaixamento dos preços dos produtos alimentícios levaram a um aumento da variedade de produtos ofertada, do espaço físico e do número de dias de ocorrência das feiras, levando também à presença dos assentados como feirantes (regulamentados ou não, em concorrência com os feirantes “profissionais”).

Aparecem ainda com relativa importância as vendas para outros assentados, revelando que os assentamentos podem, em alguns casos, se tornar simultaneamente mercados ofertantes e compradores dos bens agropecuários (dentro do mesmo assentamento ou entre projetos), especialmente onde há maior densidade de famílias assentadas. As vendas para outros assentados aparecem com maior relevância no caso da criação animal, sobretudo animais vivos (bezerros, caprinos, suíños, aves), mas também em alguns outros produtos alimentares (ovos, frutas, produtos manufaturados como queijo, rapadura).

Formas associativas de comercialização (e de beneficiamento de produtos) também vêm sendo experimentadas em vários assentamentos, com a criação de pontos de venda próprios (feiras de produtores ou espaços alternativos ao longo das rodovias), formas cooperativas de comercialização, implantação de pequenas agroindústrias, constituição de marcas próprias para comercializar a produção. Essas iniciativas associativas, em alguns casos, têm um peso importante na comercialização dos produtos e, para além do seu significado econômico, têm também a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentado e do sucesso da experiência dos assentamentos.

Antes de entrarmos no detalhamento de cada região estudada, vale lembrar que a situação precária das estradas e outros aspectos negativos da infra-estrutura abordados anteriormente repercutem nas condições e possibilidades de comercialização. Na medida em que, das seis regiões apresentadas, em quatro predominam estradas de terra, é sabido que na época das chuvas as condições de tráfego tendem a se degradar bastante, por vezes impedindo completamente o acesso (como é o caso em 29% e 40% na Bahia e no Ceará, respectivamente). Isso afeta particularmente o escoamento da produção, sobretudo dos cultivos de ciclo curto vendidos no comércio local. Assim, apenas para os assentamentos do Entorno do Distrito Federal, e parcialmente para os casos de Santa Catarina e Zona Canavieira, poderíamos afirmar que as estradas encontram-se numa boa situação. Na maior parte dos casos elas permanecem em condições precárias, agravadas no período de chuvas. Lembramos também que a distância média entre os núcleos e o centro urbano com o qual os assentados têm uma relação mais freqüente não é desprezível, sendo maior nas manchas do Ceará, Sudeste do Pará e Entorno do Distrito Federal (em torno de 40 quilômetros em média)²¹.

Na mancha do Sul da Bahia, diversos produtos têm parte de sua venda realizada por grupos oletivos (cacau, coco, farinha de mandioca, gado bovino, leite, quiabo, seringa, melancia, milho, piaçava) (*Tabela 5.13*). Alguns destes produtos são produzidos coletivamente ou em áreas coletivas, como é o caso do cacau (que 75% dos entrevistados afirmam vender de forma coletiva) e do gado de leite (metade dos entrevistados vende de forma coletiva). Nos demais produtos, a comercialização é totalmente feita individualmente pela família ou pelo responsável.

Tabela 5.13		Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados na mancha do Sul da Bahia – 1999 (em % de entrevistados)									
Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos, em % dos assentados que comercializaram (*3)									
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro	Outros
Abacaxi	100%	25,0	50,0	6,3	6,3						
Abóbora	83%	50,0	33,3								16,7
Acerola	100%				100,0						
Aves	100%				20,0	20,0					
Banana	100%	46,7	40,0			6,7					
Batata-doce	100%	100,0									
Cacau (*5)	27%		9,1			9,1					81,8
Café	100%		100,0								
Coco	64%	45,5	45,5		9,1						
Dendê	100%					100,0					
Far. mandioca	77%	35,9	34,0		3,8	32,1					
Feijão	100%	100,0									
Fumo (*6)	100%										
Gado	50%									50,0	
Guaraná	100%		66,7								33,3
Laranja	100%				100,0						
Leite	50%		50,0		50,0						
Mamão	100%	100,0									
Mandioca	100%		77,8	16,7					5,6		
Manteiga	100%				100,0						
Maracujá	100%		66,7			33,3					
Mel	0%		100,0								
Melancia	50%	50,0	50,0								
Milho	93%	57,1	14,3			14,3					28,6
Ovos (*6)	100%										
Pedra	100%									100,0	
Pepino	100%	100,0									
Piaçava	89%		65,8	2,6							2,6
Pimenta	100%		100,0								
Pitanga	100%		100,0								
Polvilho	100%				100,0						
Queijo	100%				100,0						
Quiabo	75%	50,0	25,0			25,0					
Seringa	83%		50,0			16,7					16,7
Suíños	100%		50,0		50,0						
Tomate	0%		100,0								
Urucum	100%		33,3								33,3
Total	88%	23,0	43,0	2,1	5,3	9,8	0,8	0,0	0,4	0,4	8,2

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Os produtos listados em vermelho indicam aqueles cinco primeiros com maior número de produtores que declararam vender. (*2) Em relação ao total de produtores que comercializaram sua produção, por produto. A diferença para 100% refere-se aos que vendem de forma coletiva (*3) Em relação ao total de produtores que declararam comercializar. A diferença da somatória das alternativas para 100% refere-se aos casos sem informação, não colocados na tabela para permitir uma melhor visualização. Os percentuais em vermelho indicam a opção com maior freqüência. (*4) Inclui venda para vizinhos e agrovila e, secundariamente, para outros PAs. (*5) Outros refere-se a armazém. (*6) No caso desses produtos a alternativa “sem informação” representa 100%. Em geral foram produtos com apenas um ou dois assentados que produzem, e que não responderam o canal de comercialização adotado.

Na mancha do Sul da Bahia, os cinco produtos comercializados pelo maior número de assentados na safra 1998/99 foram abacaxi, banana, farinha de mandioca, milho e piaçava, ou seja, uma pauta essencialmente agrícola (incluindo um produto extrativista).

O abacaxi e a piaçava, produtos essencialmente comerciais (assim como o coco e o cacau), são vendidos sobretudo através dos intermediários, localmente conhecidos como “atravessadores” que, indo buscar a mercadoria no próprio assentamento, conseguem impor preços mais baixos aos assentados. Mesmo no caso do abacaxi, produto cuja produção dos assentamentos tem um peso significativo na produção regional, os assentados de uma forma geral ainda não conseguiram se desvincilar do circuito local dos “atravessadores”, que segundo o IBGE são o principal canal de comercialização do abacaxi na microrregião cacaueira. E o abacaxi foi o produto mais citado na pesquisa quando o assunto era prejuízo. Com exceção do PA Terra Vista, em Arataca, e de alguns agricultores do PA Poxim/Sarampo que conseguiram vender sua produção para uma fábrica de polpas, os demais sofreram prejuízos com o não-pagamento pelos “atravessadores” e com a perda dos frutos ainda nos lotes ou nos galpões, por falta de transporte ou por dificuldade de acesso pela precariedade das estradas. Em Canavieiras, constatou-se a venda do produto diretamente para um hotel.

Ainda no Sul da Bahia, a feira aparece como importante no caso da banana, farinha de mandioca e milho. Nestes três produtos ainda pesa o papel do “atravessador” e no que se refere à farinha (e em menor grau da banana), a venda direta ao supermercado. No caso da farinha de mandioca, a comparação dos dados primários da pesquisa com aqueles coletados pelo Censo Agropecuário de 1995/96 indica um peso maior dos “atravessadores” na região do que nos assentamentos, onde a feira e a venda aos supermercados aparecem com peso equivalente, indicando uma possível “inovação” dos assentamentos no caso deste produto.

De uma forma geral, predominam nesta mancha a venda para “atravessadores” e a comercialização dos produtos nas feiras locais. Vários produtos de alimentação básica (feijão, abóbora, batata-doce, milho e algumas frutas), apesar de não responderem por grande parte do VBP dos projetos, mostram-se importantes do ponto de vista do abastecimento dos mercados locais, uma vez que são vendidos preponderantemente em feiras. Em alguns municípios, como Arataca, Buerarema e Camacan, a produção dos assentamentos praticamente foi responsável pela criação de algumas feiras, diferenciando-se dos demais produtores que trabalham principalmente com intermediários. Também aparecem vários produtos vendidos diretamente ao consumidor, como acerola, laranja, leite, manteiga, polvilho, queijo e suínos, apontando mais uma vez para uma diversificação dos produtos oferecidos localmente. Para itens como dendê, maracujá e quiabo (além da mandioca, já citada), pesam as vendas diretas aos supermercados. A venda para agroindústrias limita-se aos casos do abacaxi, mandioca e piaçava. Para a venda do cacau, os assentados utilizam os canais tradicionais, que são os “armazéns”.

Na mancha do Sertão cearense chama também atenção a extensa pauta de produtos ofertados pelos assentados, incluindo mercadorias beneficiadas como farinha de mandioca e queijo. Alguns bens, como a banana, o carvão, o gado e o milho, têm parte da sua produção comercializada por grupos coletivos, que são importantes em projetos da região (Tabela 5.14).

Os “atravessadores” e as feiras predominam na forma de vender os produtos dos assentamentos, ainda que, no caso do algodão e da lenha, o repasse direto para agroindústrias seja importante. Para os supermercados, parte dos produtores vende milho e feijão. A comercialização para outros assentados aparece com importância no caso da banana (um quarto dos produtores utilizou este canal) e na criação animal (cavalos, caprinos, ovelhas e ovos).

Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializaram) (*3)								
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro
Abóbora	100%	50,0								
Algodão	98%	6,8	31,8	39,2	0,7		10,1	21,6		0,7
Amendoim	100%	100,0								
Aves	100%	21,7	21,7		13,0		4,4		4,4	
Banana	75%	50,0	25,0						25,0	
Batata	100%		100,0							
Bezerro(*5)	100%									
Caprino	100%	23,4	36,2		10,6		4,3		12,8	
Carvão(*5)	50%									
Eqüíno	100%	33,3							33,3	
Far. mandioca	100%	100,0								
Fava	100%	100,0								
Feijão	100%	24,1	51,7		6,9	10,3	6,9		3,5	
Gado	97%	11,5	57,4		6,6				1,6	1,6
Hortaliças	100%		100,0							
Leite(*5)	100%									
Lenha	100%			33,33						
Madeira(*5)	100%									
Melancia(*5)	100%									
Melão(*5)	100%									
Milho	93%	13,0	53,7	2,4	13,8	6,5	1,6		4,06	5,7
Novilha(*5)	100%									
Ovelha	96%	12,0	48,0						12,0	
Ovos	100%	10,0	20,0		10,0				10,0	
Palha(*5)	100%									
Queijo	100%		100,0							
Suíños	100%	23,5	41,2		5,88					
Total	97%	14,28	40,07	11,50	6,86	2,04	4,27	5,94	4,08	0,0
										1,85

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Notas (*1) a (*4): ver Tabela 5.13. (*5) Esses produtos eram vendidos por apenas um ou dois assentados, que não responderam o canal de comercialização adotado. Assim, a alternativa “sem informação” representa 100%.

Nesta *mancha*, algodão, aves, caprinos, gado e milho constituem-se nos cinco produtos declarados como vendidos pelo maior número de assentados. No caso do algodão, uma cultura tipicamente comercial, ao que parece são reproduzidos os canais tradicionais: venda direta para a indústria têxtil, para “atravessadores” locais e cooperativas. Uma parcela pequena (10 %) dos produtores o vende através de associações/cooperativas de assentados (o que pode significar mudanças) ou em feiras livres. No caso das aves (especialmente frangos) e caprinos, predominam as vendas por intermediários e nas feiras, seguidas pela venda direta e para outros assentados. A venda de gado ocorre especialmente por “atravessadores”, restando alguns produtores que utilizam as feiras ou a venda direta. A comercialização do milho é mais diversificada: predominam os “atravessadores” (54 % dos casos), mas a feira e a venda direta, juntas, totalizam 27 %. Também verifica-se o escoamento através de outros assentados e PAs, bem como diretamente para as agroindústrias.

Os “atravessadores” são ainda relevantes para a comercialização de batata, feijão, hortaliças, ovelha, queijos e suínos. As feiras mostram-se importantes para a abóbora, amen-doin, banana, farinha de mandioca e fava. Geralmente as feiras são realizadas uma vez por semana, entretanto em Canindé e Quixeramobim, atualmente, elas são permanentes²³. Em determinadas localidades, a venda pelos assentados de seus produtos nas feiras traz como consequência a aplicação dos recursos auferidos na aquisição de produtos do comércio situado nas suas proximidades.

Tabela 5.15 Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados na *mancha* do Entorno do Distrito Federal – 1999 (em % de entrevistados)

Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializaram) (*3)								
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro
Abóbora(*5)	100%				23,5	17,7	5,9		5,9	
Arroz	100%		29,4							
Aves	100%	20,7	20,7		29,3	12,1			1,7	1,7
Batata-doce	100%									100,0
Bezerro	100%		9,1		9,1				72,73	
Café(*5)	100%									
Cana-açúcar	100%				100,0					
Caprino	100%								100,0	
Carvão	88%	28,6							14,3	42,9
Doce	100%				100,0					
Equíno	100%				50,0					
Far. mandioca	100%	26,3	10,5		5,3	57,9				
Feijão	100%	20,0	40,0			40,0	20,0			
Gado	100%	5,0	15,0		31,7				8,3	26,7
Grama	100%				100,0					
Leite	100%	1,4	5,71	8,57	5,7		42,9	34,2		
Lenha	100%					50,0				
Madeira	100%		16,7		33,3					16,7
Mandioca	100%	10,0	20,0		30,0	20,0				
Maracujá	100%		25,0		25,0	25,0				
Milho	100%		29,3		31,7	9,8	2,4		17,2	2,4
Ovos	100%	11,8	5,9	5,9	35,3	5,9			5,9	5,9
Pão queijo	100%	100,0								
Peixes	100%	100,0								
Polvilho	100%	50,0	50,0							
Queijo	100%	18,5	22,2		25,9	29,6			3,7	
Rapadura	100%	20,0			40,0	20,0			20,0	
Requeijão	100%				100,0					
Soja	100%		100,0							
Sorgo	100%		100,0							
Suínos	100%		10,0	30,0				30,0	30,0	
Total	99,7%	8,8	16,8	1,8	23,2	10,6	8,5	6,2	8,0	5,4
										1,8

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Notas (*1) a (*4): ver Tabela 5.13. (*5) Esses produtos eram vendidos por apenas um ou dois assentados, que não responderam o canal de comercialização adotado. Assim, a alternativa “sem informação” representa 100%.

Na *mancha* do Entorno do Distrito Federal, a diversidade de produtos vendidos pelos assentamentos também se manifesta. A comercialização é feita quase totalmente de forma individual/familiar, com exceção do carvão, vendido por 14 % dos assentados de forma coletiva. Diferentemente das manchas precedentes, neste caso, temos formas de venda um pouco mais distribuídas em diferentes canais, embora exista uma concentração nas formas de venda direta e “atravessadores” (*Tabela 5.15*).

Considerando o número de assentados que comercializam sua produção, aves, gado, leite, queijo e milho são os produtos com maior número de vendedores, indicando uma pauta praticamente pecuária, com exceção do milho (que é, por sua vez, fonte de alimentação básica para os animais). Em todos estes produtos (exceto no leite), a venda direta aparece com algum grau de importância, indicando iniciativas dos assentados neste sentido, que podem estar inovando os canais existentes.

Já citamos anteriormente a experiência da administração da prefeitura municipal de Paracatu-MG (gestão 1996/2000), que direcionou esforços para viabilizar a construção do Galpão do Produtor, destinado a comercializar a produção dos assentamentos e pequenos produtores da cidade. Trata-se, na realidade, de um verdadeiro *shopping* rural, dotado de infra-estrutura para exposição, armazenamento e comercialização das mercadorias agropecuárias, localizado às margens da rodovia BR-040, que liga Brasília a Belo Horizonte e ao Rio de Janeiro. Comentamos também que neste caso alguns produtos contam com embalagens que os identificam ao tipo de produtor, ou seja, produtos oriundos de projetos de reforma agrária. É o caso da farinha de mandioca beneficiada no projeto Tiro e Queda que, com o apoio da entidade Cáritas, é embalada e vendida no Galpão.

No entanto, os canais mais tradicionais também são importantes. Na comercialização de carne de boi, suínos e ovos, a relação direta com açouges e abatedouros é relevante. Na comercialização de leite, embora as cooperativas externas ao assentamento e a venda a agroindústrias tenham importância, aparece com destaque também a venda para cooperativas ou associações de assentados (43 % dos que venderam), uma provável inovação. E em quase todos estes produtos a importância dos “atravessadores” permanece grande.

A presença importante dos “atravessadores” em alguns PAs (como São Pedro do Cipó e Palmerinha) é explicada pela distância dos projetos em relação aos principais centros de comercialização e pela já mencionada precariedade das estradas locais, elevando os custos de comercialização direta nos mercados de Unaí e Brasília. No projeto Herbert de Souza, em Paracatu, Minas Gerais, a atuação dos intermediários está associada à negociação da produção de carvão e madeira, uma vez que vários lotes ainda estão sendo desmatados e os assentados aproveitam a madeira para a produção de carvão que é vendido para siderúrgicas localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Ainda em termos de criações, a venda de caprinos, bezerros e suínos encontra nos outros assentados um mercado consumidor essencial, reforçando nossos argumentos anteriores. No caso do milho, apesar da preponderância dos “atravessadores”, a venda direta e para outros assentados também aparece com alguma importância (respectivamente 32 % e 17 % dos que venderam).

Os supermercados são compradores importantes para os produtores de farinha de mandioca, feijão, lenha, maracujá, arroz, mandioca, queijo e rapadura. As feiras são igualmente significativas no comércio local, porém em menor intensidade do que no contexto nordestino. A venda de aves, farinha de mandioca, carvão, feijão, pão de queijo, peixe, polvilho, queijo e rapadura tem nas feiras um entreposto relevante, indicando provavelmente uma diversificação da oferta.

Tabela 5.16		Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados na mancha do Sudeste do Pará - 1999 (em % de entrevistados)									
Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializaram) (*3)									
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro	Outros
Abacaxi	100%	4,2	79,2	8,3							
Abóbora	100%	40,0	40,0								
Acerola	100%										100,0
Arroz	100%	5,2	69,7	6,7	3,4	1,1	2,3	1,1	6,7		1,1
Árvore	100%		41,38								55,2
Aves	100%	27,3	53,41	1,1	3,4				14,8		
Azeite mamona	100%		100,0								
Banana	100%	20,0	50,0		20,0		10,0		20,0		
Bezerro	100%		92,0	0,5					4,0		3,5
Cana-açúcar	100%	100,0									
Caprino	100%		25,0		50,0						25,0
Cupuaçu	100%	100,0									
Estacas	100%		71,4	14,3					14,3		
Far. mandioca	100%	17,8	75,6		2,22	2,22			2,2		
Fava	100%		100,0								
Feijão	100%	20,0	20,0								
Gado	100%		36,4	4,5					18,2	36,4	
Gengibre	100%	100,0									
Gergelim	100%	100,0									
Inhame	100%		100,0								
Laranja	100%	100,0									
Leite	100%		3,5	93,7					1,4		
Madeira	100%		26,7								66,7
Mandioca	100%	33,3				33,3					
Manga	100%		50,0		50,0						
Maracujá	100%				100,0						
Massa mand.	100%		100,0								
Mel	100%						100,0				
Melancia	100%	66,7	33,3								
Melão	100%	100,0									
Milho	100%	3,8	64,2		7,6	1,9	1,9	1,9	5,7		
Muda laranja	100%				100,0						
Novilha	100%		16,7						33,3	33,3	
Ovelha	100%		33,3							66,7	
Ovos	100%	23,1	30,8							38,5	
Polvilho	100%	80,0	20,0								
Queijo	100%	36,4	45,5			9,1			9,1		
Rapadura	100%	100,0									
Soja	100%			100,0							
Suínos	100%	3,3	53,3						23,3	16,7	
Tangerina	100%	100,0									
Tijolo	100%								100,0		
Total	100%	8,1	54,8	17,4	2,3	0,6	0,7	0,2	7,1	1,8	4,7

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Notas (*1) a (*4): ver Tabela 5.13.

Na *mancha* do Sudeste do Pará, também a listagem de produtos é extensa, incluindo inclusive a comercialização de tijolos. A totalidade dos assentados que venderam produtos na safra 1998/99 o fez de forma individual, sem recorrer a grupos coletivos, que são inexpressivos nessa *mancha* (Tabela 5.16).

A venda por “atravessadores” é predominante nesta *mancha*, sendo o canal mais importante em quatro dos principais bens comercializados, que são arroz, aves, bezerros, e milho. No caso das aves (galinha e frangos, principalmente), chegam a ter alguma relevância as feiras e a venda para outros assentados.

Os “atravessadores” intermediam também a oferta do abacaxi (importante produto regional), arroz, aves, banana, bezerros, estacas, farinha de mandioca, fava, feijão, bovinos, inhame, massa de mandioca, milho, queijo e suínos, além de outros produtos. O perfil dos “atravessadores” na região varia de acordo com o produto: no caso do arroz e do milho, são compradores que percorrem as áreas no período de colheita ou imediatamente antes (compra na “folha”), quando os preços são mais baixos, e revendem os produtos para os “maquinistas” ou “cerealistas” situados nas sedes municipais. O abacaxi é comprado por “atravessadores” (caminhoneiros) ligados a atacadistas de entrepostos (Ceasas) da região Centro-sul do país.

Para as agroindústrias é destinada, primordialmente, a produção de leite (outro produto que figura entre os cinco vendidos pelo maior número de produtores) e de soja. A expansão do rebanho provocada pelos assentamentos levou ao estabelecimento de agentes interessados na produção leiteira, o que abriu canais de comercialização para esse produto e estimulou uma certa especialização dos agricultores nessa atividade. Sua expansão atingiu um volume tal que motivou a instalação de várias unidades locais de processamento (pequenos laticínios), diversificando as possibilidades de inserção desse produto.

Na *mancha* do Sudeste do Pará, pode-se afirmar que, de forma geral, a produção dos assentamentos foi determinante na implantação de unidades agroindustriais voltadas para os mercados locais (beneficiadoras de arroz, laticínios) e regionais ou nacionais (laticínios, abatedouros, polpa de abacaxi). No caso do abacaxi, os agricultores dos assentamentos de Floresta (pelo menos aqueles mais capitalizados) tiveram importância para o estabelecimento e a expansão da cultura, que posteriormente passou a ser financiada pelas linhas de crédito acessíveis a esses agricultores. Intermediários ligados a atacadistas do Centro-sul do país foram atraídos pela qualidade dos frutos e por certo volume de produção, contribuindo para motivar o espetacular crescimento da produção de abacaxi e a instalação de unidades de beneficiamento em Floresta e em Conceição do Araguaia. Os supermercados absorvem um terço da produção local de mandioca e as cooperativas, a produção de mel. Os açougues tornam-se relevantes para os rebanhos bovino e suíno.

Alguns produtores estabelecem canais mais diversificados para escoarem suas mercadorias. As feiras são importantes para as aves, abóbora, banana e também mobilizam a venda de produtos alimentícios sem grande expressão comercial. É o caso da cana, cupuaçu, gengibre, gergelim, laranja, melancia, melão, polvilho, rapadura e tangerina, que, mesmo em pequenas quantidades e vendidos por um número não muito grande de produtores, acabam significando uma diversificação da oferta de produtos nas feiras. Também nesse sentido ocorre a venda direta de produtos, que aparece como importante no caso de caprinos e frutas, como banana, manga, maracujá e mudas de laranja. Alguns entrevistados destacaram o aumento na variedade de produtos alimentares disponíveis para a população como o principal efeito dos assentamentos na *mancha*. Segundo um dos depoimentos, “na época das fazendas, existia muita precisão e não se encontrava, e agora existe a feira que se encontra de tudo que se precisa.

Isto é um grande desenvolvimento no nosso país, porque a fome é a pior coisa do mundo. A fome obriga ao roubo (sic)." Outro entrevistado afirmou que a feira é o termômetro do impacto dos assentamentos *"antes a feira era só de intermediários, hoje tem produtores... quase tudo que vende na feira é produzido na região..."*

No Sudeste paraense também é relevante a produção vendida dentro dos próprios projetos de assentamento existentes na região, especialmente nesse caso de alta concentração demográfica e territorial de núcleos da reforma agrária. Assim, dois terços dos criadores de ovelhas, um terço das novilhas e 40% dos produtores de ovos têm nos próprios assentamentos o principal mercado consumidor. Essa dinâmica de comércio interassentados é um fator regional importante, possibilitando a criação de novas redes entre os assentados, equacionando um problema grave que é o custo da venda operacionalizada através de intermediários. Nessa mesma modalidade, mostra-se relevante ainda a venda de suínos, banana, bovinos, aves, estacas e tijolos. Certamente esse ponto torna-se exemplo concreto das inovações geradas pelos assentados no âmbito local, especialmente em regiões, ou *manchas*, com alta concentração de assentamentos.

Nesta *mancha* vale ressaltar que, mesmo através de canais tradicionais, a presença dos assentamentos foi importante para o estabelecimento de novas redes de comercialização, com a abertura de indústrias e beneficiadoras, e a ampliação da rede de "intermediários" para o abacaxi, produto que foi impulsionado pelos assentamentos.

Também nesta mancha não devemos esquecer, como já mencionamos no tópico anterior, que problemas acarretados pela comercialização são apontados em 16% dos casos como motivos de perdas na produção agrícola.

Comentamos anteriormente que na mancha do Sudeste do Pará a comercialização da produção dos assentamentos se reflete nas compras feitas pelos assentados. Isso leva a uma movimentação do comércio e a um "aquecimento da economia a partir da base". Em Floresta do Araguaia, avalia-se que os assentamentos foram fundamentais para a geração de renda e para o consumo de mercadorias no comércio local, tendo como atividades principais o abacaxi (relevante nos assentamentos da região, embora a maioria da produção ocorra em outras áreas) e a pecuária, tanto leiteira como de corte. O abacaxi é considerado particularmente importante, pois implica grandes volumes comercializados e intercâmbio direto com entrepostos de outras regiões do país, representando o afluxo de montante expressivo de recursos para a economia local. A produção de leite, por outro lado, resulta em menores montantes, porém liberados regularmente (quinzenal ou semanalmente), o que permite às famílias a compra regular dos gêneros de primeira necessidade. Essa renda é oriunda da venda do queijo dos laticínios locais (principalmente mussarela e parmesão) em outras regiões do país, principalmente no Nordeste e no Centro-oeste.

Em Conceição do Araguaia, a comercialização de produtos como o leite (mais importante do que em Floresta do Araguaia), os bezerros e, em menor proporção, o abacaxi, além da feira (já comentada anteriormente), traz aos assentados rendimentos monetários que garantem um consumo estável de mercadorias ao longo do ano, compradas no comércio local, assegurando a "subsistência" dos estabelecimentos comerciais.

Na *mancha* do Oeste de Santa Catarina notamos que a influência dos grupos coletivos, como aqueles verificados no município de Dionísio Cerqueira, por exemplo, se faz sentir na comercialização de arroz, aves, erva-mate, peixes, queijo, soja e suínos (*Tabela 5.17*).

Diferentemente das quatro regiões já analisadas, neste caso temos uma comercialização mais diversificada, considerando-se os canais pelos quais os produtores informaram vender seus produtos. Mesmo assim, nota-se o predomínio dos "atravessadores", assim como um se-

Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializaram) (*3)								
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro
Amendoim	100%									100,0
Arroz	86%		14,3	14,3		42,9	14,3	14,3		
Aves	78%				55,6			11,1	22,2	11,1
Batata	100%		50,0		50,0					
Batata-doce	100%				100,0					
Bezerro	100%									100,0
Cachaça maçã	100%								100,0	
Carvão	100%		95,0			5,0				
Erva-mate	85%		7,4	59,3			25,9	7,4		
Feijão	95%	0,9	31,9	2,6	3,5	21,6	10,3	8,6	5,2	10,4
Fumo	100%			100,0						
Gado	95%		13,1	1,64	8,2	13,1		4,9	26,2	3,3
Geléia frutas	100%							100,0		
Hortaliças	100%		100,0							
Laranja	83%		33,3	16,7			16,7	33,3		
Leite	92%		2,0	28,0	2,0	4,0	52,0	8,0	2,0	
Lenha	100%		100,0							
Mandioca	100%		50,0		50,0					
Milho	96%	0,7	28,9	6,7	2,2	7,4	7,4	17,8	11,1	17,0
Nó de pinho	100%		100,0							
Ovos	93%				35,7	14,3		7,1	35,7	
Peixes	50%	50,0								
Queijo	67%				33,3	11,1			55,6	
Soja	82%		18,2				9,1	54,5		9,1
Suínos	89%		11,1		11,1	5,6		11,1	33,3	11,1
Vinagre	100%							100,0		
Total	92%	0,6	23,4	12,9	5,9	10,0	11,0	11,3	10,6	0,4
										8,5

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Notas (*1) a (*4): ver Tabela 5.13.

gundo grupo de formas de comercialização composto pelas seguintes alternativas: agroindústrias, cooperativas/associações dos projetos, cooperativas externas, outros assentados e supermercados. As feiras, em contraposição aos demais contextos, têm pouquíssima expressão aqui, com exceção da comercialização de peixe. Também os açougueiros e abatedouros não se constituem em mercados absorvedores da produção dos assentados.

O mercado criado pelos próprios assentamentos é um canal importante para a venda da produção de queijos, suínos, ovos, aves, gado bovino e cachaça de maçã. Vale ressaltar, como é tentado em exercício apresentado num ensaio recente do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2000), que, além dessa ampliação de mercados²⁴, a produção dos assentados também gera receita adicional às prefeituras, em função da cobrança do ICMS.

As cooperativas têm no Oeste do estado um peso especial na comercialização de produtos agropecuários, incluindo aí os assentados. Cooperativas não pertencentes aos assentados respondem pela compra de geléia de frutas, vinagres, soja, arroz, laranja, aves e

milho. Cooperativas ou associações gerenciadas pelos próprios assentados, como a Cooperunião em Tracutinga no setor lácteo, intermediam a venda de leite, erva-mate, laranja e feijão²⁵.

Os supermercados encarregam-se da comercialização de 43 % do arroz produzido pelos assentados e de 21 % do feijão. Também são importantes na compra de ovos, bovinos e queijos. A venda direta de produtos se dá, sobretudo, entre os produtores de aves, batata, batata-doce, mandioca, ovos e queijo.

Essa região é marcada, igualmente, por um forte processo de integração agroindustrial, que parcialmente se repete no caso dos trabalhadores assentados. É o caso, por excelência, da produção de fumo, cultura eminentemente comercial, com algum peso na pauta produtiva dos assentamentos da região, como vimos no último tópico. Neste caso, as empresas Souza Cruz e Dimão mantêm contratos preestabelecidos com os assentados. Mas também erva-mate, leite, laranja e arroz possuem assentados integrados. Finalmente, os “atravessadores” dominam ou estão presentes na comercialização de carvão, hortaliças, lenha, mandioca, milho, batata, feijão, soja, laranja e arroz, além de outros produtos. Os cinco principais produtos que possuem o maior número de vendedores são erva-mate, feijão, gado, leite e milho, cujos canais de comercialização já foram abordados.

No caso do Oeste de Santa Catarina temos que apontar que, se desagregássemos os dados pelas duas submanchas presentes nessa área, teríamos uma certa diferenciação entre as mesmas. Embora o peso dos “atravessadores” seja mais ou menos equivalente nos dois casos, nota-se que o número de ocorrências de vendas às agroindústrias é baixo na *submancha* Abelardo Luz/Passos Maia (7 %) e bastante significativo no Extremo-oeste (28 %). Em contraste com o anterior, o comércio intra-assentamento é expressivo em Abelardo Luz/Passos Maia (16 %), onde estão os assentamentos maiores. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à comercialização realizada com as cooperativas ou associações de assentados, bem maior no Extremo-oeste (19 %, contra 10 % em Abelardo Luz/Passos Maia), onde a estratégia organizativa e produtiva promovida pelo MST parece já ter influenciado de forma mais significativa as relações comerciais.

Conforme dito anteriormente, um dos elementos mais relevantes para a estratégia econômica e política dos assentamentos e do MST foi a criação da Cooperoeste, cooperativa com sede no município de São Miguel d’Oeste, mas com área de influência que se estende por toda a *grande mancha*. A área de comercialização do leite longa-vida, seu principal e mais destacado produto, tem grande amplitude, já que 15 % da produção destinam-se para a região até Chapecó (a merenda escolar deste importante município abastece-se de leite da cooperativa), 25 % para Florianópolis, 15 % para Joinville, 25 % para Curitiba e 25 % para o estado do Mato Grosso (aproveitando o retorno do transporte de madeira daquele estado)²⁶. A cooperativa e mesmo as miniusinas de leite localizadas nos assentamentos atendem a produtores não assentados que chegam a fornecer 70 % do leite beneficiado.

No caso da *mancha* da Zona Canavieira do Nordeste é extremamente diversificada a pauta de produtos, que são vendidos quase totalmente de forma individual (*Tabela 5.18*). Nessa *mancha*, a maior parte dos produtores assentados comercializa sua produção por intermediários e, em menor grau, através das feiras, o que é válido para os cinco principais produtos comercializados (em número de agricultores), que são farinha de mandioca, feijão, inhame, mandioca e milho. Nestes casos, os “atravessadores” respondem pela intermediação de mais de dois terços dos produtores assentados. E a feira é o espaço de venda de um quarto dos produtores restantes, com exceção do caso da mandioca, onde ela se limita a 7 %.

Para alguns produtos em particular, são importantes as vendas para outros assentados, como é o caso de cará, ovelhas, abóbora, aves e cavalos. A participação dos açougueiros/abatedou-

Produtos (*1)	Vendem individualmente (*2)	Canais de comercialização dos produtos (em % dos assentados que comercializaram) (*3)								
		Feira	Atravessador	Agroindústria	Venda direta	Supermercado	Coop./assoc. assentados	Cooperativa externa	Outro assentado (*4)	Açougue/abatedouro
Abacate	100%		100							
Abacaxi	94%	23,5	70,6							
Abóbora	100%	25,0	50,0						25,0	
Acerola	100%			50,0	50,0					
Amendoim	100%		100							
Aves	96%	13,0	56,5		13,0				13,0	4,4
Banana	100%	23,4	62,5		4,7		1,6		7,8	
Batata	100%	23,0	64,1	2,6	2,6	2,6			5,1	
Batata-doce	100%	23,5	70,6	5,9						5,9
Caju	100%	100								
Cana açúcar	98%		20,5	72,7					6,8	
Caprino	100%	7,1	71,4						14,3	7,1
Cará	100%								100	
Castanha	100%	50,0			50,0					
Chuchu	100%	100								
Coco	100%	7,1	85,7							7,1
Eqüino	100%		25,0						25,0	25,0
Far. mandioca	100%	24,7	65,4		3,7	4,9			1,2	1,2
Fava	100%	23,1	76,9							
Feijão	98%	22,2	68,1	1,4	4,2	1,4			1,4	0,7
Feijão-verde	100%	33,3	66,7							
Gado	100%	2,0	80,0						8,0	8,0
Graviola	100%		25,0	25,0		25,0				25,0
Hortaliças	100%	100								
Inhame	99%	16,8	70,6	1,7	5,9		0,8		0,8	2,5
Jaca	100%		100							
Laranja	100%	20,0	40,0	20,0	20,0					
Limão	100%	25,0	25,0		50,0					
Mamão	100%	14,3	42,9	14,3	28,6					
Mandioca	99%	7,4	86,2	1,0	2,6				2,6	0,3
Maracujá	100%	31,3	68,8							
Massa mand.	100%	50,0			50,0					
Melancia	100%	33,3	50,0		33,3					
Milho	99%	21,5	66,9	2,5	4,1	0,8			2,5	
Ovelha	100%		25,0						25,0	25,0
Ovos	100%				100					
Seriguela	100%		100							
Suínos	100%		100							
Tomate	100%	50,0	50,0							
Total	99%	15,9	69,9	4,3	4,0	0,8	0,2	0,0	3,4	0,5
										1,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Notas (*1) a (*4): ver Tabela 5.13.

ros é representativa na comercialização de ovelhas e, bem mais à distância, de caprinos e bovinos. Não há praticamente a intermediação de cooperativas na venda dos assentamentos, nem daquelas existentes dentro dos próprios projetos. Os supermercados são pouco representativos, exceto para a compra de graviola, um produto com pequena expressão comercial. Também as agroindústrias, nesta mancha, têm uma atuação mais discreta na aquisição dos produtos dos assentados, ainda que, no caso de alguma frutas (acerola, graviola e laranja), ela possa ser relevante. Neste caso, pesa especialmente o fornecimento de cana-de-açúcar às usinas da região, reproduzindo formas anteriores, agora em novas bases de vinculação.

A forte presença dos “atravessadores” pode alertar para a inexistência de organizações dos assentados que viabilizem caminhos alternativos àquele dominado pelos intermediários. A feira dos assentados do Engenho Ubu, às margens da rodovia entre os municípios de Igarassu e Goiana, é uma das poucas iniciativas no gênero. A precariedade das estradas (60 % dos casos aqui estudados, como vimos na primeira tabela deste tópico) agrava a situação, tornando mais difícil o escoamento direto da produção. Mas a presença dos “atravessadores” também permite alcançar mercados mais distantes, que não seriam atingidos pelas condições que dispõem os assentados, quer em função da saturação de mercados locais, quer em relação à obtenção de preços nominais mais atrativos. Foi observado também nesta *mancha* o crescimento no número de “atravessadores” como um dos impactos dos assentamentos. E, no caso da macaxeira (mandioca), embora não haja uma mudança no tipo de canal de comercialização, a produção dos assentamentos chega a ser importante no abastecimento de Recife.

Já comentamos sobre a importância dos assentamentos na revitalização das feiras na região. Em alguns municípios a participação dos assentados é relevante, às vezes ocupando as “franjas” (ruas laterais, com mercadorias na “pedra”) de feiras institucionalizadas pelo poder municipal, aumentando o espaço físico da feira, como é o caso de Goiana-PE. Em Igarassu-PE e Pedras de Fogo-PB, os comerciantes assentados mantêm um banco na feira durante toda a semana. Nestes casos, segundo depoimentos de feirantes locais, a presença da produção dos assentamentos aumentou a oferta, rebaixou os preços e incrementou o consumo. A participação dos assentados exerce uma forte concorrência com os feirantes “profissionais” do município, abrindo um novo leque de conflitos. Também em alguns municípios, a presença dos assentamentos levou a um aumento do número de dias de ocorrência das feiras.

Segundo o secretário de Agricultura, Indústria e Comércio de Pedras de Fogo-PB, as mercadorias oriundas dos assentamentos circulam nas feiras de vários municípios vizinhos, expandindo seu impacto para o comércio microrregional. Nas palavras dele:

“a produção dos assentamentos sai de feira em feira, não se fixa apenas em Pedras de Fogo. O pessoal daqui faz a feira dos municípios vizinhos de Timbaúba (PE), Goiana (PE), Alhandra (PB) e Caaporã (PB). O pessoal dos assentamentos dos municípios vizinhos faz a feira aqui e também nos outros municípios circunvizinhos. Há uma integração entre os municípios através desse comércio e ao mesmo tempo um movimento cigano da produção, da comercialização”.

Ainda na *mancha* da Zona Canavieira do Nordeste, constatamos também a dinamização de algumas cidades pólos de atividade comercial, como por exemplo as cidades de Goiana (mata norte de Pernambuco) e Barreiros (mata sul do mesmo estado). Essas cidades se constituem, entre outras, em centros distribuidores da produção na sua zona de influência e que, de lá, é deslocada para outros estados.

- 1 Uma boa resenha da literatura sobre o assunto está em Maluf et al. (2001). Ver, ainda, o número especial da revista francesa *Pour* (1999).
- 2 O café provavelmente não deve ter sido vendido por ainda não estar em produção, dado que este cultivo demora vários anos para a primeira colheita.
- 3 Nestas duas *manchas*, o gado (associado a outras opções produtivas) acaba representando segurança e estabilidade para o agricultor, com bom desempenho, poucos riscos, baixa variação de preço, não demandando muitos cuidados, facilitando a estocagem viva e o transporte e garantindo, através do leite, um fluxo estável de recursos monetários. Além disso, funcionam como poupança para momentos de necessidade, e o leite aparece como um elemento a mais na alimentação. O acesso ao crédito teria importância estratégica para permitir a compra das primeiras matrizes e a construção da infra-estrutura necessária (cercas, curral), visto que são custos elevados para o nível de renda da maioria dos assentados.
- 4 Aparece nesta *mancha* gado criado de forma coletiva.
- 5 Nos projetos Fruta d'Anta, em João Pinheiro, e Três Barras, em Cristalina, existem inclusive estruturas avançadas de processamento e beneficiamento do leite. Na realidade, somente no PA Virgilândia, em Formosa, é que a atividade ocupa, proporcionalmente falando, um número menor de assentados. A explicação aqui reside no fato de o projeto ainda não ter seus lotes parcelados, o que tem dificultado o acesso ao crédito, como veremos em outro item, e a formação de rebanhos.
- 6 Vimos na *Tabela 3.5, Capítulo 3*, que na Bahia aparecem os maiores índices de solos com restrição.
- 7 Vale aqui atentarmos para a *capacidade inovadora* oriunda de atividades desencadeadas pelos assentamentos. No caso desse abatedouro, por exemplo, houve uma especialização em frango a partir da compra de pintinhos de um dia, tornando-se uma inovação produtiva radical, em nível regional.
- 8 O cálculo do VBP, como já dissemos, tomou por base preços praticados regionalmente e não necessariamente aqueles obtidos com a comercialização dos produtos pelos assentados. Novamente enveredamos por um recurso mais objetivo, porém aproximativo, para o levantamento desse dado, que invariavelmente é fonte de imprecisões quando colhido através da aplicação de questionário único, dada a extrema variação dos preços agrícolas ao longo do ano-safra.
- 9 Outro problema metodológico que demandou um tempo enorme na tabulação foi a homogeneização das diferentes unidades de medida empregadas nas seis *manchas* regionais, problema que se agravou não só pela diversidade regional como também pela enorme lista de produtos que apresentamos. Em pouquíssimos casos, notadamente na produção extrativista, não foi possível estabelecer uma correlação como as unidades-padrão utilizadas no estudo, que tomou por base aquelas usadas pelo IBGE. Nesses casos, o montante produzido não foi considerado nos cálculos.
- 10 No caso da produção agrícola, a comparação imediata seria com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal-PAM e, no tocante à atividade pecuária, com as informações da Pesquisa Pecuária Municipal-PPM, ambas do IBGE. No entanto, como a pauta de produção agrícola dos assentamentos é bastante diversificada, alguns produtos não constavam nos dados da PAM. Por essa razão decidimos utilizar, para o caso dos produtos vegetais e alguns beneficiados/ extrativistas, os dados do Censo Agropecuário, que são mais completos, mesmo considerando uma defasagem temporal (os dados do IBGE referem-se à safra 1995/96, ao passo que a PAM e a PPM disponibilizam valores para 1999, ano-base do nosso levantamento primário). Além dessas pequenas complicações comparativas, há ainda uma outra questão (que também aparece no aspecto fundiário): não sabemos, para os casos aqui tratados, até que ponto os assentamentos (e sua produção) foram considerados e, em caso positivo, como foram considerados pelo IBGE. É difícil crer que os dados dos projetos de assentamento sejam considerados nas pesquisas anuais (PAM/PPM). No caso do Censo, como já lembramos, além do fato de que no momento da coleta dos dados diversos assentamentos da pesquisa ainda não estavam implantados (e alguns já implantados ainda não tinham suas áreas demarcadas), não houve uma orientação geral e unificada para saber como incorporar os dados dessas novas unidades.
- 11 A criação mais recente tem influência na composição dos cultivos e formação de pastagens, entre outros, bem como na capacidade de acesso ao crédito.

NOTAS

12 É importante destacar que na década de 80 a produção de algodão no estado teve uma forte queda em função, principalmente, de uma seca prolongada de 1972 a 1982, da praga do bicudo e de uma política agrícola que não valorizou a exploração desta cultura.

13 Podemos dizer que o Oeste catarinense também se distingue pela vigência de uma agricultura “moderna”. Neste caso, entretanto, predominou o regime de pequenos estabelecimentos, além do fato de que a “presença” dos assentamentos é mais antiga, corroborando para uma melhor performance.

14 Essa alternativa representou de 90 a 100% dos casos em Paracatu, Minas Gerais; Anchieta e São Miguel, Santa Catarina; e todos os municípios da submancha da Zona da Mata paraibana, na Zona Canavieira.

15 Neste caso, partimos do seguinte procedimento: a partir do fator de extração amostral para o conjunto de assentamentos de cada município pesquisado (ponderado pela participação do número de produtores que declararam produzir os produtos considerados), estimamos a produção total resultante dos assentamentos. Esta última representa o universo de PAs existentes e implantados entre 1985 e 1997, como explicamos no capítulo metodológico deste livro. Portanto, no caso dos assentamentos, tratam-se de dados estimados, que demandam certa cautela na análise.

16 Como comentamos anteriormente, é possível que a maioria dos assentamentos não tenha sido incluída nas pesquisas do IBGE, mesmo no Censo Agropecuário (especialmente neste caso, parte considerável dos projetos ainda não havia sido implantada). Isso acarreta alguns problemas comparativos, explicando resultados em que a participação da produção dos projetos ultrapassa 100% (e mesmo mais de 1000% em alguns produtos). Certamente, caso tivesse ocorrido um novo Censo Agropecuário em 2000, teríamos dados mais adequados para o exercício aqui proposto.

17 Para uma comparação que amenizasse a sazonalidade da produção agrícola, seria mais adequado contar com uma série de dados sobre a produção, abarcando mais de uma safra. No entanto, na maior parte dos casos aqui estudados inexiste uma série de dados secundários dessa natureza.

18 Os dados de participação da área dos assentamentos na área dos municípios e das manchas foram apresentados nas *Tabelas 3.1 e A3.1*.

19 O recuo verificado na produção e na área cultivada com cana entre 1990 e 1997, embora significativo, não rompeu com seu domínio secular sobre a região. De fato, nos anos recentes, mais de uma década após o início da crise do Proalcool, e já contando com um avanço significativo da reforma agrária sobre o território, a cana ainda ocupava a maior parcela da área plantada (74,7% em 1998 do total da área dos principais produtos agrícolas).

20 Ver *Tabelas 3.1 e A3.1*. No caso dos pequenos animais, a comparação com a participação dos lotes nos estratos de área equivalente nos municípios (na mesma tabela) também é importante, já que a área não é tão importante. Neste caso, a participação dos lotes no Sul da Bahia é de 5,5%.

21 Capítulo 3, item 3.3. Ver *Tabelas 3.15, 3.16, A3.17*. Mesmo nos casos dos projetos situados no Sul da Bahia, no Oeste catarinense e na Zona Canavieira nordestina, em que as distâncias são menores, por vezes, as condições das estradas implicam um tempo médio de deslocamento relativamente idêntico ou, em algumas vezes, maior. Despende-se, em média, entre uma hora e uma hora e meia entre o assentamento e o centro urbano com o qual eles mais se relacionam.

22 Essa situação é melhor percebida em alguns municípios do que em outros. No caso de Ilhéus, por exemplo, a produção dos assentamentos do próprio município e de municípios vizinhos (como é o caso do PA Fazenda Cajueiro, em Una) vai para a Central de Abastecimento. Por ser um centro de referência na região, a cidade também recebe a produção de pequenos e médios produtores de municípios mais distantes, fazendo com que a produção dos assentamentos não tenha destaque no total. Entretanto, municípios como Aratáca e Camacan passaram a ter feiras a partir das primeiras colheitas realizadas pelos assentamentos que lhes são próximos. Outros assentamentos, como os PAs Fortaleza e Guanabara, de Una, e Fazenda Poço, de Santa Luzia, vendem seus produtos no centro da cidade de Una e no distrito de Colônia, no mesmo município.

23 Algumas declarações de assentados e feirantes deixam claro, porém, que nas feiras alguns produtores/comerciantes são conhecidos não necessariamente pelo fato de serem assentados, mas por diferenciarem-se em algum aspecto dos demais comerciantes. Assim, às vezes, torna-se difícil aferir exatamente o peso dos “assentados” nas feiras, na medida em que essa identificação não é necessariamente usada pela população consumidora.

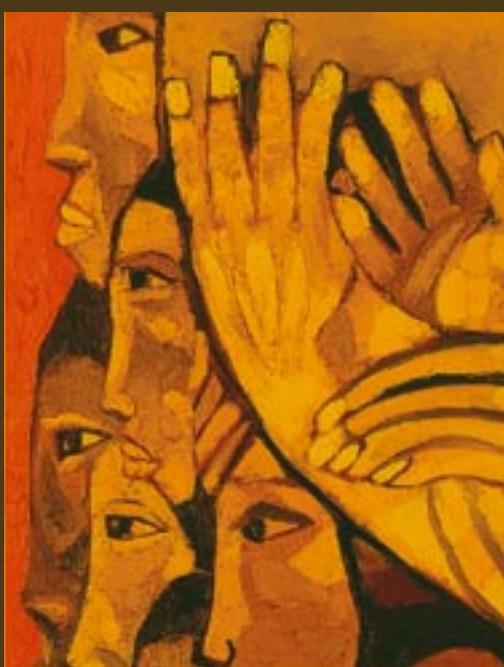
24 Aliás, a criação de novos mercados é um dos itens que Schumpeter destaca no seu leque de inovações tecnológicas no clássico *Teoria do desenvolvimento econômico*.

25 Na *submancha* de Abelardo Luz, as cooperativas dos assentados competem diretamente com as agroindústrias na aquisição da erva-mate e do leite dos assentamentos, geralmente oferecendo preços melhores. No entanto, carências organizativas e produtivas ainda levam certos produtores dos assentamentos a manterem o esquema “tradicional” de integração com as empresas agroindustriais.

26 Alguns aspectos deste projeto merecem ressalvas, como, por exemplo, o seu dimensionamento. Quando iniciou na atividade, há quatro anos, a cooperativa processava 9.000 l/mês de leite, atingindo, hoje, a marca de 1 milhão l/mês em quatro unidades. Porém, apesar da região Oeste ser a maior bacia leiteira de Santa Catarina, a cooperativa tem tido dificuldade na obtenção de matéria-prima para aumentar o beneficiamento de leite, cujo volume teria que ser duplicado para viabilizar o empreendimento. Apenas uma pequena parcela da matéria-prima origina-se de produção leiteira dos próprios assentados, sendo o restante obtido junto a produtores das comunidades dos arredores num ambiente de forte concorrência com a Parmalat e laticínios regionais.

6

O ACESSO À TECNOLOGIA E AO CRÉDITO



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO

O acesso à propriedade da terra e o aporte da mão-de-obra familiar para o trabalho no lote são elementos necessários mas não suficientes para dar plenas condições de produção à população assentada. Assim, as informações sobre a produção agropecuária dos assentamentos necessitam ser complementadas com dados sobre os demais meios de produção disponíveis aos assentados, bem como o acesso ao crédito e à informação, fatores que influem de maneira decisiva nas suas possibilidades produtivas.

Após o ingresso num projeto de assentamento, os assentados deparam-se com uma “nova” situação, qual seja aquela de *produtores rurais*, mesmo que se trate aqui da recuperação de uma experiência anterior do próprio informante ou, ainda, do seu ambiente familiar. Nesta nova condição, de assentado-produtor rural, pesam sobremaneira os meios disponíveis às atividades produtivas (incluindo instalações, máquinas, equipamentos, implementos e insumos), o conhecimento sobre técnicas e procedimentos empregados e o acesso às políticas públicas de assistência técnica e ao crédito rural. Neste capítulo, examinaremos o perfil tecnológico dos assentados numa perspectiva mais geral, buscando dar indicações sobre estas condições de produção (e acesso aos meios de produção) e sobre as transformações que os assentamentos proporcionam, tanto para a vida dos assentados quanto no seu entorno, tentando analisar as diferenciações entre e dentro das *manchas*¹.

Condições de produção e perfil tecnológico dos assentados

Neste item analisaremos primeiramente as condições de produção que influem mais diretamente na capacidade e na produtividade de trabalho dos assentados, que são a existência de instalações e o acesso a máquinas, equipamentos e implementos. Em seguida analisaremos, o uso de insumos e buscaremos caracterizar o perfil tecnológico dos assentados nos projetos estudados.

A grande diversidade de situações e sistemas produtivos existentes nas *manchas* (tipos de solo e relevo, cultivos mais ou menos suscetíveis a pragas e doenças, modelos de produção etc.) dificulta comparações e conclusões mais definitivas. No entanto, adiantamos aqui que três aspectos podem ser destacados. O primeiro deles é que, apesar de haver uma significativa variação entre as *manchas* (e mesmo dentro delas) no que se refere ao acesso a instalações,

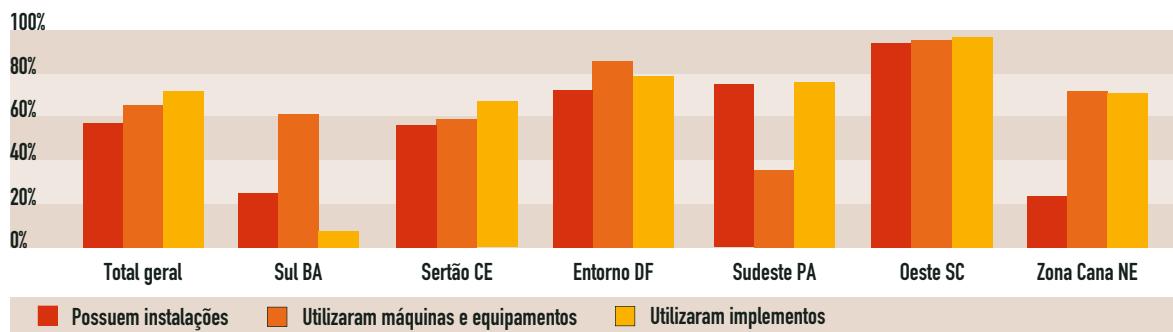
máquinas, equipamentos e implementos, e ao uso de insumos, essa variação parece reproduzir diferenciações tecnológicas entre as regiões (mesmo que num patamar às vezes ligeiramente diverso daquele existente no seu entorno). O segundo é que o acesso aos referidos meios de produção ainda é precário para parte significativa dos assentados. E o terceiro é que, mesmo com a precariedade encontrada, verificou-se que a condição de assentado abre uma janela para o acesso a novas possibilidades produtivas.

Existência de instalações e acesso a máquinas, equipamentos e implementos

Uma primeira análise, mais geral, apenas sobre a existência ou não de alguma instalação e sobre o acesso ou não a algum tipo de máquina, equipamento e implemento pelos entrevistados, já aponta para uma grande diversidade de situações entre as *manchas* e entre os assentados, e dá indicações sobre as dificuldades de uma parte significativa das famílias no que se refere ao acesso a esses meios de produção.

No tocante às instalações, podemos verificar que apenas pouco mais da metade dos entrevistados (57 %) possui algum tipo de instalação no seu lote, com variações significativas entre as *manchas*. Com relação ao emprego de máquinas e equipamentos agrícolas, bem como o uso de implementos, a situação é em geral mais favorável, com cerca de dois terços dos assentados afirmando ter feito algum tipo de uso na safra 1998/99. As variações entre as *manchas* são menores, com exceção do Sudeste do Pará, onde apenas um terço dos entrevistados utilizou máquinas e equipamentos, e do Sul da Bahia, onde somente 6 % dos assentados utilizaram implementos.

Gráfico 6.1 Posse e uso de instalações, máquinas, equipamentos e implementos nos assentamentos pesquisados, na safra 1998/1999 (por mancha e por tipo, em % dos lotes que possui/utiliza)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver dados por município na Tabela A6.1, Anexo 2.

(*) A diferença para 100% refere-se aos lotes que não possuíam nenhuma instalação na data da pesquisa (2000) ou que não utilizaram máquinas, equipamentos e implementos na safra 1998/1999.

No que se refere às instalações existentes nos lotes, na *mancha* do Oeste de Santa Catarina a quase totalidade dos lotes possui algum tipo de instalação, com uma média de 3,2 instalações por lote. Nas *manchas* do Sudeste do Pará e do Entorno de Brasília cerca de dois terços dos lotes possuem aproximadamente duas instalações. Já no Sul da Bahia e na Zona Canavieira do Nordeste a situação é bastante inferior: apenas um quarto dos lotes entrevistados possui instalações, e apenas uma instalação por lote, indicando uma precariedade maior. Vale notar que, em Santa Catarina, apenas os assentamentos existentes em Abelardo Luz e Passos

Maia não registraram a presença de instalações em todas as unidades visitadas. Por outro lado, no Sul baiano, em três municípios os assentados apontaram a ausência completa de instalações (Arataca, Buerarema e Ilhéus).

Tabela 6.1 Instalações existentes nos assentamentos pesquisados por região de estudo - % dos lotes que possuem e número médio por lote que possui (*1)

Mancha	Lotes entrevistados que possuem instalações	Número médio de instalações por lote que possui instalação (*2)
Sul da Bahia (cacau-eira)	25%	1,0
Sertão do Ceará	56%	2,3
Entorno de Brasília	72%	2,1
Sudeste do Pará	75%	2,5
Oeste de Santa Catarina	94%	3,2
Zona Canavieira do NE	23%	1,3
Total global	57%	2,4

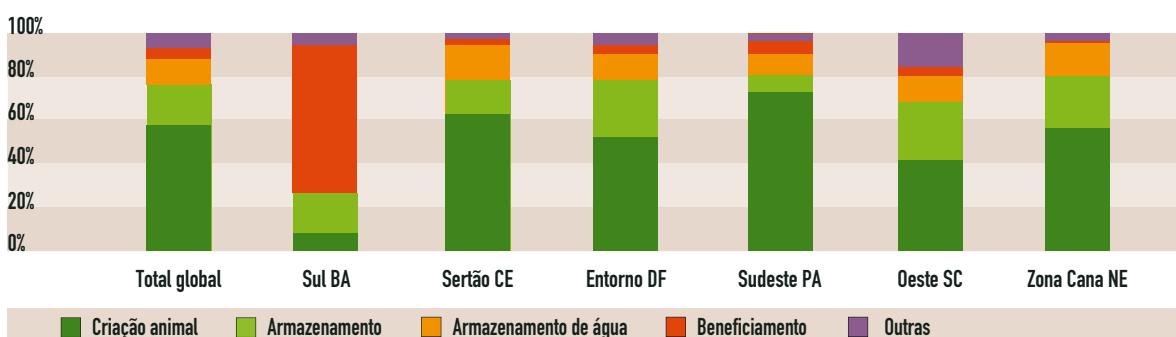
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados por município na Tabela A6.2, Anexo 2.

(*1) Com base nos responsáveis que declararam possuir instalações.

(*2) Referente ao total de instalações declaradas. Eventuais diferenças para 100% referem-se aos casos “sem informação”.

Quando analisamos o tipo de instalações existentes (Gráfico 6.2), vemos que predominam aquelas para criação animal, representando pouco mais da metade das instalações existentes, especialmente no caso do Pará, onde essa relação atinge 73%, em função da forte presença da bovinocultura². Por sua vez, as instalações de armazenamento de produtos montam a 19% do total das unidades, sendo especialmente importantes nos casos das *manchas* do Entorno do Distrito Federal, do Oeste catarinense e da Zona da Mata. Na Bahia, esse tipo chega a ser o único existente em Carmacan. As instalações para armazenamento de água têm peso nas áreas sob influência da seca, notadamente o Sertão cearense e algumas regiões da Zona Canavieira. As unidades de beneficiamento representam 5% do total, sendo que foram declaradas majoritariamente no caso baiano, onde somam dois terços do montante regional, destacando-se aí as casas de farinha, que também são importantes em outros municípios de outras regiões, especialmente nos estados nordestinos. No caso baiano, porém, dado o baixo número dos tipos

Gráfico 6.2 Tipos de instalações existentes nos assentamentos pesquisados, por *mancha* (em % do total de instalações existentes)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.2, Anexo 2.

Criação animal: chiqueiro, pocilga, curral, sala de ordenha, aviário, granja, galinheiro, cocheira, estábulo, estrebaria, abatedouro, coberto, silo, poteiro, cercas.

Armazenamento: barracão, depósito, galpão, armazém, terreiro, tulha.

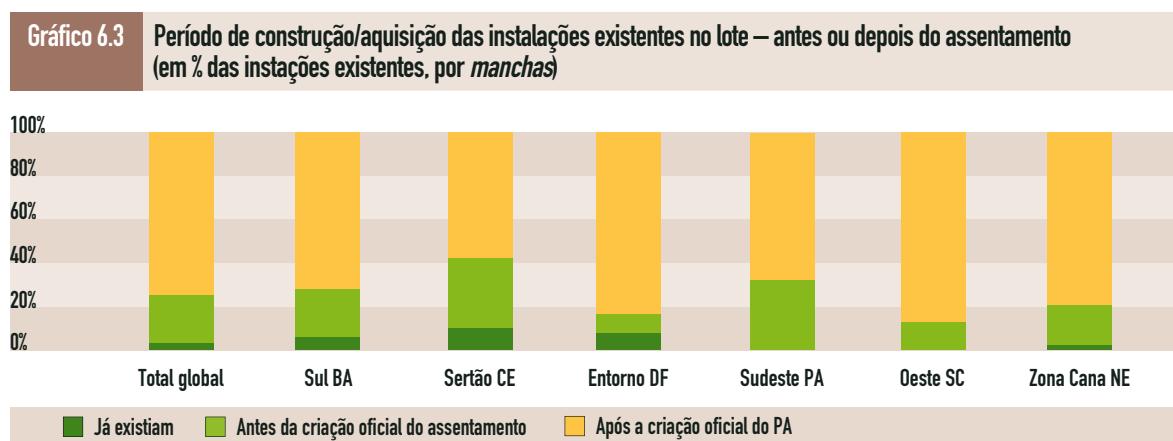
Armazenamento de água e piscicultura: açude, tanque de peixe, tanque-reservatório, irrigação.

Beneficiamento: casa de farinha, engenho, alambique, beneficiamento de arroz, defumador, monjolo, microusina de quebra de castanha.

Outras instalações: oficina, garagem e distribuição de energia elétrica.

anteriores, esta modalidade acaba ganhando destaque³. No âmbito geral, fica clara a prioridade das instalações às atividades *stricto sensu* de produção primária, sendo o processamento uma atividade produtiva em segundo plano.

Como podemos ver no *Gráfico 6.3*, no total geral apenas 3% das instalações já existiam na área, na época da entrada dos assentados. A *mancha* com maior presença de instalações antes da criação dos assentamentos é o Sertão do Ceará (9%), provavelmente por serem os assentados antigos “moradores” das áreas. De forma geral, tomando a data oficial de criação dos projetos de assentamento como referência, teremos que três quartos das instalações foram construídos/ adquiridos após a condição “oficial” de assentado. As demais (22% das unidades) foram construídas na condição de ocupante da própria área (nos casos de regularização fundiária) ou os trabalhadores trouxeram consigo os materiais relativos à remontagem de unidades (como engenhos, galinheiros etc).



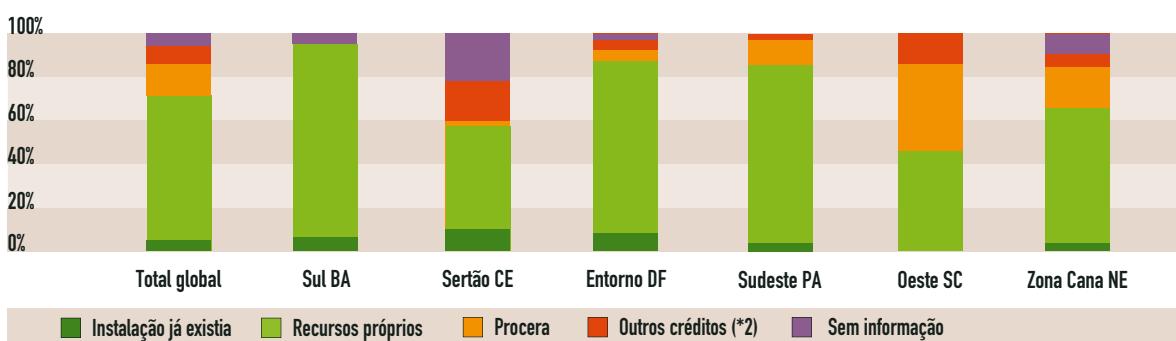
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados na *Tabela A6.2* e *A6.3*, no Anexo 2.

Esses dados apontam, por um lado, para a importância da criação oficial do assentamento para o investimento dos assentados em estruturas mais permanentes. Por outro lado, ressaltam a já observada precariedade dos lotes no início dos projetos, quando praticamente tudo está por fazer, desde a casa até cercas, estruturas de armazenamento (de água e de produtos), galinheiros, currais etc., e também revelam que o assentamento foi importante para o acesso dos assentados aos meios de produção. Ainda que tenhamos apenas 57% da população assentada registrando a presença de instalações em seu lote, é notável que 75% da mesma tivesse condições de montar algum tipo de instalação na sua área⁴, sobretudo se considerarmos que 66% dos projetos pesquisados foram criados a partir de 1995.

Esse acesso se acentua quando analisamos o financiamento às instalações existentes: em 70% dos casos elas foram construídas com recursos próprios (*Gráfico 6.4*). Ou seja, em dois terços dos casos (considerando os informantes que declararam possuí-las), não houve uma captação de recursos nos programas de crédito para a construção das mesmas. Note-se que no Sudeste do Pará, no Entorno do Distrito Federal e no Sul da Bahia os percentuais são superiores a 80%⁵. Este dado remete mais uma vez (agora ao nível do lote) para a carência de condições de infra-estrutura nos assentamentos, com o baixo alcance de créditos para esse fim, colocando dificuldades adicionais para os assentados na fase inicial dos projetos. Por outro lado, revela uma capacidade dos assentados de, por conta própria, irem construindo estas condições e estruturando os lotes, o que parece se confirmar na comparação geral dos dados

de infra-estrutura com os períodos de criação dos assentamentos nas *manchas*, que indica que aquelas com assentamentos mais novos (como Zona Canavieira e Sul da Bahia) têm menor presença de instalações. No caso das instalações financiadas através de programas de crédito, oficiais ou não, observamos que a maioria se deu por intermédio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - Procera (16 % do total de instalações, o que corresponde a 53 % das instalações financiadas com recursos externos), sobretudo em Santa Catarina que possui assentamentos mais antigos. Secundariamente, aparecem também financiamentos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e dos Fundos Constitucionais (em especial no Ceará através do FNE). Houve ainda uma participação pouco expressiva de Igrejas, ONGs, agroindústrias e governo do estado⁶.

Gráfico 6.4 Financiamento das instalações existentes nos assentamentos pesquisados – em % sobre o total de instalações (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Porcentagem feita sobre o número total de instalações existentes nos lotes.

(*2) Outros créditos: inclui FNE/FNO, Pronaf, Agroindústrias, Governo do Estado, ONGs. Ver Tabela A6.3, Anexo 2.

Quanto ao uso de máquinas e equipamentos agrícolas, 65 % dos entrevistados declararam utilizar esses bens na safra 1998/99 com uma média de 1,7 máquina/equipamento utilizado por lote (Tabela 6.2). Também no que se refere a este aspecto, a *mancha* do Oeste de Santa Catarina se destaca com a quase totalidade dos lotes (95 %) tendo utilizado uma média de 2,7 máquinas/equipamentos por lote⁷. O Sudeste do Pará é a *mancha* com menor uso de máquinas e equipamentos: apenas cerca de um terço dos entrevistados tiveram acesso a eles, numa média de uso de 1,3 por lote.

Tabela 6.2 Utilização de máquinas e equipamentos na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (por lote e por *manchas*)

Mancha	Lotes que utilizaram máquinas e equipamentos (*1)	Número médio utilizado por lote (*2)
Sul BA	61%	1,1
Sertão CE	58%	1,8
Entorno DF	86%	1,7
Sudeste PA	35%	1,3
Oeste SC	95%	2,7
Zona Cana NE	71%	1,3
Total global	65%	1,7

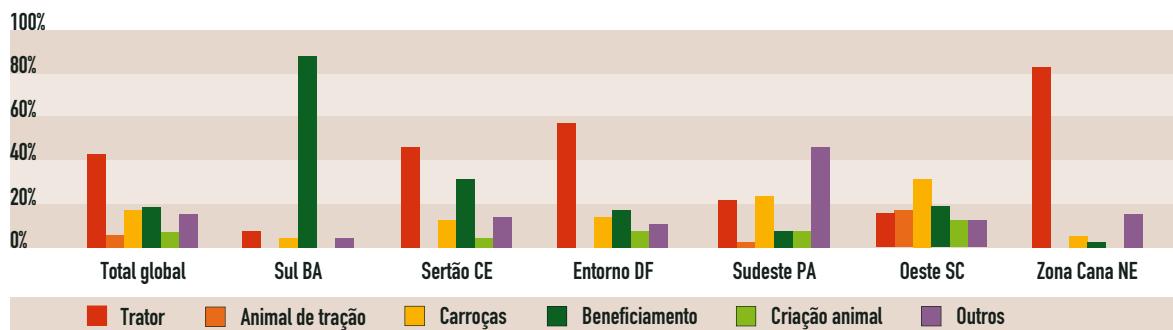
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A 6.4, Anexo 2.

(*1) Não inclui dados dos grupos coletivos. A diferença para 100% refere-se aos que não utilizaram equipamentos.

(*2) Considerando apenas os lotes que utilizaram alguma máquina e equipamento.

Quase a metade (42 %) das máquinas/equipamentos utilizados refere-se ao emprego do trator, conforme podemos ver no Gráfico 6.5. Na Zona Canavieira nordestina, os tratores representam 82 % das máquinas utilizadas pelos assentados, particularmente nos municípios de Abreu e Lima, Água Preta e Igarassu, em Pernambuco. Santa Catarina apresenta um percentual baixo nessa categoria, quando comparado ao seu expressivo número de assentados que fizeram uso de equipamentos, provavelmente causado pela impossibilidade de mecanização devida ao relevo acidentado (em especial no Extremo-oeste). Em compensação, tem-se uma participação maior nos equipamentos de tração animal e máquinas de beneficiamento. Os assentamentos baianos incluídos nesta pesquisa associam uma baixa utilização do trator, compensada com equipamentos de beneficiamento (condizente com os resultados da tabela anterior sobre instalações relativas ao beneficiamento), com um baixo acesso dos assentados a outros tipos de máquinas e equipamentos. Mesmo assim, quando comparamos os dados de uso de tratores nos assentamentos da *mancha* do Sul da Bahia com a média de uso de tratores por estabelecimento agropecuário na microrregião cacaueira, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, vemos que nos assentamentos 7 % de lotes empregam trator, ao passo que na região o percentual é de apenas 1,6 %, indicando que as diferenças entre as *manchas* em grande medida refletem o perfil tecnológico das regiões em que os assentamentos estão inseridos.

Gráfico 6.5 Principais tipos de máquinas e equipamentos utilizados na safra 1998/99, por *manchas*
(em % do total de máquinas e equipamentos utilizados)



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.4, no Anexo 2.

Animal de tração: cavalo, burro, égua, boi.

Carroça: inclui também carro de boi.

Beneficiamento: máquina de limpar, trilhadeira, batedor, descascador, debulhador, classificador de grãos.

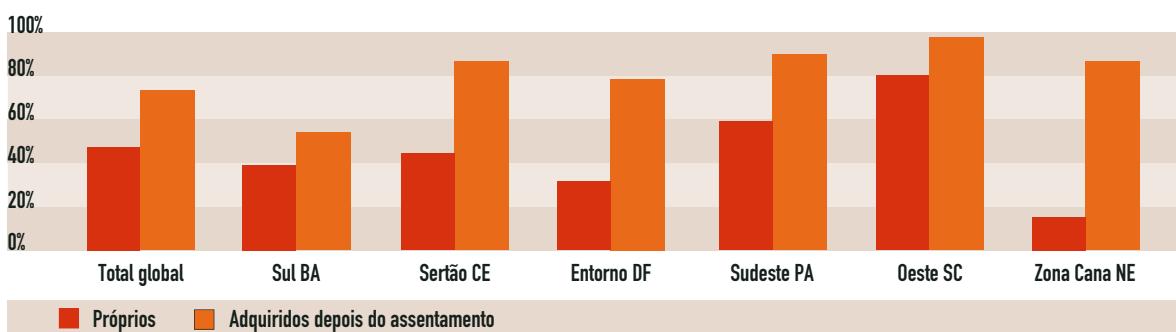
Criação animal: equipamentos para ração (picadora, trituradora, forrageira, ensiladeira), ordenhadeira, resfriador de leite, botijão de sêmen, pistola de injeção, cerca elétrica.

Outros: colheitadeira; microtrator; equipamento de irrigação (bomba d'água, tanque); caminhões e utilitários (caminhão, carreta, reboque); motosserra, gerador, gabi, conjunto de ferro, tanque combustível, motor elétrico ou diesel, carro de mão.

Depois do trator, as máquinas e equipamentos mais utilizados são aqueles de beneficiamento, com destaque para o Sul baiano e o Sertão do Canindé, onde pesam os equipamentos das casas de farinha⁸. Também aparecem com importância as carroças e os equipamentos de tração animal, empregados em maior monta nas regiões do Oeste catarinense e do Sudeste paraense (com 30 % e 22 % do total das máquinas, respectivamente). Cabe ressaltar o emprego de máquinas/equipamentos para criação animal no Oeste de Santa Catarina, especialmente os de alimentação animal. Nesta *mancha*, destacam-se também a baixa utilização de tratores e o maior emprego de tração animal, o que se explica pelo fato de boa parte dos assentamentos apresentar relevo acidentado, conforme visto na parte de condições de solos, que apontou restrições dadas pela topografia em 68 % dos assentamentos (Tabela 3.5). Destaca-se ainda, no item “outros”, o uso de motosserra no Sudeste do Pará e, em menor medida, no Oeste de Santa Catarina (*submancha* de Abelardo Luz).

Quando analisamos a propriedade das máquinas e equipamentos utilizados pelos assentados na safra 1998/99, vemos que cerca de metade deles (48 %) pertence aos assentados (Gráfico 6.6). Os demais foram alugados, emprestados ou cedidos, muitas vezes da própria associação ou cooperativa existente nos núcleos⁹. Mais uma vez o Oeste de Santa Catarina se destaca, com 80 % das máquinas e equipamentos utilizados sendo próprios. Já a Zona Canavieira do Nordeste apresenta o menor índice de apropriação dos bens de produção empregados, com apenas 14 % dos equipamentos próprios (referindo-se principalmente a equipamentos de irrigação e carros de mão), sendo que nesta *mancha* o maior uso de máquinas e equipamentos refere-se ao aluguel de tratores para o preparo do solo, como veremos na análise dos implementos.

Gráfico 6.6 Propriedade e período de aquisição das máquinas e equipamentos utilizados na safra 1998/99 (em % das máquinas/equipamentos utilizados, por *manchas*)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Considerando apenas os equipamentos próprios e com declaração do ano de aquisição (algumas *manchas* tiveram índices elevados de não declaração do ano, como o Sertão do Ceará). Inclui máquinas e equipamentos dos grupos coletivos.

Próprios: Percentual de máquinas e equipamentos de propriedade do responsável sobre o total de máquinas e equipamentos utilizados durante a safra. Nas regiões com a presença de grupos coletivos nos assentamentos, notadamente CE e SC, essa relação fica um pouco problematizada na medida em que as famílias podem ter declarado várias vezes o uso de uma máquina de propriedade coletiva do grupo. Mesmo assim, mantivemos o indicador nesses casos. A diferença para 100% refere-se a máquinas e equipamentos alugados, emprestados e cedidos.

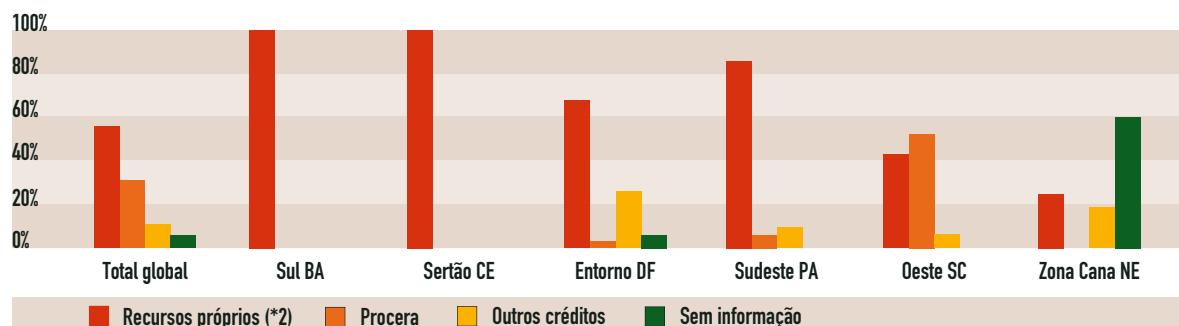
Adquiridos depois do assentamento: Proporção das máquinas e equipamentos adquiridos após a entrada das famílias no assentamento em relação ao total de máquinas e equipamentos próprios (de propriedade do responsável). A diferença para 100% refere-se aos adquiridos antes da entrada no assentamento. Não foram considerados nos cálculos de porcentagem as máquinas e equipamentos sem declaração do ano de aquisição (ou seja, a porcentagem foi feita sobre o total de próprios com informação da aquisição).

Da mesma forma que acontece com as instalações, a maior parte das máquinas e equipamentos pertencentes aos assentados (73 %) foi adquirida após a criação oficial dos projetos de assentamento (Gráfico 6.6), indicando também neste caso que o acesso aos meios de produção foi ampliado pela entrada no projeto, contribuindo, dessa maneira, para potencializar a *capacidade*, no sentido expresso por Sen (2000), desse segmento integrar-se socialmente, ainda que o simples acesso não garanta necessariamente uma performance exitosa. Mas, como já advertimos, não estamos buscando enquadrar essas experiências numa dicotomia “assentamentos bem-sucedidos” *versus* “assentamentos malsucedidos”, como muito já se fez na literatura recente. Estamos, sim, buscando registrar as mudanças, internas ou externas, que perpassam essas experiências e compreendê-las no âmbito das dimensões econômicas, políticas e sociais.

Também de forma parecida com o que acontece com as instalações, uma parte significativa (cerca de metade) das máquinas e equipamentos utilizados foram adquiridos com recursos próprios, sendo a totalidade delas nas *manchas* da Bahia e do Ceará, e 85 % dos casos no Pará¹⁰, mais uma vez indicando que os assentados vêm conseguindo o acesso aos meios de produção (Gráfico 6.7).

Gráfico 6.7

Fontes de financiamento das máquinas e equipamentos individuais utilizados nos assentamentos pesquisados na safra 1998/99 – em % sobre o total de unidades (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A6.5, Anexo 2*.

(*1) Considerando o total dos lotes que declararam possuir instalações e desconsiderando os grupos coletivos.

(*2) As observações de campo em algumas *manchas* (como o Sertão do Ceará, por exemplo) indicaram que podem estar sendo declarados como “recursos próprios” o uso de outros créditos que não específicos para investimentos (como, por exemplo, fomento, alimentação etc.).

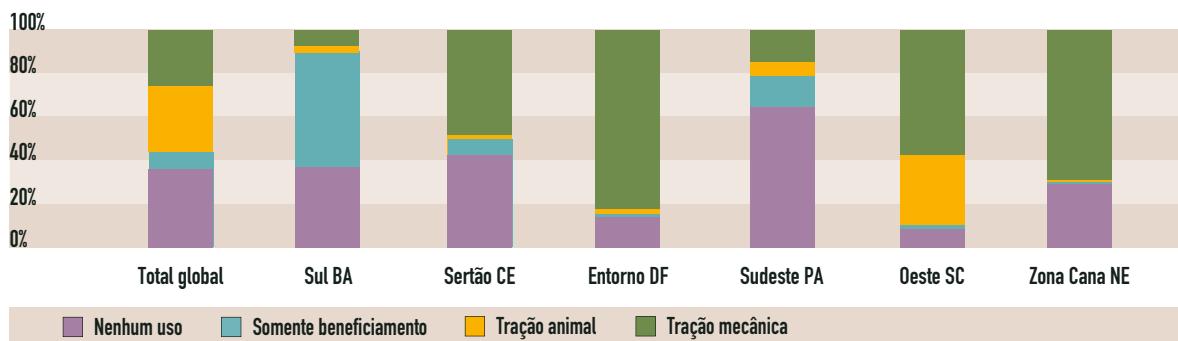
Já nos casos das máquinas e equipamentos de uso coletivo, a participação de recursos próprios no financiamento reduz-se drasticamente, tendo financiado apenas 18% destes bens no total das *manchas*, apesar de responderem por três quartos da origem do dinheiro no caso da Zona da Mata, conforme pode-se ver na *Tabela A6.6 (Anexo 2)*. Nestes casos, existe a possibilidade de uma aquisição mais facilitada por meio de linhas de crédito que disponibilizam recursos em maior volume, para investimentos, voltadas para grupos coletivos, que financiaram 82% das máquinas e equipamentos coletivos, com destaque para o Procerá, que financiou 31% no total das *manchas*. As demais fontes de financiamento tiveram importância variada entre as *manchas*, destacando-se o FNE (Fundo Constitucional do Nordeste) no Ceará e o crédito-fomento no Sul da Bahia e no Sertão do Ceará¹¹.

Adiantando as considerações expostas na seção seguinte, podemos concluir que, no caso das instalações e também das máquinas, equipamentos e implementos, há um problema de oferta de crédito de investimento nos assentamentos, levando a que uma parte dos assentados os tenha financiado com recursos próprios e outra parte, sem esses mecanismos, tenha ficado excluída da aquisição desses equipamentos e instalações, como vimos inicialmente. Quando houve a possibilidade de contar com recursos dessa natureza, especialmente no contexto do Procerá¹², notamos uma participação importante desse programa na viabilização de uma infraestrutura tecnológica nos lotes e assentamentos em geral. No entanto, o acesso dificultado aos financiamentos de investimento, salvo regiões como Santa Catarina onde tal mecanismo se deu com maior desenvoltura, impacta diretamente as possibilidades produtivas com as quais os assentados se defrontam. Imaginamos que esse processo tenha se agravado com a extinção do Procerá e sua substituição pela linha A do Pronaf, como discutiremos adiante.

Ainda considerando as máquinas e equipamentos utilizados na safra 1998/99, se fizermos a análise por lote (e não mais pelo número total de máquinas), classificando os lotes pelos tipos de tração empregados, vemos que as maiores porcentagens de lotes com utilização de máquinas de tração mecânica nas atividades produtivas (tratores, microtratores, colheitadeiras) estão nos assentamentos do Entorno do DF (82% dos lotes), da Zona Canavieira do Nordeste (69%)¹³ e do Oeste de Santa Catarina (58%).

O Gráfico 6.8 revela que mais de um terço dos lotes (36%) não empregou nenhum tipo de máquinas/equipamentos, mostrando que, apesar do acesso que comentávamos antes,

Gráfico 6.8 Classificação dos lotes nos assentamentos pesquisados pelo tipo de tração das máquinas e equipamentos utilizados (em % do total de lotes, por *manchas*)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.7, Anexo 2.

Tração mecânica: lotes com uso de máquinas e equipamentos mecânicos, ainda que possam fazer uso de animais.

Tração animal: o uso de animais pode estar subestimado neste gráfico, pois alguns assentados declararam o mesmo no item relativo à criação animal e não como instrumento de trabalho.

Somente beneficiamento: lotes apenas com máquinas e/ou equipamentos de beneficiamento (sem uso de outros tipos de máquinas e equipamentos, seja de tração animal ou mecânica).

Nenhum uso: lotes que não iniciaram utilizar nenhum tipo de máquina e equipamento na safra 1998/99.

há ainda uma parcela considerável dos assentados sem utilizá-los, mesmo que através de operações de aluguel. No Sul da Bahia, metade dos lotes utilizaram unicamente os equipamentos das casas de farinha, ou seja, em 92 % dos casos não houve na safra analisada o uso de máquinas e equipamentos mecânicos ou de tração animal na produção. Vale mencionar novamente o emprego de tração animal no Oeste de Santa Catarina, sobretudo na *submancha* do Extremo-oeste, onde os mesmos constituem 44 % do total de lotes visitados.

A análise dos implementos utilizados na safra 98/99 ajuda a completar os dados de acesso aos bens de produção e nos dá uma idéia mais aproximada do grau de mecanização da produção agrícola nos lotes dos assentamentos pesquisados, visto que, invariavelmente, os implementos constituem em bens complementares das máquinas e equipamentos (Tabela 6.3).

Como já havíamos comentado no início do item, quase três quartos dos lotes visitados (72 %) utilizaram algum implemento na referida safra. A média de implementos utilizados por eles é de 1,8 implemento por lote. O Sul da Bahia é a única *mancha* onde praticamente inexiste o uso de implementos, pois apenas 6 % dos entrevistados os utilizaram, com média de um implemento por lote. Já o Oeste de Santa Catarina apresenta um uso acima da média geral.

Tabela 6.3 Utilização de implementos na safra 1998/99, nos assentamentos pesquisados, por *manchas* (*1)

Mancha	% lotes que utilizou (*2)	Nº médio por lote (*3)
Sul BA	6%	1,0
Sertão CE	66%	1,8
Entorno DF	79%	1,8
Sudeste PA	77%	1,3
Oeste SC	97%	2,8
Zona Cana NE	70%	1,7
Total global	72%	1,8

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.8, Anexo 2.

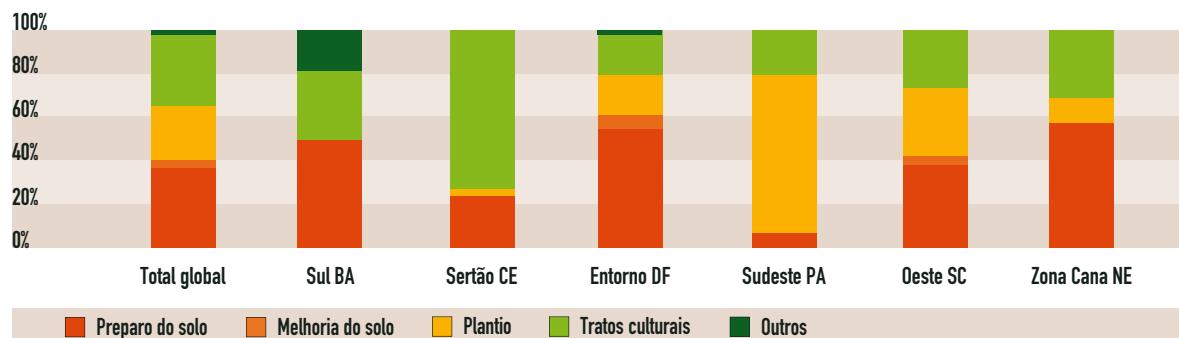
(*1) Com base nos responsáveis que declararam possuir implementos. Não inclui dados dos grupos coletivos.

(*2) Lotes que declararam ter utilizado algum implemento sobre o total de lotes entrevistados.

(*3) Considerando os lotes que declararam o uso de implementos, ou seja, número total de implementos utilizados (2.012) em relação ao número de lotes que utilizaram algum implemento.

Gráfico 6.9

Uso de implementos na safra 98/99 segundo as etapas produtivas – em % do total de implementos utilizados, por *manchas**



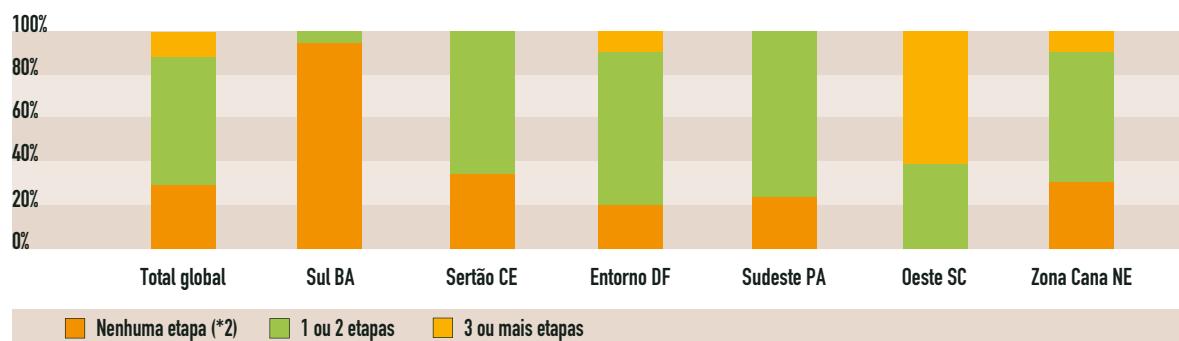
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.8, Anexo 2.

(*) As porcentagens foram tiradas em relação ao número total de implementos utilizados. Não foram contabilizados instrumentos de trabalho básicos, como enxada, enxadão, foice, machado.

Preparo do solo: arado, tombador, grade. **Melhoria do solo:** adubadora, espalhador de calcário. **Plantio:** sulcador, semeadeira, plantadeira. **Tratos culturais:** carpideira/capinadeira, roçadeira, cultivador, pulverizador.

Gráfico 6.10

Número de etapas produtivas com uso de implementos na safra 1998/99, por *manchas* – em % do total de lotes (*1)



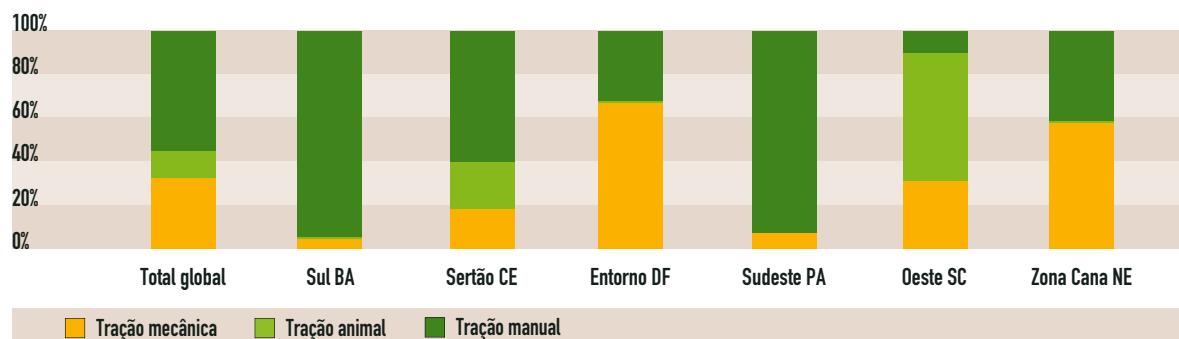
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver Tabela A6.9, Anexo 2.

(*) Com base no total de entrevistados. As etapas consideradas foram as seguintes: preparo do solo; melhoria do solo; plantio; tratos culturais; outras.

(*) **Nenhuma etapa** corresponde aos lotes sem uso de implementos na safra considerada.

Gráfico 6.11

Tipos de tração dos implementos utilizados na safra 1998/99, por *manchas* (em % do total de lotes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.9, Anexo 2.

(*) Porcentagens calculadas em relação ao número total de lotes entrevistados.

Tração mecânica: uso de implementos acoplados a máquinas e equipamentos mecânicos, ainda que com uso de animais.

Tração animal: lotes com uso de implementos de tração animal e sem uso de tração mecânica.

Tração manual: lotes somente com uso de implementos manuais (principalmente plantadeiras e pulverizadores) ou sem uso de implementos (ou seja, com uso apenas de instrumentos manuais, como enxada, foice, machado etc), que não foram computados na pesquisa.

Os tipos de implementos e de tração, bem como o número de etapas produtivas nos quais são utilizados, são apresentados nos *Gráficos 6.9, 6.10 e 6.11*. A análise do conjunto de dados relativos aos implementos utilizados nos permite uma melhor visualização do perfil tecnológico dos lotes nos assentamentos em cada *mancha*, que parecem seguir, em linhas gerais, um padrão tecnológico dado regionalmente e pelo tipo de cultivos predominantes.

No total geral, apenas 33 % dos lotes declararam ter utilizado implementos de tração mecânica na safra anterior. No entanto, este valor parece estar subestimado, pois em todas as *manchas* está abaixo dos dados sobre uso de máquinas vistos anteriormente, que indicam 49 % dos lotes tendo utilizado tração mecânica (especialmente trator)¹⁴. De qualquer forma, teríamos apenas entre um terço e metade dos lotes entrevistados utilizando tração mecânica em alguma etapa da produção agrícola.

No Sul da Bahia os dados do uso de implementos corroboram os dados apresentados anteriormente referentes a máquinas e equipamentos, apontando para o fato de que esta *mancha* é aquela com menor utilização de qualquer tipo de maquinário ou implemento, que se restringem ao beneficiamento (casas de farinha), com utilização de apenas instrumentos básicos de trabalho (como enxadas, por exemplo) em todas as etapas da produção. No entanto, conforme já ressaltado na comparação do uso de tratores com os dados do Censo, estes baixos índices parecem refletir o perfil da agricultura na região, indicando que os assentamentos provavelmente não se diferenciam nem trazem inovações neste aspecto¹⁵.

Como já apontamos, no outro extremo encontra-se a *mancha* do Oeste catarinense, onde praticamente a totalidade dos lotes utilizou na média quase três implementos, abrangendo principalmente três etapas do processo produtivo: preparo do solo, plantio e tratos culturais. Também conforme indicado no referente a máquinas e equipamentos destaca-se nesta *mancha* o uso de implementos de tração animal, provavelmente por limites de topografia.

Na *mancha* do Sertão do Ceará vemos que dois terços dos lotes utilizam uma média de 1,8 implemento, nas etapas de preparo do solo e sobretudo tratos culturais (cerca de 75 % dos tipos de implementos utilizados), com os implementos de tração manual representando quase dois terços dos utilizados. Estes dados, somados aos do uso de máquinas e equipamentos, indicam que nesta *mancha* uma parte dos assentados (entre um terço e metade) utiliza tratores ou tração animal para o preparo do solo e uma fração maior (correspondente a cerca de dois terços) utiliza implementos manuais na fase de tratos culturais, provavelmente referindo-se a pulverizadores manuais de agrotóxicos no cultivo do algodão (o que se confirma quando analisamos os tipos de insumos utilizados nesta *mancha*)¹⁶. Por fim, cerca de um terço dos lotes não utiliza implementos em nenhuma etapa produtiva.

No Entorno do DF há um uso mais generalizado de tração mecânica, com aproximadamente 80 % dos lotes tendo utilizado, em especial no preparo do solo (arados ou grades acoplados a tratores), o que corrobora os dados analisados anteriormente para máquinas e equipamentos. É também a *mancha* onde aparecem com maior importância implementos de melhoria do solo, indicando provavelmente a necessidade do uso de calagem nos solos das regiões de cerrado, em geral ácidos. Aparecem também (em torno de 20 %) implementos utilizados no plantio e nos tratos culturais, provavelmente parte deles de tração manual e parte mecânica. Como os dados sobre uso de insumos indicam cerca de 21 % dos lotes tendo utilizado agrotóxicos, é provável que também no Entorno do DF os implementos de tração manual se refiram a pulverizadores e que o plantio seja mecanizado com uso de tratores. Cerca de um quarto dos lotes não registrou o uso de qualquer tipo de implemento (nenhuma etapa produtiva).

Já na *mancha* do Sudeste do Pará, embora 77 % dos entrevistados tenham indicado utilizar implementos, a análise dos dados indica que eles provavelmente se restringem à utilização de semeadeiras manuais (implementos utilizados para o plantio, em apenas uma etapa da produção, com tração manual).

Na Zona Canavieira do Nordeste os dados também corroboram os já apresentados para máquinas e equipamentos: pouco mais de dois terços dos lotes (70 %) indicaram ter utilizado 1,7 implemento, correspondendo principalmente ao aluguel de tratores para o preparo dos solos. Aparecem também nesta *mancha* implementos utilizados nos tratos culturais (30 % dos lotes) e, em menor medida, no plantio, que provavelmente se referem aos implementos de tração manual. Concluindo, é relativamente alta a porcentagem de lotes sem acesso ao uso de implementos (dois), também corroborando os dados já verificados com relação a máquinas e equipamentos.

Uso de insumos e perfil tecnológico

Por fim, a análise da utilização de insumos pelos assentados ajuda a completar o perfil tecnológico dos lotes entrevistados. Enquanto no caso das instalações, máquinas e implementos a análise tem como pressuposto a necessidade de acesso dos assentados a esses bens, que possibilitam um aumento da capacidade produtiva e do rendimento do trabalho (e consequentemente melhores condições de trabalho), a análise do uso de insumos apresenta uma complexidade bastante maior. Neste caso, não somente as condições de acesso estão em jogo, já que os tipos e a quantidade de insumos utilizados dependem também da opção tecnológica adotada por cada assentado e, em geral, têm uma forte influência tanto nos custos de produção, quanto na saúde dos trabalhadores e no meio ambiente. Por isso, no que se refere aos insumos, a análise pretende indicar, dentro dos limites colocados pela pesquisa, não apenas o acesso, mas o padrão tecnológico vigente nos assentamentos e compará-lo com o padrão vigente no seu entorno.

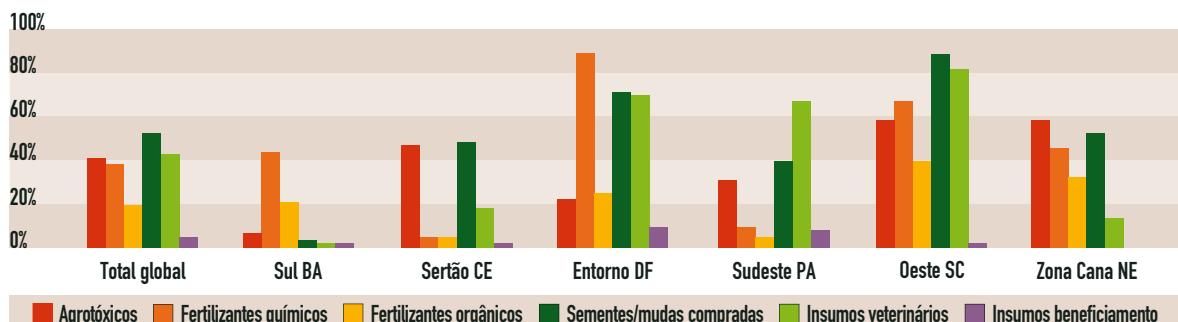
No total dos lotes entrevistados, cerca de um quinto (18 %) declarou não ter utilizado insumos na safra 1998/99 e quase a metade utilizou apenas um ou dois tipos de insumos (*Gráfico 6.14*). Os insumos que aparecem com uso mais generalizado são as sementes/mudas compradas (utilizadas por metade dos assentados), os medicamentos veterinários (utilizados em 42 % dos lotes), os agrotóxicos (41 %) e os fertilizantes químicos (37 %) (*Gráfico 6.12*). O emprego de insumos no beneficiamento, ou de outros tipos de insumos, tem valor residual. Quanto ao padrão tecnológico, os dados revelam que a maioria dos lotes pratica uma agricultura química: 60 % dos casos, incluindo químicos com agrotóxicos e sem agrotóxicos. Isso fica mais evidente em projetos do Entorno do Distrito Federal, com 89 % dos lotes nessa condição, e núcleos de Santa Catarina, com 78 %, apesar do uso de agrotóxicos ser maior neste último caso (*Gráfico 6.13*).

Ainda quanto aos insumos surgem variações significativas entre as *manchas*, aparentemente relacionadas com as atividades produtivas predominantes, e as indicações são de que, de uma forma geral, os assentados parecem seguir o “pacote tecnológico” convencional, não diferindo muito dos padrões regionalmente estabelecidos, conforme veremos ao longo da análise.

Analizando pelas manchas, vemos que no Sul da Bahia os insumos de uso mais generalizado são os fertilizantes químicos (utilizados por 44 % dos entrevistados), seguidos dos orgânicos (20 %), com uma provável associação destes dois tipos de fertilizantes, já que cerca

Gráfico 6.12

Tipos de insumos produtivos utilizados durante a safra 1998/99 nos lotes dos assentamentos pesquisados (em % de lotes que utilizaram)*



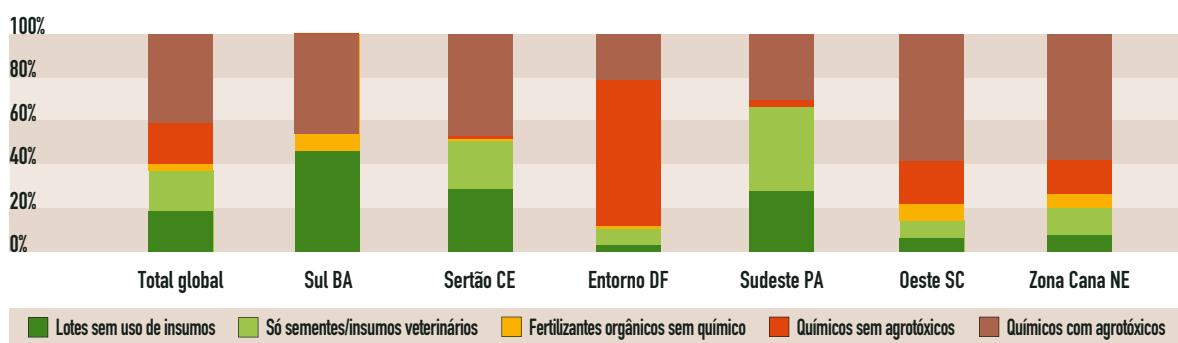
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.10, Anexo 2.

(*) Para cada coluna em particular a diferença para 100% refere-se ao percentual de lotes que não empregaram aquele insumo específico. Porcentagens em relação ao total de lotes entrevistados.

Obs.: Inclui fertilizantes minerais.

Gráfico 6.13

Padrão tecnológico: classificação dos lotes pelo conjunto de insumos utilizados na safra 1998/99 (em % dos lotes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.11, Anexo 2.

(*) Porcentagens em relação ao número total de lotes entrevistados.

Químico com agrotóxicos: utiliza agrotóxicos, associado ou não a outros tipos de insumos.

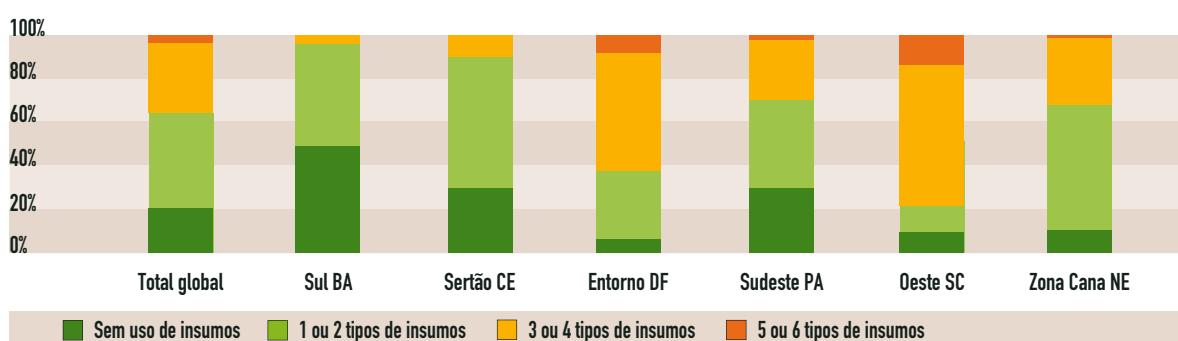
Químico sem agrotóxicos: utiliza fertilizantes inorgânicos, mas não agrotóxicos, podendo utilizar ou não outros insumos.

Fertilizantes orgânicos (sem químico): utiliza fertilizantes orgânicos e não faz uso de químicos.

Só sementes/insumos veterinários: utiliza apenas sementes e/ou insumos veterinários, sem nenhum outro tipo de insumo.

Gráfico 6.14

Intensidade do uso de insumos: classificação dos lotes nos assentamentos pesquisados pelo número de tipos de insumos utilizados na safra 1998/99 (em % dos lotes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.11, Anexo 2.

(*) Porcentagens em relação ao número total de lotes entrevistados.

de metade dos lotes entrevistados não utiliza qualquer tipo de insumo, e praticamente a outra metade utiliza apenas um ou dois tipos de insumos. O uso dos fertilizantes nesta mancha está provavelmente relacionado com as restrições de fertilidade dos solos apontadas anteriormente, indicando que estes insumos são imprescindíveis para a produção, dado que nesta mancha o acesso aos meios de produção é em geral bastante baixo, como vimos na análise de máquinas e equipamentos.

Nos assentamentos da região cearense do Sertão do Canindé, os insumos mais utilizados são os agrotóxicos (no algodão) e sementes/mudas compradas, com uso possivelmente associado¹⁷. O uso de insumos veterinários vem em terceiro lugar, sobretudo nos assentamentos localizados em Quixeramobim e Santa Quitéria (26% e 22%, respectivamente), atentando para a importância da criação animal nestes casos.

Já nos projetos do Entorno do Distrito Federal o uso de insumos é bastante generalizado: os lotes sem uso de insumos representam apenas 4%. Os insumos mais utilizados são os fertilizantes químicos (88%)¹⁸, as sementes/mudas compradas (71%) e os insumos veterinários (70%, atestando a importância da criação animal na mancha). Porém o uso de agrotóxicos e fertilizantes orgânicos é significativo, atingindo cerca de um quarto dos entrevistados. O uso dos diferentes tipos de insumos aparece associado, já que mais da metade dos entrevistados utilizarou na safra mencionada acima de três tipos de insumo, e cerca de 10% utilizaram cinco ou seis tipos. O padrão “químico com agrotóxicos” abrange um quinto dos entrevistados.

Nos projetos do Sudeste do Pará, verifica-se uma predominância de insumos veterinários (66% dos lotes) e de sementes (39%), sendo que cerca de metade dos entrevistados parece utilizar somente estes dois tipos de insumos (juntos ou separadamente)¹⁹. Ainda nesta mancha, fica clara uma segmentação interna dos lotes, com cerca de 40% dos entrevistados no padrão “somente sementes e insumos veterinários”, 30% dos lotes no padrão “sem uso de insumo” e outros 30% enquadrando-se no padrão “químico com uso de agrotóxicos” que, provavelmente, utiliza três ou mais tipos de insumos: veterinários, sementes e agrotóxicos.

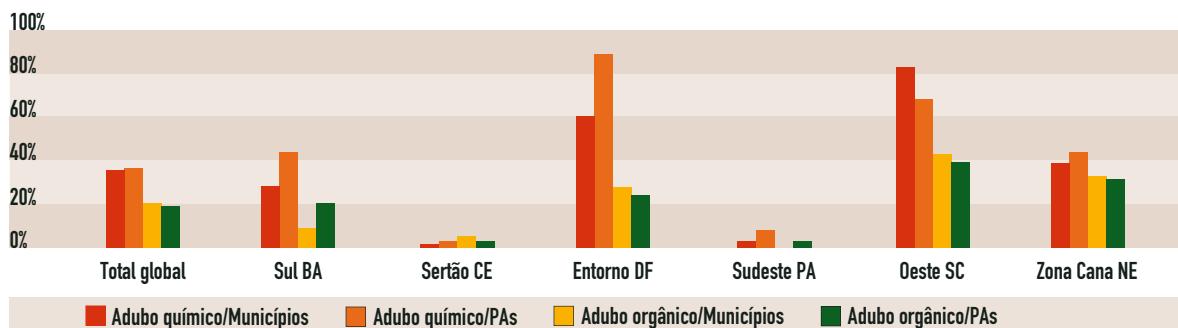
A mancha do Oeste catarinense, acompanhando o padrão já apresentado na análise de máquinas e equipamentos, é aquela com maior amplitude de uso de insumos, tanto em porcentagem de lotes quanto nos tipos. São especialmente relevantes os usos de sementes²⁰, insumos veterinários e, em grau um pouco menor, fertilizantes e agrotóxicos²¹. O emprego destes últimos está associado ao cultivo do fumo, mas também a outros cultivos.

Finalmente, nos núcleos da região nordestina da Zona Canavieira, a quase totalidade dos entrevistados usou algum tipo de insumo, sendo os mais utilizados os agrotóxicos (58% dos lotes)²², as sementes/mudas compradas (53%) e os fertilizantes químicos (45%) e orgânicos (31%). Cerca de dois terços dos assentados utilizam até dois tipos diferentes de insumos e os demais, entre três e quatro tipos, ficando difícil saber a associação de insumos utilizados. Um terço dos entrevistados não utiliza insumos químicos.

Um exercício de comparação dos dados de uso de fertilizantes nos assentamentos pesquisados (safra 1998/99) com os indicadores do Censo Agropecuário para os estabelecimentos agropecuários nos municípios visitados (1996), apesar do hiato temporal entre as fontes de dados, aponta uma grande proximidade entre o uso destes insumos nos assentamentos e nas regiões onde estão inseridos (*Gráfico 6.15*), reforçando o fato já apontado anteriormente de que as diferenças entre as manchas refletem variações regionais e de que o padrão tecnológico dos assentamentos no geral parece acompanhar aquele existente no seu entorno, em alguns casos apresentando um maior uso de insumos.

Gráfico 6.15

Comparação entre a utilização de adubos químicos e orgânicos nos projetos de assentamento pesquisados e no conjunto de estabelecimentos dos municípios



Fonte: Dados dos PAs: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários (% em relação ao total de lotes entrevistados).

Dados dos Municípios: Censo Agropecuário IBGE, 1996 (porcentagens sobre o total de estabelecimentos nos municípios onde os PAs estão localizados). Ver também Tabela A6.12, no Anexo 2.

No total das *manchas* nota-se praticamente uma equivalência entre os dados dos PAs e do Censo, com uma porcentagem de estabelecimentos utilizando adubos químicos minimamente superior nos projetos de assentamentos pesquisados em relação ao total de estabelecimentos agropecuários existentes e um emprego de adubos orgânicos minimamente inferior nos assentamentos (diferenças de um ponto percentual).

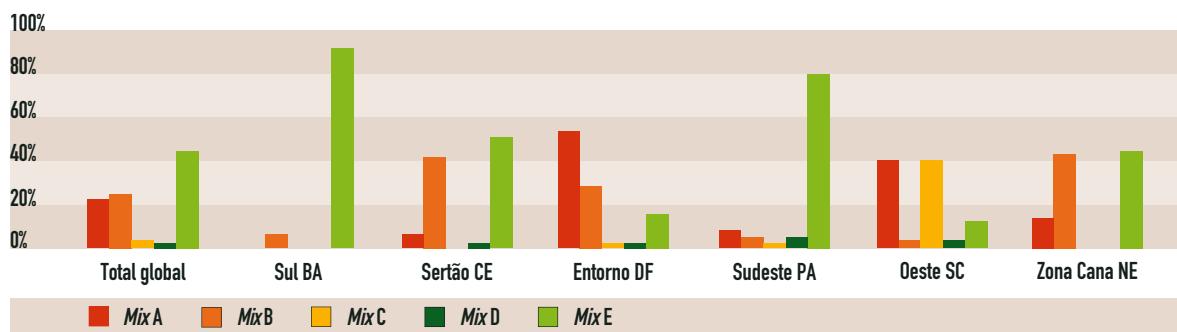
Quando analisamos as *manchas* separadamente, vemos que mesmo naquelas com menor utilização desses insumos, como o Sertão do Ceará e o Sudeste do Pará, o uso dos adubos químicos pelos assentados está acima do uso médio dos estabelecimentos agrícolas nos municípios onde estão localizados²³. Também no caso da Bahia, repetindo o já visto com relação ao uso de tratores, a baixa utilização (quando comparada às demais *manchas*) é maior do que aquela prevalecente no âmbito dos estabelecimentos agrícolas dos municípios (44 % dos projetos contra 28 % dos estabelecimentos), permitindo a hipótese inclusive de que os assentamentos poderiam estar proporcionando alguma elevação do nível tecnológico local. No outro extremo, a *mancha* do Oeste de Santa Catarina, que tem as maiores proporções de assentados utilizando adubos químicos e orgânicos, o uso destes insumos nos PAs apresenta-se um pouco inferior à média dos estabelecimentos nos municípios onde estão localizados²⁴.

Buscando uma visualização geral das condições tecnológicas nos assentamentos pesquisados, e tendo em vista as diferenciações internas existentes, procuramos agrupar os lotes em cinco diferentes combinações (que denominamos *Mix*) conforme a utilização de alguns dos tipos de tecnologias analisados anteriormente. Selecionamos como variáveis a utilização de máquinas, equipamentos, e implementos (segundo o tipo de tração utilizado) e o uso de insumos. Esperamos com isso traçar um panorama geral do perfil tecnológico dos lotes²⁵. Não se trata aqui de estipular tal ou qual combinação é a melhor ou a mais adequada, nem tampouco de dizer se um *Mix* significa algum “progresso” em relação ao outro, visto que tais perspectivas escapam ao escopo da nossa análise²⁶. Por exemplo, no caso de Santa Catarina, o baixo índice de tração mecânica, associado à alta incidência do uso de máquinas e implementos de tração animal, é causado por limitações de relevo dos solos, sendo nestes casos provavelmente a tecnologia mais indicada. Também no que se refere ao perfil tecnológico, há mudanças na percepção de qual seria mais adequado aos agricultores assentados. Por exemplo, em um primeiro momento, chegou a existir uma orientação dos movimentos sociais, particularmente do MST, para que os assentados investissem pesadamente nas “altas

tecnologias”, geralmente relativas às inovações físico-mecânicas, reproduzindo o binômio química mineral-mecanização que marcou o processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira a partir de meados dos anos 60. Na realidade, tratava-se então, como bem apontou Paulillo (1995), de buscar competir com as empresas agropecuárias, fazendo uso do mesmo padrão tecnológico por estas adotado. Recentemente tem crescido o número de experiências que buscam conjugar um padrão tecnológico adequado à realidade da chamada agricultura familiar com questões relativas à preservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável²⁷.

Gráfico 6.16

Condições tecnológicas dos lotes, de acordo com tipo de tração, implementos e insumos produtivos utilizados na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (em % dos lotes)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver também Tabela A6.14, Anexo 2.

Mix A: Máquinas, equipamentos ou implementos de tração mecânica e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix B: Máquinas, equipamentos ou implementos de tração mecânica e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix C: Máquinas, equipamentos ou implementos de tração animal e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix D: Máquinas, equipamentos ou implementos de tração animal e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix E: Sem uso de máquinas ou equipamentos, sem implementos de tração mecânica ou animal, com qualquer tipo de insumos.

Com exceção de Santa Catarina, nas demais *manchas* as situações polarizam-se entre os lotes que adotam um padrão mecânico (*Mix A* e *B*) e um padrão destituído do uso de máquinas, equipamentos e implementos de tração mecânica ou animal (*Mix E*). Os *Mix C* e *D* aparecem com importância somente no caso catarinense que centra seu perfil tecnológico no uso de animais e equipamentos/implementos a eles acoplados. Nesta *mancha* a soma dos dois níveis alcança quase a metade dos lotes (*Gráfico 6.16*).

No total das *manchas*, podemos observar que quase metade dos entrevistados situa-se no *Mix E* (44 %), significando uma situação precária relativa à posse de equipamentos (mecânicos ou à base de tração animal). Essa situação abrange a grande maioria dos assentados no Sul Baiano e, em menor medida, do Sudeste Paraense, ainda que nesta última área, pela predominância da pecuária, possamos relativizar os resultados encontrados. Representa também quase a metade dos lotes nas *manchas* do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira.

Por outro lado, os lotes com predomínio de equipamentos mecânicos representam metade (49 %) da nossa amostra, concentrando-se ligeiramente no *Mix B* (26 %). Nesse estrato, são relevantes justamente os casos cearense e da Zona Canavieira do Nordeste, onde encontra-se a outra “quase-metade” dos lotes. No *Mix A*, destaca-se a participação dos projetos do Entorno do Distrito Federal e de Santa Catarina.

Vistos de uma perspectiva regionalizada, poderíamos dizer que no Sul da Bahia prevalecem os lotes menos instrumentalizados. No Sertão cearense os lotes dividem-se nos *Mix E* e *B*. Nesta região, do preparo da terra à colheita, os assentados seguem o padrão “tradicional”: brocam o mato nos meses de julho a setembro, encoivaram, fazem o aceiro e realizam a queimada

de outubro a novembro. Preparada a terra, aguarda-se a chuva. O primeiro ano do plantio é feito no “toco” e com três ou quatro sementes por cova. Nas culturas do milho e do feijão são realizadas três a quatro “limpas” por safra. No segundo ano de uso de uma mesma área, geralmente é feito o destocamento, após o gado ter pastado nos restolhos das culturas (Alencar, 1998)²⁸.

Na *mancha* do Entorno do Distrito Federal há claramente um predomínio do padrão mecânico (82 % dos casos); no Sudeste do Pará, uma concentração no *Mix E*; em Santa Catarina, uma divisão exata entre o padrão mecânico (*Mix A* e *B*) e o padrão de tração animal (*Mix C* e *D*). Neste caso, vale chamar a atenção à peculiaridade de alguns assentamentos nos quais, apesar do grau de desenvolvimento tecnológico atingido na atividade agropecuária, a utilização de insumos tende a não acompanhar o mesmo perfil da região. Este é o caso, por exemplo, dos assentamentos em Anchieta em que 10 % das mudas e sementes não são compradas, em virtude dos esforços da Apaco em montar um banco/estoque de sementes de milho crioulo. Em Paraíso, o grau de consumo de adubos orgânicos é particularmente elevado (57 %) em relação ao padrão regional (23 %), derivando, talvez, do trabalho de conscientização promovido pela prefeitura municipal na gestão administrativa anterior (1996-2000).

Finalmente, na Zona Canavieira há uma distribuição entre os *Mix B* e *E* (semelhante ao Ceará). Vários fatores poderiam explicar este perfil tecnológico, tais como o caráter recente dos assentamentos; a importância da atividade pecuária em alguns projetos; a declividade do terreno nos lotes dos assentamentos do Brejo paraibano, dificultando a utilização de tratores. Também o aluguel de trator (característica geral desta *mancha*) traz um aumento nos custos de produção nem sempre compensados pelos preços dos produtos.

Uma das possíveis tentativas de explicação para as diferenças de perfil tecnológico entre os assentados seria a associação entre o perfil tecnológico e o acesso ao crédito.

Neste sentido, e já adiantando a discussão que será feita no próximo item, fizemos uma tentativa ensaística de cruzar os dados de perfil tecnológico com os dados de acesso dos assentados ao crédito na safra 1998/99, que pode ser visualizada no Gráfico 6.17 a seguir. Apesar de a infra-estrutura tecnológica dos lotes não se resumir àquela financiada pelo crédito acessado nessa safra, os resultados encontrados apontam pistas interessantes que poderiam ser aprofundadas em estudos posteriores.

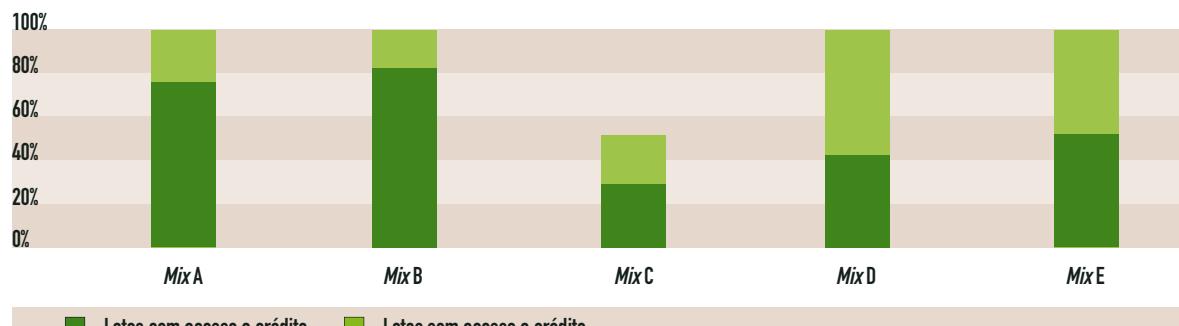
Quando analisamos o conjunto das *manchas*, é possível notar alguma correlação positiva apenas entre o acesso ao crédito e a maior utilização de máquinas e equipamentos de tração mecânica (*Mix A* e *B*), já que o acesso ao crédito nos casos de tração animal (*Mix C* e *D*) praticamente não diferiu daquele do *Mix E* (sem uso de máquinas ou animais). Na maioria das *manchas* há uma porcentagem maior de lotes com perfil tecnológico *A* e *B* (com utilização de tração mecânica) que tiveram acesso ao crédito, ligeiramente superior, porém, no *Mix B* (com menor uso de implementos e insumos), no qual 82 % dos lotes tiveram acesso ao crédito (contra 76 % no *Mix A*). No entanto, mesmo nos lotes do *Mix E*, cerca de metade obteve acesso ao financiamento e outra metade não, indicando que não é possível determinar rigorosamente uma causalidade.

A análise por *manchas*, considerando apenas os níveis mais significativos (*Mix A*, *B* e *E*)²⁹, reforça a impressão anterior, conforme demonstrado no Gráfico 6.18.

Tomando as duas regiões com maiores usos de máquinas, equipamentos e implementos (Entorno do Distrito Federal e Oeste de Santa Catarina), veremos que na primeira a proporção de lotes financiados é de 80 % no *Mix A*, e de 65 % no *Mix B*, caindo para 55 % no *Mix E*, indicando uma correlação positiva entre acesso a crédito e uso de máquinas, equipamentos e insumos. Isso se confirma também quando olhamos os dados sob uma outra perspectiva, pois dos 171 informantes com acesso ao crédito na referida safra, temos que 85 % deles encontram-se nos

Gráfico 6.17

Cruzamento dos dados de perfil tecnológico com acesso ao crédito na safra 1998/99, por perfil tecnológico (em % de lotes que acessaram crédito)



Fonte : Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.15, Anexo 2.

Mix A: Máquinas, equipamentos e implementos de tração mecânica e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix B: Máquinas, equipamentos e implementos de tração mecânica e 2 ou menos tipos de insumos.

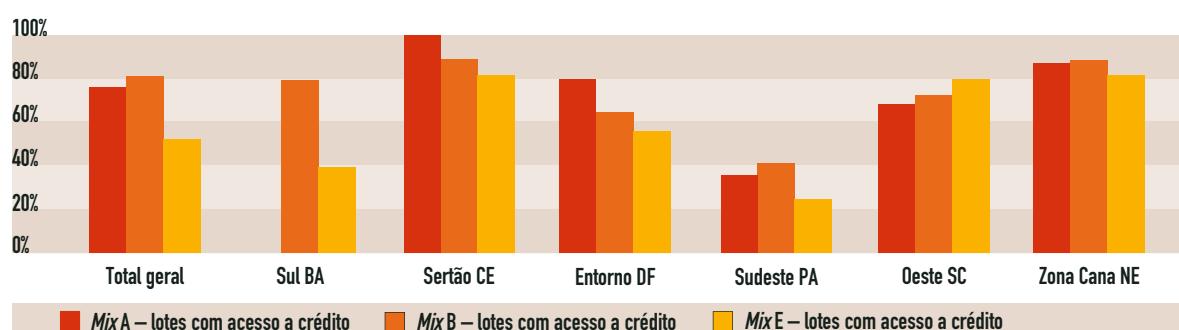
Mix C: Máquinas, equipamentos e implementos de tração animal e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix D: Máquinas, equipamentos e implementos de tração animal e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix E: Sem uso de máquinas e equipamentos, implementos apenas de tração animal e com qualquer tipo de uso de implementos e insumos.

Gráfico 6.18

Cruzamento dos dados de perfil tecnológico com acesso ao crédito na safra 1998/99, por manchas, e para os Mix A, B e E (em % de lotes que acessaram crédito)



Fonte : Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A6.15, Anexo 2.

Mix A: Tração mecânica, com implementos, e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix B: Tração mecânica, sem implementos, e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix E: Sem uso de máquinas e/ou animais, com qualquer tipo de uso de implementos e insumos.

estratos A e B, e apenas 12 % no Mix E. Em Santa Catarina, no entanto, essa relação se inverte: há um número superior de lotes com acesso a financiamento no Mix E (80 % do total) do que nos Mix A (70 %) e B (73 %), o que relativiza as apreciações, ainda que apriorísticas, anteriores. Invertendo o jogo, ou seja, tomando agora o conjunto dos lotes com financiamento, encontramos 62 % dos mesmos nos Mix A e B, e apenas 12 % no Mix E, o que também indica alguma relação positiva, ainda que 51 % dos não-financiados estivessem também nos estratos A e B.

Assistência técnica, crédito e financiamento

A análise do perfil tecnológico requer que consideremos, complementarmente, as políticas públicas que poderiam permitir aos assentados um maior acesso (e um acesso diferenciado do padrão regional) às tecnologias. Particularmente importantes nessa direção são as políticas de assistência técnica e de crédito rural.

Assistência técnica nos assentamentos

No que se refere à assistência técnica, uma das questões que emergiram durante a implementação do PNRA (na Nova República, em meados dos anos 80) referiu-se ao caráter e ao papel do processo de assistência técnica prestada aos assentados. Diversas posições, naquele momento, dividiam-se. Algumas afirmavam que o programa público de assistência técnica (do Incra ou de agências estaduais) deveria definir as escolhas produtivas pelos assentados, na medida em que esses novos sujeitos sociais encontravam-se destituídos do “saber-fazer” que a nova condição de produtor exigia. Outras posições mais radicais chegavam, inclusive, a afirmar que era improcedente o assentamento de famílias que não tinham um passado diretamente identificado com a prática de agricultor e que a assistência tecnológica não cobriria tal “lacuna”. Outro campo de forças defendia um projeto construído em parceria, através das organizações públicas e das entidades de representação dos assentados. Finalmente, existiam posições favoráveis a um projeto completamente autônomo dos trabalhadores rurais.

No contexto daquela época, não havia necessariamente uma política de assentamentos definida, apesar da existência de um documento do Incra estipulando etapas, processos etc., visto que boa parte dos assentamentos deu-se a reboque da capacidade de planejamento do Estado (Incra, 1987). Desse modo, tivemos até meados dos anos 90 um programa descontínuo de prestação de assistência técnica por parte dos órgãos públicos. Em alguns estados, houve uma política de assessoria prestada pelos departamentos e/ou secretarias dos governos estaduais (depois transformados em Institutos de Terras) que funcionou razoavelmente. Em outros, os projetos ficavam a cargo do trabalho da Emater, uma instituição originalmente moldada sob o prisma da chamada “modernização conservadora” da agricultura brasileira, salvo raras exceções, que sofreu um forte desmonte na virada dos anos 80 para a década de 90. Em outros tantos projetos, a assessoria ainda era de responsabilidade do próprio Incra, que não possuía um quadro técnico-administrativo capaz de atender a uma demanda crescente e estava iniciando naquele momento um processo de arregimentação de quadros condizentes à sua “nova função”, após 15 anos de existência sob o regime militar.

Os anos 90 guardavam ainda outras mudanças no contexto agrário que influenciaram o processo de assistência tecnológica: a expansão drástica do número de assentamentos, a discussão sobre o método mais adequado para esse tipo de público e o recrutamento de famílias originárias da periferia de centros urbanos que passaram a engrossar as fileiras dos movimentos sociais na reivindicação por terra (Alentejano, 1997; Moreira, 1997).

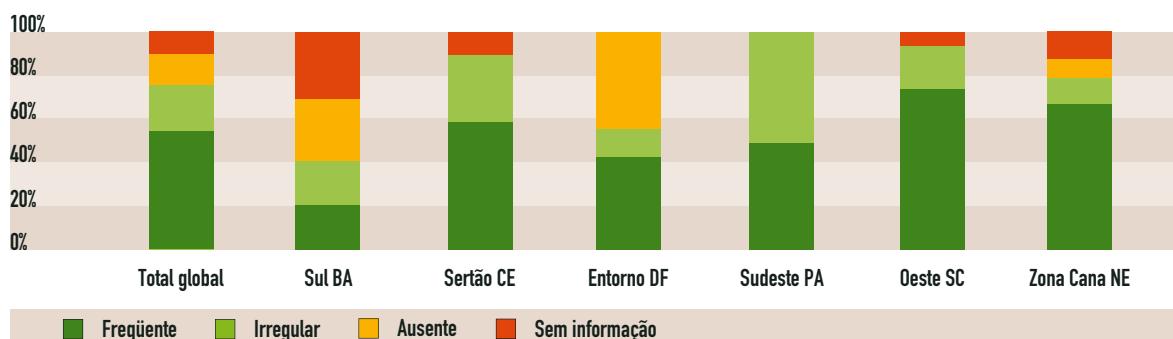
Embora durante todo esse período tenham existido diversos casos de assentamentos assistidos por agências públicas, ou mesmo por entidades não governamentais, somente a partir da criação do Programa Lumiar em 1996/97, houve um processo consolidado de assistência voltado especificamente para os assentamentos, ainda que de forma “terceirizada” (MEPF/Incra, 1996). O programa referia-se ao repasse de verbas do governo federal a cooperativas de técnicos credenciadas, indicadas pelos assentados, com um sistema de comissões estaduais de supervisão envolvendo instituições públicas e não públicas. Este programa expandiu-se nos últimos anos da década de 90, sendo extinto em meados do ano 2000³⁰, com a dispensa dos técnicos que atuavam nos projetos e o cancelamento dos contratos com as cooperativas, desarticulando em diversos casos um esquema que funcionava razoavelmente bem, conforme indicam os dados levantados na pesquisa³¹.

No momento da pesquisa, apenas pouco mais da metade (55 %) dos 92 assentamentos pesquisados contava, segundo os informantes, com uma assistência técnica freqüente,

especialmente nas *manchas* de Santa Catarina, Zona Canavieira do Nordeste e Ceará. Em quase um quarto (22 %) dos projetos visitados, apesar de contarem com alguma assistência, esta apresentava uma freqüência irregular, sendo esta situação mais importante nos assentamentos do Sudeste Paraense, onde cerca de 50 % dos projetos indicavam uma presença irregular da assistência técnica. E os maiores índices de projetos sem assistência técnica (ausente) encontram-se no Entorno do Distrito Federal e no Sul da Bahia.

Gráfico 6.19

Freqüência da assistência técnica recebida nos assentamentos pesquisados (em % dos projetos)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos. Ver Tabela A6.16, Anexo 2.

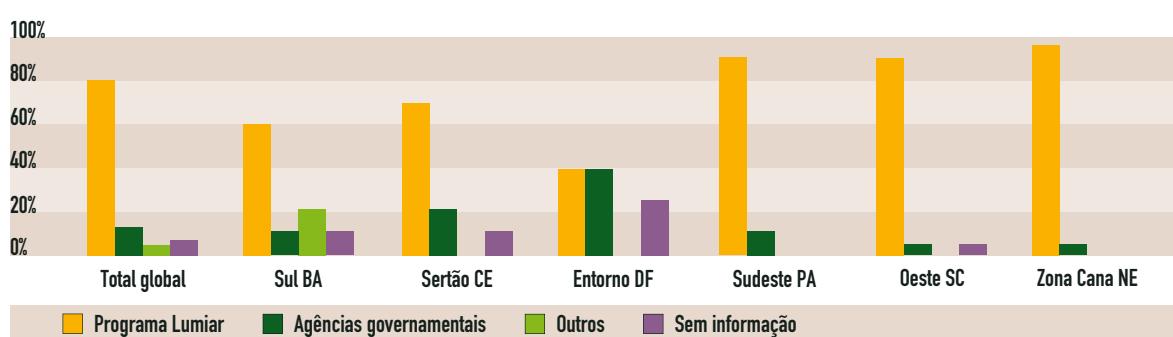
(*) Em relação ao número de projetos visitados na pesquisa, ou seja, 92 núcleos de assentamento. O período considerado refere-se ao momento da Pesquisa de Campo e à safra 1998/99.

Nos projetos pesquisados que contavam com assistência técnica, verificou-se uma predominância absoluta dos serviços prestados pelo Programa Lumiar, presente em 80 % dos projetos. A menor presença do Lumiar se deu na *mancha* do Entorno do DF e a maior, na Zona Canavieira, onde atingia 95 % dos projetos. As agências governamentais – notadamente Emater nos estados do Pará, Ceará, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Paraíba, Alagoas; Epagri em Santa Catarina e Ceplac na Bahia – são as segundas instituições com maior cobertura, bastante abaixo do Lumiar, presentes em 11 % do total de assentamentos, com uma importância um pouco maior no Entorno do Distrito Federal e no Sertão cearense (Gráfico 6.20).

Ainda sobre o governo estadual, procuramos saber qual o percentual de projetos que tinham recebido algum tipo de ação, através de suas agências, direcionada à capacitação dos

Gráfico 6.20

Assistência técnica recebida nos assentamentos pesquisados, segundo a instituição de origem (em % dos projetos)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos. Ver Tabela A6.16, Anexo 2.

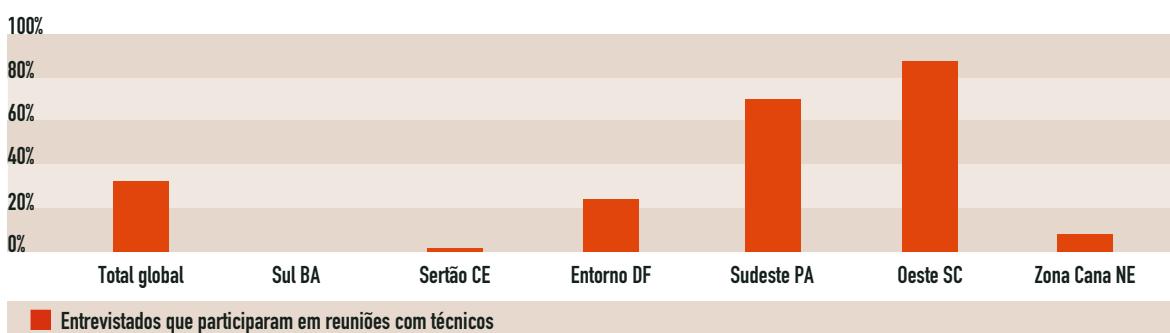
(*) Em relação ao total de projetos que receberam assistência técnica (ou seja, exceto aqueles onde apontou-se a situação “ausente”).

agricultores (curso, assistência propriamente dita etc.). Ceará, Entorno do DF e Pará apresentaram nesse quesito um resultado mais favorável, mostrando que entre 20% e 30% dos núcleos receberam algum tipo de iniciativa dessa natureza. Em alguns casos particulares, como em Passos Maia, Santa Catarina, a Epagri tem sido responsável pela orientação de cultivo sem a utilização de agrotóxicos. Não deixa de estranhar, contudo, o elevado percentual de projetos não atendidos por nenhuma das agências estaduais envolvidas com o tema da assessoria técnico-econômica aos pequenos produtores rurais.

Se cruzarmos os dados da agências prestadoras do serviço com a freqüência dos serviços prestados, podemos verificar que os serviços oferecidos pelo programa Lumiar foram considerados em 66% dos casos como freqüentes, em 27% como irregulares e em 8% não tivemos informação. Nos poucos casos sob a atuação das agências estaduais houve uma avaliação de 57% de freqüência e 43% de atuação irregular³². Todavia, um aprofundamento dessa análise requereria uma investigação também dos casos de “ausência”, para averiguar as responsabilidades pela prestação da assistência.

Os dados apontam, assim, para uma insuficiência na cobertura de assistência técnica aos assentamentos pesquisados, fator que provavelmente deve ter se agravado com a extinção do Programa Lumiar. A inexistência de uma assistência técnica suficiente para cobrir todos os assentamentos reflete-se no baixo índice de respostas dos assentados sobre participação em reuniões com técnicos, conforme Gráfico 6.21, abaixo. Apenas 16% dos entrevistados declararam ter participado em reuniões com técnicos. Embora parte da assistência técnica possa estar se dando de forma individual (sem necessariamente envolver a participação em reuniões), acreditamos que esta baixa participação reflete provavelmente uma carência de assistência técnica, uma vez que as *manchas* onde as respostas dos informantes qualificados indicam uma maior freqüência da assistência técnica, como Oeste de Santa Catarina e Sudeste do Pará, são também aquelas com maiores índices de participação dos entrevistados em reuniões. Do mesmo modo, a *mancha* que indica menor freqüência da assistência técnica, que é o Sul da Bahia, é a que apresenta menor participação em reuniões. Chamam a atenção os baixos índices de participação em reuniões nas *manchas* do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira, onde a indicação de que a assistência técnica é freqüente (Gráfico 6.19) em cerca de metade dos assentamentos não se reflete em participação em reuniões, talvez indicando uma assistência técnica prestada de forma predominantemente individual, ou através da realização de cursos, como veremos em seguida.

Gráfico 6.21 Participação dos assentados em reuniões com técnicos (em % dos entrevistados)*



Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários

(*) Inclui: Lumiar, Emater, Procera, Incra, Crédito em geral

Quando perguntamos aos assentados sobre sua participação em cursos de formação técnica vemos que, mesmo com a precariedade existente, os poucos entrevistados que fizeram algum curso de formação técnica (25 % do total) o fizeram depois que chegaram ao assentamento. Neste caso, a Bahia se destaca, com quase metade dos entrevistados tendo participado. Entre os que fizeram algum curso, 83 % o fizeram depois da chegada no assentamento. Somente 15 % dos que fizeram algum tipo de curso (formação técnica ou política) o fizeram antes de chegar ao assentamento. Esses dados se reiteram quando analisamos cada *mancha* em particular ou ainda cada projeto.

Tabela 6.4		Assentados que tiveram formação técnica e quando foi feita – antes e/ou depois do assentamento – por <i>mancha</i> (em % dos entrevistados)				
<i>Mancha</i>	Nº total de entrevistados	Fizeram algum curso		Período em que foi feito*		
		Curso formação técnica	Fizeram cursos	Antes do assentamento	Antes e depois	Depois do assentamento
Sul BA	87	46%	40	15%	0%	83%
Sertão CE	306	30%	93	12%	2%	86%
Entorno DF	237	22%	52	27%	4%	69%
Sudeste PA	366	18%	67	21%	1%	78%
Oeste SC	185	25%	47	6%	0%	94%
Zona Cana NE	387	25%	97	10%	3%	85%
Total global	1.568	25%	396	15%	2%	83%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) A diferença para 100% refere-se aos casos sem informação sobre época em que foi feito.

O reconhecimento da importância atribuída pelos assentados ao acesso à assistência técnica se manifesta nas respostas obtidas nas entrevistas, assim como nas reivindicações permanentemente colocadas pelos assentados durante a pesquisa. Pudemos observar que essa é uma reivindicação que ocorre inclusive entre aqueles que recebem não muito freqüentemente a visita dos técnicos, exigindo uma presença mais constante.

A presença dos técnicos é fundamental não apenas para a assistência técnica relativa ao processo produtivo, mas também por serem os únicos capacitados a elaborar os projetos que a burocracia exige como requisito básico para a concessão de créditos, o que torna a população assentada dependente dos técnicos.

Entrevistas realizadas pela pesquisa nos diferentes assentamentos revelam esses problemas e, nesse sentido, o Sul de Pernambuco, na Zona da Mata nordestina, é exemplar. Os técnicos do Lumiar, que, no momento do trabalho de campo da pesquisa, em julho de 2000, tinham seus salários atrasados e que eram três para atender a todos os assentamentos do Sul do estado, eram permanentemente procurados, para elaboração de projetos, até mesmo nas suas residências, como pudemos constatar. Os próprios assentados testemunhavam que esse procedimento era uma prática comum. Os técnicos, por sua vez, reconheciam que o escasso número, em proporção à quantidade de assentamentos que os requeriam, tornava-os pouco eficientes para atender a todos os assentamentos como deveriam. Esse problema, sem dúvida, tem se agravado com o fim do Projeto Lumiar.

Nesse sentido, é interessante o caso do Oeste de Santa Catarina. Nesta *mancha*, constata-se um alto índice de participação em reuniões com técnicos, indicando não só a sensibilidade desses agricultores para o tema, como, principalmente, a atuação na região de várias organizações que atendem aos assentados no que se refere às questões ligadas à produção.

No que se refere ainda à assistência técnica, vale a pena destacar alguns exemplos nos quais ela foi apontada como importante.

Na *mancha* do Sudeste paraense, a assistência técnica foi valiosa na introdução de novas raças de gado, com dupla vocação (carne e leite), dado que as raças criadas nas fazendas eram somente voltadas para carne. Neste caso, os financiamentos do Procera também foram fundamentais para a compra das matrizes. Vimos anteriormente que os impactos desta inovação já se fizeram sentir amplamente na *mancha*, com o crescimento da importância da produção de leite na região. Ainda nesta *mancha*, outros exemplos de inovações introduzidas pela assistência, mas que ainda aparecem de forma incipiente, são as experiências de fruticultura em sistemas agroflorestais (através de Projetos Demonstrativos Agroflorestais) e a introdução da piscicultura e da apicultura. A maioria destas novidades foram implementadas por técnicos vinculados à CPT e à Diocese de Conceição do Araguaia (em conjunto com o Sindicato), contando posteriormente com apoio dos técnicos do Lumiar, além de apoios pontuais de técnicos da Emater. Os técnicos do Lumiar atuaram não somente na elaboração de projetos de crédito, mas também no acompanhamento de negociações com o poder público e Incra, implantação da infra-estrutura, organização das associações.

Na *mancha* do Oeste de SC, a assistência técnica recebida pelos assentamentos parece jogar um papel importante na trajetória dos mesmos, embora não sem controvérsia. Ela serve como apoio essencial à perspectiva de diversificar a produção e, principalmente, de ampliar a agregação de valor aos produtos primários pelos próprios produtores rurais. Como observaram técnicos da Apaco – principal entidade não governamental de assistência técnica a pequenos produtores rurais da região – as organizações dos assentados, no início, reproduziram o modelo da grande produção visando oferecer uma resposta produtiva rápida da reforma agrária. Nos últimos anos, porém, há uma tendência na direção de formar núcleos de pequenos produtores menos centralizados, com iniciativas nas áreas da agroindústria e da agroecologia. O papel de vanguarda dos assentamentos em relação aos pequenos agricultores autônomos da região é claro na agregação de valor e, em alguns casos, também no aspecto tecnológico como no exemplo do cultivo do chamado “milho crioulo”. As iniciativas de agregação de valor aos produtos agrícolas apresentam resultados melhores onde há organização mais coletiva das atividades produtivas. Os que conseguem organizar grupos familiares (pequenos grupos por parentesco) destacam-se mais ainda frente aos demais, o mesmo ocorrendo no caso daqueles que são filhos de agricultores. A propósito, a tática de buscar o crédito coletivamente vem sendo copiada pelos sindicatos da região, inclusive como forma de negociar melhores condições com os bancos.

Na Zona Canavieira a assistência técnica, por intermédio da Emater e do Projeto Lumiar, parece desempenhar um papel importante de suporte à diversificação da produção de alimentos em substituição à cana, tendência que, conforme comentado anteriormente, é assimilada pelos PAs a partir de uma tendência também observada na agricultura familiar regional.

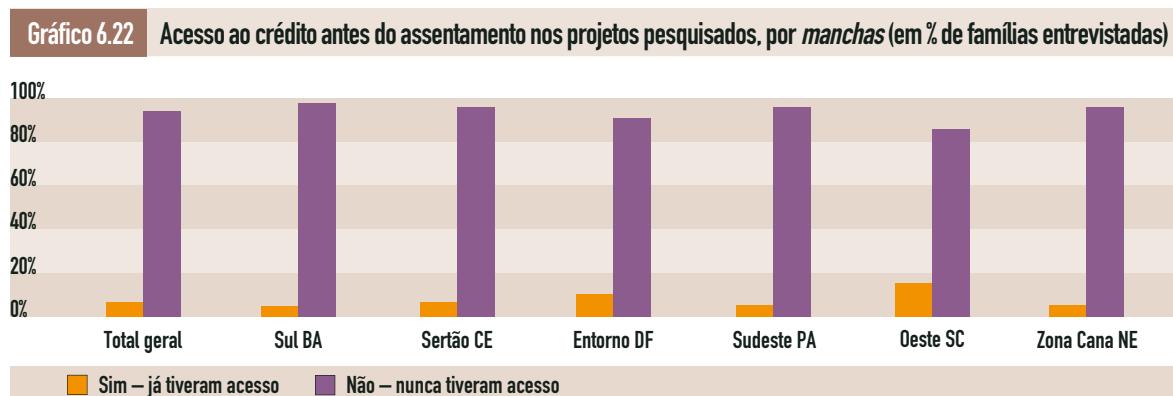
Crédito e financiamento nos assentamentos rurais

Outro aspecto importante de ser analisado refere-se às condições de financiamento das atividades econômicas desenvolvidas no interior dos projetos e ao acesso às políticas de crédito rural existentes pelo conjunto de beneficiários dos projetos de reforma agrária. Esta questão merece destaque, na medida em que os recursos mobilizados para o crédito, além de

repercucirem na capacidade produtiva dos assentamentos, impulsionam um conjunto de atividades locais, aumentam a circulação monetária no município e estabelecem um diálogo direto e particular com o Estado, por meio de suas políticas públicas, e com os agentes financeiros e intermediadores do crédito, notadamente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

Em relação ao crédito, uma primeira constatação importante foi a de que é apenas a partir da condição de assentados que este segmento específico de trabalhadores rurais passou a ter acesso aos mecanismos de crédito rural. A quase totalidade das famílias entrevistadas (93 %) nunca tinha tido acesso a crédito antes do assentamento. Assim, verificamos que a criação dos assentamentos rebate fortemente na capacidade de novos agentes econômicos integrarem-se ao mercado financeiro, ainda que esse processo esteja marcado por um conjunto significativo de dificuldades.

Como podemos ver no *Gráfico 6.22*, a seguir, em todas as *manchas* o acesso ao crédito somente após o assentamento esteve em patamares acima de 80 % das respostas, sendo que diversos municípios atestaram índices iguais a 100 %. Somente Palma Sola-SC e São José do Cedro-SC, e Cristalina-GO, atestaram um percentual de acesso anterior superior a 20 % (40 %, 27 % e 22 %, respectivamente)³³.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados por município na *Tabela A6.17, Anexo 2*.

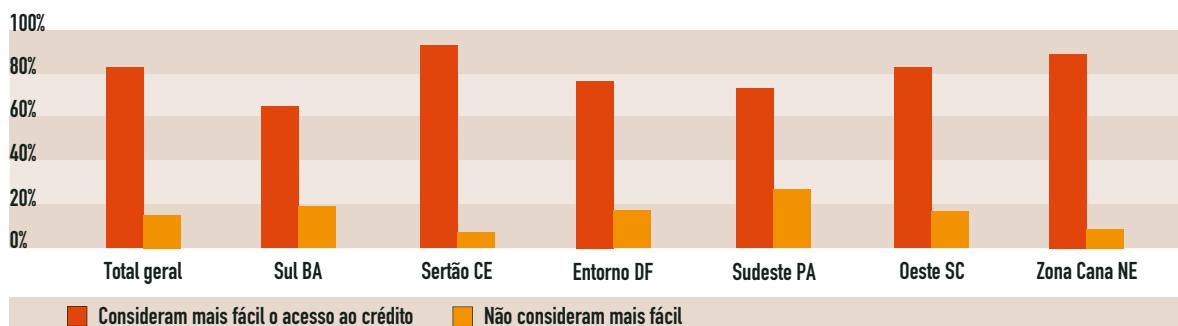
Também uma elevada porcentagem das famílias (81 %) declarou que a condição de assentado tornou mais fácil o acesso ao crédito, conforme o *Gráfico 6.23*, a seguir. Mesmo no Sul da Bahia, onde uma menor proporção de entrevistados afirma maior facilidade do acesso a partir do assentamento, encontramos um percentual de 63 % de respostas neste sentido (considerando, neste caso, que 18 % das respostas estavam classificadas como “sem informação”).

Informações qualitativas indicaram, adicionalmente, o acesso ao lote como condição de facilidade de crédito, não apenas em relação ao banco, mas também em relação ao comércio local, como pontuaram diversos depoimentos na região mineira e goiana³⁴.

Quando consideramos apenas a safra 1998/99, imediatamente anterior ao trabalho de campo da pesquisa, cerca de dois terços dos entrevistados tiveram acesso ao crédito rural individual/familiar (não estando computados aqui os créditos tomados pelos grupos coletivos), com diferenças entre as *manchas*, conforme pode-se visualizar no *Gráfico 6.24*, a seguir.

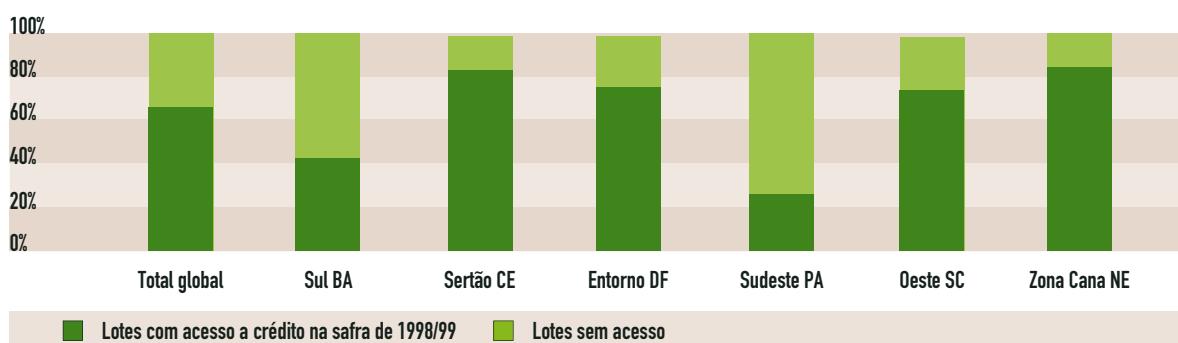
As regiões do Oeste catarinense, do Entorno do Distrito Federal, do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira do Nordeste tiveram um acesso ao crédito acima da média geral, ultrapassando 80 % do total de entrevistados. De forma oposta, o Sul da Bahia e o Sudeste

Gráfico 6.23 Avaliação dos entrevistados se a condição de assentado torna mais fácil o acesso ao crédito, por *mancha* (em % das famílias entrevistadas)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A6.17*, no Anexo 2, com dados por municípios.

Gráfico 6.24 Acesso ao crédito na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados, por *manchas* (em % de lotes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver dados por município, *Tabela A6.18*, Anexo 2.

(*) Referente ao crédito individual/familiar acionado pelas famílias assentadas, sem contabilizar os créditos obtidos pelos grupos coletivos.

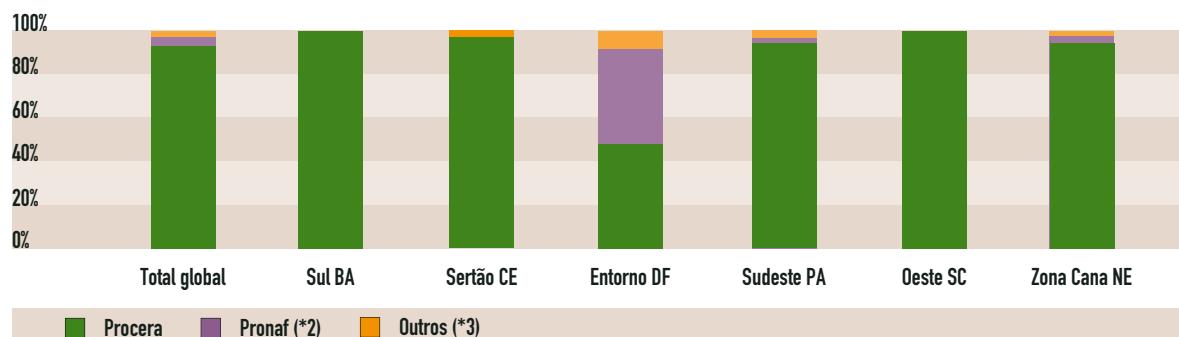
do Pará encontram-se com valores bem mais baixos, de 43 % e 26 %, respectivamente³⁵. Esse resultado contrastará com os valores médios emprestados, como será objeto de discussão à frente.

Vale lembrar aqui que os projetos de assentamento pesquisados possuíam, na época do trabalho de campo da pesquisa, pelo menos dois anos de existência, tendo como referência a sua data oficial de criação. Ou seja, aparentemente estavam em condições de tomar recursos nos programas de financiamento rural, visto que projetos recém-implantados geralmente atravessam diversas dificuldades, criando obstáculos a tal acesso, que vão da precariedade da situação familiar no lote à inexistência de associações ou outras formas de organização política e econômica mediando as relações com os agentes financeiros.

Por outro lado, projetos mais antigos podem justificar, de forma geral, um baixo índice na captação desses recursos, uma vez que boa parte do dinheiro emprestado provinha do Procera, um programa de crédito de médio e longo prazos, fazendo com que os assentados que haviam obtido recursos desta natureza num período recente não o pudessem fazer novamente nas safras seguintes³⁶. Também nos projetos mais antigos, as dificuldades encontradas no processo de empréstimo e no pagamento das dívidas contraídas acabaram levando uma parcela dos assentados a evitar novos contratos, temendo sucumbir às “armadilhas” do sistema financeiro, como ficou claro em diversos depoimentos feitos às equipes de pesquisadores.

Gráfico 6.25

Fonte do crédito individual acessado pelos entrevistados na safra 1998/99, em % de famílias (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver Tabela A6.19, Anexo 2.

(*1) Consideradas apenas as famílias que responderam afirmativamente à questão sobre acesso ao crédito nesta safra. Admitiu-se mais de uma opção na resposta, na medida em que houve famílias que acionaram mais de uma fonte. Não estão incluídos os créditos dos grupos coletivos.

(*2) Possivelmente os entrevistados fizeram referência a créditos acessados já na safra 99/00, em operações de adiantamento de custeio do Pronaf Grupo A.

(*3) **Outros:** inclui cooperativa, FNE, BNB, BB, Banco do Pará etc.

O Gráfico 6.25 apresenta as principais fontes dos recursos de crédito rural tomados pelas famílias entrevistadas na safra 1998/99. O Procera se destaca com folgada liderança, acessado por 88 % das famílias que tiveram crédito, sendo a principal fonte em todas as *manchas*, notadamente Bahia e Santa Catarina.

Outra fonte de crédito foi o Pronaf, acessado por 4 % das famílias, referindo-se em especial ao Entorno do Distrito Federal, onde possivelmente os entrevistados estejam se referindo ao Pronaf A, contratado na safra 1999/2000 (e não na safra 98/99)³⁷. Na safra 1998/99, provavelmente os assentados desta *mancha* tiveram acesso somente ao Procera, pois dificilmente 44 % deles (conforme aponta o Gráfico 6.25) poderiam ter tido acesso ao Pronaf C e D, pela exigência de garantias³⁸. É importante destacar que, de uma forma geral, os entrevistados tiveram bastante dificuldade em identificar a origem do crédito e em distinguir entre os diferentes tipos de crédito existentes (alimentação, fomento, Procera, Pronaf etc.)³⁹.

Também no Sudeste do Pará é provável que os recursos do Pronaf tenham sido acessados na safra 1999/2000. Nesta *mancha*, além do Procera, foram utilizados recursos do Pronaf e também de programas administrados pelo Banco do Pará, lastreados pelo FNO. O Pronaf aparece com algum destaque também na Zona Canavieira do Nordeste, basicamente na modalidade custeio⁴⁰.

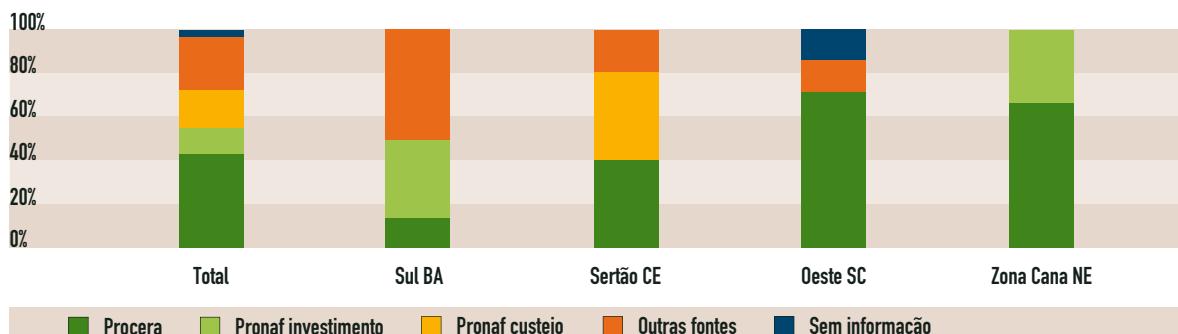
Finalmente no caso do estado do Ceará, além do Procera (com a participação do FNE), os assentados contaram com recursos do Projeto São José – programa do governo estadual voltado ao investimento em construção de açudes, implantação de rede de energia elétrica, perfuração de postos etc – e do Programa Emergencial – criado para atender aos assentados atingidos pela seca de 1998 (com verba direcionada sobretudo à construção de cerca e à recuperação de estradas dentro do assentamento).

Além do acesso ao crédito individual/familiar, identificamos também, nos projetos pesquisados, o acesso ao crédito através de grupos coletivos⁴¹. O crédito acessado coletivamente foi utilizado principalmente em atividades relativas à produção vegetal (dois terços dos recursos – 64 %), assim como para a criação de animais (15 % dos recursos) e para a aquisição de máquinas e equipamentos (6 %)⁴² como se observa no Gráfico 6.26.

Também no caso do crédito coletivo, o Procera lidera o quadro de fonte de recursos, respondendo por 42 % dos acessos, e os dados sobre o Pronaf devem ser vistos com ressalvas. É provável que no caso da Zona Canavieira a referência seja ao Pronaf A da safra 1999/2000.

Gráfico 6.26

Existência de dificuldades no acesso ao crédito – safra 1998/99
(em % das famílias com acesso ao crédito, por *manchas*)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários coletivos. Ver Tabela A6.20, Anexo 2.

(*) Nas *manchas* do Entorno do DF e do Sudoeste do Pará não houve acesso a crédito coletivo.

No caso do Ceará aconteceu um caso semelhante ao Entorno do DF, porém em proporções muito maiores: os recursos destinados ao Pronaf A para a safra 99/00 (a partir do segundo semestre de 1999) foram todos distribuídos irregularmente em operações de custeio, com valores médios próximos a R\$ 1.000,00 por agricultor⁴³. Provavelmente os 40% que indicaram receber o Pronaf custeio referem-se à safra 99/00 e não à safra 98/99. Não observamos a presença de grupos coletivos nos projetos visitados nas regiões do Entorno de Brasília e do Sudeste paraense.

Para entender melhor as fontes de crédito voltadas para os assentados, cabe aqui um pequeno histórico a esse respeito. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - Procerá, extinto em 1999 no contexto do programa da “Nova Reforma Agrária” (também conhecido como “Novo Mundo Rural”), iniciou suas atividades na segunda metade da década de 80⁴⁴, voltado ao financiamento de atividades produtivas (custeio e investimento) em assentamentos rurais. A princípio operado de forma totalmente descontínua, o programa se consolidou ao longo do período – especialmente após 1993 – até 1999, quando foi extinto. De forma geral, essa modalidade de crédito respondeu pelo acesso dos assentados aos insumos e equipamentos utilizados na produção agropecuária em áreas reformadas. Operando com taxas diferenciadas, mesmo assim ainda onerosas para o público beneficiário ao qual se dirigia, o volume crescente de recursos aplicados nesta política resultou de um persistente processo de pressão política exercido pelas organizações de representação de produtores assentados, além do aumento do número de projetos de assentamentos existentes no país.

Quanto às fontes, o Procerá sustentava-se por uma participação (10%) no montante disponibilizado pelos Fundos Constitucionais e pela dotação de recursos orçamentários federais. No que tange à administração do programa, justamente por atingir um público com o qual a burocracia das agências financeiras, notadamente o Banco do Brasil que opera boa parte desta política, não está acostumada a trabalhar (e também pela ausência de garantias reais), houve constrangimentos nos trâmites exigidos para o repasse da verba⁴⁵.

Em 1996 passou a ser operacionalizado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (Resolução 2.191, de 24.08.95) que, além de apoios institucionais às agências de assistência técnica, tem também patrocinado gastos com infra-estrutura direcionado às prefeituras selecionadas no âmbito do Conselho Estadual do programa, desde que aprovados o Plano e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (repasse de recursos

de até R\$ 600 mil em quatro anos). Esta linha de financiamento dirige-se ao agricultor familiar, não vinculando o crédito ao produto/criação praticado, mas exigindo, entre outras coisas, que 80 % da renda advinha do trabalho na propriedade rural, que sejam contratados no máximo dois empregados e que o tamanho da área seja limitado a quatro módulos fiscais. Os recursos são destinados ao custeio e ao investimento, neste último caso com o rebate de 50 % sobre o saldo devedor. Assim, no final de 1996 iniciou-se a operação do Pronaf-Investimento, gerenciado pelo BNDES, com recursos do FAT, que é bastante inferior aos montantes disponibilizados para custeio. Este fundo também tem viabilizado a operação dos programas de custeio, onde se adicionam recursos provenientes do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais. Em geral, a distribuição dos recursos do Pronaf tem se concentrado nos estados da região sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná), estendendo-se, a partir de 1997, para Minas Gerais e, em 1998, especialmente através do crédito de investimento, para o estado da Bahia.

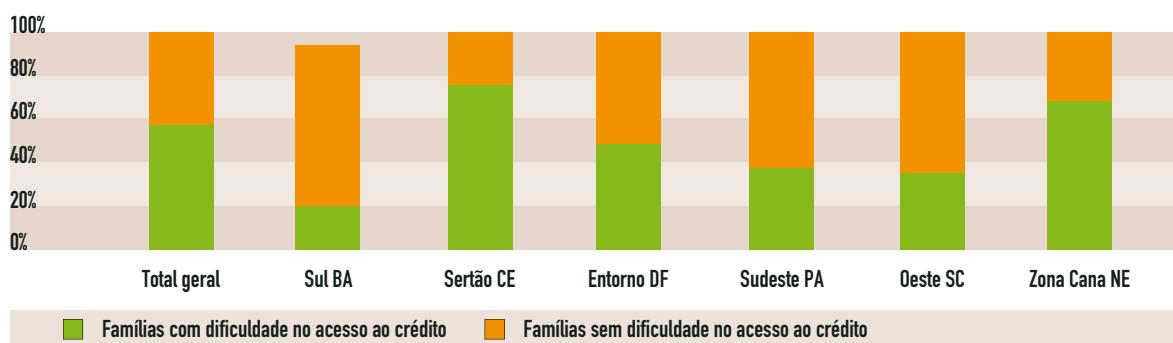
Desde sua implementação, o programa vem sendo alvo de modificações, algumas delas substanciais, na forma de operacionalização dos recursos⁴⁶. No que nos interessa mais de perto, é bom ressaltar que, a partir de 1999⁴⁷, os assentados passaram a não ter mais acesso ao Procera e a integrar o público-alvo de uma das quatro linhas nas quais o programa de crédito foi dividido: Pronaf A (voltado aos assentados), B, C e D⁴⁸. No plano institucional, a administração do programa transferiu-se, em 1999, da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura para a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Ainda no caso do Pronaf, há uma dificuldade de tratamento, por parte dos agentes intermediadores de recursos, com esse tipo de beneficiário (agricultor familiar), notadamente aqueles integrantes do grupo A (assentados). Podemos perceber, inclusive, que há uma certa preferência no trato com agricultores familiares integrados (onde a agroindústria atua como fiadora da operação) do que com aqueles produtores independentes. Além disso, o Banco do Brasil tem aplicado parte dos recursos do Pronaf em títulos públicos (Belik, 1999), por considerar um programa com custo de operacionalização relativamente alto e com pouco retorno.

No caso dos assentamentos pesquisados, detectamos que 59 % das famílias entrevistadas que tiveram acesso ao crédito em 1998/99 declararam ter tido algum tipo de dificuldade nesse processo, ao passo que o restante disse não ter encontrado maiores problemas (Gráfico 6.27).

Gráfico 6.27

Famílias apontadas pelas famílias que tiveram acesso ao crédito na safra 1998/99
(por manchas, em % das famílias com acesso ao crédito)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados por município na Tabela A6.21, Anexo 2.

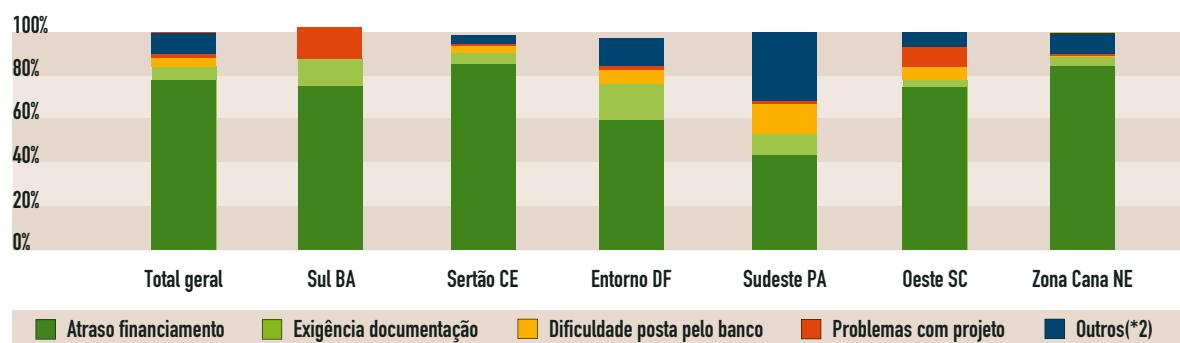
(*) Porcentagens em relação ao total de famílias que tiveram acesso ao crédito na safra 1998/99. A diferença para 100% refere-se aos casos sem informação.

O percentual de famílias com dificuldades é mais alto na Zona Canavieira nordestina (69 %) e no Sertão cearense (76 %), duas regiões que tiveram uma expressiva participação de assentados com acesso ao crédito, como vimos anteriormente no Gráfico 6.24. No Entorno do Distrito Federal, metade das famílias declarou ter tido dificuldade e, nas demais regiões, esse índice ficou abaixo de 38 %, sendo importante destacar o caso baiano com apenas 20 % dos assentados declarando algum tipo de dificuldade (em contraposição, um dos estados com baixo nível de acesso ao crédito nessa safra).

Vale ressaltar que Arataca, Buerarema, Una (na Bahia) e Dionísio Cerqueira e Paraíso, em Santa Catarina, apresentaram um índice zero para relato de dificuldades.

No caso das famílias que responderam ter tido dificuldades no acesso ao crédito (Gráfico 6.28), a principal queixa refere-se ao atraso na liberação dos recursos, que ocorre, muitas vezes, após o período de plantio, momento do ciclo agrícola em que são mais necessários. Esse atraso na liberação dos recursos é um problema grave, que acaba por comprometer significativamente os resultados, visto que a produção agropecuária (especialmente a agrícola) tem a necessidade de obedecer um “cronograma próprio”, em função de variáveis como clima, época de chuvas etc. Este problema aparece de forma predominante e generalizada, correspondendo a 78 % das reclamações no total das *manchas*⁴⁹, ultrapassando 85 % no Ceará e na Zona Canavieira nordestina⁵⁰. Em diversos municípios essa foi a única dificuldade apontada, como é o caso de Canavieiras e Santa Luzia, na Bahia; Passos Maia e São José do Cedro, em Santa Catarina; Abreu e Lima e Rio Formoso, em Pernambuco.

Gráfico 6.28 Principais tipos de dificuldades apontadas no acesso ao crédito – em % dos entrevistados que acessaram o crédito e tiveram dificuldade (*1)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver dados por município na Tabela A6.21, Anexo 2.

(*1) Essa questão podia contemplar múltipla resposta, ou seja, um mesmo entrevistado podia declarar mais de uma dificuldade. As porcentagens foram calculadas com relação ao total de respostas. A diferença para 100 % refere-se aos casos sem informação.

(*2) **Outros:** juros elevados, prazos de pagamentos curtos, valor baixo, dívida anterior, vinculação do crédito à compra de insumos e equipamentos.

As dificuldades com documentação (“exigência de documentação”) são a segunda mais importante no total das *manchas*, correspondendo a 7 % das respostas, e referem-se principalmente a problemas encontrados pelos assentados no preenchimento das exigências burocráticas colocadas pelos agentes financeiros. Essa alternativa foi relativamente importante nas *manchas* do Sul da Bahia, do Sudeste do Pará e do Entorno do Distrito Federal.

Outras dificuldades impostas pelos intermediários financeiros, como exigência de reciprocidades (aplicação em cadernetas de poupança, fundos etc.) ou garantias, responderam por 4 % das respostas no cômputo geral da pesquisa, sendo particularmente importante na *mancha* do Sudeste do Pará (13 % das respostas), bem como no município catarinense de São

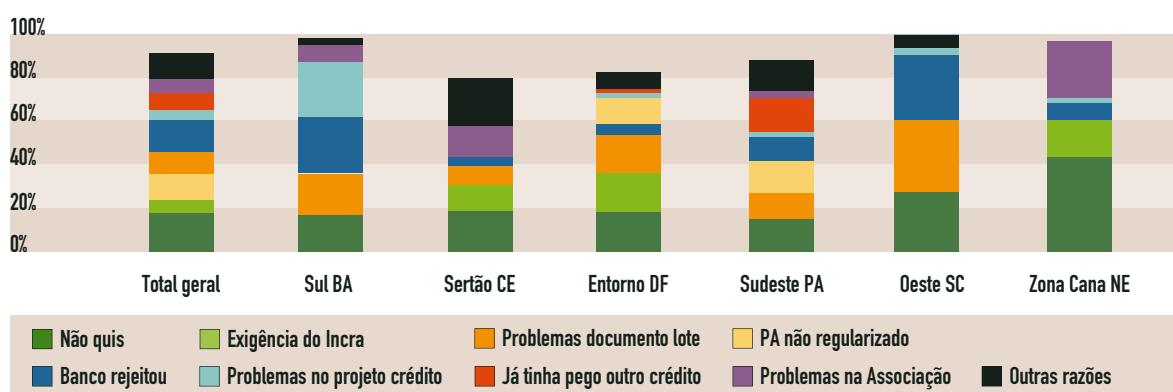
Miguel D’Oeste. Os “problemas na elaboração do projeto” representaram 2% dos relatos na média geral, mas foram substancialmente importantes em alguns locais, como Ilhéus e Palma Sola, onde representaram 50% e 100% das respostas, respectivamente.

Finalmente, um conjunto mais diversificado de respostas, respondendo por 9% do total de dificuldades, agrupou situações relativas à vigência de juros elevados (acima da capacidade de pagamento dos assentados), ao curto prazo para a devolução do empréstimo, aos baixos valores permitidos para o repasse de recursos, à existência de dívida anterior do tomador final e às vinculações existentes do acesso ao crédito à compra de determinados insumos e equipamentos agrícolas. Em Buritis e Paracatu, Minas Gerais; Conceição do Araguaia, Pará; e, sobretudo, em Areia, Paraíba, essa questão mereceu uma atenção especial.

Buscamos verificar também as justificativas apontadas pelas famílias e responsáveis que não tomaram recursos na safra 1998/99 (Gráfico 6.29). As respostas aqui estiveram mais pulverizadas, permitindo um conjunto maior de agrupamentos. “Não quis”, com 18% do total de respostas no conjunto geral da enquete, refletiu uma aversão do assentado aos mecanismos da política de crédito, ou ainda uma dispensa desses recursos para suas atividades econômicas. Essa alternativa foi especialmente importante no Oeste catarinense e na Zona Canavieira, particularmente em Goiana, Pernambuco, onde 100% das famílias sem acesso ao crédito declararam esse motivo.

Gráfico 6.29

Motivos apontados pelas famílias que não tomaram crédito na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (em % das famílias que não tomaram crédito)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver dados por município na Tabela A6.22, Anexo 2.

(*) As porcentagens foram feitas em relação ao número de famílias que não tomou crédito (34% do total). As diferenças para 100% referem-se aos casos sem informação (não sabe, faltou ou recusou-se a responder).

Problemas com o banco em função da rejeição do projeto estiveram em segundo lugar no placar geral (14%), mas bem à frente de outros quesitos no Oeste de Santa Catarina (respondendo por 31% dos casos) e no Sul da Bahia (26%). Particularmente temos o caso dos assentados em Itacaré (Bahia) e Abreu e Lima (Pernambuco) onde essa menção foi unânime entre os responsáveis.

Os problemas relacionados com o Incra (exigências, documentação do lote, PA não regularizado) também aparecem de forma significativa. Os problemas com a documentação do lote, invariavelmente parte constitutiva das exigências bancárias, representaram 13% das explicações ao não-acesso. Em seguida, com 10% na média geral, aparecem situações relativas à regularização do projeto de assentamento, também relacionadas ao Incra, decorrentes geralmente da situação de projetos que ainda não possuem seus lotes demarcados pelo Incra e/ou da ausência das autorizações oficiais para o estabelecimento da família naquela propriedade⁵¹. No

Sul da Bahia (como é o caso de Camacan), no Sertão cearense (especialmente Madalena), no Noroeste mineiro e Nordeste goiano (sobretudo Buritis), no Sudeste do Pará (Conceição do Arauá) e em praticamente todos os assentamentos visitados no Oeste catarinense (com destaque para Palma Sola e São José do Cedro), essas alternativas são bastante significativas.

O fato de já ter tido outro crédito anteriormente, como já mencionamos, justificou 8 % das respostas gerais e 15 % daquelas registradas no Sudeste paraense, única região a apresentar essa questão. Problemas envolvendo as associações existentes nos projetos de assentamento foram significativos no Ceará e na Zona Canavieira, particularmente na *submancha* da Zona da Mata paraibana. Nesta última, em Pitimbu, obtivemos 69 % das respostas. Finalmente, além dos entrevistados que tiveram dificuldades mas preferiram não discriminá-las (10 % do total geral) e do grupo de “outras respostas” (11 %), os problemas encontrados na preparação do projeto técnico de financiamento e as exigências do Incra responderam por 5 %, cada um, do cômputo global. No primeiro caso, diversos projetos no Sul da Bahia registraram essa informação, fazendo com que a média regional atestasse para esse quesito 26 % das justificativas. No segundo caso, as reclamações concentraram-se nas regiões do Entorno do Distrito Federal e na Zona Canavieira, particularmente em Maragogi-AL.

De um modo geral, dividindo as respostas entre aquelas que dependem diretamente do assentado (“não quis”, “já tinha retirado outro crédito anteriormente”) e aquelas que, de certa forma, independem das posições desses agentes (todas as demais, com exceção de “outros” e “sem informação”), temos que o primeiro caso representa 26 % do total de respostas e o segundo, mais da metade (54 %), levando-nos a especular que, caso tais dificuldades estivessem sanadas, haveria um maior acesso a esses recursos.

Ainda com relação ao crédito, um aspecto importante a ser levado em conta consiste no valor monetário emprestado aos assentados, bem como no total do crédito rural movimentado nos municípios pesquisados. Vários depoimentos apontaram que a injeção de liquidez dos recursos de crédito dos assentamentos repercute diretamente na dinâmica do comércio local, pois boa parte dos assentados faz suas compras no comércio dos centros urbanos próximos aos núcleos. Além disso, por exemplo, na *submancha* do Extremo-oeste catarinense, entrevistas realizadas nos municípios visitados constataram que o volume de recursos mobilizados pelos PAs oscilou entre 5 % (em Palma Sola) e 20 % (em Anchieta) do montante movimentado pelas agências do Banco do Brasil existentes nessas cidades, como veremos a seguir. O Gráfico 6.30 apresenta o valor médio, por família, dos empréstimos “individuais” tomados na safra 1998/99 em cada *mancha*⁵².

Gráfico 6.30 Valor médio do crédito rural individual recebido por família na safra 1998/99 (em R\$, por *manchas*)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver dados por município na Tabela A6.23, Anexo 2.

(*) Calculado com base na média aritmética dos informantes que declararam valores, em moeda corrente.

No total das manchas, o valor médio do crédito rural familiar/individual tomado pelos assentados na safra 1998/99 foi de R\$ 2.214,45. Podemos perceber que os valores médios do crédito no Sudeste paraense ultrapassam sobremaneira a média global da pesquisa, “compensando”, de certa forma, o baixo acesso verificado nessa região, como já explicitamos anteriormente, mas por outro lado provavelmente contribuindo para maiores diferenciações internas nos assentamentos. As manchas do Entorno do Distrito Federal, do Oeste catarinense e da Zona Canavieira nordestina também pontuam valores acima da média geral, porém mais próximos a ela. Já no Sul da Bahia e, sobretudo, no Sertão do Ceará, onde a porcentagem de assentados com acesso ao crédito é elevada, os valores encontrados são os mais baixos do estudo.

De um modo geral, os valores não são elevados, quando consideramos que o Procera disponibilizaria potencialmente empréstimos individuais da ordem de R\$ 7.500,00 e o Pronaf A para assentados valores de até R\$ 9.500,00. Fica evidente, pelos valores médios tomados, que a maior parte dos recursos foi utilizada para as atividades de custeio, o que reforça as informações, discutidas anteriormente, de que no geral os recursos próprios são os mais importantes no financiamento de máquinas e implementos.

Mesmo que individualmente os valores do crédito não sejam altos, quando calculamos o valor monetário total circulante nos municípios, verificamos que os impactos do crédito podem ser significativos, em especial nos municípios menores e com maior densidade de famílias assentadas. A *Tabela 6.5*, a seguir, apresenta uma estimativa feita com relação aos assentamentos da amostra, ou seja, o conjunto de assentamentos gerenciados pelo Incra, implantados entre 1985 e 1997, em cada um dos municípios selecionados⁵³. Segundo esses cálculos, o valor potencial do crédito circulante na safra 1998/99, no conjunto das cidades visitadas pela equipe, girou em torno de R\$ 22.731.078,20⁵⁴. Se a este valor acrescentarmos também os valores tomados pelos grupos coletivos entrevistados (calculados em R\$ 1.456.489,76), mesmo considerando uma provável subestimação do valor global (visto que não pudemos nos valer do fator de extração para todo o município, mas somente para os projetos efetivamente visitados), temos que cerca de R\$ 24 milhões circularam ao longo da safra 1998/99 pelos assentamentos rurais da nossa amostra, tendo de certa forma sido também injetados na economia local, já que a maioria dos assentados faz suas compras nas cidades mais próximas. Em alguns municípios, com alta densidade de famílias assentadas, essas cifras superaram R\$ 1,5 milhão, como é o caso de Conceição do Araguaia, no Pará, Unaí, em Minas Gerais, Abelardo Luz, em Santa Catarina; e Maragogi, em Alagoas (ver *Tabela A6.23*, no *Anexo 2*).

Para um efeito comparativo, apresentamos, numa outra coluna, os valores registrados pelo Banco Central, no âmbito do Registro Comum das Operações Rurais, dos financiamentos destinados aos produtores e cooperativas do setor nos mesmos municípios no ano de 1999. Trata-se apenas de um exercício aproximativo, visto que o Banco Central não computa todas as operações de investimento (os bancos são obrigados a registrar apenas as operações de custeio), além de fontes alternativas mobilizadas pelos beneficiários dos projetos⁵⁵. Por outro lado, está incluído nas estatísticas do banco o grosso dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural em circulação nessas localidades, o que nos permite uma relativização com os valores apresentados pelos assentados. Essa proporcionalidade pode ser encontrada na última coluna da referida tabela.

Podemos notar que, na média geral, os recursos mobilizados pelos assentamentos representaram 12,5 % daqueles manejados pelo Serviço Nacional de Crédito Rural nos municípios analisados. Embora este valor possa estar superestimado, uma vez que as operações de investimento tendem a não ser registradas pelos bancos, não nos parece um dado

Tabela 6.5 Estimativa do total de crédito tomado pelos assentados e comparação com crédito em circulação nos municípios pesquisados – 1998/1999 (em R\$ correntes)					
Mancha	Estimativa do valor total do crédito individual, em R\$ (*1)	Estimativa do valor do crédito acessado via grupos coletivos(*2)	Estimativa total de crédito tomado pelos assentados nos municípios pesquisados	Total de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas nos municípios (Bacen)(*3)	Assentamentos sobre total de crédito nos municípios
	(A)	(B)	(C) = (A+B)	(D)	(C/D)
Sul BA	474.864,25	693.000,00	1.167.864,25	29.844.828,73	3,9%
Sertão CE	1.503.469,26	347.989,52	1.851.458,78	6.100.558,28	30,4%
Entorno DF	5.400.114,01	0	5.400.114,01	92.758.571,53	5,8%
Sudeste PA	3.359.830,93	0	3.359.830,93	5.760.669,33	58,3%
Oeste SC	3.363.077,47	403.673,85	3.766.751,32	47.924.777,21	7,9%
Zona Cana NE	8.682.478,72	11.826,39	8.694.305,11	10.725.482,77	81,1%
Total global	22.731.078,20	1.456.489,76	24.187.567,96	193.114.887,85	12,5%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Banco Central, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1999. Ver dados por município na Tabela A6.23.

(*1) Extrapolação para o total de crédito acionado pelas famílias assentadas (nos projetos implantados2 entre 1985 e 1997) no município, tendo como base o percentual de assentados que tiveram acesso ao crédito nesse período.

(*2) Com base nas extrapolações feitas exclusivamente para os assentamentos pesquisados onde constatou-se a presença de grupos coletivos com acesso ao financiamento. Em alguns casos, tais dados não estavam disponíveis.

(*3) Com base nos dados do sistema Recor/Bacen, 1999, para os municípios pesquisados.

desprezível, sobretudo quando levamos em consideração a origem histórica dos nossos protagonistas e as especificidades do processo de reforma agrária. Quando focalizamos as médias regionais separadamente, encontramos dados interessantes. Um primeiro grupo apresenta as seguintes relações: 30% no caso cearense, 58% no caso do Sudeste paraense e 81% no contexto da Zona Canavieira do Nordeste, que são justamente as áreas menos afeitas à chamada “modernização” da agricultura brasileira (exceto pela atividade sucroalcooleira da Zona nordestina que, todavia, entrou em crise ao longo dos anos 90). Nas outras três regiões, em que a presença de atividades de uma agricultura capitalizada se fez sentir com maior ou menor intensidade (relativizando-se o caso do cacau na Bahia), a participação dos assentamentos é menor: 7,9% no Oeste catarinense, 5,8% no Entorno do Distrito Federal e 3,9% no Sul da Bahia. Nestas regiões fica evidente que há uma atividade agropecuária que mobiliza valores creditícios bem maiores.

Para finalizar a análise do crédito, cabe falarmos ainda nos créditos de instalação ou implantação, administrados pelo Incra (fomento, alimentação e habitação). Ainda que não sejam créditos produtivos propriamente ditos e, portanto, sem as mesmas regras vigentes nos casos anteriores, esses recursos são considerados pelos assentados, ora como uma “doação” do Estado (o que também acontece às vezes com o dinheiro do crédito produtivo, gerando problemas de inadimplência), ora como um crédito stricto sensu. Na realidade as atividades-fins desses recursos deveriam ser encaradas, pelo Estado, a fundo perdido, visto tratar-se de dotar essas famílias marginalizadas, agora “incluídas socialmente”, de um mínimo de condições humanitárias necessárias à sua inserção social, econômica e produtiva. No entanto, uma série de modificações operadas a partir de meados de 1999, no âmbito da já mencionada Nova Reforma Agrária, tem levado o Incra a assumir posturas mais “contratualizadas” e atuar de forma descentralizada nesse quesito⁵⁶.

Esses créditos já foram analisados no item sobre infra-estrutura, no que se refere ao grau de cobertura e ao tempo médio de liberação. Nos aterremos aqui aos valores totais despendidos, que estão diretamente relacionados com o aspecto abordado anteriormente, do volume de recursos colocado em circulação nos municípios.

Também com caráter aproximativo, a *Tabela 6.6*, a seguir, apresenta os dados dos recursos despendidos pelo Incra em 1998 e 1999, nos municípios estudados nas três formas do crédito instalação/implementação. Para esse cálculo, foram considerados todos os valores registrados pelo Incra nesses municípios, independentemente de os projetos atendidos estarem ou não incluídos na nossa amostra.

Podemos observar que, para o conjunto das manchas, esses recursos atingiram em 1998 a casa dos 16 milhões de reais e, em 1999, chegaram a quase sete milhões. Se compararmos com os dados anteriores, vemos que isso representa um pouco mais de um quarto dos valores praticados com os créditos produtivos em 1999. Tais dispêndios atingiram especialmente as regiões do Sudeste do Pará e da Zona Canavieira do Nordeste, visto o volume crescente de projetos implantados nos últimos anos.

Tabela 6.6 Crédito de instalação nos municípios e regiões pesquisados – 1998 e 1999 (valores em R\$ a preços correntes)*

Mancha	1998	1999
Sul BA	955.150,00	66.500,00
Sertão CE	2.156.550,00	938.300,00
Entorno DF	2.628.750,00	1.191.184,00
Sudeste PA	2.405.650,00	2.595.700,00
Oeste SC	1.489.175,00	497.700,00
Zona Cana NE	6.457.175,00	1.502.400,00
Total global	16.092.450,00	6.791.784,00

Fonte: Incra, 2001. Ver dados por município, *Tabela A6.23*, Anexo 2.

(*) Refere-se aos valores despendidos pelo Incra com os créditos fomento, habitação e alimentação, nos assentamentos existentes nos municípios pesquisados (estão aí incluídos todos os PAs que receberam recursos, independentemente de estarem ou não incluídos no universo da pesquisa).

Se considerarmos que, além dos créditos de instalação e dos produtivos propriamente dito, existe também um conjunto de recursos voltados para infra-estrutura geral (verbas para construção de estradas, escolas, postos de saúde etc), podemos perceber que o conjunto de créditos voltados para a população assentada acaba por ocasionar um significativo afluxo de recursos monetários para municípios onde os assentamentos estão localizados, que derivam para a economia local, trazendo um impacto significativo, nos municípios menos urbanizados, que é tanto maior quanto maior a densidade de famílias assentadas.

Vários depoimentos apontam para o “impacto” desses investimentos no comércio local dos municípios, conforme já destacado no item referente à relação com as cidades. O fato de vários desses créditos serem liberados de uma só vez chega a provocar verdadeiros “alvoroços” no comércio local, com esgotamento dos estoques de materiais (de construção, insumos agrícolas, matrizes de animais etc), ocasionando “processos inflacionários” momentâneos e locais, que algumas vezes levam os assentados a pagarem preços mais elevados pelos produtos⁵⁷.

- 1 A pesquisa não abordou uma série de aspectos das condições tecnológicas, como por exemplo as suas relações com o custo de produção. Sobre o assunto pode-se consultar, por exemplo, no trabalho de Borba, Martins e Ferreira (1997), resultante da pesquisa *Avaliação econômica de assentamentos fundiários no estado de São Paulo* (Unesp/Fundunesp/Itesp), na qual analisam as atividades produtivas de um núcleo de assentamento a partir da cultura do milho, fazendo uma minuciosa exposição das condições tecnológicas praticadas, dos métodos empregados, do custo operacional ou mesmo da deterioração e obsolescência dos equipamentos.
- 2 É também o caso do projeto Tracutinga, em Dionísio Cerqueira-SC, que apresenta 100% das instalações nessa rubrica em função de sua especialização produtiva.
- 3 Estranhamente não se destacam as unidades de beneficiamento na *submancha* do Extremo-oeste, pautada por um processo de agroindustrialização nos assentamentos. Talvez pelo fato de o questionário ter se referido a unidades de beneficiamento no lote e não necessariamente no projeto. Também o fato de o número de instalações ser maior torna menor o peso relativo das instalações de beneficiamento (muitas de uso coletivo).
- 4 Seria desejável fazer adicionalmente uma qualificação maior das instalações existentes, quanto ao seu uso, estado de conservação etc, algo impraticável numa pesquisa com as dimensões da que foi base para este livro.
- 5 Em alguns projetos do Entorno do DF, como Mãe das Conquistas e Vale da Esperança, a organização interna dos assentados garantiu a implementação das instalações exclusivamente com recursos próprios dos beneficiários.
- 6 A Tabela A6.3, no Anexo 2, traz os dados desagregados destes financiamentos.
- 7 Nesta *mancha* também no caso das máquinas e equipamentos existe uma diferenciação tecnológica entre as *submanchas* de Abelardo Luz e do Extremo-oeste. Nesta última *submancha* temos em todos os municípios os maiores índices, que variam de 3,0 a 3,3 máquinas/lote.
- 8 Na Bahia eles constituem o único tipo de máquinas/equipamentos utilizados nos assentamentos dos municípios de Camacan e Una. Estranhamente este tipo de equipamento não aparece nos assentamentos da Zona da Mata.
- 9 Estes dados devem ser encarados com ressalvas, pois tivemos problemas na mensuração da propriedade das máquinas, especialmente no caso de máquinas que pertencem a grupos coletivos, que algumas vezes foram enquadradas como próprias e outras como alugadas/cedidas.
- 10 Dentre as demais fontes de financiamento, destaca-se o Procera, que viabilizou a aquisição de 30% desses bens de produção, sendo que na *mancha* do Oeste de Santa Catarina 51% das máquinas e equipamentos foram adquiridos através de recursos do Procera. Em 8% dos casos não foi especificada a fonte, especialmente no Entorno do Distrito Federal (24%). Na Zona Canavieira, também houve problemas no levantamento de dados. Outros créditos como Pronaf, FNE e FNO aparecem de forma muito marginal, tendo financiado menos de 1% das máquinas e equipamentos.
- 11 O Procera financiou cerca de metade das máquinas e equipamentos coletivos no Sul da Bahia e no Oeste de Santa Catarina. O FNE, 36% no Ceará, com repasses via BNB. Outras fontes de financiamento foram Igrejas e ONGs no Oeste catarinense (18%), o crédito-fomento (29% no Sul da Bahia e 14% no Sertão do Ceará) e o Pronaf-Investimento (11% no Oeste catarinense). Ver Tabela A6.6., no Anexo 2. Aparecem ainda créditos oriundos do Projeto São José, programa administrado pelo Idace no Ceará (7%). Trataremos desses programas no próximo tópico.
- 12 Veja-se o caso do PA Tracutinga, em Santa Catarina, que recebeu recursos do programa (equivalentes a 80% dos valores transacionados entre os grupos coletivos da *submancha*) para o financiamento de agroindústrias.
- 13 Na Zona Canavieira merecem destaque os casos de Cruz do Espírito Santo e Sapé, onde respectivamente 97% e 94% dos lotes utilizaram máquinas de tração mecânica na safra analisada.
- 14 Provavelmente parte dos entrevistados que alugaram trator esqueceu de declarar os implementos (que vêm junto).
- 15 O fato de no Sul da Bahia apenas seis lotes terem declarado o uso de implementos (6% dos entrevistados) faz com que estatisticamente as porcentagens referentes aos tipos de implemento e tração tenham que ser vistas com ressalvas, o que provavelmente explica a porcentagem relativamente alta de “outros”.

NOTAS

16 Sobretudo nos assentamentos localizados em Canindé, onde 96% dos implementos são utilizados nos tratos culturais.

17 Essa associação é indicada pela quase coincidência das porcentagens do uso destes dois insumos (47%), bem como das porcentagens de lotes com padrão “químico com agrotóxico” e de lotes com uso de um ou dois tipos de insumos.

18 Em Paracatu e Unaí, praticamente todos os assentados utilizam fertilizantes químicos.

19 Aproximadamente metade dos lotes utiliza um ou dois tipos de insumos e se enquadra no padrão de uso somente de sementes e insumos veterinários (Gráficos 6.13 e 6.14)

20 Quanto às sementes, é notável o esforço empreendido por entidades como a CooperOeste e a Apaco no sentido de orientar os projetos à auto-suficiência.

21 A exceção fica por conta dos projetos existentes em Dionísio Cerqueira, sem registro de utilização. Nos assentamentos de São José do Cedro, em Santa Catarina 100% dos lotes utilizaram agrotóxicos.

22 Nos assentamentos de Sapé, na Paraíba, 100% dos lotes utilizaram agrotóxicos.

23 No Sertão do Ceará o índice de uso de adubos químicos é de 1% dos estabelecimentos agropecuários e de 3% dos lotes; no Sudeste do Pará ele é de 3% dos estabelecimentos agropecuários e de 8% dos lotes.

24 Os índices de adubos químicos são de 68% dos assentados no caso dos PAs e de 82% dos estabelecimentos (pelo Censo), e os de adubos orgânicos são respectivamente de 38% e 43%.

25 Borba et al. (1997) trabalham com três níveis de caracterização, diferenciando tração dos equipamentos, técnicas empregadas no preparo do solo e nos tratos culturais e utilização de produtos fitossanitários.

26 Por exemplo, o estudo coordenado por Castro (1992) chegava a conclusão que os assentamentos de colonização ainda estavam fortemente marcados pela “agricultura caipira”, sendo poucos os beneficiários que se diferenciavam em relação a uma “agricultura moderna e capitalizada”. Essa contraposição não nos parece fazer sentido no contexto atual, de profundas mudanças no paradigma tecnológico.

27 Em alguns casos, avançou-se na produção, por exemplo, de sementes certificadas com a criação de marcas próprias (produção orgânica e contexto social), que por sua vez demandaram indústrias específicas de beneficiamento nas cidades onde se localizavam os assentamentos, gerando um efeito/impacto em cadeia, como demonstra o trabalho de Benedetti (1998) sobre os projetos de Hulha Negra, RS, na região de Bagé.

28 No caso do Ceará, mesmo com o perfil tecnológico traçado, predominando um usuário tradicional desde o preparo do terreno até a colheita, informações qualitativas indicam que existe uma preocupação adicional com o meio ambiente, traduzida em práticas conservacionistas como: proteção das nascentes dos cursos d’água, pousio, rotação de culturas, culturas consorciadas.

29 Os demais perfis (Mix C e D) apresentaram um número muito baixo de lotes por *mancha* (em várias *manchas* inferior a cinco lotes), comprometendo a análise percentual.

30 Uma análise detalhada do Lumiar foge ao escopo desta pesquisa. Para tanto, consulte-se Ramos (2000).

31 Vale notar que este processo deu-se no momento exato da nossa Pesquisa de Campo, acarretando em alguns municípios problemas político-administrativos que tiveram que ser diplomaticamente resolvidos para que a pesquisa prosseguisse.

32 No único caso citado com forte presença da Epagri (o que não significa que a organização também não atue complementarmente nos demais projetos), houve uma avaliação de freqüência. No caso da Ceplac não tivemos uma avaliação clara.

33 No caso de Palma Sola, SC, no projeto São Luiz II, esse fato pode explicar porque 40% dos assentados consideram que não houve facilidade no acesso nesta situação.

34 Desnecessário lembrar que o acesso ao crédito não garante, pura e simplesmente, uma alavancagem nas condições produtivas e tecnológicas, como já vimos, e nos rendimentos, visto que pesam sobre o processo agropecuário como um todo diversos fatores que acabam determinando o êxito ou não das atividades econômicas. Mas, lembrando Schumpeter, o crédito é por exceléncia o elo entre o empresário empreendedor e as inovações tecnológicas.

35 Na tabela por município, no Anexo 2, podemos verificar que na Zona Canavieira do Nordeste, com exceção do município de Pitimbu, todos os municípios têm índices de acesso ao crédito acima da média geral, chegando a 100% em Rio Formoso-PE. No Oeste

catarinense, o município de Dionísio Cerqueira também indicou um acesso integral dos assentados ao crédito, porém em Paraíso e São Miguel D'Oeste, na *submancha* do Extremo-oeste, houve um pequeno número de respostas positivas (14% e 33%, respectivamente). No Entorno de Brasília, em todos os projetos pelo menos a metade dos assentados tomou crédito, sendo que o percentual mais baixo foi Buritis, com 50%, e o mais alto foi Paracatu, com 94%. No caso cearense houve um expressivo acesso ao financiamento, sendo que em Madalena foi superior a 90%, destacando-se aí o PA Groaíras, onde o acesso foi integral. No Sul da Bahia, apesar de Buerarema e Ilhéus terem todos os assentados entrevistados na condição de tomadores do crédito, em Una e Camacan essa participação foi muita baixa: 6% no primeiro caso e nula no segundo (Camacan teve apenas um empréstimo através de grupos coletivos). No caso de Floresta e Conceição do Araguaia, apenas 21% e 27% dos assentados respectivamente fizeram uso de algum programa de financiamento.

36 Por exemplo, na região do Entorno do Distrito Federal, de forma geral, os projetos mais novos, criados em 1996 e 1997, são aqueles que apresentam um percentual acima de 80% de trabalhadores com acesso ao crédito, com exceção do PA Palmeirinha, em Unaí, Minas Gerais, que, mesmo tendo sido criado em 1986, apresentou um percentual de 88% de tomadores. Por outro lado, os assentamentos mais antigos, como o PAs Santa Cruz, Fruta D'Anta, Três Barras e São Pedro Cipó, tiveram um desempenho relativamente baixo de acesso nessa safra. Tal situação pode ser interpretada pelo fato de os assentados já terem recebido a maioria das linhas de financiamento convencionais, devendo agora trabalhar exclusivamente com as linhas de crédito voltadas para a agricultura familiar, que têm sido, invariavelmente, escassas e irregulares em regiões como essa.

37 Isto porque logo após a criação do Pronaf A (em substituição ao Procera), no segundo semestre de 1999, muitos assentados vinculados à SR-28 (Superintendência Regional do Incra do Entorno), pegaram este crédito a título de adiantamento para custeio (em valores até R\$ 2.000,00 por agricultor).

38 Dadas as características dos projetos desta região, como já explicitamos anteriormente, houve também acesso a outros tipos de recursos, como aqueles administrados por cooperativas, ainda que esses não predominem mesmo em projetos com cooperativas de beneficiamento e comercialização de leite bem estruturadas, como é o caso dos PAs Fruta D'Anta e Três Barras.

39 Em muitos casos foi necessária uma correção a partir das informações qualitativas coletadas com técnicos e lideranças. Houve também casos em que os assentados não responderam sobre o crédito na questão específica, fazendo menção a ele na pergunta sobre se recebeu alguma ajuda na safra anterior.

40 Parceleiros que haviam tomado crédito de custeio (Pronaf) para a cultura do inhame em 1997 ficaram comprometidos com o pagamento dos empréstimos diante de uma supersafra que rebaixou fortemente o preço do produto. Uma forte estiagem em 1998 tornou-os inadimplentes junto ao BNB, dificultando novo acesso ao programa.

41 Os grupos coletivos foram identificados com base nas informações prestadas pelas famílias componentes da amostra que declararam pertencer a um desses grupos. Os dados sobre os grupos coletivos foram levantados através de questionários específicos aplicados à pessoa responsável pelo mesmo (ver instrumentos, na metodologia). Assim, o gráfico apresenta os resultados dos grupos coletivos entrevistados.

42 O restante dos recursos (15%) foi pulverizado num conjunto de outras atividades.

43 Este fato pode explicar os baixos valores médios de crédito recebidos pela *mancha* do Sertão do Ceará, conforme pode-se ver no Gráfico 6.30.

44 Voto 46/85 aprovado *ad referendum* pelo CMN em 31.06.86.

45 Não pretendemos fazer uma análise exaustiva do programa. Sobre o mesmo, consultar Jorge et al. (1997); Jorge (1999). Para uma posição crítica, ainda que divergente da nossa opinião, da operacionalização desta política, ver Rezende (1998).

46 Existe hoje uma farta literatura sobre essa política em particular e sobre alguns resultados alcançados. Os limites deste relatório impedem uma descrição mais detalhada dessa natureza. Para tanto consultar, entre outros, Belik (1999), Ibase/MTb (1999), Maluf e Leite (1999), Silva (1999), Veiga e Abramovay (1998).

47 Resolução CMN 2.629, de 10/08/99.

48 O Pronaf A tem como público os agricultores beneficiários da reforma agrária e dos projetos Cédula da Terra/Banco da Terra. Destina-se a operações de investimento (não custeio) de até R\$ 9.500,00 por agricultor (ampliado em 2001), com somente uma operação por

NOTAS

agricultor ainda não atendido pelo Procera ou que não tivesse atingido o teto de financiamento por aquela linha. Nestes casos foi permitida uma operação de investimento, em caráter complementar, no valor da diferença entre o valor já contratado e o “teto”. Posteriormente (final de 1999/início de 2000), nova resolução da CMN permitiu que parte dos R\$ 9.500,00 fossem aplicados no custeio e liberados como adiantamento. Isso visou regularizar situações criadas no Ceará (e em menor proporção no DF), nas quais foram concedidos créditos de custeio pelo Pronaf A. Novas flexibilizações foram feitas depois, em especial a criação de uma linha específica de custeio para os “egressos” da reforma agrária (aqueles que já haviam atingido o teto de Procera e Pronaf A e não conseguiam acessar o Pronaf C ou D).

49 Tal demora ora é atribuída ao Incra, ou ao governo federal de forma mais generalizada, ora é atribuída aos agentes financeiros. Estes, por sua vez, como ficou claro em entrevista com gerente de agência local do Banco do Brasil, remetem o problema novamente ao Incra.

50 A pressão pelo custeio da safra 99/00 foi provavelmente o motivo pelo “adiantamento do custeio” do Pronaf A, que aparece referidos anteriormente.

51 Estas últimas podem decorrer tanto de problemas administrativos do Incra como de situações em que os lotes foram vendidos e os compradores não possuem a permissão oficial para estabelecerem-se no imóvel.

52 Conforme já referido anteriormente, provavelmente estão incluídos nestas respostas os recursos de Pronaf A recebidos para custeio da safra de 1999/2000, que foram de cerca de R\$ 1.000,00 no Ceará (e atingiram um número grande de assentados) e R\$ 2.000,00 no Entorno do DF. Isso pode ter feito com que a média tenha caído nas *manchas* e também no total.

53 Isso exclui o financiamento porventura existente nos demais projetos de assentamento presentes nesses municípios (quando é o caso), sejam os projetos criados oficialmente antes de 1985 ou depois de 1998, sejam os projetos de assentamento sob a responsabilidade de governos estaduais.

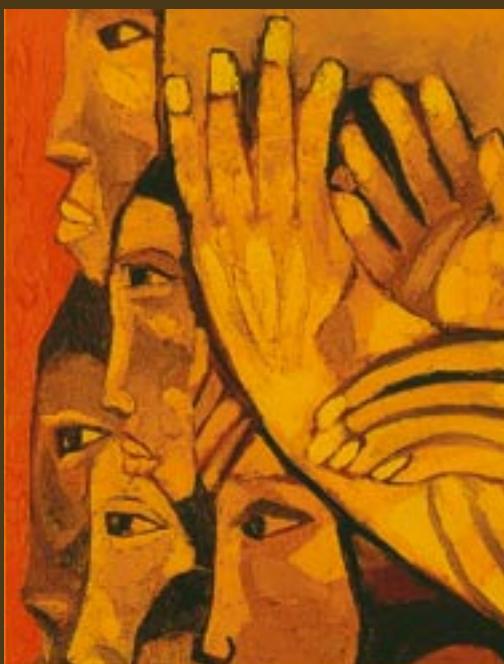
54 O cálculo foi feito com um fator de extração que considera apenas a porcentagem de famílias assentadas que declararam ter tomado empréstimo nesse período.

55 O que certamente contribui para explicar as discrepâncias observadas em municípios do interior nordestino, áreas com pouca capacidade de absorção dos recursos “convencionais” por encontrarem-se fora das regiões de “agricultura moderna”.

56 Propositadamente não estamos entrando nos critérios e condições – basicamente valores, prazos e taxas – de operacionalização que têm pautado os créditos produtivos aqui referidos, nem tampouco nas mudanças institucionais que permeiam a atuação dos órgãos públicos competentes em diferentes áreas como, por exemplo, no aparato instrumental dos créditos de instalação. Para tanto, ver investidas que fizemos em outras oportunidades, como em Palmeira (1994), Leite e Novicki (1997), Palmeira e Leite (1998), Medeiros (1999) e Leite (2000).

57 Por exemplo, no Sudeste do Pará os técnicos do Lumiar comentaram que mandaram buscar matrizes de gado em outras regiões de Minas Gerais, pois com a chegada do crédito os fazendeiros da região elevaram o preço do gado vivo. Neste caso influiu na opção por compras fora da região a introdução de novas raças. Também foram freqüentes depoimentos com relação a problemas para a compra de materiais de construção no momento de chegada do crédito- habitação.

7 POTENCIALIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

7 POTENCIALIDADES DE GERAÇÃO DE RENDA E IMPACTOS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS ASSENTADOS

Conforme comentamos na Introdução, a análise da renda dos assentados tem sido um aspecto bastante abordado no que se refere aos “impactos internos” dos assentamentos rurais, sendo constantemente chamada ao debate, por alguns para provar o sucesso, por outros para indicar a pouca eficácia dos assentamentos de reforma agrária. Nesta pesquisa, optamos por um caminho distinto que, de certa maneira, relativiza a quantificação desta variável, inserindo também a preocupação de qualificar as condições de vida dos assentados e sua possibilidade de acesso a serviços e bens, e buscando captar a forma como eles vivenciam a nova situação e as oportunidades que ela oferece. Procuramos também não tomar os aspectos da renda e das condições de vida em termos absolutos, mas sim relacionados com a situação anterior ao ingresso no assentamento. O acesso à terra permite às famílias dos assentados uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar que resultam, de modo geral, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, especialmente quando se considera a situação de pobreza e exclusão social que caracterizava muitas dessas famílias anteriormente ao seu ingresso nos projetos de assentamento. Assim, em diversas situações aqui analisadas, ganhos monetários que, em termos absolutos, seriam considerados insatisfatórios, podem estar associados a uma percepção de melhoria nas condições de vida de determinada população.

Para a análise das condições de vida das famílias nos assentamentos pesquisados, consideramos três tipos de rendimento: do lote (advindo da comercialização da produção), do trabalho realizado pelos membros da família fora do lote e, por fim, outras rendas e ajudas financeiras recebidas (aposentadorias, pensões, auxílios alimentação etc.). E, de forma a relativizar a quantificação da renda como único elemento de medida, buscamos adicionalmente complementar essa análise com o levantamento de aspectos da condição material dos assentados (como posse de bens e de meios de transporte, situação de moradia) e da percepção da situação atual, sempre relacionados com a situação anterior ao assentamento.

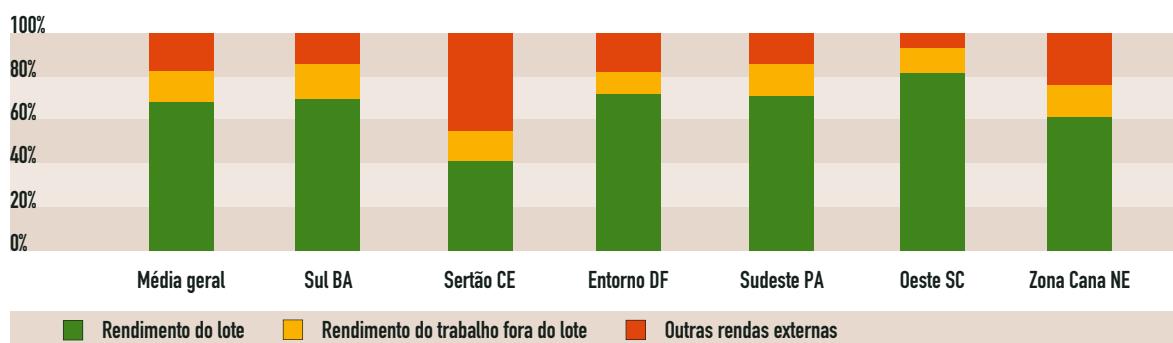
No caso dos rendimentos do lote, dada a dimensão da pesquisa e a complexidade de análise da renda na agricultura familiar, ao invés de falarmos em renda monetária preferimos trabalhar com a noção de “capacidade de geração de renda”. Ou seja, a mensuração aqui realizada deve ser tomada apenas como uma aproximação, com uma série de ressalvas¹.

Com relação aos demais rendimentos, diversos estudos (não somente em assentamentos) vêm demonstrando que a reprodução das unidades familiares rurais ultrapassa a dimensão exclusivamente agropecuária, mesclando um conjunto de iniciativas que viabilizam

financeiramente o grupo doméstico. Por isso é importante ter em mente que os recursos oriundos da comercialização dos produtos agropecuários produzidos no lote não são a única fonte de rendimentos familiares, ainda que tenham um peso importante em todas as *manchas* analisadas. Assim, os trabalhadores assentados desenvolvem um campo estratégico de reprodução da unidade familiar que abre para uma inserção multifuncional (especialmente àquela relativa aos serviços), para a qual contam com a participação dos diversos membros da família.

Os resultados da composição do rendimento médio familiar total anual no período analisado pela pesquisa (1999/2000) podem ser visualizados no Gráfico 7.1, a seguir.

Gráfico 7.1

Composição do Rendimento Médio Bruto Familiar (RBMF) anual total – 1999/2000
(em% da renda média bruta familiar total)

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver mais detalhes na Tabela A7.1, Anexo 2.

Rendimentos Médios Brutos do Lote: Valores obtidos na comercialização da produção agrícola, pecuária, extrativa e de beneficiamento do lote, considerando apenas os produtos declarados como vendidos.

Rendimentos do Trabalho Fora: Renda advinda de atividades remuneradas realizadas externamente ao lote pelos membros da família (que vivem no lote), sejam elas urbanas ou rurais; eventuais, temporárias ou permanentes.

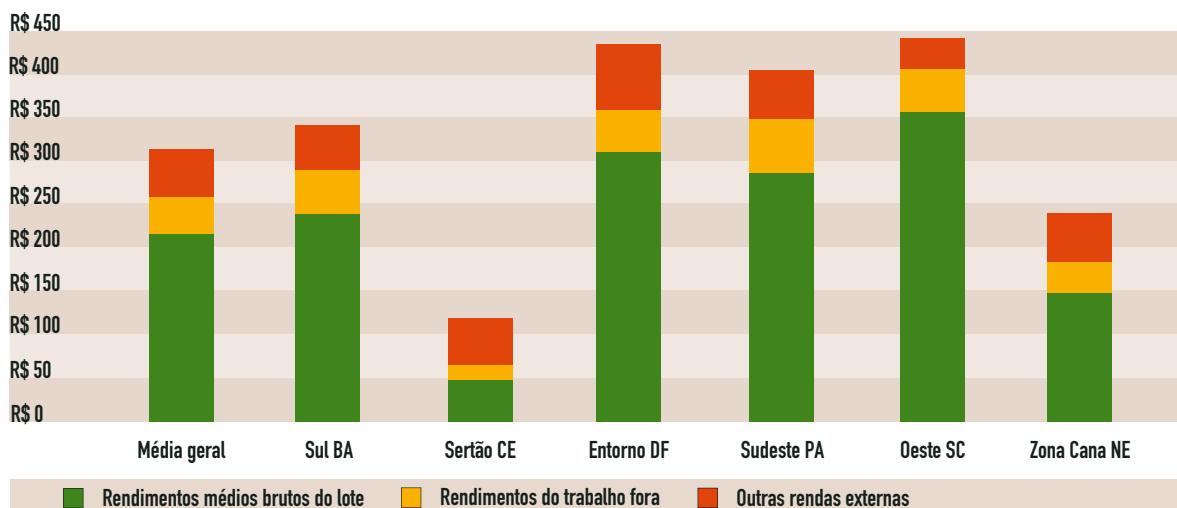
Outras Rendas Externas: Incluem aposentadorias, pensões, auxílios alimentação, bolsa escola, ajudas de familiares, etc.

A análise da composição dos rendimentos totais (ou melhor, da capacidade de geração de renda) relativos à safra 98/99 mostra não só a importância da renda do lote em todas as *manchas*, como também o peso de outras fontes de rendimento, como as aposentadorias e pensões e as diversas formas de trabalho fora do lote. No total das *manchas*, vemos que a renda do lote corresponde a mais de dois terços dos rendimentos totais (69 %), as atividades de trabalho externo a 14 % e os benefícios previdenciários a 17 %, com evidentes diferenças regionais.

Se acrescentarmos à análise os valores médios mensais obtidos a partir dos cálculos, vemos que as *manchas* onde a participação dos rendimentos brutos do lote é menor, são justamente aquelas onde os rendimentos do lote são menores em termos absolutos, e que são também as regiões em que parte da produção foi comprometida pela seca, como já observamos no tópico referente às condições de produção, o que afetou o rendimento esperado². Ou seja, em termos absolutos não há uma variação muito significativa nos rendimentos do trabalho fora ou mesmo nas rendas externas (Gráfico 7.2).

Vemos que há uma capacidade média de geração de rendimentos razoável, considerando a situação relativamente recente desses projetos. Os rendimentos médios brutos mensais da família, para o conjunto da amostra, foram em torno de R\$ 312,00 no período referido (1998/99), variando de um mínimo de R\$ 116,74 na *mancha* do Sertão do Ceará até R\$ 438,72 na *mancha* de Santa Catarina, havendo também variações dentro das *manchas*, que serão tratadas com maior detalhe posteriormente.

Gráfico 7.2 Composição do rendimento médio bruto familiar (RBMF) mensal total – 1999/2000 (em R\$ correntes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Preços médios: PAM e PPM – IBGE (1999). Ver também Tabela A7.1, Anexo 2.

(*) Renda média considerando o total de lotes entrevistados, inclusive aqueles sem rendimento. O salário mínimo no período analisado correspondia a R\$ 151,00.

Rendimentos Médios Brutos do Lote: Os valores foram calculados para o total da safra 1998/99 e divididos por 12 meses para estimar a renda mensal. Para o cálculo dos rendimentos (capacidade de geração de renda) dos lotes, considerou-se que a produção comercializada era idêntica à produção total (dos produtos vendidos) e multiplicou-se pelos preços médios municipais/regionais ao produtor na safra 1998/99, tomando por base fontes estatísticas secundárias, como a Pesquisa Agrícola Municipal e a Pesquisa Pecuária Municipal, do IBGE. Com isso, por um lado, houve uma superestimação dos rendimentos, pois nem sempre toda a produção é vendida (especialmente nos casos dos produtos de duplo destino), tendo-se os rendimentos brutos (não se considera os custos de produção). Por outro lado, há uma subestimação do potencial de renda ao não se considerar/estimar a renda dos produtos exclusivamente de autoconsumo, contrabalançando a superestimação anterior. No caso dos assentados que declararam vender o produto mas não informaram a quantidade de sua produção uma série de ajustes e estimativas foi feita. Maiores detalhes metodológicos sobre estes cálculo podem ser vistos em Heredia, 2001: pp.425-429.

Rendimentos do Trabalho Fora: Foram incluídas todas as atividades de trabalho externas (eventuais, temporárias ou permanentes) realizadas pelos membros da família que vivem no lote. Os rendimentos obtidos através das respostas referem-se a valores correntes na situação prevalecente no momento da coleta das informações, ou seja, durante a Pesquisa de Campo (maio a agosto de 2000). Transformamos os montantes declarados num valor “anualizado”, com base nas informações complementares obtidas quanto à periodicidade (eventual, temporário e permanente) e quanto à frequência (quanto meses, quanto dias etc.). No caso do trabalho permanente, a anualização incluiu o 13º salário. Para este gráfico, a renda anual total foi dividida por 12 meses.

Outras Rendas Externas: Incluem aposentadorias, pensões, auxílios alimentação, bolsa escola, ajudas de familiares etc.

Antes de prosseguirmos com a análise dos rendimentos totais, apresentaremos a seguir um maior detalhamento de cada um dos três tipos de rendimentos considerados.

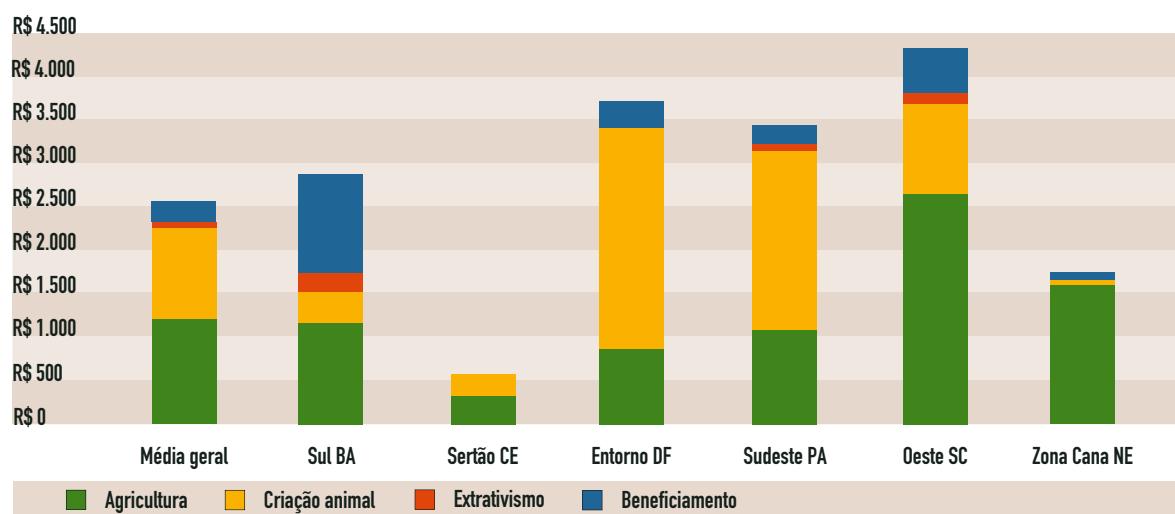
Rendimento médio bruto da produção vendida

No que se refere à composição dos rendimentos médios brutos dos lotes, observamos que na média geral há um equilíbrio nos valores médios brutos dos rendimentos agrícolas e de criação animal, com ligeira liderança dos agrícolas (48 % versus 42 % da capacidade de geração de renda do lotes, respectivamente). As atividades extrativistas e de beneficiamento têm um peso relativo menor, embora este último alcance quase 10 % na composição do valor global (Gráfico 7.3).

No entanto, chama a atenção a forte diferenciação entre as *manchas*, tanto no que se refere aos valores absolutos, quanto à sua composição relativa. Apesar de o valor médio global anual no ano agrícola 1998/99 ter sido bastante satisfatório (R\$ 2.571,00), os valores variam de uma média de R\$ 576,00 nos assentamentos cearenses a um teto médio de R\$ 4.291,00 nos projetos do Oeste de Santa Catarina. Cabe lembrar mais uma vez que o Ceará e a Zona Canavieira nordestina foram as *manchas* com maior declaração de perdas na produção agrícola em função da seca (86 % dos entrevistados)³. Observamos que nestas duas regiões (especialmente na

Gráfico 7.3

Composição dos rendimentos médios brutos anuais da produção vendida – 1999/2000 (média por lote, em R\$ correntes)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Preços médios: Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1999.

(*) Renda média considerando o total de informantes, inclusive aqueles sem rendimento. Cálculo considerando a produção comercializada igual à produção total (apenas dos produtos vendidos), multiplicada pelos preços médios municipais/regionais ao produtor na safra 1998/99 (PAM e PPM – IBGE). Não foram descontados os custos de produção, nem foram contabilizados os produtos sem declaração de venda (autoconsumo). No caso dos assentados que declararam vender o produto mas não informaram a quantidade de sua produção, uma série de ajustes e estimativas foi feita. Ver observações no Gráfico 7.2.

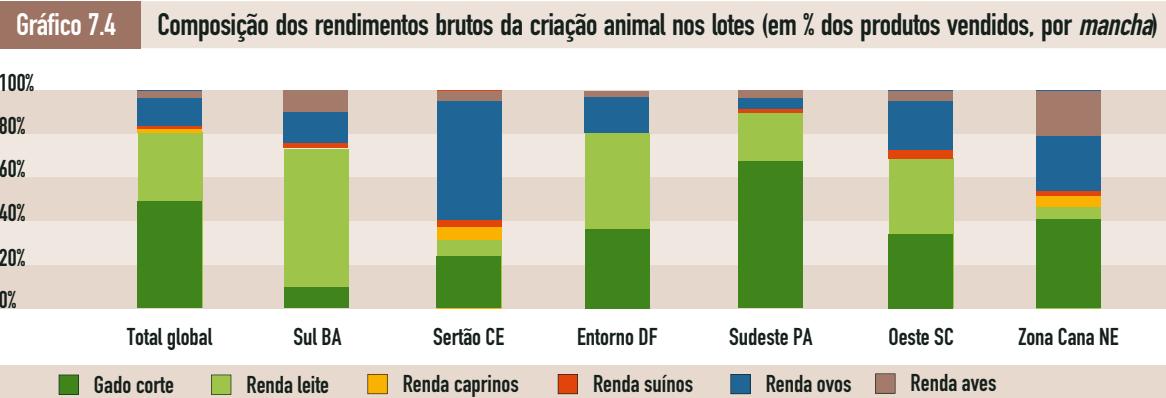
segunda) o rendimento agrícola é fundamental na composição da renda do lote, representando respectivamente 57 % e 92 % do valor bruto dos produtos comercializados (RMBF).

No Sul baiano pesam preponderantemente os rendimentos advindos das atividades agrícola (42 %) e de beneficiamento (38 %), sendo que, no caso deste último, é o maior índice da amostra, tanto na composição quanto em valores totais. Tal fato se deve à produção de mandioca e à venda de farinha (dois terços dos assentados a vendem). Também pesa relativamente o extrativismo, o maior percentual do quadro, devido à extração da piaçava que, sozinha, representa cerca de 9 % de todo o valor bruto da produção gerado nas áreas de reforma agrária nesta *mancha*, como já observamos no item relativo à produção. No caso da criação animal, destaca-se a renda advinda do leite (ver Gráfico 7.4).

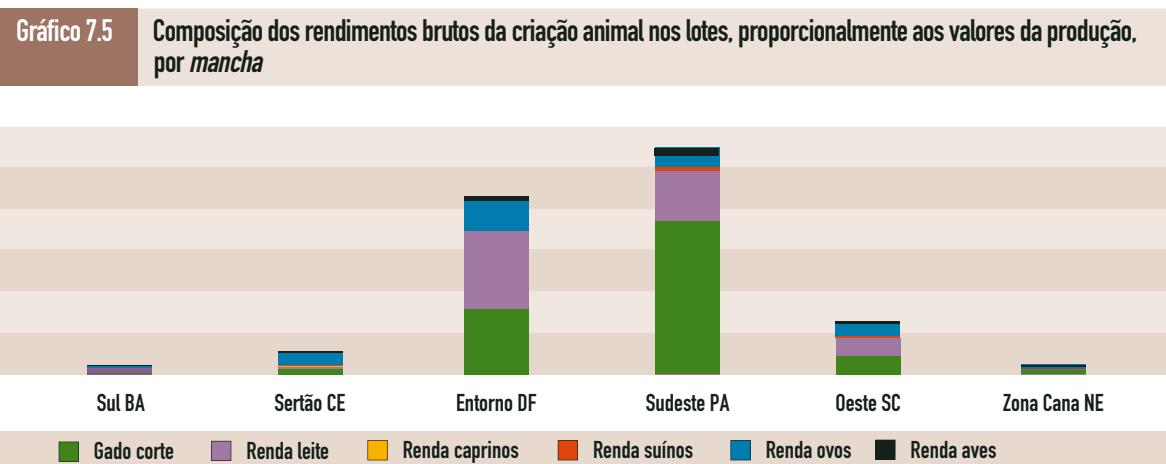
No caso cearense, fortemente afetado pelas perdas em função da seca, a composição da renda total do lote é determinada pela agricultura (57 %) e pela criação animal (42 %, com destaque para a venda de ovos). No entanto, os valores absolutos obtidos (em reais correntes), quando comparados às demais *manchas* nessas mesmas rubricas, são bastante inferiores, salvo o caso da renda de criação animal cearense que só não é menor que aquela verificada no contexto da Zona Canavieira nordestina.

O Entorno do Distrito Federal tem um enorme peso nas atividades pecuárias (especialmente bovinocultura leiteira, mas também a bovinocultura de corte), que influenciam a capacidade de geração de renda nesses lotes. Assim, quase 70 % da RMBF do lote nesta *mancha* são oriundos desse segmento. O restante é majoritariamente agrícola (24 %) e de atividades de beneficiamento (7 %).

O Sudeste do Pará, como já vimos, também carrega na produção pecuária o levantamento de rendimentos do lote, representando 62 % da renda geral. Neste caso, a bovinocultura de corte, especialmente a venda de bezerros, é fundamental na composição desses valores, correspondendo a cerca de dois terços da renda de criação animal, seguida da venda de



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Preços médios da Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1999.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Preços médios da Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1999.

leite. A agricultura (à frente produtos como arroz, abacaxi e milho) e o beneficiamento (com a venda de farinha de mandioca) compõem o restante com 31 % e 6 %, respectivamente.

O Oeste catarinense é a região com os maiores valores absolutos no item agricultura, que determina sua destacada liderança no cômputo geral. Devem ser ressaltadas, para tanto, as performances dos projetos Tracutinga, em Dionísio Cerqueira, e Antas, em São Miguel d’Oeste. A atividade agrícola responde por 62 % da renda total do lote, na média geral da *mancha*; a criação animal por 24 %, e o beneficiamento, com a produção de carvão nos assentamentos de Passos Maia, por 11 %.

Na Zona Canavieira do Nordeste os rendimentos do lote têm origem basicamente na atividade agrícola, mesmo assim prejudicada pela seca. As atividades de beneficiamento e pecuária pesam pouco mais de 3 % cada uma, sendo que nesta última se destacam as criações de pequenos animais (ver Gráfico 7.4). A produção e a comercialização de mandioca (em que parte é revertida para o fabrico da farinha), inhame e feijão respondem pela três primeiras rubricas da atividade agrícola na composição do valor bruto da produção vendida. Vale dizer que no PA Engenho Ubu, em Goiana - PE, 100 % da renda do lote têm origem na agricultura. Na realidade, comparados os valores médios em reais, essa *mancha* só perde, nessa categoria, para os assentamentos catarinenses, que fazem uso de uma tecnologia mais intensiva, como virmos anteriormente.

Por fim, gostaríamos de chamar a atenção para alguns projetos que apresentam um perfil eminentemente agropecuário, com a participação da capacidade de geração da renda do lote oscilando entre 90 e 100 % dos rendimentos totais da família. São eles: Terra Vista, Cosme Muniz e Fazenda Cajueiro, na Bahia; e Três Palmeiras, Sanga Azul, Tracutinga, São Luiz II, Antas, Jacutinga, em Santa Catarina.

Rendimentos do trabalho fora do lote

Um primeiro ponto a ser destacado, já comentado anteriormente na análise sobre trabalho, é uma provável subdeclaração do trabalho fora do lote, devido ao receio dos entrevistados em declarar uma situação que possa fugir à “tipologia agroprodutivista” que ainda predomina na lógica oficial dos organismos competentes e gerenciadores dos projetos. Conseqüentemente, a renda monetária auferida a partir do trabalho fora do lote também pode estar subdeclarada.

Como vimos no gráfico de composição do rendimento familiar médio bruto (*Gráfico 7.1*), as atividades relativas ao trabalho externo significam, na média geral, 14 % dos rendimentos brutos totais da família, com poucas diferenças entre as *manchas* (situando-se no intervalo entre 12 e 16 % da renda total). No entanto, quando analisamos por projeto e/ou município (dados não constantes do gráfico), vemos que há diferenciações internas. Por exemplo, em Arataca e Buerarema-BA, Dionísio Cerqueira e São Miguel D’Oeste-SC, e Goiana-PE, não há qualquer registro de rendimentos de trabalhos externos. Em contraposição, em Itacaré-BA e Paracatu-MG, eles chegam a representar praticamente a metade da RMBF total.

Conforme comentamos anteriormente, tais rendimentos referem-se a trabalhos permanentes, temporários ou mesmo eventuais, em diversos tipos de atividades. Entre os trabalhos externos ao lote, o trabalho assalariado é a categoria com maior participação, especialmente o trabalho assalariado rural. O trabalho autônomo (urbano ou rural) tem uma dimensão menor (2,5 % sobre o total). Quando analisamos os valores auferidos, e mesmo a distribuição interna dos rendimentos segundo os diferentes tipos de atividades desenvolvidas, notamos algumas diferenças entre as *manchas*.

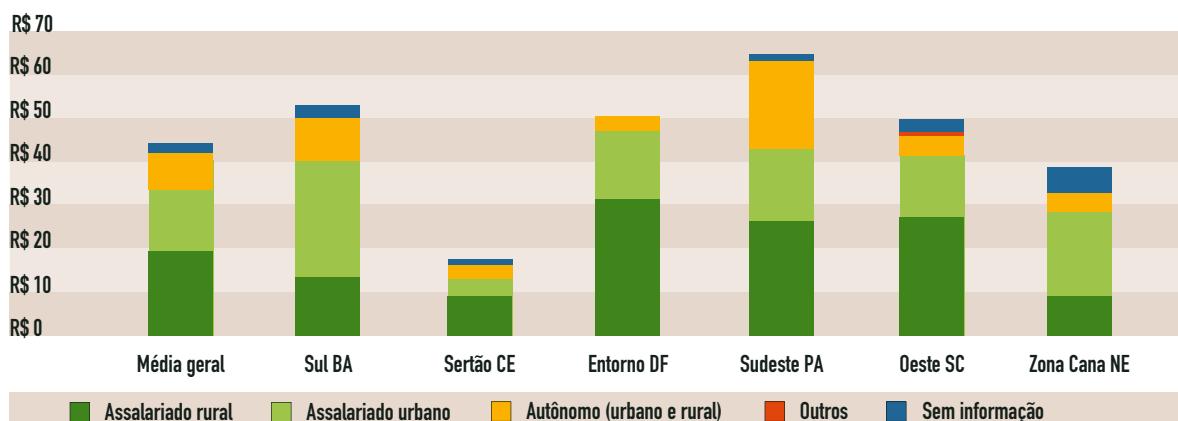
Com relação aos valores, os rendimentos totais médios dos trabalhos externos ao lote situavam-se ao redor de R\$ 44,00 mensais (menos de um terço do salário mínimo à época), variando de R\$ 17,00 no Ceará a R\$ 64,00 no Sudeste do Pará, situando-se em torno de R\$ 50,00 nas demais *manchas*.

Quanto ao tipo de atividades desenvolvidas, vemos que nos casos do Ceará, Entorno do Distrito Federal e Oeste de Santa Catarina, o trabalho assalariado rural predomina. Já nas *manchas* do Sul da Bahia e da Zona Canavieira nordestina, a renda do assalariamento urbano é mais importante. Finalmente, no Pará, há uma ligeira predominância do assalariamento rural, mas também é relevante o rendimento auferido pelos autônomos (*Gráfico 7.6*).

Outras rendas familiares externas

O terceiro grupo de rendas contabilizadas na renda total refere-se aos ganhos obtidos com os benefícios continuados da previdência social (geralmente rural) e às ajudas financeiras recebidas ao longo do ano-base, sendo estas últimas muito pouco significantes. Constatamos que existe, em média, 1,3 aposentado por família assentada, considerados os casos que declararam ter beneficiários da previdência no grupo familiar, com rendimento mensal médio de R\$ 158,36. Este número é relativamente próximo àquele encontrado por Delgado (2000)

Gráfico 7.6

 Renda média familiar do trabalho fora do lote – mensal (por tipo de trabalho e por *mancha*)*


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionário. Ver Tabela A7.1, Anexo 2.

(*) Renda média considerando o total de lotes entrevistados, inclusive aqueles sem rendimento. Foram incluídas todas as atividades de trabalho externas (eventuais, temporárias ou permanentes) realizadas pelos membros da família que vivem no lote. Os rendimentos obtidos através das respostas referem-se a valores correntes na situação predominante no momento da coleta das informações, ou seja, durante a Pesquisa de Campo (maio a agosto de 2000). Transformamos os montantes declarados num valor “anualizado”, com base nas informações complementares obtidas quanto à periodicidade (eventual, temporário e permanente) e quanto à frequência (quanto meses, quanto dias etc.). No caso do trabalho permanente, a anualização incluiu o 13º salário. Para este gráfico, a renda anual total foi dividida por 12 meses. O salário mínimo no período analisado correspondia a R\$ 151,00.

em pesquisa sobre a previdência social rural nas regiões Nordeste e Sul do país, na qual se verificou a presença de 1,7 beneficiado por domicílio (considerando a população rural em geral, não apenas assentada).

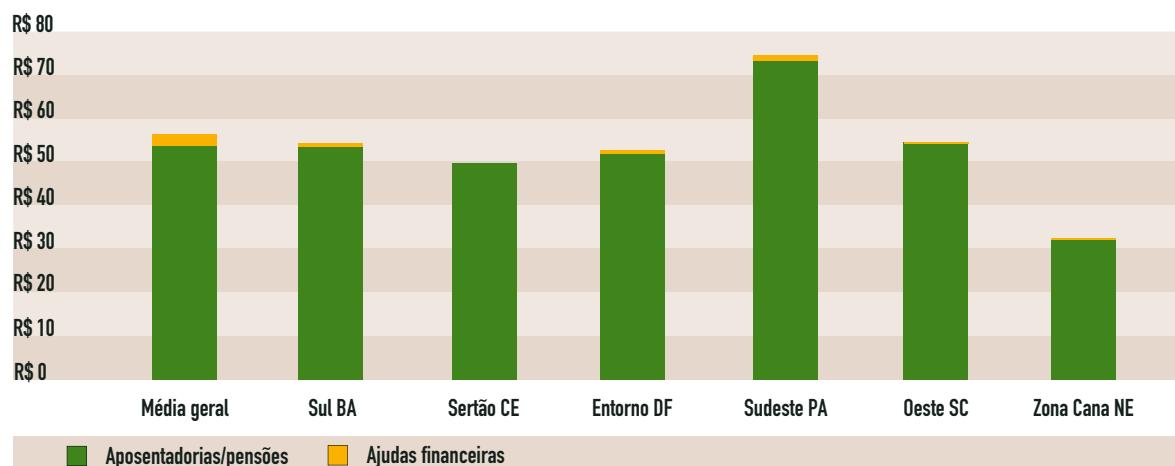
Neste caso também há diferenças inter-regionais importantes que devem ser destacadas. A renda previdenciária é fundamental na composição da renda total justamente nas duas regiões que apresentaram menores rendimentos médios brutos do lote: Zona Canavieira e Sertão cearense, nas quais os benefícios da previdência representam respectivamente 23% e 43% do rendimento médio bruto familiar total. No caso do Ceará, especificamente, ela chega a constituir 61% no PA Jacurutu, em Canindé, e 53% no PA Raposa, em Santa Quitéria. Além de possuir um peso relativo maior, considerando-se as perdas sofridas pelas atividades produtivas, a renda previdenciária tem se constituído numa espécie de garantia da manutenção de diversas famílias rurais. Delgado (2000) chega mesmo a afirmar que tal fonte acaba se tornando uma espécie de “seguro-agrícola”, visto que, nos domicílios pesquisados (que possuíam aposentados ou pensionistas) que se situavam na área rural, metade dos recursos conseguidos com o benefício era aplicada no custeio da atividade agrícola. Vemos assim que certamente os assentamentos nestas regiões podem estar reproduzindo uma situação geral da agricultura familiar. Em menor grau, essa fonte também se mostra importante no Entorno do Distrito Federal (sobretudo em Buritis-MG), no Sul da Bahia (particularmente em Buerarema) e no Sudeste do Pará (Gráfico 7.7).

Auxílio-alimentação

Não foi computado nas outras rendas o auxílio-alimentação, levantado separadamente no questionário. Esse tipo de auxílio não é significativo no total da amostra (apenas 14% dos assentados o recebem), incidindo mais fortemente sobre algumas *manchas*, como no Ceará e na Zona Canavieira nordestina, onde as porcentagens de assentados que receberam auxílio-

Gráfico 7.7

Outras rendas médias familiares externas – valores médios familiares mensais
(em R\$, por *mancha* e por tipo de rendimento)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.1, Anexo 2.

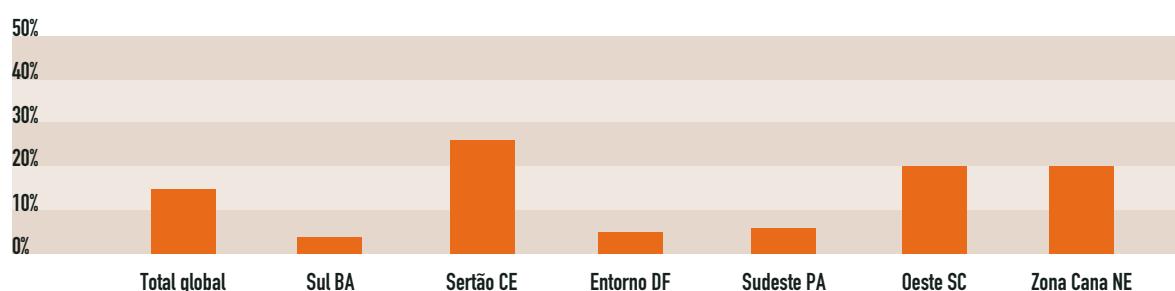
(*) Renda média considerando o total de lotes entrevistados, inclusive aqueles sem rendimento.

Aposentadorias e pensões: Os valores foram anualizados multiplicando-se por 13 e depois divididos por 12 para obter o valor médio mensal.

Ajudas financeiras: Incluem auxílios alimentação, bolsa escola, ajudas de familiares etc.

Gráfico 7.8

Acesso a auxílio para alimentação, em% dos entrevistados que receberam (por *mancha*)*

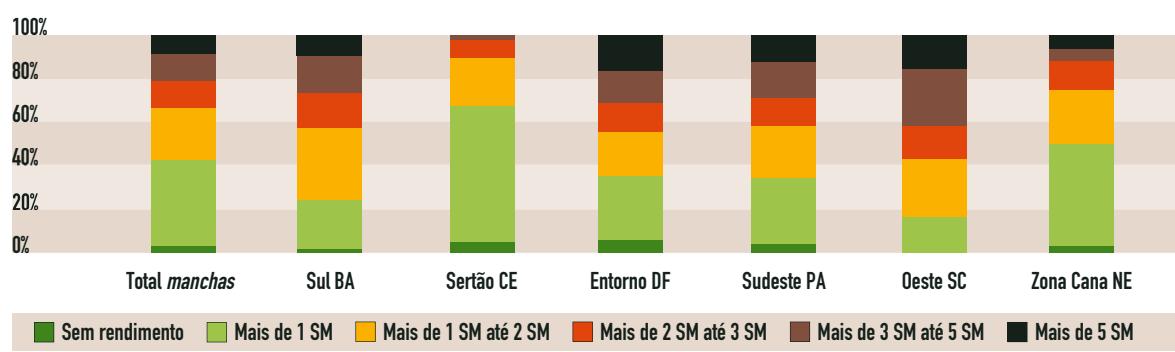


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.3, Anexo 2.

(*) A diferença para 100% refere-se aos que declararam não receber.

Gráfico 7.9

Estratificação das famílias assentadas segundo seu rendimento médio bruto anual total, em faixas de salário mínimo (por *manchas*)*



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.4, Anexo 2.

(*) SM = Salário Mínimo vigente em abril/ 2000, correspondente a R\$ 151,00.

alimentação são respectivamente de 25% e 19%, com concentração em alguns municípios e assentamentos⁴. Na *mancha* do Oeste de Santa Catarina, o índice relativamente alto (19%) foi influenciado pelo projeto Tracutinga, de Dionísio Teixeira, no qual a totalidade dos entrevistados declarou receber auxílio-alimentação, que na verdade refere-se provavelmente à divisão da produção coletiva do assentamento⁵. No entanto, no município de Passos Maia-SC 52% dos entrevistados recebiam auxílio-alimentação. Nas demais *manchas* ele não ultrapassa 5% (Gráfico 7.8).

A fonte desse auxílio foi diversificada. Nos casos do Ceará, de Passos Maia-SC e do Brejo paraibano, provém de cesta básica, provavelmente da Comunidade Solidária. Na Zona da Mata pernambucana/alagoana, de bolsa escola (certamente o projeto da Secretaria Estadual de Educação, o “Mão Amiga”). A ajuda de familiares aparece na Zona da Mata paraibana e no Ceará (embora devesse ter sido computada junto com a renda)

Estratificação das famílias pelos níveis de renda

Deslocando nossa análise sobre a capacidade de geração de renda, da sua composição para o seu nível, apresentamos no Gráfico 7.9 uma estratificação das famílias segundo seus rendimentos em faixas de salário mínimo⁶.

No total geral, temos que 40% das famílias entrevistadas auferiram um rendimento bruto médio mensal menor ou igual a um salário mínimo. Conforme já havia sido verificado anteriormente pelo nível de renda, as *manchas* do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira nordestina são as duas regiões com maior concentração de informantes em faixas salariais mais precárias (63% e 47% das famílias com renda até 1 SM, respectivamente). No primeiro caso, a situação é mais dramática no município de Canindé, com dois terços dos assentados com até 1 SM e 7% no estrato “sem rendimentos”.

Nas faixas intermediárias, de 1 a 2 SM e de 2 a 3 SM, encontra-se, praticamente, um terço dos nossos entrevistados, quando tomamos o quadro geral do estudo, sendo o Sul da Bahia a *mancha* com maior proporção de famílias nestas faixas. Na faixa acima de três salários mínimos temos cerca de um quinto dos assentados (12% entre 3 e 5 SM e 9% acima de 5 SM), com uma diferenciação clara entre as regiões, com somente 2% das famílias nesta faixa no Sertão do Canindé, cerca de 30% no Entorno do Distrito Federal e no Sudeste paraense, e chegando a 40% das famílias no Oeste de Santa Catarina⁷.

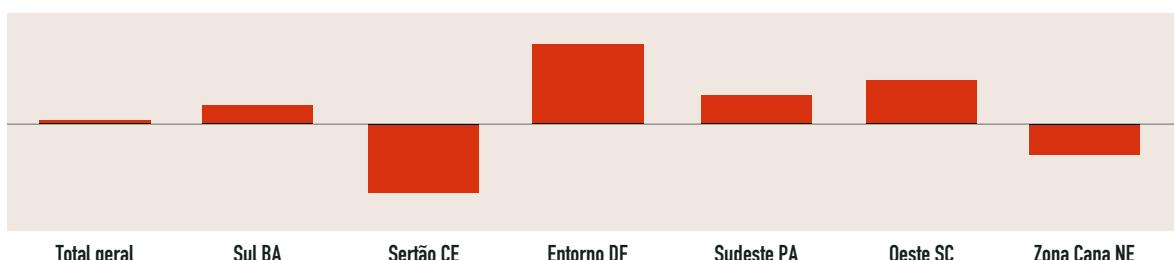
Se estabelecermos uma linha de pobreza estimada em meio salário mínimo per capita (R\$ 75,50, tomando o valor de referência vigente a partir de abril de 2000)⁸, como um exercício aproximativo para saber até que ponto os assentamentos conseguem garantir um patamar de rendimentos mínimos entendidos como razoáveis, vemos que na média geral da amostra o rendimento médio é praticamente igual à linha de pobreza estabelecida (R\$ 77,00). Nas *manchas* do Sertão cearense e da Zona Canavieira, os montantes registrados se situam abaixo da linha de pobreza, indicando uma situação de precariedade relativa na capacidade de geração de renda das famílias instaladas nessas regiões. As demais superam o limite fixado.

Na impossibilidade de se saber qual era o rendimento familiar anterior à entrada nos projetos de assentamento (uma vez que há famílias que entraram na área em 1995 e outras que entraram em 1985), buscamos uma avaliação qualitativa dos assentados sobre seu poder de compra, comparando a situação atual (após o assentamento) com a situação anterior (ver Gráficos 7.10 e 7.11).

É curioso notar, na comparação dos dois gráficos, que a *mancha* do Sertão do Ceará, que é aquela onde os rendimentos médios per capita estão mais abaixo da linha de pobreza,

Gráfico 7.10

Comparação entre os rendimentos médios brutos familiares per capita e uma linha de pobreza estabelecida em meio salário mínimo (por *mancha*)*

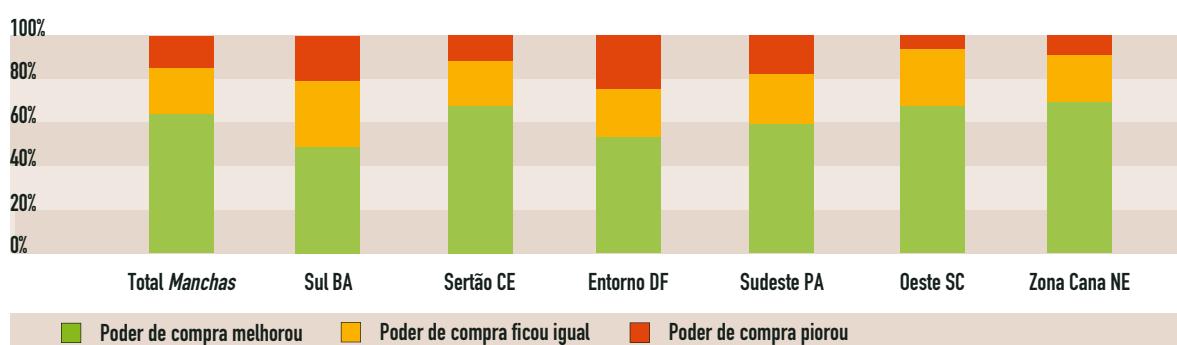


Fonte: Trabalho de Campo, 2000. Ver Tabela A7.5, no Anexo 2.

(*) A linha de pobreza foi estabelecida em meio salário mínimo per capita mensal. As colunas acima da linha significam *manchas* que apresentam rendas per capita médias maiores que a linha de pobreza, e vice-versa. Consideramos o salário mínimo vigente em abril de 2000, correspondente a R\$ 151,00.

Gráfico 7.11

Avaliação dos entrevistados sobre o seu Poder de Compra atual em relação à situação anterior à entrada no assentamento (em % dos entrevistados, por *mancha*)



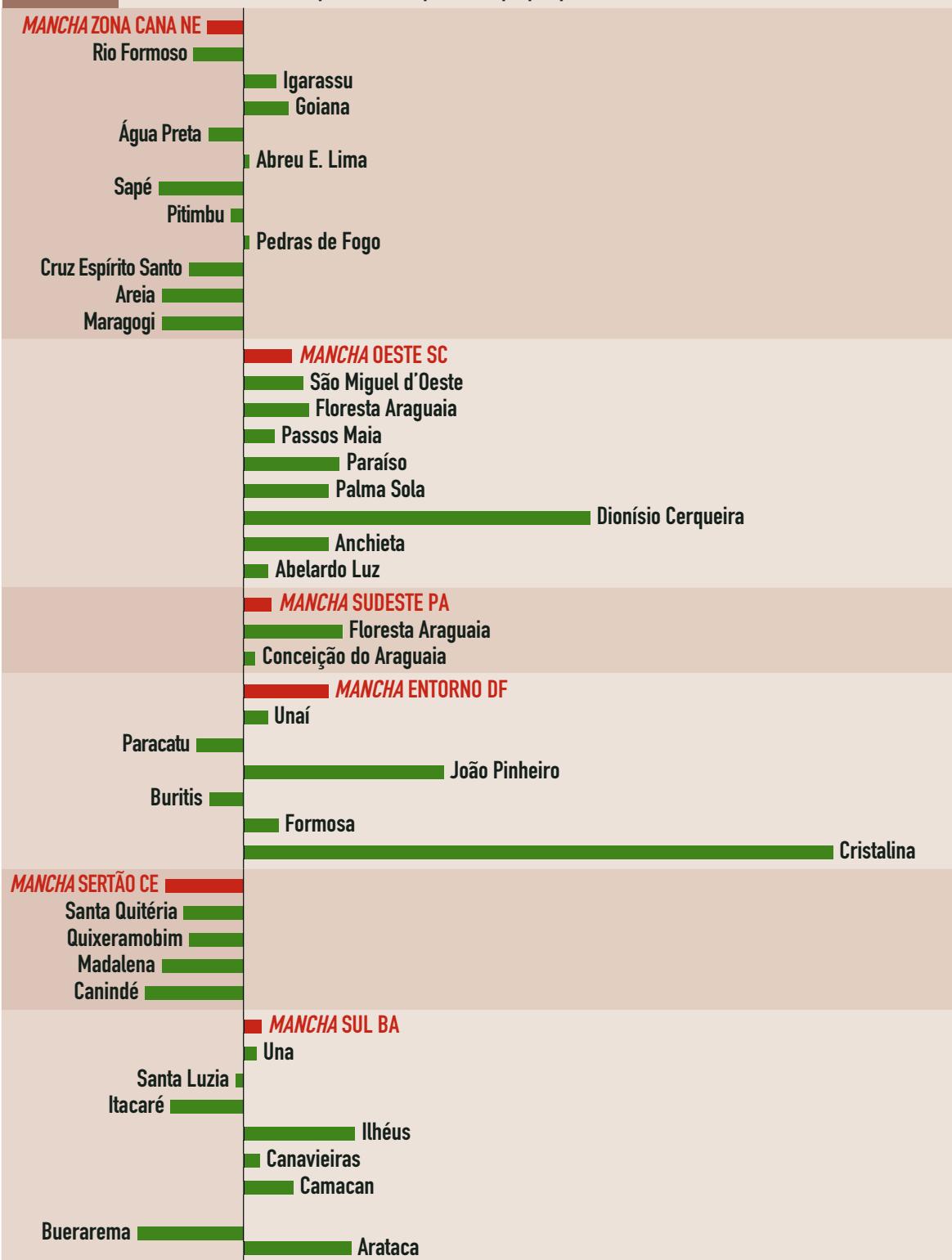
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver dados por município na Tabela A7.5, Anexo 2.

apresente uma das melhores avaliações (segundo os próprios assentados), de melhoria no poder de compra em relação à situação anterior ao assentamento, situação semelhante acontecendo com a Zona Canavieira. Ao contrário, a *mancha* do Entorno do DF, que apresenta os melhores rendimentos médios per capita, apresenta uma das piores avaliações com relação ao poder de compra. Estes elementos só vêm confirmar o fato de que a variável renda, ainda mais quando tomada isoladamente e em termos absolutos (sem levar em conta as especificidades internas e regionais do padrão de vida da população estudada), precisa ser relativizada. Ou seja, mesmo não atingindo o corte fixado pelo parâmetro externo (a linha de pobreza determinada), a população de um assentamento pode estar garantindo ali mínimas condições de vida e rendimento, e com condições superiores à sua situação anterior ao assentamento.

Podemos verificar que, no total das *manchas*, cerca de dois terços dos entrevistados declararam uma situação de melhoria no seu poder de compra em relação à situação vivida anteriormente. Em 23% dos casos há uma avaliação que identifica uma continuidade e somente 14% dos assentados disseram ter atualmente um poder de compra menor do que o anterior ao assentamento.

Quando analisamos os dados por municípios (Gráfico 7.12), vemos que a única região em que nenhum projeto alcança o patamar estipulado é a *mancha* cearense. Já o Sudeste paraense e o Oeste catarinense são as duas regiões em que todos os municípios contemplados no estudo apresentam rendimentos médios mensais acima da linha da pobreza. Nas demais

Gráfico 7.12 Comparação entre os rendimentos médios brutos familiares per capita e uma linha de pobreza estabelecida em meio salário mínimo (por mancha e por município pesquisado)*



Fonte: Trabalho de Campo, 2000. Ver Tabela A7.5, no Anexo 2

(*) A linha de pobreza (linha vertical do gráfico) foi estabelecida em meio salário mínimo per capita mensal. As colunas à esquerda significam municípios cujos assentamentos apresentam rendas per capita médias abaixo da linha de pobreza e as colunas à direita representam aqueles municípios com rendas acima da linha de pobreza. Consideramos o salário mínimo vigente em abril de 2000, correspondente a R\$ 151,00.

há uma posição diversificada: a Zona Canavieira nordestina, que apresenta uma média abaixo da linha, possui quatro municípios que superam essa marca (Pedras de Fogo, Abreu e Lima, Goiana e Igarassu). O Entorno do Distrito Federal, que tem uma média acima da linha, certamente influenciada pelo desempenho de Cristalina, em Goiás (onde registrou-se a presença de “pequenos empresários agrícolas” que compraram lotes nos assentamentos), possui dois municípios em condições desfavoráveis (Buritis e Paracatu).

Podemos inferir que há uma grande diferenciação regional observada nos assentamentos, reproduzindo, em parte, uma distinção maior historicamente registrada para essas áreas, em que pesam outros fatores que não estamos considerando na nossa análise fundada sobre o contexto dos projetos. Porém, mesmo em regiões que apresentam situações econômicas mais estáveis, em patamares mais elevados, como é o caso do Oeste catarinense, surgem elementos diferenciadores. Nessa *mancha*, cujo desempenho pode ainda se beneficiar do maior tempo dos projetos ali instalados, diversos depoimentos deixaram claro que níveis diferenciados de renda podem ser atribuídos às opções produtivas adotadas (bovinocultura leiteira versus cultura do milho e do feijão, por exemplo); às dimensões – e discriminações – étnicas e culturais (a presença dos descendentes de colonos alemães) e ao grau de capitalização inicial de algumas famílias, que partem de uma situação favorecida.

No entanto, conforme já comentado, esses resultados devem ser vistos em conjunto com outros indicadores de condições de vida levantados, que serão apresentados na seqüência. Um gráfico por municípios, com a avaliação dos assentados sobre seu poder de compra em relação à situação anterior, pode ser visto nos anexos (juntamente com a tabela), e nele se confirma a questão avaliada anteriormente para as *manchas*, já que em quase todos os municípios cuja média de renda dos assentados não atingiu o patamar da linha de pobreza (exceto Buerarema, Itacaré e Areia) o índice médio de avaliação de melhoria no poder de compra é sempre superior a 50 %. E, ao contrário, dos sete municípios com os maiores índices de piora do poder de compra, somente dois deles encontram-se com o rendimento médio abaixo da linha da pobreza.

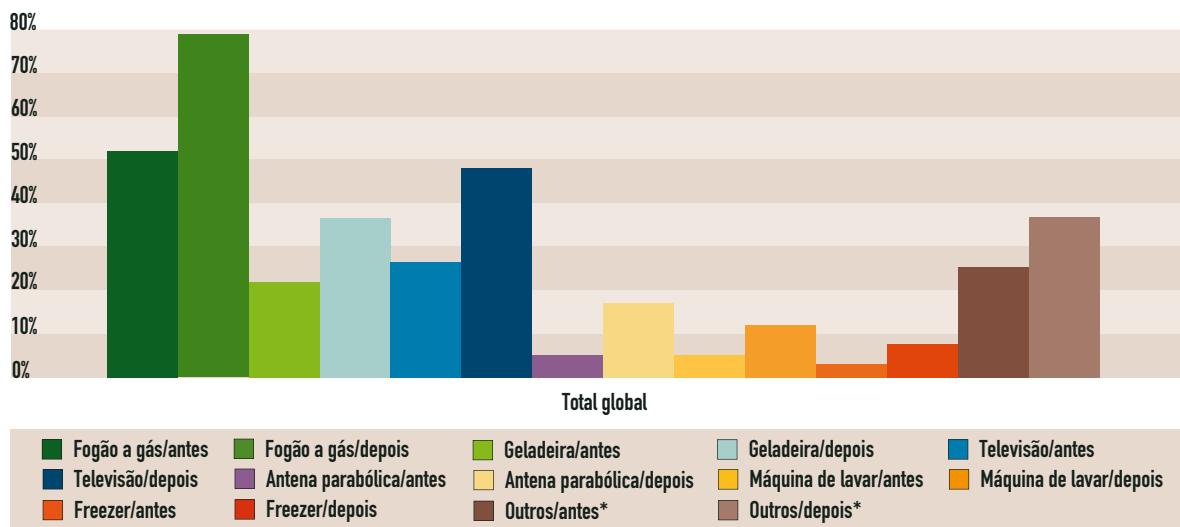
Assim, é possível que, relativamente falando, mesmo não atingindo nosso indicador exógeno, diversas famílias aqui consideradas tenham conseguido estabelecer uma situação econômico-financeira melhor, ainda que precária, quando confrontada com a situação imediatamente anterior ao ingresso nos projetos de assentamento. Um conjunto não desprezível de assentados, por outro lado, logrou solidificar uma posição estável com relação à auferição de ganhos monetários, apesar das marchas e contramarchas da política agrícola brasileira nesses últimos anos.

Condições de vida

Essa impressão se confirma quando analisamos alguns dos indicadores das condições de vida dos assentados, que podem complementar a análise sobre a potencialidade de renda auferida pelos assentados. Tomamos como indicadores não só a sua percepção subjetiva em relação a vários itens (poder de compra, alimentação), como também um levantamento objetivo da posse de alguns bens de consumo e meios de transporte, sempre comparando a situação atual com a anterior ao assentamento.

Como vimos, quando indagados sobre o seu poder de compra, 62 % dos assentados, em média, perceberam melhorias (sendo que 23 % consideram que está igual), com variações regionais. A análise da posse de bens duráveis corrobora esta percepção. Apesar de variações, em todas as *manchas* aumentou o número de famílias que possuem fogões a gás, geladeiras, televisão, antenas parabólicas, máquinas de lavar, conforme se pode ver no Gráfico 7.13, a seguir.

Gráfico 7.13

Posse de bens de consumo duráveis, em % dos entrevistados que os possuíam antes do assentamento e depois, por tipo de bens (para o total das *manchas*)

Fonte: Pesquisa de Campo – 2000. Questionários. Ver Tabela A7.6, Anexo 2.

(*) **Outros:** Aparelho de som ou rádio, liqüidificador, ferro elétrico, espremedor, ventilador, máquina de costura. Como não estavam indicados explicitamente no questionário, acreditamos que em vários casos (especialmente naqueles onde o nível de renda é melhor, como Santa Catarina) estes bens não tenham sido indicados pelos entrevistados.

Notamos que em todos os tipos de bens praticamente dobra a porcentagem de assentados que têm acesso a eles após o assentamento, embora a maioria dos assentados continue sem ter acesso aos bens de consumo citados, exceto no caso do fogão, com 79 % dos assentados tendo acesso (contra 52 % que os possuíam antes da condição de assentado).

A posse da televisão é relativamente alta no conjunto da amostra e quase dobrou após a condição de assentado: 48 % a possuem contra 27 % que já a tinham antes, com poucas variações entre as *manchas*. Também a condição de assentado proporcionou um aumento na posse de antenas parabólicas, triplicando o número de famílias que as possuem, embora estas não sejam tão comuns: 17 % contra 5 % que as tinham antes.

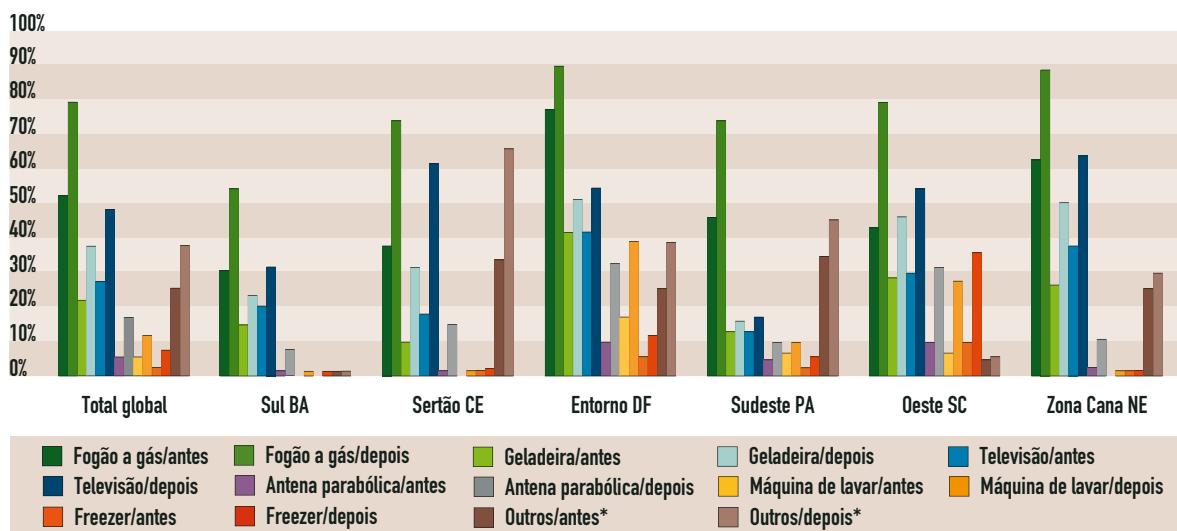
No que se refere à posse de geladeira, o percentual quase dobrou (37 % contra 22 %), embora ainda seja relativamente pequeno o número de assentados que a possuem. O freezer é ainda pouco comum na casa dos assentados, mas também teve um crescimento no acesso, especialmente no Oeste de Santa Catarina, onde 35 % dos entrevistados o possuem (contra 10 % que o possuíam anteriormente), e no Entorno do Distrito Federal (12 % hoje contra 5 % antes), justamente as duas *manchas* com maiores níveis de rendimentos, dado que este é um bem de certa forma mais “sofisticado”, como também acontece com a máquina de lavar. A posse desta última, embora baixa, também aumentou nas duas *manchas* citadas, tendo quadruplicado no Oeste de Santa Catarina (27 % contra 7 % antes) e dobrado no Entorno do Distrito Federal (40 % contra 17 % antes).

Embora haja variações entre as *manchas*, de uma forma geral a situação se aproxima da média geral (Gráfico 7.14). Cabe ressaltar que as desigualdades nos níveis de rendimentos médios analisados anteriormente não se refletem tanto na posse de eletrodomésticos. Do mesmo modo destaca-se o fato de que em todas as *manchas* a condição de assentado proporcionou aumentos significativos na proporção de famílias com acesso aos bens analisados, mesmo naquelas que se situaram abaixo da linha de pobreza. No Sudeste do Pará, a relativamente

baixa proporção de famílias com posse de eletrodomésticos ao certo está relacionada com a dificuldade de acesso à rede de energia elétrica. No Sul da Bahia, *mancha* que apresenta os menores índices de posse desses bens, a comparação com os dados da PNAD, para famílias com renda até dois salários míimos, revela índices maiores no que se refere não só à geladeira, como também a máquina de lavar e freezer. Só não há diferença com relação à televisão.

Gráfico 7.14

Posse de bens de consumo duráveis, em % dos entrevistados que os possuíam antes do assentamento e depois, por *manchas* e por tipo de bens



Fonte: Pesquisa de Campo – 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.6, Anexo 2.

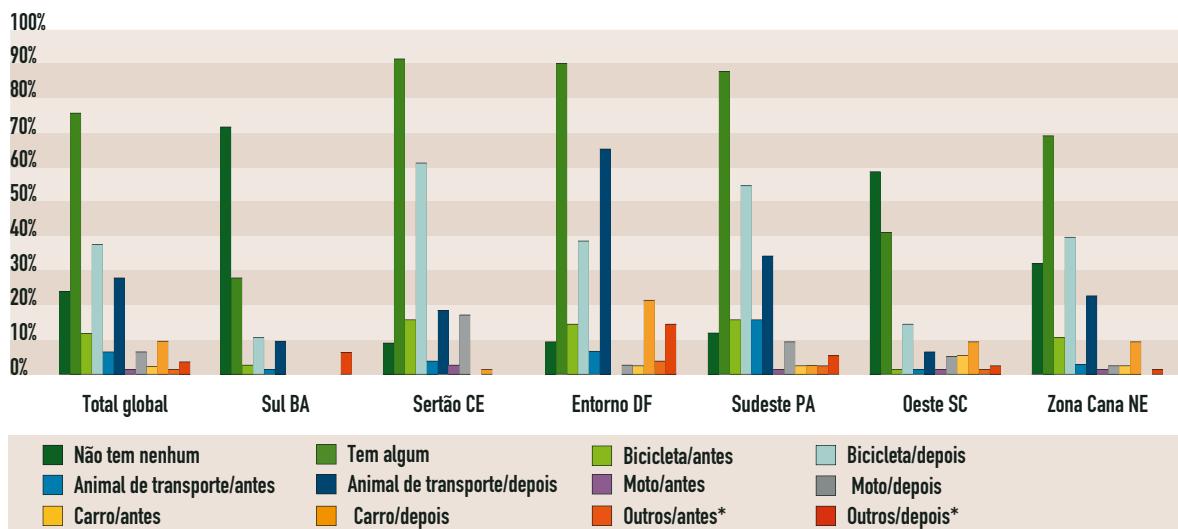
(*) **Outros:** Aparelho de som ou rádio, liquidificador, ferro elétrico, espremedor, ventilador, máquina de costura. Como não estavam indicados explicitamente no questionário, acreditamos que em vários casos (especialmente naqueles onde o nível de renda é melhor, como Santa Catarina) estes bens não tenham sido indicados pelos entrevistados.

Vale chamar a atenção para um “impacto externo” desse aumento relativo na posse de bens de consumo duráveis: quando tomados em termos absolutos, ou seja, no número total de bens de consumo duráveis comprados pelos assentados no comércio local dos municípios, acabam trazendo uma maior movimentação deste comércio, que é especialmente significativa nos municípios com maiores densidades de famílias assentadas⁹.

Também a análise da posse de meios de transporte próprios, antes e depois do assentamento, confirma a impressão dos assentados de que o seu poder de compra aumentou. Mesmo que o total de assentados que possui algum tipo de transporte próprio não seja muito alto, representando três quartos no total das *manchas*, em todas as *manchas* houve aumentos relativos entre os que possuíam meios de transporte e os que possuem atualmente, conforme pode ser observado no Gráfico 7.15, a seguir.

O meio de transporte mais comum é a bicicleta, possuída por 42 % dos entrevistados, sendo que apenas 11 % a tinham antes do assentamento¹⁰. Em praticamente todas as *manchas* o número de famílias que possuem bicicleta praticamente quadruplicou após o assentamento. Também os animais são um meio bastante comum de locomoção, em especial nos assentamentos em que as vias de comunicação são mais precárias, sendo possivelmente também animais de trabalho. Pouco mais da quarta parte dos assentados (28 %) os possui, mas apenas 6 % os tinham anteriormente, com destaque para o Entorno do Distrito Federal.

Gráfico 7.15

 Posse de meios de transporte, por tipo de transporte e por *manchas*, antes e depois do assentamento
(em % dos entrevistados que os possuem)


Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.7, Anexo 2.

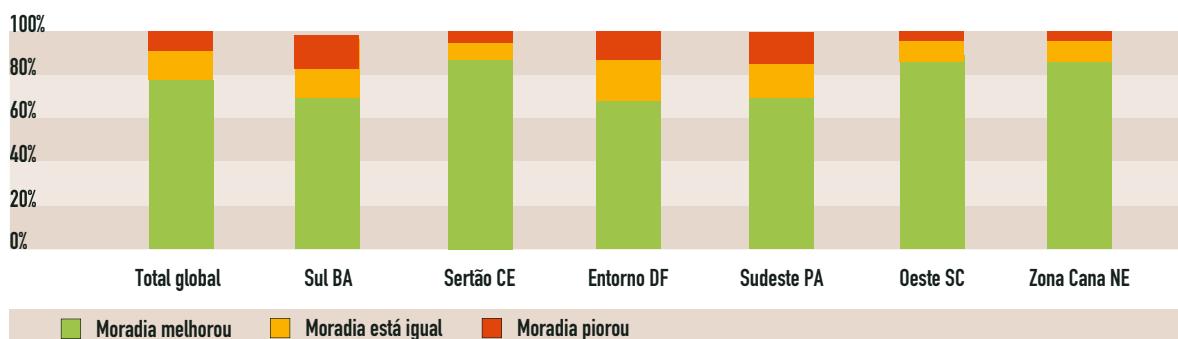
(*) Outros: inclui caminhonete, ônibus, charrete, carroça, carro de boi, trator, barco a motor.

A presença de carros é pequena: apenas 8 % dos assentados os possuem. Mesmo assim, o número dos que possuem carro quadruplicou, já que no momento anterior ao assentamento apenas 2 % o tinham. As *manchas* com maior presença de carros são o Entorno do Distrito Federal (onde 21 % dos assentados declararam possuir esse bem, contra 3 % que o possuíam anteriormente) e o Oeste de Santa Catarina (10 % contra 5 %), em ambos os casos com aumentos relativos grandes. A posse de motos não é significativa nem na média geral (7 %, hoje, contra 1 % antes), nem em nenhuma das regiões estudadas, exceto no Ceará, onde 17 % dos entrevistados a possuem contra 2 % antes¹¹.

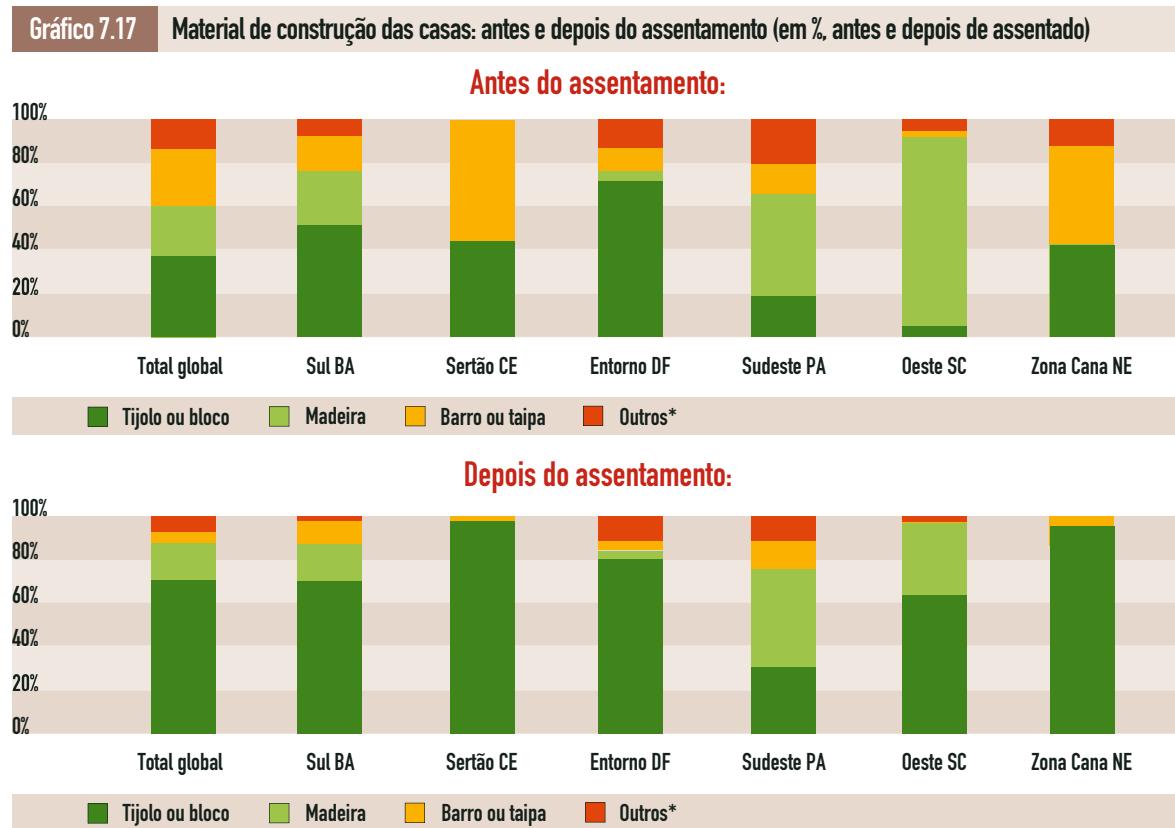
Também no caso das condições de moradia, 79 % dos assentados consideram que houve melhoria nas suas casas depois do assentamento, com variações entre as *manchas*, como mostra o Gráfico 7.16. No conjunto, apenas 8 % dos assentados afirmaram haver pioras. O Sul da Bahia, o Sudeste do Pará e o Entorno do Distrito Federal são as regiões pesquisadas de maior incidência de avaliação negativa, em relação à moradia, concentrada, no entanto, em alguns assentamentos¹².

Gráfico 7.16

Percepção dos entrevistados sobre suas condições de moradia, antes e depois do assentamento (em %)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.10, Anexo 2.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Ver Tabela A7.8, Anexo 2.

(*) **Outros:** palha, papelão ou plástico, adobe, terra brasili.

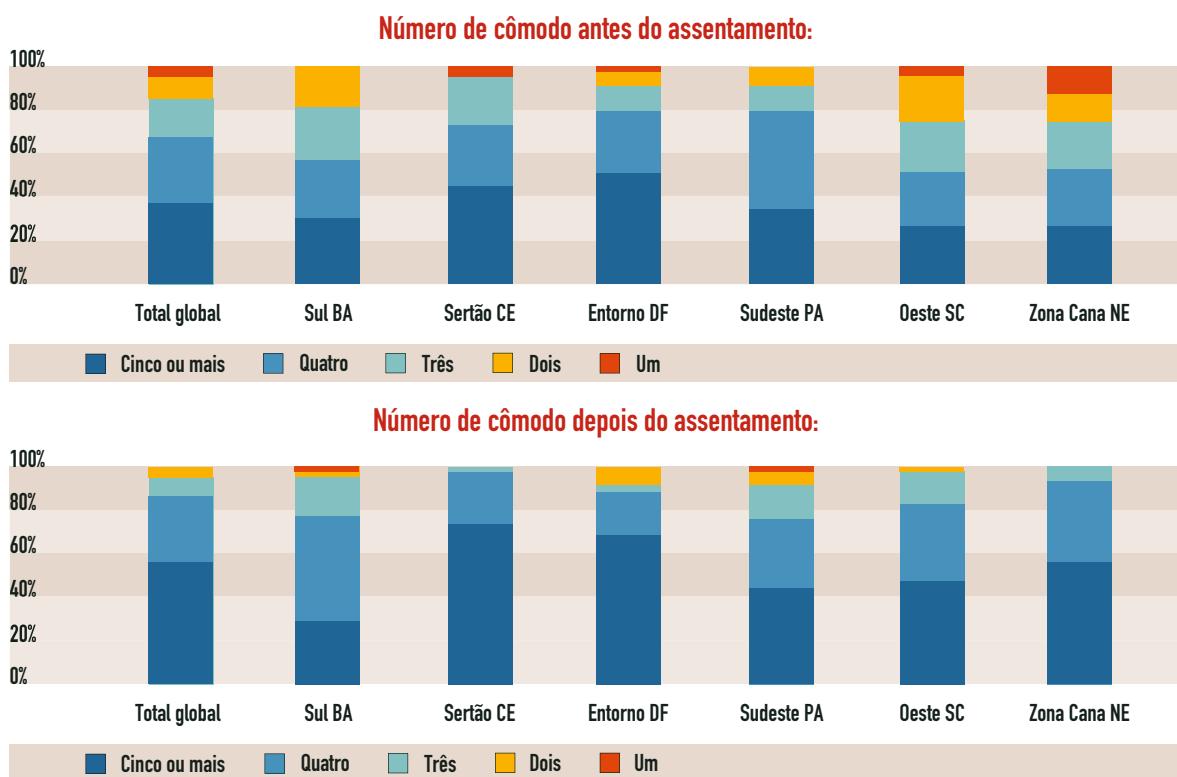
A percepção dos assentados sobre essa melhora também é confirmada quando nos voltarmos para os indicadores das condições de moradia. No total da amostra, 74 % das casas são construídos com tijolo ou bloco. Antes de serem assentados, esse índice era de 39 %, e aparecia como significativo o número de casas de barro ou taipa (28 %) ou madeira aproveitada (18 %) (Gráfico 7.17).

Os índices também se diferenciam regionalmente: chamam atenção os casos do Ceará (com 99 % das casas atuais de tijolo ou bloco, contra 45 % antes), da Zona Canavieira do Nordeste (95 % de tijolo ou bloco, hoje, contra 44 % antes) e do Oeste de Santa Catarina (65 % contra 5 %). Nesta última *mancha*, era grande (86 %) o número de casas construídas com madeira aproveitada (só ou com outros materiais), o que pode ser explicado tanto em função de costumes regionais, como pelo fato de grande parte dos assentados provir de acampamentos, onde a situação de moradia era precária. O Sudeste do Pará foi a região em que menos se observou alterações no padrão de habitação, em todos os tipos de casas. As razões para isso podem estar ligadas ao fato de que grande parte desses assentados já vivia nas áreas como posseiros e de que apenas 42 % deles receberam crédito-habitação.

As dimensões das casas também sofreram mudanças, com aumento do número de cômodos, que passou de 3,8 na situação anterior para 4,4 após o assentamento (Gráfico 7.18).

Vemos que, de uma forma geral, após a condição de assentados aumentou a porcentagem de famílias com casas de quatro cômodos ou mais e diminuiu o número de famílias com casas menores que dois cômodos. Seguindo a tendência já apontada, o Sudeste do Pará é a região que menos apresenta mudanças, também em termos de tamanho, confirmado a hipótese esboçada anteriormente.

Gráfico 7.18

 Comparação entre o número de cômodos das casas antes e depois do assentamento (por *mancha*, em %)*


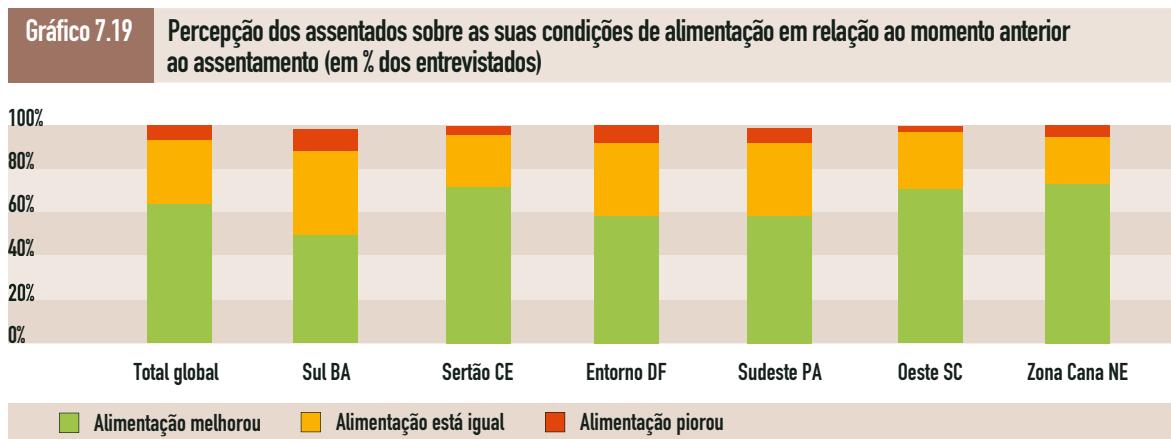
Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.9, Anexo 2.

(*) Foram contabilizados todos os cômodos, exceto banheiro (salas, quartos, cozinha, copa, despensa, etc).

A melhoria das condições da habitação possivelmente relaciona-se com o fato de que parcela importante dos assentados recebeu crédito habitação, o que permitiu a construção de casas ou a melhoria das já existentes, através de reformas e/ou ampliação. Além da melhora nas condições de vida, essas mudanças no padrão de habitação certamente se refletiram no comércio local (com a compra de materiais) e também no mercado de trabalho, com a criação de empregos ligados à construção civil (pedreiro, encanador, eletricista etc.).

Um outro dado que complementa a análise da renda e das condições de vida refere-se à avaliação pelos assentados das suas condições de alimentação em relação ao momento anterior ao assentamento (Gráfico 7.19). No total das *manchas*, dois terços dos entrevistados apontam melhorias, e menos de 10 % consideram que piorou. O acesso à terra e a possibilidade de plantio para consumo por si sós parecem levar a uma melhoria nas condições de alimentação de pessoas que, muitas vezes, viviam de trabalho temporário ou eventual, ou então, mesmo tendo acesso à terra, como “moradores” ou “parceiros”, em situação de instabilidade. Estes dados são coerentes com a análise de produção, que havia indicado a importância de produtos de duplo destino: alimentação e venda, e também com a avaliação da produção diversificada dos lotes.

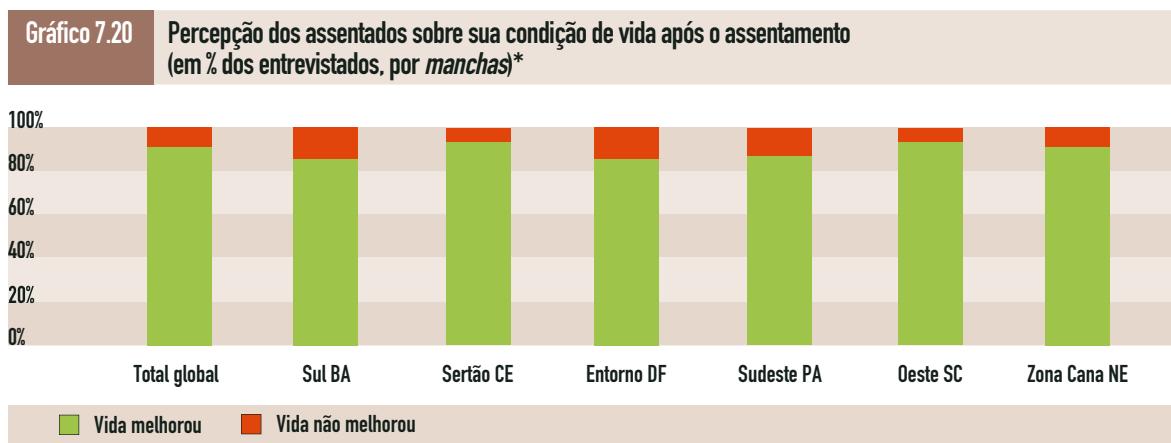
Também neste caso, e mais uma vez relativizando os níveis absolutos de renda, as *manchas* com menores rendimentos médios brutos familiares são aquelas que apresentam avaliações relativas mais positivas das condições de alimentação: a Zona Canavieira do Nordeste e o Sertão do Ceará. Em ambos os casos, cerca de três quartos dos entrevistados consideram que suas condições de alimentação melhoraram após o assentamento. Nos dois



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver Tabela A7.10, Anexo 2.

casos é grande a presença de ex-moradores nos assentamentos, que declararam que a condição de assentados lhes deu maior autonomia para produzir produtos de autoconsumo e para criar pequenos animais, repercutindo na melhor alimentação da família. Santa Catarina, com melhores rendimentos brutos médios, apresenta índices semelhantes às duas *manchas* citadas. Afirmações sobre piora das condições de alimentação só aparecem com índices relativamente importantes no Sul da Bahia (10%).

Quando pedimos aos assentados uma avaliação geral das suas condições de vida atuais comparativamente à sua situação antes do assentamento, 91 % dos entrevistados consideraram que suas vidas melhoraram depois da chegada ao assentamento. Mais uma vez chama atenção o fato de que as *manchas* do Sertão do Ceará e da Zona Canavieira do Nordeste (cujos rendimentos não alcançaram a linha de pobreza na análise anterior) estão entre as que apresentam os maiores índices de percepção de melhoria: 95 % e 92 %, respectivamente.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) A pergunta feita foi: "Sua vida melhorou depois do assentamento?".

Já vimos anteriormente que em todos os aspectos das condições de vida abordados as avaliações dos assentados são majoritariamente positivas: consideram que o poder de compra aumentou, que a alimentação e as condições de moradia melhoraram. Em capítulos anteriores as avaliações foram positivas em relação às condições de trabalho, à educação e à

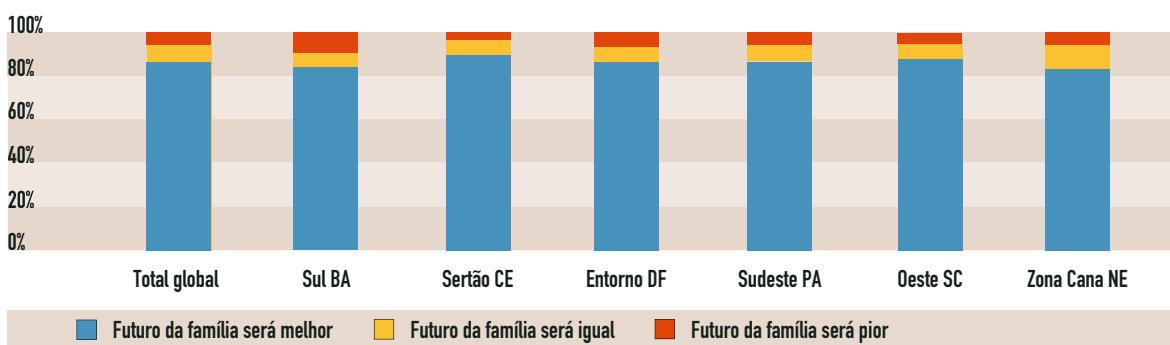
saúde, sendo esta última aquela que apresentou os menores índices de percepção de melhoria (ver *Tabelas A7.10 e A7.11*, no *Anexo 2*). Em vários desses casos, vimos que os dados levantados são condizentes com a avaliação subjetiva dos assentados¹³. No que se refere à segurança física e ao lazer, a percepção também é de melhoria, embora em algumas *manchas* pareça não ter havido mudanças significativas.

Vale lembrar que um aspecto de melhoria nas condições de vida e de trabalho levantado por diversos entrevistados refere-se à “libertação” em relação aos proprietários da terra, que aparece de forma significativa nas regiões onde imperavam as relações de “moradia” (Sertão do Ceará e Zona Canavieira), com expressões como “não ser mais escravo”, “ter acesso à terra sem prestar obediência”, “ter liberdade/ direito de plantar e criar o que quiser”.

No Sul da Bahia, as referências à precariedade da vida anterior também aparecem, tais como “ter onde morar”, “ter uma fonte de renda”, “não ficar mais desempregado”, “não ser mandado embora e ter que deixar tudo”, “deixar de sofrer nas mãos dos empregados das fazendas”.

Quando perguntamos aos assentados se eles consideram que os assentamentos trouxeram melhorias para a região, 97% deles julgam que sim (ver *Tabela A7.12*). Aqueles que consideram que não houve melhoria, atribuem isto à falta de créditos, de recursos ou de infra-estrutura (mais citados nos casos do Sudeste do Pará e do Entorno do DF), ou a problemas relativos à produção (pouca produção, assentamento novo). Na *mancha* da Zona Canavieira, alguns entrevistados afirmaram que os assentamentos não trouxeram melhorias porque fizeram baixar o preço dos alimentos, o que se do ponto de vista dos produtores é problema, do ponto de vista dos consumidores é uma contribuição (citada também pelos que consideram que trouxe benefícios para a região). Já as contribuições dos assentamentos para a região, segundo a visão dos próprios assentados, são principalmente o aumento e a diversificação da produção (citados por quase metade dos entrevistados, menos no Sertão do Ceará), a movimentação do comércio das cidades (citada por um terço dos entrevistados e por 88% dos assentados da *mancha* do Oeste Catarinense), o aumento nas oportunidades de trabalho (apontado por 22% dos entrevistados, 49% no Entorno do DF). Outros reflexos positivos, citados por um número menor de assentados (entre 2 e 5% do total de entrevistados, mas aparecendo com maior significado em algumas *manchas*), são as melhorias nas condições de vida (diminuição da fome e da pobreza, aumento da renda, melhoria das casas e da alimentação), o aumento nos financiamentos (mais citado no Pará), melhorias na infra-estrutura (escolas, estradas, eletrificação, postos de saúde), “povoamento” da zona rural,

Gráfico 7.21 Percepção dos assentados a respeito do futuro da família (em % dos entrevistados, por *manchas*)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários. Ver *Tabela A7.11, Anexo 2*.

melhoria no acesso à terra e diminuição nos conflitos. É interessante notar que esta percepção subjetiva dos assentados de uma forma geral se confirma nos dados levantados para cada um destes aspectos citados.

Por fim, quando indagados sobre as perspectivas para o futuro da família, 87 % dos entrevistados consideram que ele será melhor (*Gráfico 7.21*). A *mancha* com mais baixos índices (84 %) foi a Zona Canavieira do Nordeste. Esta avaliação indica que, apesar das dificuldades presentes, os assentados esperam melhorias e confiam no futuro. Este conjunto de elementos permite concluir que, apesar da precariedade das suas condições, o quadro é de muita esperança quando os assentados avaliam o futuro familiar. Como outros trabalhos indicam e os dados da presente pesquisa reiteram, o acesso à terra aparece como uma perspectiva de estabilidade a longo prazo.

- 1 O cálculo da renda gerada pela produção agrícola familiar é extremamente complexo, e invariavelmente é um dado impreciso, ainda mais quando o instrumental de análise privilegia a aplicação de um único questionário. Não só os dados de preços e rendimentos se tornam difíceis, visto que geralmente o assentado vende sua produção em diversos momentos do ano-safra, como também a própria quantidade vendida é costumeiramente imprecisa. Assim, considerando as complexidades para cálculo dos rendimentos do lote numa pesquisa como esta (com tempo curto, grande abrangência e onde a renda era apenas um dos elementos da análise, entre tantos outros) e para não tornar o questionário demasiado longo, optamos por levantar apenas os itens produzidos, a produção total e os produtos vendidos. Não foram levantados nem a quantidade vendida nem os preços efetivamente recebidos/época do ano em que foram vendidos, nem os custos de produção. Apenas no caso da comercialização de carne bovina no Pará trabalhamos com a produção efetivamente vendida. A implicação imediata desse procedimento é a hipótese, nem sempre verdadeira, de que toda produção é vendida, superestimando a quantidade de rendimentos. Também no caso dos preços utilizamos como referência fontes estatísticas secundárias, mesmo sabendo que nem sempre os assentados vendem seus produtos pelos preços médios, podendo o preço ser tanto acima quanto abaixo. Além disso, como não levamos em conta os custos de produção, os rendimentos em questão referem-se aos rendimentos brutos, que especialmente no caso de produção altamente tecnificada ou com uma grande utilização de insumos, podem ser superestimados. No entanto, acreditamos que esta superestimação seja atenuada pelo fato de deixarmos de contabilizar a renda de autoconsumo, ou seja, a estimativa monetária dos produtos que não foram declarados como vendidos (e que são consumidos no lote). Sobre a inclusão ou não da renda de autoconsumo, ver estudo de Garcia Jr. (1995). Para uma análise detalhada da renda das famílias assentadas, ver pesquisa realizada por Garcia Jr., Medeiros, Grynszpan e Leite (1999), no Rio de Janeiro, com uma amostra bastante menor e com levantamento de dados continuado ao longo do ano.
- 2 Também o fato de prevalecer, em diversos projetos estudados, um estado de precariedade no que tange à infra-estrutura existente prejudica o desempenho econômico das unidades de produção.
- 3 Os assentamentos cearenses e da Zona Canavieira também apresentam o terceiro e quarto índice de perdas, respectivamente, com relação ao número de informantes que declararam ter sua produção pecuária comprometida (56% e 46%).
- 4 Por exemplo, em Areia, no Brejo paraibano, 90% dos assentados receberam auxílio-alimentação, ao passo que na Zona da Mata paraibana esse índice é de 7% e na Zona da Mata pernambucana/alagoana, 23%. No caso do Ceará, há uma notável concentração desse auxílio em Canindé, onde 48% dos entrevistados o receberam.
- 5 O auxílio veio da Cooperunião. Segundo dados de entrevista, parece tratar-se da retirada regular de alimentos feita pelos cooperados, como parte de sua alimentação. Conforme comentamos anteriormente este assentamento é coletivizado, e os resultados da produção são divididas entre as famílias, seja no que se refere à renda da comercialização, seja nos produtos de autoconsumo.
- 6 Adotamos como referência o salário mínimo vigente em abril de 2000 (R\$151,00). Na realidade, os rendimentos declarados no questionário mesclaram valores praticados, a preços correntes, a partir da segunda metade do ano de 1999 (para os dados de comercialização dos produtos agropecuários) com valores obtidos a partir dos rendimentos percebidos nas atividades de trabalho externo e/ou outras rendas, também a preços correntes, de maio a agosto de 2000, quando foi realizada a enquete. Para definir os parâmetros das faixas preferimos trabalhar com o salário mínimo praticado em abril, sem reajustar os valores observados na comercialização da safra em 1999, pois poderiam estar superestimados devido ao critério metodológico adotado e anteriormente explicado. Tomando como base o IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas, a variação entre julho de 1999 e agosto de 2000 registrou 13,2%.
- 7 Aqui é preciso destacar o projeto Tracutinga, com 83% dos assentados localizados no último estrato (acima de 5 SM). Este é um projeto em que predominam atividades coletivas e valeria um estudo aprofundado sobre a experiência do mesmo.
- 8 Sobre as possibilidades metodológicas da fixação do valor desse parâmetro, ver Hoffmann (1998). Deve-se levar em conta que este é um limite dado externamente, que não leva em conta as especificidades regionais, visto que o “custo” de reprodução social das unidades familiares em algumas regiões pode ficar bem abaixo daquele observado para a média nacional. No entanto, essa perspectiva demandaria uma pesquisa adicional sobre orçamentos familiares, fugindo ao escopo do presente trabalho.

NOTAS

9 A título de exercício, fizemos uma estimativa por alto no número médio de bens comprados nos municípios das *manchas*, multiplicando a porcentagem de famílias entrevistadas que compraram o bem depois de assentadas, pelo número médio de famílias assentadas entre 1985 e 1997 nos municípios. No total das *manchas* estimamos que os assentamentos propiciaram a compra de algo em torno de 4 mil fogões, 2 mil geladeiras, 3 mil televisões, 2 mil antenas parabólicas, mil máquinas de lavar, 700 freezers. Na *mancha* do Ceará (aquele com menores rendimentos médios familiares, mas com alta densidade de famílias assentadas), os assentamentos propiciaram uma compra média por município da amostra de cerca de 270 fogões, 157 geladeiras, 320 televisões, 100 antenas parabólicas.

10 Possivelmente esse tipo de meio de transporte é utilizado para percorrer pequenas e médias distâncias e não supre a carência de outros meios.

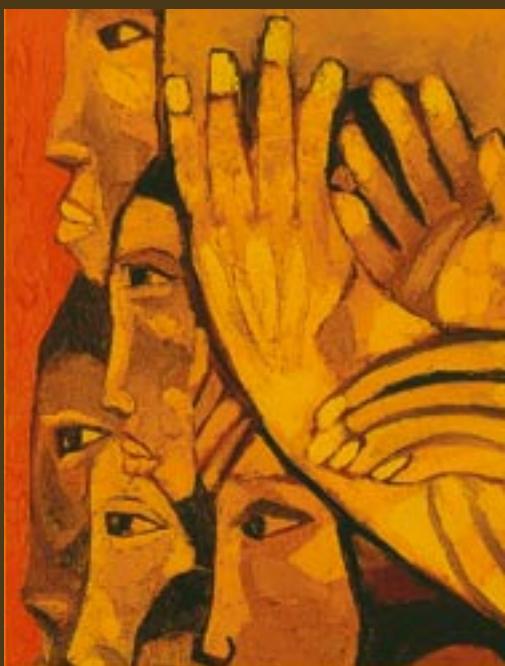
11 Em algumas regiões foi mencionada a posse de caminhão (Entorno do Distrito Federal, por 0,8% dos entrevistados, e Zona da Mata, por 0,5%). No Pará, houve uma menção a um barco de motor. Em Santa Catarina e na Zona Canavieira apareceram assentados que possuem ônibus, sendo um deles um ônibus comprado por um assentado do Projeto Nova Vida, em Alhandra, na Paraíba, para fazer feira.

12 No caso do Sul da Bahia, os localizados em Santa Luzia e Itacaré; no Entorno do Distrito Federal, os assentamentos Mãe das Conquistas, em Buritis, Virgínia, em Formosa, e Paraíso, em Unaí.

13 A única *mancha* que apresenta em geral índices um pouco mais altos de avaliação negativa é a do Sul da Bahia. Estes índices negativos referem-se a alguns projetos desta *mancha*, onde o conjunto dos dados indica que uma parcela das famílias enfrenta dificuldades. Os problemas na *mancha* baiana começam pela fertilidade dos solos e passam por uma série de outros fatores, e precisariam ser melhor investigados.

7

CONSIDERAÇÕES FINAIS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa preocupação central nesta pesquisa foi captar processos de mudança que estão sendo provocados pelos assentamentos rurais nas regiões em que estão inseridos. Essas mudanças se dão de forma mais ou menos intensa e em diferentes esferas. E são bastante variadas, em função dos contextos específicos em que os assentamentos se geraram, da densidade de projetos existentes, das trajetórias dos assentados, da diversidade regional das políticas públicas. Procuramos desenvolver uma análise voltada à mensuração e qualificação desses efeitos e mudanças (internas aos assentamentos ou externas a eles), fugindo da idéia de atribuir a esse processo uma valorização positiva ou negativa.

Os impactos dos assentamentos, como resultados de mudanças de curto, médio e longo prazos, fazem-se sentir ao mesmo tempo na vida dos assentados e dos assentamentos e para fora deles, atingindo diretamente os distritos, municípios e regiões onde os projetos se localizam, com efeitos diretos e indiretos sobre a sociedade mais ampla. Não é possível falar dos impactos “para fora” dissociados dos impactos “para dentro”. Assim, ao buscar analisar os efeitos dos assentamentos nas regiões em que se inserem, a pesquisa também teve como um de seus focos a análise da população assentada, sua origem, composição da família, trabalho, formas de sociabilidade, produção, acesso a tecnologia e crédito, rendimentos.

Um dos elementos importantes na análise da população assentada referiu-se à comparação da situação atual com sua situação anterior, tanto em termos objetivos (posse de bens, por exemplo), como subjetivos (solicitando aos informantes uma avaliação sobre sua atual condição de vida e de trabalho confrontada com a experiência pretérita). Assim, esse procedimento focalizou aquilo que denominamos “impacto interno” do assentamento, centrado nas capacidades que o ingresso na situação de assentado proporciona a essa camada de beneficiários, reforçando a idéia de acesso desenvolvida por Sen (2000), como um elemento fundamental ao desenvolvimento. A passagem para a condição de “assentado” dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz consequências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserida.

Buscamos também examinar e qualificar em que medida e sob quais circunstâncias a criação dos assentamentos e as atividades patrocinadas pelos assentados configuram capacidades inovadoras locais, introduzindo questões aparentemente “estranghas” ao contexto regional ou apropriando-se de antigos processos e relações sociais para formatá-los de acordo com as novas condições. Subseqüentemente, avaliamos as implicações dessas mudanças sobre a realidade municipal e regional.

A intensidade da luta por terra, a magnitude dos conflitos sociais que brotam em torno dela, a adoção pelos movimentos sociais de formas de luta que se revelaram eficazes (como as ocupações coletivas e públicas de terra) e sua concentração em determinadas regiões – em vários casos áreas onde os sistemas produtivos das grandes propriedades encontravam-se em crise – acabaram por forçar uma ação desapropriatória do Estado, que culminou na criação de vários assentamentos num mesmo município ou em municípios próximos. Este processo deu origem às *manchas* analisadas pela pesquisa, regiões de concentração de assentamento que, em alguns casos, se constituem quase que em verdadeiras “áreas reformadas”, contrapondo-se à lógica de desapropriações isoladas e, por si só, acabam por criar uma nova dinâmica na região em que se inserem. Uma das consequências da implantação dos assentamentos rurais em regiões com o perfil analisado acima é dada justamente pelo fato deles se colocarem como uma “opção possível” de acesso à terra para uma população historicamente excluída. É essa possibilidade que abre caminho para a multiplicação dos projetos de assentamento. Assim, a própria conformação das *manchas* já é, por si só, um aspecto relevante das transformações que os assentamentos têm provocado no espaço regional.

A criação dos assentamentos implicou alguma redistribuição fundiária e viabilizou o acesso à terra a uma população de trabalhadores rurais em geral já residentes na própria região, mas não alterou radicalmente o quadro de concentração fundiária no nível estadual ou mesmo no nível das *manchas*, motivo pelo qual não se pode considerar a política de assentamentos rurais como um profundo processo de reforma agrária¹. No entanto, no nível local (dos municípios e dos estratos de tamanho de estabelecimentos) as alterações na estrutura agrária são mais visíveis e chegam a ser bastante significativas. A experiência de luta pela terra, a existência do assentamento como espaço de referência para políticas públicas, a precariedade da infraestrutura, entre outros fatores, fazem com que os assentamentos tornem-se ponto de partida de demandas, levando à afirmação de novas identidades e interesses, ao surgimento de formas organizativas internas (e também mais amplas) e à busca de lugares onde se façam ouvir.

Em função do aumento populacional gerado por essa desconcentração, também têm se verificado, algumas vezes, processos de redesenho da zona rural, com modificações na paisagem, no padrão de distribuição da população, no traçado das estradas, no padrão produtivo, levando à formação de novos aglomerados populacionais e, às vezes, à autonomização de distritos e mesmo criação de novos municípios.

No entanto, embora um dos principais elementos para a delimitação das áreas a serem estudadas tenha sido o critério de adensamento, a participação dos assentamentos (seja em área ocupada seja em famílias assentadas) nos municípios e nas *manchas* é bastante variada. Este fator, aliado às diferentes dinâmicas regionais nas quais se inserem e à maior ou menor capacidade organizativa dos assentados, faz com que os impactos causados pela presença dos assentamentos sejam bastante diferenciados².

Nas *manchas* estudadas a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa de trabalho e oportunidade de acesso à terra. Num cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho.

A presença dos assentamentos (e das políticas públicas a eles associadas que, embora precariamente, viabilizam a implantação de alguma infra-estrutura) também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo etc.) e como dinamizador do comércio local nos municípios onde se inserem, fato que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados.

O deslocamento para o assentamento atinge não apenas famílias isoladas, mas grupos de parentes que se estabelecem seja em diferentes lotes dentro do assentamento, seja num único lote ou moradia. Além do número de empregos que geram, os projetos acabam servindo como amparo social a parentes, atuando também, em alguns casos, como mecanismo de consolidação ou mesmo reconstituição de laços familiares antes desfeitos ou ameaçados pela necessidade de deslocamento das pessoas para buscar alternativas de sobrevivência. Os assentamentos podem atuar, então, como mecanismos de recomposição das famílias, aproximando membros que anteriormente se encontravam dispersos, possivelmente em função das dificuldades acarretadas pela necessidade de se inserir no mercado de trabalho, contribuindo para garantir a reprodução não apenas econômica, mas também e fundamentalmente social desse grupo de trabalhadores. Por outro lado, podem gerar novas pressões sobre a terra, na medida em que a agregação de novos membros pode intensificar o uso da terra no lote e favorecer a saída para outros lotes ou mesmo para novas ocupações de terra.

São também geradores de novas formas de sociabilidade, mesmo naquelas situações em que os assentados são famílias que já viviam na área desapropriada. A criação do assentamento impõe novas formas organizativas, muitas vezes implica rearranjo espacial de famílias, provoca a convivência com pessoas pouco conhecidas ou mesmo desconhecidas, reativando laços de solidariedade, desfazendo outros, formando grupos diferenciados e, por vezes, produzindo conflitos.

Quanto ao à produção agropecuária, uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, significando uma espécie de “reconversão produtiva” em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar no seu contexto mais geral. Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais. A diversificação na pauta de produtos tem impactos também no nível dos próprios assentados, uma vez que a coexistência de uma produção de bens destinados à subsistência com produtos produzidos para o mercado constitui uma forma de resguardo das famílias produtoras em face dos problemas de comercialização e leis do mercado, além de significar uma melhoria qualitativa na alimentação.

Dessa forma, os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem: para além da relevância do número de novos produtores que entram como tal no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos (atividade bastante comum, mas dificilmente captada nas estatísticas), como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral.

A comercialização da produção dos assentados provocou, por um lado, a dinamização ou até mesmo a recriação de canais tradicionais, como é o caso das feiras na Zona Canavieira nordestina ou a presença dos “atravessadores” e, por outro lado, a experimentação de criação de pontos de venda próprios (feiras de produtores), formas cooperativas, experiências

relativamente bem-sucedidas de transformação do produto para venda, através da implantação de pequenas agroindústrias, constituição de marcas para comercializar a produção, busca de constituição de um mercado específico para os “produtos da reforma agrária” etc. Neste último caso, as inovações não apenas atestam a origem do produto comercializado, mas principalmente têm a função de transformar a comercialização num momento de afirmação social e política da identidade de assentados e de sucesso das experiências de redistribuição fundiária.

Cabe destacar que a condição de assentado possibilitou a essa população, pela primeira vez, o acesso ao crédito para produção, ainda que essa integração ao mercado financeiro esteja marcada por um conjunto significativo de dificuldades. O volume de crédito que circula em função dos assentamentos traz também impactos no comércio local e regional, bem como na dinamização de atividades como a construção civil.

Por efeito dos assentamentos, sobretudo pela sua capacidade produtiva e organizativa, os assentados em muitos lugares ganharam reconhecimento social e político pelos demais setores sociais, superando uma tensão inicial, muitas vezes marcada por uma visão de que os assentados eram “forasteiros” ou “arruaceiros” (em especial nas áreas onde os assentamentos foram resultado de ocupações de terra).

A existência dos assentamentos como unidades territoriais e administrativas, que são referência para políticas públicas, resulta numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal. Desse modo, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “ponto de chegada” de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer, desde a organização do lote e construção do local de moradia até toda a infra-estrutura coletiva e de serviços necessária à viabilização econômica e social das novas unidades de produção familiar criadas.

Nesse processo, uma série de mediações entre os assentados e o poder público nos seus diferentes níveis fiz-se necessária. Ao longo do processo de conflitos que estão na gênese da constituição da maior parte dos assentamentos investigados e na própria trajetória deles, em muitos locais organizações se consolidaram, disputando a representação política dos assentados; em outros, tiveram dificuldades de se consolidar. Com dinâmicas diferenciadas em cada uma das áreas por nós investigadas, mas sempre presentes, sindicatos, MST, outros movimentos de luta pela terra, associações vêm sendo peças-chaves na organização dos trabalhadores, expressão de interesses, mediação de demandas, condução de negociações e de confrontos.

A própria experiência política da luta pela terra (qualquer que tenha sido sua forma) acabou por produzir lideranças, formas de representação, um aprendizado sobre a importância das formas organizativas, sobre sua capacidade de produzir demandas. Assim sendo, a criação do assentamento, ao invés de ser um ponto final de um processo de luta que às vezes durou anos e anos, tornou-se um ponto de partida para novas demandas daqueles que tiveram acesso à terra e que procuram nela se viabilizar econômica e socialmente: escolas, atendimento à saúde, estradas, transporte, créditos, assistência técnica são apenas algumas das reivindicações que emergem e que obrigam os assentados a intensificar experiências a que, na sua situação de vida anterior, dificilmente teriam acesso. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política e que os levam a ter, em muitos municípios, peso no cotidiano da vida pública, impondo-se como interlocutores em diversas iniciativas.

O desdobramento mais evidente desse processo de ativação de demandas é o aparecimento de candidaturas a cargos públicos, indicando o interesse pela disputa política e

busca de lugares onde se façam ouvir, como também participação em conselhos etc. Dessa forma, os assentamentos podem ser vistos como espaços que intensificaram a participação dos trabalhadores do campo nos espaços públicos, passando a pesar, em algumas situações de forma decisiva, nas disputas políticas locais e regionais.

Com relação aos impactos nas condições de vida da população assentada, optamos nesta pesquisa por relativizar a variável renda. Embora a análise da renda dos assentados tenha sido até o presente momento constantemente chamada ao debate para provar o sucesso ou para indicar a pouca eficácia dessas iniciativas, escolhemos um caminho distinto.

Mesmo tendo chamado atenção para o potencial de geração de renda dos assentamentos, nossa preocupação foi ir mais além e tentar qualificar um pouco melhor as condições de vida dos assentados, sua possibilidade de acesso a serviços e bens, a forma como eles vivenciam essa nova situação e as oportunidades que elas oferecem. A pesquisa demonstrou, através das estimativas realizadas sobre a potencialidade de geração de renda nos assentamentos, que boa parte da população assentada supera o nível da linha de pobreza, embora apresentando grandes variações regionais, em termos de níveis de renda, produção, créditos, educação etc.

Essa estimativa é confirmada quando se considera tanto dados de consumo dos assentados como sua avaliação sobre as condições de vida, sobretudo no que se refere a moradia, saúde, educação, alimentação etc. No que diz respeito à escolaridade, em especial, pode-se levantar a hipótese que a nova geração de assentados tem um nível de escolaridade possivelmente superior àquele de famílias da mesma região, quando comparadas faixas etárias semelhantes.

Um outro aspecto, mais subjetivo, das condições de vida apontado pelos assentados foi o sentido da nova condição, em que o acesso à terra faz com que se sinta “liverto”, senhor de seus próprios passos e capacitado a controlar sua vida, deixando de ser “escravo”. Estas falas foram recorrentes quando contrastam seu passado e seu presente, em especial (embora não exclusivamente) nas áreas onde predominaram as monoculturas e as relações de poder que as marcam. Por mais que seja prenhe de dificuldade, e que a pobreza ainda seja generalizada, o acesso à terra provocou rupturas e uma sensação nítida de melhora em relação ao passado.

Assim, mesmo que o panorama nas diferentes *manchas* (e mesmo dentro das regiões, entre os projetos de assentamento) seja bastante diversificado – em função dos contextos específicos em que se geraram os assentamentos, das trajetórias diferenciadas dos próprios assentados, da diversidade regional das políticas públicas em geral e, em especial, das voltadas para o assentamento – pudemos constatar importantes mudanças trazidas pelos assentamentos no plano local/regional. Porém, ficou evidente a precariedade da sua situação no que diz respeito a serviços de saúde, escola, infra-estrutura, acesso à assistência técnica etc, indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidades em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro.

Mesmo assim, em praticamente todos os aspectos, quando comparam a situação atual no assentamento com a situação vivida anteriormente, há por parte dos assentados uma significativa percepção de melhoria. Ou seja, mesmo em casos onde em termos absolutos as condições de vida podem parecer precárias, quando comparadas à situação vivida anteriormente, ou ainda quando comparada à da população rural em geral na mesma região, os assentamentos representam uma melhoria significativa na vida desta população, que considera promissoras suas perspectivas de futuro.

NOTAS

- 1 Entre as regiões analisadas, Sudeste do Pará é a única que apresenta mudanças mais significativas.
- 2 Embora *a priori* seja possível afirmar que quanto maior a concentração de assentados maiores as modificações que eles trazem ao seu entorno, encontramos também casos em que um pequeno assentamento pode ganhar uma grande visibilidade e tornar-se uma referência simbólica importante.

ANEXO 1

METODOLOGIA



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

ANEXO 1

METODOLOGIA

Critérios para definição da amostra

Partimos da necessidade de uma amostra de assentados para aplicação de questionários que nos permitisse uma comparação estatística com os dados secundários municipais.

Pensamos inicialmente numa amostragem probabilística, que teria como vantagem a possibilidade de estimar os erros amostrais. No entanto, o desempenho da amostragem probabilística é fortemente condicionado pela existência prévia de um cadastro sem falhas, ou seja, que retrate de forma fidedigna a população em estudo. Os cadastros que serviram de base para a definição da amostragem foram as listagens do Incra (dez/1999), e vimos desde o início que apresentavam falhas (número de famílias assentadas não atualizado, municípios emancipados não registrados, projetos inexistentes). Tentamos uma aproximação às listagens do Censo de Assentamentos realizado em 1997 mas, também nesse caso, as diferenças entre os dados disponibilizados e a base real dos projetos eram significativas.

Diante da impossibilidade de validar previamente as informações existentes nas listagens e dada a extensão territorial que a pesquisa pretendia cobrir, optamos pela definição de uma fração fixa de 10 % das famílias a serem investigadas em cada município e pela escolha intencional dos municípios a serem cobertos. Essa opção nos permitiu fazer correções nas listagens apenas no caso dos municípios e projetos de assentamento incluídos na pesquisa, tendo tais correções sido processadas com base nas informações colhidas localmente pelas equipes que realizaram o trabalho de campo.

Para a seleção dos municípios que comporiam a amostra, optamos pela delimitação geográfica de *manchas* amostrais, inseridas nas grandes manchas inicialmente definidas, de modo a conformar um continuum territorial. Os critérios levados em conta na seleção dos municípios foram:

a) ter elevada concentração de assentamentos tanto em número de projetos, quanto em número de famílias assentadas e em área ocupada¹. Tal concentração foi verificada tanto em relação ao total da mancha (que, em alguns casos, abrangia mais de um estado), como em relação ao total do estado;

b) ter elevada porcentagem da população assentada em relação à população rural e à população total do município;

c) ser vizinho a outros municípios com alta concentração de assentamentos, de forma a estabelecer a delimitação de uma área contínua de municípios (geograficamente delimitada) que configurasse uma “*mancha*”;

d) por fim, pesaram adicionalmente na escolha desses municípios as informações qualitativas (inserção histórica, econômica, social, organizativa e política dos assentamentos daquele município na região) e também aspectos operacionais (dificuldade de acesso, disponibilidade de equipe).

Dadas as limitações de tempo e de recursos para o trabalho de campo, estipulamos que o número total de questionários na pesquisa não deveria ultrapassar o limite de 1.500 e que, em cada *mancha*, este número deveria oscilar entre 100 e 300 questionários, de forma que o número de questionários fosse relativamente equivalente entre as *manchas*. A definição de um número máximo de questionários em cada *mancha*, associada à definição da amostra como sendo de 10 % das famílias assentadas nos municípios, obrigou-nos a ir progressivamente recortando a amostra até chegarmos a um conjunto de municípios com um máximo de 3.000 famílias assentadas, entre 1985 e 1997.

Alguns municípios com densidade de famílias assentadas relativamente alta foram excluídos por serem geograficamente descontínuos em relação aos demais. Em algumas *manchas* (como Zona Canavieira Nordestina e Oeste Catarinense) optamos por selecionar áreas descontínuas, visando uma maior representatividade. A seguir, descrevemos o processo de seleção de cada *mancha*.

Definição da *Mancha Amostral PA* Sudeste do Pará (Conceição do Araguaia)

Identificamos inicialmente uma área de concentração de assentamentos que englobava a “grande região do Bico do Papagaio”, abrangendo a porção amazônica do Tocantins, o Extremo Sudeste do Maranhão e as porções Sul e Sudeste do Pará. Embora toda esta região apresente elementos comuns em termos do histórico de ocupação e dos determinantes dos conflitos pela posse da terra, dada a sua grande extensão territorial optamos, já num primeiro momento, por restringir a nossa *mancha* ao Sudeste do Pará (excluindo, assim, os estados de Tocantins e Maranhão). A concentração de assentamentos nessa *mancha* é extremamente grande, com em torno de 70 % dos projetos e da população assentada no Pará, e bastante superior a outros estados do país abrangidos na pesquisa, conforme pode ser visto na *Tabela A.1.1*, a seguir e no *Mapa 6.a*.

Tabela A.1.1 Estado do Pará – concentração dos assentamentos implantados entre 1985 e 1999, por mesorregião do IBGE

Mesorregião IBGE	Nº de projetos (1985-1999)	% sobre total estado	Famílias assentadas (1985-1999)	% sobre total estado	Área total dos PAs (em ha)	% sobre total estado
Baixo Amazonas	21	5,7%	5.665	5,7%	628.806,4	11,0%
Marajó	1	0,3%	46	0,0%	2.055,1	0,0%
Metropolitana de Belém	1	0,3%	232	0,2%	1.366,3	0,0%
Nordeste Paraense	36	9,8%	12.041	12,2%	633.481,5	11,1%
Sudeste Paraense	273	74,2%	66.997	67,9%	3.396.759,7	59,7%
Sudoeste Paraense	36	9,8%	13.634	13,8%	1.029.910,9	18,1%
Total global	368	100%	98.615	100%	5.692.379,7	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Mesorregiões do Censo Agropecuário, 1995-96.

No processo de seleção da amostra, identificamos no interior dessa grande mancha duas áreas principais com adensamento de assentamentos (e nas quais os assentamentos

tinham redes de informação, articulação e intercâmbio), situados em torno das cidades-pólo de Marabá e Conceição do Araguaia². As grandes distâncias e o elevado número de famílias assentadas fizeram com que restrinjíssemos nossa amostra a apenas uma dessas áreas, e optamos por Conceição do Araguaia³.

Assim, a nossa mancha amostral no Sudeste do Pará se restringiu aos municípios de Conceição do Araguaia e Floresta do Araguaia que, juntos, somam um total de 3.320 famílias assentadas entre 1985 e 1997⁴.

Definição da *Mancha Amostral DF Entorno do Distrito Federal*

As mesorregiões do Leste Goiano e do Noroeste de Minas (segundo a regionalização do IBGE) concentram 23% dos projetos e 30% das famílias assentadas de Goiás e em torno de 35% das famílias e dos projetos de Minas Gerais. A concentração de assentamentos nestas regiões em relação ao total de cada estado pode ser visualizada na *Tabela A.1.2* e nos *Mapas 4.a.* e *4.b.* Essa elevada concentração de assentamentos rurais, bem como os inúmeros conflitos fundiários existentes, levou à criação de uma Superintendência do Incra (a SR-28) voltada especificamente para o Entorno de Brasília.

Tabela A.1.2 Estados de Minas Gerais e Goiás – concentração dos assentamentos implantados entre 1985 e 1999, por mesorregiões homogêneas do IBGE

Estado	Mesorregião IBGE	Projetos de assentamentos		Famílias assentadas		Área total ocupadas por projetos	
		Nº	%	Nº	%	ha	%
Goiás	Centro Goiano	14	8%	656	5%	19.034,8	4%
	Leste Goiano	40	23%	3.740	30%	138.689,0	28%
	Noroeste Goiano	48	28%	2.642	21%	98.404,6	20%
	Norte Goiano	30	17%	3.455	27%	162.740,4	33%
	Sul Goiano	39	23%	2.070	16%	66.050,9	14%
	Total Goiás	172	100%	12.599	100%	486.635,6	100%
Minas Gerais	Central Mineira	1	1%	145	1%	5.348,9	1%
	Jequitinhonha	19	11%	702	6%	25.280,5	5%
	Metropolitana B. Horizonte	5	3%	123	1%	1.299,5	0%
	Noroeste de Minas	63	35%	4.164	36%	201.993,6	43%
	Norte de Minas	49	28%	4.330	38%	181.592,1	38%
	Sul/Sudoeste de Minas	1	1%	40	0%	885,8	0%
	Triâng. Mineiro/Alto Paranaíba	32	18%	1.456	13%	41.504,7	9%
	Vale do Mucuri	2	1%	180	2%	3.910,8	1%
	Vale do Rio Doce	6	3%	336	3%	10.318,2	2%
	Total Minas Gerais	178	100%	11.476	100%	472.134,0	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Mesorregiões do Censo Agropecuário, 1995-96.

Para a definição dos limites da grande mancha, descartamos de início as regionalizações do IBGE como melhor critério, por identificarmos que o elemento de unidade da mancha estava na referência ao Distrito Federal e por verificartermos a existência de diferentes unidades político-administrativas que agregam os municípios ali existentes tendo justamente esta referência: a Amab (Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília)⁵, a Ride (Região Integrada

de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno)⁶, a SR-28 do Incra (Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno)⁷ e a área de abrangência da Fetadfe (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno)⁸.

Depois de analisarmos essas quatro diferentes possibilidades, consideramos a área da Amab como a melhor referência para a delimitação da grande mancha do Entorno do Distrito Federal, por abranger a grande maioria dos municípios goianos no entorno (mesorregião homogênea do Leste Goiano – microrregião homogênea do Entorno do DF), bem como os principais municípios da mesorregião homogênea do Noroeste de Minas Gerais, onde se concentram os assentamentos rurais neste estado. Acrescentamos à grande mancha o município de João Pinheiro, em Minas Gerais (que não pertence à área da Amab), por sua importância histórica na luta pela terra nessa região.

A mancha amostral ficou composta por seis municípios que totalizam 2.409 famílias assentadas⁹. A área final da pesquisa aparece no *Mapa 4.c*¹⁰.

Definição da Mancha Amostral CE Sertão do Ceará

O estado do Ceará apresenta uma concentração de projetos de assentamento, tanto do governo federal (Incra) quanto do governo estadual, conforme podemos ver no *Mapa 3.a*. No caso desta grande *mancha*, consideramos que a divisão geográfica em unidades geoambientais – Sertão, Serra e Litoral¹¹ – era mais significativa do que outros critérios de regionalização (como por exemplo as mesorregiões do IBGE), tendo papel determinante no perfil dos assentamentos, por ter marcado o processo histórico de ocupação e desenvolvimento do estado e o tipo de explorações agrícola e pecuária existente.

Inicialmente a *mancha* amostral do Ceará deveria abranger municípios e assentamentos dessas três unidades geoambientais. No entanto, o grande número de famílias assentadas, as distâncias e os limites de tempo da pesquisa levaram-nos a circunscrever nossa amostra ao Sertão, por estar aí a maior concentração de assentamentos, representando 75,35% das famílias assentadas até 1997, 78,61% da área e 71,72% do número de projetos, conforme indicado na *Tabela A.1.3* a seguir e no *Mapa 3.b*¹².

Seguindo os critérios de definição da nossa amostra selecionamos quatro municípios (Quixeramobim, Canindé, Madalena e Santa Quitéria) que, somados, comportam uma população assentada de 2.999 famílias (ver *Tabela A.1.7*).

Definição da Mancha Amostral ZM Zona Canavieira do Nordeste

Uma outra área com concentração de projetos de assentamentos é a Zona da Mata do Nordeste. Levando em conta tanto a concentração de projetos de assentamento quanto as características econômicas, organizativas, sociais e culturais da região, o recorte da grande *mancha* englobou a área em que a ocupação e a organização do espaço agrário giram em torno da atividade canavieira, abrangendo as mesorregiões da Mata Paraibana e Mata Pernambucana, o Brejo Paraibano (uma região também canavieira)¹³ e alguns municípios ao norte da Zona da Mata de Alagoas (Leste Alagoano, segundo a classificação do IBGE), que consideramos ter vinculações históricas com a Mata Pernambucana (continuidade geográfica, presença das mesmas usinas, presença dos mesmos processos sociais e organizativos). Todas essas

Tabela A.1.3 Estado do Ceará – concentração dos assentamentos federais implantados, por unidade geoambiental (1985 – 1997)

Região	Projetos		Famílias		Área	
	Nº	%	Nº	%	ha	%
Sertão	142	71,72%	11.128	75,35%	376.492	78,61%
Litoral	45	22,73%	3.167	21,45%	87.787	18,33%
Serra	11	5,55%	473	3,20%	14.657	3,06%
Total	198	100%	14.768	100%	478.936	100%

Fonte: Listagem de assentamentos do Incra, Nead, 1999.

Tabela A.1.4 Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas – concentração dos assentamentos implantados entre 1985 e 1999, por mesorregião do IBGE

Estado	Mesorregião IBGE	Projetos de assentamentos		Famílias assentadas		Área total ocupadas por projetos	
		Nº	% estado	Nº	% estado	ha	% estado
PB	Agreste Paraibano (*1)	67	47,9%	3.259	36,7%	49.219,1	34,9%
	Borborema	8	5,7%	884	10,0%	40.432,9	28,6%
	Mata Paraibana	52	37,1%	4.055	45,7%	33.194,3	23,5%
	Sertão Paraibano	12	8,6%	642	7,2%	17.754,2	12,6%
	Total Paraíba	140	100%	8.875	100%	141.133,6	100%
PE	Agreste Pernambucano	40	23,7%	2.251	21,2%	31.660,5	23,1%
	Mata Pernambucana	60	35,5%	3.758	35,4%	37.801,2	27,6%
	Metrop. de Recife	15	8,9%	1.333	12,6%	10.621,2	7,7%
	S. Francisco de PE	39	23,1%	2.792	26,3%	42.954,8	31,3%
	Sertão Pernambucano	15	8,9%	483	4,5%	14.075,8	10,3%
	Total Pernambuco	169	100%	10.617	100%	137.113,5	100%
AL	Agreste Alagoano	8	18,6%	665	15,2%	6.463,3	21,0%
	Leste Alagoano (*2)	31	72,1%	3.612	82,6%	22.168,5	71,9%
	Sertão Alagoano	4	9,3%	97	2,2%	2.197,4	7,1%
	Total Alagoas	43	100%	4.374	100%	30.829,2	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Censo Agropecuário, 1995-96.

(*1) Dentro da mesorregião do Agreste paraibano, a microrregião do Brejo paraibano tem 1.457 famílias assentadas em 32 projetos, com um área de 17.929,2 há, o que representa 23% do número de projetos, 16,6% do total de famílias assentadas e 12,7% da área de assentamentos na Paraíba. Neste estado, somando a Zona da Mata com o Brejo, temos 63% das famílias assentadas no estado.

(*2) Somente o Município de Maragogi, localizado nesta mesorregião, concentra um total de 1.190 famílias assentadas em 14 projetos, ocupando uma área total de 8.485,9ha. Isso representa 27,2% da população assentada e 27,5% da área total de assentamentos nos estados de Alagoas (1985-1999).

mesorregiões têm peso significativo nos respectivos estados, como pode ser observado na *Tabela A.1.4* e nos *Mapas 7a., 7b. e 7c.*

Ficamos então com uma grande mancha que se estende desde o litoral norte de Alagoas até a mata norte da Paraíba, passando pela Zona da Mata de Pernambuco, incorporando a microrregião homogênea do Brejo paraibano (incluído na mesorregião homogênea do Agreste paraibano). Com a inclusão do Brejo, a *mancha* passou a se denominar Zona Canavieira nordestina (ver *Mapas 1* e *7.d.*)¹⁴.

Dado o elevado número de municípios na *grande mancha* e visando uma maior representatividade, os municípios da amostra não necessariamente apresentaram continuidade geográfica. Pesaram adicionalmente na seleção dos municípios alguns aspectos particulares como importância dos assentamentos no abastecimento local e regional, importância histórica nas lutas pela terra na região, aspectos organizativos dos assentamentos, presença de movimentos sociais etc. Foram selecionados 11 municípios (um no extremo norte de Alagoas,

cinco em Pernambuco e cinco na Paraíba) que, juntos, somam 3.849 famílias assentadas, conforme *Tabela A.1.7*.

Definição da *Mancha Amostral BA* Sul da Bahia (Região Cacaueira)

Analisando a distribuição espacial dos assentamentos no Brasil, identificamos o Sul da Bahia como uma das regiões de concentração de projetos de assentamento, 35% do total de PAs até 1999 e 20% da população assentada na Bahia. O peso do Sul da Bahia no total do estado pode ser verificado na *Tabela A.1.5* a seguir e também no *Mapa 2.a.*¹⁵.

Tabela A.1.5 Estado da Bahia – concentração dos assentamentos implantados entre 1985 e 1999, por meso e microrregiões homogêneas do IBGE						
Mesoregião homogênea do IBGE	Projetos até 1999		Famílias até 1999		Área ocupada até 1999	
	Total	% estado	Total	% estado	Área total ha	% estado
Centro Norte Baiano	36	14,1%	3.544	13,0%	95.298,3	10,7%
Centro Sul Baiano	39	15,3%	4.044	14,8%	94.911,9	10,6%
Extremo Oeste Baiano	15	5,9%	3.458	12,6%	170.180,4	19,1%
Metropolitana de Salvador	7	2,7%	515	1,9%	10.152,0	1,1%
Nordeste Baiano	35	13,7%	1.982	7,2%	68.292,0	7,7%
Vale São Franciscano BA	32	12,5%	8.392	30,7%	359.621,9	40,3%
Sul Baiano	90	35,3%	5.395	19,7%	93.155,7	10,4%
Total do estado da Bahia	255	100,0%	27.361	100,0%	892.153,2	100,0%

Fonte: Mesorregiões homogêneas do IBGE (Censo Agropecuário 1995-96) e Listagem do Incra – Assentamentos realizados entre 1985 e 1999.

Tomando a divisão do IBGE, dentro da mesorregião homogênea do Sul da Bahia, optamos por circunscrever nossa *mancha* à região cacaueira, por ser a que possui maior densidade de projetos e por considerarmos que ela apresenta especificidades históricas, sociais e econômicas (dadas pela presença do cacau) que a diferenciam significativamente tanto do Extremo Sul (microrregião homogênea de Porto Seguro) como do Baixo Sul (microrregião homogênea de Valença)¹⁶. Sendo assim, a delimitação da *mancha* obedeceu à regionalização do IBGE, tomando-se a microrregião homogênea de Ilhéus-Itabuna como referência (ver *Mapas 2.a.* e *2.b.*)¹⁷. O município de Belmonte não foi incluído na amostra por considerarmos que os projetos de assentamento lá existentes têm maior identidade (pela facilidade de comunicação) com o Extremo Sul da Bahia do que com o Sul. Chegamos assim a uma *mancha amostral* no Sul da Bahia composta por oito municípios, com um total de 734 famílias assentadas conforme pode-se ver na *Tabela A.1.7* e nos *Mapas 2.b* e *2.c*.

Definição da *Mancha Amostral SC* Oeste catarinense

Uma outra área de concentração de projetos identificada foi o Oeste de Santa Catarina¹⁸. Tomando por base a regionalização do IBGE¹⁹, a mesorregião do Oeste catarinense concentra 80% das famílias assentadas naquele estado entre 1985 e 1999, conforme *Tabela A.1.6* e *Mapa 5.a.*

Também essa região abrange oito das 11 sub-regiões em que o Incra divide aquele estado. Na delimitação da *grande mancha*, tomamos a mesorregião homogênea do IBGE e

Tabela A.1.6 Estado de Santa Catarina – concentração dos assentamentos implantados entre 1985 e 1999, por mesorregião do IBGE

Mesoregião homogênea do IBGE	Projetos		Famílias		Área ocupada	
	Total	% estado	Total	% estado	Área total ha	% estado
Norte Catarinense	18	17,6%	405,0	9,4%	8.304,7	11,7%
Oeste Catarinense	73	71,6%	3.460,0	80,3%	54.820,6	77,0%
Serrana	7	6,9%	319,0	7,4%	5.660,2	8,0%
Vale do Itajaí	4	3,9%	123,0	2,9%	2.388,0	3,4%
Total global	102	100,0%	4.307,0	100,0%	71.173,6	100,0%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Mesorregiões do Censo Agropecuário, 1995-96.

acrescentamos a ela o município de Timbó Grande, que pertence à mesma regional do Incra que os municípios do oeste vizinhos a ele.

Uma análise mais detida na distribuição espacial dos assentamentos na mancha do Oeste de Santa Catarina permitiu identificar uma descontinuidade geográfica, com a ocorrência de concentrações de projetos em três diferentes submanchas: a do município de Abelardo Luz, a do Extremo-oeste, e a do Nordeste/Centro-leste (ver *Mapa 5.a*). No processo de definição da amostra, optamos por focalizar nossa análise em apenas duas dessas *submanchas*²⁰. Abelardo Luz, por ser a região de maior concentração de projetos do estado (em número de projetos, famílias assentadas e área de assentamentos)²¹ e o Extremo-oeste, pela importância dos assentamentos aí localizados em relação aos demais, tanto em termos organizativos, como econômicos. No Extremo-oeste estão sediadas iniciativas econômicas de cooperativismo e agroindustrialização que envolvem todos os assentamentos do Oeste catarinense, e julgamos que isto seria um elemento interessante na análise dos impactos²². Para a seleção da amostra tomamos os municípios com maior adensamento de projetos dentro das duas *submanchas*, chegando a oito municípios que totalizam 1.802 famílias assentadas, conforme *Tabela A.1.7*.

Seleção das famílias a serem entrevistadas

Depois de definidos os municípios da amostra, os pesquisadores foram orientados a proceder a uma distribuição proporcional entre projetos de assentamento no interior de cada município, de modo a abranger 10% das famílias de cada um deles. Nos municípios onde o número de projetos de assentamento era muito elevado, optamos por concentrar a amostragem nos projetos com maior densidade populacional²³. Tomamos assim os maiores projetos de assentamento em cada município, de forma que a soma das famílias assentadas nos projetos da amostra representasse no mínimo 60% do total de famílias assentadas no município. Com base em informações qualitativas, buscamos garantir que os projetos selecionados fossem representativos da heterogeneidade existente. A amostra final terminou por englobar um total de 92 assentamentos.

Uma vez selecionados os projetos de assentamento a serem objeto da aplicação dos questionários, a amostra foi distribuída proporcionalmente ao número de famílias de cada projeto selecionado, com um número mínimo de cinco questionários por projeto. A seleção das famílias a serem investigadas foi feita com base na sua distribuição geográfica. Os pesquisadores foram orientados a tomar de modo aleatório diferentes estradas (principais e secundárias) no interior dos assentamentos, sorteando os lotes ao longo do caminho, num intervalo de oito ou

nove casas em cada estrada. No caso de haver agrovila, a orientação foi de que o sorteio deveria ser feito dentro da agrovila proporcionalmente às famílias que ali morassem, buscando abranger também as famílias com casas nos lotes. É importante ressaltar que, embora nem sempre tenha sido possível seguir essa orientação, buscou-se garantir uma distribuição espacial da amostra por julgarmos ser este um fator importante de diferenciação entre os lotes.

As informações totais sobre a amostra final (já excluídos os questionários inválidos) estão na *Tabela A.1.7*. Pode-se verificar que em nenhuma *mancha* a fração amostral é inferior aos 10% estabelecidos. Em 14 dos 39 municípios pesquisados, a fração amostral é inferior a 10%, sendo que em nove desses casos ela é próxima a 10% (variação entre 9,45% e 9,99%). Nos cinco restantes, está em torno de 9% (variação entre 8,7% a 9,5%).

No interior de cada *mancha amostral* foram indicados também dois ou três outros municípios, denominados *municípios estratégicos* que foram objeto de aplicação do instrumental qualitativo da pesquisa (ver item sobre instrumentos da pesquisa). Na realidade todos os municípios onde foram aplicados questionários também mereceram, invariavelmente, a realização de duas entrevistas qualitativas: uma com um representante do poder executivo local (prefeito ou secretário de agricultura) e outra com representantes locais de entidades vinculadas aos assentados (associações, sindicatos de trabalhadores rurais, movimentos de luta pela terra, organizações não governamentais com atuação nos assentamentos etc.).

Instrumentos empregados no levantamento dos dados

Foram inicialmente definidos três eixos temáticos principais que orientariam o levantamento de dados e a observação dos impactos: a) organização produtiva, beneficiamento, comercialização, consumo e mercado de trabalho; b) integração social; c) organização do território, poder local, participação política e políticas públicas²⁴. A partir da definição dos eixos temáticos e de possíveis indicadores de impacto, foram estabelecidos elementos a serem observados, dados a serem coletados e possíveis fontes de informação que, por sua vez, orientaram a construção do instrumental da pesquisa. Os instrumentos utilizados, que serão detalhados a seguir, foram: **questionários** (entrevistas com os assentados); roteiro para o **perfil dos assentamentos** (entrevista com informantes qualificados no assentamento); **roteiros** (entrevistas com informantes qualificados no nível municipal). Além disso foi definido um roteiro de **informações secundárias** a serem levantadas. A seguir detalhamos estes instrumentos:

1) Perfil do assentamento: roteiro de questões para levantamento de informações sobre os projetos selecionados, junto a informantes qualificados, que possibilitassem uma caracterização geral dos assentamentos²⁵. Esse instrumento permitiu diminuir a quantidade de informações demandadas nos questionários individuais, agilizando sua aplicação. Foi também constatado que muitas das informações contidas no perfil (número de escolas, alunos, existência de tratamento de água etc.) eram mais confiáveis quando obtidas com pessoas que possuíam conhecimento acumulado sobre o projeto de assentamento. Esse instrumento foi aplicado a técnicos, presidentes de associações de assentados, lideranças dos assentamentos, representantes de órgãos públicos, de movimentos, sindicatos etc. Buscamos, sempre que possível, aplicar dois perfis em cada assentamento: a um técnico e a uma liderança de assentados, elaborando posteriormente uma síntese dos dois perfis. Para a aplicação do perfil do assentamento foi elaborado um manual de aplicação, com instruções específicas.

2) Questionário: Cada questionário foi aplicado ao/à responsável pelo lote²⁶ e refere-se à unidade familiar de produção sob gerência deste responsável (independentemente do número de lotes que ela ocupe). O questionário foi organizado em quatro grandes blocos: I) Caracterização das pessoas que vivem no lote; II) Trabalho e produção; III) Condições de vida; IV) Integração do assentamento ao município e sociabilidade do assentado²⁷. As informações referentes à produção agrícola desenvolvida no lote tiveram como referência a safra de 1998/1999; para beneficiamento, criação animal e produção extrativista, a referência foi o ano fiscal de 1999; os rendimentos de trabalho externo ao lote e aposentadorias foram levantados com base nos valores de 2000. Dada a pequena variação inflacionária no período, os valores monetários foram mantidos em valores correntes. Numa série de itens (trabalho, crédito, condições de vida, sociabilidade, participação) buscamos comparar a situação atual com a situação anterior ao assentamento. Foi preparado um manual de orientação para a aplicação. O questionário aplicado em campo tinha grande parte das questões abertas que, num momento posterior, foram transferidas pelos entrevistadores para questionário-espelho, contendo as mesmas questões com as respostas fechadas e codificadas, com o objetivo de facilitar o trabalho de digitação e de tabulação dos dados. Os pesos e medidas foram padronizados, seguindo sempre que possível o padrão de medidas utilizado pelo IBGE. Na fase de digitação e tabulação, o questionário aberto foi consultado sempre que havia dúvidas sobre os dados.

3) Questionário coletivo (aplicado aos grupos coletivos): Para o caso de famílias que faziam parte de grupos coletivos de trabalho e/ou produção, além do questionário individual foi aplicado um outro questionário, que tinha por objetivo permitir uma estimativa da participação proporcional das famílias entrevistadas no total da produção coletiva. A orientação dada foi a de que, toda vez que se entrevistasse uma família que tivesse parte da sua produção coletiva, apenas a produção individual deveria ser registrada no questionário individual. As informações sobre as atividades realizadas coletivamente seriam obtidas a partir dos questionários aplicados aos coordenadores desses grupos coletivos. Os questionários coletivos foram ligados aos dos indivíduos que tinham membros participando do grupo²⁸. O tratamento dado a estes questionários será detalhado no próximo item.

4) Roteiros para entrevistas qualitativas: Os roteiros foram elaborados com o objetivo de auxiliar os pesquisadores regionais no levantamento de informações qualitativas a respeito do impacto dos assentamentos nos municípios estudados, através de entrevistas qualitativas, semi-abertas, com os diversos atores que pesam no cenário municipal/regional. Os roteiros serviram também para dar uma homogeneidade mínima ao tipo de informações levantadas nas diversas regiões (e por pesquisadores de distintos perfis), procurando dar conta das diferentes questões que envolvem os impactos dos assentamentos (econômico, político, social etc.). Em todos os municípios da amostra foram feitas entrevistas com pelo menos um representante do poder executivo local (prefeito, secretário de agricultura, vereadores) e com um mediador local (liderança de assentado, representante de movimento social e/ou sindicato). Em alguns municípios considerados estratégicos foram feitas entrevistas adicionais, com representantes de outras instituições, a saber: poderes públicos (executivo, legislativo e judiciário); lideranças de organizações existentes no município (sindicatos, movimentos, associações, partidos políticos, Igrejas, conselhos, organizações não governamentais); instituições relacionadas com produção e comercialização (Emater, Lumiar, Incra, ONGs,

bancos, cooperativas, feiras, Ceasa, entrepostos, agroindústrias processadoras etc.); firmas e organizações voltadas ao consumo (associações comerciais, lojas, supermercados etc.); entidades ligadas ao trabalho e ao meio ambiente.

5) Informações secundárias: Finalmente, para que algumas relações pensadas para mensuração dos impactos fossem plausíveis, bem como alguns indicadores pudessem ser construídos, foram levantados dados em órgãos públicos (municipais, estaduais e federais) e institutos de pesquisa (como IBGE) que apresentassem informações secundárias complementares sobre a caracterização do município/microrregião e informações sobre o assentamento ou a produção aí realizada²⁹.

Tratamento das informações coletadas

O trabalho de campo da pesquisa foi realizado entre maio e agosto de 2000³⁰. Para o armazenamento dos dados foram criadas três bases de dados em Excel, para os questionários-espelho, os questionários coletivos e para o perfil. No caso deste último, foram tabuladas apenas as informações quantificáveis³¹. Destacamos a seguir alguns procedimentos no tratamento das informações:

a) aferição dos dados: como foram localizados poucos erros de digitação, optamos por um trabalho mais direcionado (uma aferição “inteligente”), através da localização de dados discrepantes/incoerentes, que eram conferidos tanto com o questionário-espelho (com as questões fechadas) quanto com o questionário original (com as questões abertas)³²;

b) discussão e fechamento das questões abertas e das respostas classificadas como “outros”: a maioria das questões foi fechada antes da digitação (através do “questionário-espelho”), o que permitiu sua agilização. As respostas enquadradas em “outros” foram digitadas integralmente e, no momento posterior à digitação, foi realizado um trabalho de análise dessas respostas com reclassificação/agrupamento daquelas que apareceram de forma mais expressiva. Também com base na análise da digitação, foi feito o fechamento a posteriori das questões abertas;

c) foram aplicados cerca de 40 **questionários coletivos** para coletar informações complementares sobre famílias vinculadas a grupos coletivos de produção. Estes questionários coletivos foram vinculados a 227 questionários individuais, sendo 172 famílias no Ceará, 32 no Sul da Bahia, 16 no Oeste catarinense e sete na Zona da Mata nordestina. Os questionários coletivos foram objeto de uma análise específica, da preparação de um programa também próprio e de uma digitação em separado. Num momento posterior, os dados dos grupos coletivos (especialmente os referentes a produção vegetal, criação animal, extrativismo, beneficiamento e comercialização, crédito) foram incorporados aos dados individuais das famílias a eles ligadas³³. Os questionários coletivos foram tabulados separadamente e depois seus dados foram divididos pelo total de participantes do grupo coletivo e o valor correspondente foi acrescentado aos questionários individuais.

Confecção das tabelas: cálculos das porcentagens e estimativas

Finalmente, é preciso mencionar alguns procedimentos gerais adotados na operacionalização da base de dados para o cálculo efetivo dos indicadores e relações apresentados acima. A maioria das análises quantitativas realizadas foi feita a partir de uma tabulação da própria

amostragem, ou seja, resultaram de cálculos internos de freqüência em números absolutos e porcentagens dentro da amostra levantada (número total e relativo de famílias entrevistadas). Por exemplo: porcentagem de famílias com filhos, porcentagem que trabalha fora ou somente no lote, pauta de produtos vendidos, porcentagem que vende, e assim por diante.

No entanto, quando havia interesse numa comparação com dados secundários, a fração amostral (em torno de 10 % das famílias assentadas no município) foi utilizada como base para estimativas dos valores totais referentes a todas as famílias assentadas no município. Esse procedimento foi utilizado, por exemplo, para estimar a população total assentada (para análise dos impactos demográficos), a produção total gerada (produção vegetal, criação animal, extrativismo, beneficiamento e produção comercializada) e o total da mão-de-obra empregada e/ou disponibilizada (total de pessoas que trabalham dentro e fora do assentamento). As estimativas foram feitas sempre no nível municipal, já que nossa fração amostral tomava como base o número total de famílias assentadas (entre 1985 e 1997) nos municípios pesquisados. Nesses casos, a comparação com dados secundários foi feita também sempre em bases municipais, por exemplo: estimativa da produção total dos assentamentos versus produção total no município de acordo com o Censo Agropecuário ou a Pesquisa Agrícola Municipal. Também é importante esclarecer que para o cálculo da estimativa utilizamos sempre a fração amostral exata em cada município. Assim, se no município de Canindé existiam 1.301 famílias assentadas entre 1985 e 1997, e obtivemos 123 questionários válidos tabulados, chegamos a uma fração amostral de 9,45 % das famílias assentadas, que foi tomada como base para a estimativa dos totais para todas as famílias assentadas nesse período, no município³⁴.

Tabela A.1.7 Amostra final: municípios pesquisados, número de projetos, área e famílias assentadas entre 1985 e 1997, número de famílias entrevistadas e porcentagem amostral (totais por município e por <i>mancha</i>)							
Manchas amostrais	Municípios da amostra	Total projetos 1985/1997(*1)	Total famílias assentadas	Área ocupada por PAs (ha)	Projetos pesquisados(*2)	Famílias entrevistadas	Total amostral entrevistadas
Mancha BA Sul da Bahia (Cacaueira)	Arataca	1	78	756	1	7	9,0%
	Buerarema	1	30	366	1	5	16,7%
	Camacan	1	100	817,9	1	10	10,0%
	Canavieiras	2	110	1.878,10	2	14	12,7%
	Ilhéus	2	70	1.341,90	2	10	14,3%
	Itacaré	2	80	1.652,60	1	8	10,0%
	Santa Luzia	3	148	2.846,00	3	17	11,5%
	Una	3	118	3.261,00	3	16	13,6%
Total Sul BA	8 Municípios	15	734	12.919,50	14	87	11,9%
Mancha CE Sertão do Ceará	Canindé	21	1.301	46.544,50	4	123	9,5%
	Madalena	1	490	22.992,50	1	53	10,8%
	Quixeramobim	5	494	17.011,40	2	54	10,9%
	Santa Quitéria	11	714	23.853,40	3	76	10,6%
Total Sertão CE	4 Municípios	38	2.999	110.401,70	10	306	10,2%
Mancha DF Entorno de Brasília	Buritiz-MG	3	147	11.376,80	2	16	10,9%
	Cristalina-GO	1	182	24.093,80	1	18	9,9%
	Formosa-GO	4	625	10.111,70	3	58	9,3%
	João Pinheiro-MG	2	398	24.912,20	1	40	10,0%
	Paracatu-MG	5	310	13.800,80	3	33	10,7%
	Unaí-MG	9	747	30.507,80	4	72	9,6%
Total Entorno DF	6 Municípios	24	2.409	114.803,20	14	237	9,8%
Sudeste PA (Conceição)	Conceição do Araguaia	23	2.689	193.946,70	8	298	11,1%
	Floresta do Araguaia	4	631	46.982,50	2	68	10,8%
Total Sudeste PA	2 Municípios	27	3.320	240.929,30	10	366	11,0%
Mancha SC Oeste Catarinense	Abelardo Luz	15	1.130	16.485,90	7	108	9,6%
	Anchieta	2	31	497,1	2	10	32,3%
	D. Cerqueira	1	70	1.198,30	1	6	8,6%
	Palma Sola	2	31	334	1	5	16,1%
	Paraíso	1	73	1.028,30	1	7	9,6%
	Passos Maia	8	241	4.537,10	4	29	12,0%
	S. José do Cedro	2	123	1.755,80	1	11	9,0%
	S. Miguel d'Oeste	4	103	1.456,50	2	9	9,0%
Total Oeste SC	8 Municípios	35	1.802	27.292,90	19	185	10,3%
Mancha ZN Zona Canavieira Nordestina	Abreu e Lima-PE	1	67	3.701,20	1	7	10,5%
	Água Preta-PE	5	592	1.834,40	2	57	9,6%
	Areia-PB	4	209	4.448,50	3	21	10,1%
	Cruz do Esp. Santo-PB	6	619	3.309,90	4	63	10,2%
	Goiana-PE	1	185	2.843,00	1	20	10,8%
	Igarassu-PE	1	184	2.498,30	1	19	10,3%
	Maragogi-AL	6	601	956,1	3	60	10,0%
	Pedras de Fogo-PB	7	543	5.801,20	3	54	9,9%
	Pitimbu-PB	5	396	1.509,50	3	40	10,1%
	Rio Formoso-PE	2	141	1.459,80	2	15	10,6%
	Sapé-PB	4	312	1.527,00	2	31	10,0%
Total ZN	11 Municípios	42	3.849	29.888,70	25	387	10,0%
Total global	39 Municípios	181	15.113	536.235,30	92	1.568	10,4%

Fonte: Relatórios da pesquisa.

(*1) Todos os assentamentos no município criados entre 1985 e 1997.

(*2) Apenas os projetos de assentamento nos quais foram aplicados questionários.

Tabela A.1.8 Listagem completa dos projetos de assentamento do governo federal criados entre 1985 e 1997 nos municípios da *mancha amostral*, com dados sobre ano de criação, área, total de famílias e número de questionários aplicados por PA

Município	UF	Projeto	Ano de criação do PA	Área do PA (em hectares)	Total de famílias	Questionários aplicados*
Arataca	BA	PA Terra Vista	1995	756,03	78	7
Buerarema	BA	PA Buique	1997	366,02	30	5
Camacan	BA	PA Nova Ypiranga	1997	817,90	100	10
Canavieiras	BA	PA Puxim/Sarampo	1986	1.514,00	78	9
Canavieiras	BA	PA São Jose	1996	364,11	32	5
Ilhéus	BA	PA Cosme Muniz	1997	423,99	40	5
Ilhéus	BA	PA Fabio Henrique Cerqueira	1996	269,86	30	5
Itacaré	BA	PA Marambaia	1986	809,00	32	8
Itacaré	BA	PA Pancada Grande	1997	843,63	48	
Santa Luzia	BA	PA Pinga Pinga	1997	498,00	40	5
Santa Luzia	BA	PA Campinhos	1997	500,00	40	5
Santa Luzia	BA	PA Fazenda Poção	1987	1.848,00	68	7
Una	BA	PA Fazenda Cajueiro	1987	1.874,00	55	6
Una	BA	PA Fazenda Fortaleza	1987	1.101,00	48	5
Una	BA	PA Guanabara	1987	286,00	15	5
TOTAL SUL BAHIA		15 Projetos		12.271,54	734	87
Madalena	CE	PA São Joaquim	1989	22.992,50	490	53
Quixeramobim	CE	PA Conq. Liberd./Maraqueta	1997	2.465,00	60	
Quixeramobim	CE	PA Muxure Velho/São João	1987	1.366,70	43	
Quixeramobim	CE	PA Recreio	1995	2.646,23	88	
Quixeramobim	CE	PA Renascer Canudos/Quinin	1997	8.132,01	218	42
Quixeramobim	CE	PA Tanquinho	1996	2.401,42	85	12
Santa Quitéria	CE	PA Alegre/Tatajuba	1996	2.900,00	70	
Santa Quitéria	CE	PA Batoque	1996	2.285,08	65	
Santa Quitéria	CE	PA Carnaubinha/Galante	1995	2.219,63	88	
Santa Quitéria	CE	PA Groairas	1992	3.561,40	107	31
Santa Quitéria	CE	PA Grossos/Santana	1996	1.857,30	45	
Santa Quitéria	CE	PA Morrinhos	1995	1.520,00	60	
Santa Quitéria	CE	PA Nova Brasília	1996	1.299,60	40	
Santa Quitéria	CE	PA Raposa/Várzea da Cruz	1991	2.352,76	70	24
Santa Quitéria	CE	PA Riacho Novo	1996	1.457,93	35	
Santa Quitéria	CE	PA Saco dos Bois	1995	2.442,33	60	
Santa Quitéria	CE	PA Uba	1988	1.957,32	74	21
Canindé	CE	PA Alegres	1995	904,81	23	
Canindé	CE	PA Armadores	1995	704,97	28	
Canindé	CE	PA Baixa da Areia	1996	1.418,63	26	
Canindé	CE	PA Cacimba Dentro/3 Irmãos	1987	2.042,07	56	
Canindé	CE	PA Carnaubal	1997	2.989,70	60	
Canindé	CE	PA Entre Rios	1997	2.804,20	60	
Canindé	CE	PA Fazenda Suíça	1988	1.396,12	50	
Canindé	CE	PA Grossos	1986	822,64	20	
Canindé	CE	PA Guarani/Bom Lugar	1995	3.586,82	143	
Canindé	CE	PA Ipiranga	1996	1.001,00	26	
Canindé	CE	PA Ipueira da Vaca	1987	6.094,22	120	26



Tabela A.1.8		Listagem completa dos projetos de assentamento do governo federal criados entre 1985 e 1997 nos municípios da <i>mancha amostral</i> , com dados sobre ano de criação, área, total de famílias e número de questionários aplicados por PA				
Município	UF	Projeto	Ano de criação do PA	Área do PA (em hectares)	Total de famílias	Questionários aplicados*
Canindé	CE	PA Jacurutu	1995	5.400,50	148	34
Canindé	CE	PA Lagoa Verde	1987	854,03	21	
Canindé	CE	PA Nojosa	1995	1.360,52	54	
Canindé	CE	PA Poço/Riacho das Flores	1996	502,43	20	
Canindé	CE	PA Rocilandia	1997	1.744,52	40	
Canindé	CE	PA Santa Helena	1995	1.899,23	60	
Canindé	CE	PA Tiracanga/Logradouro	1989	3.755,25	119	
Canindé	CE	PA Todos os Santos	1995	3.372,15	112	35
Canindé	CE	PA Transval/Pau de Leite	1996	2.977,24	92	28
Canindé	CE	PA Vazante do Curu	1996	913,40	23	
TOTAL SERTÃO CEARÁ		38 Projetos		110.401,66	2.999	306
Cristalina	GO	PA Três Barras	1989	11.376,80	182	18
Formosa	GO	PA Nova Piratininga	1995	2.133,86	92	
Formosa	GO	PA Vale da Esperança	1996	8.820,90	234	28
Formosa	GO	PA Santa Cruz	1989	2.685,73	90	9
Formosa	GO	PA Virgilândia	1996	10.453,35	209	21
Burití	MG	PA Mãe das Conquistas	1997	4.681,88	67	8
Burití	MG	PA Nova Itália	1997	939,85	15	
Burití	MG	PA Vida Nova	1996	4.490,00	65	8
João Pinheiro	MG	PA Floresta	1996	6.251,06	78	
João Pinheiro	MG	PA Fruta d'Anta	1986	18.661,18	320	40
Paracatu	MG	PA Aracaju	1997	533,00	15	
Paracatu	MG	PA Herbert de Souza	1997	3.434,00	87	11
Paracatu	MG	PA Nova Lagoa Rica	1996	5.209,96	111	14
Paracatu	MG	PA Quinze de Novembro	1997	3.744,00	73	8
Paracatu	MG	PA Tiro e Queda	1997	879,80	24	
Unaí	MG	PA Bálsmo	1987	3.281,26	64	
Unaí	MG	PA Boa União	1996	4.667,00	100	14
Unaí	MG	PA Campo Verde	1997	2.330,31	41	
Unaí	MG	PA Nova Califórnia	1997	2.080,00	49	
Unaí	MG	PA Palmeirinha	1986	6.146,19	182	26
Unaí	MG	PA Paraíso	1997	3.915,05	85	13
Unaí	MG	PA Renascer	1996	1.515,00	45	
Unaí	MG	PA Santa Clara/Furadinho	1995	1.293,00	46	
Unaí	MG	PA São Pedro Cipó	1992	5.279,97	135	19
TOTAL ENTORNO DF		24 Projetos		114.803,15	2.369	237
Conceição Araguaia	PA	PA Apertar da Hora	1994	4.356,00	77	
Conceição Araguaia	PA	PA Arraias	1991	4.006,00	70	
Conceição Araguaia	PA	PA Canarana	1996	12.851,29	284	47
Conceição Araguaia	PA	PA Centro da Mata	1992	4.356,00	97	
Conceição Araguaia	PA	PA Curral de Pedras	1996	8.223,24	109	15
Conceição Araguaia	PA	PA Gaúcha	1997	3.965,51	83	
Conceição Araguaia	PA	PA Ingá	1988	10.650,45	48	
Conceição Araguaia	PA	PA Ingá II	1993	4.531,32	14	



Tabela A.1.8 Listagem completa dos projetos de assentamento do governo federal criados entre 1985 e 1997 nos municípios da *mancha amostral*, com dados sobre ano de criação, área, total de famílias e número de questionários aplicados por PA

Município	UF	Projeto	Ano de criação do PA	Área do PA (em hectares)	Total de famílias	Questionários aplicados*
Conceição Araguaia	PA	PA Ingá III	1993	3.368,15	51	
Conceição Araguaia	PA	PA Joncon – Três Irmãos	1987	25.211,71	253	42
Conceição Araguaia	PA	PA Lontra	1995	2.441,19	56	
Conceição Araguaia	PA	PA Maria Luiza	1996	3.694,53	80	
Conceição Araguaia	PA	PA Menina Moça	1988	3.596,00	56	
Conceição Araguaia	PA	PA Milhomem	1997	1.630,85	49	
Conceição Araguaia	PA	PA Nazaré	1997	12.968,00	249	39
Conceição Araguaia	PA	PA Novo Araguaia Lote 03	1997	3.747,00	65	10
Conceição Araguaia	PA	PA Padre Josimo Tavares	1997	60.655,71	719	117
Conceição Araguaia	PA	PA Pecosa	1995	7.922,72	120	18
Conceição Araguaia	PA	PA Primavera	1997	2.901,85	24	
Conceição Araguaia	PA	PA Santo Antônio	1996	3.801,72	42	
Conceição Araguaia	PA	PA São José dos Três Morros	1992	2.500,00	13	
Conceição Araguaia	PA	PA São Domingos	1995	2.470,82	65	10
Conceição Araguaia	PA	PA Vale Formoso	1993	4.096,68	65	
Floresta Araguaia	PA	PA Agrisa	1996	21.432,54	309	42
Floresta Araguaia	PA	PA Bela Vista	1991	16.811,00	189	26
Floresta Araguaia	PA	PA Mata Azul I	1996	4.449,00	77	
Floresta Araguaia	PA	PA São Sebastião Lote 06	1996	4.290,00	56	
TOTAL SUDESTE PARÁ		27 Projetos		240.929,28	3.320	366
Abelardo Luz	SC	PA Capo Grande	1988	1.285,00	82	12
Abelardo Luz	SC	PA Indianópolis	1995	1.313,81	90	12
Abelardo Luz	SC	PA José Maria	1997	3.995,70	270	39
Abelardo Luz	SC	PA Juruá	1995	419,47	40	
Abelardo Luz	SC	PA Novo Horizonte	1997	765,33	60	
Abelardo Luz	SC	PA Papuan	1986	359,03	27	
Abelardo Luz	SC	PA Papuan II	1987	890,83	63	
Abelardo Luz	SC	PA Recanto do Olho d'Água	1996	470,45	25	
Abelardo Luz	SC	PA Sandra	1986	1.001,44	58	
Abelardo Luz	SC	PA Santa Rosa I	1987	1.193,71	82	10
Abelardo Luz	SC	PA Santa Rosa II	1987	669,51	52	
Abelardo Luz	SC	PA São Sebastião	1996	323,00	32	
Abelardo Luz	SC	PA Três Palmeiras	1996	765,33	70	10
Abelardo Luz	SC	PA Treze de Novembro	1997	1.797,00	105	15
Abelardo Luz	SC	PA Volta Grande	1989	1.236,31	74	10
Anchieta	SC	PA Aparecida	1987	278,31	18	5
Anchieta	SC	PA Sanga Azul	1987	218,78	13	5
Dionísio Cerqueira	SC	PA Tracutinga	1988	1.198,25	70	6
Palma Sola	SC	PA São Luiz	1989	100,01	8	
Palma Sola	SC	PA São Luiz II	1991	234,00	23	5
Paraíso	SC	PA Entre Rios	1986	1.028,30	73	7
Passos Maia	SC	PA 20 de Novembro	1996	1.272,00	50	6
Passos Maia	SC	PA Conquista dos Palmares	1997	429,38	21	5
Passos Maia	SC	PA Maria Rosa	1997	223,89	11	



Tabela A.1.8

Listagem completa dos projetos de assentamento do governo federal criados entre 1985 e 1997 nos municípios da *mancha amostral*, com dados sobre ano de criação, área, total de famílias e número de questionários aplicados por PA

Município	UF	Projeto	Ano de criação do PA	Área do PA (em hectares)	Total de famílias	Questionários aplicados*
Passos Maia	SC	PA Quiguay	1991	190,90	15	
Passos Maia	SC	PA Sapateiro	1988	218,95	12	
Passos Maia	SC	PA Sapateiro II	1995	242,00	19	5
Passos Maia	SC	PA Taborda	1988	214,66	11	
Passos Maia	SC	PA Zumbi dos Palmares	1996	1.745,30	102	13
São José do Cedro	SC	PA Barra Escondida	1987	491,17	34	
São José do Cedro	SC	PA Lageado Grande	1987	1.264,62	89	11
São Miguel d'Oeste	SC	PA Antas	1988	491,12	32	5
São Miguel d'Oeste	SC	PA Bandeirantes	1988	169,11	9	
São Miguel d'Oeste	SC	PA Jacutinga	1986	390,42	30	4
São Miguel d'Oeste	SC	PA Rabo de Galo	1986	405,81	32	
TOTAL OESTE SC		35 Projetos		27.292,90	1.802	185
Maragogi	AL	PA Água Fria	1997	445,20	70	
Maragogi	AL	PA Costa Dourada	1997	505,20	77	
Maragogi	AL	PA Massangana	1997	963,93	154	24
Maragogi	AL	PA Pau Amarelo	1997	461,87	87	14
Maragogi	AL	PA Samba	1997	863,57	144	22
Maragogi	AL	PA São Pedro	1997	461,40	69	
Areia	PB	PA Esperança	1997	163,00	40	5
Areia	PB	PA Redenco	1997	969,50	94	10
Areia	PB	PA Tabocal	1997	199,20	16	
Areia	PB	PA União	1997	502,68	59	6
Cruz Espírito Santo	PB	PA Campos Sementes e Mudas	1996	207,00	45	
Cruz Espírito Santo	PB	PA Dona Helena	1996	762,27	105	13
Cruz Espírito Santo	PB	PA Massangana I	1996	991,40	131	16
Cruz Espírito Santo	PB	PA Massangana II	1996	1.300,90	152	18
Cruz Espírito Santo	PB	PA Massangana III	1996	816,90	131	16
Cruz Espírito Santo	PB	PA Santana II	1996	370,00	55	
Pedras de Fogo	PB	PA Campo Verde	1996	1.091,00	142	22
Pedras de Fogo	PB	PA Corvoada I	1996	152,61	41	
Pedras de Fogo	PB	PA Engenho Novo II	1995	348,37	57	
Pedras de Fogo	PB	PA Itabatinga	1996	660,14	107	16
Pedras de Fogo	PB	PA Nova Aurora	1996	407,52	104	16
Pedras de Fogo	PB	PA Nova Tatiane	1995	209,80	30	
Pedras de Fogo	PB	PA Santa Terezinha	1996	440,45	62	
Pitimbu	PB	PA 1º de Março	1995	275,00	34	
Pitimbu	PB	PA Apasa	1995	1.100,00	150	18
Pitimbu	PB	PA Nova Vida	1995	894,29	130	16
Pitimbu	PB	PA Sede Velha do Abiaí	1995	325,00	49	6
Pitimbu	PB	PA Teixeirinha	1995	248,69	33	
Sapé	PB	PA 21 de Abril	1996	362,00	60	
Sapé	PB	PA Boa Vista	1996	1.165,00	122	20
Sapé	PB	PA Padre Gino	1996	466,30	62	
Sapé	PB	PA Vida Nova	1997	505,00	68	11



Tabela A.1.8 Listagem completa dos projetos de assentamento do governo federal criados entre 1985 e 1997 nos municípios da *mancha amostral*, com dados sobre ano de criação, área, total de famílias e número de questionários aplicados por PA

Município	UF	Projeto	Ano de criação do PA	Área do PA (em hectares)	Total de famílias	Questionários aplicados*
Abreu e Lima	PE	PA Pitanga	1987	956,08	67	7
Água Preta	PE	PA Camurim Grande, Const. V. Una	1995	1.768,80	158	19
Água Preta	PE	PA Ourives/Palmeira	1996	461,70	50	
Água Preta	PE	PA Pedra Ima	1990	625,00	48	
Água Preta	PE	PA Privilégio	1996	546,00	56	
Água Preta	PE	PA Souza, Mang. e Parnazo	1996	2.399,69	280	38
Goiana	PE	PA Engenho Ubu	1995	1.509,50	185	20
Igarassu	PE	PA Pitanga II	1989	1.459,77	184	19
Rio Formoso	PE	PA Amaraji	1997	1.082,97	96	10
Rio Formoso	PE	PA Engenho Cipó	1995	444,00	45	5
TOTAL ZONA CANA		42 Projetos		29.888,70	3.849	387
Total geral		181 PAs (92 com questionários)		535.587,23	15.073	1.568

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo nos projetos visitados).

(*) Os projetos de assentamento com células em branco referem-se àqueles nos quais não foram aplicados questionários.

NOTAS

1 Embora, por solicitação do Nead, a pesquisa tenha enfocado unicamente os assentamentos do governo federal, procuramos verificar se havia assentamentos dos governos estaduais nas *manchas* estudadas.

2 Marabá tem sido o principal centro político e econômico e uma das portas de entrada para os fluxos migratórios; ali se estabeleceram rotas comerciais e atividades econômicas específicas (o extrativismo da castanha), além de intervenções governamentais também específicas (como a construção da Transamazônica, a colonização a ela associada e a constituição da Cia. Vale do Rio Doce, entre outras). Embora Conceição do Araguaia esteja articulada ao pólo regional constituído por Marabá, estabeleceu-se com certa autonomia como centro comercial, político e social; apresenta grande concentração de assentamentos (certamente uma das maiores do país).

3 Quatro motivos nos levaram a optar pela *submancha* de Conceição do Araguaia: é a microrregião homogênea do IBGE com maior concentração de assentamentos; é um dos municípios com maior relação entre população assentada/populações rural e total do município; é um município sobre o qual há estudos anteriores; era um município com maior facilidade de contato para a execução do trabalho de campo.

4 Se considerarmos as famílias assentadas até 1999 nos dois municípios, são ao todo 6.135 famílias, ocupando uma área de 281.475,6 ha, o que representa 6,2% das famílias e 4,9% da área dos assentamentos no estado do Pará.

5 A Amab foi criada na década de 70 e passou por diversas modificações quanto à definição política de sua área de abrangência, sendo atualmente formada por 42 municípios envolvendo os estados de Goiás e Minas Gerais (Codeplan, 1999).

6 A Ride foi criada por lei federal em fevereiro de 1998, associada com a implementação de um Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal. É constituída por 19 municípios goianos e apenas dois do estado de Minas Gerais, e não se mostrou muito pertinente como referência para a definição da *mancha* porque levaria a uma subestimação da porção mineira dessa concentração de assentamentos rurais.

7 A área da SR28 do Incra foi descartada por considerarmos que a própria criação dessa Superintendência deve ser pensada como um dos impactos dos assentamentos, não sendo o melhor critério de delimitação. Além disso, na sua constituição foram incluídos apenas quatro municípios minérios em sua área de influência, apresentando, portanto, problemas de subdimensionamento da porção mineira da área de estudo.

8 A Fetadfe, criada em 1997, apresenta os mesmos inconvenientes observados em relação à SR28: o fato de ter uma pequena área de abrangência em Minas Gerais e de ter sido criada, assim como a SR28, em consequência do grande número de assentamentos rurais, que levou à reestruturação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais nos dois estados.

9 No estado de Goiás havia também sido selecionado o município de Flores de Goiás, mas problemas no trabalho de campo (especialmente a falta de acesso aos lotes) inviabilizaram a aplicação dos questionários no PA São Vicente, tornando necessário o descarte deste município, apesar de terem sido aplicados questionários no PA Bela Vista.

10 Desta forma, a grande *mancha* do Entorno de Brasília abrange 27 municípios onde há projetos de assentamentos, perfazendo um total de 117 projetos, com aproximadamente 8.692 famílias. Esta área abriga cerca de 26,2% dos projetos existentes em Goiás e 38,5% dos assentamentos existentes em Minas Gerais.

11 O Sertão compreende a maior parte do estado, abrangendo uma área de 100 mil quilômetros quadrados; as Serras Úmidas englobam cerca de 25 mil quilômetros quadrados com altitudes acima de 400m; o Litoral abrange uma área de aproximadamente 15 mil quilômetros quadrados, altitudes inferiores a 100 metros (governo do Ceará, 1995). O Sertão tem altitudes entre 100 e 400 m, e é uma área que está “submetida aos efeitos da irregularidade pluviométrica e aos excessos ou à falta quase absoluta de chuvas. (...) a drenagem superficial é constituída por cursos d’água dotados de intermitência sazonal (...) os solos têm uma certa freqüência de pedregosidade, a possibilidade de água disponível no solo para as plantas apresenta caráter deficitário na maior parte do ano”. A Serra “está submetida a chuvas mais abundantes e regulares. Os solos são dotados de boa fertilidade aparente”. Já o Litoral é marcado pela presença de campo de dunas e baixos tabuleiros a cerca de 5 – 10 km da orla” (Souza, 1988:86, 87).

12 Uma observação a ser feita sobre os impactos econômicos da produção dos assentamentos é que a região do Sertão havia sido bastante atingida nas duas últimas safras pela seca, o que repercute sobre os assentamentos ali situados. Por esse motivo, pensamos inicialmente em abranger também a *submancha* do Litoral, que não foi atingida pela seca. No entanto, o elevado número de famílias assentadas nos obrigou a restringir a pesquisa a alguns municípios no Sertão.

NOTAS

13 A inclusão do Brejo Paraibano se deu por apresentar características históricas (em função da atividade canavieira), culturais e de lutas sociais (ligas campesinas, lutas dos assalariados da cana etc) que aproximam esta região da Zona da Mata propriamente dita.

14 A *grande mancha* congrega 147 assentamento criados entre 1985 e 1999, com 9.926 famílias e uma área total de 91.730 ha.

15 No estado da Bahia, existe uma outra concentração de projetos no Vale do São Francisco, sendo que o Sul tem maior número de projetos e o Vale do São Francisco maior número de famílias assentadas, com 12,5% dos projetos e 30,7% da população assentada. Optamos pelo Sul pela importância crescente desta região e pela disponibilidade de equipe para a realização do trabalho.

16 Entre 1985 e 1999 a região cacaueira (microrregião homogênea Ilhéus-Itabuna) apresenta um total de 2.324 famílias assentadas em 46 projetos (8,5% das famílias assentadas na BA), enquanto o Extremo Sul (microrregião homogênea de Porto Seguro) apresenta 2.128 famílias assentadas em 28 projetos (7,8% das famílias assentadas no estado). A microrregião de Valença apresenta 943 famílias em 15 projetos.

17 Na região cacaueira foram feitas, em campo, várias correções na listagem original dos assentamentos obtida com o Incra. Dois projetos que constavam na listagem não existem: o PA Tijuipe, em Uruçuca (este município havia sido selecionado, mas foi excluído ao se constatar a inexistência do projeto, que era o único anterior a 1997) e o PA Oregon, em Ilhéus (cujas famílias foram transferidas para o Projeto São José/São Jorge). Também alguns projetos de assentamento constavam em municípios diferentes daqueles em que estão atualmente, como Puxim-Sarampo e São José, que apareciam em Canavieiras mas localizam-se em Santa Luzia. Foram feitas também correções no número de famílias assentadas nos PAs Terra Vista (de 100 para 78 famílias) e Rio Aliança (de 50 para 44 famílias), ambos em Arataca.

18 Levantamos inicialmente a possibilidade de a *mancha* incorporar municípios do Sudoeste do Paraná, fronteiriços aos municípios do Oeste de Santa Catarina, por terem também uma concentração de assentamentos em continuidade geográfica com o Oeste catarinense, bem como identidades do ponto de vista econômico e social. No entanto, acabamos descartando esta possibilidade tanto por questões operacionais da pesquisa quanto por considerarmos que havia uma dinâmica específica do Oeste catarinense que se diferenciava do Sudoeste do Paraná.

19 Segundo o IBGE (Censo-1996) a mesorregião do Oeste catarinense engloba 99 municípios, divididos em cinco microrregiões homogêneas (Chapecó, Concórdia, Xanxeré, Joaçaba, São Miguel d'Oeste). Segundo a divisão administrativa do governo do estado, o Oeste catarinense engloba 73 municípios e pode ser subdividido em três áreas, mencionadas a seguir com seus municípios mais importantes entre parênteses: Vale do Rio do Peixe (Joaçaba, Videira e Caçador), Meio Oeste (Concórdia, Chapecó e Xanxeré) e Extremo Oeste (S. Miguel d'Oeste e Maravilha).

20 A exclusão da *submancha* Nordeste/Centro-leste se deu também pelo fato desta ter uma ligação mais forte com o "leste" (Florianópolis, por exemplo) do que com o oeste. Esta *submancha* é composta pelos municípios localizados na extremidade oriental da *mancha* e apresenta a segunda grande concentração de projetos (depois de Abelardo Luz).

21 Na *submancha* de Abelardo Luz estão os dois municípios com maior número de projetos, de famílias, e maior área ocupada pelos assentamentos no estado de Santa Catarina: Abelardo Luz e Passos Maia. Juntos, eles concentram 39% das famílias, ocupando 36,4% da área de assentamentos do Incra em Santa Catarina, de 1985 a 1999. Esta região abriga também projetos criados nos diferentes períodos: estão em Abelardo Luz o primeiro e o último projetos de assentamento implantados no Oeste catarinense.

22 Os assentamentos localizados nesta *submancha* apresentam um elevado nível de mobilização e de organização, com maior experiência cooperativa na atividade produtiva e de comercialização. Nesta *submancha* temos 452 famílias numa área de 7.048,1 ha. A maior parte dos assentamentos foi implementada entre 1986 e 1989.

23 Esta escolha se justificou devido ao limite de tempo e recursos, bem como à dificuldade de acesso para visitar um número muito grande de projetos de assentamento.

24 Utilizamos como referência inicial os indicadores definidos na pesquisa Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais (CPDA/Finep).

25 O perfil do assentamento tomou como base o roteiro de questões da pesquisa *Percentuais e razões das evasões nos assentamentos*, coordenada por Regina Bruno e Leonilde Medeiros (Convênio FAO/Incra). A este roteiro foram agregadas diversas outras questões.

NOTAS

26 Entendemos por “responsável” a pessoa que gerencia o lote, em geral o/a “chefe de família”, independentemente de ser ou não legalmente titular desse lote.

27 Havíamos tomado como referência inicial o questionário utilizado na pesquisa sobre impactos dos assentamentos – CPDA/Finep, pois havia a intenção de comparação posterior dos dados das duas pesquisas. No entanto, as especificidades desta pesquisa acabaram diferenciando o questionário final daquele da pesquisa CPDA/Finep, embora tenhamos buscado deixar pontos de contato entre as duas pesquisas.

28 De acordo com a orientação geral, o sorteio das famílias seguia o critério da distribuição espacial no assentamento. Sempre que a família sorteada pertencia a um grupo coletivo era feita também uma entrevista com o coordenador do grupo, vinculando o questionário individual ao coletivo.

29 Foram consultados, entre outros, o Censo Agropecuário 1995-96; Contagem Populacional 1996; Censo Demográfico 1991 e 2000; Base de Informações Municipais; Indicadores de Desenvolvimento Humano; Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária; Estatísticas Cadastrais. As obras de referência consultadas estão incluídas na bibliografia.

30 A realização do trabalho de campo foi marcada por algumas dificuldades: a) a já citada diferença entre as informações coletadas no Incra (Sede Nacional ou Superintendências Regionais) e a realidade dos projetos (número de famílias assentadas, localização dos projetos etc); b) a incidência de chuvas no Ceará, Bahia e Zona Canavieira do Nordeste, dificultando ou impedindo o acesso a alguns projetos; c) os impasses do Programa Lumiar, em diversos casos, que também agravaram a entrada dos pesquisadores em algumas áreas; d) a necessidade, em determinadas áreas, de uma negociação com os movimentos sociais locais para aplicação dos questionários.

31 Para essa tarefa foi necessário um processo de categorização das questões abertas, tanto no sentido de pensar o agrupamento de respostas bastante dispersas, como na sua estratificação. Na realidade, como salientamos anteriormente, o trabalho com informações de realidades tão diferenciadas exigiu um enorme esforço a fim de manter o padrão homogêneo da pesquisa que demandou, por sua vez, ajustes sucessivos nos dados informatizados.

32 Boa parte desta aferição “inteligente” foi sendo feita paralelamente à tabulação dos dados, com uma permanente checagem dos resultados da tabulação e uma volta aos questionários originais sempre que apareciam dados discrepantes. De uma forma geral, todos os dados discrepantes eram checados com os questionários originais. Por exemplo: produtividades muito elevadas freqüentemente nos revelaram erros de conversão de medidas (de área ou de produção), faixas de idade fora de padrão em relação ao grau de parentesco indicaram erros de digitação no quadro de pessoas (ex: cônjuge com 10 anos), e assim por diante. Também foram sendo checadas as coerências internas das respostas no preenchimento dos quadros (ex: verificar se todos os entrevistados que indicaram ter utilizado implementos agrícolas especificaram quais os instrumentos usados e vice-versa). Dessa forma, o processo de tabulação foi sendo realizado lado a lado a um constante controle dos dados, do fechamento das questões e da coerência interna dos questionários.

33 Para isso foram tomados os valores totais (de produção ou beneficiamento, por exemplo) dos grupos, divididos pelo número total de membros do grupo, de modo a se obter a participação individual de cada família. Esse valor foi multiplicado pelo número de famílias entrevistadas, ligadas a cada grupo. Com esse valor ajustado, os questionários coletivos foram incorporados ao banco de dados individual. Vale observar que por problemas no levantamento de campo nem todas as famílias que indicaram produzir de forma mista ou coletiva tiveram seu questionário linkado com um questionário coletivo (o que acabou subestimando a produção coletiva no caso destas famílias). A *mancha* onde este problema foi maior foi o Ceará onde, apesar de uma alta porcentagem de assentados indicar produção mista, apenas 172 questionários individuais foram vinculados aos questionários coletivos.

34 Por exemplo: em Canindé constatou-se que o número total de pessoas que vivem nos lotes das 123 famílias entrevistadas é de 676 pessoas, o que nos dá uma média de 5,5 pessoas/lote ou família. Estimamos, então, que para o total das 1.301 assentadas no município teremos 7.150 pessoas vivendo nos lotes (ou seja, consideramos que as 676 pessoas da amostra correspondem a 9,45% da população assentada no município).

ANEXO 2

TABELAS COMPLEMENTARES



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

Capítulo 3 – Estado, Assentados e Assentamentos

Tabela A.3.1 Participação da área dos assentamentos na área total dos estabelecimentos dos municípios pesquisados por *mancha* (considerando os PAs criados até 1997 e até 1999)

Manchas/Municípios	(B) Total assentamentos do Incra no município até 1997 (ha)	(A) Total assentamentos do Incra no município até 1999 – ha (*1)	(C) Total estabelecimentos agropecuários do município – 1996 (ha)	(B/C) Área PAs até 1997 na área total	(A/C) Área PAs até 1999 na área total
TOTAL DAS MANCHAS	526.326,84	723.934,95	6.056.251,25	8,69%	11,95%
SUL BA (CACAUERA)	12.919,55	17.628,65	570.693,00	2,26%	3,09%
Arataca	756,03	1.837,61	35.641,02	2,12%	5,16%
Buerarema	366,02	366,02	21.652,83	1,69%	1,69%
Camacan	817,90	1.635,85	55.639,36	1,47%	2,94%
Canavieiras	1.878,11	2.276,11	62.568,67	3,00%	3,64%
Ilhéus	1.341,85	2.492,43	162.199,84	0,83%	1,54%
Itacaré	1.652,63	1.652,63	60.161,39	2,75%	2,75%
Santa Luzia	2.846,00	2.846,00	68.147,40	4,18%	4,18%
Una	3.261,00	4.522,00	104.682,89	3,12%	4,32%
SERTÃO CE	118.113,12	175.454,22	741.733,50	15,92%	23,65%
Canindé	46.544,45	65.188,58	207.276,69	22,46%	31,45%
Madalena	22.992,50	25.123,20	68.391,42	33,62%	36,73%
Quixeramobim	17.011,36	34.442,62	178.846,86	9,51%	19,26%
Santa Quitéria	31.564,82	50.699,82	287.218,54	10,99%	17,65%
ENTORNO DF	112.117,41	195.044,13	3.597.510,53	3,12%	5,42%
Cristalina	11.376,80	24.475,80	339.852,83	3,35%	7,20%
Formosa	21.408,11	25.982,87	422.641,50	5,07%	6,15%
Buritis	10.111,73	16.970,25	359.638,39	2,81%	4,72%
João Pinheiro	24.912,24	35.581,97	1.014.369,94	2,46%	3,51%
Paracatu	13.800,75	33.389,82	611.538,00	2,26%	5,46%
Unaí	30.507,78	58.643,42	849.469,86	3,59%	6,90%
SUDESTE PA	240.929,21	281.475,62	696.915,37	34,57%	40,39%
Conceição Araguaia	219.496,67	229.834,95	(*)2	(*)2	(*)2
Floresta Araguaia (*2)	21.432,54	51.640,67	(*)2	(*)2	(*)2
OESTE SC	27.292,88	32.114,20	285.259,03	9,57%	11,26%
Abelardo Luz	16.485,92	19.041,40	92.849,92	17,76%	20,51%
Anchieta	497,09	497,09	21.242,82	2,34%	2,34%
Dionísio Cerqueira	1.198,25	1.198,25	27.346,15	4,38%	4,38%
Palma Sola	334,01	334,01	26.655,10	1,25%	1,25%
Paraíso	1.028,30	1.028,30	15.204,41	6,76%	6,76%
Passos Maia	4.537,07	6.802,91	34.698,05	13,08%	19,61%
São José do Cedro	1.755,79	1.755,79	33.113,41	5,30%	5,30%
São Miguel d'Oeste	1.456,46	1.456,46	34.149,18	4,26%	4,26%
ZONA CANA NE	31.280,11	47.300,96	256.881,00	12,18%	18,41%
Maragogi	3.701,17	8.485,92	23.431,55	15,80%	36,22%
Areia	1.834,38	5.583,88	25.874,02	7,09%	21,58%
Cruz Espírito Santo	4.819,07	4.819,07	11.577,00	41,63%	41,63%
Pedras de Fogo	4.053,18	4.053,18	27.577,14	14,70%	14,70%
Pitimbu	3.120,49	3.120,49	5.471,78	57,03%	57,03%
Sapé	2.498,30	7.506,20	22.241,23	11,23%	33,75%
Abreu e Lima	956,08	956,08	2.842,17	33,64%	33,64%
Água Preta	5.801,19	6.028,59	38.297,20	15,15%	15,74%
Goiana	1.509,50	1.735,00	38.159,73	3,96%	4,55%
Igarassu	1.459,77	1.459,77	23.468,08	6,22%	6,22%
Rio Formoso	1.526,97	3.552,77	37.941,11	4,02%	9,36%

Fonte: Incra, 1999; IBGE, Censo Agropecuário, 1996. Dados reelaborados pelos autores.

(*)1) Estão incluídas as áreas dos projetos do programa Cédula da Terra nos municípios de Canindé, Madalena, Quixeramobim e Santa Quitéria, no Ceará; Goiana em Pernambuco; e Buritis, em Minas Gerais, para o ano de 1999.

(*)2) Devido ao desmembramento de Floresta do Araguaia do município de Conceição, os dados sobre área dos estabelecimentos rurais desses municípios aparecem juntos no subtotal da mancha.

Tabela A.3.2 Ocupação exercida imediatamente antes da vinda para o assentamento (% da população total em idade de trabalho)

Mancha	Em idade de trabalho antes de vir para o PA (*1)	Desempregado		Trabalho imediatamente anterior à vinda para o assentamento										
		População total	Responsável	Assalar. rural temp.	Assalar. rural perm.	Posseiro+ parceiro+ arrendat.	Membro n/ remuner. família (*2)	Pequeno propriet.	Misto (*3)	Comerciante	Assalar. urbano perm.	Assalar. urbano temp.	Autônomo urbano	Outros + s/ inform.
Sul BA	218	13%	2%	1%	45%	1%	13%	2%	0%	0%	3%	11%	5%	6%
Sertão CE	782	5%	0%	1%	2%	19%	5%	1%	58%	0%	1%	1%	1%	6%
Entorno DF	598	2%	0%	28%	18%	11%	4%	2%	2%	0%	3%	8%	2%	20%
Sudeste PA	980	1%	1%	4%	6%	13%	43%	8%	3%	1%	2%	5%	2%	13%
Oeste SC	448	1%	1%	3%	9%	44%	14%	6%	0%	0%	1%	4%	0%	17%
Zona CanaNE	1149	8%	1%	18%	23%	18%	11%	0%	1%	9%	1%	5%	2%	3%
Total global	4175	4%	1%	11%	14%	18%	17%	3%	12%	3%	2%	5%	2%	10%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Exclui as pessoas que tinham menos de 14 anos quando chegaram ao assentamento e que declararam não trabalhar antes, ou seja, inclui os menores de 14 apenas no caso de indicarem o trabalho anterior.

(*2) Membro não remunerado da Família (MNRF) – Inclui pessoas que trabalhavam com os pais (ou outros parentes) e também donas de casa.

(*3) No caso do Sertão do Ceará foram enquadrados como "misto" os "moradores", relação de trabalho que nos locais estudados implica o pagamento da renda da terra em espécie (parceria - porcentagem da produção) e a obrigação de prestar dias de serviço sem remuneração ao dono da terra. Nas demais manchas, foram enquadradas como "misto" pessoas com mais de um tipo de inserção de trabalho.

Tabela A.3.3 Moradia anterior ao assentamento e local de nascimento dos responsáveis pelos lotes, por manchas (% de entrevistados)

Mancha	Moradia anterior à vinda para o assentamento						Local de nascimento			
	Área Rural	Área Urbana	Mesmo município	Mesma região/mun. vizinho	Outro município do Estado	Outro Estado	Mesmo município	Mesma região/mun. vizinho	Outro município do Estado	Outro Estado
Sul BA	66%	34%	36%	51%	10%	3%	13%	45%	32%	10%
Sertão CE	92%	8%	68%	15%	16%	1%	58%	17%	23%	1%
Entorno DF	62%	38%	69%	12%	8%	11%	38%	21%	22%	19%
Sudeste PA	75%	24%	57%	28%	2%	12%	5%	9%	1%	84%
Oeste SC	90%	10%	32%	26%	35%	7%	11%	21%	31%	36%
Zona Cana NE	83%	17%	61%	23%	10%	6%	46%	22%	18%	14%
Total global	80%	20%	58%	23%	12%	7%	32%	19%	18%	31%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A.3.4 Experiência de trabalho agrícola ao longo da vida (em % dos responsáveis pelos lotes, por manchas)

Mancha	Experiência anterior		Tipo de experiência anterior na agricultura (*1)									
	Lotes entrevist.	Responsáveis com experiência de trabalho	Respons. c/ experiência (=100%)	Assalar. (s/ acesso à terra)	Assalar. c/ acesso ou morador (*2)	Arrendatário /parceiro	Posseiro	Proprietário	Assentado	Membros n/ remuner. família (*3)	Outros	
			Sim	Não								
Sul BA	87	85%	15%	74	80%	1%	1%	0%	5%	0%	14%	0%
Sertão CE	306	98%	2%	299	3%	65%	29%	0%	1%	1%	2%	0%
Entorno DF	237	95%	5%	224	38%	2%	55%	0%	7%	0%	1%	4%
Sudeste PA	366	93%	6%	342	13%	5%	28%	11%	17%	0%	30%	2%
Oeste SC	185	93%	7%	172	13%	1%	55%	0%	9%	2%	22%	1%
Zona CanaNE	387	95%	4%	370	24%	39%	29%	5%	1%	1%	4%	3%
Total global	1.568	94%	5%	1.481	21%	25%	34%	4%	7%	1%	12%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Para facilitar a visualização da tabela excluímos a coluna "sem informação" sobre tipo de experiência anterior (1% do total global).

(*2) Inclui os moradores do Ceará (parceiros com obrigação de prestar dias de serviço), que na tabela sobre trabalho imediatamente anterior ao assentamento foram enquadrados como "misto". Não inclui os moradores da Zona da Mata que eram assalariados sem acesso à terra. Achamos importante diferenciar nesta questão aqueles moradores que tinham acesso à terra (no caso da Zona Canavieira há moradores que trabalham unicamente como assalariados, enquanto outros têm acesso a um pequeno pedaço de terra para plantio).

(*3) Pessoas que declararam trabalhar com os pais ou outros parentes.

Tabela A.3.5		Relação entre titular do lote e responsável e número de lotes gerenciado pelo responsável (em % do total de responsáveis)							
Mancha	Número de entrevistados	Titular é responsável pelo lote		Lotes gerenciados pelo responsável					
		Sim	Não	1 lote inteiro	Mais de 1 lote	Menos de 1 lote	Não há lotes individuais	Sem resposta	
Sul BA	87	99%	1%	99%	0%	0%			1%
Sertão CE	306	92%	8%	99%	0%	0%			1%
Entorno DF	236	92%	8%	99%	0%	0%			
Sudeste PA	366	89%	11%	88%	9%	2%			1%
Oeste SC	185	89%	10%	93%	3%	1%	3%		
Zona Cana NE	388	91%	9%	98%	1%	1%			0%
Total global	1568	91%	9%	96%	3%	1%	0%		0%

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A.3.6		Sexo e escolaridade dos responsáveis pelo lote (em % dos entrevistados, por manchas)									
Mancha	Sexo do responsável	Escolaridade									
		Masculino	Feminino	Nunca foi à escola	Alfabetiz. adultos	Até 2ª série Fundamental	3ª ou 4ª série incompleta	4ª série completa	5ª a 7ª série	8ª série completa	Acima do Fundamental
Sul BA	78%	22%	29%	7%	27%	14%	6%	12%	2%	3%	
Sertão CE	91%	9%	33%	2%	37%	16%	6%	4%	1%	2%	0%
Entorno DF	72%	28%	21%	4%	17%	22%	20%	11%	3%	4%	
Sudeste PA	90%	10%	34%		29%	12%	12%	8%	2%	1%	1%
Oeste SC	85%	15%	8%	2%	16%	14%	41%	15%	4%	1%	
Zona Cana NE	87%	13%	34%	6%	32%	9%	9%	6%	2%	2%	
Total global	85%	15%	28%	3%	28%	14%	14%	8%	2%	2%	0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A.3.7							Idade dos/as responsáveis pelo lote (por faixas de idade, por manchas)			
Mancha	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Sem informação				
Sul BA	8%	29%	21%	32%	10%	0%				
Sertão CE	14%	31%	26%	18%	10%	1%				
Entorno DF	6%	15%	31%	27%	20%	0%				
Sudeste PA	9%	23%	27%	23%	16%	1%				
Oeste SC	9%	35%	32%	18%	6%	0%				
Zona Cana NE	15%	26%	25%	18%	15%	0%				
Total global	11%	26%	27%	21%	14%	1%				

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A.3.8		Peso da população dos PAs na população total e rural dos municípios pesquisados, por município (considerando os projetos do Incra criados entre 1985 e 1999)				
Mancha	UF	Município	População total do município	População rural do município	% da população dos PAs na população total do município	% da população dos PAs na população rural do município
Sul BA	BA	Canavieiras	34.066	8.153	2,2	9,3
	BA	Arataca	12.030	6.041	3,3	6,6
	BA	Buerarema	18.961	2.876	0,7	4,6
	BA	Santa Luzia	16.260	8.176	1,7	3,3
	BA	Itacaré	16.449	11.354	1,9	2,8
	BA	Camacan	32.796	16.399	1,2	2,4
	BA	Una	31.114	24.937	1,5	1,9
	BA	Ilhéus	242.445	69.818	0,2	0,6
Entorno DF	GO	Formosa	68.704	8.786	3,1	24,4
	MG	Unaí	73.664	22.558	4,1	13,2
	MG	João Pinheiro	49.468	12.157	3,2	13,1
	MG	Paracatu	68.047	11.408	1,8	10,9
	GO	Cristalina	28.262	7.262	2,6	10
	MG	Buritis	19.796	7.901	3	7,4
Sertão CE	CE	Madalena	13.948	9.083	14,1	21,6
	CE	Santa Quitéria	39.485	24.348	9,1	14,8
	CE	Canindé	65.576	29.415	7,9	17,7
	CE	Quixeramobim	56.697	29.862	3,5	6,6
Sudeste PA	PA	Conceição do Araguaia	58.765	27.884	31,6	66,6
	PA	Floresta do Araguaia	18.393	14.072	8,7	11,4
Oeste SC	SC	Abelardo Luz	13.593	7.266	33,3	62,2
	SC	Passos Maia	4.203	3.590	22,9	26,9
	SC	Paraíso	5.164	4.015	5,7	7,3
	SC	São José do Cedro	16.418	10.348	3	4,8
	SC	Dionísio Cerqueira	13.853	7.400	2	3,8
	SC	Anchieta	8.060	5.659	1,5	2,2
	SC	Palma Sola	8.535	5.342	1,5	2,3
	SC	São Miguel d'Oeste	36.337	9.581	1,1	4,3
Zona Cana NE	PB	Cruz Espírito Santo	12.966	7.581	19,1	32,7
	AL	Maragogi	16.912	6.575	14,2	36,6
	PB	Pitimbu	12.182	4.898	13	32,3
	PE	Água Preta	25.711	12.804	9,2	18,5
	PB	Pedras de Fogo	26.032	12.240	8,3	17,7
	PB	Areia	25.849	12.925	3,2	6,5
	PB	Sapé	57.061	22.104	2,2	5,6
	PE	Rio Formoso	35.342	20.847	1,6	2,7
	PE	Goiana	67.242	24.986	1,1	3
	PE	Igarassu	84.991	19.888	0,9	3,7
	PE	Abreu e Lima	80.828	8.149	0,3	3,3

Fontes: Listagem Incra, 2000 e Censo IBGE, 1996.

Tabela A.3.9		Classificação dos projetos de assentamentos por faixas de área total (por <i>manchas</i> , nos municípios pesquisados e na amostra)			
<i>Manchas</i>	Faixas de área total do PA	PAs dos municípios pesquisados (*1)		PAs da Amostra (*2)	
		Número	%	Número	%
Total global	1) 100 a menos de 500 ha	44	24%	18	20%
	2) 500 a menos de 1.000 ha	32	18%	16	17%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	38	21%	23	25%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	46	25%	16	17%
	5) 5.000 ou mais (até 61.000 ha)	21	12%	19	21%
Total global		181	100%	92	100%
Sul BA	1) 100 a menos de 500 ha	6	40%	6	43%
	2) 500 a menos de 1.000 ha	5	33%	4	29%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	4	27%	4	29%
Total Sul BA		15	100%	14	100%
Sertão CE	2) 500 a menos de 1.000 ha	6	16%		0%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	12	32%	1	10%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	16	42%	5	50%
	5) 5.000 ou mais (até 61.000 ha)	4	11%	4	40%
		38	100%	10	100%
Entorno DF	2) 500 a menos de 1.000 ha	3	13%		0%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	2	8%		0%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	11	46%	7	50%
	5) 5.000 ou mais (até 61.000 ha)	8	33%	7	50%
		24	100%	14	100%
Sudeste PA	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	1	4%		0%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	17	63%	2	20%
	5) 5.000 ou mais (até 61.000 ha)	9	33%	8	80%
Total Sudeste PA		27	100%	10	100%
Oeste SC	1) 100 a menos de 500 ha	19	54%	7	37%
	2) 500 a menos de 1.000 ha	4	11%	1	5%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	11	31%	10	53%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	1	3%	1	5%
		35	100%	19	100%
Zona Cana NE	1) 100 a menos de 500 ha	19	45%	5	20%
	2) 500 a menos de 1.000 ha	14	33%	11	44%
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	8	19%	8	32%
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	1	2%	1	4%
		42	100%	25	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999.

(*1) Inclui todos os PAs criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados, ou seja, inclui aqueles onde não foram aplicados questionários.

(*2) Inclui apenas os PAs onde foram aplicados questionários.

Tabela A.3.10		Classificação dos projetos de assentamentos por faixas de área total – acima e abaixo de 1.000 ha, por <i>mancha</i> , nos municípios pesquisados e nos PAs da amostra)							
<i>Manchas</i>	Faixas de área total do PA	PAs nos municípios pesquisados (*)		Famílias nos municípios pesquisados (*)		PAs (só da amostra)		Famílias (só da amostra)	
		Número	<i>mancha</i>	Número	<i>mancha</i>	Número	<i>mancha</i>	Número	<i>mancha</i>
Sul BA	Abaixo de 1.000 ha	11	73%	485	66%	10	71%	437	64%
	Acima de 1.000 ha	4	27%	249	34%	4	29%	249	36%
Sertão CE	Abaixo de 1.000 ha	6	16%	135	5%	0	0%	0	0%
	Acima de 1.000 ha	32	84%	2.864	95%	10	100%	1.516	100%
Entorno DF	Abaixo de 1.000 ha	3	13%	54	2%	0	0%	0	0%
	Acima de 1.000 ha	21	88%	2.355	98%	14	100%	1.940	100%
Sudeste PA	Abaixo de 1.000 ha	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
	Acima de 1.000 ha	27	100%	3.320	100%	10	100%	2.362	100%
Oeste SC	Abaixo de 1.000 ha	23	66%	657	36%	8	42%	226	17%
	Acima de 1.000 ha	12	34%	1.145	64%	11	58%	1.087	83%
Zona Cana NE	Abaixo de 1.000 ha	33	79%	2.380	62%	16	64%	1.515	51%
	Acima de 1.000 ha	9	21%	1.469	38%	9	36%	1.469	49%
Total geral	Abaixo de 1.000 ha	76	42%	3.711	25%	34	37%	2.178	20%
	Acima de 1.000 ha	105	58%	11.402	75%	58	63%	8.623	80%
Total geral		181	100%	15.113	100%	92	100%	10.801	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo).

(*) Inclui todos os PAs criados entre 1985 e 1997 nos municípios pesquisados.

Tabela A.3.11		Classificação dos projetos de assentamento de acordo com o número de famílias assentadas, por <i>manchas</i> (nos municípios pesquisados e nos PAs da amostra) – Tabela completa							
<i>Manchas</i>	Faixas de número de famílias assentadas nos PAs	Projetos dentro das faixas nos municípios pesquisados (*1)		Famílias assentadas nos municípios pesquisados (*1)		Nº projetos apenas os PAs da amostra (*2)		Total de famílias assentadas nos PAs da amostra (*2)	
		Nº PAs	<i>mancha</i>	Nº PAs	<i>mancha</i>	Nº PAs	<i>mancha</i>	Nº PAs	<i>mancha</i>
Sul BA	1) de 5 a menos de 25 famílias	1	7%	15	2%	1	7%	15	2%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	9	60%	340	46%	8	57%	292	43%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	2	13%	123	17%	2	14%	123	18%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	3	20%	256	35%	3	21%	256	37%
Total Sul BA		15	100%	734	100%	14	100%	686	100%
Sertão CE	1) de 5 a menos de 25 famílias	5	13%	107	4%		0%		0%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	8	21%	283	9%		0%		0%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	13	34%	799	27%	2	20%	144	9%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	10	26%	1.102	37%	6	60%	664	44%
	5) 150 famílias ou mais	2	5%	708	24%	2	20%	708	47%
Total Sertão CE		38	100%	2.999	100%	10	100%	1.516	100%
Entorno DF	1) de 5 a menos de 25 famílias	3	13%	54	2%		0%		0%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	4	17%	181	8%		0%		0%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	4	17%	269	11%	3	21%	205	11%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	8	33%	778	32%	6	43%	608	31%
	5) 150 famílias ou mais	5	21%	1.127	47%	5	38%	1.127	58%
Total Entorno DF		24	100%	2.409	100%	14	100%	1.940	100%
Sudeste PA	1) de 5 a menos de 25 famílias	3	11%	51	2%		0%		0%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	3	11%	139	4%		0%		0%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	8	30%	484	15%	2	20%	130	6%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	7	26%	643	19%	2	20%	229	10%
	5) 150 famílias ou mais	6	22%	2.003	60%	6	60%	2.003	85%
Sudeste PA Total		27	100%	3.320	100%	10	100%	2.362	100%
Oeste SC	1) de 5 a menos de 25 famílias	11	31%	160	9%	5	28%	94	7%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	8	23%	252	14%	2	11%	62	5%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	9	26%	570	32%	5	26%	337	26%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	6	17%	550	31%	6	32%	550	42%
	5) 150 famílias ou mais	1	3%	270	15%	1	5%	270	21%
Total Oeste SC		35	100%	1.802	100%	19	100%	1.313	100%
Zona Cana NE	1) de 5 a menos de 25 famílias	1	2%	16	0%		0%		0%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	9	21%	365	9%	3	12%	134	4%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	12	29%	735	19%	3	12%	194	7%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	13	31%	1.470	38%	12	48%	1.393	47%
	5) 150 famílias ou mais	7	17%	1.263	33%	7	28%	1.263	42%
Total Zona Canavieira Nordeste		42	100%	3.849	100%	25	100%	2.984	100%
Total global	1) de 5 a menos de 25 famílias	24	13%	403	3%	6	7%	109	1%
	2) de 25 a menos de 50 famílias	41	23%	1.560	10%	13	14%	488	5%
	3) de 50 a menos de 75 famílias	48	27%	2.980	20%	17	18%	1.133	10%
	4) de 75 a menos de 150 famílias	47	26%	4.799	32%	35	38%	3.700	34%
	5) 150 famílias ou mais	21	12%	5.371	38%	21	23%	5.371	50%
Total global		181	100%	15.113	100%	92	100%	10.801	100%

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo).

(*1) Todos os PAs dos municípios pesquisados (criados entre 1985 e 1997), incluindo os que não tiveram questionários aplicados.

(*2) Apenas os PAs da amostra, ou seja, aqueles criados entre 1985 e 1997 nos quais foram aplicados questionários.

Tabela A.3.12		Distribuição dos projetos assentamentos por faixas de número de famílias (acima e abaixo de 50 família), por <i>manchas</i> , nos municípios pesquisados e nos PAs da amostra			
<i>Manchas</i>	Faixas de nº de famílias	PAs nos municípios pesquisados (*1)		PAs da Amostra (*2)	
		Número	%	Número	%
Sul BA	Menos de 50	10	67%	9	64%
	50 e mais	5	33%	5	35%
Sertão CE	Menos de 50	13	34%	0	0%
	50 e mais	25	65%	10	100%
Entorno DF	Menos de 50	7	30%	0	0%
	50 e mais	17	71%	14	100%
Sudeste PA	Menos de 50	6	22%	0	0%
	50 e mais	21	78%	14	100%
Oeste SC	Menos de 50	19	54%	7	37%
	50 e mais	16	46%	12	63%
Zona Cana NE	Menos de 50	10	23%	3	12%
	50 e mais	32	77%	22	88%
Total	Menos de 50 famílias	65	36%	19	21%
	50 famílias e mais	116	65%	73	79%
Total geral		181		92	

Fonte: Listagem do Incra, 1999 e Pesquisa de Campo.

(*1) Todos os PAs dos municípios pesquisados (criados entre 1985 e 1997), incluindo os que não tiveram questionários aplicados.

(*2) Apenas os PAs da amostra, ou seja, aqueles criados entre 1985 e 1997 nos quais foram aplicados questionários.

Tabela A.3.13		Número de famílias nos projetos de assentamento, por faixas de área total (por <i>manchas</i> , nos municípios pesquisados e nos PAs da amostra)					
<i>Mancha/ Sub-mancha</i>	Faixas de área total do PA	Número de famílias nos municípios pesquisados (*1)		Nº médio de famílias por PA	Número de famílias (só PAs da amostra) (*2)		Nº médio de famílias por PA
		Número	<i>mancha</i>		Número	<i>mancha</i>	
Sul BA	1) 100 a menos de 500 ha	187	25%	31,2	187	27%	31,2
	2) 500 a menos de 1.000 ha	298	41%	59,6	250	36%	62,5
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	249	34%	62,3	249	36%	62,3
Total Sul BA		734	100%	48,9	686	100%	49,0
Sertão CE	2) 500 a menos de 1.000 ha	135	5%	22,5		0%	
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	553	18%	46,1	74	5%	74,0
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	1.335	45%	83,4	466	31%	93,2
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	976	33%	244,0	976	64%	244,0
Total Sertão CE		2.999	100%	78,9	1.516	100%	151,6
Entorno DF	2) 500 a menos de 1.000 ha	54	2%	18,0		0%	
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	91	4%	45,5		0%	
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	813	34%	73,9	567	29%	81,0
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	1.451	60%	181,4	1.373	71%	196,1
Total Entorno DF		2.409	100%	100,4	1.940	100%	138,6
Sudeste PA	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	49	1%	49,0		0%	
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	991	30%	58,3	130	6%	65,0
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	2.280	69%	253,3	2.232	94%	279,0
Total Sudeste PA		3.320	100%	123,0	2.362	100%	236,2
Oeste SC	1) 100 a menos de 500 ha	412	23%	21,7	156	12%	22,3
	2) 500 a menos de 1.000 ha	245	14%	61,3	70	5%	70,0
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	875	49%	79,5	817	62%	81,7
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	270	15%	270,0	270	21%	270,0
Total Oeste SC		1.802	100%	51,5	1.313	100%	69,1
Zona Cana NE	1) 100 a menos de 500 ha	1.009	26%	53,1	325	11%	65,0
	2) 500 a menos de 1.000 ha	1.371	36%	97,9	1.190	40%	108,2
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	1.189	31%	148,6	1.189	40%	148,6
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	280	7%	280,0	280	9%	280,0
Total Zona Canavieira Nordeste		3.849	100%	91,6	2.984	100%	119,4
Total global	1) 100 a menos de 500 ha	1.608	11%	36,5	668	6%	37,1
	2) 500 a menos de 1.000 ha	2.103	14%	65,7	1.510	14%	94,4
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	3.006	20%	79,1	2.329	22%	101,3
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	3.689	24%	80,2	1.713	16%	107,1
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	4.707	31%	224,1	4.581	42%	241,1
Total global		15.113	100%	83,5	10.801	100%	117,4

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo).

(*1) Todos os PAs dos municípios pesquisados (criados entre 1985 e 1997), incluindo os que não tiveram questionários aplicados.

(*2) Apenas os PAs da amostra, ou seja, aqueles criados entre 1985 e 1997 nos quais foram aplicados questionários.

Tabela A.3.14		Número de famílias nos projetos de assentamento nos municípios pesquisados, por faixas de área total e por <i>manchas</i>		
<i>Mancha</i>	Faixas de área total do PA (*)	Nº de famílias nos municípios pesquisados (*)		Nº médio de famílias por PA
		Número	<i>mancha</i>	
Sul BA	1) 100 a menos de 500 ha	187	25%	31,2
	2) 500 a menos de 1.000 ha	298	41%	59,6
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	249	34%	62,3
Total Sul BA		734	100%	48,9
Sertão CE	2) 500 a menos de 1.000 ha	135	5%	22,5
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	553	18%	46,1
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	1.335	45%	83,4
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	976	33%	244,0
Total Sertão CE		2.999	100%	78,9
Entorno DF	2) 500 a menos de 1.000 ha	54	2%	18,0
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	91	4%	45,5
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	813	34%	73,9
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	1.451	60%	181,4
Entorno DF		2.409	100%	100,4
Sudeste PA	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	49	1%	49,0
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	991	30%	58,3
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	2.280	69%	253,3
Total Sudeste PA		3.320	100%	123,0
Oeste SC	1) 100 a menos de 500 ha	412	23%	21,7
	2) 500 a menos de 1.000 ha	245	14%	61,3
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	875	49%	79,5
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	270	15%	270,0
Total Oeste SC		1.802	100%	51,5
Zona Cana NE	1) 100 a menos de 500 ha	1.009	26%	53,1
	2) 500 a menos de 1.000 ha	1.371	36%	97,9
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	1.189	31%	148,6
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	280	7%	280,0
Total Zona Canavieira Nordeste		3.849	100%	91,6
Total global	1) 100 a menos de 500 ha	1.608	11%	36,5
	2) 500 a menos de 1.000 ha	2.103	14%	65,7
	3) 1.000 a menos de 2.000 ha	3.006	20%	79,1
	4) 2.000 a menos de 5.000 ha	3.689	24%	80,2
	5) 5.000 ou mais (até 61.000)	4.707	31%	224,1
Total global		15.113	100%	83,5

Fonte: Listagem do Incra, 1999 (com correções feitas em campo).

(*) Considerando todos os PAs dos municípios pesquisados, criados entre 1985 e 1997.

	Crédito instalação nas regiões e assentamentos pesquisados: percentual médio de famílias atendidas, tempo médio de liberação do crédito em relação ao ano de entrada das famílias na área e ao ano oficial de criação do assentamento								
	Crédito-Fomento			Crédito-Habitação			Crédito-Alimentação		
Mancha	Famílias atendidas (*1)	Meses liberação crédito em relação ao ano de entrada (*2)	Meses liberação crédito em relação ao ano de criação do PA (*3)	Famílias atendidas (*1)	Meses liberação crédito em relação ao ano de entrada (*2)	Meses liberação crédito em relação ao ano de criação do PA (*3)	Famílias atendidas (*1)	Meses liberação crédito em relação ao ano de entrada (*2)	Meses liberação crédito em relação ao ano de criação do PA (*3)
Sul BA	76,68%	66	6	80,76%	78	18	69,39%	62	0
Sertão CE	86,21%	9	3	81,73%	58	29	86,48%	41	10
Entorno DF	64,07%	18	13	60,46%	36	35	65,82%	23	14
Sudeste PA	79,51%	144	24	55,55%	174	61	58,68%	148	27
Oeste SC	97,49%	24	6	85,15%	28	24	99,69%	21	3
Zona Cana NE	84,08%	29	6	82,31%	43	21	77,14%	35	10
Média geral	80,95%	46	9	72,70%	60	28	74,63%	48	9

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Incra, 2000 e 2001. Elaboração dos autores.

(*) Referente ao percentual médio (com base nos dados disponíveis) de famílias atendidas com o crédito (dados informados pelo Incra) em relação ao total de famílias do projeto (listagem do Incra). Foram consideradas as diversas liberações de crédito para um mesmo projeto de assentamento, mesmo que essa liberação não tenha se dado num único ano. Nos casos em que as informações do Incra não estavam disponíveis, as mesmas foram complementadas com informações obtidas na pesquisa de campo, através da aplicação do questionário Perfil dos Assentamentos.

(**) Considerou-se, para tanto, a diferença temporal média (com base nos dados disponíveis) entre a data da liberação do crédito (informações disponibilizadas pelo Incra) e o ano em que as famílias efetivamente entraram na área (informações colhidas na pesquisa de campo). Nos casos de projetos que tiveram partes do crédito liberadas em anos diferentes, considerou-se para o cálculo o ano em que se deu a maior liberação de recursos com base no maior número de famílias atendidas. Nos casos em que as informações do Incra não estavam disponíveis, as mesmas foram complementadas com informações obtidas na pesquisa de campo, através da aplicação do questionário Perfil dos Assentamentos.

(***) Considerou-se, para tanto, a diferença temporal média (com base nos dados disponíveis) entre a data da liberação do crédito (informações disponibilizadas pelo Incra) e o ano em que os projetos foram oficialmente implementados (informações do Incra). Nos casos de projetos que tiveram partes de crédito liberadas em anos diferentes, considerou-se para o cálculo o ano em que se deu a maior liberação de recursos com base no maior número de famílias atendidas. Nos casos em que as informações do Incra não estavam disponíveis, as mesmas foram complementadas com informações obtidas na pesquisa de campo, através da aplicação do questionário Perfil dos Assentamentos.

Mancha	Razões para a não declaração da área pelos entrevistados (em % dos que não declararam)				
	Não informaram área do lote	Assentamento coletivo (sem divisão de lotes)	Não demarcado (*1)	Não sabe (*2)	Não procede (uso não pressupõe divisão)
Sul BA	27	0%	100%	0%	0%
Sertão CE	285	0%	60%	16%	24%
Entorno DF	22	0%	95%	5%	0%
Sudeste PA	2	0%	0%	100%	0%
Oeste SC	38	21%	79%	0%	0%
Zona Cana NE	75	0%	87%	13%	0%
Total global	449	2%	70%	13%	15%

Fonte: Trabalho de campo – Questionário.

(*) Não demarcado: houve casos em que a área foi declarada, mas foi observado não estar oficialmente demarcado: optamos por registrar a área e também a observação de não demarcado (por isso a soma total nesta tabela pode ser um pouco maior que os “sem informação” na tabela anterior).

(**) No caso do Pará refere-se a entrevistados que recusaram-se a responder o questionário como um todo.

Tabela A.3.17 Tempo de deslocamento até cidade mais próxima, por faixas de tempo e por *manchas* (em % dos PAs estudados)

<i>Mancha</i>	Total PAs pesquisados	Até meia hora	Mais de meia até uma hora	Mais de uma até duas horas	Mais de duas até três horas	Mais de três horas	Faltou informação
Sul BA	14	43%	29%	14%	7%	7%	
Sertão CE	10	30%	40%	30%			
Entorno DF	14	14%	43%	21%	7%		14%
Sudeste PA	10	10%	40%	20%	30%		
Oeste SC	19	11%	58%	32%			
Zona Cana NE	25	76%	8%	8%		4%	4%
Total	92	36%	34%	20%	5%	2%	3%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.18 Condição das estradas internas: acesso aos lotes e trafegabilidade das estradas, por *manchas* (% dos PAs estudados)

<i>Mancha</i>	Total PAs	Tipo de acesso aos lotes					Condições das estradas internas				
		Todos acessíveis	Há lotes de difícil acesso	Parte não acessível chuvas	Há lotes sem acesso	Sem informação	Só boas	Precárias	Difícil acesso	Inacessíveis nas chuvas	Sem estrada
Sul BA	14	7%	21%		71%				29%	29%	43%
Sertão CE	10			20%		80%		10%		90%	
Entorno DF	14	50%	21%	21%	7%		57%	7%	14%	14%	7%
Sudeste PA	10		60%	40%			40%	40%	10%	10%	
Oeste SC	19	21%	42%	21%		16%	26%	32%	21%	21%	
Zona Cana NE	25	20%	32%	44%		4%	12%	12%	20%	52%	4%
Total global	92	18%	30%	37%	1%	13%	22%	21%	17%	38%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.19 Transporte coletivo: por onde passa (por *manchas*, em % dos PAs estudados)

<i>Mancha</i>	Total PAs pesquisados	Só fora do assentamento	Dentro, apenas na estrada principal	Entra também em vias secundárias	Sem informação
Sul BA	14	50%		21%	0%
Sertão CE	10	10%		30%	30%
Entorno DF	14	14%		14%	71%
Sudeste PA	10	10%		50%	30%
Oeste SC	19	11%		63%	21%
Zona Cana NE	25	20%		48%	16%
Total global	92	20%		40%	26%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.20 Assentamentos com escolas criadas a partir de reivindicação (em % dos PAs)				
Mancha	Total de assentamentos com escolas	Houve necessidade de reivindicação	Não houve necessidade de reivindicação	Faltou informação sobre reivindicação
Sul BA	13	92%	8%	0%
Entorno DF	9	56%	44%	0%
Sertão CE	10	80%	20%	0%
Sudeste PA	10	100%	0%	0%
Oeste SC	14	64%	36%	0%
Zona Cana NE	23	52%	35%	13%
Total global	79	71%	25%	4%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.21 Número de escolas nos assentamentos, em porcentagem dos assentamentos(*1)						
Mancha	PAs com escolas	Uma escola	Duas escolas	Três escolas	Quatro ou mais	Improvizada (*2)
Sul BA	13	69%	23%	8%	0%	
Sertão CE	10	20%	30%	40%	10%	
Entorno DF	9	78%	11%	11%	0%	
Sudeste PA	10	10%	50%	0%	40%	
Oeste SC	14	78%	21%	0%	0%	
Zona Cana NE	23	48%	30%	4%	4%	13%
Total	79	51%	28%	9%	8%	4%

Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) Inclui apenas as escolas efetivamente funcionando.

(*2) Escolas funcionando na sala de uma casa ou em condições precárias.

Tabela A.3.22 Instituições responsáveis pela manutenção das escolas dos assentamentos (em % dos projetos estudados)							
Mancha	Assentamento com escola	Só prefeitura	Só governo estado	Governo estado + prefeitura	ONG + prefeitura	Sindicato + prefeitura	Pronera + prefeitura
Sul BA	13	100%					
Sertão CE	10	90%					10%
Entorno DF	9	89%		11%			
Sudeste PA	10	100%					
Oeste SC	14	93%		7%			
Zona Cana NE	23	70%	9%		4%	4%	
Total global	79	87%	5%	3%	1%	1%	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.23		Frequência à escola e grau de escolaridade das pessoas em idade escolar que vivem nos lotes, por <i>manchas</i> e por faixas de idade (em porcentagem da população dos PAs)*									
<i>Manchas</i>	Faixas de idade	Pessoas em idade escolar que vivem nos lotes	Estudo atual			Grau de escolaridade				Total	
			Estão estudando atualmente	Não estudam atualmente	Nunca foi à escola	Até 4ª série ensino fundamental	5ª a 8ª série ensino fundamental	Maior que 8ª série ensino fundamental	Alfabetização adultos		
BA	07 a 10 anos	73	96%	4%	1%	99%	0%	0%	0%	0%	100%
	11 a 14 anos	59	92%	8%	0%	81%	17%	0%	2%	0%	100%
	15 a 19 anos	65	74%	26%	5%	40%	48%	5%	3%	0%	100%
	20 a 29 anos	68	38%	62%	9%	41%	34%	10%	6%	0%	100%
	30 anos ou mais	160	21%	79%	31%	51%	8%	4%	4%	1%	100%
BA Total		425	55%	45%	14%	60%	18%	4%	3%	0%	100%
CE	7 a 10 anos	325	90%	6%	7%	89%	2%	0%	0%	2%	100%
	11 a 14 anos	210	97%	3%	0%	63%	36%	1%	0%	0%	100%
	15 a 19 anos	214	72%	28%	3%	39%	48%	7%	1%	2%	100%
	20 a 29 anos	211	25%	75%	13%	58%	20%	7%	1%	1%	100%
	30 anos ou mais	524	7%	93%	37%	53%	5%	2%	2%	1%	100%
	Sem informação	27	37%	22%	22%	22%	15%	0%	0%	41%	100%
CE Total		1.511	50%	49%	17%	60%	17%	3%	1%	2%	100%
DF	7 a 10 anos	110	88%	12%	4%	95%	1%	0%	0%	0%	100%
	11 a 14 anos	116	91%	9%	0%	28%	70%	2%	0%	0%	100%
	15 a 19 anos	140	68%	32%	2%	21%	56%	21%	0%	0%	100%
	20 a 29 anos	117	20%	80%	7%	33%	39%	19%	1%	1%	100%
	30 anos ou mais	448	6%	94%	23%	57%	13%	5%	3%	0%	100%
	Sem informação	2	0%	50%	0%	50%	0%	0%	0%	50%	100%
DF Total		933	37%	62%	12%	50%	28%	8%	2%	0%	100%
PA	7 a 10 anos	231	87%	10%	11%	88%	1%	0%	0%	0%	100%
	11 a 14 anos	194	92%	8%	1%	68%	31%	0%	0%	1%	100%
	15 a 19 anos	216	57%	43%	2%	37%	52%	8%	0%	0%	100%
	20 a 29 anos	269	12%	88%	7%	61%	25%	7%	0%	0%	100%
	30 anos ou mais	682	2%	98%	35%	50%	12%	3%	0%	0%	100%
	Sem informação	5	0%	60%	40%	20%	0%	0%	0%	40%	100%
PA Total		1.597	35%	65%	18%	58%	20%	4%	0%	0%	100%
SC	7 a 10 anos	142	99%	1%	1%	96%	2%	0%	0%	1%	100%
	11 a 14 anos	103	95%	5%	0%	30%	68%	1%	0%	1%	100%
	15 a 19 anos	114	39%	61%	0%	28%	63%	9%	0%	0%	100%
	20 a 29 anos	115	8%	92%	1%	56%	36%	7%	0%	1%	100%
	30 anos ou mais	318	4%	96%	11%	70%	16%	1%	2%	0%	100%
	SC Total	792	39%	61%	5%	61%	30%	3%	1%	1%	100%
ZM	7 a 10 anos	342	93%	6%	5%	90%	3%	0%	0%	1%	100%
	11 a 14 anos	226	94%	4%	0%	78%	21%	0%	0%	0%	100%
	15 a 19 anos	292	67%	32%	4%	44%	40%	10%	1%	1%	100%
	20 a 29 anos	362	20%	79%	12%	54%	18%	11%	3%	1%	100%
	30 anos ou mais	662	6%	94%	42%	43%	7%	3%	5%	1%	100%
	Sem informação	10	50%	10%	0%	10%	10%	0%	0%	80%	100%
ZM Total		1.894	45%	55%	19%	58%	15%	5%	2%	1%	100%
Total geral	7 a 10 anos	1.223	91%	7%	6%	91%	2%	0%	0%	1%	100%
	11 a 14 anos	908	94%	6%	0%	61%	38%	1%	0%	0%	100%
	15 a 19 anos	1.041	63%	36%	3%	36%	49%	10%	1%	1%	100%
	20 a 29 anos	1.142	19%	81%	9%	54%	25%	10%	1%	1%	100%
	30 anos ou mais	2.794	6%	94%	32%	52%	10%	3%	3%	1%	100%
	Sem informação	44	34%	25%	18%	20%	11%	0%	0%	50%	100%
Total global		7.152	42%	57%	16%	58%	20%	4%	1%	1%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) A tabela leva em consideração apenas a população com 7 anos ou mais.

Tabela A.3.24 Existência de projetos de educação de jovens e adultos nos PAs estudados (em % de PAs)

Mancha	Total PAs pesquisados	PAs com EJA	Patrocinador dos projetos de educação de jovens e adultos						Sem informação (*2)
			PAs com projetos EJA	Prefeitura	Governo do estado	Só Pronera	Pronera ou prefeitura + outros	Outros (*1)	
Sul BA	14	86%	12	42%	8%	50%			
Sertão CE	10	60%	6			67%	33%		
Entorno DF	14	71%	10	10%		80%	10%		
Sudeste PA	10	20%	2			50%	50%		
Oeste SC	19	74%	14		7%	7%	21%	50%	14%
Zona Cana NE	25	60%	15	13%		33%	27%	20%	7%
Total global	92	64%	59	14%	3%	42%	19%	17%	5%

Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) A maioria refere-se aos convênios MST/Unesco/Inca, porém na Zona da Mata pernambucana/alagoana a presença é da Comunidade Solidária, Universidade; na Zona da Mata paraibana, da UFPB; no Brejo, do Sedup.

(*2) Assentamentos com projetos de jovens e adultos, mas sem informação de patrocinador.

Tabela A.3.25 Presença de agentes de saúde nos assentamentos estudados e origem dos recursos (em % dos PAs, por manchas)

Mancha	Total PAs pesquisados	PAs com agentes de saúde	Quem paga os agentes de saúde					
			PAs com agentes saúde (=100%)	Prefeitura	Governo do estado	Trabalho voluntário	Governo Federal (PAS)	Cooperativa
Sul BA	14	50%	7	50%				
Sertão CE	10	100%	10	70%	30%			
Entorno DF	14	36%	5	36%				
Sudeste PA	10	100%	10	100%				
Oeste SC	19	89%	17	42%		47%	5%	5%
Zona Cana NE	25	92%	23	80%			12%	
Total global	92	78%	72	62%	3%	10%	4%	1%

Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

Tabela A.3.26 Municípios onde os assentados procuram serviços de saúde (em % dos PAs estudados)*

Mancha	PAs pesquisados	Mesmo município	Cidade-pólo	Outro município
Sul BA	14	100%	14%	57%
Sertão CE	10	100%	10%	40%
Entorno DF	14	100%	21%	36%
Sudeste PA	10	90%	20%	80%
Oeste SC	19	95%	5%	26%
Zona Cana NE	25	80%	56%	36%
Total global	92	92%	25%	42%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*) Como os assentados procuram mais de um local (inclusive conforme o grau de especialização médica necessário), as respostas contemplavam mais de uma opção. Por isso, a soma das porcentagens não é igual a 100%.

Capítulo 4 – O Mundo Social dos Assentados

Tabela A4.1		Assentados que tiveram formação técnica e/ou política, antes e depois do assentamento									
Mancha	Total de entrevistados	Fizeram algum curso			Formação técnica			Formação política			
		Curso formação técnica	Curso formação política	Fizeram cursos formação técnica	Antes	Antes e depois	Depois	Fizeram cursos formação política	Antes	Antes e depois	Depois
Sul BA	87	46%	10%	40	15%	0%	83%	9	11%	11%	78%
Sertão CE	306	30%	6%	93	12%	2%	86%	17	12%	0%	88%
Entorno DF	237	22%	4%	52	27%	4%	69%	9	11%	11%	78%
Sudeste PA	366	18%	12%	67	21%	1%	78%	43	12%	5%	84%
Oeste SC	185	25%	12%	47	6%	0%	94%	22	5%	5%	82%
Zona Cana NE	387	25%	9%	97	10%	3%	85%	33	30%	3%	58%
Total global	1.568	25%	8%	396	15%	2%	83%	133	15%	5%	77%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A4.2		Famílias que se conheciam antes de morar no assentamento e quantidade de famílias conhecidas – em número de famílias conhecidas e em %, por manchas (*1)											
Mancha	Conhecia antes?	Não disseram quantas(*1)		Famílias que conhecia (do total no PA)				Famílias que já conhecia antes					
		Sim	Não	Todas/ muitas (*2)	Não sabe (*3)	Menos de 5%	De 5% a 15%	De 15% a 50%	Mais de 50%	De 1 a 4 famílias	De 5 a 10 famílias	De 11 a 20 famílias	Mais de 20 famílias
Sul BA	72%	28%	13%	7%	21%	20%	13%			36%	14%	1%	2%
Sertão CE	74%	26%	7%	4%	28%	15%	12%	8%	17%	21%	7%	19%	
Entorno DF	72%	28%	6%	2%	38%	15%	9%	2%	23%	18%	11%	11%	
Sudeste PA	50%	50%	4%	2%	40%	4%	1%			29%	10%	3%	3%
Oeste SC	74%	26%			34%	23%	14%	3%	35%	23%	12%	4%	
Zona Cana NE	81%	19%	24%	11%	11%	9%	16%	8%	7%	10%	6%	22%	
Total global	70%	30%	10%	4%	28%	12%	10%	4%	21%	15%	7%	12%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Uma parte dos questionários dava a resposta em números de famílias conhecidas, e outros respondiam qualitativamente (muitas, algumas, quase todas, etc). Para os questionários que especificaram número de famílias conhecidas, separamos em faixas de número de famílias conhecidas e fizemos também um cálculo da porcentagem, levando em conta o número total de famílias no PA de acordo com a listagem do Incra (1999).

(*2) Inclui respostas como “todas”, “quase todas”, “muitas”, “várias”, “a maioria”.

(*3) Nos pareceu que em muitos casos as pessoas não souberam quantificar porque conheciam muitas famílias.

Tabela A4.3		Espaços de encontro dos assentados							
Mancha	Entrevistados (=100%)	Nos espaços coletivos(*1)	Nas casas	Nos espaços religiosos(*2)	Em reuniões	Nas estradas (*3)	No trabalho	Outros(*4)	
Sul BA	87	75%	46%	0%	1%	0%	0%	14%	
Sertão CE	306	80%	31%	4%	7%	4%	4%	9%	
Entorno DF	237	59%	41%	24%	21%	3%	3%	8%	
Sudeste PA	366	33%	80%	20%	5%	8%	6%	10%	
Oeste SC	185	51%	95%	66%	2%	1%	1%	10%	
Zona Cana NE	387	66%	35%	5%	0%	9%	5%	6%	
Total global	1.568	59%	53%	18%	6%	5%	4%	9%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Foram considerados como “espaços coletivos” a sede da associação/ cooperativa, outras áreas coletivas, agrovila, comunidade, sede do engenho.

(*2) Inclui: igreja, cultos, celebrações.

(*3) Inclui: encontros nos caminhos, na estrada, ponto de ônibus.

(*4) Inclui: fora do assentamento, grupos de mulheres, sindicato, cidade, lazer, esportes, futebol, festas (foram agregados por apresentarem porcentagens muito baixas).

Tabela A4.4		Principais modalidades de lazer dos assentados atualmente e antes de vir para o assentamento (*1)									
Mancha	Entrevistados (=100%)	Não tem folga(*2)		Fica em casa(*3)		Ativid. religiosas(*4)		Faz visitas(*5)		Esportes e jogos(*6)	
		Agora	Antes	Agora	Antes	Agora	Antes	Agora	Antes	Agora	Antes
Sul BA	87	30%	21%	23%	29%	6%	5%	24%	10%	9%	20%
Sertão CE	306	6%	8%	63%	52%	8%	6%	28%	21%	23%	21%
Entorno DF	237	24%	30%	52%	38%	9%	6%	12%	6%	5%	9%
Sudeste PA	366	9%	10%	63%	41%	21%	12%	28%	17%	11%	14%
Oeste SC	185	1%	13%	77%	66%	44%	21%	52%	20%	22%	22%
Zona Cana NE	387	14%	28%	56%	39%	7%	4%	10%	5%	13%	13%
Total global	1568	12%	18%	59%	45%	15%	9%	24%	13%	14%	16%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Como as respostas podiam ser múltiplas (cada lote indicar mais de uma modalidade de lazer) as porcentagens não totalizam 100%. Para facilitar a visualização da tabela excluímos as modalidades de lazer que apareceram com menor frequência. Uma delas é a participação em festas: 3% agora e 5% antes (do total geral), sendo mais significativa no Sudeste do Pará (14% antes e 8% agora). A outra é a pesca e caça (5% agora e 6% antes), que aparece como significativa também apenas no Sudeste do Pará, onde 26% indicaram pescar/caçar antes de vir para o assentamento e 32% o fazem agora. Também excluímos as atividades enquadradas em “outros” (lê, estuda, reuniões, bar, conversas, passeia na cidade, passeia, praia, viagem), que totalizavam 15% antes e 13% agora.

(*2) Inclui trabalhos domésticos em casa ou no lote (cuidar dos animais, plantar, lidar com roçado).

(*3) Inclui dormir; descansar; assistir TV; ouvir rádio/música.

(*4) Inclui ir à igreja ou ao culto, ler a bíblia.

(*5) Inclui todos os tipos de visitas (amigos, parentes), dentro ou fora do assentamento.

(*6) A predominância absoluta refere-se a futebol, mas apareceram outros esportes e jogos (baralho, dominó, bocha, karatê).

Tabela A4.5		Perfil familiar dos lotes: presença de parentes e não parentes – em % dos lotes (*1)			
Mancha	Total de lotes entrevistados	Lotes apenas com família nuclear (*2)	Lotes com outros parentes (além da família nuclear) (*3)	Lotes com não parentes (*4)	
Sul BA	87	60%		38%	3%
Sertão CE	306	81%		18%	1%
Entorno DF	237	76%		22%	3%
Sudeste PA	366	71%		28%	3%
Oeste SC	185	86%		14%	1%
Zona Cana NE	387	69%		30%	1%
Total geral	1.568	75%		24%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) A soma das porcentagens não é necessariamente 100% pois há lotes com parentes e não parentes. O grau de parentesco é tomado em relação ao responsável pelo lote.

(*2) Lotes apenas com família nuclear são aqueles nos quais não vive ninguém além de responsável, cônjuge e filhos do responsável.

(*3) “Outros parentes” inclui: genro/nora, pais/sogros, irmãos/cunhados, netos, tios, sobrinhos, primos, avós.

(*4) Não parentes são predominantemente agregados ou empregados que vivem no lote.

Tabela A4.6 Presença de outros parentes além da família nuclear nos lotes (*1)					
Mancha	Lotes com genro/nora	Lotes com pais/sogros	Lotes com irmãos/cunhados	Lotes com netos, sobrinhos, primos, tios, avós (*2)	Nºmédio parentes além família nuclear por lote (*3)
Sul BA	11%	9%	7%	23%	1.9
Sertão CE	1%	7%	6%	11%	2.3
Entorno DF	5%	5%	5%	15%	2.3
Sudeste PA	10%	7%	5%	16%	2.4
Oeste SC	4%	5%	4%	7%	2.3
Zona Cana NE	7%	9%	8%	21%	2.7
Total	6%	6%	6%	16%	2.4

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Parentesco em relação ao responsável pelo lote. Nesta tabela as porcentagens não se somam, pois cada lote pode ter mais de um tipo diferente de parente.

(*2) Inclui quaisquer outros parentes que não os listados nas colunas anteriores. A maior frequência refere-se a netos.

(*3) Incluindo apenas os lotes com outros parentes (número total de parentes sobre lotes com outros parentes).

Tabela A4.7 Presença de cônjuges e filhos nos lotes (em % do total de entrevistados)			
Mancha	Lotes com cônjuge	Lotes com filhos	Nº médio de filhos por lote com filhos
Sul BA	79%	79%	3.5
Sertão CE	91%	86%	3.6
Entorno DF	85%	68%	2.8
Sudeste PA	87%	82%	2.9
Oeste SC	87%	89%	3.1
Zona Cana NE	84%	84%	3.5
Total	86%	82%	3.3

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A4.8 Composição das famílias de acordo com a idade dos filhos						
Mancha	Total de lotes entrevistados	Famílias só com filhos menores de 14 anos	Famílias com filhos menores e maiores de 14 anos	Famílias só com filhos maiores de 14 anos	Famílias sem filhos	Sem informação sobre a idade dos filhos
Sul BA	87	45%	25%	9%	21%	0%
Sertão CE	306	56%	24%	5%	14%	2%
Entorno DF	237	35%	22%	11%	32%	0%
Sudeste PA	366	45%	19%	17%	18%	0%
Oeste SC	185	61%	22%	6%	11%	0%
Zona Cana NE	387	48%	26%	10%	16%	0%
Total geral	1.568	48%	23%	10%	18%	1%

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A4.9 Idade dos responsáveis pelo lote (por faixas, em % dos entrevistados)						
Mancha	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Sem informação
Sul BA	8%	29%	21%	32%	10%	0%
Sertão CE	14%	31%	26%	18%	10%	1%
Entorno DF	6%	15%	31%	27%	20%	0%
Sudeste PA	9%	23%	27%	23%	16%	1%
Oeste SC	9%	35%	32%	18%	6%	0%
Zona Cana NE	15%	26%	25%	18%	15%	0%
Total global	11%	26%	27%	21%	14%	1%

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A4.10 Sexo dos filhos dos responsáveis que vivem nos lotes (em % de pessoas, por manchas)			
Mancha	Filhos dos responsáveis vivendo nos lotes	Filhos homens	Filhas mulheres
Sul BA	242	59%	41%
Sertão CE	957	52%	48%
Entorno DF	455	55%	45%
Sudeste PA	879	61%	39%
Oeste SC	516	53%	47%
Zona Cana NE	1.137	54%	46%
Total global	4.186	55%	45%

Fonte: Trabalho de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A4.11 Famílias que incorporaram novos membros						
Mancha	Lotes (famílias entrevistadas)		Lotes (famílias) que incorporaram novos membros		Total de pessoas incorporadas	Nº médio de pessoas incorporadas por família*
Sul BA	87		46%		71	1,8
Sertão CE	306		12%		58	1,6
Entorno DF	237		14%		61	1,8
Sudeste PA	366		33%		214	1,8
Oeste SC	185		18%		57	1,7
Zona Cana NE	387		24%		179	1,9
Total global	1.568		23%		640	1,8

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Considerando apenas o total de lotes que incorporou novos membros.

Tabela A4.12 Membros da família que viviam na zona urbana antes de vir ao assentamento (em % do número de pessoas, por grau parentesco e por mancha)*										
Mancha	Total pessoas		Responsável Z. Urbana	Cônjuge Z. Urbana	Filhos Z. Urbana	Genro/nora Z. Urbana	Genro/nora S/ informação	País/sogros Z. Urbana	Irmãos/ cunhados Z. Urbana	Netos/ sobrinhos, etc Z. Urbana
	Rural	Urbana								
Sul BA	65%	35%	34%	25%	41%	8%	0%	33%	17%	42%
Sertão CE	92%	8%	8%	8%	7%	0%	0%	6%	4%	22%
Entorno DF	61%	39%	38%	40%	37%	21%	0%	56%	75%	52%
Sudeste PA	73%	26%	25%	30%	28%	33%	14%	11%	12%	29%
Oeste SC	88%	11%	10%	11%	13%	25%	13%	8%	7%	33%
Zona Cana NE	81%	19%	21%	20%	26%	28%	0%	22%	12%	36%
Total global	79%	21%	21%	22%	22%	26%	6%	19%	19%	35%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) A diferença para 100% refere-se àquelas pessoas com este grau de parentesco que viviam em zona rural antes de vir para o assentamento, bem como aos sem informação (que no geral são menos de 2%, exceto para genros/noras, nos quais mantivemos a coluna). Exclui os que nasceram depois da entrada do responsável no lote, ou seja, aqueles que já nasceram no assentamento. Obs: Nas manchas ZM e CE houve muitos problemas para separar as pessoas que nasceram “depois” no caso dos Projetos onde havia muitos moradores, por isso pode haver alguma imprecisão nos dados nestes casos.

Tabela A4.13 Trabalho no lote e fora do lote pela população maior que 14 anos que vive nos assentamentos (em % dos que vivem no lote e número médio por família)*								
Mancha	Pessoas maiores de 14 anos		Trabalho só no lote		Trabalho no lote e fora		Trabalho só fora do lote	
	Trabalham no lote e/ou fora	% que trabalham sobre total	Maiores de 14 anos	Nº médio de famílias	Maiores de 14 anos	Nº médio de famílias	Maiores de 14 anos	Nº médio de famílias
Sul BA	296	96%	84%	3,0	10%	0,4	1%	0,0
Sertão CE	948	93%	85%	2,8	6%	0,2	1%	0,0
Entorno DF	708	96%	84%	2,6	11%	0,3	1%	0,0
Sudeste PA	1.131	93%	72%	2,4	18%	0,6	2%	0,1
Oeste SC	512	90%	77%	2,4	11%	0,3	1%	0,0
Zona Cana NE	1.180	86%	76%	2,7	8%	0,3	2%	0,1
Total global	4.775	91%	79%	2,6	11%	0,4	1%	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Exclui as pessoas que vivem nos lotes e têm menos de 14 anos. No caso das pessoas sem informação sobre idade, não foram contabilizados aqueles que eram filhos/outros parentes e foram contabilizados aqueles que eram responsável, cônjuge ou genro/nora (que provavelmente têm mais de 14 anos).

Tabela A4.14 **Tipos e periodicidade do trabalho fora do lote (em % da população maior de 14 anos que trabalha, por mancha)**

Mancha	Em que trabalham fora do lote – maiores de 14 anos (*1)							Periodicidade (*7)		
	Total de pessoas (*2)	Assalariado rural	Assalariado urbano (*3)	Trabalho coletivo (*4)	Trabalhador autônomo urbano (*5)	Parceiro / Arrendatário/ MNRF (*6)	Outros+s/informação tipo trabalho	Eventual	Temporário	Permanente
Sul BA	34	38%	38%	0%	18%	0%	6%	12%	32%	56%
Sertão CE	70	60%	17%	10%	9%	0%	4%	47%	20%	31%
Entorno DF	90	72%	22%	0%	3%	0%	2%	60%	12%	27%
Sudeste PA	296	65%	10%	13%	9%	2%	1%	53%	31%	16%
Oeste SC	71	49%	24%	18%	3%	3%	3%	15%	31%	51%
Zona Cana NE	135	40%	32%	4%	9%	4%	12%	35%	11%	50%
Total global	696	57%	20%	9%	8%	2%	4%	44%	24%	31%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Exclui menores de 14 anos e filhos/outras parentes sem informação de idade. Inclui responsável, cônjuge ou genro/nora sem informação de idade (provavelmente têm mais de 14 anos).

(*2) Inclui tanto as pessoas que trabalham só fora do lote quanto as que trabalham no lote e também fora do lote.

(*3) Inclui ocupações em atividades não agrícolas dentro do assentamento, como por exemplo professores, serventes das escolas, agentes de saúde etc (que acabaram sendo classificados como "urbanos").

(*4) Inclui troca de dias, mutirões (trabalhos sem remuneração, bem como trabalhos prestados para associações e cooperativas de assentados).

(*5) Inclui trabalhadores rurais não agrícolas ocupados dentro do assentamento (construção de estradas, escolas, poços, casas, transporte etc.)

(*6) Esta coluna somou parceiros, arrendatários e membros não remunerados da família.

(*7) Foi excluída a coluna das pessoas "sem informação" sobre periodicidade. A soma de eventual + temporário + permanente + sem informação = 100%.

Mancha	Local do trabalho fora do lote: dentro ou fora do assentamento, em % de pessoas que trabalham fora do lote (*1)				
	Trabalham fora do lote (=100%) (*2)	Só dentro do Assentamento (*3)	No PA e também fora do PA	Só fora do PA	Sem informação sobre onde trabalham
Sul BA	34	29%	9%	62%	
Sertão CE	70	59%	11%	29%	1%
Entorno DF	90	52%	10%	30%	8%
Sudeste PA	296	66%	24%	9%	1%
Oeste SC	71	51%	23%	27%	
Zona Cana NE	135	47%	9%	44%	
Total global	696	56%	17%	25%	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Exclui menores de 14 anos e filhos/outras parentes sem informação de idade. Inclui responsável, cônjuge ou genro/nora sem informação de idade (provavelmente têm mais de 14 anos).

(*2) Inclui os que trabalham só fora do lote, bem como aqueles que trabalham no lote e fora do lote.

(*3) Pessoas que trabalham fora do lote, porém dentro do assentamento. Refere-se a trabalhos agrícolas e não agrícolas realizados seja em outros lotes, seja em áreas de uso comum (escolas, estradas, postos de saúde etc).

Tabela A4.16		Pessoas que trabalham nos lotes, de todas as idades e maiores de 14 anos - nº total de pessoas, % do total e número médio por lote (*1)								
Mancha	Famílias entrevistadas	Totais da amostra			Trabalham no lote – todas as idades			Trabalham nos lotes – maiores de 14 anos		
		Pessoas nos PAs (todas as idades)	Pessoas maiores de 14 anos (*2)	Trabalham (todas as idades) (*3)	% sobre total pessoas que vivem	Pessoas ocupadas por lote	Maiores de 14 que trabalham no lote (*4)	% do total maiores que 14 que trabalham	Maiores de 14 ocupados por lote	
		A	B	C	D	D/B (%)	D/A	E	E/C (%)	E/A
Sul BA	87	464	309	365	79%	4,2	293	95%	3,37	
Sertão CE	306	1.673	1.017	1.158	69%	3,78	925	91%	3,02	
Entorno DF	237	1.020	741	824	81%	3,48	699	94%	2,95	
Sudeste PA	366	1.823	1.219	1.303	71%	3,56	1106	91%	3,02	
Oeste SC	185	922	572	584	63%	3,16	503	88%	2,72	
Zona Cana NE	387	2.170	1.378	1.375	63%	3,54	1151	84%	2,97	
Total global	1.568	8.072	5.236	5.609	69%	3,57	4.677	89%	2,98	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Inclui pessoas que trabalham somente no lote, ou no lote e fora do lote.

(*2) Exclui menores de 14 anos e sem informação. Inclui as pessoas sem informação idade que são responsável, cônjuge ou genro/hora (provavelmente maiores 14 anos).

(*3) Inclui no cálculo o número total de pessoas que declararam trabalhar no lote, inclusive os menores de 14 anos e os sem informação sobre idade.

Tabela A4.17		Caracterização do trabalho fora do lote, conforme realizado dentro ou fora do projeto de assentamento – em % dos que declaram trabalhar fora do lote (*1)												
Mancha	Trabalho dentro ou fora do PA	Trabalham fora (*2)	Tipo de trabalho realizado								Periodicidade			
			Assal. rural	Parceiro/ arrendat.	Trabalho coletivo	Assal. urbano	Autônomo	Constr. civil	Assal. Educ./ saúde	Outros	Total n/ agrícola (*3)	Eventual	Temp.	Perm.
Sul BA	Só no PA	10	0%	0%	0%	0%	30%	0%	50%	20%	80%	10%	10%	80%
	Fora do PA	24	54%	0%	0%	21%	13%	0%	13%	0%	46%	13%	42%	46%
Sertão CE	Só no PA	41	66%	0%	17%	0%	5%	2%	5%	5%	12%	44%	17%	39%
	Fora do PA	28	54%	0%	0%	14%	11%	7%	11%	0%	43%	50%	25%	21%
Entorno DF	Só no PA	47	89%	0%	0%	9%	0%	0%	0%	0%	9%	77%	6%	17%
	Fora do PA	36	47%	0%	0%	42%	8%	0%	0%	0%	50%	36%	22%	39%
Sudeste PA	Só no PA	195	65%	2%	17%	3%	10%	2%	1%	0%	16%	59%	27%	14%
	Fora do PA	98	65%	3%	2%	15%	8%	4%	0%	2%	28%	41%	40%	19%
Oeste SC	Só no PA	36	42%	6%	33%	3%	0%	0%	17%	0%	19%	8%	28%	64%
	Fora do PA	35	57%	0%	3%	23%	6%	3%	3%	0%	34%	23%	34%	37%
Zona Cana NE	Só no PA	63	51%	2%	6%	14%	6%	0%	0%	19%	21%	49%	8%	43%
	Fora do PA	72	31%	6%	1%	47%	11%	0%	0%	3%	58%	22%	14%	57%
Total	Só no PA	392	62%	2%	15%	5%	7%	1%	4%	4%	17%	52%	20%	28%
	Fora do PA	293	52%	2%	1%	28%	9%	2%	2%	1%	42%	32%	29%	35%
Total global		696	57%	2%	9%	15%	8%	2%	3%	3%	28%	44%	24%	31%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Foram excluídas as linhas e colunas pessoas sem informação sobre local de trabalho ou sobre tipo de trabalho (em torno de 2%).

(*2) Número de pessoas que declararam trabalhar fora do lote (=100%).

(*3) Soma de Assalariado urbano, autônomo, construção civil e assalariados da educação e saúde.

Tabela A4.18		Estimativas do total de pessoas com mais de 14 anos ocupadas dentro dos projetos de assentamento nos municípios estudados – número total e %, por sexo, e por <i>mancha</i> (*1)									
<i>Mancha</i>	Base para a estimativa Total famílias (lotes)	Pessoas com 14 anos ou mais que trabalham		Estimativa da população ocupada só dentro dos PAs							
		Entrevistadas	Municípios Amostra (*2)	Amostra	Estimativa	Pessoas com 14 anos ou mais que trabalham		Homens com 14 anos ou mais que trabalham		Mulheres com 14 anos ou mais que trabalham	
						F	F/AxB	Estimativa	%	Estimativa	%
Sul da BA	87	734		295	2.488,9	2.286,4	91,9%	1.333,0	58,3%	953,4	41,7%
Sertão CE	306	2.999		942	9.232,2	8.938,2	96,8%	4.929,7	55,2%	4.008,5	44,8%
Entorno DF	237	2.409		708	7.196,5	6.759,4	93,9%	4.004,8	59,3%	2.754,6	40,8%
Sudeste PA	366	3.320		1129	10.241,2	9.370,4	91,5%	5.152,3	54,9%	4.218,0	45,0%
Oeste SC	185	1.802		511	4.977,4	4.646,2	93,3%	2.581,2	55,6%	2.065,0	44,4%
Zona Cana NE	387	3.849		1180	11.705,7	11.029,8	94,2%	6.683,5	60,60%	4.346,3	39,4%
Total global	1.568	15.113		4765	45.897,7	43.054,7	93,8%	24.674,3	57,3%	18.380,4	42,7%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários; Listagem Incra (total de pessoas assentadas), 1999.

(*1) Incluindo todos os tipos de trabalho internos.

(*2) Número total de famílias assentadas nos municípios da amostra, segundo dados da listagem do Incra, incluindo todos os assentamentos criados entre 1985 e 1997 (181 Projetos de Assentamento).

Tabela A4.19		Motivos das idas dos assentados às cidades (*1)											
<i>Mancha</i>	Entrevistados (=100%)	Compras da casa	Vendas/ Negócios (*2)	Sindicato	Cuidado com saúde	Culto religioso	Festas	Visitar amigos /parentes	Pagar contas	Receber aposentadoria	Reuniões em geral	Passeio/ lazer	Escola
Sul BA	87	86%	63%	14%	16%	8%	2%	8%	0%	0%	6%	3%	0%
Sertão CE	306	73%	42%	17%	9%	21%	9%	2%	1%	2%	1%	0%	1%
Entorno DF	237	79%	22%	18%	21%	10%	6%	4%	14%	5%	0%	1%	0%
Sudeste PA	366	96%	29%	10%	22%	12%	8%	15%	4%	7%	2%	4%	0%
Oeste SC	185	99%	4%	35%	17%	1%	1%	1%	6%	0%	3%	1%	1%
Zona Cana NE	387	65%	77%	13%	10%	20%	9%	2%	3%	1%	3%	1%	1%
Total geral	1.568	81%	41%	16%	16%	14%	7%	6%	5%	3%	2%	2%	1%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) A resposta a esta questão comportava múltiplas respostas (ou seja, os assentados vão à cidade por mais de uma razão), e cada alternativa foi computada separadamente, de forma que a soma das porcentagens não corresponde a 100%.

(*2) Vendas/negócios inclui feira e tudo que se refere à negociação de produtos do lote.

Capítulo 5 – A Produção dos Assentamentos e seus Impactos

Produtos	Sul BA			Sertão CE			Entorno DF			Sudeste PA			Oeste SC			Zona Cana NE		
	Produzem	Vendem	Importante	Produzem	Vendem	Importante	Produzem	Vendem	Importante	Produzem	Vendem	Importante	Produzem	Vendem	Importante	Produzem	Vendem	Importante
Abacaxi	20	18	2				2			11	8	8				10	4	3
Abóbora	13	6		7	1		6	0	0	31	2	1	8			3	2	0
Acerola	1	1	1				0			2						2	1	
Amendoim	1			0	0					1			9	1		2	2	1
Arroz	1			4			53	8	5	71	23	19	43	4				
Algodão				47	40	30												
Banana	29	17	10	3	1	1	3			17	3	2				31	16	9
Batata				0	0		1			3			28	1		17	9	3
Batata-doce	6	3					0	0	0	0			32	1		8	6	0
Cacau	18	13	2															
Café	13	1					1	0		0								
Cana	1			1			37	2	1	7	0	0	1			13	11	9
Coco-da baía	18	13	6							1						12	4	1
Caju				0						2						3	1	
Capim				4			11	0		0			1			0		
Feijão	28	2	1	99	11	4	15	3	1	16	1	1	90	62	27	70	34	12
Fumo	1	1	1										12	12	11			
Fava				1	0					3	0	0				10	3	1
Graviola	2									0						3	1	
Guaraná	9	7	1															
Gergelim				0						1						1		
Hortaliças	6			0	0		0			0			3	1		1	1	0
Inhame										2	0	0				46	29	18
Laranja	3	2					1			2	0		3	3		3	1	
Limão							0			1						2	1	
Maçã													1	1				
Mamão	1	1		0						1						3	2	1
Mandioca	92	77	62	3	0	0	48	8	4	45	2	5	45	1		100	75	36
Manga										2	0		1			1		
Maracujá	5	3					2	1	0	1	0					6	4	3
Milho	29	15	5	100	38	29	77	21	16	72	20	19	99	72	49	58	31	8
Melancia	2	2	1	5	0		1	0	0	23	1	0				2	2	
Maxixe										7								
Pimenta	7	7	2															
Palma				3	0													
Pepino	1	1		3						9								
Quiabo	5	3	1	0						9						1	0	
Soja							1	1		0	0	0	9	6	4			
Seringa	9	7	1															
Sorgo				2	0		9	0	0									
Trigo													4					
Urucum	6	3																

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Porcentagem dos entrevistados que declararam produzir, vender, e que consideram o produto como importante. Foram incluídos apenas os produtos mais importantes. As células em branco significam que não foi declarada nenhuma informação e as células com o número "0" representam percentuais próximos à zero.

Tabela A5.2 Valor bruto da produção agropecuária, extrativista e de produtos beneficiados nos assentamentos pesquisados durante a safra 98/99, para o conjunto das manchas estudadas – por produtos, em ordem decrescente de valor, em R\$ correntes (*1)

Produtos	Valor R\$	% (*2)	Produtos	Valor R\$	% (*2)
Leite	9.831.887,73	20,15%	Pimenta do reino	47.076,13	0,096%
Mandioca	8.113.951,63	16,63%	Mamão	46.371,49	0,095%
Milho	5.543.691,90	11,36%	Feijão verde	40.216,97	0,082%
Feijão-em-grão	3.957.243,04	8,11%	Fava	26.699,19	0,055%
Ovos	2.329.529,83	4,78%	Polvilho e farinha	25.870,00	0,053%
Arroz	2.290.056,09	4,70%	Café	23.799,19	0,049%
Abacaxi	2.265.125,08	4,64%	Mel	20.083,21	0,041%
Soja	1.339.479,50	2,75%	Pitanga	15.714,29	0,032%
Inhame	1.189.124,46	2,44%	Tomate	14.000,00	0,029%
Farinha de mandioca	1.158.466,46	2,37%	Amendoim	12.956,64	0,027%
Arroz em grão	1.027.545,34	2,11%	Pepino	8.783,40	0,018%
Queijo/requeijão	994.724,46	2,04%	Cupuaçu	8.121,14	0,017%
Cana-de-açúcar	989.727,20	2,03%	Guaraná	7.923,46	0,016%
Fumo	720.383,56	1,48%	Trigo	7.923,19	0,016%
Maracujá	703.199,75	1,44%	Cará	6.462,50	0,013%
Batata	650.269,74	1,33%	Graviola	6.443,84	0,013%
Abóbora	595.493,92	1,22%	Massa de mandioca	6.231,58	0,013%
Lenha	584.892,52	1,20%	Farelo de cana	5.970,00	0,012%
Madeira-estaca	548.278,08	1,12%	Laranja	4.561,52	0,009%
Batata doce	513.241,08	1,05%	Repolho	4.421,43	0,009%
Algodão	408.385,93	0,84%	Rapadura	2.745,32	0,006%
Lenha para carvão	365.397,86	0,75%	Gengibre	2.255,87	0,005%
Melancia	305.110,34	0,63%	Dendê	1.958,82	0,004%
Coco-da-baía	245.865,98	0,50%	Caju (castanha)	1.892,69	0,004%
Carvão	217.319,93	0,45%	Cebola	1.801,40	0,004%
Sorgo	203.831,57	0,42%	Milho-pipoca	1.360,03	0,003%
Cacau	197.819,82	0,41%	Manga	1.263,29	0,003%
Madeira em toras	189.076,80	0,39%	Gergelim	1.229,27	0,003%
Erva-mate	166.680,84	0,34%	Melão	1.152,35	0,002%
Banana	163.453,22	0,34%	Maxixe	1.073,55	0,002%
Piaçava	158.965,75	0,33%	Urucum	1.009,81	0,002%
Forragem	97.914,92	0,20%	Azeite de mamona	794,07	0,002%
Seringa	90.294,59	0,19%	Abacate	620,72	0,001%
Quiabo	61.393,97	0,13%	Caju	599,55	0,001%
Acerola	55.301,79	0,11%	Citrus	577,50	0,001%
Mudas de laranja	54.140,94	0,11%	Limão	152,47	0,000%
Frango	53.500,00	0,11%	Manteiga	29,21	0,000%
Polvilho	49.235,58	0,10%			
Total global = R\$ 48.790.146,25 (100,00%)					

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; PAM, IBGE, 1999; PPM, IBGE, 1999; Emater/Epagri, 1999.

(*1) O valor bruto da produção foi obtido a partir da multiplicação da produção auferida nos assentamentos pesquisados pelos preços correntes praticados na safra 98/99 no nível municipal. Esses últimos foram obtidos a partir de fontes locais ou, na sua ausência, através de dados secundários da PAM/PPM calculados pelo IBGE e dados originários do sistema de coleta da Emater/Epagri. No caso dos assentados que informaram ter produzido determinado produto mas não souberam informar a quantidade produzida, essa quantidade foi estimada a partir da produção e da produtividade física média observada nos demais lotes do mesmo projeto de assentamento.

(*2) Percentagem sobre o total do VBP.

Tabela A5.3 Comparação entre a produtividade média dos assentamentos e a produtividade média dos municípios considerados nas <i>manchas</i> selecionadas com base nos principais produtos agropecuários (em % dos casos observados)*					
Mancha	Nº de observações	Produtividade abaixo da média	Produtividade em torno da média	Produtividade acima da média	Total
Sul BA	23	35%	4%	61%	100%
Sertão CE	16	38%	44%	19%	100%
Entorno DF	27	59%	4%	37%	100%
Sudeste PA	9	67%	0%	33%	100%
Oeste SC	33	42%	6%	52%	100%
Zona Cana NE	38	53%	11%	37%	100%
Total geral	146	48%	10%	42%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*) Considerou-se como número de observações os casos dos produtos relevantes (número de produtores que produzem, número de produtores que vendem, importância atribuída ao produto e participação no valor da produção) nas tabelas anteriores sobre produtividade física. "Produtividade ao redor da média" expressa os casos em que a média encontrada nos assentamentos ficou muito pouco abaixo daquela observada nos municípios respectivos.

Tabela A5.4		Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da <i>mancha</i> do Sul da Bahia, segundo o tipo de produto - safra 1998/99 (*1)					
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)
Abacaxi	Frutos	Arataca	1.000,00	3.000,00	Santa Luzia	1.558,56	2.500,00
		Canavieiras	2.066,67	7.140,50		4.361,58	1.336,71
Abóbora	Frutos	Buerarema	-	2.604,17	Canavieiras	1.608,16	833,33
		Camacan	-	1.309,38		1.200,00	250,00
Acerola	kg	Santa Luzia	10.000,00	6.000,00			
Arroz	kg	Arataca	-	5.000,00			
Banana	Cachos	Arataca	359,74	97,14	Canavieiras	417,00	122,00
		Camacan	211,42	42,86		255,65	259,38
Batata-doce	kg	Buerarema	-	5.000,00	Camacan	-	181,82
Cacau	kg	Arataca	248,08	15,41	Santa Luzia	429,45	16,67
		Buerarema	279,91	10,00		334,29	104,25
		Ilhéus	316,58	991,07			
Café	kg	Arataca	145,49	31,25	Una	491,27	179,41
		Santa Luzia	511,11	150,00			
Coco-da-baía	Frutos	Canavieiras	676,33	1.120,00	Itacaré	810,15	45,61
		Ilhéus	3.230,97	1.250,00	Una	1.142,05	344,12
Dendê	Litros	Santa Luzia		50,00			
Feijão (grão)	kg	Arataca	502,30	215,91	Ilhéus	556,12	81,25
		Buerarema	3.600,00	107,14		180,87	75,00
		Camacan	240,11	63,52		480,00	125,00
		Canavieiras	262,92	37,50			
Fumo	kg	Camacan	-	1.250,00			
Guaraná	kg	Santa Luzia	-	14,71	Una	275,09	58,28
Laranja	Frutos	Canavieiras	1.590,91	6.666,67	Santa Luzia	38.373,70	6.000,00
Leite (*4)	Litros	Arataca	1,94	2,00	Santa Luzia	4,01	1,54
		Buerarema	3,34	4,11			
Mamão	Frutos	Buerarema	-	100,00			
Mandioca	kg	Arataca	3.750,00	6.666,67	Itacaré	2.433,78	1.522,39
		Buerarema	3.444,08	3.977,27		10.205,97	7.019,30
		Canavieiras	6.656,63	7.129,25		5.843,41	5.111,49
		Ilhéus	1.893,92	9.765,96			
Maracujá	Frutos	Canavieiras	8.000,00	24.197,56	Una	7.600,86	27.500,00
Milho	kg	Arataca	296,18	507,81	Santa Luzia	751,36	406,25
		Buerarema	1.043,48	147,06		605,89	2.000,00
		Camacan	-	534,33		750,00	150,00
		Canavieiras	690,00	333,33			
Pimenta reino	kg	Santa Luzia	-	16,67	Una	654,11	291,67
Tomate	kg	Camacan	800,00	10.000,00			
Urucum	kg	Santa Luzia	-	15,59	Una	902,08	200,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*1) A tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizadas e os municípios onde a produção nos assentamentos ali instalados foi detectada. As células da produtividade dos assentamentos em negrito assinalam produtividade física maior do que a verificada nos municípios. Para alguns produtos não há registros no Censo Agropecuário (identificados com um traço). Nos casos onde a cultura predominante no projeto era consorciada, esta foi comparada com este tipo de produção no município.

(*2) Produção total dos assentamentos visitados dividida pela área total declarada (dados de campo – 2000).

(*3) Produção total dividida pela área total dos estabelecimentos agropecuários no município (Censo Agropecuário – 1996).

(*4) No caso do leite, a produtividade está calculada em litros/vacas ordenhadas/dia.

Tabela A5.5		Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da <i>mancha do Sertão do Ceará</i> , segundo o tipo de produto – safra 1998/99 (*1)		
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha nos municípios (*3)	Produção p/ha nos PAs (*2)
Abóbora	Frutos	Canindé	361,63	47,37
		Santa Quitéria	146,31	1,43
Algodão	kg	Canindé	480,24	208,96
		Madalena	522,05	365,73
		Quixeramobim	608,83	514,96
		Santa Quitéria	334,33	326,54
Amendoim	kg	Madalena	-	181,82
Arroz	kg	Madalena	1.095,08	189,00
		Quixeramobim	1.258,59	360,00
		Santa Quitéria	1.110,41	288,90
Banana	Cacho	Madalena	773,77	100,00
Fava	kg	Madalena	336,73	166,67
Feijão (grão)	kg	Canindé	157,73	111,45
		Madalena	182,46	119,15
		Quixeramobim	398,29	461,76
		Santa Quitéria	204,00	196,53
Gergelim	kg	Quixeramobim	453,13	3,30
Leite (*4)	Litros	Canindé	1,83	1,67
		Madalena	2,25	2,08
		Quixeramobim	3,20	2,10
		Santa Quitéria	1,74	1,64
Mandioca	kg	Santa Quitéria	5.181,77	932,14
Melancia	Frutos	Canindé	3.533,94	53,04
		Santa Quitéria	237,82	3,57
Milho	kg	Canindé	520,14	298,10
		Madalena	666,89	768,18
		Quixeramobim	814,41	779,15
		Santa Quitéria	551,24	666,21
Sorgo	kg	Madalena	15.110,51	2.636,78

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*1) A tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizadas e os municípios onde a produção nos assentamentos ali instalados foi detectada. As células da produtividade dos assentamentos em negrito assinalam produtividade física maior do que a verificada nos municípios. Para alguns produtos não há registros no Censo Agropecuário (identificados com um traço). Nos casos onde a cultura predominante no projeto era consorciada, esta foi comparada com este tipo de produção no município.

(*2) Produção total dos assentamentos visitados dividida pela área total declarada (dados de campo – 2000).

(*3) Produção total dividida pela área total dos estabelecimentos agropecuários no município (Censo Agropecuário – 1996).

(*4) No caso do leite, a produtividade está calculada em litros/vacas ordenhadas/dia.

Tabela A5.6		Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da <i>mancha</i> do Entorno do Distrito Federal, segundo o tipo de produto – safra 1998/99 (*1)					
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)
Abóbora	Frutos	Buritis	3.800,00	266,00	Formosa	1.402,17	6.666,67
		João Pinheiro	480,00	75,00		2.506,58	85,71
		Unaí	3.803,18	1.963,64			
Arroz	kg	Buritis	802,69	1.510,36	Cristalina	1.004,06	400,00
		Formosa	1.715,87	1.309,40		812,80	1.864,09
		Paracatu	1.895,47	176,03		1.312,29	1.351,04
Banana	Cacho	João Pinheiro	503,50	7,33			
Batata-doce	kg	Formosa	–	100,00			
Café	kg	Cristalina	2.069,12	150,00	João Pinheiro	1.687,29	800,00
Cana	kg	João Pinheiro	42.839,55	33.037,50	Paracatu	34.775,73	1.465,12
		Unaí	23.437,08	16.640,99			
Feijão (grão)	kg	Buritis	1.392,46	34,29	Cristalina	2.021,70	3.261,54
		Formosa	1.555,02	1.116,25		274,51	326,67
		Paracatu	1.579,90	7,11		1.652,97	94,95
Leite (*4)	Litros	Buritis	3,06	2,09	Cristalina	3,33	2,64
		Formosa	2,55	2,84		3,52	2,86
		Paracatu	3,93	2,52		4,58	2,94
Mandioca	kg	Buritis	1.832,40	1.341,67	João Pinheiro	3.724,18	3.933,85
		Paracatu	4.601,36	637,85		5.331,76	14.035,09
		Cristalina	22.430,11	46.851,83			
Milho	kg	Buritis	2.771,36	2.067,27	Cristalina	4.602,67	1.608,75
		Formosa	2.250,92	1.014,86		2.696,98	1.886,68
		Paracatu	4.730,60	654,81		3.705,18	1.746,54
Soja	kg	Cristalina	1.901,12	2.400,00	Formosa	1.973,39	3.555,56
Sorgo	kg	Cristalina	1.264,86	2.890,91		–	14.782,61
		Unaí	3.133,92	63.229,63			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*1) A tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizadas e os municípios onde a produção nos assentamentos ali instalados foi detectada. As células da produtividade dos assentamentos em negrito assinalam produtividade física maior do que a verificada nos municípios. Para alguns produtos não há registros no Censo Agropecuário (identificados com um traço). Nos casos onde a cultura predominante no projeto era consorciada, esta foi comparada com este tipo de produção no município.

(*2) Produção total dos assentamentos visitados dividida pela área total declarada (dados de campo – 2000).

(*3) Produção total dividida pela área total dos estabelecimentos agropecuários no município (Censo Agropecuário – 1996).

(*4) No caso do leite, a produtividade está calculada em litros/vacas ordenhadas/dia.

Tabela A5.7 Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da mancha do Sudeste do Pará, segundo o tipo de produto – safra 1998/99 (*1)				
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)
Abacaxi	Frutos	Conceição do Araguaia	3.218,50	9.336,82
		Floresta do Araguaia	3.218,50	3.842,32
Abóbora	Frutos	Conceição do Araguaia	1.067,00	346,65
		Floresta do Araguaia	1.067,00	661,16
Acerola	kg	Conceição do Araguaia	711,36	107,53
Amendoim	kg	Conceição do Araguaia	340,00	27,21
Arroz	kg	Conceição do Araguaia	872,08	920,65
		Floresta do Araguaia	872,08	460,49
Banana	Cacho	Conceição do Araguaia	740,99	103,91
Batata	kg	Conceição do Araguaia	8.264,46	69,18
Cana	kg	Conceição do Araguaia	5.338,98	2.440,61
Cupuaçu	Frutos	Conceição do Araguaia	5.000,00	169,81
Fava	kg	Conceição do Araguaia	667,34	47,20
Feijão (grão)	kg	Conceição do Araguaia	248,61	48,35
		Floresta do Araguaia	248,61	60,14
Gengibre	kg	Conceição do Araguaia	-	100,00
Gergelim	kg	Conceição do Araguaia	45,59	172,27
Inhame	kg	Floresta do Araguaia	6.085,92	413,22
Leite (*2)	Litros	Conceição do Araguaia	2,20	1,19
		Floresta do Araguaia	2,20	1,34
Mandioca	kg	Conceição do Araguaia	5.270,62	3.796,71
		Floresta do Araguaia	7.732,10	874,67
Manga	Frutos	Conceição do Araguaia	37.512,20	285,71
Maxixe	kg	Conceição do Araguaia	-	5,76
Melancia	Frutos	Conceição do Araguaia	786,86	96,49
Melão	Frutos	Conceição do Araguaia	27,55	44,67
Milho	kg	Conceição do Araguaia	800,68	597,13
		Floresta do Araguaia	800,68	541,04
Soja	kg	Conceição do Araguaia	1.000,92	2.556,00

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*1) A tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizadas e os municípios onde a produção nos assentamentos ali instalados foi detectada. Em 1996 o município de Floresta do Araguaia ainda não havia sido criado e pertencia à Conceição. Os dados desta foram repetidos para Floresta. As células da produtividade dos assentamentos em negrito assinalam produtividade física maior do que a verificada nos municípios. Para alguns produtos não há registros no Censo Agropecuário (identificados com um traço). Nos casos onde a cultura predominante no projeto era consorciada, esta foi comparada com este tipo de produção no município.

(*2) Produção total dos assentamentos visitados dividida pela área total declarada (dados de campo – 2000).

(*3) Produção total dividida pela área total dos estabelecimentos agropecuários no município (Censo Agropecuário - 1996).

(*4) No caso do leite, a produtividade está calculada em litros/vacas ordenhadas/dia.

Tabela A5.8 Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da <i>mancha</i> do Oeste Catarinense, segundo o tipo de produto – safra 1998/99 (*1)							
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)
Abóbora	Frutos	Abelardo Luz	2.042,04	2.178,30			
Amendoim	kg	Abelardo Luz	1.546,96	61,22	Paraíso	1.151,74	750,00
		Anchieta	1.287,18	255,00	S. José do Cedro	1.072,57	670,00
		S. Miguel d'Oeste	1.196,70	750,00			
Arroz	kg	Abelardo Luz	1.532,37	683,22	Palma Sola	1.758,21	1.080,00
		Passos Maia	1.107,27	430,00	Paraíso	1.214,35	1.915,49
		Anchieta	1.366,69	553,33	S. Jose do Cedro	2.092,00	638,30
		Dionísio Cerqueira	925,27	1.866,67	S. Miguel d'Oeste	1.637,29	10.230,77
Batata	kg	Abelardo Luz	17.461,08	934,88	Palma Sola	11.024,76	4.000,00
		Passos Maia	12.000,00	1.700,00	Paraíso	10.722,18	433,33
		Anchieta	12.194,17	666,67	S. José do Cedro	9.026,92	1.750,00
		Dionísio Cerqueira	10.033,33	4.333,33	S. Miguel d'Oeste	12.720,97	725,00
Batata-doce	kg	Abelardo Luz	12.200,40	1.485,79	Paraíso	12.847,51	3.000,00
		Passos Maia	-	6.000,00	S. José do Cedro	10.231,39	2.285,71
		Anchieta	10.063,41	1.111,11	S. Miguel d'Oeste	10.506,18	1.900,00
		Palma Sola	6.829,86	2.250,00			
Cebola	kg	Abelardo Luz	10.441,18	1.600,00			
Feijão-em-grão	kg	Abelardo Luz	721,92	916,85	Palma Sola	763,25	498,57
		Passos Maia	1.074,10	400,61	Paraíso	601,92	499,20
		Anchieta	745,22	886,25	S. José do Cedro	774,60	906,17
		Dionísio Cerqueira	520,00	4.000,00	S. Miguel d'Oeste	796,22	509,41
Fumo	kg	Abelardo Luz	1.575,80	920,00	Paraíso	1.672,49	1.066,88
		Anchieta	1.320,19	853,33	S. José do Cedro	1.233,97	1.355,88
		Palma Sola	1.667,28	1.536,00	S. Miguel d'Oeste	1.344,52	358,25
Laranja	Frutos	Anchieta	71.711,10	3.050,00	S. Miguel d'Oeste	81.602,11	4.378,67
		São José do Cedro	65.043,75	4.000,00			
Leite (*4)	Litros	Abelardo Luz	5,81	3,57	Palma Sola	0,45	3,42
		Passos Maia	4,29	3,68	Paraíso	4,52	5,91
		Anchieta	4,03	7,45	S. José do Cedro	5,29	7,31
		Dionísio Cerqueira	4,05	6,06	S. Miguel d'Oeste	4,67	5,88
Mandioca	kg	Abelardo Luz	14.562,05	2.368,04	Palma Sola	14.424,56	34.000,00
		Passos Maia	10.560,01	2.444,44	Paraíso	12.112,08	14.200,00
		Anchieta	7.123,55	11.685,71	S. José do Cedro	12.586,08	22.709,68
		Dionísio Cerqueira	8.148,60	1.250,00	S. Miguel d'Oeste	11.232,31	8.354,17
Milho	kg	Abelardo Luz	4.485,72	1.755,41	Palma Sola	3.128,02	3.486,49
		Passos Maia	2.644,14	1.034,73	Paraíso	2.437,60	4.826,09
		Anchieta	3.001,23	3.302,22	S. José do Cedro	2.882,21	3.450,98
		Dionísio Cerqueira	1.512,64	3.000,00	S. Miguel d'Oeste	2.746,62	3.037,81
Soja	kg	Abelardo Luz	2.547,43	1.899,29	Dionísio Cerqueira	2.403,50	1.050,00
		Passos Maia	821,92	161,54			
Trigo	kg	Abelardo Luz	1.932,09	740,00	Palma Sola	822,34	1.300,00
		Anchieta	857,73	1.480,00			

Fonte e Notas: ver Tabela A5.7.

Tabela A5.9		Produtividade física dos produtos agropecuários dos assentamentos e dos estabelecimentos agropecuários dos municípios da mancha da Zona Canavieira do Nordeste, segundo o tipo de produto – safra 1998/99 (*1)					
Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)	Município	Produção p/ha municípios (*3)	Produção p/ha PAs (*2)
Abacate	Frutos	Abreu e Lima	14.843,95	12.000,00			
Abacaxi	Frutos	Abreu e Lima	5.040,00	2.500,00	Maragogi	-	166,67
		Água Preta	4.000,00	2.568,49	Pedras de Fogo	14.680,89	6.867,14
		Igarassu	-	7.066,67			
Abóbora	Frutos	Goiana	1.907,14	1.282,05	Cruz Esp. Santo	1.683,61	2.500,00
		Maragogi	-	754,72	Sapé	1.961,76	450,00
Açafraõ	kg	Areia	-	300,00			
Acerola	kg	Goiana	3.109,70	6.666,67			
Amendoim	kg	Cruz Esp. Santo	373,60	330,03	Pitimbu	1.600,00	1.025,00
Banana	Cacho	Abreu e Lima	1.078,88	270,00	Maragogi	1.260,22	8,11
		Água Preta	743,80	90,75	Rio Formoso	1.200,09	15,38
		Goiana	564,70	30,48	Areia	628,44	192,70
		Igarassu	1.531,15	64,00			
Batata	kg	Água Preta	-	2.898,31	Areia	240,00	375,00
		Igarassu	-	4.909,09	Cruz Esp. Santo	-	1.500,00
		Maragogi	-	564,72	Pedras de Fogo	-	5.907,38
		Rio Formoso	-	2.000,00	Pitimbu	-	3.430,09
Batata-doce	kg	Goiana	7.019,69	2.606,40	Pitimbu	2.051,36	1.411,39
		Cruz Esp. Santo	5.345,13	6.045,45	Sapé	5.587,16	1.000,00
		Pedras de Fogo	6.140,68	4.394,35			
Caju	Frutos	Água Preta	34.855,77	54,88	Areia	33.434,86	1.250,00
		Igarassu	47.905,16	10.000,00			
Cana	kg	Água Preta	42.356,37	44.182,57	Rio Formoso	43.699,05	18.337,04
		Maragogi	52.545,47	286.792,45	Pedras de Fogo	43.563,82	10.000,00
Cará	kg	Rio Formoso	9.037,43	4.000,00			
Coco-da-baía	Frutos	Abreu e Lima	3.538,64	2.615,38	Cruz Esp. Santo	3.250,80	800,00
		Água Preta	7.086,95	399,40	Pedras de Fogo	3.331,84	200,00
		Maragogi	7.830,90	256,41	Pitimbu	2.136,25	2.764,17
Fava	kg	Cruz Esp. Santo	266,79	97,50	Areia	130,25	95,60
		Pedras de Fogo	344,31	75,76	Sapé	366,90	131,11
		Pitimbu	-	50,00			
Feijão (grão)	kg	Abreu e Lima	395,36	1.291,89	Areia	238,09	141,15
		Água Preta	839,34	1.148,59	Cruz Esp. Santo	773,81	311,76
		Goiana	656,31	590,91	Pedras de Fogo	554,49	770,81
		Igarassu	2.698,86	506,31	Pitimbu	534,52	635,69
		Maragogi	-	720,39	Sapé	451,66	270,34
		Rio Formoso	-	1.038,46			
Feijão verde	kg	Pedras de Fogo	813,11	7.200,00	Pitimbu	1.287,70	607,20
Forragem	kg	Cruz Esp. Santo	-	105.333,33			
Gergelim	kg	Maragogi	-	20,00			
Graviola	Frutos	Abreu e Lima	3.271,30	2.272,73	Goiana	11.494,25	55,56
		Água Preta	2.535,21	228,57			
Inhame	kg	Abreu e Lima	3.655,96	4.126,76	Cruz Esp. Santo	6.154,05	1.403,72
		Água Preta	7.268,52	3.040,54	Pedras de Fogo	3.892,34	1.955,89
		Goiana	10.041,96	4.703,53	Pitimbu	4.968,48	1.723,37
		Igarassu	7.336,15	1.106,84	Sapé	4.490,69	1.900,98
		Maragogi	-	476,19			



Produto	Unidade	Município	Produção p/ha municípios	Produção p/ha PAs	Município	Produção p/ha municípios	Produção p/ha PAs
Laranja	Frutos	Abreu e Lima	9.364,45	2.750,00	Igarassu	12.667,44	4.000,00
		Goiiana	140.370,37	185,51			
Leite (*4)	Litros	Maragogi	3,80	1,00	Pedras de Fogo	1,07	1,11
		Areia	1,50	0,74			
Limão	Frutos	Cruz Esp. Santo	2,13	1,10	Sapé	1,28	1,00
		Abreu e Lima	47.537,44	400,00			
Mandioca	kg	Abreu e Lima	5.722,67	5.017,39	Goiiana	21.084,34	212,77
		Água Preta	4.344,13	10.202,84			
Maracujá	Frutos	Goiiana	8.542,89	6.655,57	Cruz Esp. Santo	5.289,57	2.064,47
		Igarassu	6.778,37	3.576,67			
Melancia	Frutos	Pitimbu	5.787,12	2.651,92	Pedras de Fogo	6.441,87	5.164,99
		Sapé	7.755,08	1.295,11			
Milho	kg	Água Preta	103.448,28	24.000,00	Maragogi	6.657,68	6.298,94
		Maragogi	6.526,31	5.825,24			
Repolho	kg	Goiana	2.238,81	15.992,29	Rio Formoso	7.897,69	9.980,22
		Abreu e Lima	600,00	540,10			
Sul BA		Areia	310,82	111,46	Cruz Esp. Santo	1.991,50	391,84
		Água Preta	1.613,45	797,96			
Sertão CE		Goiiana	2.438,21	2.265,93	Pedras de Fogo	666,13	739,11
		Igarassu	416,90	1.214,82			
Entorno DF		Maragogi	-	1.752,84	Pitimbu	1.262,50	1.887,38
		Rio Formoso	800,00	524,59			
Sudeste PA		Sapé	-	3.750,00	Igarassu	421,35	369,33
		Cruz Esp. Santo	-	3.750,00			

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996.

(*1) A tabela traz a listagem dos produtos, as unidades de medida utilizadas e os municípios onde a produção nos assentamentos ali instalados foi detectada. As células da produtividade dos assentamentos em negrito assinalam produtividade física maior do que a verificada nos municípios. Para alguns produtos não há registros no Censo Agropecuário (identificados com um traço). Nos casos onde a cultura predominante no projeto era consorciada, esta foi comparada com este tipo de produção no município.

(*2) Produção total dos assentamentos visitados dividida pela área total declarada (dados de campo – 2000).

(*3) Produção total dividida pela área total dos estabelecimentos agropecuários no município (Censo Agropecuário –1996).

(*4) No caso do leite, a produtividade está calculada em litros/vacas ordenhadas/dia.

Tabela A5.10		Proporção de assentados que declararam ter tido perdas na produção animal no ano de 1999 e seus principais motivos (em %)						
Mancha	Assentados com perda (*1)	Motivos declarados (*2)						
		Doenças	Acidentes	Doenças e acidentes	Problemas climáticos (*3)	Roubo	Outros (*4)	Total
Sul BA	11,11%	50,00%	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Sertão CE	56,12%	53,94%	18,18%	4,24%	6,06%	11,51%	6,06%	100,00%
Entorno DF	70,56%	61,96%	19,02%	6,75%	8,59%	0,00%	3,68%	100,00%
Sudeste PA	62,13%	17,62%	60,48%	13,33%	3,33%	0,95%	4,28%	100,00%
Oeste SC	39,20%	68,11%	21,74%	4,35%	0,00%	2,90%	2,90%	100,00%
Zona Cana NE	45,82%	76,64%	9,49%	4,38%	1,46%	4,38%	3,65%	100,00%
Total global	55,01%	50,94%	29,09%	7,37%	4,42%	3,89%	4,29%	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Em relação ao total de entrevistados que declararam criar animais. Não inclui os grupos coletivos.

(*2) Em relação aos assentados que declararam ter sofrido perdas.

(*3) Inclui falta d'água, enchentes e falta de alimentação.

(*4) Inclui problemas de comercialização e casos não justificados.

Tabela A5.11 Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na <i>mancha</i> do Sul da Bahia – 1996 e 1999						
Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996**	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
Abacaxi	Fruta	883.598	945.000	2.346.440	93,50%	37,66%
Abóbora	Fruta	71.393	NC	21.550	-	331,29%
Acerola	kg	52.235	NC	10.000	-	522,35%
Arroz	kg	55.714	0	0	SPR	SPR
Banana	Cacho	33.775	229.000	636.786	14,75%	5,30%
Batata-doce	kg	10.000	0	0	SPR	SPR
Cacau	kg	109.125	31.483.000	44.704.000	0,35%	0,24%
Café	kg	7.476	385.000	83.310	1,94%	8,97%
Coco-da-baía	Fruta	137.219	14.270.000	12.760.693	0,965%	1,08%
Dendê	Litro	1.306	NC	0	-	SPR
Far. mandioca	kg	1.847.853	NC	3.977.652	-	46,46%
Feijão (grão)	kg	23.260	48.000	94.766	48,46%	24,54%
Fumo	kg	5.000	0	0	SPR	SPR
Guaraná	kg	6.667	44.000	83.626	15,15%	7,97%
Laranja	Fruta	99.378	100.000	128.400	99,38%	77,40%
Leite	Litro	935.653	1.235.000	2.023.000	75,76%	46,25%
Mamão	Fruta	600	0	0	SPR	SPR
Mandioca	kg	6.362.885	37.381.000	13.650.000	17,02%	46,61%
Maracujá	Fruta	1.058.369	1.400.000	897.700	75,60%	117,90%
Mel	kg	390	560	0	69,64%	SPR
Milho	kg	228.994	65.000	161.335	352,30%	141,94%
Ovos	Dúzia	24.033	40.000	7.398	60,08%	324,86%
Pepino	kg	1.200	NC	200	-	600,00%
Piaçava	kg	184.155	NC	1.045.189	-	17,62%
Pimenta reino	kg	12.993	86.000	29.435	15,11%	44,14%
Quiabo	kg	39.200	NC	3.145	-	1.246,42%
Tomate	kg	40.000	0	800	SPR	5.000,00%
Urucum	kg	1.346	8.000	10.825	16,83%	12,44%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário – IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE, 1999.

(*1) A estimativa de produção dos assentamentos considerou o total produzido em cada projeto pesquisado multiplicado pelo fator de extração amostral ao nível municipal, a partir da proporção de assentados que declararam produção dos produtos agrícolas e pecuários considerados nos municípios visitados.

(*2) Alguns produtos não constam no Censo ou na PAM. Nesse caso utilizamos a indicação "NC" (não consta). Nos casos em que os dados relativos à produção municipal encontravam-se zerados, na célula correspondente à participação dos assentamentos registramos "SPR" (sem produção regional).

(*3) Considerou-se como produção regional aquela referente à somatória da produção existente nos municípios considerados pela pesquisa dentro de cada *mancha*.

Tabela A5.12		Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na <i>mancha do Sertão do Ceará</i> - 1996 e 1999				
Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
Abóbora	Fruta	16.266	NC	185.287	-	8,78%
Algodão	kg	679.958	3.807.000	273.615	17,86%	248,51%
Amendoim	kg	555	0	0	SPR	SPR
Arroz	kg	31.342	135.000	174.359	23,22%	17,97%
Banana	Cacho	308	2.000	3.617	15,41%	8,52%
Far. mandioca	kg	7.516	NC	205.047	-	3,67%
Fava	kg	2.774	0	30.394	SPR	9,13%
Feijão-em-grão	kg	922.798	10.366.000	4.335.128	8,90%	21,29%
Gergelim	kg	60	NC	145	-	41,64%
Leite	Litro	3.036.383	26.067.000	29.180.803	11,65%	10,41%
Lenha	m ³	16.030	NC	95.777	-	16,74%
Mandioca	kg	61.301	180.000	725.870	34,06%	8,45%
Manteiga	kg	9	NC	1.123	-	0,81%
Melancia	Fruta	14.223	0	69.731	SPR	20,40%
Melão	Fruta	185	0	3.404	SPR	5,43%
Milho	kg	3.999.363	14.832.000	19.686.718	26,96%	20,32%
Ovos	Dúzia	333.441	636.000	1.127.547	52,43%	29,57%
Pepino	kg	785	NC	7.368	-	10,66%
Queijo/requeijão	kg	4.385	NC	381.599	-	1,15%
Quiabo	kg	53	NC	0	-	SPR
Sorgo	kg	21.423	455.000	461.220	4,71%	4,64%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999.
 Notas: ver *Tabela A5.11*.

Tabela A5.13 Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na *mancha* do Entorno do Distrito Federal – 1996 e 1999

Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional ensaio Agropecuário 1996 (*3)
Abóbora	Fruta	145.477	NC	1.514.476	-	9,61%
Arroz	kg	3.482.460	47.337.000	19.561.957	7,36%	17,80%
Banana	Cacho	657	45.000	46.855	1,46%	1,40%
Batata-doce	kg	3.233	0	0	SPR	SPR
Café	kg	5.497	1.960.000	328.175	0,28%	1,67%
Cana-de-açúcar	kg	16.739.675	347.710.000	187.888.285	4,81%	8,91%
Far. mandioca	kg	1.343.339	NC	431.371	-	311,41%
Feijão-em-grão	kg	1.823.007	115.434.000	50.068.136	1,58%	3,64%
Leite	Litro	19.049.696	180.727.000	175.452.686	10,54%	10,86%
Lenha	m3	7.600	NC	24.222	-	31,38%
Lenha p/carvão	m3	19.057	NC	87.626	-	21,75%
Mandioca	kg	6.986.799	32.499.000	5.375.807	21,50%	129,97%
Maracujá	Fruta	2.842.345	280.000	62.580	1.015,12%	4.541,94%
Milho	kg	8.234.193	434.443.000	403.005.865	1,90%	2,04%
Ovos	Dúzia	1.142.736	1.093.000	2.196.380	104,55%	52,03%
Polvilho	kg	32.069	NC	62.398	-	51,39%
Polvilho/farinha	kg	99.500	NC	265.023	-	37,54%
Queijo/requeijão	kg	255.632	NC	2.227.511	-	11,48%
Rapadura	kg	1.493	NC	32.220	-	4,63%
Soja	kg	1.966.805	124.680.000	85.160.220	1,58%	2,31%
Sorgo	kg	13.525.233	900.000	6.556.680	1.502,80%	206,28%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999.
Notas: ver *Tabela A5.11*.

Tabela A5.14 Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na *mancha Sudeste do Pará* - 1996 e 1999

Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
Abacaxi	Fruta	7.696.723	190.825.000	19.620.894	4,03%	39,23%
Abóbora	Fruta	799.931	NC	144.980	-	551,75%
Acerola	kg	5.414	NC	4.621	-	117,16%
Amendoim	kg	1.444	2.860.000	5.028	0,05%	28,71%
Arroz	kg	7.227.412	3.200.000	20.871.200	225,86%	34,63%
Banana	Cacho	75.978	1.100.000	480.760	6,91%	15,80%
Batata	kg	12.633	0	20.000	SPR	63,16%
Cana-de-açúcar	kg	847.692	0	560.185	SPR	151,32%
Cupuaçu	Fruta	8.121	NC	800	-	1.015,14%
Far. mandioca	kg	823.211	NC	1.445.794	-	56,94%
Fava	kg	7.941	0	1.770	SPR	448,63%
Feijão-em-grão	kg	58.083	382.000	243.368	15,20%	23,87%
Gengibre	kg	902	NC	0	-	SPR
Gergelim	kg	6.587	NC	750	-	878,29%
Inhame	kg	4.640	NC	2.550	-	181,95%
Leite	Litro	15.377.775	17.506.000	35.291.760	87,84%	43,57%
Lenha	m ³	73.919	NC	53.210	-	138,92%
Mandioca	kg	6.617.959	57.280.000	9.516.640	11,55%	69,54%
Manga	Fruta	12.633	0	722.860	SPR	1,75%
Maxixe	kg	1.564	NC	7.997	-	19,56%
Mel	kg	2.707	0	984	SPR	275,11%
Melancia	Fruta	139.121	0	110.140	SPR	126,31%
Melão	Fruta	5.363	0	7.040	SPR	76,17%
Milho	kg	3.574.965	19.600.000	9.676.698	18,24%	36,94%
Mudas laranja	Unidade	27.070	NC	0	-	SPR
Ovos	Dúzia	197.730	251.000	1.251.216	78,78%	15,80%
Pepino	kg	11.447	0	13.782	SPR	83,06%
Polvilho	kg	45.911	0	7.332	SPR	626,17%
Queijo/ requeijão	kg	129.866	0	395.864	SPR	32,81%
Quiabo	kg	12.829	0	8.418	SPR	152,40%
Rapadura	kg	1.850	0	75.266	SPR	2,46%
Soja	kg	2.306.404	252.000	19.620	915,24%	11.755,37%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999.
Notas: ver *Tabela A5.11*.

Tabela A5.15 Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na *mancha* do Oeste de Santa Catarina – 1996 e 1999

Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
<i>Submancha</i> de Abelardo Luz						
Abóbora	Fruta	107.120	NC	8.650	-	1.238,38%
Amendoim	kg	6.278	0	2.720	SPR	230,80%
Arroz	kg	366.947	950.000	2.161.598	38,63%	16,97%
Batata	kg	125.748	525.000	15.420	23,95%	815,49%
Batata-doce	kg	180.032	0	37.345	SPR	482,08%
Carvão	kg	1.552.285	NC	2.223.458	-	69,81%
Cebola	kg	3.348	0	710	SPR	471,57%
Erva-mate	kg	751.939	NC	7.046.577	-	10,67%
Feijão-em-grão	kg	1.967.186	765.000	1.281.391	257,15%	153,52%
Fumo	kg	19.252	426.000	270.340	4,52%	7,12%
Leite	Litro	3.146.484	7.737.000	6.558.973	40,67%	47,97%
Lenha	m ³	9.626	NC	27.075	-	35,55%
Lenha p/carvão	m ³	57.567	NC	31.041	-	185,46%
Mandioca	kg	593.116	1.065.000	740.115	55,69%	80,14%
Manga	Fruta	0	0	2.500	SPR	0,00%
Mel	kg	1.046	20.000	21.686	5,23%	4,82%
Milho	kg	10.236.240	49.837.000	56.414.037	20,54%	18,14%
Ovos	Dúzia	464.839	818.000	801.165	56,83%	58,02%
Queijo/requeijão	kg	25.471	NC	100.977	-	25,22%
Soja	kg	1.547.608	66.994.000	67.688.779	2,31%	2,29%
Trigo	kg	9.678	2.100.000	4.455.490	0,46%	0,22%
<i>Submancha</i> do Extremo Oeste						
Amendoim	kg	7.817	29.000	50.646	26,96%	15,44%
Arroz	kg	472.807	1.511.000	1.897.650	31,29%	24,92%
Batata	kg	44.831	172.000	138.930	26,06%	32,27%
Batata-doce	kg	45.259	0	180.998	SPR	25,01%
Erva-mate	kg	130.890	NC	99.562	-	131,47%
Feijão-em-grão	kg	1.001.400	1.483.000	4.531.691	67,53%	22,10%
Fumo	kg	378.374	4.174.000	4.054.047	9,07%	9,33%
Laranja	Fruta	258.699	41.310.000	20.631.494	0,63%	1,25%
Leite	Litro	4.212.482	41.878.000	42.010.082	10,06%	10,03%
Mandioca	kg	1.443.491	12.375.000	20.088.611	11,66%	7,19%
Milho	kg	5.662.491	131.370.000	150.803.275	4,31%	3,75%
Ovos	Dúzia	167.231	1.238.000	1.678.233	13,51%	9,96%
Soja	kg	78.750	3.436.000	3.348.120	2,29%	2,35%
Trigo	kg	47.182	996.000	1.109.141	4,74%	4,25%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Censo Agropecuário, IBGE, 1996; Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 1999; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999.
Fonte e Notas: ver *Tabela A5.11*.

Tabela A5.16 Estimativa da produção dos principais produtos agropecuários, extrativistas e beneficiados dos assentamentos e sua participação na produção agropecuária regional na *mancha* da Zona Canavieira do Nordeste – 1996 e 1999

Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
<i>Submanchas do Brejo paraibano e da Zona da Mata paraibana</i>						
Açafrão	kg	29,9	NC	0	-	SPR
Abacaxi	Fruto	1.484.637	26.000.000	11.040.196	5,71%	13,45%
Abóbora	Fruto	11.253	NC	6.520	-	172,60%
Amendoim	kg	21.678	5.000	9.100	433,56%	238,22%
Banana	Cacho	19.466,0	3.200.000	792.652	0,61%	2,46%
Batata	kg	789.645,9	0	240	SPR	3.290,19%
Batata-doce	kg	548.420	17.135.000	6.270.218	3,20%	8,75%
Caju	Fruto	1.244,0	NC	868.671	-	0,14%
Caju (castanha)	kg	5.408	0	0	SPR	SPR
Cana-de-açúcar	kg	201.111	980.000.000	5.930.093.400	0,02%	0,00%
Coco-da-baía	Fruto	350.026	2.365.000	1.701.990	14,80%	20,57%
Far. mandioca	kg	431.822,48	NC	1.176.881	-	36,69%
Fava	kg	29.957,6	63.000	43.101	47,55%	69,51%
Feijão verde	kg	87.428	NC	580.755	-	15,05%
Feijão-em-grão	kg	737.428	806.000	566.780	91,49%	130,11%
Inhame	kg	1.300.954	NC	7.071.581	-	18,40%
Leite	Litro	257.123,2	1.444.000	1.629.853	17,81%	15,77%
Lenha	m ³	2.692,1	NC	2.835	-	94,96%
Mandioca	kg	9.314.144,6	26.600.000	23.769.391	35,01%	39,18%
Maracujá	Fruto	2.988.338	2.960.000	516.000	100,96%	579,14%
Milho	kg	569.428,1	98.000	664.584	581,04%	85,69%
Ovos	Dúzia	29.262,4	21.260.000	12.420.309	0,14%	0,23%
Repolho	kg	14.738	NC	650	-	2.267,40%
<i>Submancha da Zona da Mata pernambucana/alagoana</i>						
Abacate	Fruto	11.486	0	35.670	SPR	32,20%
Abacaxi	Fruto	64.803	22.000	13.220	294,56%	490,19%
Abóbora	Fruto	44.692	NC	2.670	-	1.673,85%
Acerola	kg	5.550	NC	20.070	-	27,65%
Banana	Cacho	78.400	1.115.000	357.868	7,03%	21,91%
Batata	kg	43.357	0	0	SPR	SPR
Batata-doce	kg	71.122	220.000	86.785	32,33%	81,95%
Caju	Fruto	28.105	NC	118.550	-	23,71%
Cana-de-açúcar	kg	32.407.832	1.027.123.000	1.725.776.280	3,16%	1,88%
Cará	kg	5.875	NC	10.140	-	57,94%
Coco-da-baía	Fruto	126.266	4.600.000	4.539.722	2,74%	2,78%
Far. mandioca	kg	811.227	NC	224.744	-	360,96%
Feijão-em-grão	kg	270.456	310.000	31.017	87,24%	871,96%
Gergelim	kg	20	NC	0	-	SPR
Graviola	Fruto	12.158	NC	29.140	-	41,72%
Inhame	kg	538.751	NC	1.195.740	-	45,06%
Laranja	Fruto	15.216	5.886.000	252.220	0,26%	6,03%
Leite	Litro	90.318	635.000	654.068	14,22%	13,81%



Produto	Unidade	Estimativa produção nos PAs (*1)	Produção Regional PAM/PPM 1999 (*2)	Produção Regional Censo Agropecuário IBGE 1996 (*2)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional PAM / PPM 1999 (*3)	Participação (%) dos PAs na Produção Regional Censo Agropecuário 1996 (*3)
Limão	Fruto	7.624	0	305.030	SPR	2,50%
Mandioca	kg	15.675.271	43.342.000	4.685.567	36,17%	334,54%
Maracujá	Fruto	285.323	246.000	180.000	115,99%	158,51%
Melancia	Fruto	255.917	0	3.900	SPR	6.561,97%
Milho	kg	678.650	115.000	33.565	590,13%	2.021,90%
Ovos	Dúzia	38.111	6.056.000	4.202.984	0,63%	0,91%

Fonte e Notas: ver tabela anterior.

Tabela A5.17 Estimativa do efetivo dos rebanhos bovino e suíno dos assentamentos pesquisados comparados com os dados regionais da Pesquisa Pecuária Municipal, segundo as regiões estudadas (em números de cabeças) – 1999*

Mancha	Rebanho bovino			Rebanho suíno		
	Estimativa do rebanho dos assentamentos (A)	Rebanho Regional/PPM (B)	A/B (em %)	Estimativa do rebanho dos assentamentos (C)	Rebanho Regional/PPM (D)	C/D (em %)
Sul BA	2.298	80.833	2,84%	417	15.184	2,75%
Sertão CE	11.661	135.545	8,60%	6.730	43.555	15,45%
Entorno DF	41.358	1.146.700	3,61%	8.315	68.163	12,20%
Sudeste PA	80.260	312.804	25,66%	9.529	42.793	22,27%
Oeste SC	11.854	158.650	7,47%	10.183	186.002	5,47%
Zona Cana NE	6.348	43.730	14,52%	927	30.165	3,07%
Total global	153.779	1.878.262	8,19%	36.101	385.862	9,35%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 1999.

(*) Nos dados dos assentamentos pesquisados estão incluídas as informações da produção realizada pelas famílias e pelos grupos coletivos. Neste último caso, tomou-se a participação relativa dos assentados contemplados na amostra que criam animais coletivamente. A estimativa foi obtida a partir da extração amostral municipal (assentamentos até 1997), proporcional ao número de assentados que declararam a criação animal considerada. A produção regional constitui-se na somatória dos dados referentes aos municípios englobados pela mancha amostral, com base na PPM/IBGE/1999.

Tabela A5.18 Estimativa do efetivo dos rebanhos de caprinos/ ovinos e aves dos assentamentos pesquisados comparados com os dados regionais da Pesquisa Pecuária Municipal, segundo as regiões estudadas (em números de cabeças) – 1999 (*1)

Mancha	Rebanho caprino/ovino			Aves (*2)		
	Estimativa do rebanho dos assentamentos (A)	Rebanho Regional/PPM (B)	A/B (em %)	Estimativa do rebanho dos assentamentos (C)	Rebanho Regional/PPM (D)	C/D (em %)
Sul BA	0	4.564	-	5.968	213.250	5,60%
Sertão CE	27.677	101.195	27,35%	78.173	245.154	31,89%
Entorno DF	1.110	5.980	18,56%	267.876	553.974	48,35%
Sudeste PA	929	3.876	23,97%	146.444	263.459	55,58%
Oeste SC	98	11.216	0,87%	124.094	1.131.771	10,96%
Zona Cana NE	4.641	10.341	44,88%	80.529	2.538.454	3,17%
Total global	34.455	137.172	25,12%	703.084	4.946.062	14,21%

(*1) Fonte e Nota: ver tabela anterior.

(*2) Inclui galinha, pato, galinha da angola, peru, frango, codorna.

Capítulo 6 – Acesso à Tecnologia e ao Crédito

Tabela A6.1

Posse e uso de infra-estrutura tecnológica nos assentamentos pesquisados – safra 1998/99
(por município, em % lotes entrevistados)

Mancha/Municípios	Total de questionários (100%)	Existência de instalações*		Uso de máquinas e equipamentos*		Uso de implementos	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Total das Manchas	1.568	57%	42%	65%	35%	72%	28%
SUL BA	87	25%	75%	61%	39%	6%	94%
Arataca	7	0%	100%	57%	43%	0%	100%
Buerarema	5	0%	100%	0%	100%	0%	100%
Camacan	10	10%	90%	30%	70%	0%	100%
Canavieiras	14	43%	57%	50%	50%	21%	79%
Ilhéus	10	0%	100%	100%	0%	0%	100%
Itacaré	8	25%	75%	88%	12%	12%	88%
Santa Luzia	17	24%	76%	35%	65%	6%	94%
Una	16	56%	44%	100%	0%	0%	100%
SERTÃO CE	306	56%	44%	58%	42%	66%	34%
Canindé	123	58%	42%	40%	60%	67%	33%
Madalena	53	43%	57%	49%	51%	66%	34%
Quixeramobim	54	52%	48%	87%	13%	81%	19%
Santa Quitéria	76	64%	36%	72%	28%	53%	47%
ENTORNO DF	237	72%	28%	86%	14%	79%	21%
Cristalina	18	94%	6%	78%	22%	72%	28%
Formosa	58	57%	43%	79%	21%	72%	28%
Buritis	16	75%	25%	94%	6%	87%	13%
João Pinheiro	40	73%	28%	85%	15%	87%	13%
Paracatu	33	55%	45%	85%	15%	58%	42%
Unaí	72	85%	15%	94%	6%	90%	10%
SUDESTE PA	366	75%	24%	35%	65%	77%	23%
Conceição Araguaia	298	70%	29%	35%	65%	77%	23%
Floresta Araguaia	68	97%	3%	38%	62%	80%	19%
OESTE SC	185	94%	6%	95%	5%	97%	3%
Abelardo Luz	108	91%	9%	94%	6%	96%	4%
Anchieta	10	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Dionísio Cerqueira	6	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Palma Sola	5	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Paraíso	7	100%	0%	100%	0%	100%	0%
Passos Maia	29	93%	7%	90%	10%	97%	3%
São José do Cedro	11	100%	0%	100%	0%	100%	0%
São Miguel d'Oeste	9	100%	0%	100%	0%	100%	0%
ZONA CANA NE	387	23%	77%	71%	29%	70%	30%
Maragogi	60	18%	82%	78%	22%	68%	32%
Areia	21	14%	86%	5%	95%	0%	100%
Cruz Espírito Santo	63	40%	60%	97%	3%	87%	13%
Pedras de Fogo	54	17%	83%	83%	17%	98%	2%
Pitimbu	40	18%	82%	85%	15%	95%	5%
Sapé	31	16%	84%	94%	6%	90%	10%
Abreu e Lima	6	43%	57%	86%	14%	86%	14%
Água Preta	58	26%	74%	19%	81%	16%	84%
Goiâna	20	25%	75%	95%	5%	90%	10%
Igarassu	19	21%	79%	53%	47%	53%	47%
Rio Formoso	15	7%	93%	80%	20%	80%	20%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. (*) Quando a somatória das respostas afirmativas e negativas for inferior a 100%, a diferença refere-se aos casos “sem informação”, cuja coluna foi omitida para facilitar a visualização.

Tabela A6.2		Instalações existentes nos assentamentos pesquisados – número médio, tipo e período de aquisição – por lote e por <i>mancha</i> (*1)								
<i>Mancha</i>	Total	Nº de instalações		Tipo de instalações por atividade-fim						Construídas após assentamento (*3)
		Média por lote	Animais	Armazenamento	Armazenamento de água	Beneficiamento	Outras	Total (*2)		
Sul BA	22	1,00	9%	18%	0%	68%	5%	100%	73%	
Sertão CE	394	2,30	63%	16%	16%	3%	2%	100%	58%	
Entorno DF	360	2,12	52%	27%	12%	4%	5%	100%	84%	
Sudeste PA	689	2,50	73%	9%	9%	6%	3%	100%	68%	
Oeste SC	551	3,18	42%	27%	13%	3%	15%	100%	88%	
Zona Cana NE	112	1,27	57%	25%	14%	2%	2%	100%	79%	
Total global	2.128	2,36	58%	19%	12%	5%	6%	100%	75%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Com base nos responsáveis que declararam possuir instalações.

(*2) Referente ao total de instalações declaradas. Eventuais diferenças para 100% referem-se aos casos “sem informação”.

(*3) Proporção das instalações construídas (e/ou adquiridas) após a entrada das famílias no assentamento em relação ao total de instalações existentes.

Tabela A6.3		Financiamento das instalações existentes nos assentamentos pesquisados (em % do total de instalações, por <i>mancha</i>)*										
<i>Mancha</i>	Recursos próprios	Sem acesso ao crédito		Origem do financiamento das instalações								Total
		Instalação já existia	Procera	FNE/FNO	Pronaf	Crédito ñ/ espec.	Agroindústria	Governo estadual	Igreja/ ONG's	Sem informação		
Sul BA	91%	5%	-	-	-	-	-	-	-	4%	100%	
Sertão CE	49%	9%	2%	15%	-	3%	-	1%	1%	21%	100%	
Entorno DF	81%	7%	5%	-	1%	3%	-	-	-	3%	100%	
Sudeste PA	85%	1%	10%	2%	-	0,1%	-	-	0,3%	0,4%	100%	
Oeste SC	46%	-	40%	-	7%	0,2%	3%	1%	1%	1%	100%	
Zona Cana NE	65%	2%	18%	-	3%	3%	-	-	1%	9%	100%	
Total global	67%	3%	16%	3%	2%	1%	1%	1%	1%	5%	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*) Porcentagem feita sobre o número total de instalações existentes nos lotes.

Tabela A6.4		Máquinas e equipamentos utilizados nos lotes na safra 98/99 – número médio, tipo e aquisição, em % entrevistados, por <i>mancha</i> (*1)														
<i>Mancha</i>	Máquinas e equip. utilizados	Tipo de máquinas e equipamentos											Próprios (*7)	Adquirido depois (*8)		
		Total	Médio p/ lote	Trator	Colheitad.	Micro trator	Animal de tração	Irrigação	Carroças	Caminhões e utilitários	Aliment. animal (*3)	Beneficiam. (*2)	Criação animal (*4)	Outros (*5)	Total (*6)	
Sul BA	59	1,1	7	0	0	0	0	2	3	88	0	0	0	100	39	73%
Sertão CE	318	1,8	44	2	0	0	7	11	2	30	3	0	1	100	44	53%
Entorno DF	340	1,7	57	3	1	0	1	12	3	15	6	0	1	100	31	87%
Sudeste PA	167	1,3	21	1	1	1	5	22	2	7	2	4	36	100	59	77%
Oeste SC	481	2,7	14	5	0	16	0	30	1	18	10	0	5	100	80	90%
Zona Cana NE	346	1,3	82	0	0	0	3	4	2	1	0	0	8	100	14	97%
Total global	1.711	1,7	42	2	0,3	5	3	16	2	18	5	1	7	100	48	86%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Com base nos responsáveis que declararam possuir máquinas e equipamentos. Não inclui dados dos grupos coletivos, exceto para o cálculo das duas últimas colunas. (*2) Beneficiamento inclui os equipamentos da casa de farinha, trilhadeira, batedor, descascador, debulhador, etc. (*3) Equipamentos para alimentação animal incluem: picadora, trituradora, forrageira, ensiladeira, etc. (*4) Equipamentos de criação animal incluem: ordenhadeira, restridor de leite, botijão de sêmen, pistola de injeção, cerca elétrica. (*5) Há uma variedade de situações nessa categoria. Recorrentemente foram citados a serra elétrica (sobretudo nos casos de PA e SC), o carro de mão (especialmente na Zona Canavieira NE) e o motor elétrico ou a diesel. (*6) Referente ao total de máquinas e equipamentos declarados. Eventuais diferenças para 100% referem-se aos casos “sem informação”. (*7) Percentual de máquinas e equipamentos de propriedade de responsável sobre o total de máquinas e equipamentos utilizados durante a safra. Nas regiões com a presença de grupos coletivos nos assentamentos, notadamente CE e SC, essa relação fica um pouco problematizada na medida em que as famílias podem ter declarado vários usos de uma mesma máquina de propriedade coletiva do grupo. Mesmo assim, mantivemos o indicador nesses casos. (*8) Proporção das máquinas e equipamentos adquiridos após a entrada das famílias no assentamento em relação ao total de máquinas e equipamentos de propriedade do responsável.

Tabela A6.5		Financiamento das máquinas e equipamentos individuais existentes nos assentamentos pesquisados – por mancha, em % sobre o total de unidades (*1)						
Mancha	Recursos próprios (*2)	Origem do financiamento das máquinas e equipamentos						Total
		Procera	Pronaf	FNE/FNO	Crédito não especificado	Outros	Sem informação	
Sul BA	100%	-	-	-	-	-	-	100%
Sertão CE	100%	-	-	-	-	-	-	100%
Entorno DF	68%	2%	1%	-	24%	-	5%	100%
Sudeste PA	85%	6%	-	2%	6%	-	1%	100%
Oeste SC	43%	51%	2%	-	3%	1%	-	100%
Zona Cana NE	23%	-	-	-	18%	-	59%	100%
Total global	55%	30%	1%	0,3%	8%	0,3%	5%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Considerando o total dos lotes que declararam possuir instalações e desconsiderando os grupos coletivos.

(*2) As observações de campo em algumas manchas (como o Sertão do Ceará, por exemplo) indicaram que podem estar sendo declarados como “recursos próprios” o uso de outros créditos que não específicos para investimentos (como, por exemplo, fomento, alimentação etc).

Tabela A6.6		Financiamento das máquinas e equipamentos existentes nos grupos coletivos entrevistados nos assentamentos (por mancha, em % sobre o total de unidades)								
Mancha	Recursos próprios	Origem do financiamento das máquinas e equipamentos							Total	
		Procera	Pronaf Investimento	FNE	Crédito Fomento	Igreja/Org. Internacion.	Projeto S. José	Outros		
Sul BA	14%	57%	-	-	29%	-	-	-	100%	
Sertão CE	10%	12%	-	36%	14%	-	7%	21%	100%	
Oeste SC	18%	50%	11%	-	-	18%	-	4%	100%	
Zona Cana NE	75%	13%	-	-	-	-	-	-	100%	
Total global	18%	31%	5%	16%	8%	8%	3%	10%	2%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A6.7		Classificação dos lotes nos assentamentos pesquisados pelo tipo de equipamento utilizado (por mancha, em % lotes)				
Mancha	Tração mecânica na produção (*1)	Tração animal e uso de carroças (*2)	Uso de máquinas e equipamentos de beneficiamento (*3)	Nenhum uso de máquinas e/ou equipamentos	Total	
Sul BA	6,90%	1,15%	54,02%	37,93%	100,00%	
Sertão CE	47,71%	2,61%	6,54%	43,14%	100,00%	
Entorno DF	81,86%	2,95%	1,69%	13,50%	100,00%	
Sudeste PA	13,11%	7,65%	13,93%	65,30%	100,00%	
Oeste SC	57,84%	31,35%	2,16%	8,65%	100,00%	
Zona Cana NE	69,33%	0,52%	1,55%	28,61%	100,00%	
Total global	49,08%	6,63%	8,41%	35,88%	100,00%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Lotes com uso prioritário de máquinas e equipamentos mecânicos, ainda que possam fazer uso de animais.

(*2) O uso de animais pode estar subestimado nesta tabela, pois alguns assentados declararam o mesmo no item relativo à criação animal e não como instrumento de trabalho.

(*3) Lotes com uso prioritário de máquinas e/ou equipamentos de beneficiamento.

Tabela A6.8		Implementos utilizados nos assentamentos pesquisados, safra 98/99 – número, tipo e aquisição, em % lotes, por mancha (*1)						
Mancha	Utilização de implementos		Tipo de implementos agropecuários (em % dos implementos)					
	Lotes que utilizaram	Nº médio por lote	Preparo do solo	Melhoria do solo	Plantio	Tratos culturais	Outros	Total (*2)
Sul BA	6%	1,0	50%	0%	0%	33%	17%	100%
Sertão CE	66%	1,8	23%	0%	4%	73%	0%	100%
Entorno DF	79%	1,8	55%	7%	19%	18%	1%	100%
Sudeste PA	77%	1,3	7%	0%	73%	19%	0%	100%
Oeste SC	97%	2,8	38%	3%	33%	25%	0%	100%
Zona Cana NE	70%	1,7	58%	0%	11%	30%	0%	100%
Total global	72%	1,8	37%	2%	27%	33%	0,5%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(1) Com base nos responsáveis que declararam possuir implementos. Não inclui dados dos grupos coletivos. (2) Referente ao total de implementos declarados. Eventuais diferenças para 100% referem-se aos casos “sem informação”.

Tabela A6.9		Tipo de tração dos implementos utilizados nos lotes e número de etapas produtivas com uso de implementos, na safra 1998/99 – por mancha, em % de lotes que utilizou (*1)						
Mancha	Nº de etapas produtivas com uso de implementos (*2)				Tipo de tração utilizada			
	Nenhuma etapa (*3)	1 ou 2 etapas	3 ou mais etapas	Total	Tração mecânica (*4)	Tração animal	Tração manual (*5)	Total
Sul BA	94,25%	5,75%	0,0%	100,00%	2,30%	2,30%	95,40%	100,00%
Sertão CE	33,99%	65,36%	0,65%	100,00%	16,67%	21,89%	61,44%	100,00%
Entorno DF	20,67%	70,04%	9,28%	100,00%	65,82%	2,53%	31,64%	100,00%
Sudeste PA	22,53%	76,10%	1,37%	100,00%	6,59%	0,55%	92,86%	100,00%
Oeste SC	3,24%	35,13%	61,62%	100,00%	29,73%	61,08%	9,19%	100,00%
Zona Cana NE	30,41%	60,57%	9,02%	100,00%	57,47%	1,03%	41,49%	100,00%
Total global	28,11%	60,42%	10,96%	100,00%	32,61%	12,38%	55,01%	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(1) Porcentagens calculadas em relação ao número total de lotes entrevistados.

(2) As etapas consideradas foram as seguintes: preparo do solo; melhoria do solo; plantio; tratos culturais; outras.

(3) Ou nenhum uso de implementos.

(4) Lotes com uso prioritário de implementos acoplados a máquinas e equipamentos, ainda que possam fazer uso de animais.

(5) Implementos de tração manual referem-se principalmente a plantadeiras. Nenhum uso de implementos implica em uso de instrumentos manuais, como enxada, foice, machado, etc, que não foram computados na pesquisa.

Tabela A6.10		Tipos de insumos produtivos utilizados durante a safra 1998/99 nos lotes pesquisados – em % de lotes que utilizou cada insumo, por manchas*						
Mancha	Agrotóxicos	Fertilizantes inorgânicos	Fertilizantes orgânicos	Sementes e mudas compradas	Insumos veterinários	Insumos para beneficiamento	Outros	
Sul BA	5,8%	43,7%	19,5%	2,3%	1,2%	1,2%	0,0%	
Sertão CE	46,7%	2,9%	3,3%	47,4%	17,0%	1,3%	0,3%	
Entorno BA	21,1%	88,2%	24,1%	70,9%	69,2%	8,0%	0,8%	
Sudeste PA	29,5%	8,2%	3,6%	38,5%	66,4%	6,3%	0,0%	
Oeste SC	57,3%	67,6%	38,4%	88,7%	81,1%	0,5%	0,0%	
Zona Cana NE	57,5%	44,6%	31,2%	52,6%	13,1%	0,0%	0,0%	
Total global	40,5%	37,2%	18,4%	52,5%	42,2%	3,1%	0,2%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*) Para cada coluna em particular a diferença para 100% refere-se ao percentual de lotes que não empregaram insumos. Consideramos apenas os lotes com emprego de algum tipo de insumo.

Tabela A6.11		Uso de insumos na safra 1998/99 – classificação dos lotes pelos tipos de insumos utilizados (por <i>manchas</i> , em % dos lotes)*									
<i>Mancha</i>		Intensidade do uso de insumos				Padrão tecnológico					
		5 ou 6 tipos de insumos	3 ou 4 tipos de insumos	0 a 2 tipos de insumos	Total	Químico com agrotóxicos	Químico sem agrotóxicos	Fertilizantes orgânicos s/químico	Só sementes /insumos veterinários	Sem uso	Total
Sul BA	0,0%	4,6%	95,4%	100%	5,8%	40,2%	6,9%	0,0%	47,1%	100%	
Sertão CE	0,0%	10,1%	89,5%	100%	46,7%	0,7%	1,0%	23,2%	28,4%	100%	
Entorno DF	9,3%	53,2%	37,6%	100%	21,1%	67,1%	0,8%	6,8%	4,2%	100%	
Sudeste PA	1,6%	27,3%	71,0%	100%	29,5%	2,5%	0,8%	39,3%	27,9%	100%	
Oeste SC	13,0%	67,0%	20,0%	100%	57,3%	20,5%	8,1%	7,6%	6,5%	100%	
Zona Cana NE	0,8%	32,0%	67,3%	100%	57,5%	15,7%	6,4%	11,6%	8,8%	100%	
Total global	3,6%	32,4%	64,0%	100%	40,5%	19,4%	3,4%	18,5%	18,2%	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*) Porcentagens em relação ao total de lotes entrevistados.

Químico com agrotóxicos: utiliza agrotóxicos, associado ou não a outros tipos de insumos.

Químico sem agrotóxicos: utiliza fertilizantes inorgânicos, mas não agrotóxicos, podendo utilizar ou não outros insumos; Fertilizantes orgânicos: utiliza fertilizantes orgânicos e não se faz uso de químicos.

Sementes/insumos veterinários: utiliza apenas sementes e/ou insumos veterinários, sem nenhum outro tipo de insumo.

Tabela A6.12		Comparação entre a utilização de adubos químicos e orgânicos nos projetos de assentamento pesquisados e no conjunto de estabelecimentos dos municípios (por <i>sub-mancha</i> , em número de estabelecimentos e % de estabelecimentos e lotes)					
<i>Mancha</i>	Estabelecimentos nos municípios pesquisados	Estabelecimentos que utilizam adubo nos municípios		Estabelecimentos e lotes que utilizam adubo químico		Estabelecimentos e lotes que utilizam adubo orgânico	
		Químico	Orgânico	Municípios	PAs	Municípios	PAs
Sul BA	14.367	4.023	1.236	28,00%	43,68%	8,60%	19,54%
Sertão CE	13.966	182	785	1,30%	2,94%	5,62%	3,27%
Entorno DF	9.765	5.819	2.703	59,59%	88,19%	27,68%	24,05%
Sudeste PA	4.293	139	39	3,24%	8,20%	0,91%	3,55%
Oeste SC (Abelardo Luz)	1.547	1.096	574	70,85%	69,34%	37,10%	43,80%
Oeste SC (Extremo Oeste)	8.310	6.981	3.695	84,01%	62,50%	44,46%	22,92%
Zona Cana NE - Brejo PB	1.453	77	453	5,30%	4,76%	31,18%	4,76%
Zona Cana NE - Mata PB	5.227	2.468	1.801	47,22%	45,74%	34,46%	42,55%
Zona Cana NE - Mata PE/AL	2.520	1.069	765	42,42%	48,04%	30,36%	22,35%
Total geral	61.448	21.854	12.051	35,56%	37,22%	19,61%	18,42%

Fonte: Dados dos PAs: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários (porcentagens em relação ao total de lotes entrevistados).

Dados dos Municípios: Censo Agropecuário IBGE, 1996 (porcentagens sobre o total de estabelecimentos nos municípios onde os PAs estão localizados).

Dados elaborados pelos autores.

Mancha	Utilização de adubo químico e orgânico nos municípios e nos assentamentos pesquisados (por mancha, em % dos lotes/estabelecimentos que utilizam)			
	Adubo químico		Adubo orgânico	
	Municípios	PA	Municípios	PA
Sul BA	28,0%	43,7%	8,6%	19,5%
Sertão CE	1,3%	2,9%	5,6%	3,3%
Entorno DF	59,6%	88,2%	27,7%	24,1%
Sudeste PA	3,2%	8,2%	0,9%	3,6%
Oeste SC	81,9%	67,6%	43,3%	38,4%
Zona Cana NE	39,3%	44,6%	32,8%	31,2%
Total global	35,6%	37,2%	19,6%	18,4%

Fonte: Tabela anterior, Dados dos PA: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários (porcentagens em relação ao total de lotes entrevistados); Dados dos Municípios: Censo Agropecuário IBGE, 1996 (porcentagens sobre o total de estabelecimentos nos municípios onde os PA estão localizados).

Mancha	Condições tecnológicas dos lotes, de acordo com tipo de tração, implementos e insumos produtivos utilizados na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (por manchas, em % dos lotes)					
	Mix A – mecanizada, implementos e insumos	Mix B – mecanizada, sem implementos poucos insumos	Mix C – tração animal, implementos e insumos	Mix D – tração animal, sem implementos, poucos insumos	Mix E – sem tração mecânica ou animal	Total
Sul BA	1,2%	5,8%	0,0%	1,2%	92,0%	100%
Sertão CE	5,9%	41,8%	0,3%	2,3%	49,7%	100%
Entorno DF	54,0%	27,9%	1,7%	1,3%	15,2%	100%
Sudeste PA	7,7%	5,5%	2,5%	5,2%	79,2%	100%
Oeste SC	39,6%	4,2%	39,6%	4,2%	12,5%	100%
Zona Cana NE	13,4%	42,5%	0,0%	0,6%	43,6%	100%
Total global	23,1%	26,0%	3,8%	2,8%	44,3%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

Mix A: Tração mecânica, com implementos, e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix B: Tração mecânica, sem uso de implementos, e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix C: Tração animal, com implementos e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix D: Tração animal, sem implementos e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix E: Sem uso de máquinas e/ou animais, com qualquer tipo de uso de implementos e insumos.

Tabela A6.15		Cruzamento dos dados de perfil tecnológico com acesso ao crédito na safra 1998/99 (por <i>manchas</i> e por <i>mix</i> , em % lotes)		
<i>Mancha</i>	<i>Mix tecnológico</i>	Nº total de lotes	Lotes com acesso ao crédito	Lotes sem acesso ao crédito
Sul BA	A	1	0%	100%
	B	5	80%	20%
	C	0	-	-
	D	1	0%	100%
	E	80	39%	61%
Sertão CE	A	18	100%	0%
	B	128	90%	10%
	C	1	0%	100%
	D	7	100%	0%
	E	142	81%	19%
Entorno DF	A	128	80%	20%
	B	66	65%	35%
	C	4	100%	0%
	D	3	67%	33%
	E	36	56%	44%
Sudeste PA	A	28	36%	64%
	B	20	40%	60%
	C	9	11%	89%
	D	19	21%	79%
	E	290	24%	76%
Oeste SC	A	106	70%	34%
	B	11	73%	27%
	C	56	55%	45%
	D	12	33%	67%
	E	20	80%	20%
Zona Cana NE	A	91	87%	13%
	B	178	89%	11%
	C	0	-	-
	D	1	100%	0%
	E	117	82%	18%
Total geral	A	372	76%	25%
	B	408	82%	18%
	C	70	51%	49%
	D	43	42%	58%
	E	685	51%	49%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Mix A: Tração mecânica, com implementos, e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix B: Tração mecânica, sem uso de implementos, e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix C Tração animal, com implementos e 3 ou mais tipos de insumos.

Mix D: Tração animal, sem implementos e 2 ou menos tipos de insumos.

Mix E: Sem uso de máquinas e/ou animais, com qualquer tipo de uso de implementos e insumos.

Tabela A6.16		Assistência técnica recebida nos assentamentos pesquisados, segundo a freqüência e a instituição de origem - <i>por mancha</i> , em % dos projetos (*1)									
Mancha		Freqüência da assistência técnica nos PA's					Instituição de origem (*2)				Ação governo estadual(*3)
		Freqüente	Irregular	Ausente	Sem informação	Total	Lumiar	Emater/ Epagri	Outros	Sem informação	
Sul BA	21%	21%	29%	29%	100%	60%	10%	20%	10%	100%	14%
Sertão CE	60%	30%	0%	10%	100%	70%	20%	0%	10%	100%	30%
Entorno DF	43%	14%	43%	0%	100%	38%	38%	0%	25%	100%	21%
Sudeste PA	50%	50%	0%	0%	100%	90%	10%	0%	0%	100%	20%
Oeste SC	74%	21%	0%	5%	100%	89%	5%	0%	5%	100%	11%
Zona Cana NE	68%	12%	8%	12%	100%	96%	4%	0%	0%	100%	16%
Total global	55%	22%	13%	10%	100%	80%	11%	3%	6%	100%	22%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Perfil dos Assentamentos.

(*1) Em relação ao número de projetos visitados na pesquisa, ou seja, 92 núcleos de assentamento. O período considerado refere-se ao momento da pesquisa de campo e à safra 1998/99.

(*2) Em relação ao total de projetos que receberam assistência técnica (ou seja, exceto aqueles onde apontou-se a situação “ausente”).

(*3) Percentual de projetos que tiveram algum tipo de ação de agências dos governos estaduais relativas à assistência e capacitação técnica, como cursos, assessorias etc.

Tabela A6.17		Acesso ao crédito antes do assentamento e avaliação da facilidade de acesso após a situação de assentado (por município, em % dos entrevistados)*							
Mancha/Municípios		Famílias que já haviam tomado crédito antes de serem assentadas				Famílias que declararam ser mais fácil tomar crédito na condição de assentado			
		Sim	Não	S/ inform.	Total	Sim	Não	S/ inform.	Total
TOTAL DAS MANCHAS		6%	93%	1%	100%	81%	15%	4%	100%
SUL BA		3%	97%	-	100%	63%	18%	18%	100%
Arataca		-	100%	-	100%	57%	29%	14%	100%
Buerarema		-	100%	-	100%	80%	-	20%	100%
Camacan		-	100%	-	100%	90%	-	10%	100%
Canavieiras		7%	93%	-	100%	50%	21%	29%	100%
Ilhéus		-	100%	-	100%	100%	-	-	100%
Itacaré		13%	87%	-	100%	50%	38%	13%	100%
Santa Luzia		-	100%	-	100%	71%	6%	24%	100%
Una		6%	94%	-	100%	31%	44%	25%	100%
SERTÃO CE		6%	94%	0,3%	100%	91%	7%	3%	100%
Canindé		7%	93%	-	100%	93%	6%	1%	100%
Madalena		11%	89%	-	100%	96%	2%	2%	100%
Quixeramobim		-	98%	2%	100%	85%	11%	4%	100%
Santa Quitéria		5%	95%	-	100%	86%	9%	5%	100%
ENTORNO DF		9%	90%	1%	100%	76%	16%	8%	100%
Cristalina		22%	72%	6%	100%	72%	28%	-	100%
Formosa		5%	95%	-	100%	69%	21%	10%	100%
Buritis		-	100%	-	100%	94%	-	6%	100%
João Pinheiro		18%	83%	-	100%	88%	10%	3%	100%
Paracatu		3%	97%	-	100%	88%	12%	-	100%
Unaí		10%	90%	-	100%	68%	17%	15%	100%
SUDESTE PA		4%	95%	1%	100%	72%	26%	3%	100%
Conceição Araguaia		4%	95%	1%	100%	70%	28%	3%	100%
Floresta Araguaia		3%	94%	3%	100%	79%	18%	3%	100%
OESTE SC		14%	86%	-	100%	82%	16%	2%	100%
Abelardo Luz		12%	88%	-	100%	81%	17%	3%	100%
Anchieta		10%	90%	-	100%	60%	40%	-	100%
Dionísio Cerqueira		-	100%	-	100%	100%	-	-	100%
Palma Sola		40%	60%	-	100%	60%	40%	-	100%
Paraíso		14%	86%	-	100%	86%	14%	-	100%
Passos Maia		14%	86%	-	100%	97%	3%	-	100%
São José do Cedro		27%	73%	-	100%	64%	27%	9%	100%
São Miguel d'Oeste		11%	89%	-	100%	100%	-	-	100%
ZONA CANA NE		4%	96%	-	100%	87%	9%	4%	100%
Maragogi		2%	98%	-	100%	85%	8%	7%	100%
Areia		-	100%	-	100%	90%	10%	-	100%
Cruz Espírito Santo		2%	98%	-	100%	90%	2%	8%	100%
Pedras de Fogo		17%	83%	-	100%	94%	4%	2%	100%
Pitimbu		8%	92%	-	100%	88%	10%	3%	100%
Sapé		3%	97%	-	100%	90%	6%	3%	100%
Abreu e Lima		14%	86%	-	100%	86%	14%	-	100%
Água Preta		2%	98%	-	100%	90%	7%	3%	100%
Goiana		-	100%	-	100%	70%	30%	-	100%
Igarassu		-	100%	-	100%	74%	21%	5%	100%
Rio Formoso		-	100%	-	100%	83%	13%	4%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*) Eventuais diferenças (superiores ou inferiores) para 100% devem-se ao arredondamento dos percentuais.

Tabela A6.18 Acesso ao crédito na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (por municípios, em % de famílias)*

Mancha /Municípios	Tomou crédito em 1998/1999	Não tomou crédito em 1998/1999	Sem informação	Famílias entrevistadas	
				Total	%
TOTAL DAS MANCHAS	66%	34%	0,3%	1.568	100%
SUL BA	43%	57%	0,0%	87	100%
Arataca	14%	86%	0,0%	7	100%
Buerarema	100%	0%	0,0%	5	100%
Camacan	0%	100%	0,0%	10	100%
Canavieiras	57%	43%	0,0%	14	100%
Ilhéus	100%	0%	0,0%	10	100%
Itacaré	25%	75%	0,0%	8	100%
Santa Luzia	59%	41%	0,0%	17	100%
Una	6%	94%	0,0%	16	100%
SERTÃO CE	83%	16%	0,3%	306	100%
Canindé	76%	24%	0,0%	123	100%
Madalena	92%	8%	0,0%	53	100%
Quixeramobim	89%	9%	1,9%	54	100%
Santa Quitéria	86%	14%	0,0%	76	100%
ENTORNO DF	76%	23%	0,4%	237	100%
Cristalina	72%	28%	0,0%	18	100%
Formosa	74%	26%	0,0%	58	100%
Buritis	50%	50%	0,0%	16	100%
João Pinheiro	63%	38%	0,0%	40	100%
Paracatu	94%	6%	0,0%	33	100%
Unaí	85%	14%	1,4%	72	100%
SUDESTE PA	26%	74%	0,6%	366	100%
Conceição Araguaia	27%	72%	0,7%	298	100%
Floresta Araguaia	21%	79%	0,0%	68	100%
OESTE SC	73%	26%	0,5%	185	100%
Abelardo Luz	74%	26%	0,0%	108	100%
Anchieta	70%	30%	0,0%	10	100%
Dionísio Cerqueira	100%	0%	0,0%	6	100%
Palma Sola	80%	20%	0,0%	5	100%
Paraíso	14%	86%	0,0%	7	100%
Passos Maia	86%	10%	3,5%	29	100%
São José do Cedro	82%	18%	0,0%	11	100%
São Miguel d'Oeste	33%	67%	0,0%	9	100%
ZONA CANA NE	86%	14%	0,0%	387	100%
Maragogi	98%	2%	0,0%	60	100%
Areia	67%	33%	0,0%	21	100%
Cruz Espírito Santo	84%	16%	0,0%	63	100%
Pedras de Fogo	87%	13%	0,0%	54	100%
Pitimbu	60%	40%	0,0%	40	100%
Sapé	94%	6%	0,0%	31	100%
Abreu e Lima	86%	14%	0,0%	6	100%
Água Preta	97%	3%	0,0%	58	100%
Goiana	95%	5%	0,0%	20	100%
Igarassu	60%	32%	0,0%	19	100%
Rio Formoso	100%	0%	0,0%	15	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000.

(*) Referente ao crédito acionado pelas famílias assentadas, sem contabilizar os créditos obtidos pelos grupos coletivos.

Tabela A6.19

Fontes dos créditos individuais tomados pelos entrevistados – safra 1998/99 (*1)
(por *mancha*, em % das famílias que tomaram crédito)

<i>Mancha</i>	Procera	Pronaf	Cooperativa	FNE, BNB, BB e/ou Banco do Pará	Outros créditos	Total
Sul BA	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Sertão CE	97,50%	0,00%	0,00%	1,43%	1,07%	100,00%
Entorno DF	48,72%	44,10% (*2)	2,05%	1,54%	3,59%	100,00%
Sudeste PA	95,38%	1,54%	0,00%	3,08%	0,00%	100,00%
Oeste SC	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Zona Cana NE	94,90%	4,25%	0,00%	0,00%	0,85%	100,00%
Total global	87,98%	3,58%	0,38%	0,85%	1,22%	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Consideradas apenas as famílias que responderam afirmativamente à questão sobre acesso ao crédito nesta safra. Admitiu-se mais de uma opção na resposta, na medida em que houve famílias que acionaram mais de uma fonte. Não estão incluídos os créditos dos grupos coletivos.

(*2) Possivelmente os entrevistados desta mancha fizeram referência a créditos acessados já na safra 99/00, em operações de adiantamento de custeio do Pronaf Grupo A.

Tabela A6.20

Fontes do crédito tomado pelos grupos coletivos safra 1998/99 – por *mancha*, em % dos créditos tomados

<i>Mancha</i>	Procera	Pronaf Investimento	Pronaf Custeio	Outras fontes	Sem informação	Total
Sul BA	12,50%	37,50%	0,00%	50,00%	0,00%	100,00%
Sertão CE	40,00%	0,00%	40,00%	20,00%	0,00%	100,00%
Oeste SC	71,43%	0,00%	0,00%	14,29%	14,29%	100,00%
Zona Cana NE	66,67%	33,33%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Total global	42,42%	12,12%	18,18%	24,24%	3,03%	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários Coletivos.

Tabela A6.21

Dificuldades apontadas pelas famílias que tiveram acesso ao crédito nos assentamentos - 2000
(por município, em % dos entrevistados com dificuldades)

Mancha/Municípios	Famílias que tiveram dificuldade em relação ao total de famílias com acesso ao crédito			Principais dificuldades apontadas pelas famílias com acesso ao crédito - em % dos que declararam ter tido dificuldade (*2)						
	Sem dificuld.	Com dificuld.	Total (*1)	Demora financiam.	Exigência document.	Dificuldade posta pelo banco	Problema na montagem do projeto	Outros (*3)	Sem informação	Total
TOTAL DAS MANCHAS	41%	59%	100%	78%	7%	4%	2%	9%	1%	100%
SUL BA	73%	20%	100%	75%	13%	-	13%	-	-	100%
Arataca	100%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	-
Buerarema	100%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	-
Canavieiras	38%	50%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%
Ilhéus	80%	20%	100%	-	50%	-	50%	-	-	100%
Itacaré	50%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	-
Santa Luzia	80%	20%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%
Una	100%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	-
SERTÃO CE	24%	76%	100%	86%	4%	4%	1%	3%	1%	100%
Canindé	24%	76%	100%	88%	3%	4%	3%	1%	1%	100%
Madalena	22%	78%	100%	95%	3%	-	-	3%	-	100%
Quixeramobim	29%	71%	100%	89%	-	3%	-	6%	3%	100%
Santa Quitéria	22%	78%	100%	74%	10%	9%	2%	5%	-	100%
ENTORNO DF	50%	50%	100%	60%	17%	5%	3%	12%	3%	100%
Cristalina	77%	23%	100%	-	100%	-	-	-	-	100%
Formosa	40%	60%	100%	80%	7%	7%	-	2%	-	100%
Buritis	25%	75%	100%	50%	25%	-	-	25%	-	100%
João Pinheiro	72%	28%	100%	50%	13%	-	-	13%	25%	100%
Paracatu	48%	52%	100%	47%	24%	-	6%	24%	-	100%
Unaí	46%	54%	100%	59%	16%	8%	5%	8%	3%	100%
SUDESTE PA	62%	38%	100%	44%	10%	13%	2%	31%	-	100%
Conceição Araguaia	60%	40%	100%	45%	7%	12%	2%	33%	-	100%
Floresta Araguaia	71%	29%	100%	33%	33%	17%	-	17%	-	100%
OESTE SC	63%	37%	100%	75%	4%	5%	9%	7%	-	100%
Abelardo Luz	51%	49%	100%	78%	4%	2%	9%	7%	-	100%
Anchieta	29%	71%	100%	67%	-	17%	-	17%	-	100%
Dionísio Cerqueira	100%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	100%
Palma Sola	75%	25%	100%	-	-	-	100%	-	-	100%
Paraíso	100%	0%	100%	-	-	-	-	-	-	100%
Passos Maia	92%	8%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%
S. José do Cedro	89%	11%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%
S. Miguel d'Oeste	33%	67%	100%	50%	-	50%	-	-	-	100%
ZONA CANA NE	30%	69%	100%	85%	4%	-	1%	9%	1%	100%
Maragogi	27%	73%	100%	87%	2%	-	2%	9%	-	100%
Areia	43%	57%	100%	44%	-	-	-	56%	-	100%
Cruz Esp. Santo	38%	62%	100%	97%	-	-	-	3%	-	100%
Pedras de Fogo	28%	72%	100%	94%	6%	-	-	-	-	100%
Pitimbu	38%	63%	100%	82%	18%	-	-	-	-	100%
Sapé	24%	76%	100%	96%	-	-	-	4%	-	100%
Abreu e Lima	67%	33%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%
Água Preta	25%	71%	100%	77%	-	2%	-	17%	4%	100%
Goiana	21%	79%	100%	73%	13%	-	-	13%	-	100%
Igarassu	31%	62%	100%	70%	10%	-	10%	-	10%	100%
Rio Formoso	33%	67%	100%	100%	-	-	-	-	-	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) A diferença para 100% refere-se aos casos sem informação. (*2) Essa questão mereceu múltipla resposta. (*3) **Outros:** juros elevados, prazos de pagamentos curtos, valor baixo, dívida anterior, vinculação do crédito à compra de insumos e equipamentos.

Tabela A6.22 Motivos apontados pelas famílias que não tomaram crédito na safra 1998/99 nos assentamentos pesquisados (por município, em % famílias)*											
Municípios	Não quis	Problemas no projeto	Banco rejeitou	Problemas na associação	Exigências do Incra	Já tinha pago outro crédito	Problemas docum. lote	PA não regularizado	Outras razões	Sem informação	Total
TOTAL DAS MANCHAS	18%	5%	14%	7%	5%	8%	13%	10%	11%	10%	100%
SUL BA	16%	26%	26%	8%	-	-	-	20%	2%	1%	100%
Arataca	17%	83%									100%
Camacan								100%			100%
Canavieiras	33%	17%		33%						17%	100%
Itacaré			100%								100%
Santa Luzia	29%	29%	29%						14%		100%
Una	20%	33%	33%	13%							100%
SERTÃO CE	17%	4%	9%	15%	2%	-	11%	-	22%	20%	100%
Canindé	20%		12%	16%			4%		24%	24%	100%
Madalena	25%						25%			50%	100%
Quixeramobim	33%						17%		33%	17%	100%
Santa Quitéria		18%	9%	27%	9%		18%		18%		100%
ENTORNO DF	18%	2%	13%	2%	18%	-	18%	4%	7%	18%	100%
Cristalina							20%	40%		40%	100%
Formosa	27%		7%		47%		7%		7%	7%	100%
Buritis					13%		88%				100%
João Pinheiro	27%	7%	40%	7%	7%					13%	100%
Paracatu									100%		100%
Unaí	18%				9%		9%		18%	45%	100%
SUDESTE PA	13%	2%	11%	4%	1%	15%	13%	15%	14%	11%	100%
Conceição Araguaia	10%	1%	10%	5%	1%	13%	16%	19%	15%	10%	100%
Floresta Araguaia	24%	6%	15%	2%	2%	22%	2%		11%	17%	100%
OESTE SC	27%	4%	31%	-	-	-	33%	-	4%	2%	100%
Abelardo Luz	15%	4%	52%				26%		4%		100%
Anchieta	67%						33%				100%
Palma Sola							100%				100%
Paraíso	33%						50%		17%		100%
Passos Maia	25%		25%				25%			25%	100%
S. José do Cedro							100%				100%
S. Miguel d'Oeste	67%	17%					17%				100%
ZONA CANA NE	43%	2%	9%	26%	17%	-	-	-	-	4%	100%
Maragogi					100%						100%
Areia	86%		14%								100%
Cruz Espírito Santo	36%	9%		18%	27%					9%	100%
Pedras de Fogo	43%			14%	29%					14%	100%
Pitimbu	13%		19%	69%							100%
Sapé	50%				50%						100%
Abreu e Lima			100%								100%
Água Preta	50%				50%						100%
Goiana	100%										100%
Igarassu	83%				17%						100%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Questionários.

(*) Foram considerados somente os municípios que possuíam entrevistados que declararam não ter tomado crédito.

Tabela A6.23 **Valor médio do crédito e estimativa do total de crédito tomado pelos assentados e comparação com crédito em circulação nos municípios pesquisados – 1998/1999 (por municípios, em R\$ correntes)**

Mancha/Municípios	Valor médio do crédito individual por família / R\$ (*1)	Estimativa valor total do crédito individual / R\$ (*2)	Estimativa valor do crédito acessado via grupos coletivos (*3)	Estimativa total crédito tomado p/ assentados nos municípios pesq.	Total de financeiros produtores /coop. (Bacen) (*4)	Assentamentos sobre total de crédito nos municípios
	(A)	(B)	(C)	(D) = (B+C)	(E)	(D/E)
TOTAL DAS MANCHAS	2.214,45	22.731.078,20	1.456.489,76	24.187.567,96	193.114.887,85	12,5%
SUL BA	1.608,14	474.864,25	693.000,00	1.167.864,25	29.844.828,73	3,9%
Arataca	10.000,00	111.428,57	-	111.428,57	3.121.784,22	3,6%
Buerarema	880,00	26.400,00	-	26.400,00	1.319.680,90	2,0%
Camacan	0,00	0,00	490.000,00	490.000,00	4.388.069,12	11,2%
Canavieiras	1.228,57	67.571,43	-	67.571,43	1.739.406,97	3,9%
Ilhéus	783,40	54.838,00	203.000,00	257.838,00	9.341.329,25	2,8%
Itacaré	7.000,00	70.000,00	-	70.000,00	4.397.496,76	1,6%
Santa Luzia	1.065,10	92.726,35	-	92.726,35	1.595.426,74	5,8%
Una	7.800,00	57.525,00	-	57.525,00	3.941.634,77	1,5%
SERTÃO CE	553,81	1.503.469,26	347.989,52	1.851.458,78	6.100.558,28	30,4%
Canindé	620,42	695.601,33	91.271,34	786.872,67	530.332,67	148,4%
Madalena	521,77	231.548,11	30.091,54	261.639,65	100.863,23	259,4%
Quixeramobim	561,72	241.520,26	225.012,09	466.532,35	4.428.142,01	10,5%
Santa Quitéria	476,25	340.042,50	1.614,55	341.657,05	1.041.220,37	32,8%
ENTORNO DF	2.767,03	5.400.114,01	0,00	5.400.114,01	92.758.571,53	5,0%
Cristalina	9.949,54	1.307.811,56	-	1.307.811,56	26.868.533,76	4,9%
Formosa	1.777,43	900.204,74	-	900.204,74	6.343.130,27	14,2%
Buritis	3.355,56	277.462,50	-	277.462,50	14.089.101,10	2,0%
João Pinheiro	2.108,00	524.365,00	-	524.365,00	6.816.483,07	7,7%
Paracatu	2.680,33	830.903,33	-	830.903,33	15.508.521,28	5,4%
Unaí	2.262,08	1.525.488,13	-	1.525.488,13	23.132.802,05	6,6%
SUDESTE PA	5.698,32	3.359.830,93	0,00	3.359.830,93	5.760.669,33	58,3%
Conceição Araguaia	5.984,45	2.754.032,29	-	2.754.032,29	5.113.029,37	53,9%
Floresta Araguaia	4.656,00	604.869,18	-	604.869,18	647.639,96	93,4%
OESTE SC	2.520,19	3.363.077,47	403.673,85	3.766.751,32	47.924.777,21	7,9%
Abelardo Luz	2.233,28	1.892.708,15	25.200,00	1.917.908,15	19.618.037,37	9,8%
Anchieta	2.054,29	44.578,00	-	44.578,00	2.700.219,16	1,7%
Dionísio Cerqueira	2.000,00	140.000,00	370.000,00	510.000,00	3.156.885,81	16,2%
Palma Sola	1.297,00	32.165,60	-	32.165,60	3.814.920,53	0,8%
Paraíso	10.800,00	112.628,57	-	112.628,57	600.520,53	18,8%
Passos Maia	3.392,88	704.900,07	8.473,85	713.373,92	2.180.791,74	32,7%
S. José do Cedro	1.108,00	123.894,55	Nd	123.894,55	5.582.568,71	2,2%
S. Miguel d'Oeste	8.700,00	298.700,00	Nd	298.700,00	10.270.833,36	2,9%
ZONA CANA NE	2.523,08	8.682.478,72	11.826,39	8.694.305,11	10.725.482,77	81,1%
Maragogi	2.962,98	1.751.073,60	-	1.751.073,60	1.340.039,43	130,7%
Areia	923,50	128.674,33	-	128.674,33	183.200,39	70,2%
Cruz Espírito Santo	2.286,67	1.348.044,44	11.826,39	1.359.870,83	3.295.777,89	41,3%
Pedras de Fogo	1.161,49	548.932,78	Nd	548.932,78	1.246.351,25	44,0%
Pitimbu	1.841,67	437.580,00	-	437.580,00	777.819,20	56,3%
Sapé	1.351,03	394.327,74	-	394.327,74	560.997,31	70,3%
Abreu e Lima	7.166,67	480.166,67	-	480.166,67	50.241,03	955,7%
Água Preta	2.432,07	1.390.138,48	-	1.390.138,48	357.476,84	388,9%
Goiana	4.926,79	865.883,25	-	865.883,25	2.709.544,08	32,0%
Igarassu	3.688,24	607.200,00	-	607.200,00	20.471,95	2966,0%
Rio Formoso	4.971,00	700.911,00	-	700.911,00	183.563,40	381,8%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000; Banco Central, Anuário Estatístico do Crédito Rural, 1999.

(*1) Crédito "individual" acessado pelas famílias assentadas, ouvidas pela pesquisa. Calculado com base na média aritmética do total declarado pelos assentados entrevistados que tomaram crédito. (*2) Extrapolação para o total de crédito acondionado pelas famílias assentadas (nos projetos implantados entre 1985 e 1997) no município, tendo como base o percentual de assentados que tiveram acesso ao crédito nesse período. (*3) Com base nas extrações feitas exclusivamente para os assentamentos pesquisados onde constatou-se a presença de grupos coletivos com acesso ao financiamento. Em alguns casos tais dados não estavam disponíveis. (*4) Com base nos dados do sistema Recor/Bacen, 1999, para os municípios pesquisados.

Capítulo 7 – Potencialidades de Geração de Renda e Impactos nas Condições de Vida dos Assentados

Tabela A7.1		Composição do rendimento médio bruto familiar anual total – 1999/2000 (média por lote, em % e em R\$ correntes)*									
Manchas Rendas	Renda média bruta familiar do lote (A)	Renda média familiar do trabalho fora do lote (B)						Outras rendas médias familiares externas (C)			Rendimento médio bruto familiar anual total (A+B+C)
		Assalariados rurais	Assalariados urbanos	Autônomos	Outros	S/informação da atividade	Total renda fora (B)	Aposentados /pensionistas	Ajudas financeiras	Total outras rendas (C)	
Sul BA	R\$ 2.872	154	321	123	0	30	628	587	0	587	4.088
	% 70,3	3,8	7,9	3,0	0,0	0,7	15,4	14,4	0,0	14	100
Sertão CE	R\$ 576	115	48	30	1	7	201	621	4	625	1.401
	% 41,1	8,2	3,4	2,1	0,1	0,5	14,3	43,3	0,3	44	100
Entorno DF	R\$ 3.712	372	192	40	3	0	607	877	7	884	5.203
	% 71,3	7,1	3,7	0,8	0,1	0,0	11,7	16,9	0,1	17	100
Sudeste PA	R\$ 3.434	323	189	247	1	11	771	642	7	649	4.854
	% 70,7	6,7	3,9	5,1	0,0	0,2	15,9	13,3	0,2	14	100
Oeste SC	R\$ 4.291	332	164	63	4	30	593	375	7	382	5.265
	% 81,5	6,3	3,1	1,2	0,1	0,6	11,3	7,1	0,1	7	100
Zona Cana NE	R\$ 1.750	111	233	45	1	71	461	653	13	666	2.876
	% 60,8	3,8	8,1	1,6	0,0	2,5	16	22,7	0,4	23	100
Total	R\$ 2.571	229	177	95	2	27	530	641	7	648	3.749
	% 68,6	6,1	4,7	2,5	0,0	0,7	14	17,1	0,2	17	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Renda média considerando o total de informantes, inclusive aqueles sem rendimento. Para facilitar a visualização, eliminamos os centavos.

Tabela A7.2		Composição média do valor bruto da produção vendida do lote: capacidade de geração de renda dos lotes – 1999/2000 (em % e em R\$ correntes)*													
Manchas Rendas		Sul BA		Sertão CE		Entorno DF		Sudeste PA		Oeste SC		Zona Cana NE		Total	
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Pecuária (A)		348	12,1	242	42,0	2.564	69,1	2.117	61,6	1.032	24,0	64	3,7	1.084	42,1
Agricultura (B)		1.195	41,6	327	56,8	883	23,8	1.062	30,9	2.670	62,2	1.617	92,4	1.226	47,7
Extrativismo (C)		227	7,9	2	0,3	4	0,1	49	1,4	109	2,5	0	0,0	38	1,5
Beneficiamento (D)		1.102	38,3	5	0,8	262	7,0	207	6,0	479	11,2	68	3,9	223	8,7
Rendimento médio bruto familiar anual do lote (A+B+C+D)		2.872	100,0	576	100,0	3.712	100,0	3.434	100,0	4.291	100,0	1.750	100,0	2.571	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000. Preços médios: Pesquisa Agrícola Municipal e Pesquisa Pecuária Municipal – IBGE (1999).

(*) Renda média considerando o total de informantes, inclusive aqueles sem rendimento. Para facilitar a visualização, eliminamos os centavos.

Tabela A7.3		Acesso a auxílio para alimentação (em % entrevistados, por <i>manchas</i>)		
<i>Mancha</i>	Total de lotes entrevistados	Recebe algum tipo de auxílio para alimentação?		
		Sim	Não	Sem resposta
Sul BA	87	3%	97%	-
Sertão CE	306	25%	75%	-
Entorno DF	237	4%	96%	-
Sudeste PA	366	5%	94%	1%
Oeste SC	185	19%	81%	-
Zona Cana NE	387	19%	81%	-
Total global	1.568	14%	86%	0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

Tabela A7.4 Níveis de rendimento médio bruto familiar anual total, segundo faixas de salário mínimo – 1999/2000 (em % dos entrevistados)*							
<i>Manchas / Rendas</i>	Sul BA	Sertão CE	Entorno DF	Sudeste PA	Oeste SC	Zona Cana NE	Total
Sem rendimento	1,15%	3,92%	5,49%	3,55%	0,00%	2,58%	3,12%
Até 1 SM	22,99%	63,40%	29,96%	30,33%	15,68%	46,65%	38,62%
Mais de 1 a 2 SM	33,33%	22,88%	20,25%	24,86%	26,49%	25,52%	24,60%
Mais de 2 a 3 SM	16,09%	7,84%	13,08%	12,30%	16,76%	12,63%	12,36%
Mais de 3 a 5 SM	17,24%	1,63%	15,61%	16,67%	26,49%	6,70%	12,30%
Mais de 5 SM	9,20%	0,33%	15,61%	12,30%	14,59%	5,93%	8,99%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Salário mínimo = R\$ 151,00.

Mancha/Municípios	Renda média bruta familiar mensal total (em R\$)	Renda média bruta familiar mensal <i>per capita</i> (em R\$)	Linha de pobreza (*1)	Avaliação s/poder compra - em % dos entrevistados (*2)		
				Melhor	Igual	Pior
TOTAL DAS MANCHAS	312,42	77,06	xx	62,46%	22,69%	14,34%
SUL BA	340,64	86,78	xx	48,27%	29,88%	20,68%
Arataca	434,36	142,45	xx	28,57%	71,43%	-
Buerarema	76,65	10,11		40,00%	20,00%	40,00%
Camacan	204,36	106,72	xx	90,00%	10,00%	-
Canavieiras	427,54	85,32	xx	42,86%	42,86%	14,28%
Ilhéus	364,31	145,02	xx	60,00%	40,00%	-
Itacaré	221,48	29,93		37,50%	37,50%	25,00%
Santa Luzia	323,41	71,72	x	41,18%	29,41%	29,41%
Una	454,37	83,21	xx	43,75%	6,25%	43,75%
SERTÃO CE	116,74	27,49		67,65%	20,59%	11,76%
Canindé	66,74	14,57		56,10%	27,64%	16,26%
Madalena	110,25	25,17		81,13%	15,09%	3,77%
Quixeramobim	170,15	42,48		59,26%	25,92%	14,81%
Santa Quitéria	164,23	39,37		82,89%	9,21%	7,89%
ENTORNO DF	433,61	129,31	xx	53,16%	21,94%	24,89%
Cristalina	1.360,22	445,08	xx	50,00%	27,78%	22,22%
Formosa	274,97	97,30	xx	39,65%	24,14%	36,21%
Buritis	192,00	55,24		68,75%	18,75%	12,50%
João Pinheiro	692,60	201,09	xx	72,50%	17,50%	10,00%
Paracatu	164,28	46,22		60,61%	18,18%	21,21%
Unaí	363,01	90,81	xx	47,22%	23,61%	29,17%
SUDESTE PA	404,50	93,43	xx	58,20%	24,04%	16,67%
Conceição Araguaia	364,57	82,77	xx	52,35%	27,52%	18,79%
Floresta Araguaia	570,80	137,93	xx	83,82%	8,82%	7,35%
OESTE SC	438,72	105,39	xx	67,03%	25,94%	7,03%
Abelardo Luz	362,01	90,53	xx	65,74%	28,70%	5,55%
Anchieta	581,93	129,53	xx	70,00%	20,00%	10,00%
Dionísio Cerqueira	795,82	292,03	xx	83,33%	16,67%	-
Palma Sola	597,82	129,35	xx	100,00%	-	-
Paraíso	612,58	135,03	xx	85,71%	14,28%	-
Passos Maia	437,27	95,31	xx	68,96%	20,69%	10,34%
São José do Cedro	608,27	116,75	xx	54,54%	36,36%	9,09%
São Miguel d'Oeste	535,83	113,04	xx	44,44%	33,33%	22,22%
ZONA CANA NE	239,68	53,30		69,07%	20,36%	9,79%
Maragogi	129,37	24,70		85,00%	8,33%	5,00%
Areia	123,26	24,99		47,62%	42,86%	4,76%
Cruz Espírito Santo	210,64	42,49		53,97%	25,40%	20,63%
Pedras de Fogo	420,11	78,69	xx	70,37%	22,22%	7,41%
Pitimbu	268,44	68,15	x	57,50%	25,00%	17,50%
Sapé	109,20	22,98		74,19%	12,90%	12,90%
Abreu e Lima	501,99	79,70	xx	85,71%	14,28%	-
Água Preta	195,74	55,29		68,96%	25,88%	3,45%
Goiâna	461,38	103,51	xx	70,00%	20,00%	10,00%
Igarassu	328,05	94,71	xx	89,47%	10,53%	-
Rio Formoso	149,18	45,10		80,00%	6,67%	13,33%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*1) Essa coluna indica os municípios cuja renda mensal per capita é superior à linha da pobreza, aqui estabelecida em 1/2 salário mínimo per capita. A marca "x" indica valores que ultrapassam R\$ 136,00 (valor do SM de maio de 1999 a março de 2000). A marca "xx" indica valores que ultrapassam R\$ 151,00 (valor do salário mínimo vigente a partir de abril de 2000).

(*2) Em relação ao total de entrevistados. Eventuais diferenças entre a soma das três alternativas e 100% indicam os casos sem informação.

Tabela A7.6		Posse de bens de consumo duráveis, antes do assentamento e depois (em % dos entrevistados, por e por tipo de bens)													
Mancha	Lotes entrevistados	Sim, tem pelo menos um bem eletrodoméstico (em %)													
		Fogão a gás		Geladeira		Televisão		Antena Parabólica		Máquina de lavar		Freezer		Outros*	
		Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes
Sul BA	87	54%	30%	23%	14%	31%	20%	8%	2%	2%	-	2%	-	2%	2%
Sertão CE	306	74%	38%	31%	10%	61%	18%	15%	2%	1%	0%	2%	1%	65%	33%
Entorno DF	237	89%	77%	51%	41%	54%	42%	32%	9%	40%	17%	12%	5%	39%	25%
Sudeste PA	366	74%	46%	16%	13%	17%	13%	10%	4%	9%	7%	6%	3%	45%	34%
Oeste SC	185	79%	43%	46%	28%	54%	29%	31%	9%	27%	7%	35%	10%	6%	4%
Zona Cana NE	387	88%	62%	50%	26%	63%	38%	11%	3%	1%	-	2%	1%	29%	25%
Total global	1.568	79%	52%	37%	22%	48%	27%	17%	5%	12%	5%	8%	3%	37%	25%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Aparelho de som ou rádio, liqüificador, ferro elétrico, espremedor, ventilador, máquina de costura. Como não estavam indicados explicitamente no questionário, acreditamos que em vários casos (especialmente naqueles onde o nível de renda é melhor, como Santa Catarina) estes bens não tenham sido indicados pelos entrevistados.

Tabela A7.7		Posse de meios de transporte, antes do assentamento e depois (em % dos entrevistados, por manchas e por tipo)														
Mancha	Total lotes entrevistados	Total dos que tem meio de transporte (*1)	Sim, tem pelo menos algum meio de transporte próprio?												Não tem nenhum (*2)	
			Bicicleta		Animal transporte		Moto		Carro		Outros					
			Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois		
Sul BA	87	28%	2%	10%	1%	9%	-	-	-	7%	-	-	-	-	72%	
Sertão CE	306	92%	15%	61%	4%	19%	2%	17%	0%	1%	-	-	-	-	8%	
Entorno DF	237	91%	14%	38%	6%	65%	-	3%	3%	21%	4%	14%	-	-	9%	
Sudeste PA	366	88%	16%	54%	15%	34%	1%	8%	2%	3%	2%	5%	-	-	12%	
Oeste SC	185	41%	1%	14%	1%	6%	1%	5%	5%	10%	1%	3%	-	-	59%	
Zona Cana NE	387	69%	10%	40%	3%	22%	1%	2%	2%	8%	-	1%	-	-	31%	
Total global	1.568	76%	11%	42%	6%	28%	1%	7%	2%	8%	1%	4%	-	-	24%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Antes ou depois da criação do assentamento, segundo os dados do Incra.

(**) Inclui carroça, caminhonete, ônibus, charrete, carro de boi, trator, barco a motor.

Tabela A7.8		Material de construção das casas: antes e depois do assentamento (em % dos entrevistados, por manchas)													
Mancha	Total lotes entrevistados	De que era feita a casa, antes e depois de vir para o assentamento													
		Tijolo ou bloco		Madeira aparelhada		Madeira aproveitada		Barro ou taipa		Palha		Outros*			
		Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes
Sul BA	87	71%	52%	1%	-	17%	26%	11%	17%	-	-	1%	-	6%	-
Sertão CE	306	99%	45%	-	-	-	-	1%	55%	-	-	0%	-	0%	-
Entorno do DF	237	85%	75%	2%	3%	3%	2%	6%	11%	3%	3%	7%	-	9%	-
Sudeste PA	366	30%	20%	18%	23%	30%	23%	14%	14%	12%	19%	8%	-	6%	-
Oeste SC	185	65%	5%	9%	4%	25%	86%	1%	2%	-	-	1%	-	4%	-
Zona Cana NE	387	95%	44%	-	0%	-	1%	4%	46%	-	7%	0%	-	4%	-
Total global	1.568	74%	39%	6%	6%	12%	18%	6%	28%	3%	7%	3%	3%	5%	-

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Outros: Inclui papelão ou plástico, adobe, terra brasili.

Mancha	Número de cômodos das casas atuais e anteriores ao assentamento (em % dos entrevistados, por manchas)												
	Média de cômodos		Lotes entrevistados	Quantos cômodos tem a casa? *									
				Um		Dois		Três		Quatro		Cinco	
	Depois	Antes		Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes	Depois	Antes
Sul BA	4,00	3,63	87	2%	1%	2%	16%	17%	24%	49%	25%	29%	29%
Sertão CE	4,73	4,13	306	-	1%		4%	3%	21%	22%	28%	75%	46%
Entorno DF	4,45	4,18	237	1%	3%	7%	7%	4%	11%	20%	28%	68%	51%
Sudeste PA	4,07	4,07	366	2%	1%	7%	7%	15%	12%	32%	44%	43%	34%
Oeste SC	4,27	3,46	185	-	5%	2%	19%	15%	24%	36%	25%	46%	26%
Zona Cana NE	4,50	3,41	387	0%	13%	0%	11%	5%	23%	38%	25%	56%	27%
Total global	4,38	3,84	1.568	1%	5%	3%	9%	9%	18%	31%	30%	56%	36%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) As respostas “não tem cômodos” foram excluídas por serem insignificantes.

Mancha	Percepção dos assentados sobre suas condições de vida: moradia, alimentação, saúde e educação (em % dos entrevistados)															
	Total lotes entrevistados	Sua vida melhorou?			Moração (*2)			Alimentação (*2)			Saúde			Educação (*2)		
		Sim	Não (*1)	Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual	
Sul BA	87	86%	14%	70%	15%	14%	51%	10%	38%	48%	14%	37%	67%	9%	23%	
Sertão CE	306	95%	5%	88%	4%	8%	73%	3%	24%	68%	9%	23%	84%	4%	12%	
Entorno DF	237	86%	14%	69%	12%	19%	59%	7%	34%	47%	19%	34%	64%	8%	27%	
Sudeste PA	366	87%	13%	70%	13%	16%	59%	6%	34%	48%	20%	32%	55%	19%	24%	
Oeste SC	185	95%	5%	87%	3%	10%	72%	2%	26%	65%	10%	25%	77%	3%	21%	
Zona Cana NE	387	92%	8%	87%	3%	10%	74%	5%	21%	45%	20%	35%	73%	9%	17%	
Total global	1.568	91%	9%	79%	8%	13%	66%	5%	28%	53%	16%	31%	70%	9%	20%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Inclui sem informação.

(**) Eventuais diferenças entre a soma das três alternativas e 100% indicam os casos sem informação.

Mancha	Percepção dos assentados sobre suas condições de vida: poder de compra, segurança física, lazer e futuro da família (em % dos entrevistados)												
	Total lotes entrevistados	Poder de compra*			Segurança física*			Futuro da família*			Lazer*		
		Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual	Melhor	Pior	Igual
Sul BA	87	48%	21%	30%	57%	1%	40%	85%	8%	6%	36%	23%	40%
Sertão CE	306	66%	12%	21%	74%	9%	17%	90%	2%	8%	65%	10%	25%
Entorno DF	237	53%	25%	22%	85%	5%	11%	87%	6%	7%	40%	28%	32%
Sudeste PA	366	58%	17%	24%	48%	6%	45%	88%	4%	7%	41%	25%	33%
Oeste SC	185	67%	7%	26%	77%	5%	18%	89%	3%	8%	63%	10%	27%
Zona Cana NE	387	69%	10%	20%	71%	7%	21%	84%	4%	11%	42%	15%	42%
Total global	1.568	62%	14%	23%	68%	7%	25%	87%	4%	8%	48%	18%	33%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2000 – Questionários.

(*) Eventuais diferenças entre a soma das três alternativas e 100% indicam os casos sem informação.

Tabela A7.12		Percepção dos assentados sobre as melhorias trazidas pelos assentamentos para as regiões onde estão inseridos – em % dos entrevistados, por tipo de contribuição citada e por manchas (*1)															
Mancha		Aumentou produção	Diversificou produção	Melhorou infra-estrutura (*2)	Melhorou/ moviment. comércio	Aumentou oportunid. trabalho	Melhorou condições de vida (*3)	Trouxe finanços. (*4)	Aumentou arrecad. impostos (*5)	Baixou preços produtos agrícolas	"Povoou região"	Aumentou acesso à terra	Aumentou participação política	Diminuiu violência/ conflitos por terra	Trouxe liberdade (*6)	Outros (*7)	Assent. não trouxe melhorias (*8)
Sul BA	37%	1%	15%	14%	24%	10%	0%	1%	5%	7%	1%	0%	0%	0%	2%	7%	
Sertão CE	18%	1%	40%	37%	15%	3%	3%	1%	1%	1%	0%	4%	2%	3%	1%	2%	
Entorno DF	44%	7%	41%	24%	49%	7%	1%	0%	0%	1%	0%	5%	3%	0%	3%	3%	
Sudeste PA	42%	11%	43%	21%	20%	5%	20%	5%	0%	2%	12%	5%	4%	0%	4%	5%	
Oeste SC	61%	18%	52%	88%	19%	1%	0%	11%	0%	9%	0%	12%	4%	0%	1%	0%	
Zona Cana NE	42%	11%	28%	18%	12%	13%	4%	1%	5%	1%	7%	1%	4%	5%	6%	4%	
Total global	40%	9%	38%	31%	22%	7%	6%	3%	2%	2%	5%	4%	3%	2%	3%	3%	

(*1) Porcentagens em relação ao total de entrevistados (1568). Como as respostas abarcavam mais de uma opção a soma das porcentagens é superior a 100%.

A pergunta feita foi "Você considera que o assentamento trouxe alguma melhoria para a região? Qual/Quais?".

(*2) Inclui: escolas, estradas, água, luz, postos de saúde.

(*3) Diminuiu fome e pobreza/ aumentou renda/ melhorou a vida/ serviços de saúde/ transporte/ casa/ alimentos.

(*4) Inclui: crédito, Procerá, Projetos, Custelo, Ajuda de custo.

(*5) Aumentou a renda do município/ desenvolveu o município/ trouxe agroindústrias.

(*6) Acesso à terra, não sujeição ao patrão, menos exploração, poder plantar, criar, trabalhar para si.

(*7) Inclui: crescimento da cidade, melhorou acesso a máquina, assistência técnica.

(*8) Razões para a não melhoria: falta crédito/ recursos/ apoio governamental (Pará e DF), falta infra-estrutura (Pará), preço dos produtos agrícolas baixou (Zona Canavieira), produção é baixa (DF), assentamento é muito recente (Zona Canavieira).

ANEXO 3

MAPAS



IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS
Um ESTUDO SOBRE o MEIO RURAL BRASILEIRO

MAPAS

Neste anexo estão apresentados os mapas das áreas incluídas na pesquisa. Inicialmente é apresentado um mapa do Brasil, destacando as *grandes manchas* abrangidas pela pesquisa. A seguir, apresentamos, para cada *mancha*, três tipos diferentes de mapas.

1) Mapas do(s) Estado(s) da federação abrangido(s) pela *mancha*: apresentam, por município, o número total de projetos de assentamento criados pelo Incra no período 1985-1999. Este mapa permite uma visualização rápida da concentração de projetos ao nível dos. Para facilitar a visualização, inserimos os nomes apenas dos municípios onde havia projetos de assentamento.

2) Mapas das *Manchas*: estes mapas já são uma aproximação da amostra da pesquisa, e nele estão apresentados os municípios da *mancha* com o número de projetos de assentamento criados entre 1985 e 1997 (período abrangido pela pesquisa). Nestes mapas, é feito um destaque para a *mancha* e para as *manchas* (e *submanchas*) amostrais. No caso dos projetos de assentamento localizados nas *manchas amostrais* foram incluídas no mapa as correções realizadas em campo. As correções principais foram feitas na Bahia, onde verificamos em campo que alguns assentamentos que constavam na listagem do Incra não existiam, e no Pará, onde houve a emancipação do município de Floresta do Araguaia e alguns assentamentos ainda constavam como sendo no município de Conceição do Araguaia.

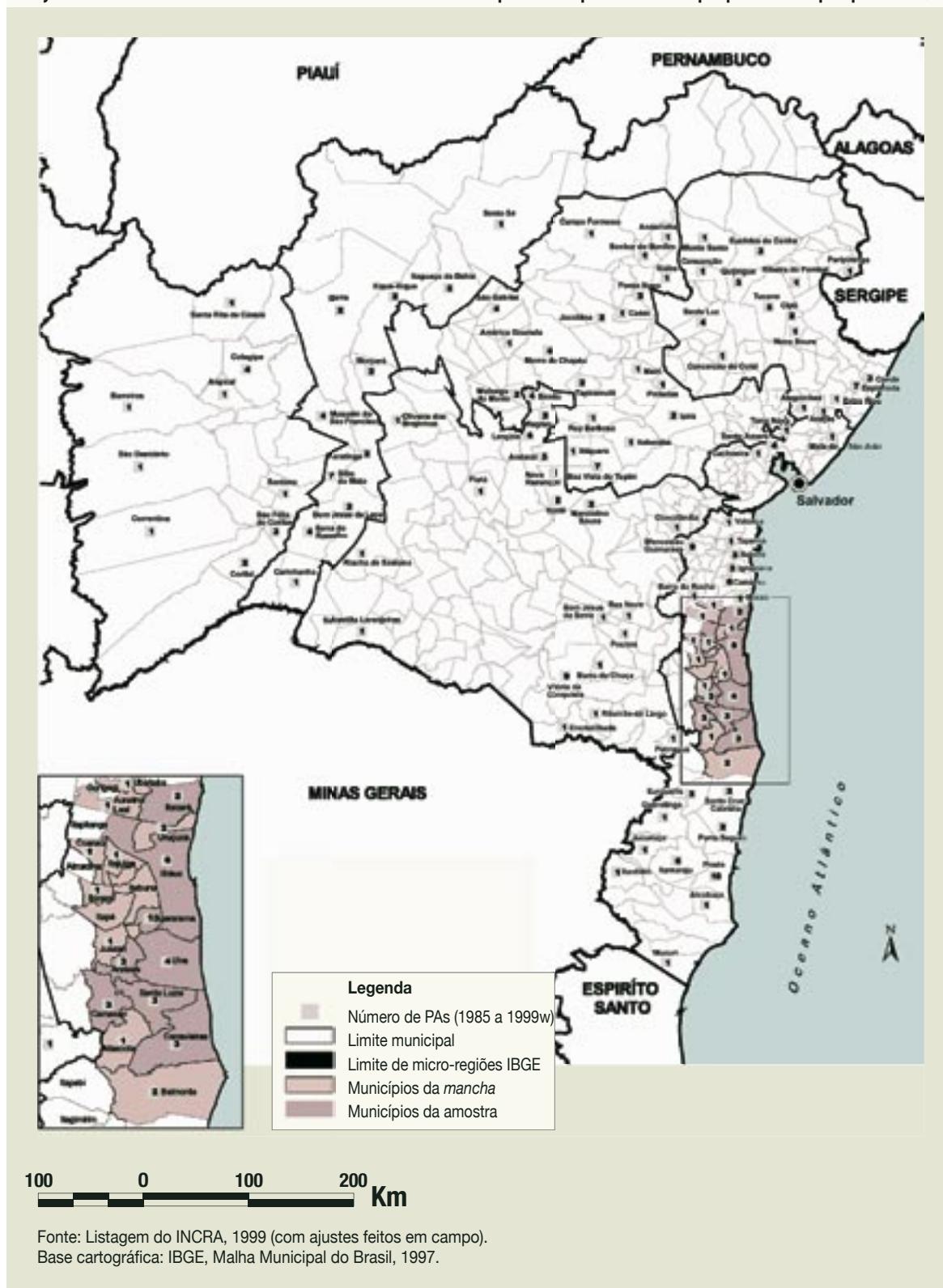
3) Mapa das *Manchas Amostrais*, trazem a localização aproximada dos assentamentos existentes nos municípios abrangidos pela pesquisa. Estes mapas utilizaram como fonte os mapas obtidos junto à Divisão de Geoprocessamento do Incra, em Brasília, com data de processamento de março de 1999. Na maioria dos estados não foi possível, através do mapa, identificar os nomes dos Projetos correspondentes e por isso deixamos sem a referência aos nomes dos projetos. Verificamos diferenças entre os dados da listagem e dos mapas, que foram justificados pelo Incra pelo fato de haver uma defasagem de tempo (de cerca de 2 anos) entre a diretoria de cadastro e a divisão de geoprocessamento. Nestes casos, indicamos entre parênteses (à frente do nome do município) o número de projetos que estão faltando, ou seja, que constam na listagem mas não aparecem nos mapas do Incra.

Mapa 1 – Brasil

Localização das áreas pesquisadas (grandes *manchas*)

Mapa 2.a. Estado da Bahia (*Mancha Sul BA*)

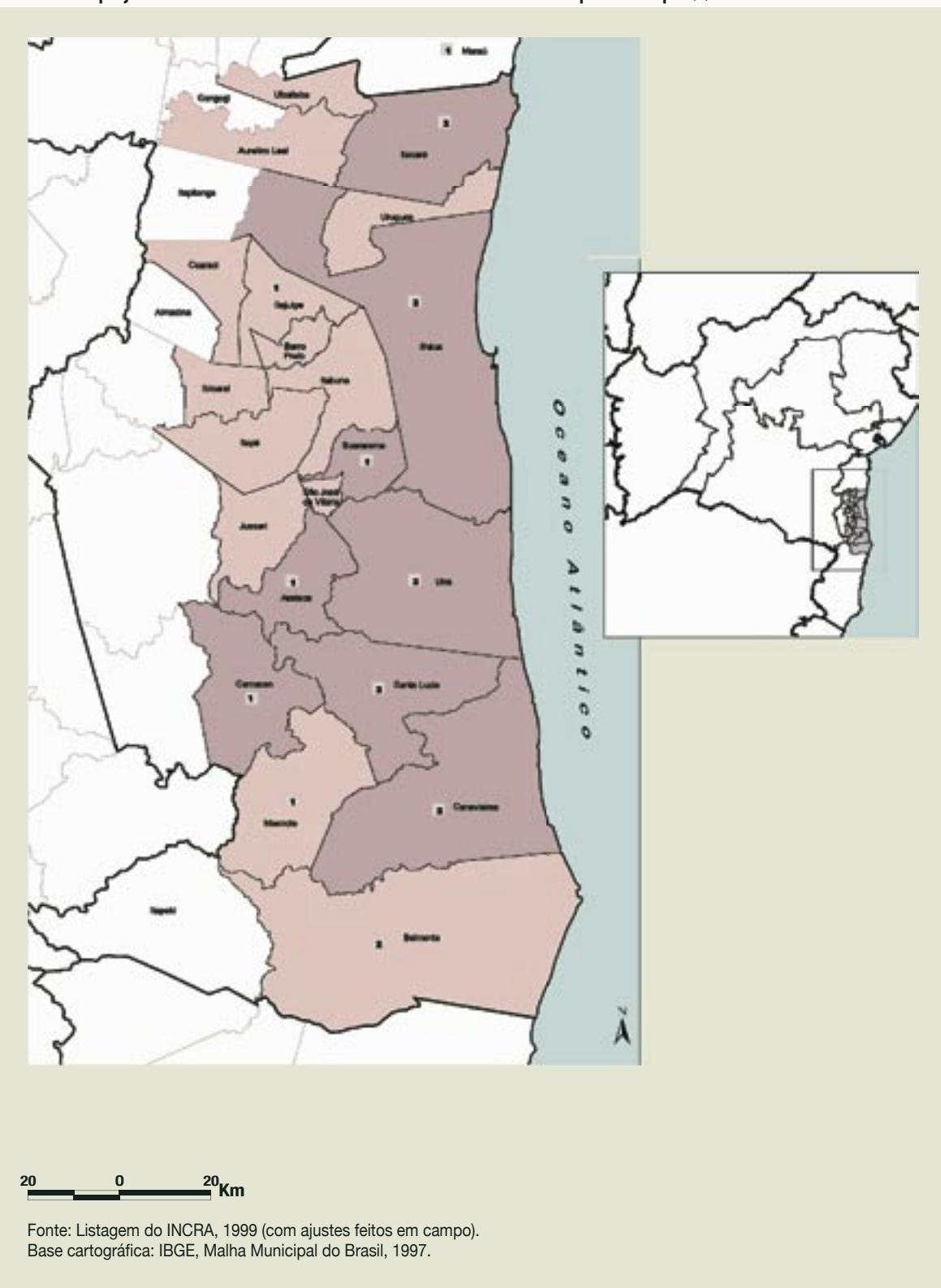
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

Mapa 2.b. *Mancha Sul da Bahia*

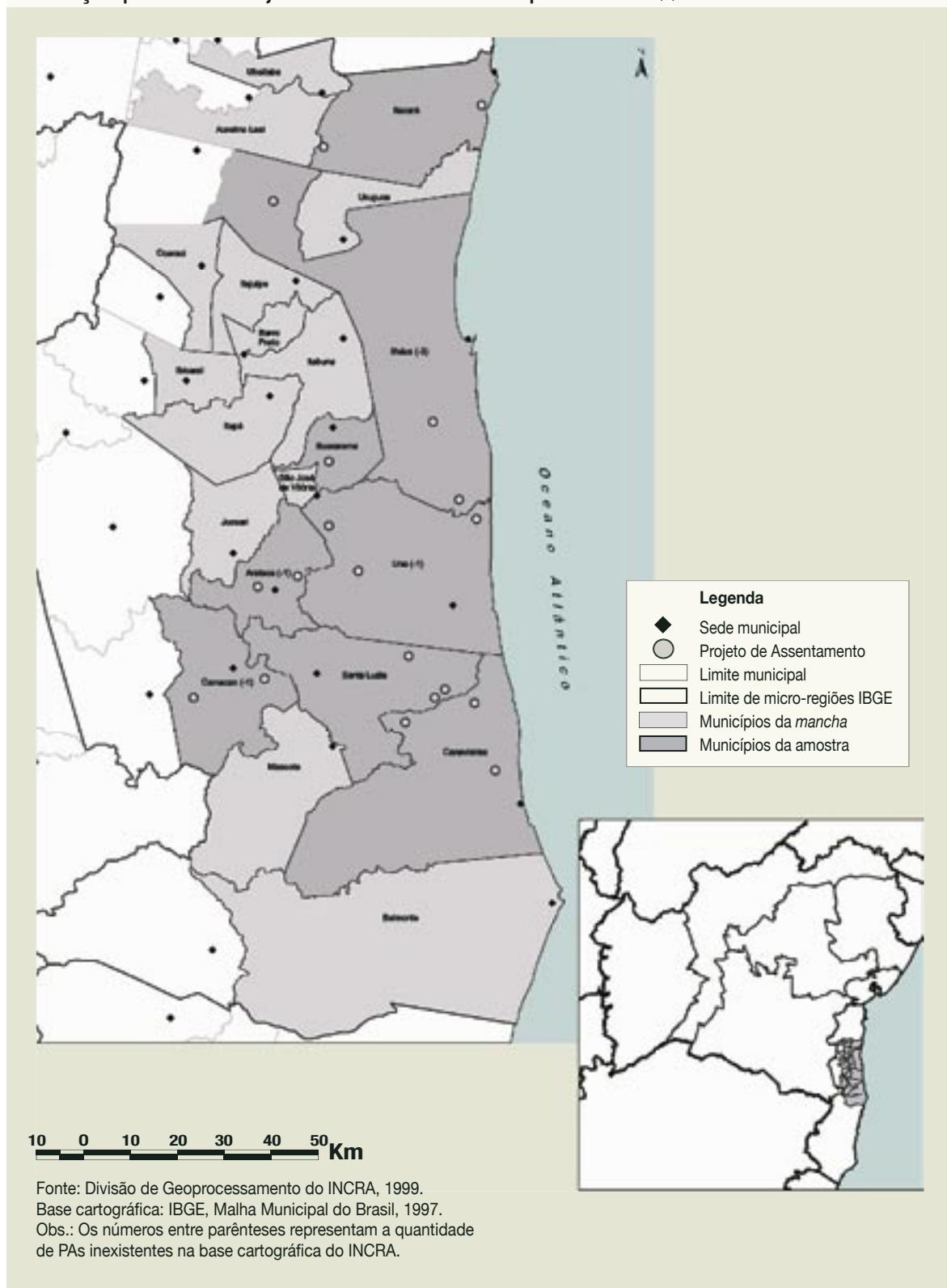
Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município (*)



^{*)} Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 2.c. *Mancha amostral Sul da Bahia*

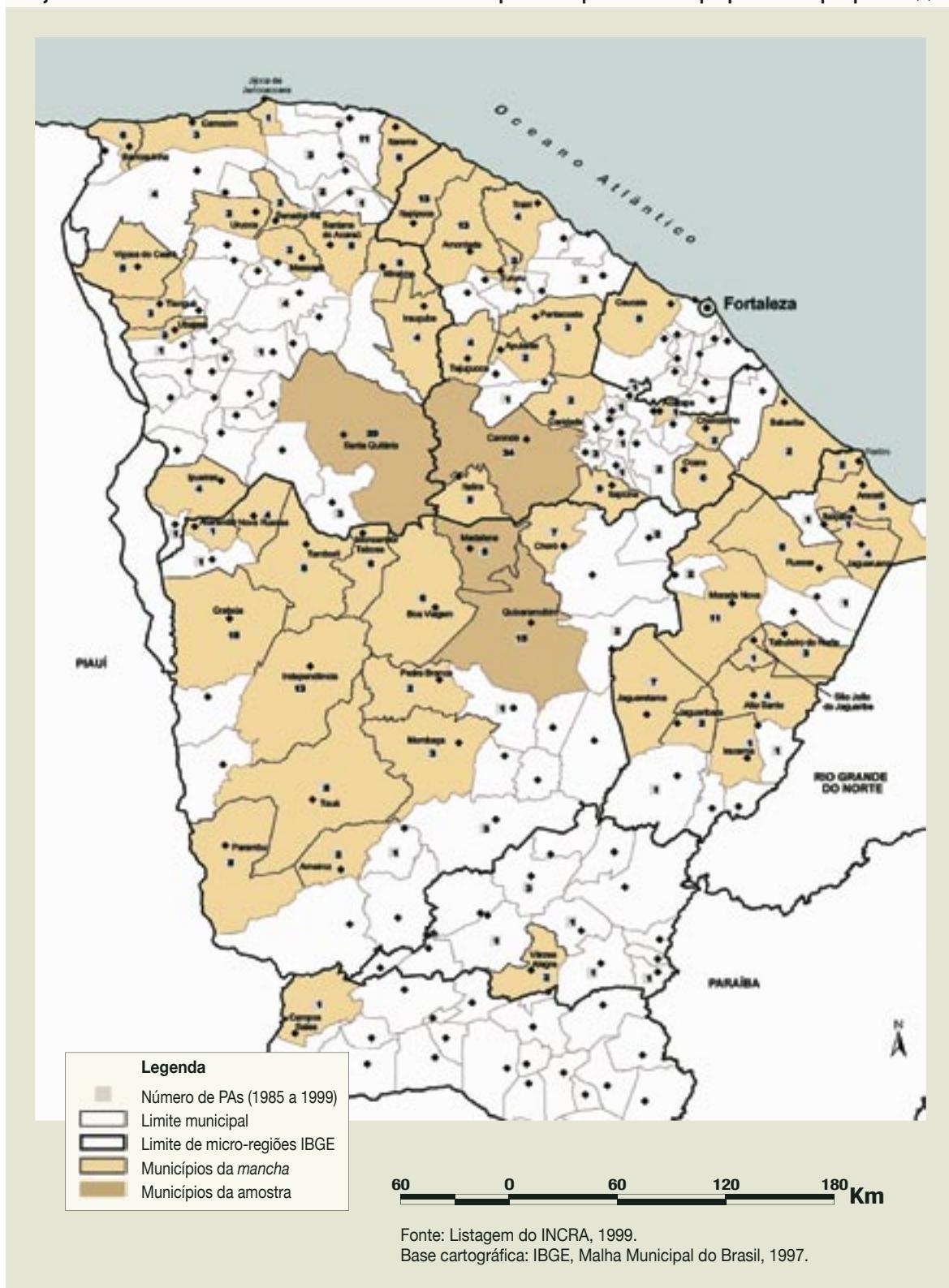
Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 3.a. Estado do Ceará (*Mancha Sertão CE*)

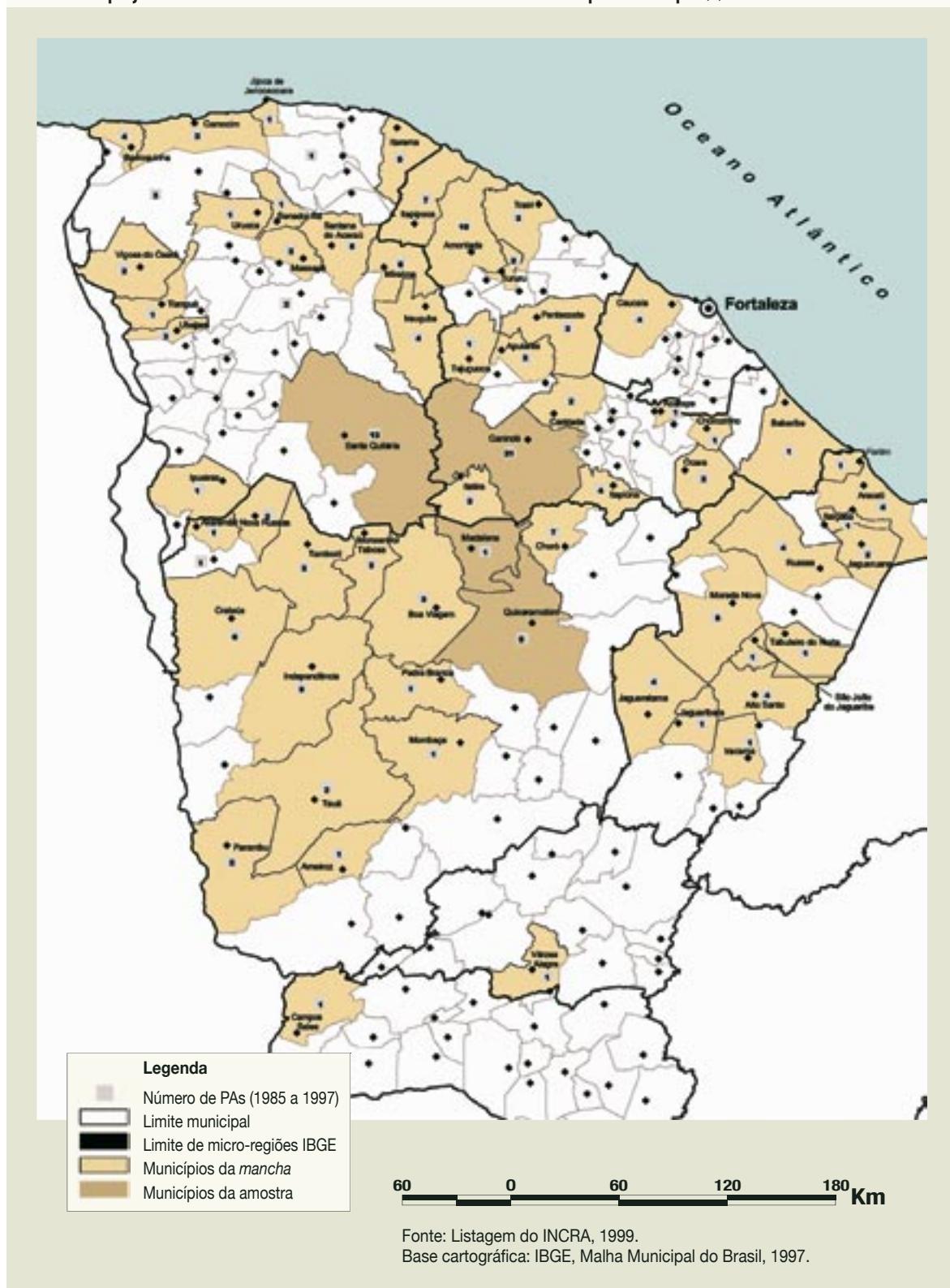
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 3.b. *Mancha Sertão do Ceará*

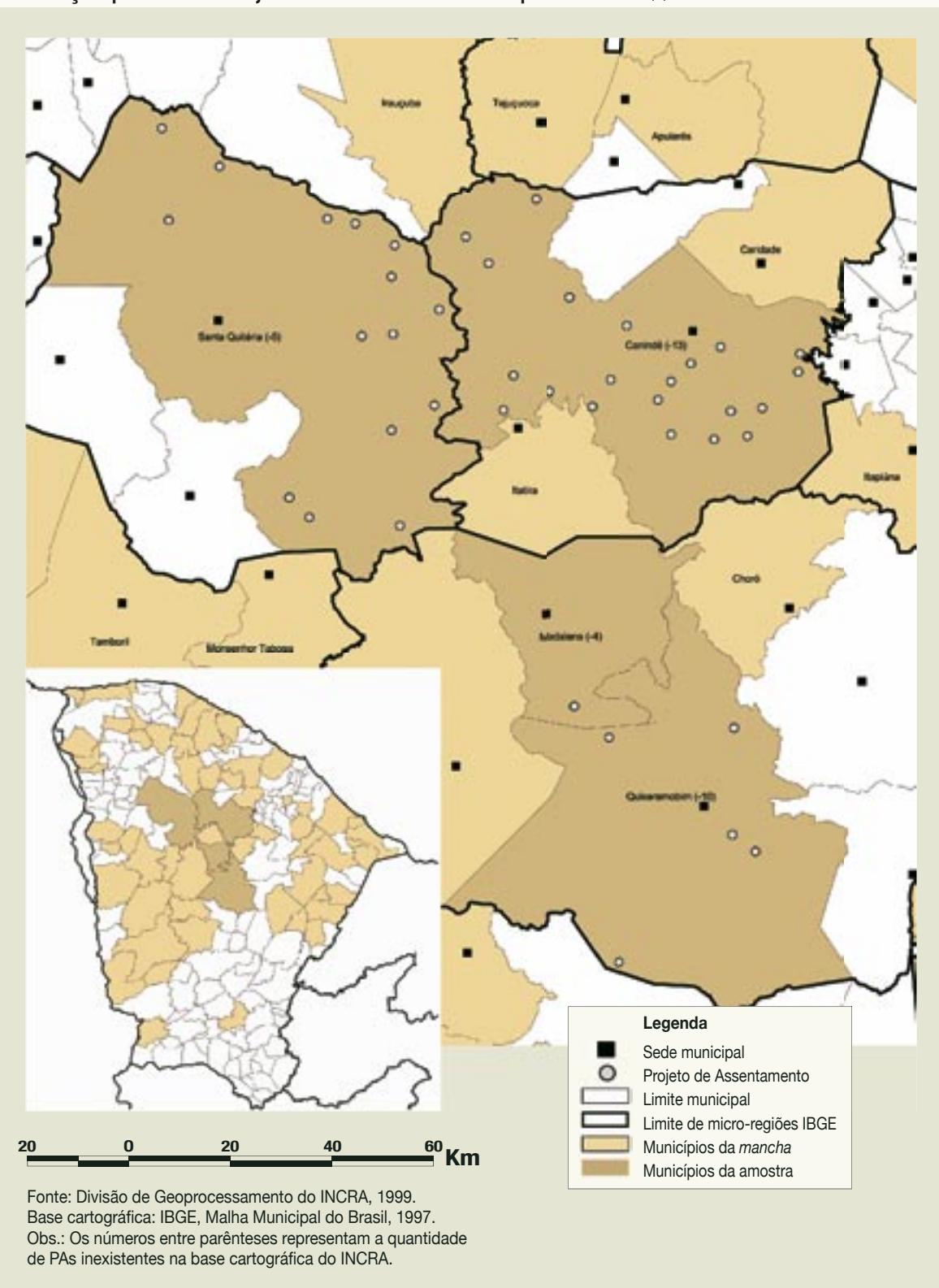
Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

Mapa 3.c. *Mancha amostral Sertão do Ceará*

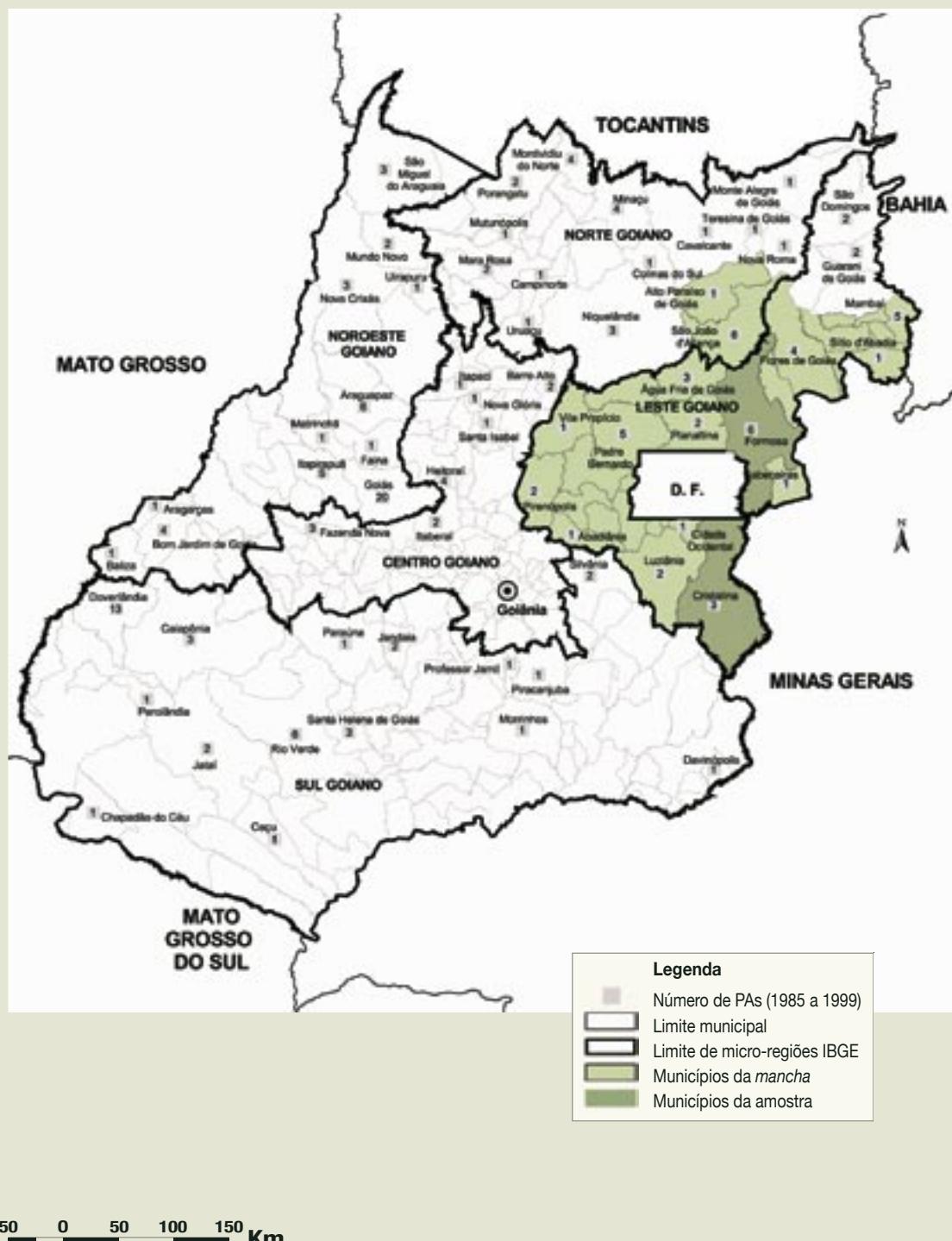
Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 4.a. Estado de Goiás (*Mancha Entorno DF*)

Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



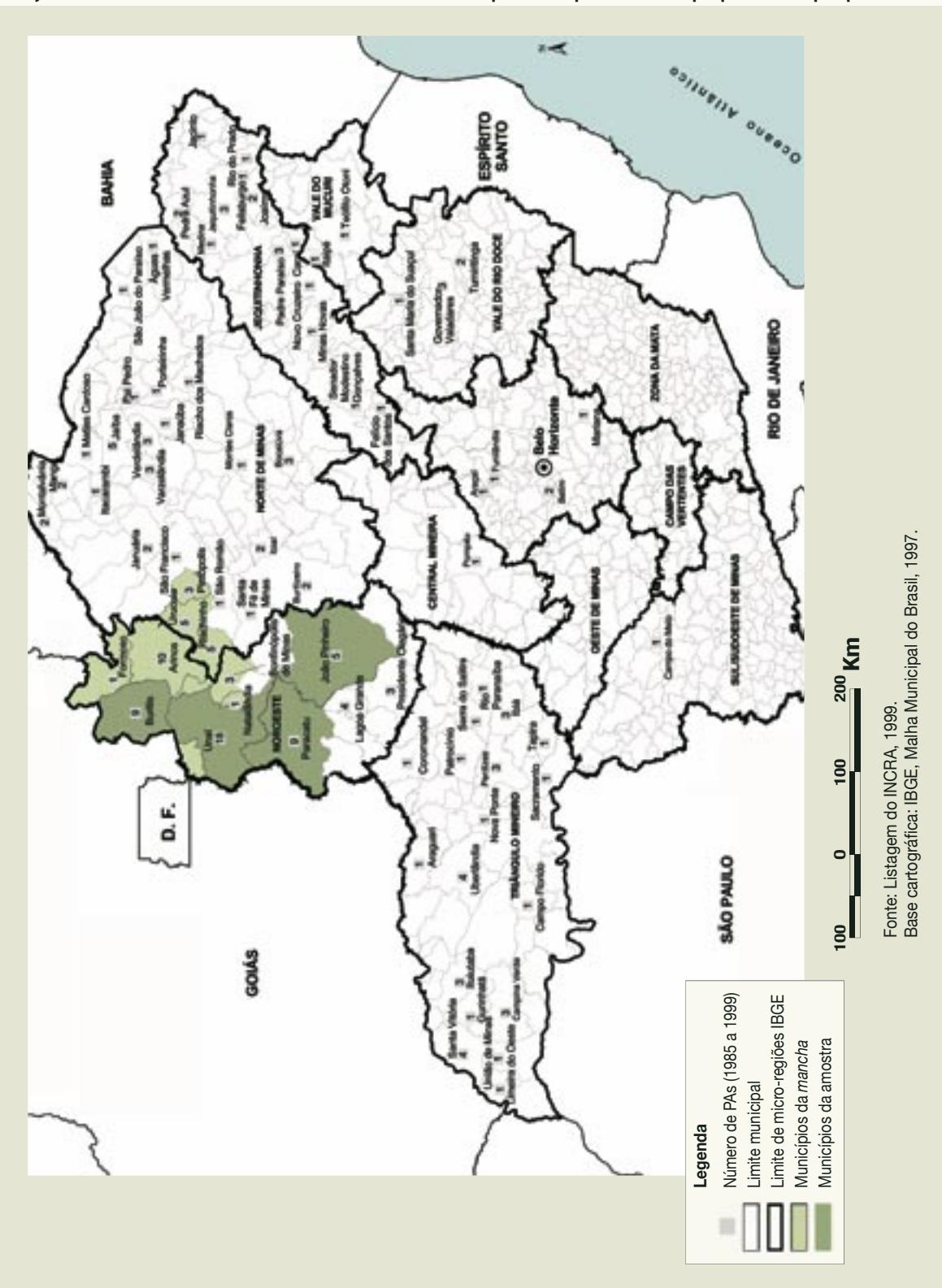
Fonte: Listagem do INCRA, 1999.

Base cartográfica: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997.

(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

Mapa 4.b. Estado de Minas Gerais (*Mancha Entorno DF*)

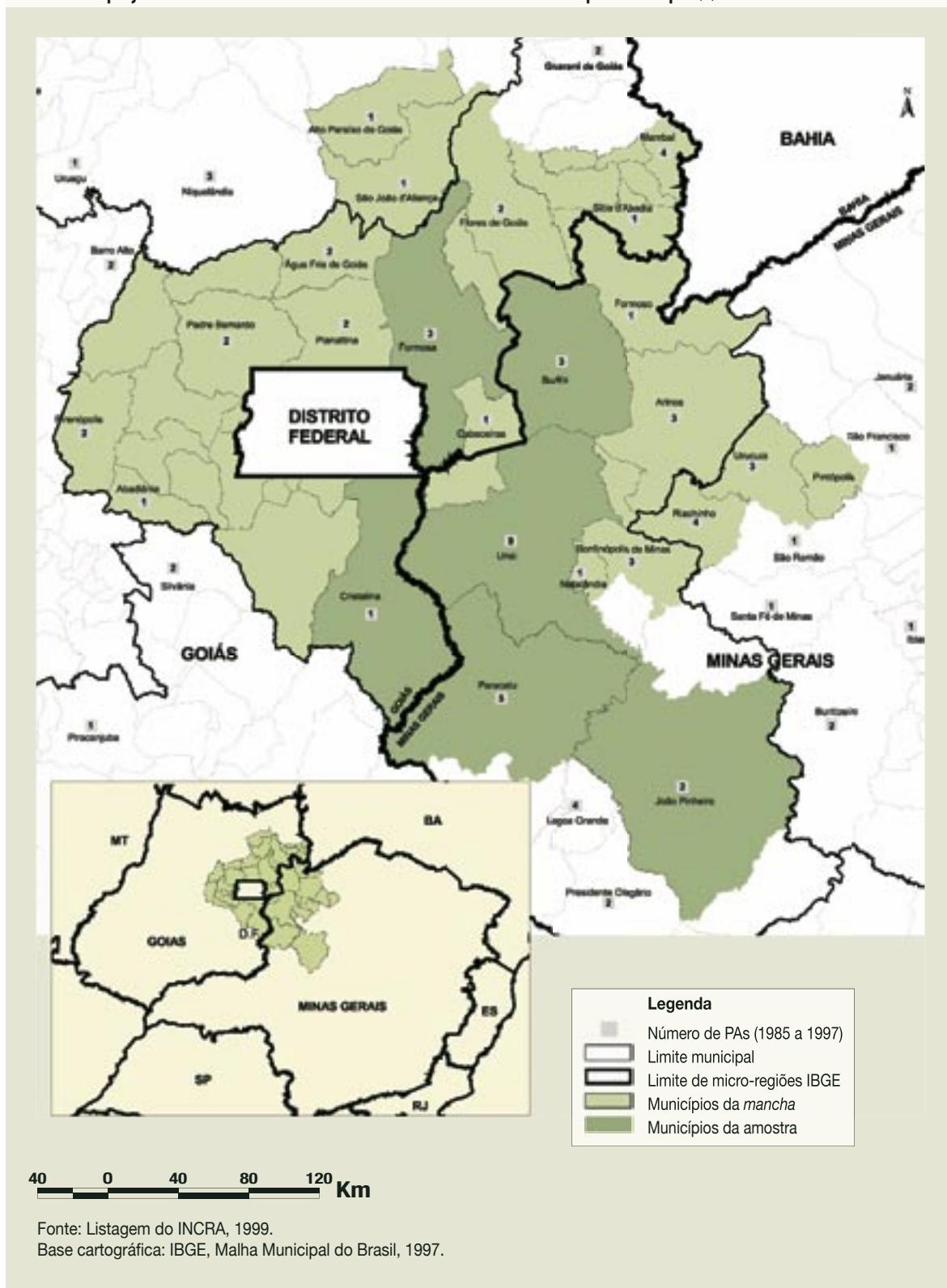
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 4.c. *Mancha Entorno do DF*

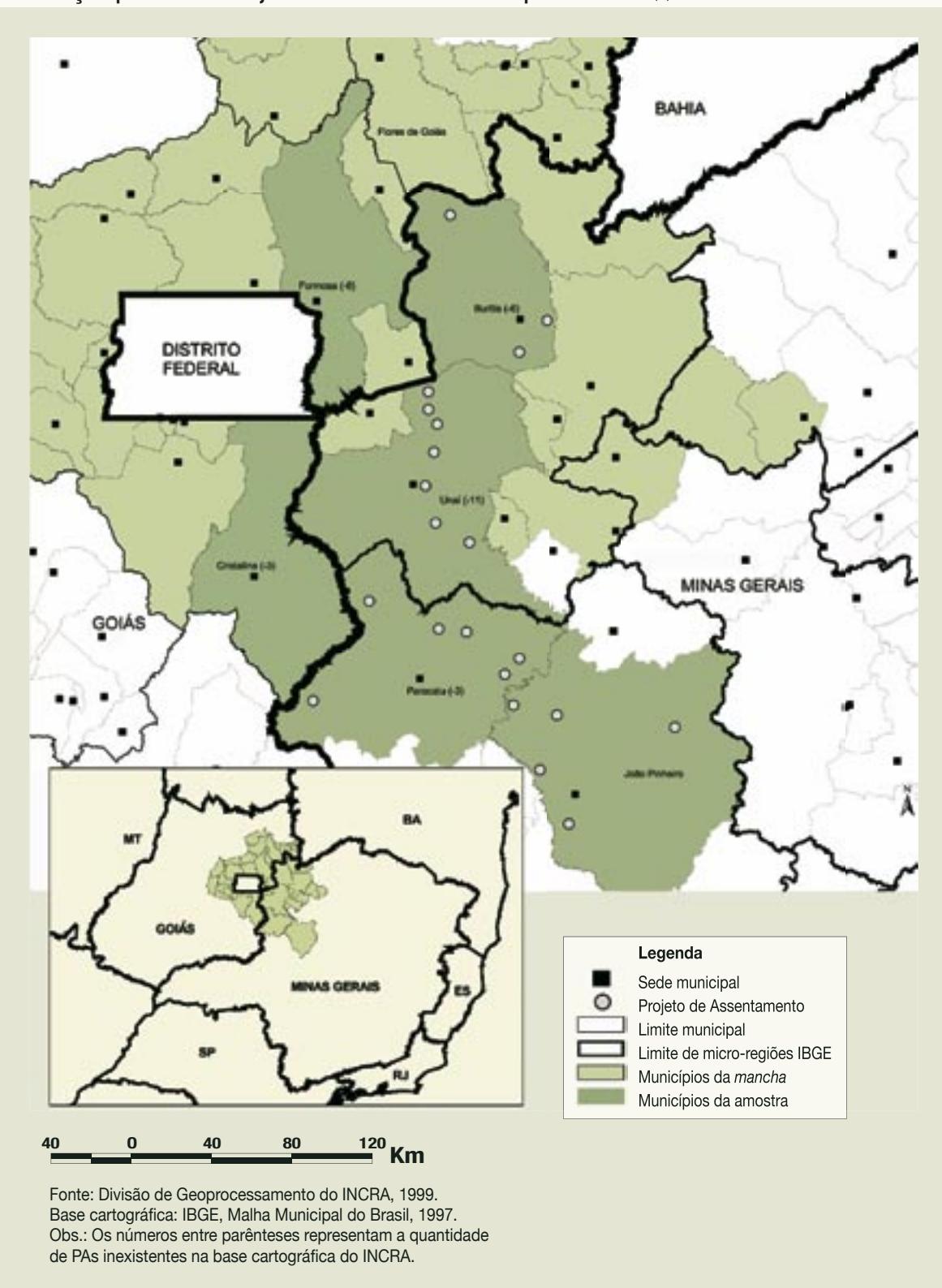
Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

Mapa 4.d. *Mancha amostral Entorno do DF*

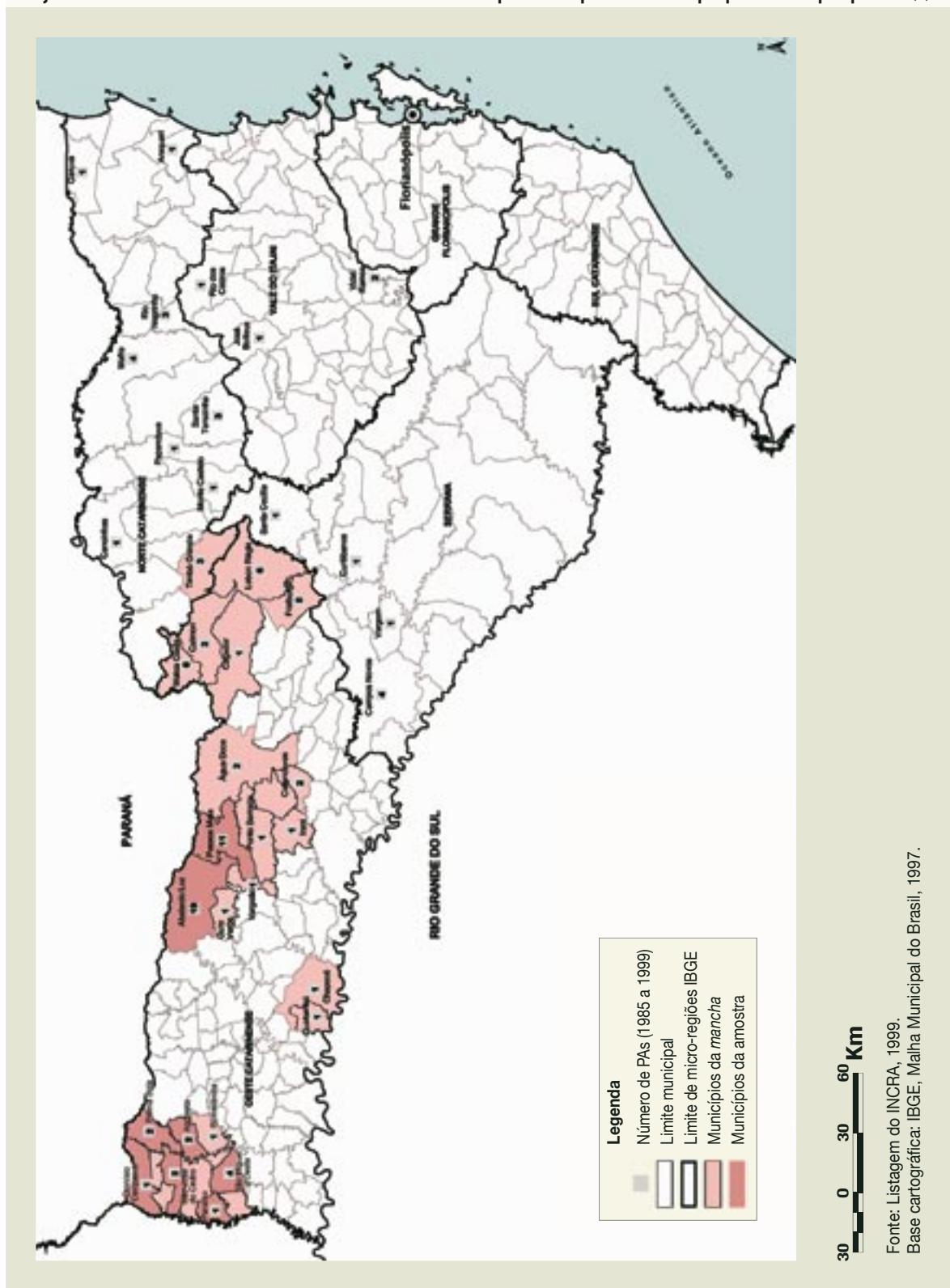
Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

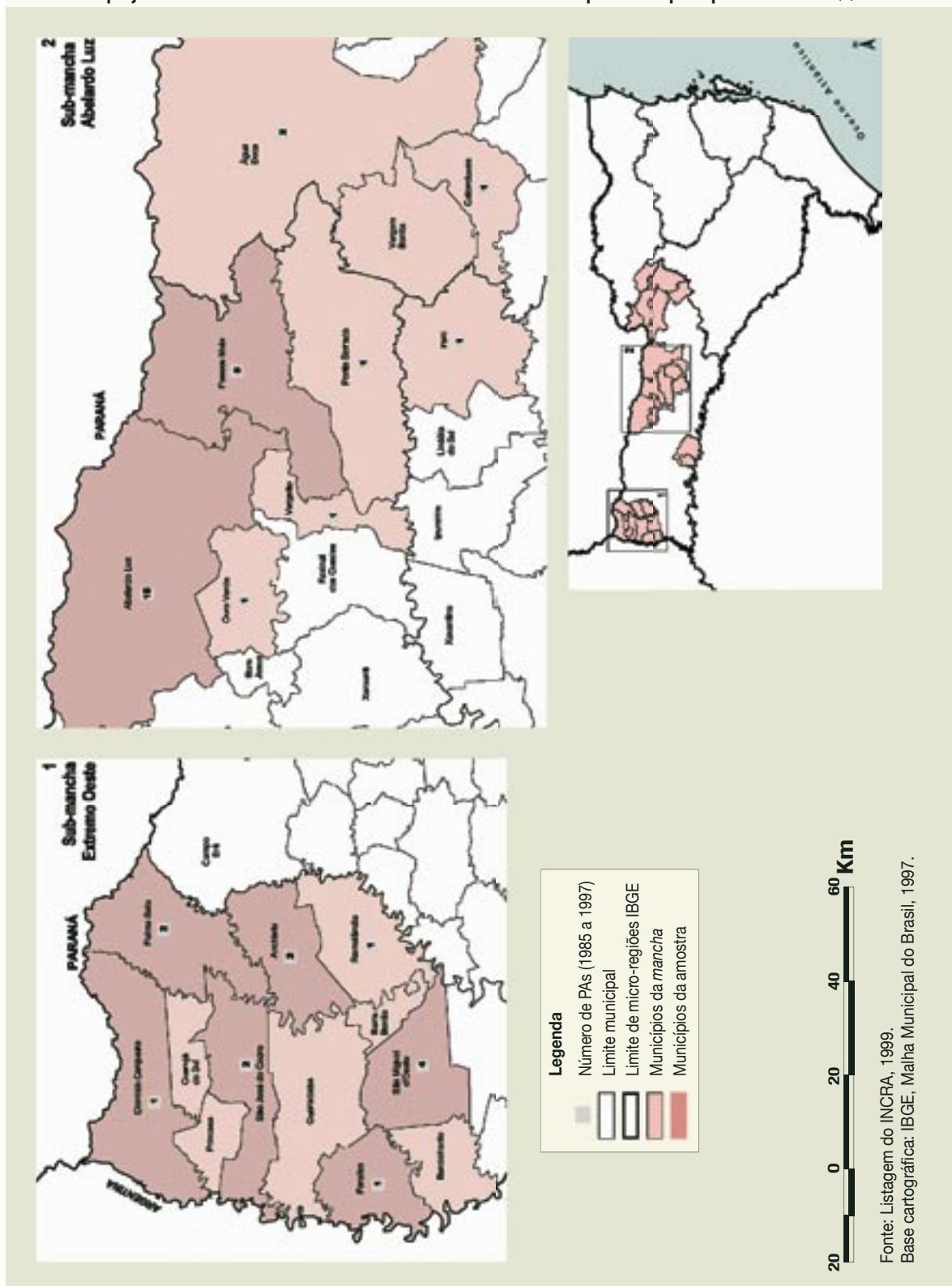
Mapa 5.a. Estado de Santa Catarina (*Mancha Oeste SC*)

Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

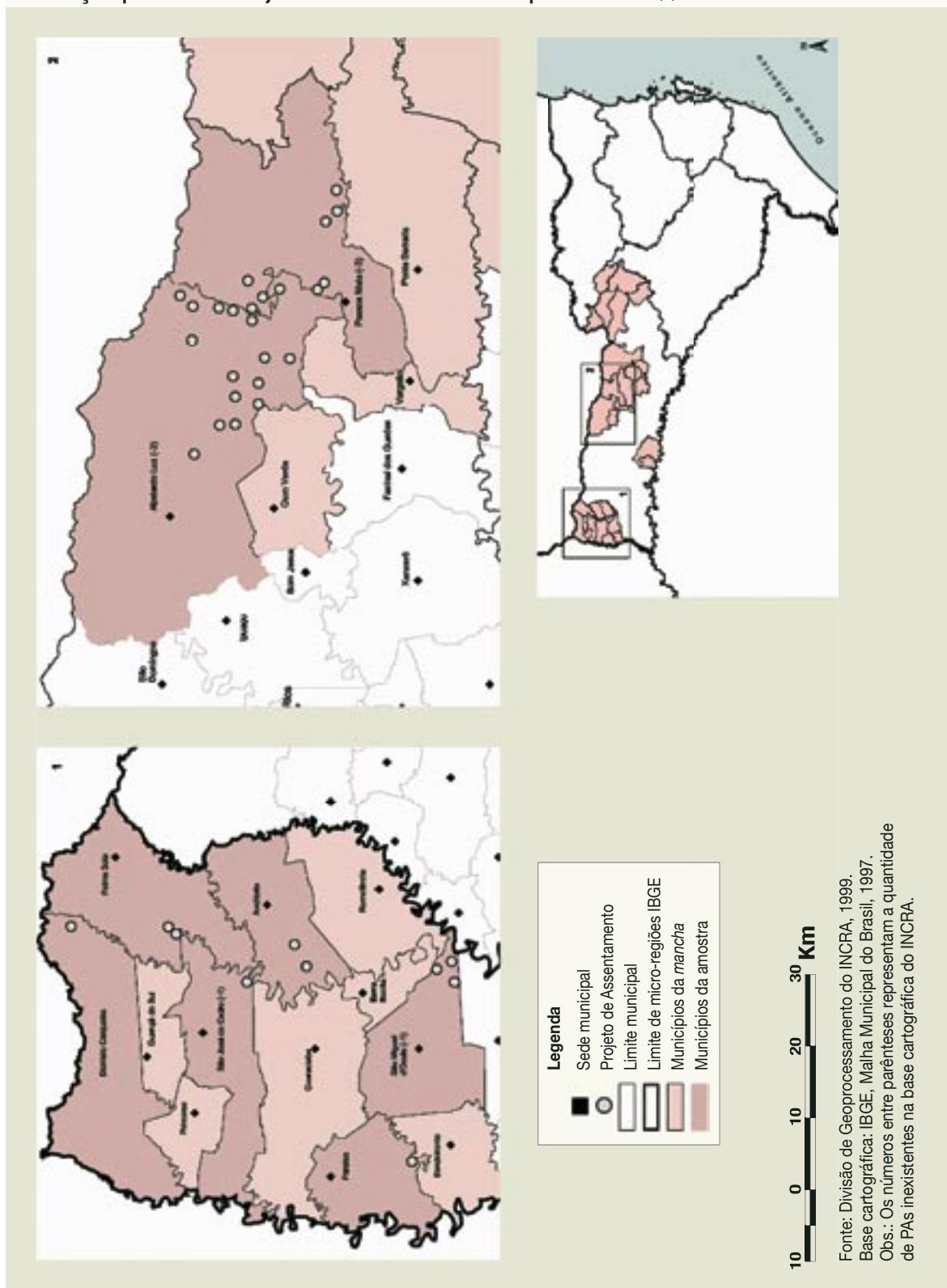
Fonte: Listagem do INCRA, 1999.
 Base cartográfica: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997.

Mapa 5.b. *Mancha Oeste de SC*Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município e por *submancha* (*)

(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 5.c. Mancha amostral Oeste de SC

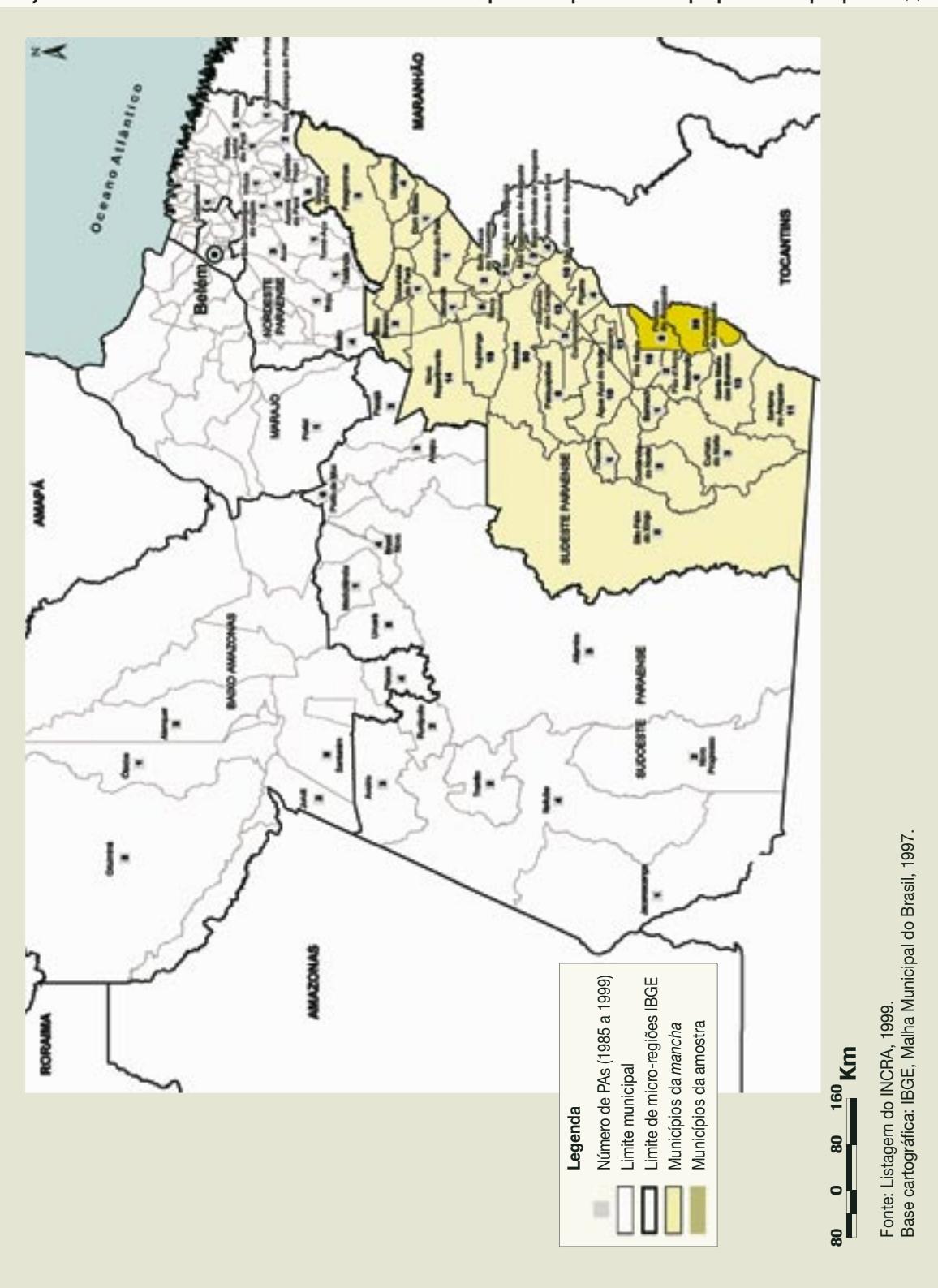
Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 6.a. Estado do Pará (*Mancha Sudeste PA*)

Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

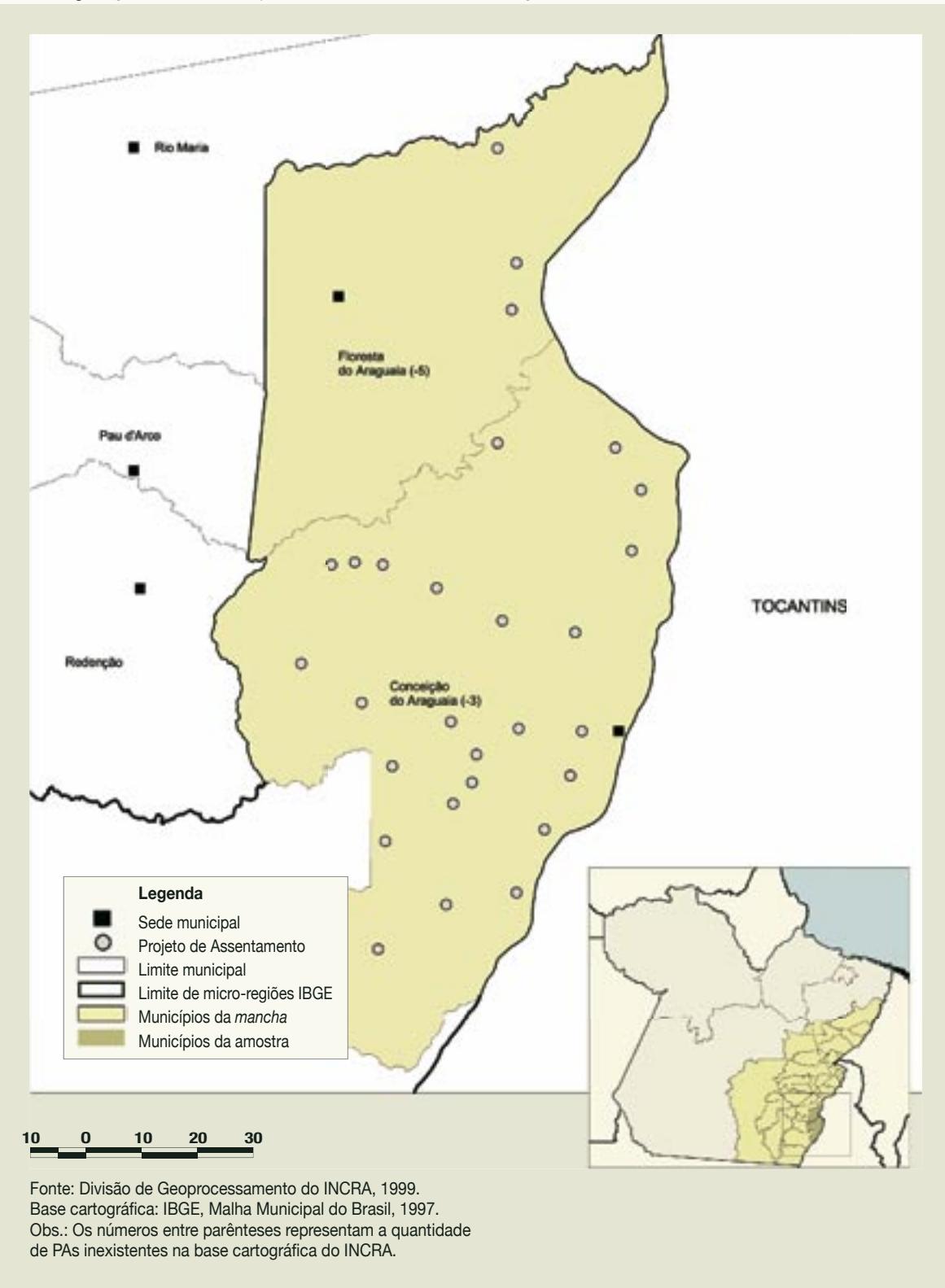
Mapa 6.b. *Mancha Sudeste do Pará*

Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

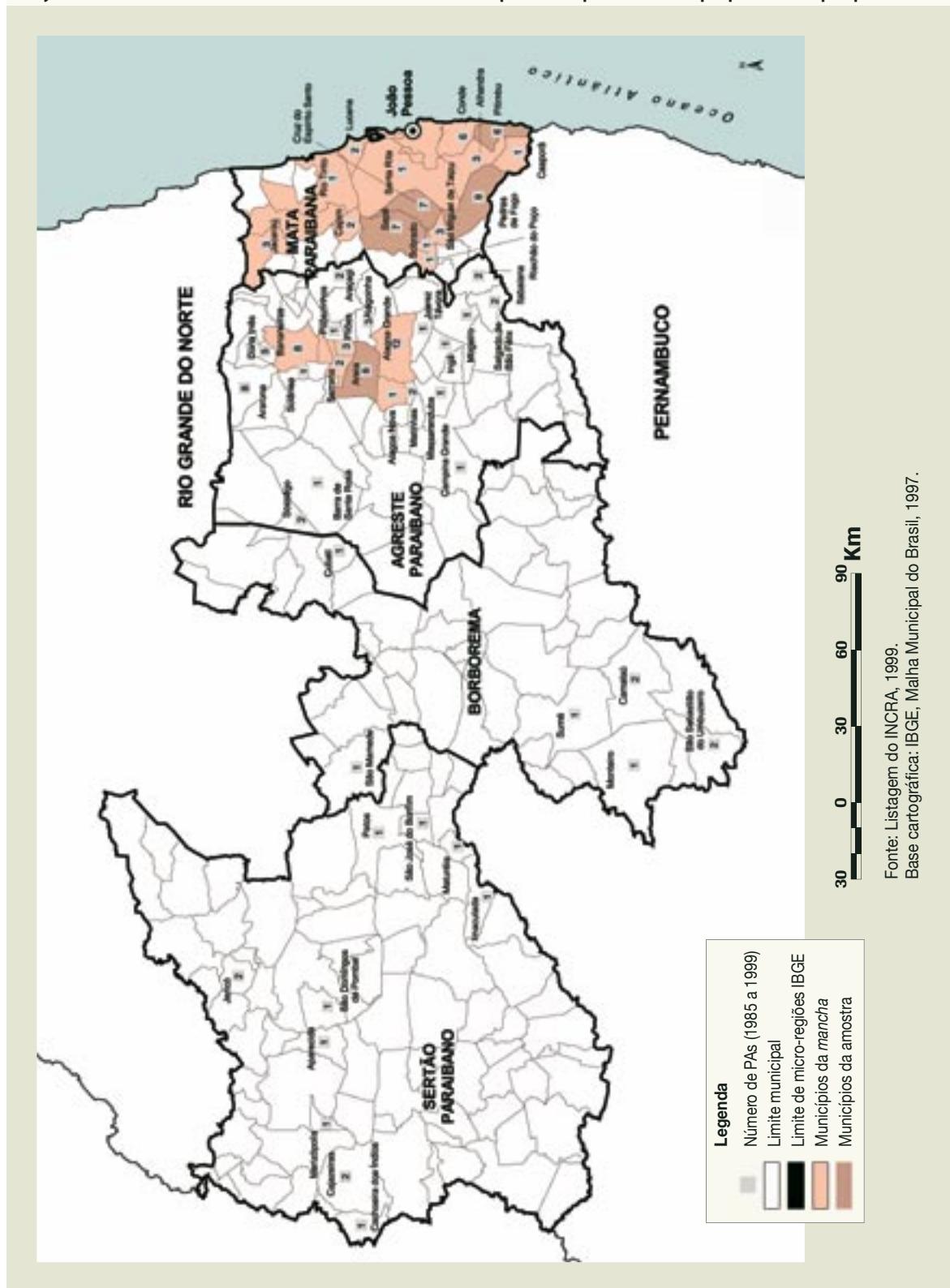
Mapa 6.c. Mancha amostral Sudeste do Pará
Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 7.a. Estado da Paraíba (*Mancha* Zona Canavieira do Nordeste)

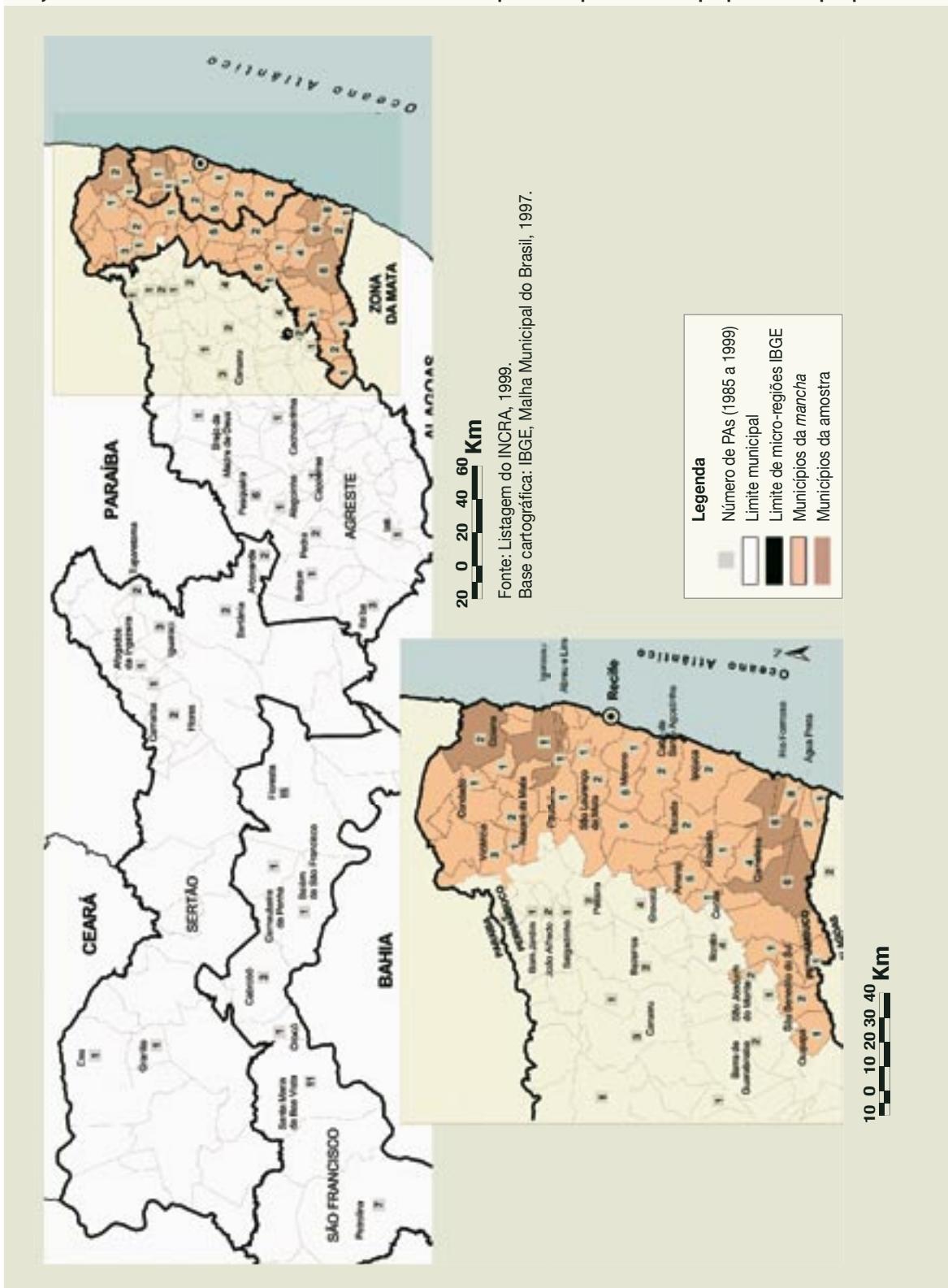
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na "Introdução aos mapas", na página 351.

Mapa 7.b. Estado de Pernambuco (*Mancha Zona Canavieira do Nordeste*)

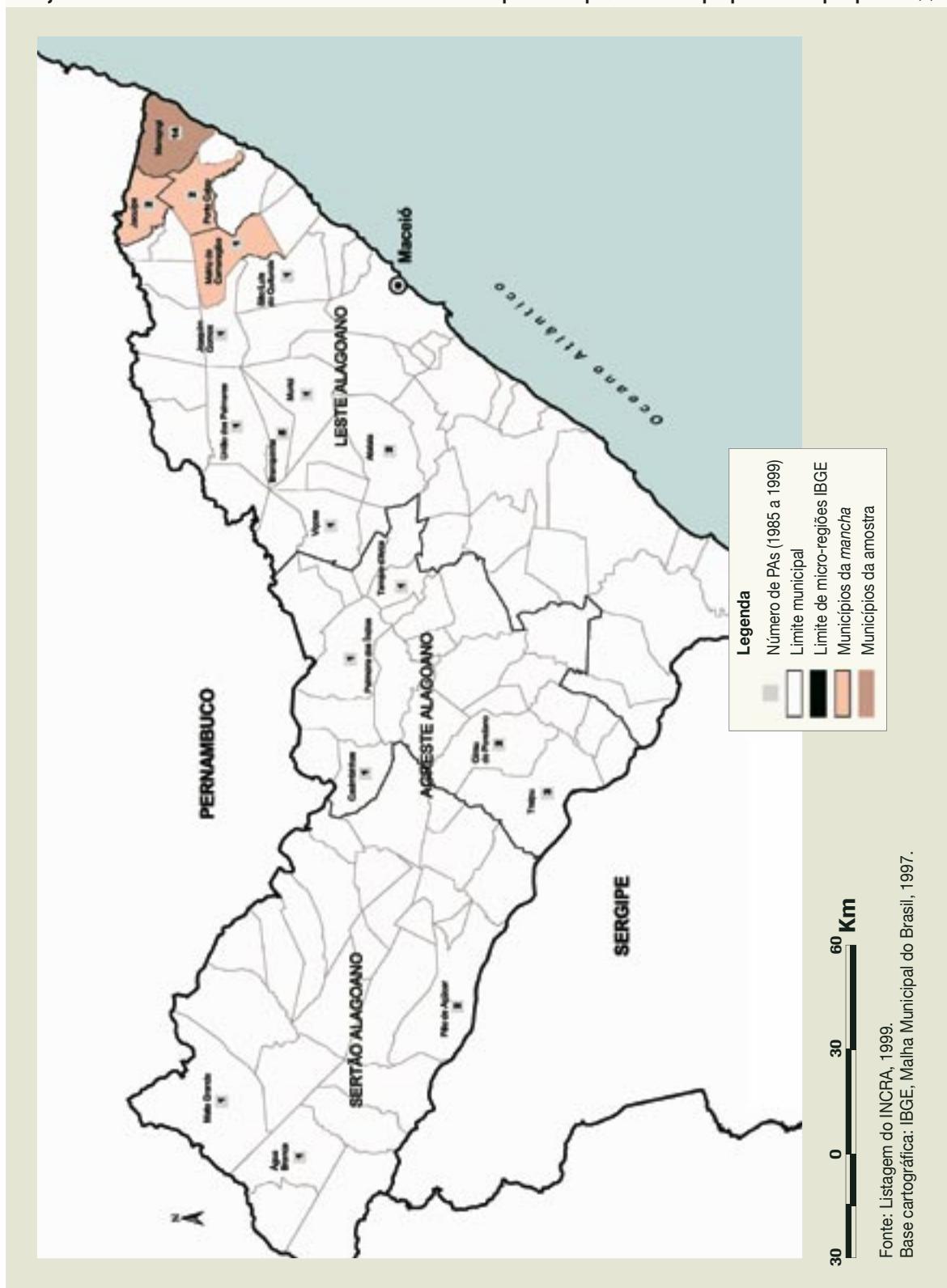
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 7.c. Estado de Alagoas (*Mancha Zona Canavieira do Nordeste*)

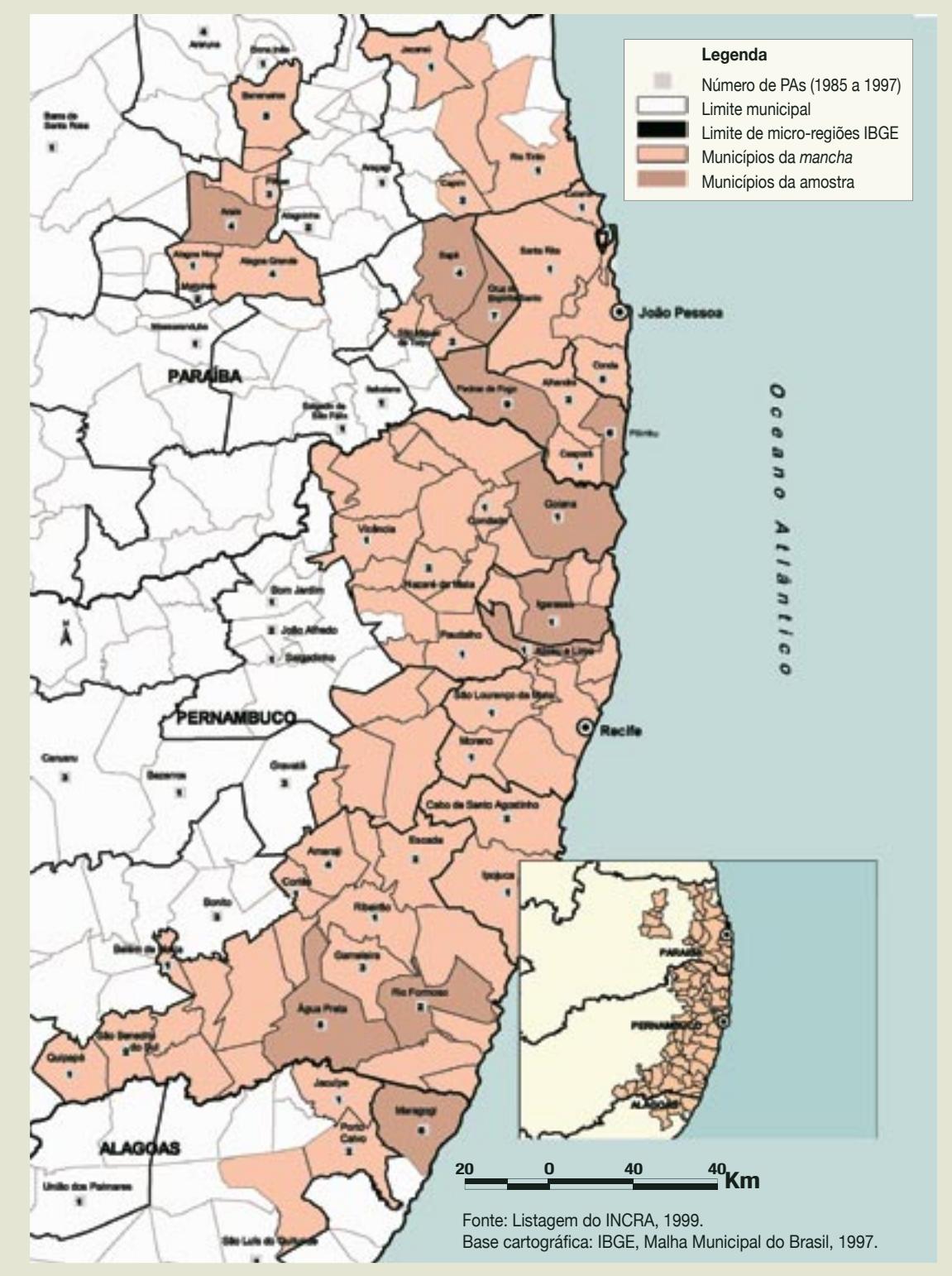
Projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1999, por município, com destaque para a área pesquisada (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 7.d. *Mancha* Zona Canavieira do Nordeste

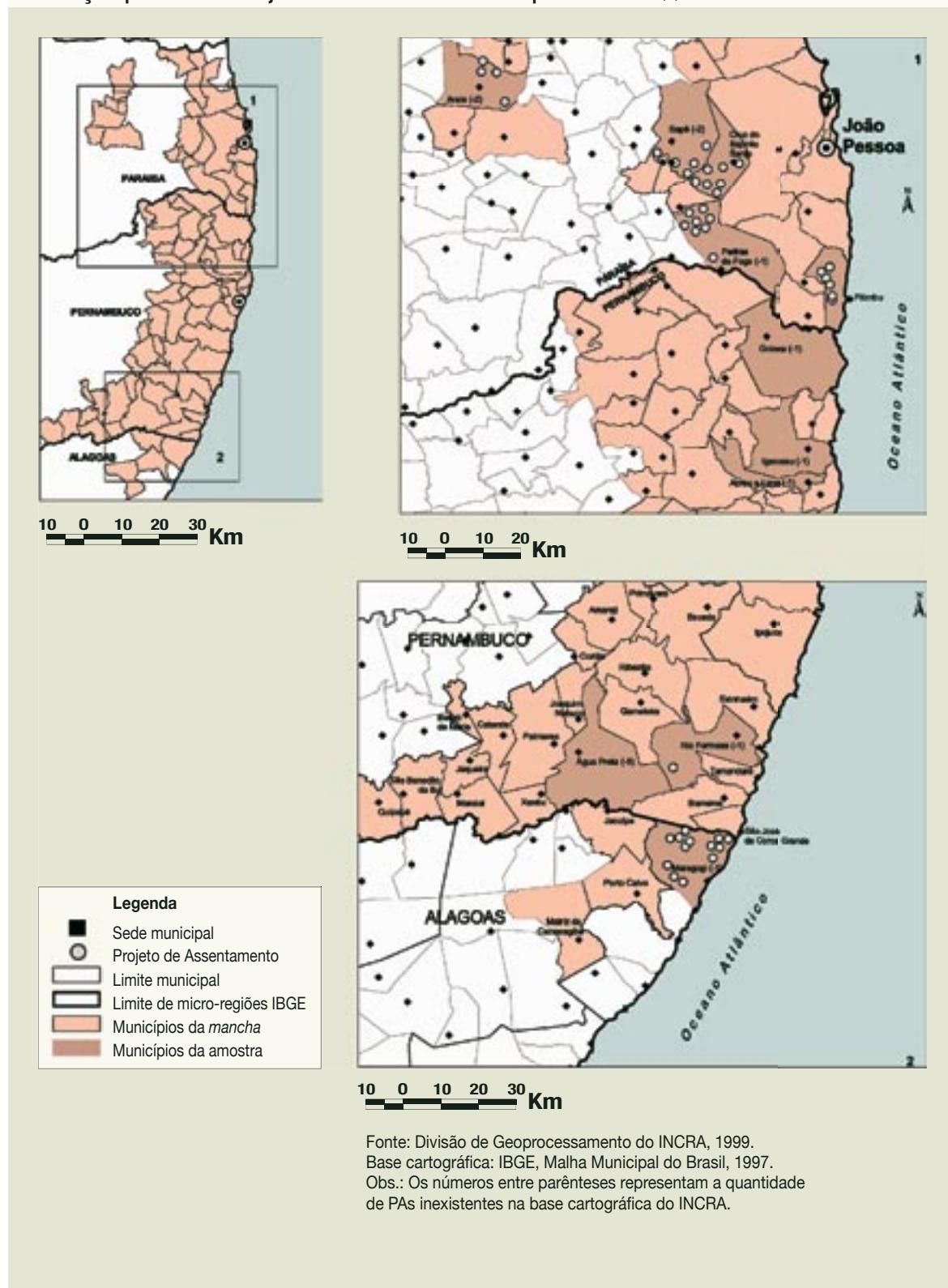
Número de projetos de assentamento do Incra criados entre 1985 e 1997, por município (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Mapa 7.e. *Mancha amostral Zona Canavieira do Nordeste*

Localização aproximada dos Projetos de Assentamento nos municípios da amostra (*)



(*) Ver explicações adicionais na “Introdução aos mapas”, na página 351.

Fonte: Divisão de Geoprocessamento do INCRA, 1999.
 Base cartográfica: IBGE, Malha Municipal do Brasil, 1997.
 Obs.: Os números entre parênteses representam a quantidade de PAs inexistentes na base cartográfica do INCRA.

IMPACTOS DOS ASSENTAMENTOS

UM ESTUDO SOBRE O MEIO RURAL BRASILEIRO



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

ALENCAR, Francisco A.G. *Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma*. Fortaleza: UFC, 1998. (Dissertação de mestrado).

ALENTEJANO, Paulo R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. (Dissertação de mestrado).

ANDRADE, Maristela; PEREIRA, Carlos A.C.; NOBRE, Miriam. *Coletivização: uma proposta para os camponeses*. São Paulo: CEDI, 1989.

ARAÚJO, Tania B. *Descentralização e reforma agrária: um processo em discussão*. Brasília: 1998. Projeto de cooperação técnica INCRA/IICA. Mimeo.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, César; PAULA, Luis Antonio M. Os assentamentos rurais no Ceará: uma experiência a ser seguida? In: SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Danilo N.C.; ROSA, Sueli L.C. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

BELIK, Walter. *Pronaf: avaliação da operacionalização do programa*. Campinas: IE/Unicamp, 1999.

BENEDETTI, Adriane. Na conquista da fronteira: um estudo de caso nos assentamentos rurais de Hulha Negra/RS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998. (Dissertação de mestrado).

_____. *A conquista da região da campanha pelos assentamentos rurais: um estudo de caso em Hulha Negra, RS*. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000. CD-ROM.

BERGAMASCO, Sonia M.P.P.; FERRANTE, Vera L.S B. No reino da modernização: o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. p. 171-204.

_____, Sonia M.P.P.; CARMO, Maristela S. Reforma agrária dá certo? O (in) sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 21, n. 1, jan./abr. 1991.

_____, Sonia M.P.P.; FIGUEIREDO, Nelly M.S. de; PINTO, Leonardo; OLIVEIRA, Rosângela. Assentamentos rurais e distribuição de terras. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10, 2000. CD-ROM.

BORBA, Madalena; MARTINS, Maria I.; FERREIRA, Antonio C. *Custo e rentabilidade da cultura do milho em assentamentos rurais no estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp/FCAV, 1997.

BRUNO, Regina L.; MEDEIROS, Leonilde S. Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais. Brasília: MDA/INCRA, 2001.

CARNEIRO, Marcelo S.; ANDRADE, Maristela P.; MESQUITA, Benjamin A. Assentamentos e ações de reforma agrária no Maranhão. In: SCHMIDT, Benício; MARINHO, Danilo N.; ROSA, Sueli C. (Org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

CASTRO, Marcio H. Reforma agrária e pequena produção no Brasil. Campinas: IE/Unicamp, 1992.

_____, Márcio H.; CARVALHO, Monica E.; VELASCO, Luciano O.M. Reforma agrária: um estudo preliminar. *Reforma Agrária*, v. 18, n. 1, abr./jul. 1988.

DATALUTA/NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Data luta: banco de dados da luta pela terra. Presidente Prudente:[s.n], 2000. (Série Estudos - Nera, n.3).

DAVID, Maria B.A.; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um atlas. In: SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Danilo N.C.; ROSA, Sueli L.C.. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998. p. 113-152.

DELGADO, Guilherme. A pesquisa de avaliação da previdência social rural contextualizada. In: DELGADO, Guilherme; CARDOSO JR., J.C. (Org.). A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. Brasília: Ipea, 2000.

FERRANTE, Vera L.S.B. Assentamentos rurais x dinâmica regional: impactos e tensões. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000. CD-ROM.

FERREIRA, Eudson C.; FERNANDES, Antonio J.C. Impactos regionais dos assentamentos rurais: o caso de Mato Grosso. Cuiabá: 2002. Relatório preliminar da pesquisa. Mimeo.

GARCIA JR., Afrânio; MEDEIROS, Leonilde S.; GRYNSZPAN, Mario; LEITE, Sérgio P. Assentamentos rurais em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ/CPDOC-FGV/CRBC-EHESS/UFF, 1999.

GRAZIANO NETO, F. *A verdade da terra: crítica da reforma agrária distributivista*. São Paulo: Eaesp/FGV, 1989. (Tese de doutorado).

GUANZIROLI, Carlos (Coord.). Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos da reforma agrária. In: ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio P. (Org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 13-68.

HEREDIA, Beatriz et al. *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo a partir de áreas selecionadas*. Rio de Janeiro: 2001. Relatório final de pesquisa. Mimeo.

_____. *Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas – Resumo Executivo*. Rio de Janeiro: 2002. Disponível em www.nead.org.br.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 199-221, dez. 1998.

IBASE/ MTb - Instituto Brasileiro de Análise Econômica e Social / Ministério do Trabalho. *Avaliação do Proger, Proger-Rural e do Pronaf*. Rio de Janeiro: Ibase/MTb, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. Censo agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

IENO NETO, Genaro; BAMAT, Thomas (Coord.). *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa: Unitrabalho/UFPB, 1998.

JORGE, Wirley (Coord.). *Análise do Procera*. Jaboticabal: Ed. da Unesp/FCAV, 1999. Relatório Brasil.

JORGE, Wirley; SOUZA, José; GEBARA, José; SIMON, Elias; FERNANDES, Bernardo. *Programa de crédito especial para a reforma agrária (Procera): uma análise inicial*. Jaboticabal: Ed. da Unesp/FCAV, 1997.

L'ÉSTOILE, Benoit. Systèmes politiques de la mata pernambucana: modèles anciens et nouvelles formes de domination. Brasília: 2000. Comunicação apresentada à reunião anual da ABA.

LEITE, Sérgio P. *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1992. (Dissertação de mestrado).

_____. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: MEDEIROS, Leonilde S. et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994.

LEITE, Sérgio P.; NOVICKI, Victor. Reforma do Estado, modernização institucional e questão agrária: observações sobre o processo de descentralização da política de assentamentos rurais. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.3, set./dez. 1997.

_____, Sérgio P.; MEDEIROS, Leonilde S. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Convênio CPDA-FINEP, 2002. (Relatório Final de Pesquisa).

LOPES, Eliano S.A. Organização da produção e resultados econômicos dos assentamentos de reforma agrária em Sergipe. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 25, n. 2-3, maio/dez. 1995.

_____. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: dimensões econômicas e sócio-políticas e redes sociais no campo sergipano. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000. (Tese de doutorado).

MALUF, Renato (Coord.). A noção de multifuncionalidade da agricultura, aspectos analíticos e implicações nas políticas públicas: a experiência francesa e o caso do Brasil. Rio de Janeiro/Paris: CPDA/UFRRJ-INA-PG, 2001.

_____, Renato; LEITE, Sérgio P. Avaliação do Proger-rural e do Pronaf no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ibase/MTb, 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Reforma agrária: considerações sobre os principais resultados 1995-99. Brasília: MDA, 2000.

MEDEIROS, Leonilde S. *Reforma do estado*: instâncias, conflitos e atores. O papel dos trabalhadores rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio P. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, Francisco C.T.; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz F.C.C. (Org.). *Mundo rural e política*: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 151-176.

MEDEIROS, Leonilde S.; LEITE, Sérgio (Org.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS/CPDA, 1999. 280 p.

MEDEIROS, Leonilde S.; ESTERCI, Neide. Introdução. In: et. al. (Org.). *Assentamentos rurais*: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S.; SOUSA, Inês C.; ALENTEJANO, Paulo R. Promissor Brasil dos assentamentos rurais. *Proposta*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 77, jun./ago. 1998.

MELO, Aloísio L. P. *Das intenções de desenvolver aos processos de desenvolvimento*: a reestruturação fundiária na região de Conceição do Araguaia – PA. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1999. (Dissertação de mestrado).

MEPF/INCRA - MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA POLÍTICA FUNDIÁRIA/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Programa Lumiar. Brasília, DF: MEPF/INCRA, 1996.

MOREIRA, Ivan T. et al. *Crise do Proalcool e emprego rural na Paraíba*. João Pessoa: UFPB/CNPq, 1997. Relatório de pesquisa.

_____. Impactos dos assentamentos rurais sobre a estrutura fundiária do Estado da Paraíba. João Pessoa: Logepa/Dgeoc, 2000. Relatório de pesquisa.

MOREIRA, Roberto J. Metodologias de reforma agrária. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.8, abr. 1997.

NEVES, Delma P. Reforma agrária em migalhas. Niterói: EdUFF, 1996.

O'DWYER, Eliane C. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 1988. (Tese de doutorado).

PALMEIRA, Moacir. Burocracia e reforma agrária. In: MEDEIROS, Leonilde S. et al. (Org.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994.

_____, Moacir; LEITE, Sérgio P. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L.F.; SANTOS, R.N. (Org.). *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PAULA, Elder A. et al. *Impactos dos assentamentos rurais no Acre*. Rio Branco: 2001. Relatório preliminar de pesquisa. Mimeo.

PINTO, Leonardo. Os impactos locais de um assentamento rural: uma avaliação sócio-económica a partir da produção leiteira In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000. CD-ROM.

RAMBAUD, Placide. Os agricultores poloneses em luta por sua identidade. In: GRAZYNA, Drabik; FERNANDES, Rubem C. *Polônia: o partido, a igreja, a solidariedade*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Iser, 1984.

RAMOS, Roberto. Assistência técnica e política de desenvolvimento rural: o caso do Projeto Lumiar do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2000. Projeto de dissertação de mestrado. Mimeo.

REYDON, Bastiaan; ESCOBAR, Hector; BERTO, James L. Os assentamentos rurais e seu impacto nas economias locais: o caso do município de Abelardo Luz, SC. Mimeo.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. (Org.). *Reforma agrária, produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

SCHMIDT, Benício V.; MARINHO, Danilo N.C.; ROSA, Sueli L.C. (Org.). *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Ed. da UnB, 1998.

SCHUMPETER, Joseph. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. *Novos Estudos*, São Paulo, n.58, p. 73-92, 2000.

SILVA, Enid R. Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998. Brasília: Ipea, 1999.

VEIGA, José E.; ABRAMOVAY, Ricardo. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (Pronaf). Brasília: Ipea, 1998.

SIGLÁRIO

Abra

Associação Brasileira de Reforma Agrária

Acaresc

Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

Amab

Associação dos Municípios Adjacentes a Brasília

Apaco

Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de Santa Catarina

BNB

Banco do Nordeste do Brasil

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Ceasa

Centrais de Abastecimento S.A.

CEB

Comunidade Eclesial de Base

CEE

Comunidade Econômica Européia

Ceplac

Comissão Estadual do Planejamento da Lavoura Cacueira

CNBB

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Contag

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Cooperoeste

Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo-oeste

CPDA

Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da UFRRJ

CPT

Comissão Pastoral da Terra

CUT

Central Única dos Trabalhadores

Dataluta

Banco de Dados da Luta pela Terra do NERA

Emater

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Epagri/SC

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

Fase

Federação dos Apoios aos Órgãos de Assistência Social e Educacional

Fetadfe

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito Federal e Entorno

Fetaeg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

Fetaemg

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

Fetaesc

Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina

Fetag

Federação dos Trabalhadores da Agricultura

Fetape

Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco

Fetraece

Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará

Finep

Financiadora de Estudos e Projetos

FSP

Folha de São Paulo

Funrural

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

Getat

Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

Ibama

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibra

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

Ibrace

Instituto Brasil Central

ICMS

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Incra

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR

Imposto Territorial Rural

MDA

Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLT

Movimento de Luta pela Terra

MMTR

Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTR

Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

MT

Movimento dos Trabalhadores

Nead

Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

NEP

Núcleo de Estudos Populacionais

Nera

Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Unesp - Presidente Prudente

ONG

Organização não governamental

PA

Projeto de Assentamento

Padap

Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba/MG

PAM

Pesquisa Agrícola Municipal (IBGE)

PAPP

Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PDRI

Polos de Desenvolvimento Rural Integrado

PIC

Projeto Integrado de Colonização

PIN

Programa de Integração Nacional

Planoroeste I

Primeiro Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais

PNRA

Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (1985)

Pnud

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Polo centro

Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

Polonordeste

Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPM

Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE)

Proalcool

Programa Nacional do Álcool

Procacau

Programa de Expansão da Cacaueira

Procafé

Programa de Renovação e Revigoramento dos Cafetais

Procanor

Programa de Apoio as Populações Pobres da Zona Canavieira do Nordeste

Procape

Programa Especial de Apoio a Capitalização de Empresas

Procerca

Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

Prodecer

Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados

Prodecor

Programa de Desenvolvimento de Comunidades Rurais

Profasc

Programa de Desenvolvimento da Indústria de Suínos de Santa Catarina

Proine

Programa de Irrigação do Nordeste

Pronaf

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Proterra

Programa de Redistribution de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste

PRRA

Plano Regional de Reforma Agrária da Nova República

Raccasul

Rede de Associações Comunitárias de Assentados e Não-Assentados do Sul da Bahia (também conhecida como Rede)

Ride

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

Sebrae

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Sedup

Serviço de Educação Popular

SNCR

Sistema Nacional de Crédito Rural

SR

Superintendência Regional do INCRA

STR

Sindicato de Trabalhadores Rurais

Sudam

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Sudene

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

Supra

Superintendência de Reforma Agrária

UDR

União Democrática Ruralista

UFC

Universidade Federal do Ceará

Unoesc

Universidade do Oeste de Santa Catarina

VBP

Valor Bruto da Produção

ZM

Zona da Mata do Nordeste

LISTAGEM DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Coordenação Nacional

Beatriz Maria Alásia de Heredia – profa. dra. IFCS/UFRJ
Leonilde Servolo de Medeiros – profa. dra. CPDA/UFRRJ
Moacir Gracindo Soares Palmeira – prof. dr. PPGAS-MN-UFRJ
Rosângela Pezza Cintrão – mestre CPDA/UFRRJ
Sérgio Pereira Leite – prof. dr. CPDA/UFRRJ

Apoio à coordenação

Secretaria geral

Diva Azevedo de Faria – CPDA/UFRRJ

Assessoria estatística e informática

Wasmália Socorro Barata Bivar – pesquisadora FIBGE – PhD Univ. Com. Luigi Bocconi-Milão

Elaboração de mapas

Jorge Luís Borges Ferreira – geógrafo, mestrando IPPUR/UFRJ

Equipes Regionais

Sul da Bahia

Pesquisadores

Ana Cláudia Cruz da Silva – doutoranda PPGAS/UFRJ

Marcio Goldman – prof. dr. PPGAS/UFRJ

Rodrigo Vieira de Ávila – mestrando CPDA/UFRRJ

Auxiliares de campo

Antonio Carlos Rafael Barbosa – doutorando PPGAS/UFRJ

Silvia Garcia Nogueira Pereira

Sertão do Ceará

Coordenadores

César Barreira – prof. dr. UFC

Francisco Amaro Gomes de Alencar – prof. UFC/doutorando UFC

Pesquisador de campo

José Levi Furtado Sampaio – prof. dr. UFC

Pesquisadores auxiliares

Edenildo Baltazar Barreira – mestrando UFC

Odilon Máximo – mestrando UECE

Auxiliares de campo

Aline Medeiros Vasconcelos – graduando UFC

Ana Joeline Carneiros – mestrandona UFC

Antonio Marcos Pontes de Moura – graduando UFC

Edjango Lima Freitas – graduando UFC
Helânia Martins de Souza – graduando UFC
Lúcio Flávio Silva Holanda – graduando UFC
Maria Anúzia Dantas – mestrandanda UFC
Maria Ediney Ferreira da Silva – graduando UFC
Marize Luciano Vital de Oliverias – mestrandanda UECE
Vera Lúcia Araújo Rodrigues Bezerra – mestrandanda UECE
eridiana Marques da Costa – graduando UFC
Mapas do Ceará (Relatório Regional)
Silvana Silveira

Entorno do Distrito Federal

Coordenador

José Ambrósio Ferreira Neto – prof. dr. UFV

Auxiliares de campo

André Luiz Torres – mestre – UFV
José Nunes da Silva – mestrando UFV
Juliana Miwa Takarabe – veterinária e técnica do Lumiar
Leandro Garcia Silva – graduando UFV
Luciano Rodrigues Costa – mestrando UFV
Rosália Bebber de Souza – graduando UFV
Rosely Fontes – graduando UFV
Waliston Maia Vilas Boas – graduando UFV

Sudeste do Pará

Coordenadores

Aloisio Lopes Pereira de Melo – mestre – CPDA/UFRRJ

Maria Thereza Macedo Pedroso – mestre – UnB

Coordenador de campo

Gilberto Koji Nagata – mestrando USP

Auxiliares de campo

Agostinho de Oliveira Chaves – técnico agropecuário – Copatiorô
Ednaldo Sousa Santos – técnico agropecuário – Copatiorô
Jaime Rodrigues de Miranda – técnico agropecuário – Copatiorô
Jauber Araujo Leal – técnico agropecuário – Copatiorô
Marco Aurélio de Almeida – técnico agropecuário – Copatiorô
Marcus Vinicius Mendonça – eng. agrônomo – Copatiorô

Oeste de Santa Catarina

Coordenador

Renato Sérgio Jamil Maluf – prof. dr. CPDA/UFRRJ

Pesquisador

Georges Flexor – doutorando CPDA/UFRRJ

Auxiliares de campo

Jacir Massi – veterinário

Patrícia Passini – eng. agrônoma

Zona Canavieira do Nordeste

Coordenadoras

Emília de Rodat Fernandes Moreira – profa. dra. UFPB

Marilda Aparecida Menezes – profa. dra. UFPB

Pesquisadores

Edgar Malagodi – prof. dr. UFPB

Elisa Guaraná de Castro – profa. ms. UFRRJ/doutoranda UFRJ

Ivan Targino Moreira – prof. dr. UFPB

Auxiliares de campo

Edilson Guedes da Costa – eng. agrônomo – UFPB

João Pereira da Penha – pesquisador Depto. Geociências UFPB

Luis Gustavo de Lima Sales – graduando UFPB

Paulo Cândido da Silva – mestrando UFPB

Rejane Ma. P.S.de Oliveira Dias – assistente social

Ricélia Maria Marinho da Silva – graduando UFPB

Simone Maria de Souza – graduando UFPE

Wellington Rodrigues da Silva – pesquisador Depto. Geociências UFPB

Banco de Dados

Coordenação geral

Rosângela Pezza Cintrão e Elisa Guaraná de Castro

Assessoria informática e estatística

Wasmália Socorro Barata Bivar

Tabulação dos dados

Rodrigo Vieira de Avila – mestrando CPDA/UFRRJ

Rosângela Pezza Cintrão – mestre CPDA/UFRRJ

Zina Angélica Cáceres Benavides – doutoranda CPDA/UFRRJ

Crítica dos questionários e limpeza de dados

Elisa Guaraná de Castro

Georges Flexor

Gercyro Borges Ferreira

Marcelo Miná Dias

Rômulo Soares Barbosa

Rosângela Pezza Cintrão

Vanessa Lopes Teixeira

Zina Angélica Cáceres Benavides

Digitação

Anderson Pinheiro Oliveira Cruz

Dulcinéia Peres T. Bezerra

Gercyro Borges Ferreira

Maria Célia Felix de Souza

Nilda Luzzi

Rômulo Soares Barbosa

Zina Angélica Cáceres Benavides

"A existência dos assentamentos como unidades territoriais e administrativas resulta numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal. Ao mesmo tempo em que podem ser vistos com o "ponto de chegada" de um processo de luta pela terra, os assentamentos tornam-se "ponto de partida" para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer."

